

O ARCHEOLOGO  
PORTUGUÈS

Obra composta e impressa na Imprensa Nacional  
Edição e propriedade do Museu Etnológico Português

O ARCHEOLOGO 202  
PORTUGUÈS

—  
COLEÇÃO ILUSTRADA DE MATERIAIS E NOTÍCIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

—  
REDATOR — J. LEITE DE VASCONCELOS

—  
VOL. XXII



PRÉSTORIA — EPIGRAFIA

VALUATION — ARTE ANTIGA

*Veterum volvens monumenta virorum*

LISBOA  
BIBLIOTECA  
IMPRENSA NACIONAL  
LISBOA  
1917 \*

## SUMÁRIO

- POR TRAS-OS-MONTES: 1.  
A ARTE MANUELINA E OS CRÍTICOS: 54.  
DESCRICAÇÃO DOS «EX-LIBRIS» EXISTENTES NO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS: 69.  
ANTIQUITVS: 97.  
NUMISMÁTICA — SE HÁ MOEDAS DE MIRANDA DO DOURO: 105.  
COISAS VELHAS: 107.  
MEDALHA CONFERIDA PELO PRÍNCIPE REGENTE, D. JOÃO, A DOIS ITALIANOS QUE SALVARAM A IGREJA E HOSPITAL DE SANTO ANTÓNIO DOS PORTUGUESES, EM ROMA: 169.  
O ANTIQUÁRIO FÉLIX CAETANO DA SILVA: 178.  
A VILA E CONCELHO DE FERREIRA DO ZÉZERE: 185.  
ARQUEOLOGIA LICEENSE: 203.  
NUMISMÁTICA PORTUGUESA — MOEDAS DA PRIMEIRÁ DINASTIA: 207.  
PEDRAS BALOIÇANTES. ADAGIÁRIOS, CASTOS E LENDAS: 214.  
ARQUEOLOGIA ARTÍSTICA: 220.  
O ENGENHEIRO MANUEL DA MAIA E A TÔRRE DO TOMBO: 237.  
A MOEDA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA ÍNDIA: 285.  
PELA BEIRA: 293.  
OS REGISTOS DE SANTOS: 345.  
CRÓNICA: 386.
- 

Este fascículo vai ilustrado com 170 estampas.

# O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

## MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

---

VOL. XXII      JANEIRO A DEZEMBRO DE 1917      N.<sup>o</sup>s 1 A 12

---

### Por Tras-os-Montes

.. provincia quasi fabulosa ..

CAMILO, *Doze casamentos*, 1861, p. 26.

Abunda tanto a nossa terra em panoramas, vèlharias, costumes curiosos, povoações de aspecto ora risonho, ora antiquado, que ela oferece assunto constante a quantos, com o pincel ou com a pena, nos distritos da Arte, da Etnografia, da Arqueologia, da mera Literatura queiram ou saibam procurar ensinamentos, deleite, emoção. Em verdade, os nossos pintores inspiram-se a cada passo em scenas naturais; não faltam romancistas que emmoldurem em graciosas descrições de localidades portuguesas dialogos e narrativas, nem viajantes que nos dêem um transunto do seu «impressionismo»; bastante tem feito tambem os eruditos: mas muito falta ainda fazer para que conheçamos bem Portugal.

Da historia, da situação geografica, da natureza do solo, das culturas, do grau de afastamento ou comunicação com os centros mais civilizados resultam para cada uma das nossas províncias feições especiais que fazem que o que se diz de uma não deva sempre repetir-se por inteiro a respeito de outra. No entanto ha duas que excedem em caracteres as restantes: Alentejo e Tras-os-Montes; aquela com suas planicies immensas, seus trigais, seus montados, seus homens corpulentos, pausados e de olhos castanhos, sua organização agraria, seus trajes uniformes, esta com a seqüencia de suas serranias (d'onde tira o nome, e onde habitam povos de viver primitivo, freqüentemente de estatura meia, loiros e de olhos azuis ou verdes), seus soutos de castanheiros numas zonas, e centeais noutras, seus idiomas raianos, seus cantos tradicionais, proprios das segadas. Uma vez (em 1881)

a Sociedade de Geografia de Lisboa organizou uma util expedição de estudiosos que deviam ir, e foram, fazer várias investigações de Historia natural, de Historia social, de Climatologia, etc., na Serra da Estrela; com fundamento maior, porque muito mais havia que estudar, podia a mesma Sociedade ou outra, ou algum instituto científico, mandar expedições ao Alentejo e a Tras-os-Montes.

Pela minha parte, no âmbito dos meus modestos estudos, nunca saio de Lisboa para a *provincia*, que não volte com cadernos cheios de apontamentos arqueológicos, etnográficos ou filológicos. Nos meses de Julho e Agosto de 1915 fui a Tras-os-Montes por ordem do Governo presidir a exames nos Liceus de Chaves e Bragança. Aproveitei o ensejo, e coligi, nos intervalos do trabalho oficial, muitas notícias de causas trasmontanas, de que ofereço aqui aos leitores uma amostra<sup>1</sup>. Lamento que, em lugar de obra extensa e complexa, eu não apresente senão um artigo desalinhado, à semelhança dos que por vezes tenho publicado no *O Arqueólogo* acerca do Algarve, do Alentejo e da Estremadura Transtagana: talvez porém outros investigadores, melhor dotados e com mais tempo, se inspirem no que digo, e se abalanceem a empresa grande.

Parti de Lisboa em 9 de Julho, á noite, e cheguei á Regoa no dia seguinte pela meia hora da tarde. Quando na Regoa subi para o comboio que me levou a Vidago, para aí entrar num dos *camions* ou «caminhões», como diz o povo, que fazem carreira para Chaves, começou propriamente a minha excursão por Tras-os-Montes; todavia só comecei a tomar notas nesta última vila.

A princípio o comboio vai na margem esquerda do Corgo, que se estorce lá em baixo, em fundos vales; nas ladeiras de xisto ver-dejam vinhas, dispostas á maneira de escadas, e penduram-se brancas aldeias, como Alvações. Depois a vista perde-se na contemplação longinqua de pinhais e montanhas, até que numa especie de promontório, formado por uma colina, se passa por *Vila-Real alegre*, como diz uma cantiga. Ao xisto sucedeu o granito. Entre Samardã e Zimão a paisagem é inteiramente selvática: penedias acumuladas de um lado e do outro da linha: dir-se-hião balas de fundas arremessadas para lá por gigantes que lutassesem entre si. De vez em quando o comboio corta uma estrada velha, de paredes ensilvadas, que fica para trás, como que envergonhada da civilização que passa. Viajar

---

<sup>1</sup> Dos exames apresentei ao Ex.<sup>mo</sup> Ministro de Instrução relatórios manuscritos.

de caminho de ferro é ir em constante excitação dos nervos óticos, é estar a folhear um album de variados desenhos. A um outeiro nu ou de mato curto segue-se uma campina de milho, uma moita de carvalho, um castanhal,— e de permeio aparecem-nos casas de telhado negro ou de colmo, precedidas de eiras de pedra, e de espigueiros. Em breve se chega a Vila Pouca d'Aguiar, que está numa planicie nas abas de uma serra, e se passa pelas paradisiacas estâncias das Pedras Salgadas e Vidago, que nos sorriem com pujante arvoredo e edifícios de carácter moderno, bem opostos á rudeza das povoações limitrofes. De Vidago a Chaves não ha tempo de analisar nada que valha a pena.

Por fim eis-me no termo da corrida, isto é, na fresca *veiga* de Chaves, delimitada de um lado pela Serra do Brunheiro, e cortada do outro pelo Tamega, que tem no interior da vila uma ponte que data da época romana. A entrada da vila fica o Flavia-Hotel (mais correcto seria *Hotel Flaviano, Flaviense ou Flavio*; porém são modas!) novo e bem situado, ao pé de campos e jardins, e nele me hospedei.

Estive em Chaves de 12 a 26 de Julho. Saí alguns dias para fóra em excursões, mas voltei sempre á vila. Nos próprios dias em que permaneci na vila ocupei em estudos lingüísticos (cópia de nomes na Repartição de Fazenda), e em buscas para o Museu Etnológico, o tempo que tive livre.

Quem se dirija do hotel Flavio para o centro da vila percorre a ponte, e chega a um largo onde começam várias ruas, e entre elas uma que se chama *Direita*. Esta rua é tortuosa como outras muitas que em diversas povoações tem nome e feitio identicos: *direita* porém no caso presente não significa «em linha recta», mas «central», isto é, que vai direita de um extremo ao outro. Assim se explica a aparente contradição que existe entre o nome e a forma da rua.

A descrição da Rua Direita de Chaves, estreita e de aspecto medieval<sup>1</sup>, daria matéria para um bom capítulo de Etnografia, tantas são as curiosidades que encerra: industrias tradicionais, comércio miúdo, construções arquitectónicas. Ora vemos um çapateiro, não

<sup>1</sup> Uma cantiga popular diz d'ela:

Ó Rua Direita de Chaves,  
Ladrilhada, mal segura:

Quando eu passar por ela,  
Não ha pedra que não bula!

Vid. *Revista Lusitana*, xviii, 273 (F. Barreiros).

já sentado na classica tripeça, mas em um banquinho, com o *ofício* ao lado (o *ofício* é uma banca em que estão utensílios de trabalho); ora mais além um latoeiro, com seu estendal de embudes, candeias, *remeias*<sup>1</sup>, *grabanos* ou *caços*<sup>2</sup>, *escudelas*<sup>3</sup>, expostos á contemplação dos transuentes em varas e arames, ou pousados em mesas de pau. Num sitio vendem-se açafates e cestinhas de salgueiro e giesta, ás vezes enfeitados de côres; noutro vendem-se pães estendidos em toalhas brancas (*pão de tres cantos*, de trigo, mui saboroso; *pão de centeio*, etc.); noutro *tâmancos* ou *cocos*, fabricados em ruas vizinhas. Ha uma farmacia que tem ainda o antigo nome de *botica*: apesar de bem provida, é de aspecto simples, sem balcão. Entre as prateleiras de uma mercearia descortina-se da rua um oratoriozinho de portas de vidro, com a imagem de S. Antonio lá dentro: vestigio da *aedicula* em que os Romanos poriam nas mesmas condições um *mercuriolus* ou a estatueta de um *Genius*<sup>4</sup>. Algumas casas de venda ostentam insignias comerciais e profissionais, para aticarem a cobiça dos frègueses: aqui um tamanco gigantesco, ou um par de tesouras descomunais (barbeiro), ali uma taboleta com pinturas, em guisa de quadro<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> *Remeia* é uma vasilha de lata, de medir vinho, a qual leva meio cantaro, ou tres canadas. *Remeia* = *re-meia*: como quem dissesse «metade de meia (medida)», isto é, metade de metade de um almude, porque o almude tem dois cantaros ou doze canadas, e a remeia, como disse, leva tres canadas. Quanto ao valor morfológico de *re-* (ideia geral de «repetição»), cf. *remel*, *requeijão*; em *remeia* quasi significa o mesmo que «sub» em certos compostos, como *subsecção*, *sub-multiplo*, etc.

<sup>2</sup> *Grabano* ou *caço* é vasilha de lata para tirar agoa de poços: consta de uma especie de tigela cilindrica, com alvado a que se adapta um cabo comprido de pau. A palavra *caço* é tambem galega e hespanhola (*cazo*): tem origem arabica. O objecto é o mesmo que na Estremadura chamam *cabaço*: cf. *Historia do Museu Etnologico*, Lisboa 1915, p. 250.—A palavra *grabano* foi já arquivada por Gomes Pereira na *Revista Lusitana*, xii, 102, que lhe dá como sinonima *côco*.—Tambem no Alandroal se usa *caço*, mas no sentido de colhér de cabo comprido para tirar líquidos de vasos fundos (colhér de sopa, etc.); por analogia dá-se este nome a outra colhér analoga, por exemplo o *caço de tirar vinho*, feito de uma cabaça. Em Mogadouro e Lagoaça *caço* é um utensilio de cozinha, onde costuma aquêcer-se leite: vid. Moreno in *Revista Lusitana*, v, 34.

<sup>3</sup> *Escudela* aqui é outra vasilha de lata: serve para se tirar agoa de uma pôça, quando tem de se regar perto d'esta.

<sup>4</sup> Cf. *Religiões da Lusitania*, iii, 596.

<sup>5</sup> O uso das insignias nas lojas de venda pôde dizer-se universal, e já o tinham tambem os Romanos (um elefante, um galo, uma aguia, etc.): vid. Marquardt, *La vie privée des Romains*, i, 103-104.

A par com o oratoriozinho de que falei acima, ha nichos na parte exterior de alguns edifícios: *nicho da Senhora do Encontro*, envidraçado, e com jarras aos lados da imagem, e uma lampada por fóra; *nicho do Senhor das Portas*, pintado. Como a civilização moderna invade a pouco e pouco as cousas da Igreja, a lámpada da Senhora do Encontro, que primeiro se alimentava de azeite, é agora electri-



Fig. 1 — Uma casa de Chaves, p. 6

ca: diminuiu talvez a poesia, mas afirma-se o progresso flaviense! O nome do nicho do Senhor das Portas provém de que antigamente passava nesse local a muralha da vila, hoje destruída em parte, e tinha aí umas portas, que deitavam para o arrabalde<sup>1</sup>. As cousas aca-

<sup>1</sup> Do tempo em que Chaves era toda muralhada ha uma cantiga popular, que soa assim:

Quem me dera ir a Chaves  
Das muralhas para dentro,

Para ver o meu amor  
Formado no regimento!

Vid. *Revista Lusitana*, xviii, 273 (F. Barreiros). — Como acontece na praça de Elvas, também na de Chaves a poesia lírica do vulgo se inspira freqüentemente em assuntos militares, por causa do grande número de soldados, que são outros tantos namoradores.

bam, os nomes ficam. O *arrabalde* deixou de o ser, porque o casario estendeu-se para lá das muralhas; contudo o local chama-se ainda hoje assim. É mais um exemplo da tenacidade da tradição, e de como o estudo do onomastico ajuda ás vezes a conhecer o passado. Visto que me estou referindo a construções, notarei que das duas unicas sacadas de *taboinhas* que, ao que me dizem, existem em Chaves, cabe



Fig. 2 — Uma casa de Chaves, pp. 6-7

á Rua Direita a posse de uma (no caso presente a palavra *taboinhas* quer dizer *rótula*), vid. fig. 1. Ha na rua outras sacadas ou varandas de pau, porém de sistema de balaústres, que ora são esvaziados no interior, ora torneados, mas sempre simetricamente talhados. Por toda a Chaves se encontram numerosas varandas (rara até será a casa que não possua uma!): torna-se necessário, por causa dos rigores do inverno, aproveitar o mais possível o sol. Nas figs. 2 a 6 reproduzo varandas e sacadas de Chaves e tipos de casas. A fig. 2 mostra-nos

uma sacada de adufa ou de *taboinhas*, que assenta em base de pedra, e tem postigos que se abrem para fóra, levantando-se e formando angulo com a frente da sacada; ao lado vemos parte de uma varanda de balaustres de pau. A fig. 3 mostra-nos uma casa de escadaria exterior, de dois lanços, um perpendicular á parede, o outro paralelo, e encostado á mesma; ao cimo da escada ha um patim descoberto, por baixo do qual existe um vão que dá passagem para uma loja; á



Fig. 3 — Uma casa de Chaves, p. 7

direita avista-se parte de uma varanda que deita" para a rua. A fig. 4 mostra-nos a casa afidalgada dos Padrões, tambem de escadaria exterior, mas com corrimão de pedra; ao cimo patim coberto; sobranceira á escada, e ao longo da frontaria, estende-se uma *varanda corrida*. A fig. 5 mostra-nos uma casa popular, de varanda de madeira na frente da casa, e para a qual se entra por uma porta interna d'esta; tem um quarto num extremo, o que é muito caracteristico; por baixo ha lojas. A fig. 6 dá a vista de parte de uma rua, em que ha uma casa antiga, de porta ogival e janela manuelina.

\*

Passando uma vez defronte da loja de um latoeiro, impressionou-me ver nas lages do chão umas excavações trapesoidais, tais

como se representam na fig. 7 (cada um dos lados maiores mede 0<sup>m</sup>,11; a profundidade é 0<sup>m</sup>,01). Vim a saber que estas excavações, a què chamam *pôças* ou *fôrmas*, servem para nelas se *vasar a solda*, que depois constitue *bôlos*. Noutra latoaria vi uma lage com uma só fôrma: fig. 8. Os bôlos tem o feitio dos primitivos machados de cobre ou bronze (machados chatos), e as fôrmas são como aquelas em

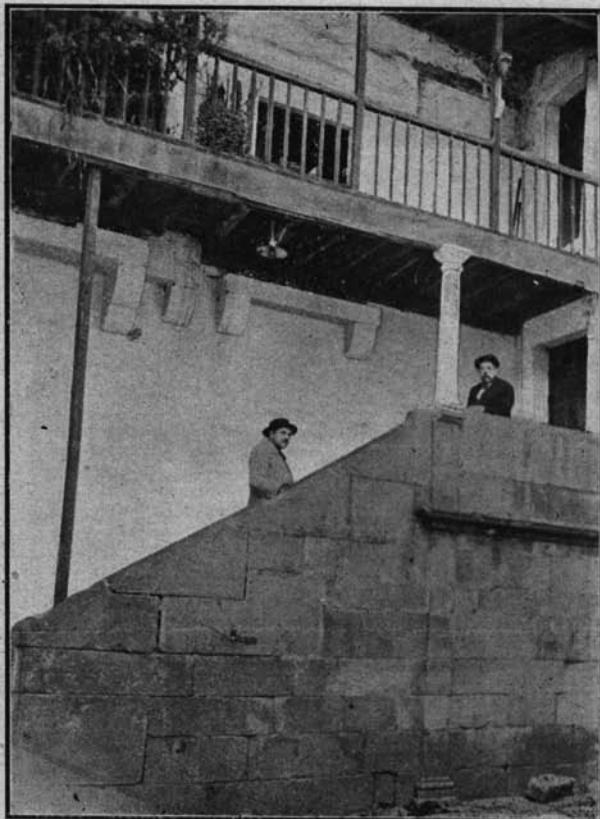


Fig. 4 — Casa dos Padrões (Chaves), p. 7

que nos tempos prehistoricos se moldavam os mesmos machados. Vid. desenhos em Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, II, 185, d'onde para aqui reproduzo um, na fig. 9: molde de pedra, da Escocia. Em Portugal, embora se fabricassem na época do bronze muitos machados<sup>1</sup>, nunca encontrei, nem me consta que até hoje se encon-

<sup>1</sup> Vid. *História do Museu Etnológico*, p. 180.

trassem, as respectivas fôrmas; mas o moderno processo industrial de Chaves indica suficientemente como elas seriam<sup>1</sup>.

\*

No estudo da vida do campo encontra o etnografo numerosos fenomenos que ou são, como este, produtos espontaneos da actividade moderna, semelhantes a produtos da actividade antiga, ou constituem realmente supervivencias de outras eras. Um caso de super-



Fig. 5 — Uma casa de Chaves, p. 7

vivencia acha-lo-hemos no *baldão*, se o compararmos com os recursos de que hoje dispõe a hidraulica. O *baldão* é um engenho de tirar agoa de um pôço, para rega de campos e hortas,—engenho muito vulgar não só em Chaves e arredores, mas noutras localidades (fig. 10): consta de *forcada*, haste fixa verticalmente no chão (e assim

<sup>1</sup> Já depois de escrito isto, apareceu entre nós uma fôrma (de pedra), não de machado, mas de foice da idade do bronze: vid. Joaquim Fontes, *Sur une moule pour fauilles de bronze*, Lisboa 1916 (separata do *Bulletin de la Societé Portugaise des Sciences Naturelles*, t. vii, reproduzida no *Arch. Port.*, xxi, 337).

chamada por formar em cima um angulo onde se move, numa travessa de ferro ou *bio*), e de *varela*, a que numa extremidade se suspende o *balde* que ha-de tirar a agoa do *pôço*, e a que na outra se liga o *pêso*, de pedra. Vemos aqui uma alavanca, que tem por ponto de apoio o *bio*, e funciona em dois tempos: no primeiro tempo a potencia é a mão do homem, que puxa o *balde*, metendo-o no *pôço*,

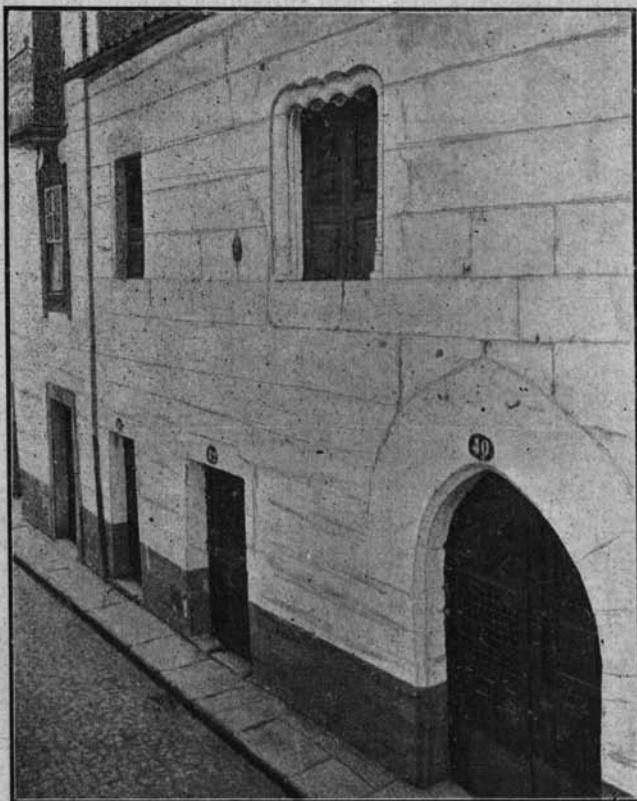


Fig. 6 — Uma rua de Chaves, p. 7

e a resistencia é o *pêso*; no segundo tempo a potencia é o *pêso*, e a resistencia o *balde*, que sai cheio de agoa e se despeja num *tanque*, d'onde esta corre por um tubo para o campo ou horta.

O baldão corresponde à *cegonha*, *gaivota*, *picanço* de outras terras<sup>1</sup>; em Nelas ouvi dizer em igual sentido *burra*, em Penafiel, segundo me informam, dizem *bimbarra*, no Cadaval dizem *cambão*

<sup>1</sup> Cf. o meu livro *De Campolide a Melrose*, p. 40, nota

e *carrinhola*. Todavia o nome mais corrente é *cegonha*, que tem paralelos noutras lingoas romanicas, aplicados a objectos analogos<sup>1</sup>. Aindaque um engenho tão simples como este podia inventar-se espontaneamente em varios paises, sem que de uns passasse para os outros, sabemos contudo que já não só nos secs. VI e VII ele existia na Peninsula Hispanica, e até com a metaforica designação de ciconia «cegonha»<sup>2</sup>, mas que os Romanos o usaram, como se vê da

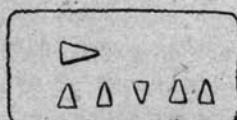


Fig. 7 (p. 8)



Fig. 8 (p. 8)



Fig. 9 (p. 8)

fig. 11, que reproduz um baixo-relevo antigo do Museu de Parma<sup>3</sup>; o nome latino é *tolleno*<sup>4</sup>. O mesmo engenho existe no Egito, na Grecia e na Asia<sup>5</sup>. E bastará de cegonha<sup>6</sup>.

Á vida campestre de Chaves pertence tambem o que vou dizer.

Quando se malha o centeio nas eiras, cantam-se muitas cantigas, monotonamente, como:

—Ó minha mãe, eu casei-me. (*Canta um*).

—Ó filha, diz-me com quem. (*Respondem os outros, tres vezes*).

—Casci-me c'un peneireiro. (*Continua o primeiro*).

—E, ó filha, peneira-o bem! (*Dizem os outros, tambem tres vezes*).

Vê-se que o Trasmontano é resistente ao trabalho, porque, apesar da rudeza da malha, e da grande fadiga que lhe causa, ainda pôde

<sup>1</sup> Vid. A. Thomas, *Essais de Philologie française*, Paris 1897, p. 266.

<sup>2</sup> «Hoc instrumentum Hispani ciconiam dicunt, propter quod imitetur eiusdem nominis avem, levantes aqua ac deponentes rostrum, dum clangit». S. Isidoro Hispalense, *Etymologiae*, liv. xx, cap. xv, § 3 (ed. de Lindsay, t. II, Oxford 1911).

<sup>3</sup> Apud *Dictionnaire des antiquités* de Darembert & Saglio, s. v. «machina», fig. 4756 (t. VI, p. 1468).

<sup>4</sup> Vid. outro exemplo no *Dictionnaire des antiquités* de Rich, s. voce.

<sup>5</sup> *Dictionnaire des antiquités* de Darembert & Saglio, *loco citato*.

<sup>6</sup> Creio ter ouvido algures que a cegonha era de origem arabica entre nós: o trecho porém que citei de S. Isidoro (570-636) mostra que é anterior, porque os Arabes só vieram para a Peninsula em 711.

cantar. Sem dúvida o estimula o ritmo do canto, mas o mesmo podia acontecer por toda a parte; contudo nunca observei tal costume noutras provincias. E até perguntando eu uma vez no Baixo-Douro a um trabalhador se cantavam nas malhas, ele respondeu-me muito admirado: «Cantar nas malhas? Credo!».

Com o intuito de utilizarem bem o estrume que resulta do excremento dos gados, costumam em Chaves, como noutras terras<sup>1</sup>, deixá-los pernoitar no campo, sucessivamente aqui e além, dentro de *terrenos acancelados*, isto é, fechados em volta por cancelas. Para os acompanhar, dorme o pastor em uma *carroça* puxada por bois,

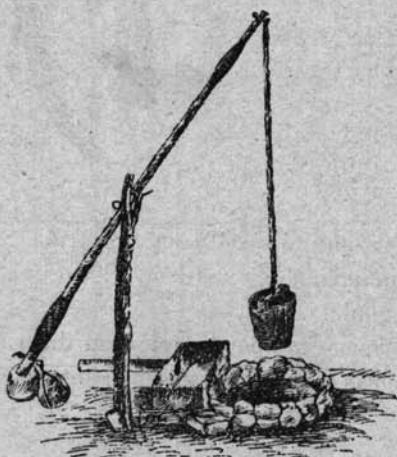


Fig. 10 — *Baldão*, p. 9 sgs.

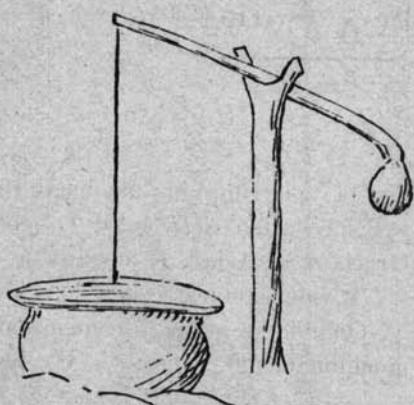


Fig. 11 — *Tollēno (romano)*, p. 11

a qual se faz de um carro velho a que se adaptou uma cobertura de madeira, revestida de palha centeia.

\*

Vejamos agora algo da vida religiosa.

Na noite de 18 de Julho assisti a um *arraial*, numa rua. Ao longo d'esta, de um lado e do outro, havia cordas com balões venezianos. Encostado a uma parede armaram um trono de verdura, em cujo cimo pousava a imagem de S. Francisco, posto que o arraial fosse em honra de S. Trocate. Junto formara-se uma *gaiteirada*, isto é, um *concerto de gaita* (como tambem dizem): gaita de fole, bombo, pratos, caixa de rufo, e clarinete. O tocador do bombo batia-o com uma

<sup>1</sup> Cf. J. M. Grande, *Guia e manual do cultivador*, 1 (1849), 179.

das mãos, ao passo que com a outra tocava os pratos, um dos quais estava fixo no bombo. O gaiteiro era-o já por herança do pai, e a gaita contava de idade mais de 60 anos<sup>1</sup>. Se parte da musica era tradicional, e muito transmontana, as danças não: pois o que dançavam rapazes e raparigas eram valsas! Tais arraiais fazem-se com freqüencia por este tempo em Chaves. Na mesma ocasião havia outros noutras ruas.—A importancia da gaita de fole nas festas de Tras-os-Montes me referi já no meu livro *De Cam-polide a Melrose*, onde expus de modo sumário a historia do instrumento: p. 83-85. Principalmente nas provincias do Norte e Centro de Portugal raras vezes se celebra um arraial religioso que não se acompanhe de dança. Devemos entender que a dança tinha a princípio significação religiosa, e que com o tempo degenerou em brincadeira profana. Em algumas igrejas de Hespanha tenho visto que se dança mesmo lá dentro, ao som de caixas de rufo: aí o sentido primitivo conserva-se melhor. Sabida é a importancia ritualistica da dança, quer na antiga religião hebraica (David dança diante da arca), quer noutras religiões antigas e modernas (Micenenses; *Salii* no culto de Marte; *Galli* no culto de Cibele; Mexicanos; Nova Guiné, etc.).

Entre os templos de Chaves notabiliza-se a capela da Santa Cabeça pela riquissima obra de talha do altar. O proprio côro, sobranceiro à porta de entrada, é doirado por baixo. Não quero porém tratar d'isso, mas referir uma superstição. Os danados iam ali outr'ora, levando consigo um pedaço de pão, que era bento por um padre, e tocado num relicario que está sobre o altar e contém relíquias de S. Anastacio: depois comiam o pão, e julgavam-se isentos da raiva<sup>2</sup>.

Menos por arte, do que tambem por superstição, tem igualmente sua importancia a capela da Senhora do Popolo, erguida num extremo da vila, ao pé de um ribeiro, e com adro circundado de campos e arvoredo, que dão paz ao local, e o tornam aprazivel. Aí, junto da porta principal, pelo lado de dentro, divisa-se no chão uma lage,



Fig. 12 (pp. 13-14)

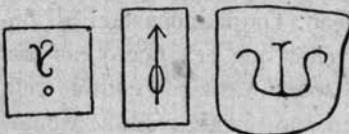
<sup>1</sup> Vid. na *Arte e Natureza em Portugal*, vii, um artigo do S.<sup>r</sup> Ribeiro de Carvalho, em que, a par de outras notabilidades de Chaves, se fala do gaiteiro. Com figuras.

<sup>2</sup> Acerca das superstições d'esta classe, vid. D.<sup>r</sup> Claudio Basto, *A raiva*, Porto 1915 (separata do *Portugal Medico*, n.<sup>o</sup> 4).

de fórmā de tampa sepulcral, como outras que estão a par e que tem letreiros: nessa lage insculpiram-se varios desenhos, fig. 12: os dos lados são evidentemente pègadas; o do centro tem aspecto de nicho. Ouvi dizer que quem deseja saber se ha-de casar, vai á capela, e entra com o pé direito: se introduzir por acaso um dos pés numa das pègadas, casará, e então assenta o outro pé na outra depressão. Todavia isto não me foi contado com muita certeza<sup>1</sup>.

Não se admirem os Flavienses de que em vez de eu falar da grandiosa ponte, do castelo, das igrejas, da fertilidade da *veiga*, das termas, me demore com cousas que parecem tão frivolas como as que ficam expostas: é que não venho fazer a descrição de Chaves, venho simplesmente notar, como já ponderei, alguns factos que importam aos estudos a que me dedico. Nem sempre as sciencias do espirito, como a Etnografia (antiga ou moderna) e a Filologia, são as que mais chamam a atenção do *grand public*, ávido de cousas espalhafatosas e surpreendentes<sup>2</sup>!

<sup>1</sup> É possível que originariamente a superstição nada tenha com as pègadas, e que estas sejam mais antigas, tendo-se-lhes aquela adaptado, como acontece com outros oráculos de casamento. O povo costuma interpretar e apropriar aos seus costumes e ideias certos monumentos antigos de que não sabe a significação verdadeira. As pègadas figuram freqüentemente na Arqueologia, tanto cristã, como pagã, tanto de Portugal, como de fóra. Sem ascender aos tempos prehistóricos (cf. *Religiões da Lusitania*, I, 381 sgs.), basta lembrar que elas figuram em monumentos votivos romanos para que os respectivos dedicantes, em ocasião de viagens, obtenham boa ida e boa volta (cf. *Bulletin archéologique*, 1916, p. xxi); figuram do mesmo modo nas sepulturas dos primeiros Cristãos, talvez por imitação dos costumes precedentes (vid. Martigny, *Dictionnaire des antiquités chrétiennes*, Paris 1865; s. v. «plantes des pieds»): mas terão



Marcas do castelo de Chaves

origem tão remota as da tampa sepulcral de Chaves? Em todo o caso, pelo que toca á superstição, e não á origem das pègadas, aqui menciono um costume dos Pireneus franceses, que é paralelo ao nosso: num rochedo perto do monumento de Espiaux ha uma cavidade mais ou menos com a fórmā de pé, a que o povo chama *le pied de saint Aventin*, «et il suffit à une jeune fille de poser elle même son pied sur cette empreinte, pour avoir un mari, dans l'année» (in *Compt rendu do Congresso Arqueológico de 1889*, Paris, p. 619). Temos mais oráculos de casamento portugueses nas *Tradições populares de Portugal*, Porto 1882, pp. 89-91. Abstenho-me de outras citações, para não alargar demasiado a nota.

<sup>2</sup> Das termas, quando elas forem devidamente exploradas e cuidadas, avirão certamente no futuro importantes vantagens para Chaves, sobretudo depois que se leve a efecto o caminho de ferro que está projectado, e que ligará a vila com Vidago. Estas termas já os Romanos as conheciam, e d'elas veio o nome de

14 de Julho de 1915.—Havendo-me dito alguém que na Roda, arredores de Chaves, havia num muro uma «pedra com letras», fui lá com o D.<sup>or</sup> Francisco de Barros Teixeira Homem, da nobre Casa de Samaiões, e vi efectivamente sóltā numa parede uma pedra que tinha gravado numa face: PRAEN, e na oposta COROQ, não tendo existido aí outras letras, antes ou depois. Estas letras, embora de aspecto romano, são para mim enigmáticas. A pedra, que está hoje no Museu Etnológico, pois a adquiri logo, aparecera por 1912 no campo de Trancada, freguesia de Samaiões, concelho de Chaves, a dois palmos de fundura, quando se andava lavrando, e sem que na vizinhança se encontrassem quaisquer vestígios antigos (cacos, etc.); eu estive também no local.

Na tarde do mesmo dia fui a Outeiro Jusão com o Rev.<sup>do</sup> D.<sup>or</sup> Liberal Sampaio, que é muito sabedor das cousas históricas de Chaves, e possuidor de uma coleção de antiguidades, como logo direi. Em Outeiro Jusão, isto é, \*Outeiro-de-Jusão, por «Outeiro de baixo»<sup>1</sup>, vimos metida na parede de uma casa outra pedra que tinha na face externa uma inscrição igual a uma de que falei há pouco: PRAEN (talvez na face de dentro haja COROQ, como naquela). Outeiro Jusão dista 1:500 metros, pouco mais ou menos, da Trancada, onde apareceu a primeira pedra, e fica também na freguesia de Samaiões.

15 de Julho.—Por indicação e convite do D.<sup>or</sup> Liberal Sampaio fiz com ele uma excursão arqueológica ao Pontão. O Pontão é um sítio nas margens do ribeiro de Ribeiras<sup>2</sup>, ao pé do lugar da Abóboreira<sup>3</sup>, freguesia de Val d'Anta, concelho de Chaves. Há aí restos de

Chaves: (Aquae) Flaviae: cf. *Religiões da Lusitania*, III, 180, n. 5; e *Ligações de Philologia Portuguesa*, p. 258.—Acêrca do castelo vid. o citado artigo do S.<sup>or</sup> Ribeiro de Carvalho na *Arte e Natureza*, VII. No castelo copiei algumas marcas de canteiro, de que dou amostras na nota anterior.

<sup>1</sup> Jusão vem de \*iusanu, palavra que deriva de iusum por deorsum «para baixo»: *Grundriss der roman. Philol.*, t. I, 2.<sup>a</sup> ed., p. 472. Nos nossos documentos medievais ha: de jusano: vid. Cortesão, *Subsidios*, p. 4. Acerea de jussā (jussā) vid. o *Elucidario de Viterbo* s. v. Em textos não nossos ha iusana no sec. VI-VII: A. Thomas, in *Mélanges Haret*, p. 514.

<sup>2</sup> Ribeiras é plural de *Ribeira*, diminutivo de *riba* «margem» (também se diz em algumas partes, no plural, *arribas*).

<sup>3</sup> Assim ouvi pronunciar, e assim vem escrito na *Chorographia* de Bátista, VI, 2, aindaque ele a par escreve «ou Aboboreira». Em verdade Aboboreira virá de *Aboboreira*, isto é, *Abobreira* por *Abobereira*, fórmula que se lê em documentos medievais. De *abóbora*.

um solido muro romano, de 0<sup>m</sup>,67 de largura, formado de pedras (granito) e argamassa, do tipo que os Romanos chamavam *opus incertum*; tem de um lado e do outro «cachorros», ou pedras saídas. Este muro ligava dois morros, ficando para o Norte uma bacia e para o Poente, Nascente e Sul morros. O ribeiro tem um «pontão» moderno, tambem de granito, o qual dá o nome ao local. Não sei para que serviria tal muro. Ponte? Defesa? Segundo a lenda do povo, isto era uma presa ou açude do tempo dos Mouros, para conter as agoas do ribeiro, e nelas se navegar em barcos até á vizinha aldeia de S. Jurge, que fica para o Norte a uns 4 kilometros. O povo explica sempre tudo, ou bem ou mal. Pouco distante d'aqui encontram-se, como verifiquei, muitas pedras aparelhadas, tijolos grossos, e pedaços de *opus Signatum*: manifestos vestigios de povoado lusitano-romano. D'epoca anterior á romana conserva-nos o nome de Val d'Anta uma memoria, pois *Anta* quer dizer «sepultura prehistorica».

16 de Julho.—Nas *Religiões da Lusitania*, III, 613, publiquei, segundo o que se lê no t. I, p. 351, das *Memor. archeolog.-hist. de Bragança* do Rev.<sup>do</sup> Manoel Alves, Abade de Baçal, uma inscrição existente na igreja de Curral de Vacas, concelho de Chaves, a qual apresentava dificuldades de leitura. Já pelo natural desejo de examinar a propria lapide, vistoque eu estava proximo do local, já por instancias do benemerito arqueologo que a descobrirá, e primeiro a publicára, empreendi um passeio a Curral de Vacas. Acompanham-me amavelmente o S.<sup>or</sup> Aventino Leite de Faria, Professor do Liceu, e o S.<sup>or</sup> Armando José Claro, Contínuo do mesmo estabelecimento.

Ás 6 da manhã já estávamos a cavalo e prontos para partirmos. Durante umas horas seguimos pela estrada municipal que corta a fertil *veiga de Chaves* junto da serra do Brunheiro. Em Vila Verde parámos. O sitio confirma o nome, pois ensombram a povoação frescas matas de freixos, pinhais e carvalhais. Numa taberna tomámos uma refeição de pão de centeio negro, e queijo de cabra. Depois internámo-nos no sertão, por caminho velho, pedregoso, ladeado de *poulas*<sup>1</sup>, e ingreme, com a serra de Larouco, ao longe, para o Poente. Ao cimo da ladeira encontrámos o cemiterio, de muros caiados e com duas capelinhas á entrada: mais luxuoso do que se costuma em aldeias. Logo em seguida apareceu-nos Curral de Vacas, de casas escuras, providas de extensas varandas de pau.

---

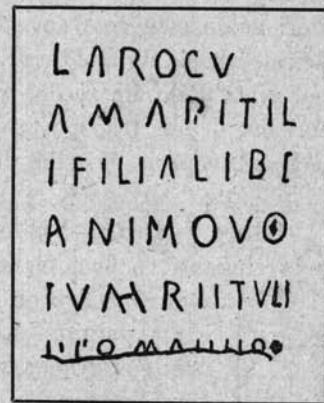
<sup>1</sup> Terrenos de mato, incultos, longe de rio.

Lá estava na igreja a inscrição, gravada num cipo, que serve de mesa na capela-mor (mesa para se pousar o missal, as galhetas, etc.). O cipo fôra caiado e pintado modernamente. Li do seguinte modo a inscrição (vid. infra): *Larocu Ama, Petili(i) filia, libe(ns) animo votum rettuli(t) pro marito.* Interpreto PITALI por *Petili(i)*, baseado em haver na Iberia outras inscrições em que aparece este gentilicio (no feminino): *Petiliae* e *Petilia Marta*<sup>1</sup>, e em não faltarem exemplos de na indicação da filiação se empregar o gentilicio do pai<sup>2</sup>. *Ama* consta de outras inscrições nossas<sup>3</sup>. Entenda-se que *Larocu*=*Laroco* é o dativo de um nome de deus, isto é, de *Larocus*, o qual nada tem porém, quanto a mim, com o nome da serra de que falei há pouco. A formula *votum rettuli(t)* só a conheço d'este texto<sup>4</sup>. A ara mede 0<sup>m</sup>,69 de altura, e 0<sup>m</sup>,25 na menor largura; as letras estão gravadas profundamente, e medem 0<sup>m</sup>,05 de altura, umas mais, outras menos.

Durante a minha estada em Curral de Vacas penhorou-nos com obsequios o Sr. Francisco Ferreira, a mim e aos meus companheiros.

No regresso passámos rapidamente pela solitaria capela de Santa Marta de Vila-Frade, em cujo alpendre existe uma inscrição romana, em parte coberta de rebôco; por falta de tempo, e por já ser conhecida, não a copiei.—Esta excursão fôra feita de manhã, antes dos exames, e tornava-se-me necessário estar em Chaves a tempo de assistir a eles desde o comêço, como assisti: disso a minha pressa.

17 de Julho.—Fui a Vilar de Nantes (arredores da vila) ver as célebres olarias de loiça preta ordinaria; elas são numerosas, mas



<sup>1</sup> Vid. *Corpus*, II, 1566 e 2282.—Noutras regiões do Imperio romano ha *Petilius*, *Petellius* e *Petilliuss*: vid. W. Schulze, *Die Geschichte der latein. Eigennamen*, p. 618 (indice).

<sup>2</sup> Vid. *Corpus*, II, 2377 (*Potitus Cumeli*), 427 (*Victor Marii f.*), etc.

<sup>3</sup> *Corpus*, II, 5575: Hübner põe *Ama* no indice com dúvida; mas o exemplo de Curral de Vacas tira-a.—Tambem nas inscrições ha *Amma*.

<sup>4</sup> Deve entender-se assim: *ferre votum* seria o mesmo que *suscipere votum* «fazer uma promessa»; por isso *referre votum* corresponde a *solvare votum* «cumprir a promessa feita». Como ilustração, citarei Sittl, *Die Gebärden der Griecher u. der Römer*, Leipzig 1890, p. 197, n. 2.

a loiça coze-se em uma cova comum. Numa das olarias adquiri duas fôrmas de ornatos, de barro. Para ter no Museu Etnologico espécimes ceramicos das referidas fábricas, comprei depois em Chaves um *prato*, duas *ratoeiras* (uma aberta e outra fechada), e as seguintes vasilhas infantis: *pichorrinha*, *pôtinho* (de tres pés), *assador*, *alquidarinho*, *caçoulinha* (de duas asas), *caçoulinho* (de uma asa), *almotolia*: tudo de Vilar de Nantes. Quando no Museu houver espaço, representarei melhor esta industria; por ora contento-me com o que fica indicado.— Na ida a Vilar de Nantes acompanhou-me o S.<sup>or</sup> João Delgado, Professor de ensino livre em Chaves.

Nas vizinhanças de Chaves, á beira da estrada, ha tambem varios fornos de cozer telha. Num, onde estive, vi fazer as telhas assim: estende-se com as mãos o barro numa *grade* pequena de madeira, especie de moldura<sup>1</sup>, que pousa numa taboa plana, e passa-se por cima d'ele um *razão*, que o *raza*, como se faz quando se medem cereais; depois transporta-se, assim razado, para cima da fôrma ou *galápo*<sup>2</sup>, especie de telha de pau, com cabo (fig. 13).

18 de Julho. — Visitei o forte de S. Neutel<sup>3</sup>, onde ha uma capela elegante, e bem tratada, para a qual se sobe por tres lados;

tem alpendre ou *cabido*, com assentos de pedra em volta, e um pulpito. A capela estava fechada, mas por um dos postigos gradeados da porta vi que era forrada de azulejo amarelo, branco e azul: o santo, de roupagens salpicadas de ouro, ergue-se no seu altar empunhando majestosamente um baculo; das paredes pendem ex-votos constituidos por quadros, e por figuras de céra.— Ao forte servia de guarda um unico soldado.

No regresso encontrei-me com um cabo de infantaria, já idoso, porém alegre e tagarela, o S.<sup>or</sup> Antonio Maria Pronto, que é uma gloria de Chaves, embora aposentada: apenas me viu, desfiou-me a sua vida militar, contando-me que muito peregrinara por terras ultramarinas, e d'isso compusera e imprimira um folheto poetico de 8 paginas, de que me vendeu um exemplar por um vintem. O folheto, orna-



Fig. 13  
Galápo

<sup>1</sup> É analoga á *adobeira*, de que falei na *Hist. do Museu Etnolog.*, p. 206.

<sup>2</sup> Em Avis dizem *galápo*. — Em hespanhol ha tambem *galapo*, que significa fôrma, porém de fazer cordas (o *Dicc.* da Academia hespanhola dá a palavra como de origem arabica; cf. Eguilar, *Glosario*, Granada 1886, p. 404).

<sup>3</sup> Isto é, S. Eleuterio.

mentado no frontispicio com um soldado e um navio, simbolos do expedicionario e da expedição, tem o seguinte titulo autobiografico: *RECORDAÇÕES DA MOCIDADE: despedida á sua terra de um cabo expedicionario á India em 1871 por 4 annos, quando já tinha expedicionado para Angola em 1860 por 3 annos no batalhão expedicionario de D. Pedro V.* Se isto é longo como titulo, é breve como biografia: contudo a dos homens notaveis pôde sempre resumir-se em poucas palavras. E ninguem duvidará da notabilidade do autor, ouvindo-o exclamar:

Pelos meus superiores  
Fui eu sempre respeitado  
Mas no serviço activo mal remunerado  
Por isso sou agora um cabo reformado:

do que se vê que a antiga «Literatura de cordel», não obstante estar hoje em natural decadencia, ainda de vez em quando pestaneja.

19 de Julho.—O Rev.<sup>do</sup> D.<sup>or</sup> Liberal Sampaio vive em Chaves, onde é Advogado, mas tem casa em Outeiro Sêco, e aí uma colecção arqueologica, que fez o obsequio de me mostrar (pela segunda vez, pois eu já a havia visto em 1895). No caminho de Chaves para Outeiro Sêco passa-se pela capela da Senhora da Azinheira, de estilo romanico (arco de volta redonda, pilastres com capiteis de folhas e animais, «cachorros» ao longo dos muros, sob o telhado), situada num ermo, entre campos. Alguns dos cachorros jaziam em pedaços, pelo chão! Como em Portugal se olha pouco pelas cousas de arte e arqueologia! No alpendre ha uma campa que tem gravado em cima um «pico» (vid. a fig. 14, aqui ao lado), emblema certamente da profissão do morto, como outros analogos que se mostram á entrada da igreja de S. Miguel do Castelo em Guimarães, e em cabeceiras de sepulturas (Museu Etnologico, etc.).

A colecção do D.<sup>or</sup> Liberal consta de moedas e antigualhas. As moedas, que começou a reunir em 1876, são portuguesas, hespanholas, e romanas (tanto da republica como do imperio), estas últimas encontradas geralmente pelo concelho de Chaves; tambem com as moedas ha medalhas portuguesas. Todo o monetario está ainda por classificar. Entre as antigualhas notei machados de pedra, instrumentos prehistoricicos de bronze, fragmentos ceramicos de várias épocas, uma enxada de ferro romana aparecida no Couto de Ervedêdo



Fig. 14—Numa campa

(Chaves) com moedas de Maxencio, dois outros ferros agrarios achados em Fírvidas (Montalegre) com moedas de Constantino, e sobre tudo dois aneis, um de bronze, com enfeites na pala, encontrado perto de Carrazedo de Montenegro (Chaves), e o outro de ouro, romano. O nosso Doutor é *liberal* tambem nos feitos, e por isso me brindou com os seguintes objectos, que eu trouxe para o Museu Etnologico: dois machados de pedra polida, e um pedaço de outro, dos arredores de Outeiro Seco; uma seta de cobre, e um pedaço de vaso ornamentado, da quinta da Mina; uma rodelha ou disco pequeno de barro, do tipo da loiça dos castros (arredores de Outeiro Seco)<sup>1</sup>; um pedaço de tegula com impressões de patas de animais<sup>2</sup>; outras miudezas.

Na quinta da Mina, que pertence ao D.<sup>or</sup> Liberal Sampaio, e está junto da casa, me mostrou ele um rochedo granitico com duas excavações do tipo dos «lagares»: uma d'elas tem de largura 1<sup>m</sup>,5, e a outra, contigua a esta, e em comunicação com ela, tem de largura 1<sup>m</sup>,05; a profundidade das duas orça por 2 ou 3 decimetros. Diriarmos *lagar* e *lagareta*. Ao pé encontrei eu mesmo, no chão, pedaços de mós manuarias (da parte chamada *meta* ou «poisô») e de tegulas.

- 20 de Julho.—Como para a Historia da Numismatica, que estou escrevendo, eu precisasse ver o monetario que o falecido José Homem de Sousa Pizarro organizára em sua casa, em Bóbeda, dei um passeio a esta povoação, e nele me acompanhou o D.<sup>or</sup> Francisco de Barros, parente de Pizarro, e de quem já acima falei. A colecção compõe-se de moedas da republica romana, de prata, de moedas do imperio, dos tres metais, de um triente visigotico de *Hispalis*, de moedas portuguesas de todas as dinastias e metais, e de algumas da nossa India; tambem nele ha algumas medalhas portuguesas e estrangeiras. Pizarro começára a coleccionar aos 27 anos, e morreu de 60 anos em 1898, em Bóbeda. Com as moedas tambem coleccionava antigualhas, e de uma me fizera dadiva para o Museu Etnologico em 1895, por ocasião de o eu visitar.

21 de Julho.—Fui a Nantes, em companhia dos S.<sup>ors</sup> Aventino de Faria e João Delgado.

Note-se que ha *Nantes* e *Vilar de Nantes*. Apesar de homofonia ou homografia entre este nome e o da cidade de França bem conhe-

---

<sup>1</sup> Cf. *Historia do Museu Etnologico*, p. 185 e nota.

<sup>2</sup> Cf. *De Campolide a Melrose*, p. 40-41.

cida pelas sardinhas e pelo edito de Henrique IV em prol dos protestantes, nada ha comum aos dois: *Nantes* de França representa o nome de um povo gaulês, Nânetes, de quem fala Cesar nos *Commentarios*, III, IX<sup>1</sup>; *Nantes* de Chaves representa, quanto a mim, um patronimico, que nos nossos documentos medievais tem a fórmula *Nântiz* (sec. X)<sup>2</sup>, e que provavelmente é de origem germanica<sup>3</sup>. Deve entender-se que na idade-média existiu um individuo chamado \**Nanto*, que ali possuia uma propriedade, a qual por isso recebeu o nome de *Nantiz*, isto é, «de Nanto». Com o tempo formou-se um povo em volta ou dentro da propriedade, e ele conservou a designação preexistente. Após este formou-se *Vilar*, que, por ficar perto, adoptou por sobre-nome tambem *Nantes*. Ha tambem várias *Nantes* na Galiza, irmans da nossa: con quanto no *Diccionario Geográfico postal* (hespanhol) eu veja escritos os respectivos nomes com -s, e não com -z, como se esperaria da fórmula medieval portuguesa, devo lembrar que já no sec. XVI em galego o -z antigo passa para -s<sup>4</sup>. Se no mesmo *Diccionario*, a par de *Nantes*, com -s, se vê *Mendez*, com -z, como nome galego, isso não se opõe a que *Nantes* da Galiza represente \**Nantez*, pois tambem lá se lê *Ramiles* e *Gondulfes*, que correspondem a fórmulas medievais com -z: é que na ortografia de *Mendes* influiu a ortografia hespanhola, *Menéndez*, ao passo que quem escreve *Nantes*, *Ramiles*, *Gondulfes* não sabe que originariamente esses nomes tinham -z. O mesmo digo de outros nomes galegos escritos com -s.

Em *Nantes* só vi digno de nota o *Hospicio*, vivenda fradesca para convalescença de doentes. Ha ainda lá jardins, fontes, murtedos,— lembrança de antigos e regalados dias.

**22 de Julho** — Em companhia, não sómente, e mais uma vez, do D.<sup>or</sup> Francisco de Barros, que foi inexcedivel em obsequios para comigo, mas tambem da do Rev.<sup>do</sup> Silvino Rodrigues Nobrega, Paroco de Samaiões, andei um fim de tarde pela Serra do Brunheiro, à procura de antiguidades prehistoricicas. A Serra limita

<sup>1</sup> Acêrea da origem, vide: Gluck, *Die bei Caesar keltischen Namen*, Munich 1857, p. 140.

<sup>2</sup> Vid. Cortesão, *Onomastico*, p. 235.

<sup>3</sup> Cf. *Nantimiri*, *Nantomiri*, etc. Acêrea do elemento nant-, cf. Meyer-Lübke, *Die altportug. Personennamen*, p. 41.

<sup>4</sup> Por exemplo *Gonçales* (por *Gonzalez*) nos *Documentos gallegos* de Martinez Salazar, Corunha 1911, p. 164, mais de uma vez. Outros exemplos de confusão de s e z no Ocidente da Peninsula (Lião) temo-los na *Rev. de Filologia Espan.*, I, 81 (Menéndez Pidal).

a veiga de Chaves pelo Nascente; é granitica, e vestida de castanheiros bravos, de cuja madeira se fazem cestos. Tambem lá haverá ou terá havido em algum sitio *abrunheiros*, donde veio o nome. Nas baixas vêem-se muitas quintas e povoações: *Nantes*, *Vilar*, etc. Apesar de termos atravessado em vários sentidos os, por assim dizer, rios de pedras que se estendem pela serra a baixo, e de nos termos emmaranhado várias vezes em silveiras, nada encontrámos arqueologico.— A minha ida ao Brunheiro resultou de eu supor, por assim me haver dito quem m'o ofertou, que um pedaço (metade) de instrumento paleolítico que se guarda no Museu Etnológico aparecera lá. Só depois vim a averiguar que ele aparecera, não na serra, porém na quinta de Condeixa, situada nas abas da mesma.

23 de Julho.—Acompanhado pelos S.<sup>ors</sup> D.<sup>or</sup> Francisco de Barros, Rev.<sup>do</sup> Nobrega e Inacio Pizarro, vi o importante «castelo» ou castro da Curalha, situado na freguesia do mesmo nome, concelho de Chaves<sup>1</sup>. Jáz sobre o Tamega, que lhe passa ao Nascente e Sul, e aí vem correndo entre colinas bravas, sem vegetação, e só cobertas de penedia. Era já tarde quando fiz a minha visita, e por isso não pude examinar tudo com atenção.

O castro fica em uma altura pequena, porém extensa. Por causa da pouca elevação do local tornou-se necessário construir muros muito fortes, para se obter boa defesa: e de facto os muros são ciclopicos, e dos mais solidos e possantes que tenho visto em castros. Ha pedras enormes quer na base, quer também por todos eles; num ponto até faz parte da muralha um penedo grande, natural. As pedras estão dispostas sem cimento, mas muito bem alinhadas. Restam ainda em alguns sitios lanços optimamente conservados, de 4 metros de largura; noutros sitios existe só pedregulho caído. Ao Nascente ha uma entrada de 1<sup>m</sup>,40, de forma de corredor, que mede uns 6 metros de comprido. Todo o material empregado é granito.— Talvez haja mais de uma muralha.

Pelo castro encontram-se muros de casas; às vezes estas ligam-se a penedos, como ainda hoje acontece nas aldeias do Norte e do Centro do país. No chão, em todo o ambito do castro, aparecem pedaços de grossos tijolos romanos e de tegulas. O Rev.<sup>do</sup> Nobrega achou um fragmento de loiça pre-romana ornamentada, que eu trouxe para o Museu.

---

<sup>1</sup> D'ele diz Argote duas palavras nas *Memorias de Braga*, II, 496.

**24 de Julho.**—Em tempos tive ideia de escrever um livro intitulado «Povos montesinhos (quasi como quem dissesse «semi-barbaros»!) de Portugal», ou com título semelhante, e nesse sentido publiquei em 1882 um opusculo acerca de Soajo, e tenho outro começado há anos acerca de Castro Laboreiro, onde estive em 1904. A acumulação de trabalhos fez-me porém, se não desistir inteiramente da obra, pelo menos procrastinar indefinidamente a realização d'ela, tanto mais que o assunto que eu havia de tratar no projectado livro vou-o tratando por partes noutras escritos. Uma das regiões que deviam ser estudadas era Barroso, por causa do seu carácter arcaico ou primitivo. Visto que eu estava em Chaves, e se me ofereceu oportunidade de ir lá, aproveitei-a com toda a satisfação; só lamento que não pudesse dispor de muitos dias. A excursão demorou umas dez horas, ida e volta (em automovel)! Estudar Barroso em tão pouco tempo tornava-se impossível. Ainda assim, alguma causa observei, e alguns objectos colhi para o Museu. A excursão fi-la a convite do D.<sup>or</sup> António Granjo, de Chaves, que tinha de ir a Montalegre em serviço de advocacia, profissão que ele exerce com crédito. Foram conosco outros seus amigos, e entre eles o S.<sup>or</sup> Firmino Moraes Soares, a quem particularmente fiquei também devendo finezas.

BARROSO é uma região que abrange todo o concelho de Montalegre, quasi todo o de Boticas, e deminuta parte dos de Chaves (Soutelinho), Cabeceiras de Basto (Magusteiro, Formigueiro, Toninha e Moscôso, povoações que ficam na freguesia de Rio-Douro ou Rio do Ouro) e Vieira (Lamalonga e Campos). O concelho de Montalegre chamava-se outr'ora *Terras de Barroso*<sup>1</sup>, e da extensão da designação falam ainda estas duas denominações de freguesias do concelho de Boticas: *Covas de Barroso* e *Alturas de Barroso*<sup>2</sup>. A vila de Montalegre tem as honras de passar por capital da região inteira. O adjetivo gentílico de Barroso é *barrosão*: «*boi barrosão*»<sup>3</sup>; substantiva-

<sup>1</sup> Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, ix, 552. Cf., quanto à denominação de *Terras de Barroso*, Fr. Luis de Sousa, *Vida do Arcebispo*, liv. III, cap. 5.<sup>o</sup> (na ed. rolandiana t. I, 1842, p. 403). Figueiredo da Guerra, *Notícias de Boticas*, p. 3, diz *Terra*, no singular, mas creio que inexatamente.

<sup>2</sup> *Alturas* é também o nome da serra em que fica a povoação. Cf.: Bátista, *Chorographia*, I, 595; Figueiredo da Guerra, *Notícias de Boticas*, p. 3. Já antes d'elos dissera Fr. Luis de Sousa na *Vida do Arcebispo*, liv. III, cap. 6: «Neste limite das *Alturas*, que com muita razão possue tal nome pela eminencia que tem sobre todas as mais serras de Barroso...» (na ed. rolandiana, t. I, 1842, pp. 410-411).

<sup>3</sup> Perry, *Geographia e Estatistica*, 1875, p. 135.

mente *Barroso*, «habitante de Barroso»<sup>1</sup>. Acérca do sufixo -ão vid. as minhas *Lições de Philologia*, p. 424. No *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* tambem acho consignado o adjectivo *barrosinho*. O sufixo -inho, de -inus, é o mesmo que em *Bizcainho*, *ribeirinho* (morador na «ribeira», por oposição a montanhês), *montesinho*, etc.; já os Romanos diziam *Praenestinus* (de *Praeneste*), *Arpinus* (de *Arpi*), e hoje dizemos literariamente *Londrino*, *Brigantino*. A respeito de Barroso não ha, que eu saiba, nenhum trabalho geral vasto, mas ha artigos, memorias, referencias, quer em tratados de geografia, quer em revistas, jornais, e opusculos. Abstraindo dos tratados geograficos, citarei aqui, além de outros escritos: os cap. 5 e 6 do liv. III da *Vida do Arcebispo* por Fr. Luis de Sousa (sec. XVII), que, em melodioso estilo, mas um tanto no vago, assinala a aspereza do clima e alude á barbárie dos habitantes, e á poesia popular e danças; *Ensaio topografico estatístico do julgado de Montalegre* por J. dos Santos Dias, Porto 1836; *Revista Lusitana*, t. XI, p. 74 sgs. (extracto do *Bejense* por A. T. Pires), e t. XVIII, p. 223 sgs. («Tradições populares de Barroso» por F. Barreiros: comêço de uma abundante colecção, cuja conclusão será publicada em breve); *Arte e Natureza em Portugal*, n.º VII, com figuras; A. Sampaio, *As «villas» do N. de Portugal*, Porto 1903, p. 24 sgs. (regime pastoral do Barroso); *Noticia do concelho de Boticas* por L. de Figueiredo da Guerra, Viana 1911; *Ensaio de inventario dos castros do concelho de Montalegre* por F. Barreiros, Bragança 1914 (reproduzido no *Arch. Port.*, XX, 211 sgs.); *Portugalia*, I, 665 (arqueologia prehistorică, por José Fortes); uma serie de artigos de Antonio Granjo na *Capital* (jornal lisbonense), de Agosto a Outubro de 1915.

<sup>1</sup> Cf. Julio Moreira, *Estudos da lingua portuguesa*, II, 212, e a seguinte cantiga popular de lá:

Hei-de casar p'ra o Barroso,  
Que é terra de muito pão?

Antes quero morrer á fome  
Que casar c'um Barroso!

(colhida por Fernando Barreiros).—Com quanto o plural classico de *Barroso* devesse ser *Barrosões*, diz-se *Barrosões*, por analogia com os nomes que provém do latim -ones.—Em Cerdal (Alto-Minho) ha uma familia que tem por alcunha *os Coirões* (no sing. *Coirão*); este nome deve ter sido originariamente o gentilicio de *Coira*; cf. *uva coirã*, especie de uva branca, e em Penafiel *egoa coiranã*, isto é, das crias que se fazem em *Coira*. (Estas informações e explicações a respeito de *Coira* deu-m'as o meu erudito amigo e colega D.<sup>r</sup> José Maria Rodrigues, que é natural do Alto-Minho).

O automovel que nos levou a Montalegre partiu de Chaves pela manhã. A rapidez, com que íamos, só me permitia «olhar» para os locais por onde passavamos. A estrada circula através de montes e outeiros, de vegetação rasteira (urze, carqueja), e ferozes de penedia. Nas baixas correm ribeiros pequenos, ao pé dos quais, aqui e além, há um moinho. A primeira povoação que encontrámos foi Curalha, de cujas antiguidades falei acima. Depois ladeámos o Leiranco, e tocámos na aldeia de Sapiães, que fica num vale de castanheiros, entre aquele monte e o Castro, com algumas casas cobertas de colmo, e eiras em que avultavam canastros; ao lado esquerdo avistava-se uma cova, melhor diríamos sertão, em que jaz a vila de Boticas, espalhada em meio de campos. Vamos em seguida por uma serra extensa e plana, toldada de nevoeiro. O vento fustiga-nos de frente, e cai chuva em borrifos de vez em quando. Agora temos diante de nós campos com *rôdas*, *medouchas* e *mêdas* de centeio<sup>1</sup>, nas vizinhanças de Gralhós, que o automovel atravessa, e cujas casas são colmadas como as de Sapiães: pareciam montões de palha que estivessem a secar. Por fim aparece-nos Montalegre num morro, com seu castelo, de que se avista á entrada da povoação a torre de menagem e vários cubelos: vid. fig. 15, extraída de um bilhete postal.

A vila de Montalegre, ou *Muntalegre* (*Monte Alegre*), como diz o povo<sup>2</sup>, consta de duas partes: da *vila* propriamente dita, e de um bairro denominado *A Portela*, que é muito curioso para o etnografo, por as casas serem sem cal, com telhados de colmo<sup>3</sup>, e por habitar aí a maioria da população que trabalha no campo ou vive dos gados.

<sup>1</sup> Chama-se *rôda* a um grupo de mólhos de centeio, dispostos em círculo logo em seguida á ceifa, e colocados uns sobre outros, com as espigas voltadas para o centro do círculo: isto tem por fim fazer acabar de secar a «messe», e fazer com que as espigas vão acamando, de modo que se *emmedouchem* mais facilmente. *Medoucha* (= med-oucha) é uma mêda de centeio pequena, que se faz depois da ceifa, no proprio campo, em quanto a «messe» não é *carrada* para a eira. *Mêda* é um montão de molhos de centeio, que se faz na eira, antes da malha: compõe-se, em geral, de 20 medouchas.—Incidentemente direi tambem que se chama *pousada* ao conjunto de cinco mólhos de «messe»; calcula-se que dá um alqueire, e assim se diz: «esta terra deu tantas *pousadas*», quando se quer declarar a produção que teve.—*Messe* significa «centeio»: *cortar messa*.

<sup>2</sup> Ao passo que na lingoa literaria se fez de *Monte* e *Alegre* uma só palavra, *Montalegre* = *Mont'alegre*, por sincope sintactica do e do primeiro elemento, o povo lá, e em Chaves, pronuncia separadamente os dois elementos. O mesmo acontece a *Portalegre*, que o povo pronuncia *Porto-Alegre* (expressão que passou para o Brasil, onde serve tambem de nome de cidade).

<sup>3</sup> O colmo segura-se na armação com pedras ou torrões.

Outr'ora havia grandes e bulhentas rivalidades entre os rapazes da Portela e os da vila; hoje vão desaparecendo. A essas rivalidades aludem certamente as duas cantigas populares que lá ouvi:

Raparigas da Portela,	Adeus, bairro da Portela,
Abençoadas sejais!	Bairro da marmuração,
Vós sois as que dais o risco <sup>1</sup>	Dónde s'escrevem sentenças
Aonde quer que chegais <sup>2</sup> .	Sem letrado, nem scrivão <sup>3</sup> .

As casas da Portela tem ás vezes á entrada um coberto chamado *cumbarro* (*combarro*)<sup>4</sup>; por dentro são pequenas e porquissimas. En-



Fig. 15 — Montalegre, p. 25

trei numa, toda defumada: a cozinha era contigua á córte do gado, e comunicava com ela.

<sup>1</sup> Isto é: «vós sois quem brilha mais nos adjuntos ou nas danças, e servis de modelo ou norma ás outras».

<sup>2</sup> Entende-se que esta cantiga é originaria do bairro respectivo.

<sup>3</sup> Isto é: «onde se julgam ou criticam os de fóra». — Entende-se que esta cantiga é originaria da vila.

<sup>4</sup> No couto de Ervedêdo (Chaves) chama-se *combarrada* um coberto ou telheiro, cujo telhado é lenha assente em postes; á proporção que a lenha se vai gastando, a *combarrada* vai-se descobrindo, até que ficam só os postes. *Combarrada* está para *combarro*, como *alpendrada* para *alpendre*, e *arcada* para *arco*. — Talvez a palavra venha de *ombro* + -arro.

As mulheres usam lenço na cabeça, casaco (curtinho), saia e avental, e internamente *saióla* ou *inágoa* (por «anágua», saia branca), saiote, colete de cotim, e camisa; vestem as pernas com *piucas* ou *meias redondas*, de lã ou de algodão, as quais terminam no tornozelo; calçam *cocos*, e resguardam os pulsos e parte das mãos com *manguitos* de burel; por cima das costas poem *capa* ou *guarita de cruchô* (especie de capuz que cobre a cabeça). Vid. fig. 16, copiada de um bilhete postal. Na *Ribeira*<sup>1</sup> as mulheres trazem pelas costas um avental que se prende ao pescoço por meio de cordões: parece que se chama *mantil*. Os homens usam chapeu de palha, que tem em volta um *cinto*



Fig. 16 — Barrosã

ou fita ornada com um *coração* de çaragoça, e na copa uma *corda* de pano de côr; trazem *blusa* entre a camisa e o colete, e quando não se cobrem com chapeu, cobrem-se com uma *capa de cruchô*, como as mulheres.

Tanto os pastores, como certos camponios *curjidosos*, entretem-se ás vezes fabricando com arte objectos miudos de pau, por exemplo: rocas, fusos, *espadelas* de espadelar linho, cabos de *seitoiras* de segar centeio, aguilhadas, colhéreas, pratos, saleiros, bancos, flautas: tudo isto mais ou menos ornamentado á navalha, ora com «ramos»

<sup>1</sup> Acerca do que é *Ribeira*, vid. adiante, p. 30.

(as espadelas), ora com a figura do sino-saimão (as rocas), ora com traços angulares (as seitoiras), etc.<sup>1</sup>. A arte porém que aqui se revela não é tão apurada como a dos pastores do Alentejo: dir-se-ia que ela se executa mais por tradição (por ser esse o costume), do que por gosto individual. Tambem os Barrosões fazem tranças de palha para chapeus, e põem desenhos nos *jugos* dos bois<sup>2</sup>. Nas figs. 17 (e 17-A), 18 (e 18-A), 19 e 20 represento duas espadelas (cada uma vista das duas faces), um cabo de foicinha ou *seitoira*, e um *jugo*.



Fig. 17



Fig. 17-A



Espadelas (Barroso)



Fig. 18-A

O que atèqui tenho dito refere-se ao bairro da Portela. A *vila* é mais civilizada, e satisfaz regularmente aos requisitos que se exigem de uma terra da sua categoria, cabeça de concelho e de comarca. Ha nela muitas casas caiadas, e até de certo luxo. Vem a pélo dizer que quando o frio é grande, as pessoas mais ricas, e que por necessidade tem de estar em casa, aquecem-se á *braseira*, que consta de: *bacia*, de cobre ou de ferro; *mão da bacia*, tambem de cobre ou de ferro,

<sup>1</sup> Já me referi a estes costumes na *Hist. do Museu Etnologico*, p. 223, nota.

<sup>2</sup> O *jugo* firma-se no cachaço dos bois, colocado sobre almofadas chamadas *molheiras*. Não só por todo o Portugal, mas na Galiza (cf. *Hist. do Museu Etnologico*, p. 323), ha *jugos* ornamentados, uns mais, outros menos.

para mexer as brasas; *caixa da bacia ou roda*, de madeira. Na fig. 21 dou um desenho de *mão*. A braseira existe mais ou menos por todo o Portugal, mas principalmente no Norte e no Centro; os nomes das suas pertenças é que ás vezes diferem: por exemplo a mão diz-se algures *pá*, *férria* (*férria*) e *ferrinha*; a roda diz-se *estrado*<sup>1</sup>. Não raro se encontram pás de cobre muito artísticas (de forma de *concha*, com cabo)<sup>2</sup>. Na Beira Baixa costumam colocar sobre o estrado da braseira um gradeado cilíndrico, a modo de gaiola, ao qual se chama *exxugador*, porque ái se exxuga roupa, lençóis, etc. Só os ricos, como disse, ou os remediados, se aquecem á braseira; os pobres aquecem-se na cozinha, em volta do lume que arde no lar. Tambem quem não quer ou pôde adquirir braseiras se serve de um fogareiro, ou de um assador, posto com brasas em meio de uma sala ou de um quarto, como tenho visto em diversas terras. As condições climáticas fazem que a Etnografia varie de província para província.

Outra prova da civilização da vila de Montalegre está em se publicarem nela dois jornais, um com título local, o outro com título regional: *O Montalegrense*, semanário republicano, que á data de 22 de Julho de 1915 contava 3 anos, e 122 numeros; e *O Crente de Barroso*, semanário católico, «defensor dos interesses de Barroso», que á mesma data contava 3 anos, e 106 numeros. A par com os assuntos que cada um se propôs especialmente tratar, tambem por



Fig. 21 — Mão de braseira

Fig. 19 — Cabo de setoira, p. 28

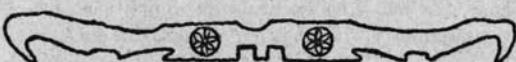


Fig. 20 — Jugo barroso, p. 28

vezes encerram versos e notícias históricas; o *Crente de Barroso* publica neste sentido umas «Ephemerides de Montalegre», que são curiosas e de valor para a história da terra. Melhor fôra que os jornais da província se ocupassem sempre, e com seriedade, das cousas das respectivas localidades, do que, como é frequente, dessem rédeas ao facciosismo, sem utilidade para ninguem, antes com desdouro para eles próprios.

<sup>1</sup> Em hespanhol: *brasero* «bacia», metálica; *tarima* «estrado»; *badila* «pá».

<sup>2</sup> A propria palavra *concha* se usa como termo técnico, a par de *mão*, por exemplo em Freixo-d'Espada-á-Cinta, embora ái *mão* seja mais vulgar.

O castelo, de que já acima ofereci ao leitor uma vista (fig. 15), ergue-se num extremo da vila, sobranceiro á Portela, e ao Cávado, que murmura lá em baixo, em leito de fraguedos.

Os rios, como não se ignora, servem a cada passo para delimitar e denominar regiões. Pelo que toca a Montalegre, existe no concelho um tracto de terreno que, por avizinhar o Cávado, se chama por antonomasia *o Rio*, e comprehende as seguintes povoações: Cambeses, Frades, Cezelhe ou Sezelhe, Travaços, Covilhães, Paredes, Fiães, Loivos, Contim, S. Pedro, e Vilaça. Algumas d'estas palavras empregam-se seguidas de *do Rio*, por exemplo: *Paredes do Rio*<sup>1</sup>, *Travaços do Rio*<sup>2</sup>, *Fiães do Rio*<sup>3</sup>, etc.<sup>4</sup>. — Não se confunda *Rio* com *Ribeira*, expressão que tambem se usa, e a que ponho aqui como documento uma cantiga popular:

Antes que <sup>5</sup> sou de Barroso,	Tambem sei notar cantigas
Criado na carrasqueira <sup>6</sup> ,	Ás meninas da Ribeira <sup>7</sup> .

Chama-se *Ribeira* á zona oposta á montanha: assim de Boticas para alem é—a *Ribeira*, e o mesmo se diz do territorio que fica para os lados de Cabril, em posição baixa<sup>8</sup>.

A proposito de nomes de terras: ouvi dizer a várias pessoas *Meixendo*, em vez de *Meixedo* (frèguesia do concelho de Montalegre), como vulgarmente se escreve; essa palavra está por \*ameixendo, a

<sup>1</sup> Assim chamada, por oposição a *Paredes de Salto*, que fica noutro sitio, embora dentro do concelho.

<sup>2</sup> Por oposição a *Travaços da Chã*. Incidentemente notarei que *Travaços* se deve escrever com *ç*, e não com *ss*, como geralmente se faz. Ha em Portugal outros *Travaços*, e tambem ha *Travaçó* e *Travaço*. Em docs. ant. lê-se *Travazoo*, *Travazolo*, *Travazoos*; em galego ha *Trabazas*, *Trabazos*; em asturiano *Trabazo*. Tudo isto prova que hoje se deve escrever com *ç*, que corresponde ao arc. *z*, ortografia mantida em galego e asturiano. O etimo pôde ser o lat. *trabs*, no sentido de «tronco de arvore» e «arvore» (Georges, etc.). Teríamos *Trav-aço*. Cf. quanto ao sentido *Trave*, *Traveira*, *Toca*, *Tocas*, *Tronco*, *Troncal*, e quanto á forma *lam-aço*, *Lam-açais*, *Lago-aça*, *Ago-ac-eiras*.

<sup>3</sup> Provavelmente por oposição a uma *Fiães* do vizinho concelho de Boticas.

<sup>4</sup> Na *Rev. Lusit.* xviii, 279, publicou o S.<sup>r</sup> Braga Barreiros duas cantigas em que se fala de *Fiães do Rio* e *Frades do Rio*.

<sup>5</sup> Significa «ainda que».

<sup>6</sup> Significa «terreno de carrasco». É o mesmo que *rascalheira*.

<sup>7</sup> *Rev. Lusit.*, xviii, 278 (F. Barreiros).

<sup>8</sup> Igual contraste entre *riveira* e *montanha* ou *serra* se assinala noutras provincias: cf. *Ensaios Ethnographicos*, II, 154 e 187-188. No Alto-Minho diz-se *nos montes*, tambem por oposição a *na riveira*: vid. *Rev. Lusit.* xix, 173 (Alves Pereira).

que corresponde em galego moderno *ameixenda* «terreno plantado de ameixieiras» e nos nossos documentos medievais *Ameixenedo*. — Na pronúncia popular de Barroso notei que existe diferença entre *ç-z* e *s-f* (*çume* por «*cumo*» da uva, a par de *sume-te* «*sóme-te*», *cozer* ao lume, a par de *coser* com agulha), e notei que *on* àtono soa *un* (cf. os já citados *Muntialegre* e *cumbarro*), e correspondentemente *en* soa *en* (= *e* atono nasal).

Na minha visita acompanhou-me pela vila o ilustrado Advogado, D.<sup>or</sup> Abel de Mesquita Guimarães, e com o seu auxilio adquiri estes objectos para o Museu Etnológico: duas *espadelas*, de *ramos*, isto é de madeira, ornadas com ramos gravados nelas (pára espadelar linho); um *cabo* de *seitoira*, tambem ornamentado, e parte de quatro<sup>1</sup>. O S.<sup>or</sup> José de Moraes Caldas, farmaceutico, ofereceu-me um antigo *boião de botica*, de faiança. Na secretaria da Câmara obtive um exemplar das *Posturas Municipais* de Montalegre.

25 de Julho de 1916.—Após tanto trabalho que eu tinha tido, umas poucas de horas cada dia da semana nos exames, cópia de nomes de propriedades na Repartição de Fazenda, excursões e buscas arqueologico-etnográficas, claro está que eu devia consagrar ao menos meio dia a descanso, e isso fiz, na pacata e verdejante quinta de Samaiões<sup>2</sup>, a convite do meu amigo D.<sup>or</sup> Francisco de Barros, que com toda a sua ilustre família muito me obsequiou.

Na ida de Chaves para Samaiões passei á vista de um outeiro, que se ergue á direita da estrada, e se chama *da Senhora da Conceição*. Havia lá uma capela, com sua fonte. A capela demoliram-na, e a fonte secou. «Parece que até foi castigo!», acrescentou uma mulher que encontrei no caminho, e que me contou o que deixou dito.

## \*

Objectos que obtive em Chaves para o Museu Etnológico, além dos já mencionados:

duas *bonecas* de pano (brinquedo infantil; tambem lhes ouvi chamar *bruxinhas*; noutras partes chamam-lhes *nenas*);

<sup>1</sup> Já depois que voltei a Lisboa, o S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> Abel de Mesquita Guimarães teve a bondade de não só responder a algumas perguntas que lhe fiz, mas de me remeter para o Museu duas rocas artísticas, feitas por um pastor de Cambeses.

<sup>2</sup> Samaiões é tambem o nome da freguesia em que está a quinta. Parece-se, quanto á terminação, com *Avões*, *Alvações* e outros: talvez todos representem genitivos possessivos medievais (\**Alavonis*, \**Alvationis*, etc.).

um *ruge-ruge*, de lata (outro brinquedo infantil, correspondente à «roca» de que falei na *Hist. do Museu Etnologico*, p. 212);  
 um *quartilho* e uma *caneca*, de pau (medidas antigas);  
 um *tinteiro & areiro* de loiça preta, com estojo de madeira;  
 uma coleção de estampilhas postais mandadas fazer pelo principe D. Miguel II ou seus partidarios, em 1912,—oferta do S.<sup>or</sup> António de Pádoa Pereira Coelho;  
 meio-tostão de D. Sebastião, e uma moeda de cobre de Constantino;  
 um *almofariz* de pau, e respectiva mão;  
 uma pedra achada nas areias do Tamega, e que parece mó prehistoric;a;  
 um exemplar do *Código de posturas* de Chaves, 1907;  
 duas vasilhas grandes de pau, que levam um cantaro cada uma;  
 um *pilão* ou peso de tear, feito de raiz de urze (Curral de Vacas);  
 duas *bolas de brunir* panelas de barro (de uma olaria), e um *seixo de brunir* botas (de uma çapataria), objectos que adquiri, por serem documentos do emprégo actual da pedra, como material industrial;  
 um *tinteiro* de chifre, oferecido pelo Rev.<sup>do</sup> Abade de Chaves, Manoel José Teixeira Barros;  
 uma colhér artistica, tambem de chifre,—oferta do S.<sup>or</sup> Pádoa Pereira Coelho;  
 uma *braseiro* de ferro;  
 um *reclamo* de chamar as codornizes na caça (composto de três partes: *osso de assobio, fole e bolota*),—oferta do S.<sup>or</sup> João Felipe Rodrigues Sousa;  
 um *reclamo* de chamar os coelhos (especie de fole curto),—oferta do S.<sup>or</sup> João da Silva Bravo;  
 uma *remeia*<sup>1</sup>;

uma *roca*, de lata, de apanhar fruta das arvores.

O S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> Luis da Conceição Moraes Alves prometeu enviar-me um machado de bronze e um de pedra, que possue. Ainda não os recebi. Quando chegarem ao Museu, falarei d'eles em especial.

26 de Julho de 1916.—Depois de presidir aos exames do Liceu de Chaves, tinha de ir presidir aos do Liceu de Bragança, e por isso retirei-me d'aquela vila em 26. Fiz caminho por Valpaços e Mirandela.

---

<sup>1</sup> Vide supra, p. 4.

Sai de Chaves para Valpaços ás 7 da tarde no automovel da carreira. A estrada ladeia a serra do Brunheiro. Ficam-nos á esquerda vales fundos, em que verdejam quintas. Ás vezes um ribeiro corre por meio de penhascos, d'onde se alcandoram moinhos d'agoa. Em certos pontos apresenta-se-nos diante dos olhos a surpreendente vista da *veiga*, com a vila de Chaves apinhada em torno do seu castelo, e fitas brancas de estradas em todas as direcções. Que tom de nobreza vem sempre de um castelo velho a uma terra! — Pujantes soutos de castanheiros deleitam os olhos. S. Lourenço, de casas escuras, aparece um pouco adiante, de ambos os lados da estrada. Depois, no alto de uma encosta, espreita S. Julião por entre mais castanheiros, á direita. A paisagem que se segue é arida, e sem horizontes: a estrada atravessa matagais, e serras de vegetação curta. Passa-se por uma aldeola chamada *Barracão*, nome que não pôde ser mais prosaico. Ao lusco-fusco atravessei Vilarandêlo, e aí parei uns minutos para contemplar com mágoa um marco miliario romano que jaz ao desamparo, estirado numa valeta, á beira da estrada. Digo *com mágoa*, porque, havendo-me dado ha muitos anos noticia da existencia d'ele o S.<sup>or</sup> Joaquim de Castro Lopo, de Valpaços, tenho empregado todos os esforços possíveis, perante personagens politicos de vulto, para salvar esse importante documento da nossa historia antiga, e nunca ninguem me atendeu, — nem no tempo da monarquia, nem no da republica!

Cheguei a Valpaços ao anoitecer.

27 de Julho. — Em companhia do S.<sup>or</sup> Joaquim de Castro Lopo, a quem já me referi, e que é pessoa muito inteligente, culta, e dada a estudos regionais, corri a vila de Valpaços, e andei pelos arredores.

Na vila poucos edificios existem que tivessem importancia para os meus estudos. Entrei numa casa fidalga (muito desmantelada): pátio lageado no rés-do-chão, com escadaria para o andar nobre, salões de tectos de talha, janelas de sacadas de ferro, capela, brasão d'armas na frontaria. Vi outras de caracter popular, com varandas de madeira voltadas para a rua, e nestas vasos de flores que sobressaíam para fóra das grades. A casa da Camara é moderna, edificio de certa grandiosidade: tem uma bibliotecazinha, onde existe, oferecido por um benemerito, um exemplar da reprodução que ha anos se fez do Missal de Estevão Gonçalves. Parte do meu tempo na vila empreguei-o em copiar nomes nas matrizes prediais da Repartição de Fazenda, onde, como em todas, os ha curiosos, por exemplo: *Eira Pedrinha*, designação igual a uma da lingoa comum, que se emprega por oposição a «eira

de terra calcada e solidificada com bosta de boi»; *Terreio Grande*, onde *terreio* é tambem da lingoa comum, na acepção de «terreno extenso e arido, que só produz centeio» (em textos arcaicos *terrēo*, do lat. *terrenū*); *Rechouso*, de *re-clausu-*, *Recovo* = re-côvo, *Retorta* = re-torta, palavras onde entra o prefixo *re-*, de que falei acima.

Nos arredores da vila visitei a *Pedra que bole* (tambem chamada *Outeiro que bole*), porque na linguagem de Valpaços a palavra «penedo» diz-se *outeiro*: é do genero dos penedos balouçantes, e d'eles falei nas *Religiões da Lusitania*, I, 400 (-401), nota 1<sup>1</sup>.

Para o Museu Etnológico alcancei os seguintes objectos:

várias moedas romanas de cobre, oferecidas pelo S.<sup>or</sup> Joaquim de Castro Lopo;

um *leituário*, um *estanca-sangue*, e um *escrito*, objectos de carácter magico, oferecidas pelo mesmo S.<sup>or</sup><sup>2</sup>;

um exemplar das *Posturas Municipais* de Valpaços, oferecido pelo mesmo S.<sup>or</sup>;

duas moedas romanas de cobre, e algumas portuguesas de cobre e de prata, oferecidas pelos S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> José Joaquim Pereira de Miranda Branco;



Fig. 22 — Cabo de seitoira, p. 35

<sup>1</sup> Em Chaves ouvi chamar a tais penedos: *fragas bulideiras*.

<sup>2</sup> O *leituário* e o *estanca-sangue* são pedras de fórmula de conta, que servem de amuletos: aquele, para que ás mulheres que andam a criar, e o trazem, não falte leite; este, para suster hemorragias (uterinas, etc.). As virtudes provém da cér leitosa de uma das pedras, e da cér sanguínea da outra (magia imitativa). O *escrito* é um papel, dobrado ou fechado, que contém uma oração escrita por um padre (ou impressa), a qual tem eficacia contra doenças de pessoas e de animais (o *escrito* anda junto ao pescoço, e nunca deve abrir-se, senão perde a virtude; ás vezes o doente ignora que o traz consigo. Nos animais anda naturalmente ao pescoço, por exemplo, nos porcos). A palavra *nómina* (substantivo feminino do singular, tirado do lat. *nomina*, plur. de *nomen*), que na nossa lingua antiga significava bolsinha com orações, reliquias, etc., deve ter origem numa ideia semelhante á que o *escrito* representa: cf. Bluteau e Morais, nos respectivos Dicionarios. Em todas as religiões se atribue a certas palavras místicas e ás orações grande poder magico, e por isso se podem trazer *escritos*, como aqui, com a fórmula de amuleto: cf. Achelis, *Abriss der vergleichenden Religionswissenschaft*, Leipzig 1904, pp. 45-47. Ouvei falar de *escritos* tanto em Valpaços, como depois em Bragança, e já os conhecia de outras localidades. Em Miranda do Douro vi ha anos entre o povo orações d'estas em hespanhol. — Além das superstições que ficam apontadas, colhi outras, e tambem amostras de léxico provincial; porém não é aqui o lugar de tratar de tais assuntos.

várias moedas portuguesas de cobre e de prata, oferecidas pelo S.<sup>or</sup> Eugenio Ricardo de Macedo;

duas moedas de prata portuguesas oferecidas pelo S.<sup>or</sup> Antonio Maximino Carneiro;

uma *galha* de chifre, ornamentada,—obra de um pastor<sup>1</sup>;

um *cabo de seitoira*, tambem com ornamentos, obra igualmente pastoril (vid. fig. 22).

28 de Julho.—De Valpaços para Mirandela fui na diligencia da carreira, e para poder gozar melhor os panoramas, tomei lugar fóra, ao pé do cocheiro.

Á saída da vila desenrolam-se diante de nós belas vinhas, entre-meadas de penedos graníticos, aqui chamados, como já disse, *oiteiros*. Tambem se encontram *soutos*. Passa-se á vista da Capela de Santa Comba, que se levanta lá ao longe num monte conico, do mesmo nome. A propósito contou-me a seguinte lenda uma mulher que ia ao pé de mim. Havia numa casa sete irmãs, e fugiram aos inimigos que as perseguiam; quando Santa Comba, que era perseguida por S. Leonardo, chegou ao pé de um penedo, disse:

Abre-te, fraga bendita,  
P'ra se meter Comba-Maria!

e logo a fraga se abriu, e a santa ficou lá dentro defendida<sup>2</sup>.

A certa distancia, no caminho em que vamos, acaba o granito e começam terrenos de xisto, escalvados. Adiante passa-se um ribeiro ao pé do qual fica a aldeia de Rio Torto; o ribeiro chama-se por isso *ribeira de Rio Torto*, mas já se vê que a princípio devia ter-se chamado simplesmente *Rio Torto*, e imposto o nome à povoação, porque por estes sitios dão com frequencia o nome de *rios* a minguados ribeiros, como este. Em todo o caso, se outr'ora o consideraram *rio*, hoje consideram-no *ribeira*. Observa-se aqui um fenomeno complicado, mas

<sup>1</sup> Ha em Valpaços alguns pastores (de gado lanígero e cabrum) que nas horas vagas, enquanto o gado pasce ou descansa, se entretem executando com arte trabalhos á navalha, como *galhas*, *rocas*, *paus* ou «bordões» de trazer na mão. Tambem fazem palitos. Os melhores pastores-artistas actualmente são os *Curopas*, familia originaria de Curopos, povoação do concelho de Vinhais. A um d'eles se deve a feitura da *galha*, a que no texto me refiro: vasilha igual á «corna» alentejana, e na qual se leva a merenda para o monte.

<sup>2</sup> Cf. *Religiões da Lusitania*, I, 382 (nota)—Tambem colhi a propósito algumas cantigas, que não importa reproduzir aqui.

muito vulgar: uma povoação recebe o nome do rio ao pé do qual se constituiu; o rio, com o correr dos anos, recebe o nome da povoação; além d'isso, ora temos *rio*, ora *riveira* como sinônimos de «ribeiro», isto é, de «rio pequeno».

Agora vamos já na *Terra Quente*, povoada de oliveiras. Os castanheiros terminaram com o solo granítico. A estrada é só, e tristonha. A oliveira não é arvore que ponha graça na paisagem. Deixámos em cima uma povoação denominada *Ribeiro de Liléla*, e vimos em seguida, á esquerda, a quinta de Leirós, que são meia duzia de casas: por aqui, e igualmente por outros pontos de Tras-os-Montes, e no concelho de Mangualde, chamam *quinta* a uma povoação assim pequena. A estrada acompanha o Rabaçal, á direita; altos e frondentes amieiros cercam o rio, ao mesmo tempo que suaves colinas decaem para ele. Ao longe mostra-se-nos Eixos, com algumas casas de telha, e paredes caiadas; é tempo de malhas, e por isso muitas *mêdas* de centeio se empinam nas eiras. Chelas<sup>1</sup>, outra aldeia, goza do *apelido*, ou «alcunha», de *terra das barbas*, porque existiu aí, segundo a lenda, uma velha que em certas circunstâncias *dava barbas aos homens*, isto é, fazia que lhes nascessem imediatamente. Se um ousado forasteiro diz em Chelas a alguém: *dá cá as barbas*, logo correm atrás d'ele mulheres e homens com espertos, paus, pedras, e atiram-lhe tiros, como ha pouco sucedeu a um soldado. Toda a gente conhece semelhantes motejos por esse país fóra: *morte do juiz de Mortagoa, orgãos de Olhão, Maio de Lagos, cadeira do Padre Veríssimo* em Vallongo (com o qual sempre na estação do caminho de ferro embicam os passageiros da 3.<sup>a</sup> classe), etc.<sup>2</sup>.

Pouco adiante une-se ao Rabaçal o Tuela, e ambos formam o Tua. Ao passo que o Rabaçal toma o nome claramente de uma planta

<sup>1</sup> Sem artigo (não *as Chelas*), embora a palavra, como creio, venha de *plana* e *nella*s. Deve ter tido artigo outr'ora.

<sup>2</sup> São de várias espécies as satiras que umas povoações (por causa de rivalidades, etc.) dirigem a outras: umas vezes consistem em anedotas lendárias, como as que ficam indicadas; outras vezes não passam de meras *alcunhas*, por exemplo, *alfacinha, tripeiro*; outras vezes tem a forma de proverbios, como *Sanjoaneiros comem cornos de carneiros*; finalmente apresentam-se como cantigas (vid. supra, p. 26). Se ha motejos que podem ser muito ofensivos, ou ao menos se tem por isso, ha-os tambem que são inocentes, por exemplo a lenda da *noiva de Arraiolos*. — Não raro as povoações motejadas sabem contrapor elogios aos motejos, elogios, que são igualmente tradicionais. Ainda sem esta ideia de contraposição, não faltam cantigas encomiasticas de terras e de povos (*cantigas geográficas e etnicas*).

aquatica, a *rabaça*, a palavra *Tua* é muito antiga (como o prova o deminutivo *Tuela*, formado com um sufixo arcaico), e acaso aparentada com *Tudae*, fórmula pre-romana de *Tuy*. Derivação semelhante à de *Tuela* é *Vouzela*<sup>1</sup>, e com outro sufixo, *Mondeguinho*, nome do Mondego na parte superior e mais pobre do seu curso.—Continuámos na jornada a encontrar monotonas encostas pedregosas e nuas, ou, quando muito, cobertas de mato ou de restolho; só nas baixas avultam oliveiras, ou verdeja painço de cor desbotada. A margem direita do Tua por onde segue a estrada é alta e declivada. O rio corre sereno, deixando estendidos lençóis de areia aqui e acolá, pela margem esquerda, a princípio, e depois também pela margem direita. Numa bacia já se descobre Mirandela, com seu casario de telhados vermelhos.

A entrada da vila predispõe bem o viandante que chega fatigado: estrada plana, ponte espaçosa sobre o rio, precedida de dois elegantes nichos<sup>2</sup>. De um lado a povoaçao, do outro hortas e pomares. Diz-se de Mirandela que

Quem bem a *miröu*,  
Nela ficou...<sup>3</sup>,

e eu também fiquei nela umas horas, até que chegasse o comboio que havia de me levar a Bragança. Em Mirandela encontrei-me com o meu aluno na Faculdade de Letras, S.<sup>or</sup> Aleixo de Lemos, que me acompanhou na visita da vila e me facilitou a cópia que fiz de alguns nomes na Repartição de Fazenda. Com o seu auxílio obtive os seguintes objectos para o Museu Etnológico: várias moedas portuguesas, dois punções antigos de aferição de medidas, e um exemplar das *Posturas Municipais*.

Pela tarde parti para Bragança. A paisagem até lá é muito inconstante. Ou ladeamos ribeiras e olivais que nos chamam à vida, ou nos fatigamos atravessando montes e campos de restolho. Entre as estações de Salselas e Sendas ha uma região sem oliveiras: o povo

<sup>1</sup> Vid. *Lições de Philologia port.*, p. 334.

<sup>2</sup> Uma cantiga popular que depois ouvi na vila diz:

A ponte de Mirandela  
Tem vinte e cinco olhais («arcos»):

Contei-os ontem á noite,  
Tem dezoito nada mais,

ou, em vez do 3.<sup>o</sup> verso: Inda ontem lá passei.

<sup>3</sup> Este benevolo ditado deve-se á gente da terra. A de fóra usa um oposto: vid. os meus *Estudos de Philologia mirandesa*, t. I, p. 6.

conta que está lá um Santo que não as deixa passar para diante. Temos nesta lenda o rudimento de um mito cósmico: explicação maravilhosa de um fenômeno natural, que resulta de condições geognósticas locais.

De 29 de Julho a 16 de Agosto tive em Bragança serviço de exames; todavia, como em Chaves, aproveitei as horas vagas e os dias feriados para excursões, buscas na cidade, visita do Museu Municipal, cópia de nomes na Repartição de Fazenda, e estudos e observações várias.

O Norte de Tras-os-Montes divide-se em *terrass*: por exemplo, *terra de Miranda*, *terra de Vinhais*. De modo semelhante se diz *terra de Bragança*, como poeticamente o atesta uma cantiga:

<p>[Vós] chamais-me <i>mira, mira,</i> Eu não sôu de Mirandela,</p>	<p>Sôu de <i>terra de Bragança</i>, Província de Trás-da-Serra,</p>
---	---

cantiga em que, por causa da rima, a última expressão substitui de modo curioso *Trás-os-Montes*. Farei aqui uma observação. Ainda no sec. XIV *Trás-os-Montes* era uma frase onde *Trás* tinha função de preposição: num documento publicado pelo Sr. Moura Coutinho no *Arch. Port.*, XIV, 309, lê-se «Justo Giraldes Corregedor por my tras os montes» (e não com *em* preposto, como se imprimiu entre colchetes). Depois é que *tras* perdeu a sua função, e se encorporou no resto da frase, valendo tudo por uma só palavra, e tanto, que esta se pôde fazer preceder de preposição: *em Trás-os-Montes* (ou *em Trallomon tes*); contudo a encorporação não é tão absoluta, que na mente do povo não ficasse certo ressaibo da composição primitiva, como a cantiga o mostra, visto que a *Trás-os-Montes* corresponde nela sinonimamente *Trás-da-Serra*, e visto que se diz *Trás* e não *Tras* (= *trás*); alem d'isso não pôde juntar-se-lhe artigo.

A cidade de Bragança fica junto do Fervença<sup>1</sup>, que a separa de altas montanhas, por cujas encostas se entremeiam hortas, casas, capelas. Consta de duas partes: a parte moderna, ou cidade propria-

---

<sup>1</sup> *Fervença* significa que em algum sitio do seu percurso o rio faz ou fez cachão: o aspecto da espuma deu a ideia de «fervença» ou «fervura». Na ribeira da Rapa (concelho de Celorico da Beira) ha uma quenda d'agoa, entre outras menos notaveis, chamada tambem *Fervença*. E não são estes os unicos exemplos do emprego de *Fervença* no nosso onomastico.

mente dita, e a *vila*. Em ambas elas as ruas são calçadas de seixos rolados, o que faz o desespêro dos pés, e o destrôço dos çapatos, não obstante o palhuço e papeis rotos que as atapetam. Os passeios laterais ou são construidos pelo mesmo sistema, apenas bordados de estreitas faxas de granito, ou todos d'esta rocha, tão poidos e escavados, que quem vai por eles recebe a impressão de que se meteu num vale,— se é que antes d'isso não tropeça nas beiras<sup>1</sup>. Como na terra ha muitos soldados, movimentam-na bastante, passeando-a em grupos, e aparecendo por toda a parte, sobre tudo onde possam descortinar raparigas, nas fontes, nos lavadoiros do rio, na praça, e ás portas dos hoteis. De vez em quando surge de uma esquina, montado num gerico, um camponio, de chapeu de palha, e com os pés sem meias, ao depêndurão: alguem que de Gimonde, Sàmil, Alfaião, Rabal, Failde, Fermil, vem á cidade prover-se de panos ou de arroz. Em Bragança ha alguns edificios dignos de nota, a sé, o paço episcopal, outras igrejas, etc.; as casas do interior da cidade apresentam porém pela maior parte aspecto pobrissimo: frontarias velhas, com velhas janelas de caixilhos, em que se baloiçam trapos ao ar para enxugarem. Estamos no estio, mal se respira, apesar dos largos horizontes, que são de febril sequidão: campos amarelos; eiras atravancadas de palha, que reluz ao sol, e deve escaldar como braseiro aceso. Raramente a vista alcança ao longe nesgas de vinhas verdes e de castanhais, ou um sabugueiro, de pouco possante ramagem, ergue a copa d'entre o casario desigual e negro.

A parte mais alta e mais antiga da cidade, onde de certo existiu *Brigantia*<sup>2</sup>, chama-se *a vila*. Vai-se para lá pela Costa Grande, rua ingreme, que começa no Principal (largo). Ao alto, á direita, ha uma casa apalaçada, do sec. XVIII (como creio), com janelas rasgadas; a metade inferior d'estas é formada por almofadas de pedra, como as que se usam nas portas de madeira. Logo a cima ha outra casa mais antiga com um arco de volta redonda esculturado de flores e bolas. Na vila está a celebre *porca de pedra*, de que falei nas *Religiões da Lusitania*, III, 22-23: monumento funerario da época dos Lusitanos, que hoje serve de base do pelourinho brigantino. Tambem aí está a antiga *Casa da camara*, de estilo romanico, joia arquitectonica muito notavel, tanto mais que, por ser de carácter

<sup>1</sup> A não haver pedras para substituir as que existem, podiam volta-las do avesso, como se faz á roupa usada.

<sup>2</sup> Cf. *O Arch. Port.*, III, 57-58.

civil, constitue entre nós monumento de grande raridade (fig. 23)<sup>1</sup>. Na ocasião da minha estada em Bragança tratava-se de obter do Governo os meios necessários para acudir ao lamentável desamparo a que a indiferença das gerações passadas a condenara. Outro edifício da vila, que merece menção, é o castelo (torre de menagem): fig. 24<sup>2</sup>. No que toca à Etnografia oferece a vila alguns elementos de estudo



Fig. 23 — «Casa da camara» de Bragança, pp. 39—40

ao investigador, principalmente a respeito das casas e seu arranjo: tomei varias notas, que publicarei em ocasião mais azada<sup>3</sup>.

Não pretendo fazer uma descrição de Bragança: circunscrevo-me em trasladar do meu canhenho varios apontamentos que áí lancei ao

<sup>1</sup> Extraída de um bilhete postal, edição de Adriano Rodrigues.

<sup>2</sup> Extraída de um bilhete postal.

<sup>3</sup> Numa das visitas da vila acompanhou-me o meu amigo S.<sup>or</sup> Francisco de Moura Coutinho, Director da Agencia do Banco de Portugal, cultor entusiastico de estudos genealogicos, pessoa de gôsto artístico, e que goza de muita consideração entre os Brigantinos. Noutra visita acompanhou-me o S.<sup>or</sup> Daniel Rodrigues, Professor do Liceu, autor de alguns trabalhos etnográficos acerca da província, e a quem, se não esmorecer, está reservada proveitosa colheita científica, tanto porque o solo é extremamente fecundo, e ainda em grande parte inexplorado, como porque o S.<sup>or</sup> Rodrigues é rico, é moço, e sabe muito bem inglês e alemão, e pôde pois adquirir e ler boas obras estrangeiras que o fortifiquem nas investigações, e lhe alarguem o âmbito das mesmas.

sabor das impressões recebidas; por isso vou tratando os assuntos um pouco soltamente. Passo agora a referir-me ao Museu Municipal.

O Museu Municipal deve-se originariamente ao zélo patriótico do S.<sup>or</sup> Albino Pereira Lopo, Oficial do exército, que os leitores

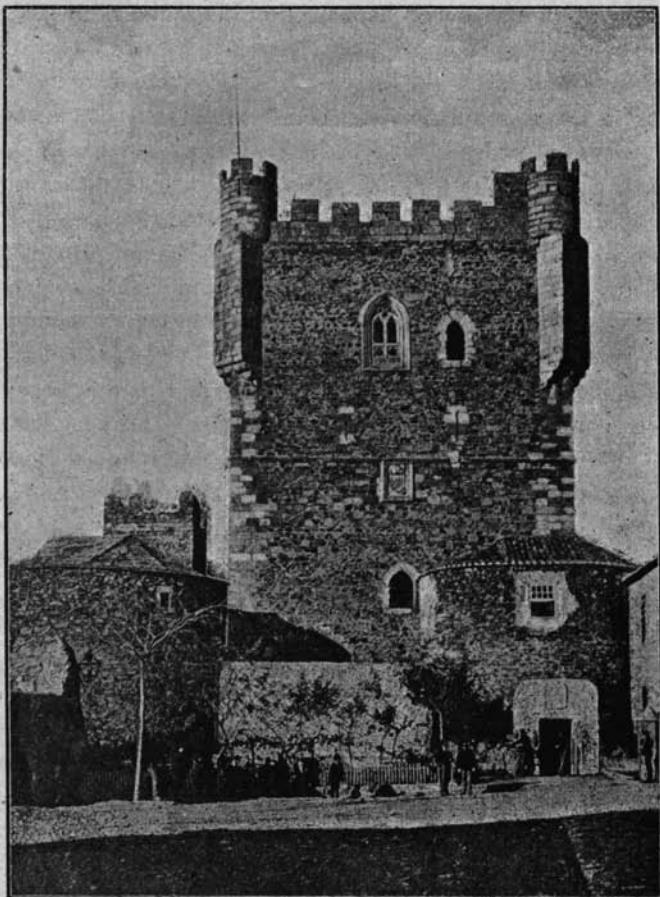


Fig. 24 — Castelo de Bragança, p. 40

d'O Archeologo conhecem por muitos artigos que aqui tem publicado<sup>1</sup>. O mesmo jornal acompanhou a fundação e sucessivo desenvolvimento

<sup>1</sup> É também autor de um livro intitulado *Bragança e Bemquerença*, separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1898-1899. Acerca de Bragança ha outra monografia moderna, como adiante direi.

do Museu: vid. vols. I, pp. 48, 99, 155, 244; II, 153 e 253; VI, 95; VII, 54, 273, 274; VIII, 254; etc. Este estabelecimento não ocupa, infelizmente, edifício que condiga com a quantidade e importância dos objectos que possue. Tudo está muito acumulado e mal arrumado, por falta de espaço e de mostradores. E contudo o visitante admirará aí belas fibulas de bronze, de tipo iberico, e numerosas lapides lusitano-romanas em que se vêem inscrições latinas e esculturas simbólicas, que nos falam da língua e costumes funerários e religiosos dos nossos antepassados. A par com isto contém o Museu machados prehistóricos de pedra e de bronze, miudezas romanas, moedas portuguesas, estrangeiras e também romanas, pergaminhos, loiças, algo de Etnografia moderna (garfo & colher de pau, flauta com ornatos de estanho). — Ultimamente criou-se em Bragança um Museu regional, dependente do Governo; o antigo Museu Municipal ficou encorporado nele<sup>1</sup>. Belo local para museu seria o paço episcopal, onde há restos da biblioteca dos bispos, que contém muitos pergaminhos importantes. Por de baixo da biblioteca fizeram uma cavalaria militar; quem está em cima consultando os livros nem aguenta o mau cheiro que vem da loja, nem o tropejar dos animais. É singular que as pessoas que superintendem nestas cousas não achassem acomodação mais propria para cavalos do que os baixos de uma biblioteca! — Já que estou falando de velharias, lembro a conveniencia de transportar para o Museu o trajo, se ainda existe inteiro, do curioso personagem que desempenhava noutros tempos o papel de «Morte» na procissão da cinza. Este costume, como o S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> Adolfo Coelho mostrou, relaciona-se com a cerimonia mitica, ao presente não compreendida, de expulsar o Inverno, na qual o Inverno representa a Morte<sup>2</sup>. Do trajo, a que me refiro, vi parte (casaco e calças de lona oleada) na sacristia da igreja de S. Francisco; havia também, segundo me informaram, uma máscara de couro, um capacete de papelão, e uma gadanha de folha de ferro, como as de segar feno, — mas isto não sei onde pára.

Como o meu desejo de conhecer os costumes populares me levava às vezes ao campo, tive numa d'elas ensejo de assistir a uma *malhada* na eira do S.<sup>or</sup> Abilio Zóio, que é um dos bons proprietários da cidade, e ao mesmo tempo amador de livros antigos e possuidor de

---

<sup>1</sup> Vid. *Diário do Governo*, n.º 248, 1.<sup>a</sup> serie, de 4 de Dezembro de 1915. O decreto da criação tem a data de 13 de Novembro de 1915.

<sup>2</sup> Vid. *A Tradição*, I, 33-38. A 1.<sup>a</sup> parte do artigo sairá antes, em 1877, na *Renascença*, p. 10.

muitos. Na *eira* havia *medas e medeiros*: as medas forma-as o centeio quando ainda em grão; os medeiros são só de palha já malhada. Assim que lá cheguei, acercou-se de mim um malhador, tirou-me o meu chapéu, e deitou-me um lenço ao pescoço, o que significava que eu era *multado em um vintem*, por vir de fora. Creio que temos neste costume o vestigio de um acto magico-religioso, que entra na categoria dos *Rites de passage* estudados por A. van Gennep<sup>1</sup>; é analoga ao de «pagar a patenta», que vigora em muitas partes do nosso país<sup>2</sup>. — No fim da malha armou-se dança entre rapazes e raparigas, e cantaram-se canções.

Outra ocasião que saí da cidade, fui a Castro d'Avelãs, não porém agora por causa de Etnografia, e sim por causa de Arqueologia. Acompanhou-me o S.<sup>or</sup> Moura Coutinho, de quem acima falei. Naquele recanto trasmontano, tão arborizado e fresco, que contrasta com todo o restante aro brigantino, acochhem-se á sombra das arvores as ruinas de um mosteiro medieval da ordem beneditina, que por sua vetustez e caracteres arquitectonicos provoca a veneração de quantos têm em alguma conta o nosso patrimonio historico-artístico: cf. fig. 25 (extraída de um bilhete postal). Além de alusões em trabalhos gerais de Estética, ha a respeito d'ele, e dos seus arredores, artigos varios e monografias, e entre estas uma publicada ha pouco pelo Rev.<sup>do</sup> Francisco Manoel Alves com o título de *Castro de Avelãs*, Coimbra 1910, in-8.<sup>o</sup>, de 171 paginas (baseia-se em documentos manuscritos,



Fig. 25 — Castro d'Avelãs

<sup>1</sup> Paris 1909: vid. cap. II e III.

<sup>2</sup> Pôde explicar-se por costumes similares observados em povos selvagens, que lhes mantêm a significação primitiva (sacrificio propiciatório aos *genii locorum*). Cf. Frazer, *Le rameau d'or*, I (Paris 1903), 231.

pacientemente colhidos e inteligentemente estudados)<sup>1</sup>. — Um tumulo que está dentro da actual igreja tem a inscrição que copio na fig. 26, isto é, «era de mil e trezentos e ...» Ha nesta inscrição um mixto de letras unciais e letras latinas. A última letra fica um pouco afastada das antecedentes. Adiante da inscrição vê-se um espaço vazio, o que mostra que ela foi gravada ainda em vida do individuo que tinha de sepultar-se no respectivo tumulo. O resto da data devia exarar-se depois da morte, e não chegou a ser exarado<sup>2</sup>. A inscrição tem já sido publicada<sup>3</sup>, não porém, que eu saiba, com a interpretação

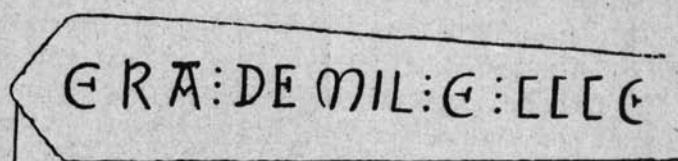


Fig. 26 — Num sarcófago de Castro d'Avelãs

que aqui lhe dou. A propósito do tumulo conta-se uma lenda, do Conde Ariões, ali encerrado vivo por castigo, com cobras e viboras que o devoraram<sup>4</sup>: já me referi a ela no meu livro intitulado *O Doutor Storch e a Litterat. portuguesa*, Lisboa 1910, p. 131, e aí a expliquei,

<sup>1</sup> O Rev.<sup>do</sup> Francisco Manoel Alves, Abade de Baçal (concelho de Bragança), tem outras obras de assunto trasmontano:

— *Notas biograficas de D. José Alves de Mariz, Bispo de Bragança*, Porto 1906, in-8.<sup>o</sup>, de 67 paginas, com o retrato do Prelado;

— *Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança*: vol. I, Porto 1909, in-8.<sup>o</sup>, de 1-401 páginas; vol. II, Porto 1910-1913, in-8.<sup>o</sup>, de 509 páginas; vol. III, Porto 1910-1911, in-8.<sup>o</sup>, de 459 páginas; vol. IV, no prelo, em Coimbra (estão já impressas 576 páginas);

— *Moncorvo: subsidios para a sua historia*, Porto 1910, in-4.<sup>o</sup>, de 55 páginas, com 26 fotografuras de monumentos referentes a Moncorvo (separata da *Ilustração Trasmontana*).

Em todas elas, bem como em artigos dispersos em revistas e jornais (*O Archeologo*, *Revista de Historia*, *Diario de Noticias*, etc.) revela o auctor sempre tão solidos conhecimentos e tanto criterio, — meritos realçados de mais a mais por virtuosa modestia —, que ninguem que trate de perto com as obras do Abade de Baçal poderá deixar de o admirar e lhe querer bem. Para os Bragançanos é ele, com justificada razão, um ídolo.

<sup>2</sup> Acontecem factos semelhantes nas inscrições romanas, quanto à idade dos falecidos.

<sup>3</sup> Vid. por exemplo *O Arch. Port.*, III, 184.

<sup>4</sup> Vid. A. Pereira Lopo in-*O Arch. Port.*, III, 183-184.

comparando-a com a do rei D. Rodrigo e outras<sup>1</sup>. Ao sul da Igreja, num alto entre vinhas e *carvalheiras*, ha montões de pedras, com as quais vi pedaços de formigão (*opus Signinum*), de mós manuarias, de potes, de tégulas e restos de vasilhas de barro pequenas; junto havia tambem lousas, como de sepulturas, e informaram-me que a cada passo apareciam na terra ossos humanos. No mesmo local se descobriu uma moeda de Constantino, uma *clavis Laconica*, e outros ferros: tudo isto me ofereceu o Rev.<sup>do</sup> Manoel Antonio Monteiro, Paroco de Castro de Avelãs. Creio que é ao mesmo alto, ou outeiro, que se refere Borges de Figueiredo na *Revista Archeologica*, I, 85 sgs., onde fala de sepulturas, algumas das quais eram formadas de lapides romanas, o que o fez pensar que aquelas eram cristãs, embora ele considerasse as lapides romanas como vestígios do povoado em que assentou o *ordo Zoelarum*. No que eu observei pode realmente haver uma mistura de civilizações: romana e cristã. Á cristã pertenceriam as sepulturas, á romana as mós, etc.—Todavia, como a moeda de Constantino é muito tardia, não julgo impossível que ela tivesse curso na época cristã ou visigotica, pois que os Visigodos, como é sabido, serviram-se de moedas de cobre romanas.

O que tinha de dizer de Bragança termina-lo-hei com a menção de outras aquisições que fiz para o Museu, além das já mencionadas de Castro de Avelãs:

uma bolsa de cordões (industria de Rebordêlo, concelho de Vinhais) e dois modelos de cartas de enterramento: oferta do S.<sup>or</sup> Luis Saldanha Lopes dos Santos, comerciante;

dois belos braseiros de ferro artísticos e antigos, oferecidos pelo S.<sup>or</sup> Abilio de Jesus Ramos Zóio;

umas *disciplinas* de ferro, das freiras de Santa Clara, de Bragança: oferta do mesmo S.<sup>or</sup>;

uma moeda romana de cobre, e várias portuguesas, de prata e cobre: oferta do mesmo S.<sup>or</sup>;

um cabo de seitoira com incisões artísticas (obra pastoril): oferta do mesmo S.<sup>or</sup>;

tres *escritos* (amuletos)<sup>2</sup>: oferta do mesmo S.<sup>or</sup>;

<sup>1</sup> Cf. também D. Carolina Michaëlis, *Estudos sobre o romanceiro peninsular*, Madrid 1907-1909, p. 29-31. Costumes análogos menciona Frazer, *La tâche de Psyché*, 1914, pp. 95-97, e 124-125, interpretando-os pelo horror que certos povos tem a derramar sangue: isto os leva a darem aos criminosos morte sem derramamento sanguíneo.

<sup>2</sup> Cf. supra, p. 34.

um *candil de azeite*, de ferro, oferecido pelo mesmo S.<sup>or</sup>;  
um par de ligas ou cintas mirandesas, de lã (fábrica local, isto é, de Miranda): oferta do S.<sup>or</sup> Moura Coutinho;

um machado neolítico, de Calvelhe, concelho de Bragança, oferecido pelo Rev.<sup>do</sup> Albano Falcão;

um *candil de sebo*, de ferro, oferecido pelo S.<sup>or</sup> Prof. Daniel Rodrigues;

um machado de pedra polida, duas fivelas de bronze lusitanicas, e um peso romano de pedra com «XIII», tudo do castro de Sacoias: oferta do Rev.<sup>do</sup> Francisco Manoel Alves, Abade de Baçal;

um *assoprador* mirandês, de madeira, com incisões artísticas (obra de um homem do campo, que ao mesmo tempo era pastor): oferta do Rev.<sup>do</sup> Conego Antonio José da Rocha<sup>1</sup>.

E obtive mais o seguinte, por compra:

um *colar de dentes de alho*, que servia de amuleto ao pescoço de uma criança<sup>2</sup>;

outro cabo de seitoira com incisões artísticas;

um *candil* de metal amarelo, moderno (fábrica local)<sup>3</sup>;

dois postigos de adufa antigos, de Bragança;

um jôgo de pesos de metal antigos, de carácter artístico.

A colheita, como se vê, não foi muito grande, nem era natural que eu viesse rico de uma terra onde ha um Museu Municipal, e onde o S.<sup>or</sup> Pereira Lopo, com louvável amor patrio, costumava arrecadar tudo o que lhe aparecia; porém, se não adquiri muitos objectos para o Museu Etnológico, tomei muitos apontamentos etnográficos e lingüísticos que aproveitarei em livros e artigos.

\*

17 de Agosto de 1915.—Posto que eu tencionasse ir de Bragança para Vimioso, Miranda e Moncorvo, regiões onde eu tinha conhecimentos ou esperava adquirir outros que fossem uteis ao Museu

<sup>1</sup> Vid. o Apendice a este artigo, ep. II.

<sup>2</sup> Aos amuletos infantis dão em Bragança popularmente o nome de *dixes*, palavra que no sentido corresponde a *arreliques* (Sul) e na fórmula à hespanhola *dijes*.

<sup>3</sup> Um *candil*, ou *candeia de metal*, consta das seguintes partes, começando de cima: *espelho*, *varela*, *tijela & tampa*, *bico & bicheiro* (tubo que encaixa no *bico* e onde está a torcida), *pé*, *gancho*; como apêndices tem *espevitador*, *tanaz*, e *correntes* da *tanaz* e do *espevitador*.

Etnologico e aos meus estudos, vi-me obrigado, por incômodo de saude (pois o clima bragançano e o excessivo trabalho haviam-me extenuado) a retirar-me em 17 de Agosto para as Pedras Salgadas.— O resto da minha excursão trasmontana pouco importa aos leitores. Unicamente direi que das Pedras Salgadas fui a outras terras, regressando ali: Bornes, S. Martinho, Telões, Lagobom, Rebordechão, Vila Pouca d'Aguiar e Vila-Real, porém, á parte alguns apontamentos semelhantes aos que tomei em Bragança, pouco colhi para o Museu.— Em Vila Pouca d'Aguiar ha uma estatueta de pedra, especie de heroi epónimo, que representa a localidade, embora pertença a uma família antiga (vê-se na esquina de uma casa brasonada): figura de guerreiro com escudo de armas, e espada. O povo chama-lhe «A Vila Pouca»<sup>1</sup>. Cf. sobre isto *Religiões da Lusitania*, III, 596.— O Rev.<sup>do</sup> Rafael Rodrigues, que os leitores d'O Archeologo conhecem de ele haver áí colaborado no volume 1.<sup>o</sup>, ofereceu-me os seguintes objectos: meia faca de silex prehistoric, aparecida nos campos de Vila Pouca; um machado de pedra polida, dos arredores de Telões; um machado com covinhas, de uma anta da Portela; uma pedrinha com uma gravura; e nove moedas de bronze, do sec. IV, achadas numa panela de barro em Outeiro (frèguesia de Telões, concelho de Vila Pouca)<sup>2</sup>. Por intermedio do mesmo S.<sup>or</sup> obtive um exemplar das *Posturas Municipais* de Vila Pouca d'Aguiar.— Numa aldeia adquiri: uma senha de latão que diz «1 carrada, Brocklehurst & Cº» (da Madeira, ou do Brasil?); e «500 reis» de cobre de D. Pedro V (ensaio monetario, ou moeda falsa).

## \*

Por fim, agradeço tambem a todos os meus ilustres cole, gas dos Liceus de Chaves e Bragança as inequivocas provas de afecto que me deram. Já acima, no decorrer da minha narração mencionei alguns nomes; aqui agora falo do conjunto.

**Nota acerca das gravuras**

As gravuras n.<sup>os</sup> 1 a 6 serviram de base fotografias do S.<sup>or</sup> Carlos Delgado, Professor do Liceu de Chaves; as gravuras n.<sup>os</sup> 15, 16 e 23-25 serviram de base bilhetes postais; as restantes serviram de base desenhos do S.<sup>or</sup> Saavedra Machado, Desenhador do Museu Etnologico.

<sup>1</sup> Vendem-se na vila bilhetes postais com esta figura; todavia o desenho é sem nitidez, e por isso não o posso reproduzir aqui.

<sup>2</sup> A panela, como de costume, foi quebrada pelos aldeões que a acharam.

## APENDICE

## I

## Tres fotografias etnograficas (Montalegre)

A amabilidade do S.<sup>or</sup> D. João de Saldanha Ferreira Pinto, que ha anos andou por Barroso, devo a posse de tres belas fotografias montalegrenses, que reproduzo nas figs. 27, 28 e 29.

A fig. 27 representa o *portal* do *pateo* de uma casa nobre conhecida pelo nome de *Cerrado*, que pertenceu ao Morgado do Cerrado,

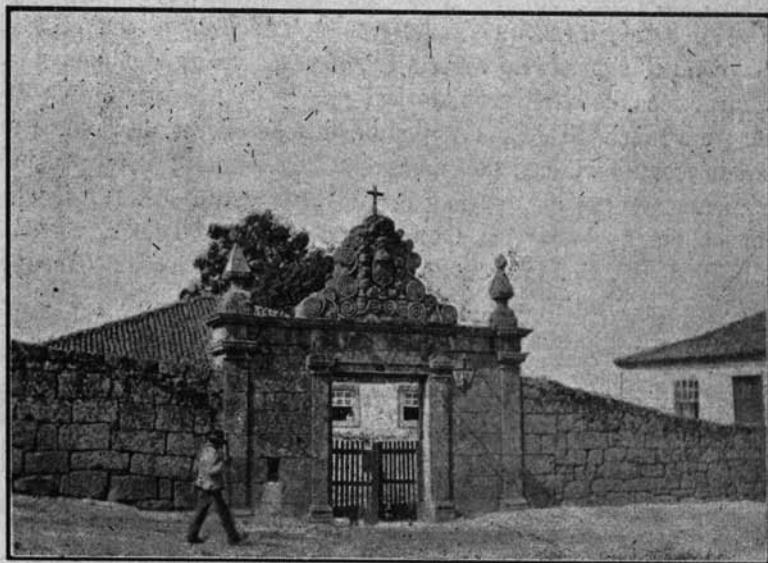


Fig. 27 — Portal de uma casa nobre de Montalegre

e hoje pertence a uma pessoa da familia do S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> Abel de Mesquita. Fica á entrada da vila. Falta a porta, que devia ser de ferro ou de madeira, e está substituída provisoriamente por uma *cancela*. Acima do telhado sobressai a ramagem de um carvalho. Para o meu caso a importancia do portal reside em ele ter uma cruz sobre o frontão que ostenta o brasão d'armas da familia e está ladeado por piramides assentes na cornija. É este um pormenor antigo, muito português, e muito vulgar nas habitações do Norte e Centro do país, e ainda em parte na Estremadura (em Lisboa, por exemplo, onde

porém, por vezes, falta propositadamente a cruz, e só puseram piramides). A cruz evita que os maus espíritos penetrem na casa, e as piramides servem-lhe de ornato natural e simétrico. A cruz desempenha aqui o mesmo papel que no espelho da fechadura (cf. *Hist. do Museu Etnológico*, p. 206). Onde os Cristãos figuram o símbolo da sua religião, figuravam os Pagãos a Esfinge, o *phallus*, o *gorgóneum*, e mais antigamente ainda, o suástica. Baseia-se no mesmo princípio o costume de se fazer na boca uma cruz, quando se boceja: é para não entrar no corpo o Diabo<sup>1</sup>. — Conforme as casas são mais

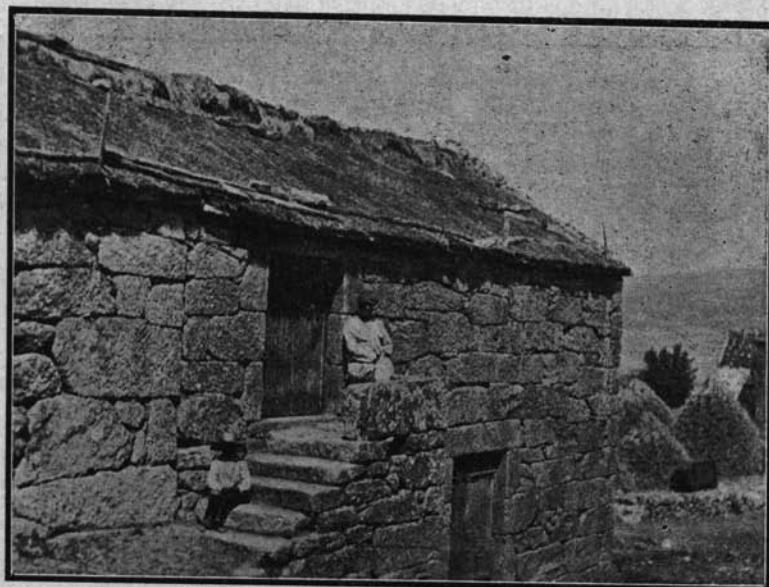


Fig. 28 — Casa popular de Montalegre

ou menos ricas, assim é maior ou menor o pateo descoberto, a que o portão dá entrada.

Na fig. 28 vemos uma *casa colmada*, ou *casa de palheiro*, de granito, com seu *patamar* ao cimo da escada exterior; a porta que fica ao rés-do-chão dá para uma *corte*. As varas que seguram o colmo chamam-se *latas* ou *ripas*.

Finalmente a fig. 29 dá-nos o aspecto de uma rua de *casas colmadas*, conhecida pelo nome de Rua de João Bernardo: á entrada,

<sup>1</sup> Vid. *Tradições populares de Portugal*, pp. 253-254.

e á direita do observador, vê-se de pé uma Barrosã, de capucha, na postura de quem está sendo fotografada; á esquerda, sentada numa cesta, na parede, junto de uma *mêda* de palha centeia, vê-se uma rapariga, também de capucha; no meio da rua ha carros de bois em descanso, de *estadulhos* erguidos para o ar.

Creio que será bem vindo tudo o que contribuir para tornar mais conhecida esta região: por isso, sem sair muito do campo próprio d'*O Archeologo*, publiquei as tres fotografias que, já depois de escrito o artigo precedente, o bom acaso me deparou.—Se a designação de



Fig. 29 — Rua de Montalegre, pp. 49-50

«quasi fabulosa» dada, como vimos, por Camilo num seu antigo romance á província de Tras-os-Montes não é hoje tão verdadeira como em 1861, data do romance, ainda porém o é muito: e não tem nela pequeno quinhão a terra barrosã!

## II

### O Conego Rocha

(Vid. supra, p. 46)

O Rev.<sup>º</sup> Antonio José da Rocha é afamado latinista, e merece por isso que eu aqui diga d'ele umas palavras.

Nasceu em Caçarelhos em Maio de 1836, filho de Quintino José da Rocha, e de D. Cristina Rodrigo Martins Morgado; falou mirandês em pequeno, por ser essa a linguagem da região. Na idade própria dos estudos, começou a aprender latim em Vilar-Séco com um Abade velho, que exerceu o professorado particular uns quarenta anos; depois continuou a aprendê-lo com o Bispo D. José Manuel de Lemos em Bragança, onde completou o curso liceal e o teologico, e se ordenou. De Bragança foi para Valpaços ensinar latim, a fim de se habilitar para professor oficial. Feito o concurso de latim em Coimbra, perante alguns dos que então na lusa Atenas davam as leis no estudo d'essa lingoa, P.<sup>o</sup> Borges de Figueiredo e Joaquim Alves de Sousa, saiu despachado professor para a Covilhã em 1861; aí permaneceu dezasseis anos, ensinando com o latim juntamente francês, português e Retorica. Da Covilhã obteve transferencia para Bragança em 1877, e no liceu desta cidade ensinou Latinidade e por vezes outras disciplinas, até 1900, em que se jubilou.

Quando os exames de instrução secundaria se faziam por comissões, nomeou-o o Governo várias vezes examinador do Liceu do Pôrto. Numa d'essas vezes relacionou-se o S.<sup>or</sup> Rocha com o S.<sup>or</sup> Epifanio Dias, que teve em tal conta o saber latino do seu colega, que lhe dedicou o *Epitome da Gramatica de Madvig*. Ao proprio S.<sup>or</sup> Epifanio ouvi eu falar do S.<sup>or</sup> Rocha com louvor: «é das poucas pessoas que em Portugal sabem o Madvig», dizia-me ele: isto justifica a dedicatoria do Epitome<sup>1</sup>. O elogio não podia ser mais insuspeito, em vista da grande e justa autoridade de que no assunto goza o S.<sup>or</sup> Epifanio. Além de examinador de instrução secundaria, o S.<sup>or</sup> Rocha entrou ainda noutras comissões oficiais (juris de exames liceais e de escolha de livros escolares). No ramo eclesiastico tambem não lhe tem escasseado honrosos cargos: Arcipreste, Conego da Sé de Bragança, Professor e Director espiritual do Seminario; por occasião do jubileu de Leão XIII esteve em Roma, e o Papa condecorou-o com a cruz *Pro-Ecclesia et Pontifice*, e nomeou-o Prelado doméstico. Actualmente é Vigario geral da diocese.

Praxisticamente circunscrito nas suas cotidianas obrigações professorais e eclesiasticas, raro tem querido sair d'elas o S.<sup>or</sup> Rocha para se dedicar a escrever. Redigiu contudo em latim duas mensa-

<sup>1</sup> Por «Madvig» entenda-se a *Grammatica Latina*, traduzida pelo S.<sup>or</sup> Epifanio, e publicada no Porto em 1872. O Epitome, ou resumo, foi publicado anos depois: a 1.<sup>a</sup> edição é de 1879.

gens, entregues ao Papa: a primeira, pelo Bispo de Bragança, por occasião do jubileu; a segunda, depois, por uma peregrinação religiosa. Nas exequias que por Leão XIII se celebraram na Sé de Bragança figuraram na eça cinco disticos latinos, igualmente da lavra do S.<sup>or</sup> Rocha, mas perderam-se quatro, e só resta um. Outros disticos tem ele composto sobre varios temas. Aqui transcrevo o da eça, e mais alguns que me permitiu copiar:

#### **In exequiis Leonis XIII**

Adsint hic vota; at moestum cohibete dolorem:  
Linquit enim terras, praesit ut ille polis.

#### **De perfido**

Illiūs, incedit qui vultu et veste severus,  
Fronti ne credas, fictus et est simulans.

#### **De invido**

Invidus, alterius quem laedunt murmurā famae,  
Anxius et pallens exitio esse solet.

#### **(Variante)**

Invidus, alterius quem laedunt murmurā laudum,  
Anxius et pallens omnibus est odio.

#### **De invido iterum**

Assidue evolvens luminū orbes, invidus iste  
Torquet se dire, sed reliquos agitat.

Já depois do meu regresso, me enviou mais este:

#### **De antiquario**

Qui sermonem resque vetustas quaerit eundo,  
Antiquarius est: unde capit meritum<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Não andam em Portugal tão prosperos os estudos classicos, que alguem me deva levar a mal o publicar eu aqui estes versos latinos, posto que singelos. Virá tambem a propósito extratar de uma carta que o S.<sup>or</sup> Conego me dirigiu em 9 de Janeiro de 1917 uns trechos autobiograficos:

«Outros trabalhos eu fiz no exercicio das minhas funções, e que, por incuria,

Em tempos começou o S.<sup>or</sup> Rocha a anotar a 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> satiras de Persio, e as quatro primeiras de Juvenal (interpretação e observações); o trabalho porém ficou incompleto. Em 1889 publicou a *Homenagem da diocese de Bragança a S. Santidade Leão XIII* (notícia descriptiva, e documentos), e em 1910 recitou no Seminário diocesano uma *Oração «de sapientia»* (inedita)<sup>1</sup>.

Está fora do meu plano fazer apreciações literárias. Procurei unicamente reunir alguns apontamentos para a biografia de um simpático e preclaro Professor, que havendo-se sentado muitos anos numa cadeira do Liceu de Bragança, onde eu, embora apenas por uns dias, também exercei funções oficiais, lá deixou reputação de saber e virtude. Com os seus 81 anos, o S.<sup>or</sup> Conego Rocha é ainda agil, bem disposto, possuidor de optima memória, e, para não se esquecer do seu querido latim clássico, lê Ovídio todos os dias, logo de manhã, depois de rezar o Breviário.

Campolide, 1915-1917.

J. LEITE DE VASCONCELLOS.

quer da minha parte, quer dos alunos, se perderam, e nomeadamente, os seguintes:

Na leitura do Vergílio e exercícios escolares tive o cuidado de completar a meu gosto e modo os muitos versos que naquela forma o autor deixou apenas começados ou incompletos; estes exercícios não visavam a mais do que entreter os animos dos alunos e fazer-lhes conhecer que ao pé dos assuntos graves, sublimes e inimitáveis, se pode também em exercício o recurso, por leve que seja, das nossas faculdades.

Em 1877, sendo eu professor oficial na Covilhã, levava já muito adiantados os trabalhos que emprehendi como continuação do pequeno Diccionário do Lamacense, Jerónimo Cardoso, que é verdadeiramente um resumo ou extracto do seu dicionário *Latino-lusitanicum et lusitanico-latínun*. Na mudança daquella cidade para esta e na atrapalhação em que o meu espírito se achava ao ter de me retirar de tão importante cidade, e os muitos e diversos cuidados em que o meu espírito por tal occasião se repartia, no meio de tudo isto, desapareceram os meus escriptos ou apontamentos, que nunca pude saber se realmente ficaram na Covilhã, ou se se perderam na grande jornada, que então era feita com muita dificuldade.

Na despedida ou saída do edifício do Seminário, e como em sinal de lucto e de saudade, em julho de 1911, deixei escriptos na pedra ou quadro uns versos hexamétricos que foram lidos nessa ultima aula aos numerosos alunos, e que nenhum delles teve o cuidado de copiar.

Alem disso por vezes, como por distracção, entretinha os alunos ditando-lhes e explicando-lhes na pedra disticos latinos feitos na occasião».

<sup>1</sup> A escassez de produções literárias explica-se em parte porque o S.<sup>or</sup> Rocha sofre há mais de 20 anos uma doença nervosa, que quasi o impossibilita de escrever. A sua modestia é também causa de que ele pouco publique.

### A arte manuelina e os críticos

No VI Congresso Internacional dos Arquitectos, reunido em Madrid no ano de 1904, definiu-se e votou-se que, «para haver um estilo, é necessário que haja um novo princípio gerador, construtivo, e novas aplicações desse princípio».

Estudada a arquitectura manuelina segundo este critério, temos de reconhecer que ela não constitui um estilo, porque é, organicamente, de traça gótica, obedecendo, nos seus princípios fundamentais, às últimas variantes da abóbada nervada.

O escritor brasileiro Varnhagem, ao descrever, em 1842, o monumento de Belém, foi o primeiro que propôs a adopção do qualificativo *manuelino* e indicou os caracteres que, em seu entender, acentuam a originalidade dos respectivos monumentos. Dos dez caracteres indicados por esse escritor, sete dizem respeito à ornamentação; e, dos três que se referem às condições estáticas da arquitectura — o predomínio da volta perfeita ou do arco de quatro centros (arco de sarapanel, arco Tudor), a tolerância de todas as outras curvas e a existência de abóbadas sustentadas por altos pilares enfeixados, em que o enfeixamento é mascarado pela ausência de arestas salientes e pela exuberância da decoração — desses três caracteres, nenhum representa um princípio construtivo novo. ¿Desde que, na ligação do suporte com a abóbada, não há originalidade, desde que a abóbada manuelina é a abóbada nervada do período ogival, que importa o predomínio desta ou daquela curva, que importa que os esteios polistilos apresentem ou não arestas, sejam ou não profusamente decorados?

Mas se, no traçado (plantas e alçados), no sistema construtivo, não há originalidade,—na ornamentaria, que nem sempre é lógica, mas que é, quase sempre, de cativante efeito pitoresco, o manuelino atinge uma expressão incontestavelmente interessante e original.

Os críticos, nacionais e estrangeiros, que se tem ocupado da arte manuelina, apreciam-na diversamente, quanto às influências que nela se reflectem, e quanto à sua originalidade.

Joaquim de Vasconcelos afirma que a arquitectura manuelina depende inteiramente da arquitectura espanhola paralela, acrescentando não ser para admirar que assim suceda, visto como os espanhóis organizaram o ensino das artes e ofícios primeiro do que nós.

As corporações catalãs e valencianas tinham já uma posição dominante no séc. XIV, ao passo que as nossas só aparecem nos fins do séc. XV e raro incluem nos seus estatutos elementos didácticos,

providências acerca do ensino. Dos numerosos estatutos de corporações e ofícios que estudou — continua Joaquim de Vasconcelos — apenas encontrou um relativo aos pedreiros, e êsse, ainda assim, referente ao grau inferior do ofício. Em Espanha, as *ordenanzas* relativas aos *alarifes* aparecem em Córdova em 1503 e em Sevilha em 1527, perfeitamente redigidas e representando certamente uma tradição muito anterior. Juntas de arquitectos funcionam regularmente em Espanha, como na Itália, discutindo problemas e organizando concursos entre os artistas. Os tratados teóricos italianos são traduzidos e publicados. Em Portugal, D. João III encomendou a Pedro Nunes e a André de Resende a tradução de Vitruvio e de Alberti; mas essas traduções ficaram inéditas, como inéditos ficaram os mss. de Francisco de Olanda, que esteve na Itália, onde se relacionou com os homens mais eminentes — incluindo Miguel Ângelo. Só em 1733, na obra do P.<sup>e</sup> Inácio da Piedade e Vasconcelos, *Artefactos sime-triacos e geométricos* ... se publica pela primeira vez, entre nós, uma condensação de Vignola. Ao passo que nós nos sacrificávamos para sustentar o nosso domínio no Oriente, a Espanha trabalhava para avassalar a Europa. Esta diferença, tam essencial, nos destinos das duas nações peninsulares reflecte-se na Arte. Em Portugal, não se levantaram por êsse tempo edifícios que possam comparar-se aos espanhóis: — palácios, bôlsas, paços municipais. A nossa inferioridade na teoria e na prática da Arte é manifesta. ¿Como poderá, pois, pregunta Joaquim de Vasconcelos, falar-se em originalidade, em invenção de um estilo nacional? Tivemos, é certo, artistas de merecimento nos sécs. xv e xvi; mas uma ou outra figura saliente não constitui ainda uma escola. O movimento geral depende de uma tradição segura, secular, que não existia em Portugal, de uma progressão que actua lentamente. No manuelino, conclui Joaquim de Vasconcelos, não há originalidade nos processos de construir; não há clara determinação das funções que os elementos arquitectónicos tem de exercer, ficando, por vezes, elementos construtivos reduzidos a acessórios ornamentais e simulando acessórios ornamentais elementos construtivos; não há sistema decorativo nem estilização; não há observância dos limites que separam as três artes.

Recentemente (1913), escreveu o erudito arqueólogo portuense que «D. Manuel concentrou em Belém e em Tomar, por meio de admiráveis lavores simbólicos — os do chamado *estilo manuelino* — a expressão mais artística do pensamento plástico nacional».

Alberto Haupt escreve, em resumo, o seguinte:

Além de um gótico decadente, derivado, em parte, da Espanha,

em parte, da Batalha, floresceu no país, até o fim do séc. xv, uma escola, única em seu género, propriamente gótica, que, já no último quartel daquele século produziu, anacrónicamente, o castelo de Leiria e S. Francisco de Santarém. Por outra parte, os mouros exerceram uma influência decisiva, ao sul e no interior de Portugal, nos pormenores da construção, o que se explica por serem exercidos por eles alguns mesteres relacionados com a arte de construir.

Essa influência revela-se nos colunelos delgados, com capitéis de estilo árabe, que nos aparecem, sobretudo em Évora e em Sintra, como suportes de arcos dentados ou de forma de ferradura, e no aspecto geral dos edifícios acastelados e das fortificações. Da fusão desses tipos arquitectónicos com formas provenientes do Norte e do Oriente derivou a arquitectura manuelina,—mixto singular, que se afasta do gótico preponderante nos outros países e que nenhuma relação tem com a arte espanhola contemporânea. D. João II chamou a Portugal um arquitecto e escultor italiano, André Contucci, o Sansovino, que permaneceu nove anos em Portugal (1490-99); mas a sua influência não deve ter sido muito sensível, pois que, no dizer de Vasari, André Contucci executou numerosos projectos arquitectónicos «segundo o uso do país»<sup>1</sup>, o que equivale a afirmar que ele teve de subordinar muitas vezes os seus trabalhos às formas predominantes, meio góticas, meio mouriscas. Só trinta anos depois o país entrou no caminho da verdadeira Renascença.

Uma das variantes do manuelino consiste no emprego de elementos do gótico do último período, caindo-se freqüentemente, por um lado, no tóscico, mas ostentando-se, por outro lado, certa pompa de ornamentação.

Pouco a pouco, o manuelino atinge um naturalismo vigoroso, que transforma os elementos arquitectónicos dos vãos em ramos e árvores, fazendo lembrar exemplos do gótico alemão. Esse naturalismo converte-se depois, mercê da influência de artistas eminentes, numa expressão muito singular, embora forçada, de que é espécime típico a célebre janela da Casa do Capítulo do convento da Ordem de Cristo, em Tomar. É nas construções deste grupo que mais nitidamente se reconhece a interferência de elementos indianos.

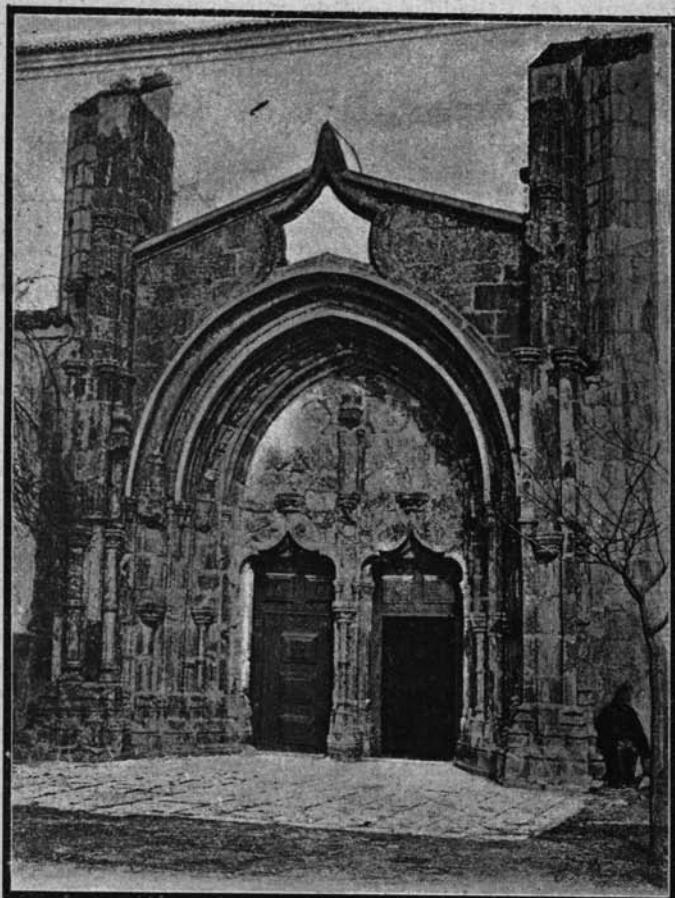
A par desta feição do manuelino e conjugando-se por vezes com ela, outra se acentua, caracterizada pela fusão do gótico do último

---

<sup>1</sup> *Attese anche Andrea, mentre stette con quel Re [o de Portugal], ad alcune cose stravaganti e difficili d'architettura, secondo l'uso di quel paese [Portugal], per compiacere al Re...*

período com formas de origem árabe. O ornato dominante nos monumentos desta categoria é a moldura cujo perfil representa três quartos de círculo.

A acção da arte do Renascimento imprime no manuelino um carácter novo. Nos edifícios deste quarto grupo, as formas clássicas



Porta da Igreja do Convento de Jesus (Setúbal)

aliam-se com as antigas. As linhas gerais mantêm-se góticas, formando uma grande moldura, na qual a ornamentação da Renascença, progressivamente dominante, se enquadra. Os elementos construtivos clássicos faltam, porém, completamente, continuando a ser empregados, até à extinção do manuelino, os delicados colunelos do gótico do derradeiro período, com capitéis de folhagens, e, como botaréus, em

caso de necessidade, pilares de secção quadrada ou poligonal, com ornamentação profusa e acompanhados de membros delgados.

Para Haupt, a comparação dos monumentos portugueses e espanhóis não confirma a opinião de Joaquim de Vasconcelos. Pelo contrário: as únicas duas construções existentes em Espanha, que podem considerar-se aparentadas com as manuelinas — o pateo do Colégio de S. Gregório em Valladolid, e o do palácio ducal do Infantado em Guadalajara — diferem tanto dos monumentos manuelinos, quer no carácter geral, quer nos detalhes, que pode legítimamente concluir-se que, procedendo, embora, umas e outras, de uma tendência em absoluto semelhante, nunca os trabalhos portugueses dependeram dos espanhóis, devendo talvez supor-se, antes, que aqueles dois monumentos isolados fossem inspirados pelos portugueses. Demais, o estilo espanhol de transição pouco durou, e breve cedeu o lugar ao *plateresco*, primeira fase, já caracterizada, da Renascença espanhola. Por outro lado, o encontrarem-se os monumentos mais importantes e característicos do estilo manuelino ao longo da costa, entre Lisboa e Coimbra, e não do lado da fronteira, é, na opinião de Haupt, outro argumento a favor da independência do manuelino.

António Augusto Gonçalves observa que, perante a energia e a opulência do manuelino, duas questões naturalmente surgem: a rationalidade lógica, histórica e artística da sua superabundância pitoresca em face dos princípios estabelecidos como leis invioláveis da estética, e a justificação da originalidade nacional que lhe tem sido atribuída. Para uns, a manifesta indisciplina do manuelino é reveladora das energias do génio; para outros, é o descomedimento rude, ardente, audacioso, subversivo, exercendo-se sem propósito e sem lei. Por mais inconciliáveis que pareçam — continua A. A. Gonçalves — estas duas opiniões são rigorosamente justas.

É certo que a arquitectura é uma arte essencialmente fundada nas leis da geometria e da mecânica; mas, se o manuelino tantas vezes reveste formas ilógicamente perturbadoras e desviadas do seu natural destino e função, a veemência do sentimento e a exuberância imaginativa que o faz vibrar, resgatam amplamente as infracções da sua natureza indócil, precisamente pelo espírito de rebeldia que o anima. O manuelino, como não assenta em regras sistemáticas de proporção e medida, permitia a cada artista gizar a sua obra na ampla liberdade e no ímpeto expansivo da sua fantasia e dos seus recursos. E a feição naturalística da ornamentaria manuelina, sendo, decerto, a que melhor se adaptava às improvisações de artífices, como os portugueses, destituídos de educação artística delicada e

maleável, era também a mais conforme às circunstâncias, momentâneas e fortuitas, que convulsiónavam então a corte e as classes elevidas, no delírio dos *fumos orientais*, a esse alvorôço, a essa sobre-excitacão febril, a essa instabilidade e confusão moral, determinados pelos sucessos desse período — brilhante, sem dúvida, mas enganoso, porque nele se prepararam, nele tiveram origem, os desastres ulte-riores.

Para A. A. Gonçalves é incontestável a origem importada do manuelino; mas é também inquestionável que lançou raízes fundas na alma popular, que se adaptou ao terreno e dilatou luxuriantemente neste clima de grandezas, assumindo feições características, uma fisionomia própria, acentuada, adquirindo uma vitalidade tal, que por muito tempo se manteve autónomo e livre em face da Renascença vitoriosa, e produzindo obras de carácter, por assim dizer, popular, que, na sua espontaneidade fremente e robusta, na sua linguagem grosseira e inculta, não são das que menos impressionam e comovem.

Quanto à influência india na sobre a arte manuelina, observa que não é fácil saber em que factos concretos se fundamentam aqueles que a afirmam; e que a influência de uma arquitectura sobre outra só pode documentar-se por analogias essenciais de estrutura e revestimento, acentuando que nunca puderam constituir indícios seguros, racionais, de influências ou afinidades artísticas a configuração das massas, ou os acidentes avulsos e fortuitos de vaga semelhança material. Coincidências de concepção e detalhes de fisionomia no movimento geral da arquitectura ou da estatuária, em dados momentos do seu percurso através das civilizações e dos povos, constituem um fenómeno muitas vezes indicado nos episódios da história da arte.

Pela sua índole ornamental, pelas condições sumptuárias do meio social e pela veemência dos incentivos mentais do período histórico em que surgiu e se desenvolveu, o manuelino toma aspectos de tal forma diversos e caprichosos, que dificilmente podem ser aferidos por uma fórmula única de apreciação, em abstracto.

À face dos espécimes existentes, parece indispensável admitir três ordens de manuelino, que revestem formas materiais diversas e correspondem a modos de sentir inconfundíveis:

1) O manuelino que se mantém fiel à tradição e às normas góti-cas, no respeito e compreensão da supremacia da linha construtiva, sem ousar infringir as condições extrínsecas do equilíbrio aparente;

2) O manuelino que, num esforço de conciliação, tenta realizar um tipo novo, pelo amálgama pitoresco dos princípios góticos com os elementos da Renascença;

3) O manuelino, a que poderemos chamar *popular*, inculto, arrebatado, indomável, audaz, cheio de vigor e originalidade, que é como que um brado de independência e de revolta contra a disciplina dos preceitos novos, e não respeita balizas que tolham a energia da sua exuberância decorativa.

Ramalho Ortigão entende que o estilo manuelino não é um mero desenvolvimento do gótico. Embora composto de elementos góticos — porque, em toda a evolução da arte, coexistem os fenómenos precursores com os vestígios avitados, — a arquitectura manuelina é uma das formas peninsulares da Renascença, no seu primeiro período, assumindo em Portugal uma expressão paralela à do *plateresco* em Espanha. O *plateresco* e o manuelino são fenómenos análogos, concomitantes, derivados de causas comuns na história, no espírito, no temperamento da raça, e que tomaram uma particular acentuação regional em cada um dos lugares em que se manifestaram.

O arquitecto A. Bermudes entende que a fase por que passaram, em Portugal, a arquitectura e as artes decorativas suas tributárias, no reinado de D. Manuel, constitui um estilo.

Fundamentalmente, as formas estruturais e decorativas dessa fase artística baseiam-se nas da Renascença flamenga, como no princípio do reinado de D. João III se baseiam nas da Renascença francesa, e no fim do mesmo reinado nas da Renascença italiana, ou clássica.

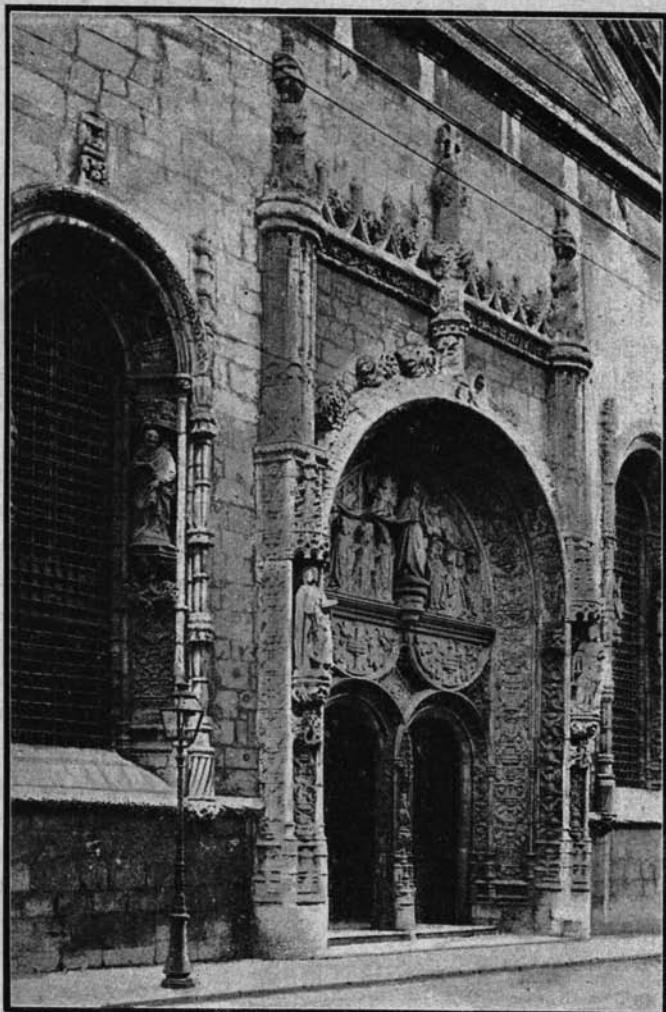
Essas formas, porém, modificam-se a tal ponto, criam tal unidade e pureza de expressão a influências tam variadas e estranhas, prestam-se a tam arrojadas e imprevistas combinações, que nos dão, afinal, nos seus resultados, uma modalidade artística inconfundível, um verdadeiro estilo, com o seu carácter, tipo e cunho peculiares, diferente de todos os outros, — até mesmo dos estilos dos países donde veio a sugestão inicial. As manifestações desse estilo, afirma A. Bermudes, ainda se não esgotaram, e nele podem encontrar uma copiosa fonte de inspiração os artistas portugueses da actualidade e do futuro.

Walter Crum Watson entende que o estilo manuelino não deve ser considerado como um simples desenvolvimento da última fase do gótico espanhol, porque foi curta a duração dela, e o manuelino é quase seu contemporâneo.

O estilo manuelino não oferece sempre os mesmos caracteres. Umas vezes, é um gótico exuberante, misturado com o que quer que seja peculiar e característico, parecendo derivar de uma união do gótico do último período com o mourisco. Outras vezes, apresenta-se francamente naturalístico, parecendo representar uma evolução do

gótico em sua derradeira fase. Outras, ainda, resulta do emprêgo simultâneo dos estilos gótico e da Renascença, sendo sempre a composição ainda gótica, embora os pormenores sejam do Renascimento.

De todas estas modalidades, que, por vezes, se encontram jun-



Porta da Igreja da Conceição Velha (Lisboa)

tas, aquelas a que pode aplicar-se com maior propriedade o designativo *manuelino* são as duas primeiras.

E. Bertaux entende o seguinte:

Ligada à arquitectura civil, manteve-se por muito tempo em Portugal uma arte idêntica à arte *mudejar* espanhola e que pode deno-

minar-se *mourisca*. No tempo de D. João I, não obstante haver já decorrido século e meio depois da expulsão dos derradeiros muçulmanos do Algarve, essa arte manifesta-se ainda no palácio de Sintra, complicando os recortes dentados de portas e janelas góticas, ou enquadrando nos seus compartimentos geométricos aves pintadas (as lendárias pégas), e penetra mesmo na arquitectura sacra, guarnecendo, na Batalha, os recortes flamejantes da grande rosácea com uma rête de pedra mais delicada, cujos desenhos, igualmente flamejantes, opõem um véu ao ardor do sol, vindo assim a constituir a tradução anglo-mourisca da *adufa*. Para além do Tejo, nos fins do séc. xv, essa arte mantinha uma vitalidade tal, que muito mais fecundas do que as esboçadas no tempo de D. João I foram as combinações que ela formou com a arte ogival, quando, nos reinos de D. João II e D. Manuel I, Évora e outras cidades do Alentejo foram teatro de uma intensa actividade artística. E note-se: os mouros do Alentejo parece nada terem devido aos seus vizinhos de Castela. Às suas obras sabiam dar uma graça a um tempo oriental e original, frisantemente documentada, por exemplo, nas janelas do paço rial de Évora, cujas arcadas duplas, em forma de ferradura, apresentam variações, executadas, não em tijolo ou estuque, mas em mármore e granito. As ameias, os coroamentos de forma cónica, as igrejas com o aspecto exterior, com a *silhueta*, de mesquitas abundam na região, mostrando claramente como era grande a vitalidade dessa arte, que se comprazia em aplicar motivos da arquitectura profana a construções sacras.

As formas compósitas que aparecem em Évora complicam-se rapidamente. Na interessante porta da casa capitular dos Lóios, a dupla arcada, em forma de ferradura, é acompanhada de torcidos; os delicados colunelos monolíticos, de mármore, parecem entrançados; os capitéis, que semelham turbantes, são também formados de torcidos. Este singular tipo de capitel foi transportado, com outros pormenores da arte pre-manuelina do Alentejo, para o paço de Sintra e para o mosteiro da Pena (alpendre da capela).

É certo que, ao norte do Tejo, a arte mourisca se havia também combinado com a arte ogival. Mas é também certo que as obras de carpintaria que constituem a mais notável manifestação dessa arte, como, por exemplo, o tecto da igreja de Caminha, não explicam a arte pre-manuelina. De entre os elementos da arte mourisca, há um — e esse é, exactamente, de todos, o mais puramente mourisco — que só aparece no sul: o arco de forma de ferradura. Os torcidos, que são, muitas vezes, o motivo único da decoração manuelina (portal

de S. Francisco, em Évora) e que aparecem já em edifícios anteriores ao reinado de D. Manuel, são, nalguns casos, aplicados à própria construção. Na igreja de Jesus em Setúbal (1480), por exemplo, os pilares da nave, as nervuras da abóbada da absida revestem essa forma, que em breve se generalizou a todo o país, não só nos portais e naves das igrejas, como nos cruzeiros, pelourinhos, etc. Os torcidos das abóbadas chegam, por vezes, a formar verdadeiros nós, que substituem os fechos (*abóbada dos nós* [1513] na Sé de Viseu). Mas os elementos arquitectónicos experimentam, nalguns casos, uma verdadeira metamorfose:—os colunelos tornam-se semelhantes a troncos, donde partem ramos, que se cruzam. Este vegetabilismo encontra-se em Sintra, em Évora, em Beja. O naturalismo, que, em Portugal, se apodera das formas mais abstractas da arquitectura, tinha já surgido em Castela (cfr. a fachada de S. Gregório de Valladolid com o portal da igreja de Viana do Alentejo). Neste ponto, se influência houve, foi dos monumentos espanhóis nos portugueses, porque os espanhóis são anteriores. Nenhum documento prova a interferência de artistas espanhóis, ou algum desses numerosos artistas flamengos ou alemães que trabalhavam em Espanha, nos monumentos manuelinos de pedra, ao menos durante o período que antecede as primeiras penetrações da Renascença. A decoração dos portais é composta, quase exclusivamente, de motivos geométricos e vegetais:—curvas trilobadas, umas côncavas, outras convexas, ora entrelaçadas, ora justapostas. Os modelos destas combinações encontram-se em Espanha (coroamento das portas da absida, sobre os túmulos dos antigos reis, em Toledo; *porta do cardo*, em Lião); mas, em Portugal, este motivo deforma-se, a ponto de perder toda a aparência geométrica (portais de Marvila [Santarém] e Vestiaria [Alcobaça]).

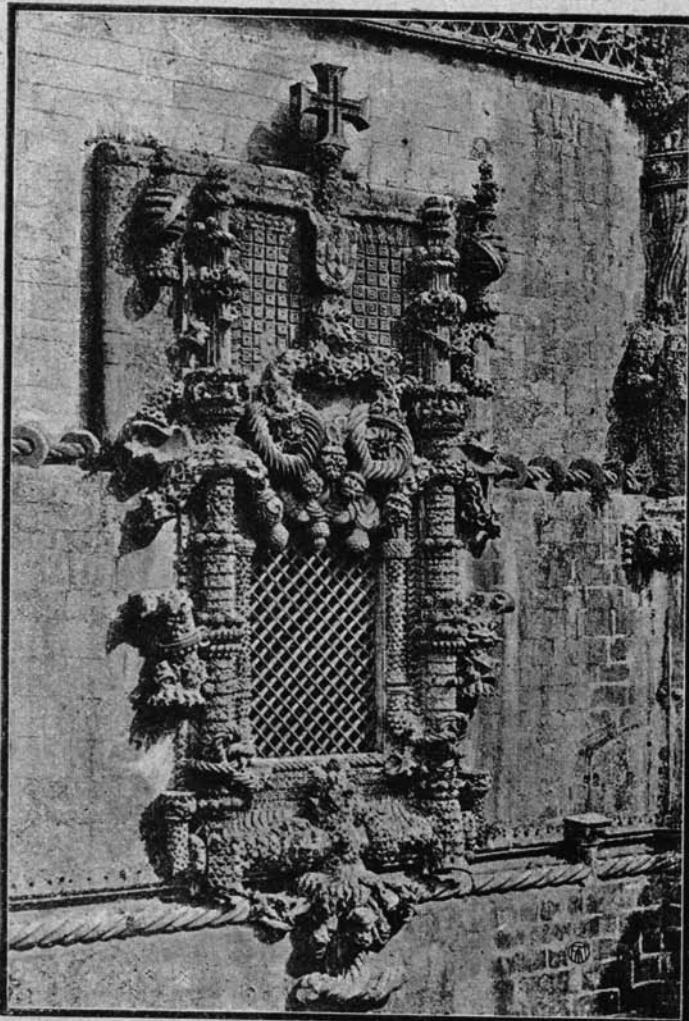
A arquitectura manuelina transplantou, das construções dos reis católicos, o côro, assente numa abóbada de perfil abatido. Mas a dificuldade da construção de tais abóbadas é a única que os arquitectos portugueses vencem. Nenhum tentou construir um zimbório. E na decoração das fachadas, mesmo das mais ricas, a ornamentaria não vai além dos portais,—ao contrário do que sucede nos monumentos dos reis católicos, Fernando e Isabel, em que o revestimento ornamental das fachadas é completo. Portanto, a arte manuelina pediu à arte espanhola alguns dos seus elementos; mas êsses elementos não fizeram mais do que enriquecer uma arte que já existia. A ornamentação vegetal recebeu porventura estacas de Valladolid; mas os seus primeiros ramos tinham já florido nos túmulos dos príncipes e heróis do séc. xv (túmulos da Capela do Fundador, na Batalha,

túmulo de D. Duarte de Meneses em S. João de Alporão, Santarém, túmulo com a data 1479 em S. Francisco do Pôrto, túmulo de Fernão Teles de Meneses, em S. Marcos, junto a Coimbra). Para avaliar bem a influência da arte espanhola na arte manuelina, é preciso vê-la manifestar-se num determinado momento e, depois, desvanecer-se nos grandes monumentos riais, que, pela sua imponente grandeza, pela sua riqueza exótica, pela sua misteriosa originalidade (*étrangeté*), excedem as construções dos reis católicos.

É certo que as formas estranhas e monstruosas da arte indiaña foram conhecidas em Portugal desde o tempo de D. Manuel. Em Sintra, o pequeno tanque mourisco da sala árabe tem como motivo central um bronze dourado, que é, evidentemente, cópia de um objecto trazido da Índia. D. Manuel mandava os seus arquitectos a Goa, a Malaca, à África setentrional. Um desses viajantes construiu a torre de Belém, dando-lhe as cúpulas e balcões de um palácio indiano. A arquitectura militar da época manuelina, em suas formas mais ricas, inspirava-se do Extremo Oriente. É certo, contudo, que os arquitectos sabiam transformar com liberdade os elementos que transplantavam. Assim, por exemplo, na torre de Belém, o arquitecto procura a força, regressando, no desenho das janelas e mesmo das ogivas das abóbadas, às formas pesadas, maciças, da arte românica. Sem as imitar, repete as fantasias heráldicas da arquitectura castelhana, quando transforma as ameias da torre de Belém em outros tantos enormes escudos, que ostentam a cruz de Cristo. Uma das torrelas angulares é sustentada por um rinoceronte, que simboliza, não a Índia, mas a África. Mas a forma mais original da arte manuelina não é europeia, nem indiaña: é *marítima*. Os artistas que a realizaram, nada deviam a qualquer das artes do seu tempo: — recomeçavam, com uma espécie de barbaria magnífica, um dos mais antigos ensaios da arte — a arte micénica, sequência de uma arte constituída na Ilha de Creta, habitada por um pequeno povo de audazes marinheiros. É em Tomar, onde, aliás, se observam também reminiscências da arte indú, que se encontram os mais frisantes especimes dessa arte, que não pertence a tal ou tal artista, mas que é, acima de tudo, a arte de um povo. Em Belém, sobretudo depois da intervenção de João de Castilho, isto é, depois de 1517, predomina um estilo mais severo, mais sóbrio, mais disciplinado, mais puro — mais clássico dentro do gótico — estilo a que vêm ligar-se elementos da Renascença — pilastras, arabescos, vasos de perfil antigo. Dir-se-ia que João de Castilho, arrependido da heresia artística praticada em Tomar, se convertera. O que se ignora ainda, é onde foi o artista encontrar os modelos da ornamentação

clássica que, pouco a pouco, invade as suas obras de arquitecto. Nos mármoreos do Sansovino, que, aliás, parecia desconhecer, quando concebeu a mais estranha e poderosa obra manuelina em Tomar?

Dieulafoy pensa que o estilo manuelino é uma hipertrofia dos estilos góticos, *mudejar* e *plateresco* do último terço do séc. xv, de-



Janela da Casa do Capítulo do convento da Ordem de Cristo (Tomar)

terminada pelo afluxo, extremamente rápido, do ouro, constituindo, ao mesmo tempo, uma demonstração de reconhecimento para com os cavaleiros de Cristo.

Finalmente, o erudito arquitecto-arqueólogo espanhol D. Vicente

Lampérez y Romea, ocupando-se do gótico peninsular na fase de decadência (fim do século XV e comêço do imediato), em uma ou duas conferências há dois anos realizadas em Madrid, aludiu também à nossa arte manuelina, e por isso resumimos a sua interessante exposição, devendo, todavia, frisar que o consagrado arqueólogo confessa não conhecer directamente os monumentos portugueses e não se julgar, portanto, autorizado para formular uma opinião definitiva.

O gótico flamejante não se radicou em Espanha e Portugal. Naturalizou-se. Foi traduzido por uma singular mistura de elementos góticos, traços mouriscos e tendências naturalísticas.

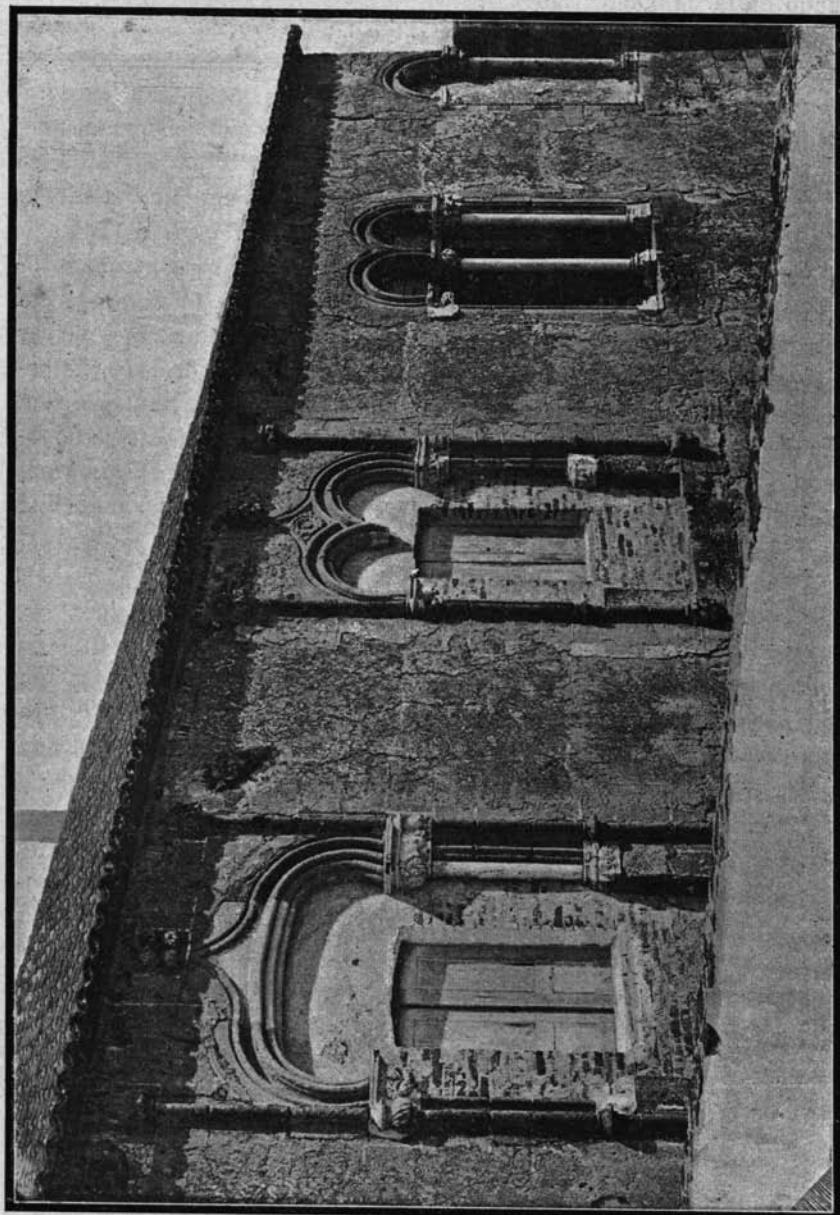
O característico de todas as decadências é tratar a ornamentação imitando a natureza, com desprezo das leis da estilização: a gótica o fez, como nenhuma outra. Mas há, na arquitectura, outro naturalismo, mais raro e discutível: o que trata os elementos estruturais como produtos da natureza (corais, troncos, etc.), ou como produtos industriais (cordas, cadeias, tecidos, etc.). Quasi todos os grandes estilos professaram a teoria de que a arquitectura não é uma arte imitativa, mas interpretativa, e por isso o seu objectivo e a sua glória é fazer sentir por meio de formas criadas por ela. Aquele naturalismo especial, que se opõe a essa teoria, aparece no gótico decadente peninsular com uma força poderíssima, cuja origem não é fácil determinar. ¿Imitação dos livros de orações do tempo? Simbolismo? ¿Influência de uma alta e poderosa individualidade, de um grande artista, que, enamorado da Natureza e vendo nas suas forças ocultas o símbolo da Vida, se voltasse para ela, como fonte novíssima e inexgotável de inspiração? Talvez que esta última hipótese seja a verdadeira. Potentíssimo desenvolvimento teve em Portugal o naturalismo, com o estilo manuelino. O manuelino é um mixto de elementos mouriscos e naturalísticos, postos caoticamente sobre um fundo gótico decadente. Góticos, são os pilares fasciculados, as abóbadas nervadas, as janelas com pináculos, as portas abuzinadas;—mouriscos, são os arcos mistilíniros, os *ajimezes*, a multiplicidade de curvas e contra-curvas, os lobulados e festonados das arquivoltas, a repetição eurítmica dos ornatos;—naturalísticos, o emprêgo de troncos, ramos, cordas, nós, etc. Em Espanha, o grau de *barroquismo* desses elementos nunca subiu tanto, porventura porque o Renascimento penetrou lá primeiro do que em Portugal.

\*

Tais são as opiniões dos arqueólogos e críticos mais autorizados, que da arte manuelina se têm ocupado.

Poderemos, talvez, concluir o seguinte:

É admissível o designativo *manuelino*, aplicado à arquitectura e



Janelas da antiga casa da Câmara, em Évora (edifício demolido)

artes dela derivadas, na fase de decomposição do gótico, devendo, porém, observar-se que essa interessante expressão artística, produto

de influências diversas, cuja intensidade varia, contando-se entre elas influências individuais, não corresponde, com absoluto rigor, ao reinado de D. Manuel.

Além das três modalidades definidas pelo Sr. António Augusto Gonçalves, uma quarta é mister aceitar:—a representada pelo góticomourisco de Além do Tejo e do paço de Sintra, conquanto este aspecto da transição seja, talvez, no seu início, cronologicamente, premanuelino.

Estruturalmente gótica, sem nenhum dos elementos construtivos da Renascença, embora também sem algumas das peças do admirável organismo ogival,—a arquitectura manuelina não constitui, propriamente, um *estilo*, tomada esta palavra na acepção rigorosa em que, segundo o VI Congresso Internacional dos Arquitectos, deve ser tomada. A originalidade da arte manuelina reside, sobretudo, na ornamentação, que, destituída, em geral, de pureza e unidade, é, em compensação, rica, pitoresca e sugestiva, e reflecte com nitidez o momento da vida portuguesa a que corresponde, o estado da alma nacional, no período de brilhante pôsto que efémera grandeza, em que essa arte com tanta exuberância se manifestou.

#### **Lista das obras a cujos autores se faz referência neste artigo**

**Noticia historica e descriptiva do mosteiro de Belem. Com um glossario de varios termos respectivos principalmente á architectura gothica.**—F. A. de Varnhagen. Lisboa, 1842. (Memória publicada originariamente no *Panorama*, vol. vi).

**Da architectura manuelina.**—Joaquim de Vasconcelos. Conferência realizada em Coimbra em 1884. Publicada no volume *Exposição districtal de Coimbra em 1884*, e, depois, em separado, com numerosas e eruditas notas, constituindo um dos estudos da série *Historia da Arte em Portugal*.

**Monumentos da arte considerados como subsídio para a história da civilização portuguesa.**—Joaquim de Vasconcelos, Pôrto 1913.

**Die Baukunst der Renaissance in Portugal, 2 tomos.**—A. Haupt. Hannover, 1890 e 1895. (Tradução portuguesa na revista *Serões*).

**O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.**—António Augusto Gonçalves. (In *A Arte e a Natureza em Portugal*, n.º 28.)

**Thomar.**—António Augusto Gonçalves. (In *A Arte e a Natureza em Portugal*, n.ºs 62 e 63).

**A conclusão do edifício dos Jerónimos.**—Ramalho Ortigão. Lisboa, 1897.

**Portuguese Architecture.** — Walter Crum Watson. London, 1908. (Cap. x).

**La Renaissance en Espagne et en Portugal.** — E. Bertaux. Cap. vi da 2.<sup>a</sup> parte do tomo IV (Paris, 1911) da obra *Histoire de l'art depuis les premiers temps chrétiens jusqu'à nos jours*, publicada sob a direcção de André Michel.

**Espagne et Portugal.** — M. Dieulafoy. (Na biblioteca *Ars Una*). Paris, s. d. (Cap. ix).

**Una evolución y una revolución de la Arquitectura española (1480-1520).** — V. Lampérez y Romea. Madrid, 1915.

*Nota.* — A súmula da conferência em que o Sr. Bermudes tratou da arte manuelina, lêmo-la, há anos, em um jornal de que perdemos a nota. O conferente, porém, acedendo amavelmente a pedido nosso, reviu os períodos em que sintetizámos a sua opinião.

D. JOSÉ PESSANHA.

### Descrição dos «ex-libris» existentes no Museu Etnológico Português<sup>1</sup>

#### 1.<sup>a</sup> série

A grande maioria dos *ex-libris* portugueses apresenta-se adornada com os brasões das famílias ou dos indivíduos que os usaram; e, como em todas as mais manifestações heráldicas que há entra nós, — pedras de armas, pinturas, sinetes, etc. —, abundam ali as incorrecções, quer na disposição dos móveis que entram na composição dos brasões, quer nos metais e esmaltes com que os apresentam. Mas, como o meu trabalho não tem por fim fazer a crítica dessas incorrecções, e antes se limita a um simples catálogo dos *ex-libris* existentes no Museu Etnológico Português, nenhuma referência faremos ao desacerto com que brasonaram muitos deles. Não seguiremos o exemplo de Aníbal Fernandes Tomás, que, no seu folheto *Ex-libris ornamentaes portugueses*, Pórtico 1905, descreve com um pretenso rigor

<sup>1</sup> [Na impossibilidade de, por falta de tempo, catalogar eu próprio todos os objectos que vou obtendo para o Museu Etnológico, necessito de, por vezes, recorrer à colaboração de outros. Assim, pelo que toca aos ex-libris, pedi, já ha anos, ao meu amigo D.<sup>or</sup> Alvaro de Azeredo, então residente em Lisboa, o obsequio de começar a catalogação, o que ele teve a bondade de fazer nas páginas que constituem a 1.<sup>a</sup> série do presente artigo. Como porém o mesmo S.<sup>or</sup> se retirasse de Lisboa, encarreguei da continuação do Catalogo o S.<sup>or</sup> Luis Chaves, Conservador interino do Museu: e o seu trabalho constitui a 2.<sup>a</sup> série. Novas séries se publicarão em havendo novos ex-libris. — J. L. DE V.]

**Portuguese Architecture.** — Walter Crum Watson. London, 1908. (Cap. x).

**La Renaissance en Espagne et en Portugal.** — E. Bertaux. Cap. vi da 2.<sup>a</sup> parte do tomo IV (Paris, 1911) da obra *Histoire de l'art depuis les premiers temps chrétiens jusqu'à nos jours*, publicada sob a direcção de André Michel.

**Espagne et Portugal.** — M. Dieulafoy. (Na biblioteca *Ars Una*). Paris, s. d. (Cap. IX).

**Una evolución y una revolución de la Arquitectura española (1480-1520).** — V. Lampérez y Romea. Madrid, 1915.

*Nota.* — A súmula da conferência em que o Sr. Bermudes tratou da arte manuelina, lêmo-la, há anos, em um jornal de que perdemos a nota. O conferente, porém, acedendo amavelmente a pedido nosso, reviu os períodos em que sintetizámos a sua opinião.

D. JOSÉ PESSANHA.

### Descrição dos «ex-libris» existentes no Museu Etnológico Português<sup>1</sup>

#### 1.<sup>a</sup> série

A grande maioria dos *ex-libris* portugueses apresenta-se adornada com os brasões das famílias ou dos indivíduos que os usaram; e, como em todas as mais manifestações heráldicas que há entra nós, — pedras de armas, pinturas, sinetes, etc. —, abundam ali as incorrecções, quer na disposição dos móveis que entram na composição dos brasões, quer nos metais e esmaltes com que os apresentam. Mas, como o meu trabalho não tem por fim fazer a crítica dessas incorrecções, e antes se limita a um simples catálogo dos *ex-libris* existentes no Museu Etnológico Português, nenhuma referência faremos ao desacerto com que brasonaram muitos deles. Não seguiremos o exemplo de Aníbal Fernandes Tomás, que, no seu folheto *Ex-libris ornamentaes portugueses*, Pórtico 1905, descreve com um pretenso rigor

<sup>1</sup> [Na impossibilidade de, por falta de tempo, catalogar eu próprio todos os objectos que vou obtendo para o Museu Etnológico, necessito de, por vezes, recorrer à colaboração de outros. Assim, pelo que toca aos ex-libris, pedi, já ha anos, ao meu amigo D.<sup>or</sup> Alvaro de Azeredo, então residente em Lisboa, o obsequio de começar a catalogação, o que ele teve a bondade de fazer nas páginas que constituem a 1.<sup>a</sup> série do presente artigo. Como porém o mesmo S.<sup>or</sup> se retirasse de Lisboa, encarreguei da continuação do Catalogo o S.<sup>or</sup> Luis Chaves, Conservador interino do Museu: e o seu trabalho constitui a 2.<sup>a</sup> série. Novas séries se publicarão em havendo novos ex-libris. — J. L. DE V.]

heráldico os brasões dos diversos apelidos, mas põe essa descrição, em muitos casos, em patente contradição com a gravura que a acompanha<sup>1</sup>. Não. Nem sequer, ao descrever os brasões, indicaremos os apelidos que pretendem representar, tal é a maneira extravagante como alguns ali são figurados. Limitar-nos hemos, pois, a descrever os *ex-libris*, tais como as respectivas gravuras no-lhos apresentam, com todas as incorrecções ou deficiências heráldicas que tiverem; e, sempre que não indiquemos as cōres do campo ou dos móveis do escudo, é porque, ou não estão figuradas ou, se o estão, pela pequenez ou imperfeição da gravura, se não podem distinguir.

Para maior simplicidade da descrição, classificaremos os escudos da seguinte forma:

*Escudo português*—o que tem a forma oval na parte inferior;  
ou contra-chefe.....



*Escudo francês*—aquele cujo contra-chefe termina em ponta



*Escudo inglês*—aquele cujos cantões do chefe saem para fora  
da linha dos lados.....



Quando não indicarmos a forma do escudo ou dissermos, —escudo ornamental— é porque êste apresenta outras formas, mais ou menos fantasiosas.

Como são variadíssimas as formas das coroas que sobrepujam alguns escudos que figuram nos *ex-libris*, muitas delas inclassificáveis pelas regras da heráldica, diremos simplesmente —*escudo coroad*— sem distinguir se a coroa é de duque, de marquês, de conde, ou de couça nenhuma, como muitas delas.

Tanto na descrição dos brasões como na dos *ex-libris* em geral, ao dizermos direita ou esquerda, referimo-nos sempre à do brasão ou *ex-libris*, e portanto ao contrário da direita ou esquerda do observador.

As letras que vão no alto de cada verbete querem dizer o seguinte:  
E..... *Ex-libris*.

E. E..... *ex-libris* exteriores.

C..... Carimbo.

Frz. Th... referência ao folheto *Ex-libris ornamentaes portugue-  
ses*, de Annibal Fernandes Thomás, Pôrto, 1905.

<sup>1</sup> Não vá tomar-se esta referência como sinal de menos aprêço do trabalho do ilustre bibliófilo, trabalho que é único no seu género, e que tem grande valor para o estudo dos *ex-libris* portugueses, pelas reproduções em *fac-simile* que apresenta.

## I

**Ex-libris que vem na monografia de Fernandes Thomás**

(Frz. Th. II)

1. Escudo ornamental, coroado, que tem por tenentes dois leões, e tudo pousado sobre um estrado ornamental.

Esquartelado: no 1.<sup>º</sup>, esquartelado; no I e IV, cinco escudetes das quinas postos em cruz; no II e III, quatro crescentes apontados; no 2.<sup>º</sup> quartel, em campo de prata, uma faxa de vermelho com um chefe dentado e nele quatro muletas; no 3.<sup>º</sup>, dois cardos entre dois leões assaltantes; no 4.<sup>º</sup>, um anel em campo de ouro.

(Frz. Th. VII)

2. Escudo inglês coroado. Esquartelado: no 1.<sup>º</sup>, em campo de ouro, uma aspa de vermelho, carregada de cinco besantes de ouro; no 2.<sup>º</sup>, em campo de vermelho, uma cruz de prata florida, vasia do campo; no 3.<sup>º</sup>, em campo de vermelho, cinco crescentes de prata, postos em santor; no 4.<sup>º</sup>, em campo de ouro, uma águia de negro estendida. O escudo é envolvido por uma fita que tem presa, na parte inferior, a comenda da Ordem de Cristo.

No alto, em duas linhas rectas, horizontais, a letra: DE LA BIBLIOTHEQUE | DU COMMANDEUR D'ARAUJE.

(Frz. Th. IX)

3. Escudo oval ornamentado. Em campo de vermelho um castelo de azul, mantel de prata com dois leões batalhantes, de púrpura. Elmo à direita com o timbre: um castelo e sobre este um leão nascente. Por baixo da ornamentação inferior do escudo, uma rótula (*cartouche*) com a seguinte letra, em três linhas horizontais: EX | BIBLIOTHECA | DOCTOR. ANTONII HENRIQUES DA SYLVEIRA.

Por baixo de tudo: CASTRO. CONIMB. FECIT ET INV. P. M. GR.<sup>1</sup>.

(Frz. Th. XI)

4. Escudo ornamental, coroado. Esquartelado: no 1.<sup>º</sup>, as armas portuguesas; no 2.<sup>º</sup>, em campo de prata ondado de azul, seis caravelas postas em duas palas; no 3.<sup>º</sup>, em campo de vermelho seis besantes de prata entre uma sobre-cruz e bordadura de ouro; no 4.<sup>º</sup>, em campo

<sup>1</sup> [Castro Conimbrica fecit et invenit; devia ser inv. et fecit; Pires Marinho gravou. L. C.].

de vermelho seis vieiras postas em duas palas. Em abismo um escudete de prata com um leão rompante. Timbre, uma caravela do escudo.

Por cima, em linha curva: EX-LIBRIS e por baixo, em duas linhas, a superior curva, e a inferior recta: DOS MARQUEZES de SABUGOSA | CONDES de s. LOURENÇO.

(Frz. Th. XII)

5. Elmo posto de frente, com uma águia estendida, no cimo.

Dos lados do elmo sai uma fita que circunda um espaço aproximadamente circular. Na fita está inscrita a letra: VALOR LEALDADE E MERITO, e tem pendente a insígnia da ordem da Torre e Espada. No espaço circundado pela fita, as iniciais: A. M. B. em caracteres góticos maiúsculos, acompanhados de uns traços ornamentais.

(Frz. Th. XIII)

6. Num rectângulo assente sobre o seu lado menor, inscrito um escudo francês cortado em quatro faxas: na 1.<sup>a</sup>, EX-LIBRIS; na 2.<sup>a</sup>, uma paisagem onde se vêem três cabras passantes da direita para a esquerda; na 3.<sup>a</sup>, A. MOREIRA CABRAL; na 4.<sup>a</sup>, PORTO.

(Frz. Th. XIV)

7. Escudo inclinado à esquerda, esquartelado: no 1.<sup>º</sup>, em campo de vermelho, uma cruz de prata florida, vazia do campo, com uma brica de prata carregada de um trifólio (?); na 2.<sup>a</sup>, em campo de prata uma camisa, orla azul carregada de oito estrélas de cinco pontas, de prata; o 3.<sup>º</sup>, esquartelado; no I e IV em campo de prata cinco escudetes das quinas, postos em cruz; no II e III em campo de prata um leão rompante; no 4.<sup>º</sup>, em campo de prata uma aspa de azul carregada de cinco besantes de prata. Elmo voltado à esquerda e colocado sobre o canto direito do chefe. Timbre, a cruz do 1.<sup>º</sup> quartel entre duas asas abertas. Paquife ornamental. Por baixo uma fita ondada com a letra: SOUZA DA CAMARA EX-LIBRIS.

(Frz. Th. XV)

8. Dentro dum círculo limitado por um filete e uma orla dentada, dois outros pequenos círculos segmentados, unidos pela linha de segmentação. No pequeno círculo da direita, em cinco linhas: EX-LIBRIS | di | ANTONIO | DE PORTUGAL | DE FARIA; e no pequeno círculo da esquerda: um castelo acompanhado de cinco flores de lis, duas por cada lado e uma em chefe. No alto, sobre a linha de segmentação, um elmo voltado à direita, timbrado com um castelo sobrepujado de uma flor de lis do escudo. Paquife ornamental.

## (Frz. Th. XX, grande)

9. Num rectângulo, sobre o seu lado menor, vê-se a parte superior dum fuste de coluna assente no chão, onde estão, meio deitados, três anjos alados. No fuste um escudo elíptico ornamentado: em campo de prata uma banda azul carregada de três crescentes de ouro, postos no sentido da banda que está acompanhada de dois leões de vermelho, rompantes, ambos voltados para a direita. Sobre o escudo um chapéu abacial, com cordões pendentes, de três ordens de borlas. Ao centro, sobre o fuste, uma concha com um ornato de cada lado e sobre esta uma larga fita, ondeada, com a seguinte letra, em duas linhas: DIDACUS BARBOZA MACHADO | ABBAS S. ADRIANI DE SEYER. Junto à margem inferior do rectângulo a assinatura: F. HARREWYN INVEN. ET FECIT, LISBOA 1730. No canto superior direito lê-se, manuscrito: B. 148.

## (Frz. Th. XX, pequeno)

10. Um rectângulo assente sobre o seu lado menor. Num fundo de návens, um grupo de anjos alados segura um escudo oval, ornamentado: em campo de prata, uma banda azul carregada de três crescentes de ouro postos no sentido da banda que está acompanhada por dois leões assaltantes. No alto um chapéu abacial com cordões de três ordens de borlas. A envolver o grupo pelos lados e parte superior, uma fita ondeada com a seguinte letra: DIDACUS BARBOZA MACHADO ABBAS S. ADRIANI DE SEYER. Junto à margem inferior a assinatura: F. HARREWYN INVENTOU SCULP, LISBOA 1730<sup>1</sup>.

## (Frz. Th. XXI)

11. Num rectângulo assente sobre o seu lado menor, um escudo oval circuítado por uma coroa de louros. Em campo de vermelho, seis besantes de ouro entre uma dobre cruz do mesmo metal. O escudo está ladeado por duas águias. Nascente da parte superior do escudo, um anjo alado, segura um chapéu abacial, com cordões de três ordens de borlas. Por cima uma fita ondeada com a seguinte letra numa linha: D. DIDACVS FERNANDES DE ALMEIDA.

Junto à margem inferior, do lado direito: FRAN.<sup>s</sup> VIEIRA LUZITANUS INV.; e do lado esquerdo: F.<sup>s</sup> HARREWYN SCULP. LISBOA.

## (Frz. Th. XXII)

12. Escudo oval, ornamentado e coroado. Em campo de vermelho, seis besantes de ouro entre uma dobre cruz. Firmada sobre a parte

<sup>1</sup> No canto superior direito, lê-se, escrito à mão: N.º 2624.

superior da ornamentoação do escudo, uma águia estendida. Em baixo, à direita: CARMONA; e à esquerda: FECIT.

Ladeia as armas, no painel ornamental do escudo, a letra, à direita e à esquerda: DIOGO DE | MELLO || .

(Frz. Th. XXIII)

13. Num rectângulo assente o seu lado menor, um pórtico formado por duas colunas jónicas, base e entablamento, ambos lisos. No centro do pórtico está inscrita uma circunferência que envolve uma paisagem marinha, onde se vê uma águia a voar. Na parte superior do círculo, a letra: «VERBA VOLANT»; e na parte inferior: «SCRIPTA MANENT». Na parte inferior do pórtico, vê-se um velho, numa livraria, a ler um livro. Na base do pórtico a seguinte letra, em quatro linhas: «EX LIBRIS | ERNESTO DO CANTO | SÃO MIGUEL | AÇORES | Na base da coluna da direita do pórtico, lê-se: M. BORREL; e na da esquerda: INV-1898.

(Frz. Th. XXVI)

14. Escudo ornamental, coroado. Partido em pala: na primeira em campo de vermelho cinco castelos em santor; na segunda, em campo de vermelho seis besantes de prata entre uma sobre-cruz e bordadura do mesmo metal.

Por baixo uma fita ondeada com a letra: O MARQUEZ DE SANDE.

(Frz. Th. XXVIII)

15. Escudo inglês esquartelado: no 1.<sup>º</sup>, em campo de prata, cinco pinheiros; no 2.<sup>º</sup>, em campo de vermelho, seis besantes de ouro entre uma sobre-cruz e bordadura do mesmo; no 3.<sup>º</sup>, em campo de negro um contrachefe de prata e neste um castelo assaltado por dois lobos; o 4.<sup>º</sup>, esquartelado: no I e IV em campo de vermelho uma asa de ouro estendida a segurar uma espada; no II e III em campo de prata um leão rompante de vermelho. Elmo à direita. Por baixo uma fita ondeada com a seguinte letra em duas linhas: HERCULEA QUONDAM DUCTA | FUERE MANU.

(Frz. Th. XXIX, n.º 1)

16. Escudo esquartelado: no 1.<sup>º</sup>, em campo de vermelho seis besantes de ouro, entre uma sobre-cruz e bordadura do mesmo; chefe, ouro com uma cruz de vermelho; no 2.<sup>º</sup>, em campo de azul uma estréla de cinco raios, de prata; no 3.<sup>º</sup>, em campo de prata, um leão; no 4.<sup>º</sup>, em campo de prata tres faxas de vermelho. Elmo e paquífe ornamental. Timbre, uma águia de negro estendida, carregada de nove besantes.

tes, três no peito e três em cada asa. Por cima da águia uma estréla de cinco raios, de prata.

Por baixo do escudo uma ondeada com a seguinte letra: SEMPRE FIXA. E, por baixo da fita, em letra gótica: DE ALMEIDA GARRETT.

(Frz. Th. XXX)

17. Um quadrilátero irregular e ornamental, formado por bandas rectas e curvas, e por festões de rosas, assente sobre o seu lado maior. No meio do lado inferior, uma panóplia. No meio do lado superior um escudo ornamental, coroado. Esquartelado: no 1.º, em campo de prata, seis arruelas em duas palas; no 2.º, em campo de vermelho um castelo; o 3.º, esquartelado (*parece ter as armas de Albuquerque*); no 4.º, em campo de verde um castelo. Timbre, uma roda de navalhas envolvida por uma coroa de folhagem donde saem duas palmas, uma para cada lado, e no alto da roda, um leão nascente. No campo do quadrilátero, em duas linhas, o nome: JOÃO M.<sup>ा</sup> DE SALDENHA | ALBUQUERQUE CASTRO E RIBAFRIA.

(Frz. Th. XXXI)

18. Escudo francês esquartelado: o 1.º e 4.º, esquartelados, no I e IV, em campo de prata cinco escudetes das quinas postos em cruz; e no II e III, em campo de prata um leão rompante de púrpura; e por diferença no I do 1.º, uma brica de prata com uma arruela; no 2.º, em campo de verde um castelo de prata; bordadura de prata com a letra: AVE MARIA GRATIA PLENA; o 3.º, partido em pala: na I, em campo de verde, cruz de prata, florida e vasia; a II partida em pala; a 1.<sup>ª</sup>, cortada: a) em campo de vermelho um castelo de prata, b) em campo de prata, um leão rompante; na 2.<sup>ª</sup>, em campo de azul três flores de lis dispostas em pala, e seis meias flores de lis encostadas às linhas direita e esquerda da partição, três em cada linha. Elmo à direita. Na coroa formada por duas circunferências concéntricas, que envolve o escudo, a seguinte letra: BIBLIOTHECA GUERRA QUARESMA · LIBSOA.

Tudo inscrito dentro de um quadrado de tracejado horizontal que tem no ângulo superior da direita «N.<sup>º</sup>», e no da esquerda o espaço em branco para receber a numeração; e nos ângulos inferiores, no da direita ANNO; e no da esquerda 1903.

(Frz. Th. XXXIV)

19. Num medalhão de forma elíptica, posto horizontalmente no sentido do eixo maior, e assente sobre uma sanefa ornamentada com

festões de folhagem, lê-se a seguinte inscrição em quatro linhas:

**EX LIBRIS | EXMI. AC RM. D.D. | ARCHIEP. METROP. | EBORENSIS**

Sobre a sanefa e por baixo do medalhão, cruzados em aspa, um báculo e uma cruz arquiepiscopal. A sobrepujar o medalhão, uma mitra de uma coroa formada por um pálio.

(Frz. Th. XXXVI)

20. Assente sobre um painel ornamental, um escudo. Em campo de prata dois leões de vermelho, que seguram um guante de mão direita posto em pala. Em chefe três estrélas de cinco pontas, de vermelho, postas em faxa. Em contra-chefe um mar em que sobrenada um peixe.

Por baixo do painel, a letra: o'NEILL.

No alto, em quatro linhas:

«Lisboa . . . de . . . . . de 18. . .

«Estante: . . . . .

«Prateleira: . . . . .

«N.º . . . . .

(Frz. Th. XLI)

21. Num rectângulo assente sobre o seu lado maior, uma águia a voar, que leva, presa do bico e das garras, uma fita ondeada com a seguinte letra:

**JOZÉ DE NAPOLES TELLO DE MENESSES.**

Por baixo da fita, junto da cauda da águia a assinatura do gravador: P. M. GR.

(Frz. Th. XLVI)

22. AD USUM DOCT · FR · EMANUELIS A COENACULO · LISB · TERTII ORDINIS · S · P · FRAN.<sup>A</sup> dentro da coroa formada por duas elipses concéntricas, inscritas dentro dum rectângulo assente sobre o seu lado menor. O campo circunscrito pela coroa elíptica, representa uma livraria onde se vê uma mesa com alguns livros abertos, tinteiro, ampulhetas e uma fólha de papel que tem escrito: SOBRIETATE | ET | CONSTANTIA |.

Por baixo do rectângulo do lado direito, a assinatura: A PADRÃO F.

(Existe 1 exp. do ex-libris e a chapa de cobre gravada que servia p.º a impressão).

## (Frz. Th. XLVII)

23. Escudo partido em pala: na 1.<sup>a</sup>, em campo de vermelho, quatro bandas de prata acompanhadas de dez estrélas do mesmo, uma no espaço do cantão direito da ponta e três em cada um dos espaços do meio; a 2.<sup>a</sup>, esquartelada: no I e IV, as armas portuguesas; no II e III, em campo de azul uma quaderna de crescentes de prata.

Da ponta do escudo, pendente a comenda da ordem de Cristo. Elmo à direita, sobrepujado por uma coroa, e esta por uma aspa.

Da coroa nascem as pontas duma fita ondeada que envolve o escudo e vem atar se em baixo com um nó que prende a comenda da Ordem da Torre e Espada. Na fita, inscrita a letra: «VALOR \* E LEALDADE».

Por baixo de tudo: «BARROS E SOUZA».

## (Frz. Th. XLVIII)

24. Um rectângulo assente sobre o lado maior. O campo representa uma paisagem; no primeiro plano à direita, assente no chão, um escudo ornamentado esquartelado: no 1.<sup>o</sup>, em campo de prata três espigas atadas; no 2.<sup>o</sup>, três faxas xadrezadas de duas peças em pala; no 3.<sup>o</sup>, faxado de prata e de veiros, e as faxas de prata carregadas, cada uma, com três lisonjas; no 4.<sup>o</sup>, quatro palas. Sobre o escudo uma coroa e sobre esta um chapéu abacial com cordão de três ordens de borlas. Arrimado ao escudo, um leão que segura na boca uma larga fita que vai enrolar-se, à esquerda, no tronco duma árvore. Na fita inscrito o nome: M.<sup>EL</sup> PAES D'ARAGÃO TRIGOZO P.<sup>RA</sup> E MAG.<sup>ES</sup>. Em segundo plano, à esquerda, uma casa acastelada. Na parte superior céu com núvens.

## (Frz. Th. L)

25. Num rectângulo posto sobre o seu lado menor, uma coroa de louros, circular, que encerra o monograma formado pelas letras «O B» entrelaçado com uma fita em que se vêem os nomes: MARIA ADELAIDE. Nos flancos inferiores da coroa, dois grifos com as asas levantadas, ligados um ao outro por um festão de louros, que acompanha a curvatura da coroa na sua parte inferior. Os grifos estão pousados na parte superior dum painel onde se lêem os dois versos seguintes:

«Tel est le triste sort de tout livre prêté.  
Souvent il est perdu, toujours il est gâté».

CHARLES NODIER.

Na parte inferior esquerda do painel, a assinatura: A. F[alcão]. Junto à margem inferior direita do rectângulo a assinatura: P. M. gr.

## (Frz. Th. LI)

26. Uma elipse posta perpendicularmente na direcção do eixo maior, circunscrita por uma silva de folhagem, atada no alto por um laço.

No campo um monograma formado por duas letras ornamentais «J E» entrelaçadas e sobrepujadas por uma coroa.

Junto à orla da elipse: à direita, CONDE; no alto, DE; e à esquerda, OBIDOS.

## (Frz. Th. LV)

27. Escudo oval ornamentado e coroado. Esquartelado: no 1.<sup>º</sup> e 4.<sup>º</sup>, as armas portuguesas sem indicação das cores a não ser a azul dos escudetes; no 2.<sup>º</sup> e 3.<sup>º</sup>, um castelo entre mantel assaltado por dois leões; orla de prata e de veiros. A circundar o escudo uma cadeia donde pende uma cruz de Cristo. Por baixo uma fita ondeada com a letra: MARQUES D'ANGEJA.

## (Frz. Th. LVI)

28. Escudo ornamental coroado. Em campo de ouro, nove cunhas de azul com as pontas para baixo, dispostas em três faxas; orla de prata carregada de cinco escudetes das quinas, dois em cada flanco e um em ponta.

## (Frz. Th. LX)

29. Num medalhão de forma elíptica, posto perpendicularmente no sentido do eixo maior, um escudo ornamental coroado, partido em pala: na 1.<sup>a</sup>, em campo de prata uma aspa de vermelho, carregada de cinco escudetes das quinas; na 2.<sup>a</sup>, em campo de vermelho seis besantes de prata entre uma sobre-cruz do mesmo metal. Timbre cabeça e pescoço de um cavalo corrente enfreado. O escudo é acompanhado lateralmente por duas palmas que se cruzam na parte inferior.

O medalhão está ornamentado em toda a volta com festões de flores, que vêm segurar, na parte inferior, um trofeu composto de um caduceo, uma lira, um clarim e outros instrumentos musicais. A sobrepujar o todo uma águia estendida que segura no bico uma fita ondeada onde se lê o nome: D. THEREZA DE MELLO BREYNER. C. IV. D. V.

## (Frz. Th. LXI)

30. Escudo ornamental, esquartelado: no 1.<sup>º</sup>, em campo de vermelho três espadas postas em pala com os punhos para cima, e dispostos em faxa; no 2.<sup>º</sup>, em campo de vermelho uma cruz de prata

florida e vazia; no 3.<sup>º</sup>, em campo de prata duas cabras passantes; no 4.<sup>º</sup>, em campo de vermelho cinco cabeças de águia postas em santor. Elmo, à direita. Timbre, três espadas atadas por um torçal, sobre um rolete.

Pelos lados e parte inferior do escudo uma fita ondeada com a seguinte letra:

**EX LIBRIS AFFONSO DO VALLE COELHO PEREIRA CABRAL**

O escudo é ladeado, do chefe à ponta, por folhas de palma e festões de rosas.

(Frz. Th. LXVI)

31. Rectângulo com os cantos boleados, assente sobre o seu lado maior. No centro um escudo ornamentado e coroado. Em campo de prata uma cruz assente num calvário de negro, ladeada por duas estrélas de seis raios. Timbre, um braço, nascente da corôa, que segura na mão uma espada. Inscrita de um lado e doutro, do escudo, a seguinte letra em três linhas:

HOSPITALJ.. REGÜ |  
S. IOANNIS NEPMCENI |  
CARMEL... DISCAL: ||

(Frz. Th. LXIX)

32. Sobre o ornato que termina em cima por dois grupos de flores, uma fita curva com o nome F. A. MARTINS DE CARVALHO.

No centro do ornato, um livro aberto e sobre ele pousada uma pena de pato.

Por de trás do livro uma espada perpendicularmente posta, com a ponta para baixo.

(Frz. Th. LXXX)

33. Uma paisagem onde se vê um palacete com dois torreões. No canto inferior direito uma fita ondeada com a seguinte letra, em duas linhas: QUINTA DA INSUA | PENALVA DO CASTELLO || .

E por baixo, em duas linhas também: EX LIBRIS | MANOEL D'ALBUQUERQUE || .

Assinatura do gravador: STERN. GRAVEUR PARIS, à esquerda da paisagem, por baixo.

(Frz. Th. LXXXII)

34. Escudo inglês, partido em pala: na 1.<sup>a</sup>, em campo de prata uma águia de duas cabeças, estendida; a 2.<sup>a</sup>, cortada em faxa: na I, em campo de ouro um elmo; na II, o chefe de azul e o contra chefe de prata ondeado de azul e neste um pato a nadar para um lirio

com três flores, que nasce da água. Elmo de grades, à direita. Timbre, a águia do escudo, sobre um rolete. Por baixo: MANOEL DE CLAMOUSE BROUNE.

(Frz. Th. LXXXV)

35. Um caixilho rectangular ornamentado posto sobre o seu lado maior, emmoldura um quadro onde se vê uma caravela de três mastros, sobre o mar. Na parte superior do mastro do centro, um escudo circular, coroado, partido em pala; na 1.<sup>a</sup>, em campo de ouro nove cunhas postas em três faxas; orla de prata carregada de cinco escudetes das quinas; na 2.<sup>a</sup>, em campo de prata, três faxas de vermelho. Por baixo do escudo numa tarja horizontal que abrange os três mastros, a seguinte letra: CONDE DE SAO VICENTE.

(Frz. Th. XC)

36. Escudo português, ornamentado e coroado. Campo xadrezado de prata e de vermelho, de três peças em faxa e cinco em pala e as peças de vermelho cortadas, cada uma, por duas faxas de prata. Ao centro um escudete de prata carregado de cinco escudetes das quinas postos em cruz. Timbre um naire nascente que segura na mão direita um escudo das armas e na esquerda um ramo de oliveira.

Por cima do timbre um chapéu abacial, com cordões de três ordens de bôrlas, e, a cantonar o todo, quatro florões, de modo que o conjunto do ex-libris apresenta a forma de um rectângulo assente sobre o seu lado menor.

Junto do florão inferior direito a assinatura: R de<sup>s</sup>; e junto do florão inferior esquerdo: F.

(Frz. Th. XCII)

37. Escudo ornamental coroado. Partido em pala: na 1.<sup>a</sup>, em campo de vermelho seis besantes entre uma sobre-cruz; na 2.<sup>a</sup>, em campo xadrezado de prata e de azul, de oito peças em faxa, e vinte e uma em pala, uma coluna sobrepujada por uma coroa e assente num pedestal, posta em pala. Pendente de uma fita, presa aos ornatos exteriores do escudo, uma cruz potentea de negro.

(Frz. Th. XCIII)

38. Escudo oval ornamentado e coroado. Em campo de verde um castelo coberto de prata; orla de azul carregada de sete peixes.

O escudo está circundado por uma cadeia donde pende a cruz de Cristo.

## O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

---

Por cima da coroa um chapéu episcopal com cordões de quatro ordens de borlas. Por baixo uma fita ondeada com a divisa: **INTER INSTABILES CONSTANS**<sup>1</sup>.

(Frz. Th. CXXXI)

39. Escudo inglês partido em pala: na 1.<sup>a</sup>, em campo de vermelho duas coroas de prata postas em pala; no cantão esquerdo do chefe uma estréla de prata, de cinco raios, e no cantão direito uma brica de prata carregada de um meio leão corvado e de scetro na mão direita; orla de arminhos que acompanha a pala pelos lados superior, direito e inferior; a 2.<sup>a</sup>, em campo de ouro, uma banda de prata, carregada de três arruelas de negro e acompanhada de quatro bilhetes de negro, três em roquete na parte superior e um na parte inferior. Sobre o todo, um escudete faxado de vermelho e prata, quatro de cada côr com uma banda de vermelho.

Elmo de frente, aberto. Timbre, um livro aberto e por cima deste uma fita com a divisa: **SUUM CUIQUE**. Por baixo do escudo uma fita ondeada com o nome: **B. G. KLINGELHÖFER**.

(Frz. Th. CXXXV)

40. Escudo ornamental. Em campo de prata um chaveirão de vermelho acompanhado, em chefe, por duas estrélas de cinco raios, de ouro, e em ponta, por um crescente do mesmo.

Em logar do elmo e timbre, um laço de fita donde pendem duas grinaldas de flores, que acompanham o escudo lateralmente. Em baixo uma fita ondeada com a seguinte divisa: **VIRTUTE DUCE COMITE FORTUNA**.

E ainda por baixo **G. DE NISME**.

(Frz. Th. CXXXVII)

41. Escudo inglês. Em campo de prata três vieiras postas em roquete e no centro uma cabeça de veado. Sem elmo. Timbre, um coração alado sobre rolete; e por cima a letra: **.KIND HEART.**

A acompanhar o escudo pela parte inferior, uma fita com a divisa: **CONCILIO ET ANIMIS**. Por baixo, em duas linhas horizontais: **IAMES CHARLES DUFF. | LISBON**.

(Frz. Th. CXLI)

42. Escudo inglês. Em campo de prata, um chaveirão de verde acompanhado por três papagaios. Sem elmo. Timbre, um braço nascente de um rolete com um punhal na mão.

---

<sup>1</sup> No canto superior direito, vê-se, escrito à mão: **25**.

O escudo é acompanhado, inferior e lateralmente, por duas palmas. Por baixo destas, uma fita ondeada com a divisa: QUE SERA · SERA. E ainda por baixo: JOSÉ ESTEVAO CLIFFE.

(Frz. Th. CXLII)

43. Escudo inglês, coroado. Partido em pala: na 1.<sup>a</sup>, em campo de prata uma faxa de negro recortada em veiros e acompanhada por três estrélas de cinco raios, do mesmo, duas em chefe e uma em ponta; na 2.<sup>a</sup>, em campo de prata, chaveirão de vermelho, acompanhado por três flores de lis do mesmo, duas em chefe e uma em ponta. Timbre, meio leão nascente com uma coleira de prata carregada de três estrélas de negro, e com uma estréla do escudo na mão direita. Por baixo uma fita ondeada com a divisa: BONNE. ET. BELLE. ASSEZ.

E ainda por baixo: ROBERT BLACKBURN.

(Frz. Th. CLIII)

44. BIBLIOTHECA. PROENÇA VIEIRA — LISBOA — dentro da coroa formada por duas elipses concéntricas, inscritas dentro dum rectângulo, assente sobre o seu lado menor. No campo circunscrito pela coroa elíptica, um escudo francês, coroado. Esquartelado: o 1.<sup>º</sup> e o 4.<sup>º</sup>, partido em pala: na I, em campo de púrpura, uma águia de duas cabeças, de verde, estendida; na II, em campo de azul cinco flores de lis postas em santor; no 2.<sup>º</sup> e 3.<sup>º</sup>, em campo de vermelho, seis vieiras postas em duas palas.

Nos quatro ângulos do rectângulo, fechado de malha negra, limitados quatro pequenos espaços que tem: o da direita superior «N.<sup>º</sup>» e o da esquerda «.....»; o da direita inferior ANNO, e o da esquerda «1903».

## II

**Ex-libris que não vem na monografia de Frz. Th.**

1. Escudo inglês, coroado. Esquartelado: no 1.<sup>º</sup> e 4.<sup>º</sup>, quartéis, em campo de prata, um leão rompante de vermelho; no 2.<sup>º</sup>, em campo de vermelho, seis besantes de ouro, entre uma sobre-cruz e bordadura do mesmo; no 3.<sup>º</sup>, em campo de prata três faxas de vermelho. Timbre: um leão rompante<sup>1</sup>.

Dos lados da coroa, saem duas grinaldas de flores que acompanham os flancos do escudo.

---

<sup>1</sup> Comparem-se os n.<sup>os</sup> 1, 2 e 3 de xxix de Frz. Th.

Da ponta do escudo nascem três fôlhas para cada lado, iguais às das grinaldas.

Por baixo, em duas linhas horizontais:

DE ALMEIDA GARRETT | EX LIBRIS.

2. Ornato formado de curvas que se prendem umas às outras, e adornado com flores. O todo afecta a forma de caixilho, de um quadrilátero assente sobre o seu lado maior.

No campo, o nome: ANDRE MORROGH.

3. ANNIBAL FERNANDES THOMAZ - na parte superior; e ASSIDUE ET ALACRITER - na parte inferior duma coroa, formada por duas elipses concêntricas,posta perpendicularmente no sentido do eixo maior.

No centro, um monograma formado pelas letras A F T entrelacadas, em que o F é impresso a negro e o A riscado a traços horizontais.

4. Outro igual ao anterior (3) mas mais pequeno. No centro o monograma F é impresso com o fundo branco, e o A riscado a traços horizontais.

5. Quadrilátero, que encerra entre duplo traçado, os seguintes dizeres impressos:

ANTONIO DE PORTUGAL DE FARIA

À mes amis.

Tel est le sort de tout livre prêté:  
Souvent il est perdu, toujours il est gâté.—  
(NODIER).

Chères délices de mon âme,  
Gardez vous bien de me quitter  
Quoiqu'on vienne vous emprunter.  
Chacun de vous m'est une femme  
Qui peut se laisser voir sans blâme  
Et ne se doit jamais prêter.

(CONDORCET).

Vid. Fr. Th., xv.

6. Escudo ornamental, coroadado, igual ao n.º xxvi de Frz. Th. com a diferença de que o escudo é esquartelado: no 1.º e 4.º quartéis, as armas de Portugal; no 2.º, em campo de vermelho, uma quaterna de crescentes; no 3.º, em campo de azul, três flores de lis em roquete.

Na extremidade esquerda ao alto as letras EX entrelaçadas de branco sobre negro; e a seguir, lido verticalmente de baixo para cima, LIBRIS, em letras negras, um fundo branco: O travessão, branco, está vertical entre o EX e LIBRIS.

13. Uma paisagem que representa uma praia de mar onde se vêem três caravelas na maior das quais está arvorada, no mastro grande, uma bandeira com uma grande cruz cantonada por quatro pequenas cruzes. Próximo da praia um marinheiro dentro de uma lancha donde desembarcou um grupo de soldados que, ajoelhados, rendem graças ao céu.

No lado direito inferior, a assinatura do gravador: STERN PARIS.

Ainda por baixo, em duas linhas horizontais: BIBLIOTHECA | JERONIMO FERREIRA DAS NEVES.

14. Tarja de papel, com os dizeres seguintes impressos, em duas linhas: DO BISPO INQUISIDOR GERAL | D.-JOSÉ MARIA DE MELLO |.

15. Tarja de papel, com os seguintes dizeres impressos, em uma linha: JULIO FIRMINO JUDICE BIKER.

16. ☩ PEDRO A. FERREIRA ☩ ABADE DE MIRAGAIA dentro da coroa formada por duas elipses paralelas postas horizontalmente no sentido do eixo maior.

No campo: PORTO.

17. Dentro de um rectângulo, assente em um lado maior, o monograma formado pelas iniciais S T, entrelaçadas, floreadas. Na haste principal do S vê-se inscrito o nome SILVERIO, e na do T, o nome TAIBNER.

18. Escudo ornamental. Em campo de ouro, cinco estrélas de seis raios, postas em santor. Elmo à direita, e paquife.

Timbre: um touro passante, de ouro, com uma estréla do escudo, na espádua.

Das extremidades do paquife, que acompanha só o chefe do escudo, sai uma fita que se vem prender à ponta do escudo, donde pende uma cruz de Cristo.

19. Escudo ornamental, coroad, que tem por tenentes, dois anjos alados, de pé sobre os ornatos inferiores do escudo. Em campo de ouro duas palmas de vermelho, encostadas, postas em pala. Do lado direito da coroa, uma mitra; e do lado esquerdo, a parte superior de um báculo.

## III

## Ex-libris exteriores

(Frz. Th. CXXIII)

1. Losango formado por um filete, posto perpendicularmente no sentido do eixo maior. No meio do campo um escudo português, coroado. Esquartelado: no 1.<sup>º</sup> e 4.<sup>º</sup>, as armas portuguesas; no 2.<sup>º</sup> e 3.<sup>º</sup>, uma quaderna de crescentes. Timbre um castelo.

O resto do campo é preenchido por um entrelaçamento de rama-gens de loureiro.

Impresso a ouro no centro das pastas da encadernação.

(Frz. Th. CXII)

2. Escudo ornamental coroado. Em campo de prata um leão rompante; orla formada por uma silva.

Presa dos lados do escudo e a formar uma curva por baixo d'este, uma fita com o nome: «CONDE DE AVEYRAS».

Pendurada da ponta do escudo, e caindo por cima da fita, uma cruz de Cristo.

Impresso a ouro no centro das duas pastas de encadernação.

(Frz. Th. CXXII)

3. Elipse formada por um cordão de S. Francisco, posta perpendicularmente no sentido do eixo maior. A circundar internamente a elipse, a seguinte letra: O — P · F · MANOEL DE S · CARL · COMM · GER · DA TERR · S · TA ·.

No campo um painel ornamentado onde se vê uma cruz nascente dumha nuvem e sobre ela, cruzados em aspa, dois braços, um nu e outro vestido, com as mãos furadas.

Impresso a ouro no centro das duas pastas da encadernação.

4. Escudo inglês coroado. Esquartelado: no 1.<sup>º</sup> e 4.<sup>º</sup>, as armas portuguesas; no 2.<sup>º</sup> e 3.<sup>º</sup>, uma quaderna de crescentes.

Sobre o todo um escudete com uma águia estendida e coroada.

Impresso a ouro no centro da pasta da frente da encadernação.

5. Elipse formada por um filete, posto perpendicularmente no sentido do eixo maior. No campo um escudo francês, esquartelado: no 1.<sup>º</sup> e 4.<sup>º</sup>, cinco vieiras postas em santor; no 2.<sup>º</sup> e 3.<sup>º</sup>, cinco cotos de asa postos em santor. Sobre o todo um escudete com uma cruz florida; bordadura carregada com sete escudetes das quinas. Elmo

aberto, de frente. Timbre, um leão alado. Paquife ornamental que enche o resto do campo da elipse.

Nascente do elmo, a envolver o escudo, por entre o paquife, uma cadeia da qual pende, em ponta, uma cruz de Cristo.

Impresso a ouro no centro das duas pastasa da encadernção.

#### IV

##### Carimbos

(Frz. Th. XCVI)

1. LIVRARIA DE ALCOBAÇA dentro da coroa formada por duas elipses paralelas. No campo, um escudo oval, coroado. Partido em pala: na 1.<sup>a</sup>, as armas portuguesas; na 2.<sup>a</sup>, a má impressão só deixa perceber uma banda, acompanhada por duas peças. Por timbre uma cruz e sobre esta um chapéu abacial com cordões de três ordens de borlas.

(Frz. Th. CII, n.º 1)

2. Escudo ornamental, coroado.

Partido em pala: na 1.<sup>a</sup>, as armas portuguesas; a 2.<sup>a</sup>, esquartelada: no I e IV, as armas portuguesas; no II e III, uma quaderna de crescentes. Timbre, um castelo de 3 torres. A servir de paquife, uma silva de rosas.

O todo inscrito dentro de um losango formado por dois filetes, e posto perpendicularmente no sentido do eixo maior.

(Frz. Th. CII, n.º 2)

3. Escudo inglês, coroado. Partido em pala: na 1.<sup>a</sup>, as armas portuguesas; a 2.<sup>a</sup>, esquartelada: no I e IV, as armas portuguesas; no II e III, em campo de vermelho, uma quaderna de crescentes. O escudo é acompanhado por duas palmas que se cruzam em ponta.

O todo inscrito dentro de uma circunferência formada por dois filetes.

(Frz. Th. CXI)

4. DA LIVRARIA DE S. FR<sup>CO</sup> DE XABREGAS dentro da coroa formada por duas circunferências concêntricas, a exterior feita por dois filetes e a interior por um cordão de S. Francisco, cujas extremidades se cruzam na parte inferior. No campo uma cruz latina, nascente de uma nuvem e sobre aquela dois braços, um nu e outro vestido, cruzados em aspa e com as mãos furadas.

5. Coroa. Por baixo, em caracteres góticos, o nome THOMAR. acompanhado duns traços ornamentais.

6. Na parte superior: ESCOLA e na parte inferior POLYTECHNICA dentro duma coroa formada por duas elipses paralelas, posta horizontalmente no sentido do eixo maior.

No campo, BIBLIOTHECA.

7. Dentro duma elipseposta horizontalmente no sentido do eixo maior, a seguinte letra: na parte superior, REAL BIBLIOTHECA PUBLICA e na parte inferior \*DO PORTO\*.

ÁLVARO DE AZEREDO.

### 2.ª série

Encontrei já feita pelo Sr. Dr. Álvaro de Azeredo grande parte do catálogo dos *ex-libris* do Museu. Novos exemplares deram entrada na colecção, depois de executado esse trabalho. Foi, pois, necessário ampliá-lo. Mantenho a divisão primitiva, em: I, *ex-libris* que vem na monografia de Fernandes Tomás, «Os ex-libris ornamentais portugueses»; II, *ex-libris* que lá não vem; III, *ex-libris* exteriores; IV, *carimbos*, incluídos na dita monografia, e os não incluídos.

A introdução da 1.ª série mostra o plano de trabalho. Há *ex-libris* notáveis, gravados por alguns dos melhores artistas de gravura que trabalharam em Portugal; v. gr.: no *op. cit.*, *ex-libris* n.º XX a XXI, de F. Harrewyn, XXVII de Bartolozzi, XLVI de Padrão, etc. O estudo dos *ex-libris*, a sua compilação, tem, é certo, múltipla importância, sob o aspecto da arte, da bibliografia, da bibliotecologia, da literatura, da heráldica, mas como costume de época generalizado, tradicional, tem carácter etnográfico digno de se atender, tanto por documentação desse hábito, como por notícia da sua expansibilidade. Assim, aumentam as monografias e publicações do seu estudo, aproveitando-se de todos os caracteres dessas marcas de biblioteca nos livros.

É a importância etnográfica do *ex-libris*, que justifica a existência desta colecção no Museu Etnológico Português<sup>1</sup>.

### I

#### *Ex-libris que vem na monografia de Frz. Th.*

(Frz Th. I)

1. Um livro fechado. Na capa: livros empilhados, papel, um tinteiro com penas; na capa do livro do centro, lê-se: STUDIO | DUCITUR ||.

Na orla superior: EX-LIBRIS.

Em fita ondeante, na parte inferior: AD[olpho]. LOUREIRO.

<sup>1</sup> Cf. Leite de Vasconcellos, *Hist. do Museu Etnológico*, Lisboa 1915, p. 238 sgs.

## (Frz. Th. VI)

2. Escudo ornamental, partido em pala; I, uma banda vermelha, coticada de ouro, em campo de verde, estende-se entre as bôcas abertas de duas serpes de ouro; II, cortada em faxa: a) parte superior, duas palmas carregadas de verde, postas em aspa, uma estrela vermelha de cinco raios, por cima das palmas, outra por baixo, em campo de ouro; b) parte inferior, partida em pala: 1.<sup>a</sup>, três ciprestes alinhados em campo de verde; 2.<sup>a</sup>, uma lontra de prata sobre uma prancha de vermelho, no mar de prata e azul. Elmo de grades, paquife ornamental.

Timbre: dois pescos de serpes de ouro, cruzados em aspa, estrela do escudo por cima do cruzamento.

Divisa: em fita ondeante, sólta do escudo: AVE MARIA.

Em baixo horizontalmente: LIVRARIA DE BRAAMCAMP-FREIRE.

## (Frz. Th. VIII)

3. Escudo ornamental, coroado. Em campo de azul, a cruz de Cristo, de prata, potenteia, vazia de campo.

Timbre: um unicórnio nascente de prata.

Divisa: por baixo do escudo e sólta dêle, uma fita ondeante com a legenda: ALTIORA PETO.

Junto da base, em linha horizontal: TEIXEIRA DE VASCONCELLOS.

## (Frz. Th. XXV)

4. Ex-libris rectangular, em forma de prancha, ao alto, por base um dos lados menores. Uma paisagem: rio ao meio, arvoredo ao fundo; e no primeiro plano: quatro livros em pilha à esquerda, um porta-carvão espetado no solo, com um troféu de paleta e pincéis, à direita.

Junto do canto superior esquerdo: EX LIBRIS. A meio do ex-libris, obliquamente: ARTES STUDIUM JUVAT—F[rançisco]. LOUREIRO.

No canto inferior esquerdo, na espessura da prancha, a assinatura do gravador: PASTOR.

## (Frz. Th. XXXV)

5. Escudo francês ornamental, esquartelado. 1.<sup>º</sup> quartel, partido em pala: 1.<sup>º</sup>, meia águia negra em campo de vermelho; 2.<sup>º</sup>, figueira em campo de prata. 2.<sup>º</sup> quartel, cinco pinheiros, de santor, em campo de prata. 3.<sup>º</sup> e 4.<sup>º</sup>, iguais aos contrários.

No abismo, um escudete com três espadas a par, ponta para

baixo, em campo de vermelho. Pendem, de uma fita que cae do paquife e envolve o escudo, três comendas. Elmo à direita.

Tímber: um cometa de ouro, caudato, descente da direita.

Por baixo do escudo, em curva: DE | JORGE CESAR DE FIGANIÈRE ||.

(Frz. Th. XL)

6. Escudo partido em pala. Na 1.<sup>a</sup>, cruz de prata floreteada, vasia, em campo de vermelho; em brisa de prata um besante de azul. Na 2.<sup>a</sup>, quatro faxas de ouro, em campo de vermelho. Elmo à direita, a 3 quartos de frente, com grades, ornamentado e coroado.

Tímber: da coroa saem duas asas abertas de prata, e a cruz das armas entre elas, de vermelho, e vasia em prata.

Na orla superior: N.º . . . . .

Na inferior: JOSÉ FERREIRA PEREIRA FELICIO | CONDE DE SÃO MAMEDE || .

(Frz. Th. LII)

7. Escudo português esquartelado. I, seis vieiras de ouro em duas palas, em campo de vermelho. II, leão sanguíneo rompante, com três faxas de xadrez de duas peças, em campo de prata; numa orla de azul, sete coelhos de prata caminhantes à direita; III, xadrezado de seis peças em faxa e sete em pala, de ouro e azul; IV, esquartelado; 1.<sup>º</sup> e 4.<sup>º</sup>, um castelo de prata com três torres em campo de vermelho, uma palma na torre central; 2.<sup>º</sup> e 3.<sup>º</sup>, um dragão voante, de prata, sobre azul. Elmo a três quartos, à direita, gradeado, coroado, com paquifes ornamentais.

Tímber: saem da coroa dois bordões de peregrino com camandolas de prata, em aspa, atados com um torçal; uma vieira do escudo entre elas.

Divisa: em fita ondeante: (vieira) RIEN (vieira) SANS (vieira) PEINE (vieira). Ao lado direito do escudo: (duas vieiras) EX | LIBRIS || . À esquerda: CONDE | DE | PAÇÔ | VIEIRA || .

Gravador: v[asco] · r[ebelo] · v[alente] · em monograma.

(Frz. Th. LXXVIII)

8. Escudo elíptico, posto ao alto, ladeado de dois leões tenentes, coroado. Em campo de vermelho uma cruz dobre de ouro, carregada de seis besantes em cercadura do mesmo metal.

Tímber: águia negra voante, de frente.

Divisa: em fita ondeante, de que pendem três comendas, a divisa da Ordem Militar da Torre e Espada: VALOR, LEALDADE E MERITO.

Entre as pontas da fita da divisa, descaídas: BIBL[iothe].<sup>ca</sup> DO C[on].<sup>de</sup> DE MELLO. (Por baixo, manuscrito: N. 74).

## (Frz. Th. LXXXI)

## 9. Ex-libris rectangular, de lados maiores ao alto.

Num pórtico de estilo gótico flamejante, a figura da História, sentada num trono, escreve e aponta para um medalhão à esquerda, suportado por um génio, com o retrato de Alexandre Herculano. Ao fundo o convento da Batalha. No chão, à esquerda, um livro fechado, com o título em diagonal—HISTÓRIA, e outro aberto; à direita uma paleta com a palavra LUZ. Uma fita ondeante, desdobrada por um anjo, que voa à direita, tem os dizeres: EX-LIBRIS DE CARDOSO MARTA, em caracteres góticos. O medalhão de Alexandre Herculano tem na orla superior: A. HERCVLANUS.

Em baixo, à direita, r[ires]. MARINHO GR[avou]. À esquerda c[ardoso]. M[arta]. DEL[ineou]. MCMIV.

## (Frz. Th. CXLVII)

## 10. Triangular. Um velho lê, inclinado sobre uma mesa com uma garrafa e uma caveira.

Em orla perimetral; do lado direito para o esquerdo do triângulo: LIVRARIA DE | ANSELMO CARDOSO ||; na base: LIBRI FIDELES. AMICI.

Assinado MARTA. 05.

## (Frz Th. CXLVIII)

## 11. Ex-libris rectangular, de lados maiores horizontais.

Em uma explanada, uma mulher sentada à esquerda, de perfil à direita, solta de uma gaiola dois pombos; num degrau um rapaz lê um livro, e tem outros ao lado; ao fundo, à direita, um forte no meio do mar. Um anjo voante atiça o fogo de trípode que está por trás da mulher.

Por cima da gaiola: LIVROS. Numa faxa inferior, incluída no contorno circular da composição: DE ANTONIO COSTA.

Assinado MARTA. 05.

## (Frz. Th. CLV)

12. «Ao centro avulta o busto symbolico da Numismatica, que está coroada e descabellada, e com um livro aberto diante do peito. Por cima ha um arco em que se lê: M[anuel]. J[oaquim]. DE CAMPOS. Aos lados e em baixo, como que amparados por uma fita<sup>1</sup>, vêm

<sup>1</sup> A fita é formada pelos cabelos da figura da Numismatica, que se apartam e envolvem todo o desenho.

»anversos e reversos de moedas da India: reverso de meia tanga (de prata) de D. João V, anverso de uma tanga (de prata) de D. José, »anverso de meia tanga (de prata) de D. Maria I, reverso de quatro »xerafins (de ouro) de D. José, reverso de dois bazarucos e meio (de »calaim) de D. Pedro II, os quaes estão descritos na *Numismatica Indo-Portuguesa*, respectivamente com os n.<sup>os</sup> 99, 111, 558, 552 e 33. »O desenho para o *ex-libris* foi executado por Guilherme Gameiro, »desenhador do Museu Etnologico».

*O Archeologo Português*, artigo de José Leite de Vasconcelos, vol. XIV, 1909, p. 253-254.

## II

### Ex-libris que não vem na monografia de Frz. Th.

1. Tarja de papel com os dizeres em uma linha única:

ANTONIO IGNACIO COELHO DE MORAES

2. Rectângulo de papel, e nele dentro de uma cercadura rectangular, formada por uma linha mixta, dupla, os dizeres em quatro linhas:

DA BIBLIOTHECA DE HISTO- | RIA NACIONAL, E BELLAS LE- | TRAS  
DE ANTONIO LOURENÇO | CAMINHA ||

3. Num rectângulo de lados maiores horizontais, formado por uma série de rosetas, ao meio as letras:

FR. ANTONIO DE SANTA RITA

4. Rectângulo de papel colorido; dentro de uma cercadura rectangular de fantasia, cantonada de flores de lis, os dizeres em uma linha:

B. A. D'OLIVEIRA CARDOSO

5. Dentro de um rectângulo, por base um dos lados maiores, cantos curvilíneos, reentrantes, os dizeres em três linhas horizontais:

LIVRARIA DO DEZEMBARGADOR | ANTONIO DE SILVA LOPES | ROCHA ||

6. Num rectângulo, deitado, formado por traços oblíquos, paralelos, entremeados de circulinhos vazios, os dizeres em três linhas horizontais separadas por traços dobrados: EX-LIBRIS | AUGUSTO DOS SANTOS PINTO | FIGUEIRA |. Impresso em papel de cores diferentes.

7. Tarja de papel, ornada em cima e em baixo, junto da orla, de um traço simples; ao meio, em três linhas, os dizeres:

DA LIVRARIA | DO | CONDE DE MURÇA ||

8. Tarja de papel, com os seguintes dizeres, em três linhas:

EX BIBLIOTHECA | CONGR[egationis]. ORATORII | SP[iritus]. SANCTI ||

9. Tarja de papel, com os dizeres seguintes, dispostos em quatro linhas:

EX BIBLIOTHECA | CONGR[egationis]. ORATORII | SP[iritus]. SANCTI |  
E.—N.—C. ||

10. Tarja de papel, com os seguintes dizeres em quatro linhas:

EX BIBLIOTHECA CONGREGATIONIS | ORATORII APUD REGIAM DOMUM  
B[eatae]. M[ariae]. | VIRGINIS DE NECESSITATIBUS | LIT.—NUM. ||

11. Rectângulo de papel, com os seguintes dizeres por cinco linhas:

EX BIBLIOTHECA CON- | GREGATIONIS ORATORII APUD |  
REGIAM DOMUM B[eatae]. M[ariae]. |  
VIRGINIS DE NECESSITATIBUS | LIT.—NUM. ||

12. Num quadrado, nos espaços deixados por ornatos cantonais, ligados em cima e em baixo por duas rosetas, os dizeres: em cima—EX-LIBRIS, em baixo—N.<sup>o</sup>. . . . Ao meio, entre dois traços paralelos, da esquerda à direita: EDUARDO FERNANDES | R. 10 D'Agosto, 29—Figueira.

13. Rectângulo de lados maiores horizontais, formado por uma série de rosetas. No campo, lê-se em uma linha: FRANCISCO JOAQUIM TELLÉS JORDÃO.

14. Rectângulo de papel, irregular, que tem ao meio, em duas linhas, os seguintes dizeres: FRANCISCO MANOEL TRIGOSO | DE ARAGÃO-MORATTO.

15. Dentro de um quadro rectangular, engrinaldado de rosas num festão serpeante, e suspenso de um laço, a letra, em três linhas horizontais: EX LIBRIS | HENRIQUE DE CAMPOS | FERREIRA LIMA |.

Na margem inferior do caixilho, por baixo, a assinatura do gravador: STERN—PARIS.

16. Rectângulo de base horizontal, bordado de uma série de rosetas, em todo o perímetro; dentro, lê-se em uma linha: ISIDORO MANOEL DE QUEIROZ.

17. Rectângulo de papel de cor; dentro de uma cercadura rectangular, de fantasia, os dizeres em uma linha só: J. A. D'OLIVEIRA CARDOSO.

18. Tarja de papel, com os dizeres em uma linha: J. A. D'OLIVEIRA CARDOSO.
19. Rectângulo de papel, e, dentro dêle em um rectângulo de traço simples, os dizeres: J. G. MONTEIRO.
20. Tarja de papel, com os dizeres em uma linha: JOÃO CARLOS BON DE SOUZA. E por baixo: N.<sup>o</sup>
21. Tarja de papel, com os dizeres em duas linhas: DE JOÃO JOAQUIM D'ANDRADE, | CONEGO-PREBENDADO NA SÉ D'ELVAS |.
22. Num rectângulo, lados maiores verticais, um homem sentado à direita a uma mesa em biblioteca de estantes ao fundo, decifra ou vê uma estampa. Na parte superior, entre dois traços duplos, horizontais: BIBLIOTHECA DE. Em baixo, colocado em simetria: JOÃO DE OLIVEIRA COELHO. No canto direito, inferior, do desenho a assinatura do autor: MARTA.
23. Rectângulo de papel, e dentro dêle uma cercadura de torcidos, que, rectangular, encerra os seguintes dizeres, em uma linha: JOSÉ JOAQUIM POÇAS.
24. Tarja de papel, com os dizeres em duas linhas: DA LIVRARIA DE JOZÉ DA | SILVA COSTA.
25. Tarja de papel, com os seguintes dizeres em duas linhas: DOM LOURENÇO | DE LIMA.
26. Rectângulo pequeno, de papel: dentro, uma tabulazinha marcada por linhas de fantasia. No campo da figura, assim formada, lê-se em duas linhas horizontais: EX-LIBRIS | PEDRO BELCHIOR DA CRUZ.
27. Dentro de um rectângulo, em uma cercadura rectangular, formada de uma linha mixta, dupla, os dizeres: X LIB. P. J. DE M.
28. Tarja de papel, com os dizeres que seguem, em uma linha: DO PRINCIPAL CASTRO.
29. Tarja de papel, de pequenas dimensões, que tem os seguintes dizeres, em duas linhas: DO PRINCIPAL | MASCARENHAS.
30. Num rectângulo, assente em um lado menor: à direita o monograma das letras T B a primeira de fantasia, branca, e a segunda presa nas hastes descendentes da outra, tracejada horizontalmente. O monograma é coroado. À esquerda, em três linhas: EST— | PRAT— | N.<sup>o</sup>— |.

31. Escudo ornamental, coroado, ladeado de duas palmas em aspa. Em campo de vermelho seis besantes de ouro, entre uma



cruz sobre e bordadura elíptica de eixo maior ao alto<sup>1</sup>.

Timbre: águia voante, de frente.

32. Rectângulo de papel, simples, com os dizeres em duas linhas:  
O P[adre]. JOSÉ CAETANO DE MESQUITA | PRIOR DE S. LOURENÇO  
DE LISBOA.

### III

#### Ex-libris exteriores

1. Escudo ornamental, coroado. Partido em pala: 1.<sup>a</sup> parte, as armas riais portuguesas; 2.<sup>a</sup>, dupla banda de xadrezado, com três peças cada uma, acompanhada de duas flores de lis, para chefe e contracheфе. Timbre: da coroa ducal sai uma cruz floreteada. Encima o escudo um chapéu abacial, com os cordões de três ordens de bolas, pendentes a um e outro lado. É impresso a ouro, na frente e no verso da capa da encadernação.

2. Na frente e no verso das capas de encadernação, sem qualquer ornato, a letra a ouro: D[outor].<sup>r</sup> SOARES.

### IV

#### Carimbos

(Frz. Th. XCV)

1. Dentro de uma coroa elíptica os dizeres: DA LIVRARIA DOS AGOSTIN[hos]. DESCALÇ[os]. DE COIM[bra]. No campo, escudo ornamental, sobrepujado da coroa do rei, e partido em pala: I, as armas de Portugal; II, aspa carregada de caldeiras (?) e arminhos, orla das

<sup>1</sup> Cf. com o n.º xxxii de Frz. Th. (de Diogo de Melo).

## O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

---

armas de Portugal, com os castelos entremeados de flores de lis (?). Elmo de frente.

Timbre: duas águias nascentes, uma à esquerda, outra à direita.

(Frz. Th. CX, n.º 1)

2. Numa coroa formada por duas circunferências de traço duplo os dizeres a partir do alto, e dextrorsum; LIVRARIA DA UNIVERSIDADE. Ao centro um mocho pousado num livro fechado, e por baixo dèle duas palmas cruzadas.

(Frz. Th. CX, n.º 1)

3. Exemplar igual ao que vem na op. de Fern.º Th. cx, n.º 1, mas muito reduzido.

(Frz. Th. CX, n.º 2)

4. Dentro de uma elipse de duplo traço, um mocho pousado sobre um livro aberto; duas palmas cruzadas, e apertadas com um torçal, por baixo do livro. Internamente, e em direcção paralela ao traçado da elipse: BIBLIOTHECA DA UNIVERSIDADE.

(Frz. Th. CX, n.º 3)

5. A figura da Sciéncia, de pé, coroada de Rainha, saliente de um círculo formado pelos seguintes dizeres, que, em caracteres (góticos) brancos, sobresaem de um fundo negro: BIBLIOTeca : VNIVERSITATIS : CONIMBRIG[ensis].

(Frz. Th. CX, n.º 4)

6. A figura da Sciéncia, na atitude do n.º 3. O círculo é formado únicamente pelas letras que o desenham no papel: BIBLIOTeca : VNIVERSITATIS : CONIMBRIG[ensis].

7. Quadrado de papel simples, sem traçado, os dizeres em três linhas horizontais:

LIVRARIA DO ADVOGADO | ABEL MARIA JORDÃO | PAIVA MANSO ||.

8. Tarja de papel, com os cantos cortados, e os seguintes dizeres em uma linha: ANSELMO LODI.

9. Dentro de um duplo traço, que forma elipse, os dizeres em três linhas: BIBLIOTHECA DA UNIVERSIDADE | N.º . . . . | COIMBRA ||.

10. Dentro de um duplo traço, que forma elipse, os dizeres em três linhas: BIBLIOTHECA DA UNIVERSIDADE | OFFERTA | COIMBRA ||.

11. Dentro de um duplo traço, que fecha elipse, os seguintes dizeres em três linhas: BIBLIOTHECA DA UNIVERSIDADE | COMPRA | COIMBRA ||.

Luís CHAVES.

## Antiqvitvs

(Continuação d-*O Arch. Port.*, xxi, 195)

## XIII

## Ara romana na Ponte da Póvoa

Muitas e muitas páginas da mais recuada história de Lisboa e suas cercanias estão ainda por escrever. É o pensamento que sobrevêm aos que, para saciar a sua paixão antiquária, se destoram da cidade durante algumas horas de lazer, e depois regressam aos seus prosaicos lares de aluguer.

Não se dão quatro passadas na periferia da capital, sem se encontrar como que o rasto da passagem de predecessores nossos, outrora atraídos, mais fatalmente talvez do que hoje o seriam, às margens de um grande estuário.

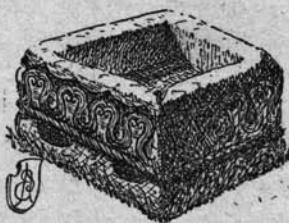
É patriótica generosidade recolher os ecos, ainda papeantes, da voz dêsses longínquos antepassados.

\*

Acode-me agora a lembrança de uma antqualha que, há alguns anos, enxerguei em uma excursão pela Ameixoeira (o vício é inveterado) e de que ainda não dei notícia alguma<sup>1</sup>.

Quem descer a calçada de Carriche e enveredar pela estrada da Póvoa, antes de entrar à ponte, repare em uma pia quadrilátera de pedra lioz, que lhe jaz à mão direita, encostada à parede de uma casa humilde.

Uma pia?! Ora que valerá semelhante traste, a não ser para os cansados animaizinhos que aí se dessedentam nos dias caniculares!... Mas observe-a o transeunte demoradamente, com aquela insistência minuciosa que, em outros ensejos, poderá ter-lhe valido, pela indiscreta curiosidade, alguma reprimenda feminina. E ver-lhe há logo



Ara romana

<sup>1</sup> Estas notas do *Antiqvitvs*, cujo intuito é bradar pelas antiguidades e popularizar o seu interesse, contrabalançam o reconhecido desvalimento do seu autor com um qualificativo, que os leitores do *Diário de Notícias* bem merecem do esforço sincero que elas traduzem: é o de se tratarem aqui, quasi sempre, factos inéditos da nossa arqueologia.

desenharem-se, nas superfícies laterais, uns lavores de singular estilo, se bem que encrustados de vil lama. Adivinhará então, sem grande esforço de perspicácia, que o mármore escavado em forma de pia se encontra invertido e meio soterrado, de maneira que a parte lavrada e culminante deve estar quasi toda oculta debaixo da terra. Esgaravate em redor, com a ponteira da bengala, sem ofender os relêvos do monumento e, se tiver leves noções de antiguidades romanas, poderá logo presumir que o tal calhau, lamentavelmente aplicado a uma utilização sacrifegia, é a parte superior de uma *ara romana* (fig. 1). E medindo-a, verá que as suas dimensões, em planta quadrangular, são  $0,73 \times 0,72$ . Foi o que eu fiz.

Estes altares do culto pagão eram sobrepujados por vários ornamentos, dos quais os de maior caracterização arquitectónica eram dois balaústres, que recordam os dos capitéis jónicos. Lobrigam-se mal, à conta da lama acumulada, os da ara da Ponte da Póvoa; lá estão todavia.

\*

¿Como veio ali parar aquele monumento, revelador da existência de edifícios romanos, hoje ignotos, mas decerto não muito afastados do local? Vamos inquirir os moradores da humilde casa. Surge-nos um bom velho, faces tingidas de saúde; a pele, delgada membrana que lhe forra a ossatura; é vaseiro e mora naquela mesma casinha há uns setenta anos; quando para ali veio já encontrou a pedra da pia no mesmo sítio e com a mesma aplicação! Não lhe quere tocar, nem mexer; não a cede, nem a vende por preço algum; também na horta, por trás da casa em que assiste, existem duas árvores do mesmo tempo e, do mesmo modo, não consentiria que alguém lhas arrancasse. É uma tríada, a que tem ligada, como que em seguro, a sua vida octagenária.

\*

Antes de procurar a solução do problema, caracterizarei ainda certas circunstâncias interessantes do local. Na parede, a que se encosta a ara, vê-se uma fendazinha como as que, pelas nossas aldeias, se subpõem aos edículos dos santos e, logo por cima, o revestimento da parede está escalavrado em uma zona, aparentemente circular. Era o lugar de um dos muitos painéis de azulejo, que esmaltavam artística e alegremente as paredes portuguesas, sobretudo dos sécs. XVII e XVIII. O Sr. José Maria Ribeiro, tal é o chamadoiro do rijo octa-

genário, elucidou-me de que o rapazão endemoninhado tinha, à pedra, destruído um painel de S. Pedro, que ali houvera, com a data de 1700 e tantos; lembrava-se él bem.

O interesse etnográfico do conjunto não fica por aqui. Ao lado da pia, abre-se na parede da habitação uma porta, que um nicho vazio sobrepuja. Cimeiro ao edículo, um singelo braço de ferro, graciosamente rematado por um ornato cordiforme, prolonga-se perpendicular à parede, mas já não suspende uma lâmpada, que o vento baloiçaria. A luzinha... apagou-se já; o habitador do edículo, um S. Pedro em vulto, refugiou-se à hospitalidade da filha do velho vaqueiro; na fendazinha da parede já não deslizam, chocalhando no mealheiro, os óbulos, para a griseta... Emudecera assim uma página de etnografia e de boa arte portuguesa! *Parce eis.*

## \*

O estudioso, que tenha podido pôr-se em contacto com aspectos da cristianização de factos e fórmulas pagãs da nossa existência antiga, perguntará a si mesmo se é puramente fortuita a coincidência de estar ali no solo, em serventia humilde, uma ara do culto pagão e, sobranceiro a ela, um pregão do cristianismo, no painel azulejado do princípio dos apóstolos...

No cume dos *castros* portugueses, muitas vezes uma ermidazinha pobre alveja; que é ela? A sucessora calculada e prudente do primitivo *fanum* pagão, onde as populações romanizadas sacrificavam e onde ainda acorriam numa romagem irreprimível, depois que trocaram os padrastos inacessíveis das montanhas pela paz das várzeas cultivadas.

Debaixo do altar-mor de uma igreja rural das margens do rio Lima apareceu, há anos, uma ara lusitano-romana, consagrada a um «Génio» indígena, de que dei demorada notícia em outra parte. No interior das paredes de mais que um santuário dos campos, tem-se encontrado monumentos pagãos, que denunciam a substituição intencional de um culto por outro no mesmo lugar; poderia citá-los concretamente no norte do país. Quasi cada uma das pedras da igreja de S. Miguel de Terena, no Alandroal, era ou uma lápide votiva a um deus lusitano da saúde ou um «ex-voto» de pedra, como aquele que representa, em alto relêvo, um hemiplégico, que se considerou miraculado pelo omnipotente favor do nume etônico. É uma lei etnográfica, verificada no facto de que a sucessão dos dois cultos não se afasta muito dos mesmos fócos.

Teria sucedido modestamente aqui, junto da Ponte da Póvoa, um fenômeno análogo? S. Pedro é venerado nas igrejas cunvizinhas da Ameixoeira e do Lumiar.

\*

A porta, de que falei acima, dá para um poço à direita, com seu parapeito vincado pela cadeia de ferro, que desce ao fundo, ligada ao balde de tirar água. Ao lado esquerdo, um elevado poial, com uma cavidade no alto, serve de descanso ao caldeiro.

Este espaço, onde apenas cabe a pessoa que maneja o recipiente, é protegido pelo mesmo telhado da habitação. É claro que a pia exterior e cavada na ara antiga, tem no poço o complemento da sua serventia, isto é, a água que a enche quando se torna precisa.

\*

Este conjunto, eminentemente pitoresco, tinha poesia e tinha arte. Digam-me os leitores se ao pintor, que viva entaliscado nalgum escaninho dessas grandes caixas esburacadas de Lisboa, chamadas prédios urbanos, é necessário buscar muito longe inspirações para quadros de carácter português! Neste típico recanto saloio, encontrava ele um digno de se pôr a prémio! Ao entardecer de dia estival, anafado almoocreve detêm-se junto da ara clássica, que serve de bebedouro para refrescar a cavalgadura sequiosa. No fundo da composição, a amarelecida parede, esmaltada de um painel de azulejo com sua cercadura recortada; ao lado a porta do poço e, sobre a vêrga, o edículo com sua imagem, que uma lanterna, pendente do ferro em volutas, de noite alumaria. Já o azemel, afogueado da caminhada, lançou ao poço o caldeiro e o iça, enquanto o animal, defronte da pedra antiga, inquieto, espera o baque da água... fria no verão, quente no inverno, segundo é fama no sítio.

Este seria o quadro do pintor: o do antiquário não está completo; portanto prosseguirei, depois de um necessário compasso de silêncio.

#### XIV

##### **A ara da Ponte da Póvoa**

A actual habitação do vaqueiro é um edifício, que foi começado a construir com planos de certo conforto; ficou porém incompleto. Entrando ao casal, vê-se à mão esquerda uma escada de farta cantaria em briga com a penúria da actual construção. Um relógio de

sol, de quadrante com forma rectangular, sobre o qual ainda se inclina a meridiana de bronze, é um dos indícios de passada abastança. Na horta, conserva-se uma mesa de pedra, à qual servem de suportes três antigos capitéis invertidos. São oitavados, lisos; os ábacos são quadrados e a transição do tambor para o ábaco faz-se por meio de chanfros com volutas. Apesar de se reconhecer que devem ter pertencido a um edifício, que ali não existe já, acaso religioso, não encontrei dêle tradição nos moradores do casal; muito menos qualquer lápide alusiva.

Mas, lendo-se as Memórias Paroquiais (ms. da Tôrre do Tombo), ordenadas em 1758, no depoimento referente à freguesia da Ameixoeira, encontra-se a notícia de que no sítio do «Senhor Roubado», na estrada de Odivelas, existia ainda a esse tempo uma barraca, que servia de ermida e substituía outra, que se erguera do lado fronteiro da mesma estrada (já freguesia do Lumiar) e o terramoto de 1755 tinha arruinado. É provável que os capitéis a que me refiro e que parecem anteriores ao século de 700, tenham vindo dessas ruínas, que ficavam perto<sup>1</sup>.

\*

Isto, porém, é tudo de datas relativamente recentes; falta o meio romano, o ambiente pagão, que é necessário para explicar a presença da ara e dar a solução verosímil do problema, enunciado na anterior nota. É o que tentarei expor.

Suposto que este monumento não tenha sido transportado de longe (o que seria menos aceitável), passada a ponte da Póvoa, já não encontrar-se claros vestígios da colonização romana. No sopé de um cabeço de suave declive, que se eleva à esquerda e em cujo cimo se aglomera um casal, que é conhecido pela denominação de «Figo Passado», corre uma regueira funda; examinando-se os estratos inferiores do terreno, descobrem-se fragmentos cerâmicos de origem romana; telhas planas de rebordos e semicilíndricas, tijolos e olaria doméstica; percorrendo-se as terras lavradas, que o supradito casal domina, encontram-se, esparsos pelo solo, destroços da mesma natureza<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Ainda hoje serve de pedestal a um candeeiro da ex-iluminação pública próximo da aludida ponte de Odivelas, uma pedra lavrada, cuja procedência pode ser a mesma.

<sup>2</sup> Devo dizer que estes depósitos já eram conhecidos do meu amigo dr. Joaquim M. Fontes, que me acompanhou em uma das excursões. Não os descobri eu, pois.



Para novamente aparecerem indícios da ocupação romana, é preciso passar a outra iminência mais elevada, que fica a sudoeste do «Casal do Figo Passado» e descer o seu pendor na direcção do «Casal de Pópes». Muito próximo deste ponto, há umas ruínas, a que chamam as «Casas Velhas», onde são visíveis os alicerces de uma construção rectangular, dividida em três compartimentos consecutivos, com 24<sup>m</sup> por 8<sup>m</sup> de lado, à qual se encostava outra de 22<sup>m</sup> por 4<sup>m</sup>,70. Não reputei romano o edifício, conquanto ficasse indeciso quanto à sua antiguidade; mas o que é significativo é que, nos seus destroços, recolhi objectos de grande antiguidade; por exemplo: um martelo de quartzite, largo e deprimido, contundido nos polos; parte de uma pia ou triturador muito tóscos, de grés (lá o deixei), rocha que existe no subsolo do mesmo lugar; um pedaço de pavimento romano de formigão (*opus signinum*) e um fragmento do colo de uma ânfora<sup>1</sup>.

Conclui-se destas observações inelutavelmente que, no período romano, se estabeleceram nestes sítios explorações agrícolas, ou casas de campo, (*villae rusticae* e *pseudo-urbanae*), de que os hodiernos casais, joeirados a esmo pelas cumiadas e encostas dos cabeços, são miseráveis e inconscientes representantes.

Ora aqui estão os achados que documentam o ambiente romano, com que plausivelmente se relaciona e justifica a presença da arca romana da ponte da Póvoa.

## \*

Perdão-me alguns leitores, se não lhes subministro arqueologia cerrada; as revistas da especialidade é que demandam esse rigorismo profissional; quanto ao autor destas apostilas, a arte, o pitoresco, a paisagem sempre o encantaram nas suas excursões de inquérito arqueológico. Assim foi que ao regressar, quase meditabundo, do sítio das «Casas Velhas» ao «Casal de Pópes»<sup>2</sup>, que me ficava em frente, no alto, tive a sensação de um quadinho bucólico, capaz de tentar um aguarelista delicado. O sol quase desaparecia no poente e iluminava ainda de aloirado fogo o casal, em cuja direcção eu ia subindo. Uma latada, desmantelada e denegrida, que alpendrava a

<sup>1</sup> Também nos mencionaram o achado de uma «pedra de raio» (utensílio da época neolítica), que se perdeu.

<sup>2</sup> Informou-me o sr. dr. Joaquim M. Fontes que, perto destes sítios, possuía uma quinta um ministro estrangeiro, acreditado em Portugal, de nome «Pope». Não levei mais longe a averiguação.

porta da habitação, tinha em viva braza as raras folhas outonais da cepa, que se lhe prendia. Junto do galinheiro tóscio, surgira uma mulher trajada de luto. Recolhiam à arribana do casal as vacas pa-chorrentas, que um rapagão amorosamente impedia de se desviarem para as sementeiras. O fundo, em que se recortava a orla d'este limitado trecho de paisagem, era o céu já a grisalhar o seu azul e, sobre él, duas ou três oliveiras descarnadas estampavam-se crua-mente. Quantos momentos de arte desperdiça quem não sabe manejar um pincel!

\*

Os achados, de que eu acabo de fazer menção, e que, em todo o caso, não andavam divulgados, são demasiadamente modestos e a ara da Ponte da Póvoa pode fazer presumir edifícios de maior vulto. Para memórias de mais importante significado, teríamos de subir até à sede da freguesia, mas aqui mesmo nada existe do que lá campeou na grande época lusitano-romana.

O 1.<sup>º</sup> volume do «Dicionário Geográfico» do padre Luís Cardoso (Lisboa, 1747) dá conta de uma inscrição funerária que foi interpre-tada e publicada pelo sábio E. Hübner, embora equívocadamente atribuída ao aro de Leiria. Não a reedito, por ser desnecessário.

A respectiva lápide apareceu em 1720 na «Várzea» da Ameixoeira, junto da azinhaga, que vai para a «Torre» do Lumiar, se-gundo o que narrou um pristino antepassado da hodierna imprensa, a «Gazeta de Lisboa», de 22 de Fevereiro do mesmo ano. E em 1719 fôra descoberto, na mesma várzea, um subterrâneo com ossos hu-manos, donde se inferiu, algo apressadamente, que naqueles campos se dera uma batalha com as legiões romanas. Acrescenta o zeloso corógrafo que, da parte do nascente desta várzea, houvera uma capela de Santa Susana, de que, porém, já não restava vestígio e o facto é que as Memórias Paroquiais de 1758 já não falam dela.

\*

Estas indicações convidavam-me a uma digressão à Ameixoeira, porque a lápide podia existir ainda ou podiam ter ressurgido mais indícios da ocupação romana. Quem testeficasse a tradição do nome de Santa Susana, encontrei eu ainda e, mais do que isso, quem me guiasse ao local aproximado da aludida ermida na azinhaga, onde aparecera a lápide romana e que é a mesma a que se refere a «Ga-zeta de Lisboa». O velho caseiro de umas terras situadas à margem dêsse caminho indicou-me o sítio preciso, onde de facto constava ter

havido uma ermida, acrescentando que o seu antecessor também encontrara soterrada, ao pôr bacôlo, uma pedra, que logo se atribuiu ao altar da capela desaparecida; o que apenas me demonstra o seu provável carácter antigo, mas dela não farejei rasto.

Nas ruas da povoação, que era, no dizer do pároco depoente de 1758, «lugar de nobres e antigas famílias», e em cujas moradias se cimentam alguns painéis ou registos de azulejo, descobri um letreiro que me deixou perplexo. «Rua da cidade»... Este topónimo pode ser tradicional e significativo; quem pesquisa antiguidades por essas lombas dos outeiros de Portugal, não despreza o tópico «cidade» ou «cividade», quando o encontra localizado em um ponto. É, porém, uma indicação tam arcaica que, sem maior inquérito, hesito em dar-lhe o mesmo valor na Ameixoeira, região de populações assás flutuantes. Para ilustrar o leitor, bastar-me há dizer que, nos sítios assim apelidados, surgem do solo, em maior ou menor abundância, fragmentos cerâmicos indicativos da ocupação pre e post-romana ou proto-mediévica.

O espírito, de quem me lê, relacionará estas informações e concluirá que paira sobre estes sítios uma atmosfera de antiguidade, que mereceria adensar-se em notícias mais concretas, levando mais longe pesquisas e inquéritos, infelizmente fora do alcance de modestos trabalhadores.

A ara da Ponte da Póvoa é uma das peças remanescentes da malbaratada herança, que a civilização romana deixou nas cercanias de Lisboa e em particular no aro da actual freguesia da Ameixoeira.

## \*

Recordou-me o dr. Vergílio Correia, meu consócio do Carmo, que Gabriel Pereira escrevera na sua brochura «Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa» (Lx.<sup>a</sup> 1910) algumas palavras sobre a ara da Ponte da Póvoa. O saudoso arqueólogo localiza efectivamente a sua pedra na estrada da Póvoa; sem embargo, reconheço que não pode haver dúvida de que se trata do mesmo monumento, pois que, em 1905, data da nota de G. Pereira, já a ara estava arrumada à casa do vaqueiro, há muito tempo. Quanto a mim, não sei dizer com precisão o ano em que a enxerguei naquele mesmo sítio; apenas posso verificar que não foi antes de 1902. As dezóito linhas, que G. Pereira consagra à descrição da pedra, adaptam-se completamente à figura inédita de que acompanhei a nota última e que esbocei à vista do original.

Gabriel Pereira fecha a sua breve notícia com este desabafo: «Como esta pedra lavrada atravessou intacta tantos séculos neste país de estragados!» Já era tempo de a salvar de possíveis vandalismos.

F. ALVES PEREIRA.

### Numismatica

#### Se ha moedas de Miranda do Douro

Corre entre os numismaticos como ponto assente que D. Fernando I cunhou moedas em Miranda do Douro. Tal convicção resulta de duas provas: 1) de isso constar dos capítulos 28 e 52 da edição da *Chronica de D. Fernando* por Fernão Lopes; 2) de haver moedas do mesmo rei em que as marcas da casa da moeda são M e MI, que se tem por iniciais de *Miranda*. A 2.<sup>a</sup> prova é insuficiente, porque podiam as moedas ser cunhadas (e foram) noutra localidade cujo nome começasse por aquelas letras. Quanto á 1.<sup>a</sup>, vejamos o texto com atenção maior do que a que se lhe tem dado.

Depois de no capítulo 25 se ler que por morte de D. Pedro de Castela algumas cidades e vilas d'esse reino tomaram voz por D. Fernando e não por D. Henrique, tais como Çamora, Valença d'Alcantara, Tuy, Crunha, Milmanda, e outras, lê-se no capítulo 28 que D. Fernando, para afirmar a sua autoridade real nas novas terras, não só, quando escrevia á cidade de Çamora, se intitulava *rei de Çamora*, e dera grandes privilegios a Ourense e Santiago, mas mandára cunhar moeda «em alguns dos logares que sua voz tomaram, assi como<sup>1</sup> em Çamora e na Crunha, e em Tuy, e em Vallença<sup>2</sup>, e em Miramda, e pose em ellas seus tesoureiros e officiaes, etc.».

É evidente que *Miranda* ficaria em Castela, nas vizinhanças de Portugal. Logo, não é *Miranda do Douro*. Como é que, cunhando D. Fernando moedas em *Miranda do Douro*, afirmava os direitos que supunha ter á coroa de Castela? A palavra *Miranda* está errada, e não pôde ser senão *Milmanda*, pois a povoação em que as moedas se cunharam ha de corresponder a uma das que tomaram voz pelo nosso rei<sup>3</sup>, e só *Milmanda* explica que um copista do manuscrito da *Cronica* se equivocasse, interpretando por esse nome outro de som

<sup>1</sup> Isto é: «a saber», «tal como».

<sup>2</sup> Entenda-se: d'Alcantara. Já ha muito que o meu prezado amigo, o S.<sup>r</sup> D.<sup>r</sup> M. Francisco de Vargas, ilustre colaborador do *Archeologo*, pensa tambem, segundo me diz, que esta Valença (=Valencia) é a de Alcantara.

<sup>3</sup> E' por isso que excluo as várias e insignificantes *Mirandas* da Galiza.

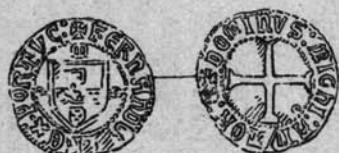
analogo, e mais conhecido d'ele. Equivocos semelhantes se notam noutrios capitulos da Cronica: um dos codices tem, por exemplo, no capitulo 41 *Carmona*, outro tem *Camora*; um no capitulo 81 tem *Perez*, outro tem *Paez*; um no capitulo 15 tem *Sesem*, outro tem *Sesello*. Todas as pessoas que lidam com manuscritos conhecem fenomenos d'este genero.

Do que fica dito conclue-se: 1.<sup>o</sup>, que nos livros de Numismatica portuguesa não ha de tornar a dizer-se que D. Fernando cunhou moedas em Miranda do Douro; 2.<sup>o</sup>, que numa futura edição da Cronica de D. Fernando se ha de emendar *Miranda* em *Milmanda*.

O êrro do copista repeete-se no capitulo 56, onde outra vez se fala de *Miranda*. Fica ao mesmo tempo corrigido o que escrevi ha anos no meu *Elencho de Numismaticas*, II, 18, onde, ao falar das casas da moeda do continente português, citei *Miranda* e *Valença*; e o que escrevi no *Inventario das moedas da Biblioteca Nacional*, I, 6, onde, seguindo a corrente, interpretei tambem M por *Miranda*.— As moedas de Milmanda (agora!), Crunha (Corunha) e Çamora são bastante conhecidas. Das de Tuy havia exemplares nos monetarios de Judice dos Santos e Ciro de Carvalho. Na nossa Biblioteca Nacional ha exemplares com V (letra que corresponde á inicial de Valença d'Alcantara): vid. o meu citado *Inventario*, I, 6, n.<sup>os</sup> 40-42.

As observações precedentes foram já por mim publicadas no *Diario de Noticias* de 17 de Outubro de 1916<sup>1</sup>, e escrevi-as a proposito de eu ter pouco antes adquirido, e obtido para o Museu Etnologico, a rara moeda de bolhão que vai representada na figura adjunta:

Anv. ✠ FERNANDU[S :] REX : PORTUG : || dentro de dois circuitos.



granulados. Escudo das quinas, com um florão de cada lado, e encimado de um «M».

R ✠ DOMINVS : MICHI : AIVTOR : || dentro de dois circuitos granulados.

Cruz espalmada, e sinal oculto (anel) no angulo inferior da direita.

Esta moeda pertence á classe das que Teixeira de Aragão chama meios-torneses, e, conforme o que acima ponderei, foi cunhada em Milmanda. Julgo-a porém inedita, pois que nem vem na obra d'este

<sup>1</sup> Tendo-as lido, informa-me o prestimoso publicista D.<sup>or</sup> Jordão de Freitas que num exemplar manuscrito da *Chronica de D. Fernando*, existente na Biblioteca da Ajuda (cod. 49, XI, 40), se lê à margem do capitulo 28, fl. 299, o seguinte, em letra antiga: «Milmanda parece q̄ auia de dizer». Não me admiro se mais alguem fez o reparo que eu fiz; de admirar seria que ninguem o fizesse!

autor, *Descripção das moedas*, est. VI e p. 185, nem em catalogos modernos que consultei (de Judice dos Santos, t. I, p. 11; de J. Meili, t. I, p. 8; de Cyro de Carvalho, p. 4; de Araujo Ramos, p. 4; de Freitas da Silva & Calmon Vianna, p. 3: todos eles da casa de Schulman).

As moedas cunhadas por D. Fernando fóra de Portugal deviam ser em deminuta quantidade; por isso não espanta que as representadas pelo meu exemplar se tornassem raras.

J. L. DE V.

### Coisas Velhas

As noticias que vão ler-se são extraídas das minhas carteiras, pastas e cadernos, e constituem, como outras já por mim trazidas a lume, fruto de leituras, de estudos, de excursões, e de excavações. Coligi-as em grande parte com o intuito de as integrar em artigos de certa extensão, ou em livros: como porém incomodos de saúde, e ocupações inadiáveis não permitem que realizemos sempre todos os nossos projectos, elas jazem ainda inaproveitadas; e por isso vou aqui publicá-las sóltas, à proporção que as fôr relendo. Assim deixarão de ficar indefinidamente esquecidas, e poderão acaso servir de utilidade a algum leitor.—Uma vez ou outra anota-las-hei.

#### 1.—Marco de propriedade

Num marco de pedra, antigo, que vi em 1890 no Alandroal, lê-se a inscrição que transcrevo aqui ao lado (fig. 1), e que quer dizer «Gançoso», nome de família.—Os marcos divisorios de terrenos tem algumas localidades o nome de *malhões*, por exemplo na Beira-Baixa.—Se o alandroalense é simplissimo, embora feita com apuro a letra, com um ponto triangular como o das inscrições romanas da boa época epigráfica, ha-os também com emblemas.

Separar o que é meu do que é teu, foi em todos os tempos cuidado egoístico dos homens. Não vás tu apanhar-me um palmo de terra! Da necessidade de se mediarem os campos do Nilo depois da confusão lançada neles pelas inundações do grande e divino rio provém, dizem, a ciência da *Geometria*, palavra formada dos temas de *γῆ* «terra» e *μέτρο* «meço». Os Gregos limitavam as propriedades com *έργατι*, marcos ou pilares encimados de uma cabeça humana: vid. *Dict. des antiq.* de Daremberg & Saglio, III, 131. Na época romana ha colunas



Fig. 1 — Marco de propriedade

autor, *Descripção das moedas*, est. VI e p. 185, nem em catalogos modernos que consultei (de Judice dos Santos, t. I, p. 11; de J. Meili, t. I, p. 8; de Cyro de Carvalho, p. 4; de Araujo Ramos, p. 4; de Freitas da Silva & Calmon Vianna, p. 3: todos eles da casa de Schulman).

As moedas cunhadas por D. Fernando fóra de Portugal deviam ser em deminuta quantidade; por isso não espanta que as representadas pelo meu exemplar se tornassem raras.

J. L. DE V.

### Coisas Velhas

As noticias que vão ler-se são extraídas das minhas carteiras, pastas e cadernos, e constituem, como outras já por mim trazidas a lume, fruto de leituras, de estudos, de excursões, e de excavações. Coligi-as em grande parte com o intuito de as integrar em artigos de certa extensão, ou em livros: como porém incomodos de saúde, e ocupações inadiáveis não permitem que realizemos sempre todos os nossos projectos, elas jazem ainda inaproveitadas; e por isso vou aqui publicá-las sóltas, à proporção que as fôr relendo. Assim deixarão de ficar indefinidamente esquecidas, e poderão acaso servir de utilidade a algum leitor.—Uma vez ou outra anota-las-hei.

#### 1.—Marco de propriedade

Num marco de pedra, antigo, que vi em 1890 no Alandroal, lê-se a inscrição que transcrevo aqui ao lado (fig. 1), e que quer dizer «Gançoso», nome de família.—Os marcos divisorios de terrenos tem algumas localidades o nome de *malhões*, por exemplo na Beira-Baixa.—Se o alandroalense é simplíssimo, embora feita com apuro a letra, com um ponto triangular como o das inscrições romanas da boa época epigráfica, ha-os também com emblemas.

Separar o que é meu do que é teu, foi em todos os tempos cuidado egoístico dos homens. Não vás tu apanhar-me um palmo de terra! Da necessidade de se mediarem os campos do Nilo depois da confusão lançada neles pelas inundações do grande e divino rio provém, dizem, a ciência da *Geometria*, palavra formada dos temas de *γῆ* «terra» e *μέτρο* «meço». Os Gregos limitavam as propriedades com *έργατι*, marcos ou pilares encimados de uma cabeça humana: vid. *Dict. des antiq.* de Daremberg & Saglio, III, 131. Na época romana ha colunas



Fig. 1 — Marco de propriedade

semelhantes: deuses terminais, propriamente romanos, que tomaram a forma dos pilares gregos: *ibid.*, pp. 133-134. Originariamente o *Terminus*, ou pedra divisoria, era um deus-feitiço, e tinha culto como tal: Wissowa, *Relig. und Kultus der Römer*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 136. A respeito dos marcos medievais das «villas», chamados nos documentos *petrae fictae*, *petrae scriptae ubi dicat «terminum»*, *petrae signatae* (com sinais ou letras), etc., vid. A. Sampaio *As «villas»*, p. 32 sgs.

### 2.—Castelo do Alandroal

No castelo do Alandroal ha uma pedra com esculturas espiraliformes representadas na fig. 2.

### 3.—Cabeceiras de sepulturas

Num trabalho publicado em 1894 falei de «uma curiosa classe de cabeceiras de sepultura em que estão esculpidas varios symbolos, como o signo-saimão, instrumentos de trabalho, fórmulas de calçado, etc.», e acrescentei: «tenho visto d'estas cabeceiras, por exemplo em Thomar, no Alandroal, etc., etc.»<sup>4</sup>. Numa das minhas carteiras (n.<sup>o</sup> XXVII), em que tomei notas de cousas observadas no Alandroal em Março e Abril de 1890, encontro alguns desenhos de cabeceiras de sepulturas do *cemiterio velho* d'aquela vila, as quais correspondem em parte aos simbolos de que falo acima: vid. figs. 3, 4, 5 e 6:



Fig. 2—Do castelo  
do Alandroal



Fig. 3



Fig. 4  
Cabeceiras de sepulturas



Fig. 5



Fig. 6

as duas primeiras (estrela ou sino-saimão & cruz) ocupam respectivamente as duas faces de uma só cabeceira; a fig. 5 (cruz) está repetida nas duas faces de outra; a fig. 6 (fórmula de calçado & tesoura) ocupa

<sup>4</sup> Vid. *Hist. do Museu Etnologico*, Lisboa 1915, p. 66. Na mesma *Historia*, p. 213, me refiro a algumas cabeceiras existentes nesse Museu. Tenho visto pedras analogas noutras museus, por exemplo, nos de Elvas e de Santarem.

o anverso de uma cabeceira que tem no reverso uma cruz pequena, invertida. Claro está que esta última cabeceira era da sepultura de um capateiro.

O costume de representar em sepulturas simbolos ou emblemas da ocupação que tiveram os que jazem nelas, ascende a epochas muito remotas: no nosso territorio já ele, pelo menos, se observa na idade do bronze, pois em tampas sepulcrais d'essa idade aparecem esculpidas armas de guerreiros: vid. *O Arch. Port.*, xi 180 sgs., xiii 300 sgs. Num sarcofago egipcio figuraram-se «servants of a high official bearing offerings to the tomb»<sup>1</sup>. É porém da epocha classica, pelo que respeita à antiguidade, que os exemplos mais abundam, embora não entre nós. Que não nos diz a este respeito a sepulcrologia grega e etrusca? Ora vemos numa estela da Atica uma mulher que tem na mão um fuso de fiar (e devia amparar com a esquerda uma roca, pintada na pedra)<sup>2</sup>; ora numa urna de Volterra um cortejo funebre onde figura um juiz acompanhado de seus assessores e litores, precedido de quatro escravos<sup>3</sup>. Da epocha romana achamos, por exemplo, a representação de um ferrador, com bigorna, tenaz e cabo de martelo, numa lapide funeraria do Museu de Tréveros (Alemanha)<sup>4</sup>; a de um fabricante de leques, com um leque na mão esquerda, numa lapide do Museu de Saint-Germain<sup>5</sup>; a de um *sutor caligarius* ou «capateiro de *cáligas*», numa lapide do Museu de Milão<sup>6</sup>. Este ultimo monumento é um tanto parecido ao da fig. 6 do Alandroal! Diz Laisnel de La Salle «qu'au moyen âge on a figuré dans certaines régions de la France, des règles, des équerres, des compas, sur les pierres qui recouvaient la cendre de quelques architectes religieux»<sup>7</sup>. Uma igreja antiga perto de La Châtre, continua o mesmo autor, «offre... de nombreux spécimens de ces hiéroglyphes symboliques: entre autres empreintes, on remarque sur les dalles de calcaire très dur, qui forment le pavé de

<sup>1</sup> *Guide to the Egyptian collections in the British Museum*, Londres 1909, p. 175.

<sup>2</sup> No Museu de Berlim: vid. *Beschreibung der antiken Skulpturen*, Berlim 1891, § 737.—Vem outros exemplos na *Revue des études anciennes*, v, 120 (arco e flechas de caçador).

<sup>3</sup> Martha, *L'art étrusque*, Paris 1889, p. 357, fig. 244.

<sup>4</sup> *Die römischen Steinendenkmäler des Provinzialmuseums zu Trier*, por Hettner, Tréveros 1893, p. 81.

<sup>5</sup> *Guide illustré*, por Salomon Reinach, Paris s. d., p. 92.

<sup>6</sup> *Marmi scritti del Museo*, Milão 1901, n.º 119.

<sup>7</sup> *Croyances et légendes du centre de la France*, t. II, p. 87 (apud Moïse Schuhl, *Superstitions et coutumes populaires du judaïsme*, Paris, Blum, 1882, p. 15).

son aire, plusieurs soçs de charrue indiquant des tombeaux de laboureurs; vers 1832, on découvrit non loin de la chapelle romane de Cosnay une tombe qui portait la figure d'une navette et qui révélait ainsi la dernière demeure d'un tisserand; sur une autre dalle, un long bâton, renflé par le haut bout, marquait l'étape suprême où, après de lointains et nombreux voyages, un pèlerin avait fini par planter le bourdon»<sup>1</sup>. Nas nossas catedrais e igrejas antigas tambem não faltam sarcofagos em cuja parte superior se esculpiram imagens de bispos barbados e mitrados, e de baculo na mão; scenas de caça; figuras de guerreiros, etc.—É á idade-media, ou aos fins d'ela, que pertencem certamente as cabeceiras sepulcrais de que comecei por falar: vid. G. Pereira in *Revista Archeologica*, I, 130—131, e sobretudo F. Alves Pereira in *O Arch. Port.*, xix, 334, 344, est. v, figs. 30—31, e vi, fig. 35.

Ainda agora, «en entrant dans un cimetière israélite, on aperçoit certaines tombes sur lesquelles est gravé un des sujets suivants: deux mains, une cruche, une trompette, un couteau. Ce sont les emblèmes des pieuses fonctions qu'avaient remplies les personnes qui reposent sous ces tombes»<sup>2</sup>. No cemiterio dos Armenios, em Constantinopla, «on voit gravé sur chaque tombe l'emblème de la profession de celui qui l'occupe: des ciseaux pour le tailleur, un rasoir pour le barbier, des tenailles pour le forgeron. C'est un usage grec»<sup>3</sup>.

Se umas vezes se pôde estabelecer filiação historica de certos costumes entre si, outras vezes a semelhança que se nota neles provém de que o homem é o mesmo por toda a parte.

#### 4.—Pedras de raio

Encontrei algumas em 1891 nos concelhos de Mafra e Ericeira, por onde andei com o meu antigo condiscípulo Carlos Galrão, que já uns dez anos antes me tinha oferecido uma, que vai representada na fig. 7 (mede de altura 0<sup>m</sup>,071). Nas figs. 8, 9 e 10 represento pedras obtidas em 1891: a primeira mede de altura 0<sup>m</sup>,111; a segunda 0<sup>m</sup>,106; a terceira 0<sup>m</sup>,124. O instrumento representado na fig. 9 serviu de brunidor; ambos os topos bruniram. A pedra representada

<sup>1</sup> *Croyances et légendes du centre de la France*, t. II, p. 87 (apud Schuhl, *Superstitions et coutumes populaires du judaïsme*, Paris, Blum, 1882, p. 15).

<sup>2</sup> Schuhl, *Superstitions et coutumes du judaïsme* (já cit.), p. 14.

<sup>3</sup> J. J. Ampère, *La Grèce, Rome et Dante*, p. 79 (cit. por Schuhl, *loc. laud.*, p. 15).

na fig. 10 e 10-A apareceu ao pé do Moinho do Sobral d'Abelheira (Mafra), e é muito curiosa, e não conheço, ou pelo menos não me



Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9

Pedras de raio, de Mafra

ocorre agora, outra na nossa Arqueologia: na parte central da base ou face plana, tem um comêço de furo; se o furo fosse maior, isto é, se estivesse terminado, serviria para nele se introduzir um cabo, e a pedra tomaria, assim encabada, o aspecto de um martelo duplo (ambos os topos estão esmurrados; a estarem aguçados, o instrumento seria um pico). Na Prehistoria de outros países ha *hachessmarteaux, doubles haches* d'este gênero: vid. Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, I, 516 sgs. É digno de nota que G. & A. de Mortillet, *Musée Pré-historique*, 2.<sup>a</sup> ed., fig. 618, desenham um instrumento semelhante, também com o furo por acabar. Tanto neste, como no de Mafra, o furo é cônico. Dussaud fala de alguns machados perfurados de Troia, Chipre e Grecia: *Les civilisations préhelléniques*, 2.<sup>a</sup> ed., pp. 219 e 223.

Acérca da abundância com que as «pedras de raio» ou instrumentos neolíticos aparecem nos campos, vid. o que escrevi no *O Archeologo*, XVIII, 206.



Fig. 10



Fig. 10-A

**5.— Sepulturas abertas em rocha**

Numa quinta ao pé de Mangualde, pertencente ao S.<sup>or</sup> José de Albuquerque, vi em Setembro de 1892 uma sepultura aberta em rocha com estas dimensões: 1<sup>m</sup>,78; 0<sup>m</sup>,56; 0<sup>m</sup>,30. O comprimento no fundo era de 1<sup>m</sup>,62. A profundidade não a medi. — No terreno adjacente aparece telha de rebordo, e encontraram-se dois fustes de coluna toscana.

**6.— Torre do Castelo**

Ao pé de Senhorim, concelho de Nelas, na margem do Rio Santo, ha um sitio denominado o *Castelo*, onde entre campos avulta um ou-teiro que se chama a *Torre* (propriamente *Torre do Castelo*), escarpado ao Norte, ao Nascente e ao Poente, e continuado ao Sul insensivelmente pelos campos. Em frente, do lado do Norte, fica-lhe uma montanha, tambem escarpada, e separada d'ele pelo rio, ou antes *riacho*. Este ou-teiro foi um castro, como se deduz do nome e da posição, e sobretudo dos alicerces de muralhas que lhe restam ao Norte, alicerces bem feitos, com pedras lisas, assentes horizontalmente umas nas outras. Estive lá em 13 de Setembro de 1892 com o D.<sup>or</sup> Alberto Osorio de Castro, e o S.<sup>or</sup> Bernardo Antonio Rodrigues do Amaral, Morgado de Outeiro, que foi quem o descobriu. No chão encontrámos varios fragmentos de loiça antiga.

No rio, junto do castro, ha o *Poço do Pégó*, onde, segundo a lenda, apareceu uma grade de ouro. Um homem que a viu «botou-lhe o sacho para a apanhar, quando ouviu uma voz lá de dentro dizer-lhe: *Largas ou vens?*». O homem, aterrorizado, largou logo o sacho. — Contou-me isto um velho, o qual acrescentou que tambem uma vez apareceram por ali umas «*cuinhas de ouro*», talvez machados chatos de cobre.

Ao pé do Poço do Pégó fica a *Lage d'Órigo* (= *Ourigo*) onde está um «haver», isto é, um tesouro encantado. D'aí o dizer-se (ou-teiro tradicional):

Antr'a a Tôrre e a Laija d'Origues<sup>1</sup>  
Stão cem cargas d'oiro fino.

**7.— Penedo da Moira**

Fica entre Senhorim e Outeiro. Nada porém tem notável senão o nome. É granítico, e enorme. Estive lá na mesma occasião. Nem sempre certos nomes mitologicos correspondem á existencia de monu-

<sup>1</sup> Neste ditado ouvi pronunciar *Origues*, em vez de *Órigo*, como a rima pedia melhor.

mentos ou objectos arcaicos: o povo adopta-os em virtude de lendas ou superstições; todavia, se o notá-los pôde não ter importancia propriamente arqueologica, tem-na etnografica, e por isso notei este, que me apareceu no meu caminho.

#### 8.—Cova da Moira

É o nome de uma sepultura aberta em rocha, que mede de comprimento: 1<sup>m</sup>,88, e tem ao lado esquierdo uma cruz d'este feitio: X, e ao lado direito um R; mas isto deve ser marcação moderna.—Fica perto de Outeiro de Espinho (Mangualde). Estive lá tambem em Setembro de 1892.

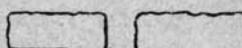
#### 9.—Varias antigualhas dos concelhos de Mangualde, Nelas e Senhorim

Em 1892, em que andei por estes sitios, consignei o seguinte numa carteira:

Nos campos baixos da Torre, lugar ao pé das Chás de Tavares, dizem-me que aparecem muitos restos ceramicos antigos, e conta a tradição que «existiu lá uma cidade».



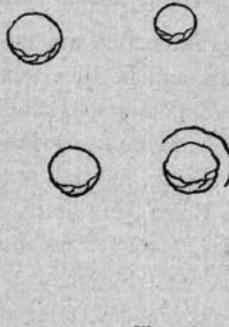
Fig. 11 — Pombus de barro



Figs. 12 e 13



Fig. 14



Figs. 15-a a 15-f



Ao pé de Santar aparecem restos ceramicos antigos, e moedas imperiais romanas.

Na Malhadeira, sitio ao pé de Santar, apareceu um machado de pedra polida, partido em dois,—como vi.

Na Quinta de Casal-Bom, ao pé de Santar, informaram-me que apareceram enterrados varios pucaros antigos, e que se acham por lá telhas de rebordo.

No Outeirinho, ao pé de Santar, apareceram dois pesos de barro romanos, telhas de rebordo, e escumalhas de ferro,—o que tudo vi. A meia-legoa ha sepulturas abertas em rocha.

Na Rua da Carreira, em Santar, apareceram moedas de Constantino, e havia lá um cano antigo de tijolo.

No sitio da Laginha, ao pé de Vila-Nova, freguesia de Espinho (Mangualde), achei telhas de rebordo e um peso de barro como os romanos: fig. 11 (altura 0<sup>m</sup>,112). Em algumas lages ha excavações rectangulares, semelhantes a sepulturas; vi duas contiguas na posição que se indica nas figs. 12 e 13: uma tinha de comprido 2<sup>m</sup>,49; a outra estava incompleta, embora devesse ter sido de igual tamanho. Provavelmente não eram sepulturas. O sitio abunda de lages grandes. Numa d'elas ha uma abertura assim, feita com pico: fig. 14: comprimento 0<sup>m</sup>,30; largura 0<sup>m</sup>,20; fundura 0<sup>m</sup>,04.—Noutras lages, no meio do caminho ou dentro de um campo vizinho: fig. 15-a, 15-b, 15-c, e 15-d: (a) fundura 0<sup>m</sup>,19; diametro 0<sup>m</sup>,22; (b) fundura 0<sup>m</sup>,20; diametro 0<sup>m</sup>,23; (c) fundura 0<sup>m</sup>,055; diametro 0<sup>m</sup>,19; (d) fundura 0<sup>m</sup>,075; diametro 0<sup>m</sup>,27, e tem um sulco na posição indicada. Ha ainda outras duas, proximas d'esta, com dimensões pouco diferentes, só uma cova é menor, fig. 15-e e 15-f.—Estas seis covas redondas estão muito proximas umas das outras. Da 1.<sup>a</sup> á ultima ha uns 14 passos. Não seguem linha recta.

#### 10.—Capela da Senhora do Castelo (Mangualde)

A Éste de Mangualde fica um monte pedregoso chamado o *Castelo*, onde está uma capela que tem a invocação da «Senhora do Castelo». Á Senhora fazem-se grandiosas festas em 8 de Setembro e 25 de Março de cada ano. Assisti á primeira, em 1892: teve de vespera fogo prêso e d'ar, arraial, e musica<sup>1</sup>. Vendiam-se, como noutras festividades da Beira, uns bolos de forma humana, chamados genericamente *bonecras*, e que eram muito procurados<sup>2</sup>.

O monte foi um castro, como o da Senhora do Bom Sucesso (vide § 13): aí, em excavações, apareceu loiça velha analoga á d'este; e apareceram muitas moedas romanas da época do imperio. No alto do monte, por detrás da capela, nota-se uma construção mais ou menos quadrangular, de paredes formadas por pedras lisas, bem assentes: o espaço interior está atulhado por terra, pedregulho, e fragmentos cerâmicos como os de que falei acima. Diz a tradição que era um «castelo», e efectivamente parece ser isso vestigio de uma

<sup>1</sup> A romaria da Senhora do Castelo foi romantizada pela ilustre escritora D. Ana de Castro Osorio nas *Ambições*, Lisboa 1903, cap. ix e x.

<sup>2</sup> Cf. *O Arch. Port.*, xix, 395-396, e nota, onde me refiro a outros bolos da mesma especie.

torre. Uma das pedras tem duas esculturas<sup>1</sup>. — O monte, pelo NE. e N. é bastante abrupto, formado de lagedos escorregadios e penedos avulsos, que o tornavam inexpugnável; ao NE., na base, passa-lhe o rio do Lodal. — Ao S. está a *fonte da Senhora* (cisterna). A Senhora apareceu num penedo aí perto: lenda comum a outros santuários. Do mesmo lado e do Poente ha, em baixo, um terreno chamado *Val do Moiro*, e ha o *Val das Campanas*, com sepulturas abertas em rocha. Na mesma direcção fica a *Raposeira*, estação romana, onde o D.<sup>or</sup> Alberto Osorio, fazendo escavações, encontrou cerâmica e moedas<sup>2</sup>. Entre os objectos cerâmicos havia um que se representa na fig. 16 ( $0^m,105 \times 0^m,092 \times 0^m,10$ ), onde se vê uma flor aberta, com sua haste e folhas, acompanhada de outra haste com três botões e uma folha; o desenho era (por ventura com outros que faltam) enquadrado numa moldura, ou friso, de que resta parte. Que seria este objecto? Face ou tampa de caixa? Especie de *antefixa*? O desenho foi feito numa forma, como as que hoje se empregam nas olarias para decorações. Este objecto pertence-me, e depositei-o no Museu Etnológico. — A par havia fragmentos de tegulas.

#### 11.—Moita (Mangualde)

No sitio da Moita, dentro da quinta do Paulo, próximo de Avinhó, freguesia de S. João da Fresta (Mangualde), apareceram, ao que lá me disseram em Setembro de 1892, «umas cousas de metal, a modo de *iscóparo* e de formão, etc.». Seriam objectos da idade do bronze? O povo por *metal* entende sempre, e unicamente, cobre, bronze e latão. Também me disseram que aí tinham aparecido sepulturas, formadas de lages grossas; dentro havia ossos.

#### 12.—Antas

Ao pé das Antas, na mesma região de que falei no parágrafo antecedente, ha um penedo granítico, de um metro e tanto de alto, que

<sup>1</sup> Perdi a indicação, mas uma d'elas parece representava um *phallus*.

<sup>2</sup> D'esta estação vem uma notícia no jornal mangualdense chamado *O Novo Tempo*, 1890, n.<sup>os</sup> 46 a 48 e 51.



Fig. 16—Da Raposeira

tem na superficie superior varias «covinhas», segundo o esboço que dou na fig. 17.

#### 18.—Senhora do Bom Sucesso (castro)

É um castro, não longe das Chãs de Tavares: apresenta o aspecto da fig. 18 a quem vai na estrada. Ha aí umas oitenta a cem casas rectangulares, que formam ruas; medição de duas casas:  $3^m,47 \times 2^m,99$ ;  $5^m,03 \times 2^m,74$ . Algumas estão contiguas. Largura da parede de duas casas contiguas:  $0^m,79$ . Á superficie do castro encontra-se telha de

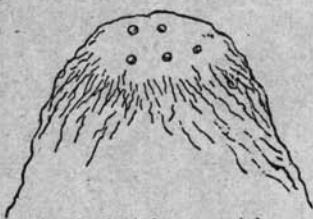


Fig. 17 — Penedo com covinhas



Fig. 18 — Nossa Senhora do Bom Sucesso



Fig. 19 — Fragmento cerâmico



Fig. 20 — Tijolo triangular

rebôrdo, pedras esfericas (de fundas?), e seixos rolados. Aí achei, excavando, um fragmento de vaso com ornatos, o qual vai desenhado, em tamanho menor, na fig. 19.— Pelas faldas do monte encontra-se tambem telha de rebôrdo, de que vi fragmentos (Setembro de 1892).— Na excursão acompanhou-me o S.<sup>r</sup> D.<sup>r</sup> João Bátista de Castro.

#### 14.—Castelos-Velhos

Em Setembro de 1892 visitei perto da Guarda, a um quarto de hora de caminho (a pé) da cidade, um castro, denominado *Castelos-Velhos*. É um monte, que tem de um lado um fosso, e vestigios de muralhas.

Nas faldas, junto da capela de Mileu, aparecem muitos fragmentos de telhas de rebôrdo e de telhas curvas, de cimento de assentar mosaico, etc. Achei aí um *later* triangular, ou sub-triangular, de  $0^m,101$  de altura (fig. 20).

N.B. Por aqui pela Beira tenho ouvido dizer *castelos*, em vez de *castelo*, por exemplo, «*castelos* de Celorico» (tem-se de certo em mente as torres). Os castelos de que falei acima receberam o epíteto de *Velhos*, talvez por causa do castelo da Guarda, que é relativamente moderno.

#### 15.—Abas da Serra da Estrela

Nas proximidades da Serra da Estrela apareceram dois denários da República Romana, sendo um de *Pansa* (família *Vibia*). Colhi esta notícia em Setembro de 1892.

Em Tintinolho apareceram vários bronzes-minímos imperiais romanos. Colhi esta notícia na mesma data.

#### 16.—Monte de Roques (Mojais)

No monte de Roques, freguesia de Mojais, concelho de Viana do Castelo, apareceu, ao que me disseram (1892), uma chapa metálica que tinha relevos e um orifício de suspensão.

#### 17.—Sepulturas prehistóricas das Neves (Mojais)

Nas proximidades do povo das Neves, freguesia de Mojais, concelho de Viana do Castelo, apareceram três sepulturas prehistóricas, dos tipos que Martins Sarmento chamava «antelas», as quais distavam



Fig. 21 — Machado



Fig. 22 — Seta



Fig. 23 — Machado

umas das outras 50 a 100 metros. O S.<sup>or</sup> Nunes da Palma, com quem falei na Guarda (na mesma ocasião em que colhi as notícias precedentes), explorou cinco:

a) Na 1.<sup>a</sup> encontrou um machado de pedra polida, de 0<sup>m</sup>.141 de

comprido, com gume nitido, a extremidade oposta ao gume estreita, mas quebrada, levemente bombeado, e de secção sub-rectangular. Esta sepultura tinha dentro cinzas, e tres pedras a pino, umas atrás das outras.

b) Na 2.<sup>a</sup> sepultura encontrou tres pontas de seta, de silex: uma d'elas que vi, e unica que restava ao S.<sup>or</sup> Palma, de base pedunculada, já não tinha ponta, e media de comprimento uns 0<sup>m</sup>,06. Nesta sepultura, que já antes havia sido explorada, apareceram tambem alguns grãos de carvão.

c) Na 3.<sup>a</sup> que já tinha sido explorada, não encontrou objectos, mas havia no chão uma concavidade que parece correspondia a um local onde estivera um crânio (ou um vaso?).

d-e). Na 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> sepulturas apareceram muitos carvões.

Anos depois da minha estada na Guarda o S.<sup>or</sup> Nunes da Palma teve a amabilidade de me enviar para o Museu Etnológico o machado e a seta: figs. 21-22. Tambem me enviou outro machado do Minho, fig. 23, que não sei ao certo se apareceu nestas sepulturas, se noutras. Do primeiro machado já acima indiquei o comprimento; o segundo mede 0<sup>m</sup>,116; a seta mede 0<sup>m</sup>,065.

#### 18.—Barcelos

Disseram-me que ao pé de Barcelos, á direita da estrada que d'esta vila vai para Viana, aparecera um circuito de pedras a pino, de uns 0<sup>m</sup>,60 de alto, o qual tinha de diametro uns 50 metros. Tal circuito fica perto de um marco geodesico, e de uma anta. *Cromlech?*

#### 19.—Sabuga (Sintra)

Na Quinta Velha, e em Penalva, no concelho de Sintra obtive em 1892 varios machados de pedra polida, que depois da fundação do Museu Etnológico depositei nele.

Na saibreira da Sabuga acharam-se na mesma data varios machados de pedra polida, e restos de loiça velha. Tambem apareceram *furnias* bojudas, abertas no chão, de altura de mais de um homem, e de mais de 1<sup>m</sup>,5 de diametro, tapadas com mós de moinhos grandes, que eram furadas ao centro.—Esta descrição corresponde à de silos. Todavia dentro das *furnias* ou furnas apareceram machados de pedra (obtive um, e parte de outro), cacos, ossadas «muito gastas», e dentes. Na fig. 24 dou o aspecto de uma das *furnias*.

Nas figs. 25 a 28 represento alguns dos machados que obtive: comprimento, respectivamente: 0<sup>m</sup>,09; 0<sup>m</sup>,077; 0<sup>m</sup>,084; 0<sup>m</sup>,072. Os tres primeiros estão gastos nos dois topos (vestigio de trabalho).

## 20.—Grutas de S. Antonio de Minde

Em 1892 informaram-me de que na Serra de S. Antonio, proximo de Minde, havia muitas grutas (mais de seis), com estalactites

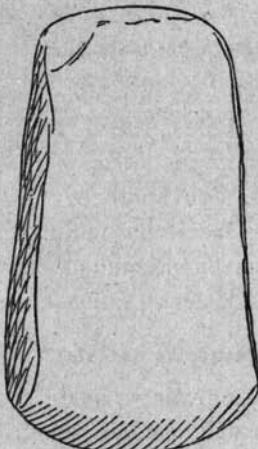


Fig. 25 — Da Sabuga

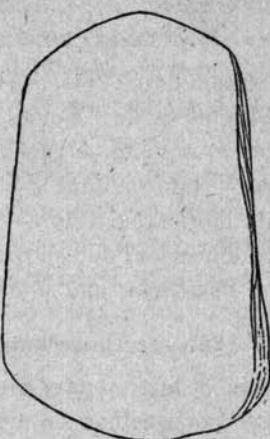


Fig. 26 — Da Sabuga

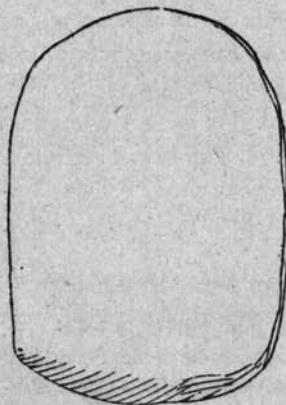


Fig. 27 — Da Sabuga



Fig. 24 — Silo (?) da Sabuga

Fig. 28  
Da Sabuga

e estalagmitas muito extensas, que brilhavam fantasticamente quando lá se entrava com luz. As grutas são, por exemplo: Lapa da Ovelha, Lapa dos Esteiros...

Grutas prehistoricas?

## 21.—Grutas do Chão de Maçãs

Em Chão de Maçãs ha, ao que me dizem, tambem, grutas como as de cima.

**22.—Moedas romanas de S. Gregorio de Obidos**

Na povoação de S. Gregorio, concelho de Obidos, apareceram por 1893 varias moedas romanas, que o Rev.<sup>do</sup> P.<sup>º</sup> Antonio d'Almeida me ofereceu.

**23.—Moedas ibericas de Mértola e Ponte de Sor**

Nas Minas de S. Domingos (concelho de Mertola) apareceram moedas hispanicas de Emerita, Carmo, Gades, Ilipo, Obulco, Segobriga, Caesaraugusta,—que vi no monetario de um coleccionador português.—Num quintal de Ponte de Sor apareceu uma moeda de legenda iberica em 1893.—Cito estes factos porque provam, com outros já conhecidos, que as moedas chamadas autonomas circulavam por toda a Peninsula, não só nas localidades em que foram cunhadas.

**24.—Igreja de Entre-Agoas<sup>1</sup> (concelho de Avis)**

A igreja é de tres naves, com arcos ogivais; a porta com aldabras antigas, e espelhos de cruz, como vulgarmente se observa no Sul. Não tem torre, mas dois campanarios, e alpendre amplo, com arcos de volta redonda. A pia de agoa-benta é de marmore, e tem uma escultura que representa duas caras; vêem-se na mesma pia as quinas riais entre dois castelos (as quinas não apresentam ainda a modificação que D. João II introduziu na disposição d'elas).

Na sacristia ha curiosos ex-votos com retabulos de um dos quais dei já noticia especial na *Rev. Lusitana*, IV, 226<sup>2</sup>. Tambem lá existem muitas moletas novas: quem é coxo, vai lá buscar uma, e deixa outra. E existem ao mesmo tempo fitas (medidas) e figuras de cera.

<sup>1</sup> Notas tomadas em 18 de Agosto de 1893, em que estive no local (cfr. *O Arch. Port.*, I, 224).—A designação de «Entre Agoas» provém de ficar o sitio da igreja entre a ribeira de Sêda e a da Sarrazola, afluente d'aquela.—Copio o seguinte da minha carteira: «A igreja fica num altinho, com largo horizonte, avistando-se ao longe a vila (extinta) de Benavila, que alveja entre olvéras e sobrées. Benavila, como em geral todas as povoações alentejanas, é muito limpa e caiada; as casas são baixas, ao rés-do-chão, e tem na sala de entrada a cozinha com o frade no lar, e com a cantareira provida de pratos empinados. As ruas são porém mal empedradas, de basalto e seixos rolados, o que dá mau trilho».

<sup>2</sup> Publiquei aí o texto. Figura-se nele uma cama de cortinas, na qual jaz deitado um doente. Ao pé, a familia, composta de cinco pessoas, ergue as mãos ajoelhada diante da Senhora d'Entre Agoas, que aparece no ar, pousada num globo estrelado, e com o menino ao colo.—São cousas muito vulgares nos nossos santuarios rusticos.

*Veu de calix:*

Na mesma sacristia vi um veu de calix, que representa tres páginas impressas de umas *Physicae Conclusiones*, defendidas no *Real Colegio Conimbricense das artes* por Mathias Coelho Vidigal, que tomou para sua patrona a Virgem Maria «sub jucundissimo titulo ab Entre as Agoas». A tese é: *utrum Beatissima Virgo sit creatura omnium maxima*. O presidente do exame foi Ignacio Borges, da Sociedade de Jesus.—O impresso é cópia de livro: consta de dedicatoria e mais duas páginas com cinco conclusões. O livro devia ser maior, pois no fim da última página ha o reclamo: *con-*. Provavelmente o candidato era d'aqui, e fez á igreja esta graciosa oferta.—Tenho visto pelo país varios veus de calix do mesmo genero, dos secs. XVII e XVIII; e no Museu Etnologico recolhi tambem alguns.

**25.—Marco de propriedade**

Numa excursão que fiz no concelho de Avis em Agosto de 1893 vi num marco de pedra uma cruz (d'Avis) que designava propriedade da poderosa Ordem: fig. 29.

**26.—Antas em Alemquer?**

Em Setembro de 1893 informaram-me no Cadaval que no sitio dos Malhães e da Vila-Velha, ao pé de Cabanas de Torres, concelho de Alenquer, ha algumas antas. Pelo menos pareceu-me isso pela descrição que me fizeram. Aparecem por aí «pedras de raio».

**27.—Convento da Serra da Neve**

Estando a fazer excavações arqueológicas em Pragança, em Setembro de 1893, dei um passeio ao convento da Serra da Neve, cujas ruinas jazem no alto. Ao pé ha uma igreja da Senhora das Neves, onde se observam alguns painéis com milagres: num, de 1787, lê-se: «Milagre que fez a S. das Neves a Maria Joaquina estando tizica *confirmando*», e já *desenganada* (desenganada) dos medicos que não escapava. Mais no alto ergue-se a capela de S. João. Junto tinham começado a construir outro convento, que não acabaram.

Do cimo goza-se surpreendente panorama, que de mais a mais aparece de subito para o lado de lá a quem vai de Pragança: uma infinidade de povoações estendidas por vales e planicies a branquejarem em meio de grés vermelho e separadas ás vezes por manchas verdes constituidas por pinheiraes.



Fig. 29  
Cruz  
de Avis

## 28.—Antigualhas do Cadaval

Na mesma ocasião em que estive em Pragança percorri os arredores, e colhi informações arqueológicas de outras localidades vizinhas:

A mais de um tiro de bala, para as bandas do Nascente, no Pereiro (Cadaval), ha a *Casola dos Moiros* (perto da Senhora das Neves)<sup>1</sup>. Talvez tenha de velho só o nome.

Na Fontinha, também ao pé do Pereiro, junto dos moinhos da Serra, em cima, ha paredes velhas, e aparecem por lá muitos cacos.

Perto da Senhora das Neves, para o lado de Cabanas de Torres, ha fornos de cal «do tempo dos Moiros».

Na Relva das Môças, perto da Casola dos Moiros, apareceram «dinheiros antigos».

Em Alguber um canteiro, chamado José dos Santos, achou também «dinheiros antigos». Ao pé da *casa nova* d'este canteiro, na borda da estrada, apareceram tijolos grossos.—Estes tijolos podem ser romanos.—Acerca das antigualhas romanas achadas na quinta do Cidral, que fica na mesma freguesia, vid. *O Arch. Port.*, II, 246.

## 29.—Grutas de Rio Maior

A região é abundante de grutas. Quando estive em Pragança em 1893 ouvi contar que na *Buraca da Moira*, que fica por cima das Bôcas, ha riquezas encantadas. A Moira dava bolas aos rapazes, e pedia-lhes em troca bilhas de leite<sup>2</sup>. As bolas eram de ouro. Um moleiro achou ali uma vez um jogo de bôla «todo d'ouro».—Em Agosto de 1914, estando no Peral (Cadaval), tive ensejo de ir a Rio Maior; a estrada, tres kilómetros antes de se chegar á vila, atravessa a Serra das Bôcas do Jogadoiro, e é ladeada á direita e á esquerda por grutas e fendas. Uma das grutas chama-se Cova da Moira. Per-guntando eu a um cantoneiro d'onde provinha o nome de *Bôcas do Jogadoiro*, ele respondeu-me que se dizia «Bôcas» por causa dos buracos que ali ha, por onde passa a agoa de inverno, que forma o *Rio das Bôcas*; e que se dizia «Jogadoiro» porque as Moiras tinham ali

<sup>1</sup> Acerca do que são *casolas* vid. *História do Museu Etnológico*, p. 57. As casolas servem de abrigo aos pastores nas serras que convizinham Pragança.

<sup>2</sup> É vulgar a crença de que as Moiras encantadas são meio mulheres, e meio cobras, e que as cobras gostam de leite: vid. as minhas *Tradições populares de Portugal*, §§ 210 e 282. O que digo no texto deve relacionar-se com isto.

um «jogo d'oiro». O povo sonha sempre com oiro! Não serão as Bócas as proprias grutas?—Tambem no alto da *Capa Rôta*, sitio que fica em um *plaino* ou *chada*, existem muitos algares.—Suponho que, se por aqueles locais se fizessem excavações arqueologicas, se poriam a descoberto belos espolios.

### 30.—Antiguidades de Azeitão

*Azeitão* é um nome que corresponde a uma região, e não a uma só localidade. Aquela região abrange duas freguesias, que compreendem onze aldeias: Camarate, Pinheiros, Vendas e Vila Fresca, que formam a freguesia de S. Simão, com a séde em Vila Fresca; Vila-Nogueira, Aldeia Rica, Aldeia de Oleiros, Aldeia de Irmãos, Aldeia de S. Pedro, Côina a Velha, e Portela, que formam a de S. Lourenço, com a séde em Vila-Nogueira.—Incidentemente se vê que *aldeia* é vulgar designação locativa.

Em 15 de Outubro de 1893 percorri Azeitão, e além de notas filologicas que tomei na minha carteira, tomei outras arqueologicas, posto que a esse tempo não existisse ainda o Museu Etnologico. Encontrei vários machados de pedra polida, que adquiri, e hoje estão no Museu. Em poder do S.<sup>or</sup> Joaquim Rasteiro vi um belo machado de quasi 3 decimetros de comprido e uns 21 centimetros de maior circumferencia. As grutas que na Arqueologia são conhecidas por *de Palmela* ouvi chamar *Covas da Moira*. Estive em Côina a Velha (a pronuncia local é com *oi*, e não com *ói*), junto de antigas ruinas, que devem em parte corresponder a *Equábona*<sup>1</sup>. Em poder de várias pessoas vi moedas romanas achadas por Azeitão; de Claudio, etc.

Veja-se o artigo do S.<sup>or</sup> Joaquim Rasteiro no *Arch. Port.*, I, sgs., intitulado «Noticias archeologicas da Peninsula da Arrabida». E cf. acerca da Côina medieval, Herculano, *Hist. de Portugal*, II (7.<sup>a</sup> ed.), 31 e 460.

### 31.—Sepultura prehistorica de Fronteira

Em Outubro de 1893 informaram-me que no Junho anterior aparecera num campo, no sitio da Lagoinha, ao pé da vila de Fronteira, uma sepultura rectangular feita de pedras a pino, coberta por uma lage, e que dentro estavam dois machados de pedra e um «escôpro»<sup>2</sup>, bem como uma panela de barro com cinzas.—Não pude saber se havia mais sepulturas.

<sup>1</sup> Cf. o que depois escrevi no *Arch. Port.*, III, 7, nota.

<sup>2</sup> Assim mesmo me disseram: «escôpro».

### **32. — Arqueología romántica**

Em 1836 publicou-se em Lisboa um poema de J. M. da Costa e Silva intitulado *Emilia e Leonido ou os amantes suevos*. O A. inspira-se no Romantismo, até notando que a ideia lhe fôra sugerida por uma balada de W. Scott. Toma para tema o estabelecimento dos Godos na Lusitania:

Idade Media! oh epocha saudosa  
Das paixões grandes, dos sublimes feitos,  
..... eu me comprazo  
De transportar-me ao seio teu ! ..

diz ele no principio do canto III. Seguindo no encalço de Garrett, a quem tambem cita, evoca as tradições populares, as lendas, a Historia arqueologica, e usa nomes de cidades antigas, *Cetobriga*, *Scallabis*, etc. Importa-me transcrever aqui o seguinte:

1. Desprezados *dolmins*, que forra o musgo  
E onde sangue os Druidas derramaram  
De humanos corações com aurea fouce,

pp. 1-2. Ao que apõe uma nota; porém não fala de nada de Portugal, só desenvolve a ideia dos versos (p. v).—Acérca da palavra *dolmin*, fórmula também usada num livro do D.<sup>or</sup> Pereira da Costa (1868), cf. *Religiões da Lusitania*, I, 249, nota 1. A ideia de que os dolmens se relacionavam com altares druídicos, onde se celebravam sacrifícios, era cara a outros poetas românticos ou antigos arqueólogos: cf. Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, I, 381.

2. OSSONOBA: «era huma cidade do Algarve, situada junto de Stoy. Hoje apenas restam vestígios d'ella» (p. viii). Efectivamente em Estoi (Milreu) ha muitos restos romanos (banhos, etc.), porém não creio que ali fosse Ossonoba. Esta cidade deve ter estado em Faro, ou perto, como eu já disse nas *Religiões*, II, 14: isto resulta, entre outras razões, de uma estátua levantada pela *respublica Ossonobensis* ao imperador Aureliano (270-275), estátua cuja base apareceu nas muralhas de Faro. Foi por motivo semelhante que os arqueólogos localizaram *Aeminium* em Coimbra.

3. Templo de CYNTHIA ou da Lua (p. xxxix), isto é, em Sintra.— Cf. *Religiões*, II, 219, nota 5.

Estes apontamentos (sem as notas) foram tomados por mim em 1893.

## 33.—Agoas santas de Vizela

Em 29 de Dezembro de 1893 estive em Vizela, que, como se sabe, foi séde de um importante culto lusitano-romano (*deus Bormanicus*), e tomei na minha carteira as seguintes notas:

As nascentes termo-minerais são muito numerosas, actualmente em número superior a trinta: em ambas as margens do rio Vizela, e algumas no proprio leito do rio. Constituem tres grupos principais: Lameira, Médico, e Mourisco. Em todos estes locais aparecem vestígios romanos, mas só na Lameira havia piscinas; ai jaz soterrado um belo mosaico policromico, de desenhos geometricos, o qual atesta o luxo do estabelecimento. Segundo a recente classificação do Professor Ricardo Jorge, as agoas são hipotermais, termais e hipertermais, hipossalinas, carbonatadas sodicas, sulfureas e siliciosas, e dão bom resultado no tratamento de catarros, reumatismo, etc.—O rio Vizela é provavel que na epoca lusitano-romana tambem fosse santo como as termas, pois, conforme acima disse, uma das fontes termais brota d'ele.

Acerca do *deus Bormanicus*, vid. *Religiões*, II, 266 sgs, e acerca do mosaico, vid. Ab.<sup>e</sup> de Tágilde in *O Arch. Port.*, VIII, 243 sgs. (com estampas).

## 34.—Termas romanas de Milreu

Estive lá em Janeiro de 1894, e tomei as seguintes notas avulsas:

Ha muitos compartimentos ou tinas de diferentes fórmas: quadradas, redondas, semi-circulares. São forradas de mosaicos (peixes, desenhos geometricos, etc.), e desce-se para lá por escadas tambem forradas de mosaicos. As tinas comunicam para fóra ás vezes por canos. Alguns dos compartimentos tem junto a uma das paredes um poialzinho quadrado, como de assento. Muitos dos compartimentos são contíguos, sem comunicarem entre si, outros comunicam por uma abertura, como porta baixa ou janela.—Ha uma rua extensa, de 4 a 5 passos de largo. Por todo o local se encontram pedaços de marmore, fustes e bases de colunas, tejolos de diferentes feitos, fragmentos de *opus Signinum*, pias; e em alguns sitios vêem-se canos.—Na parte superior das termas ha um pôço fundo, antigo; e á entrada das mesmas uma edificação de tejolo (a que Estacio da Veiga, creio, chamava «basílica»), cuja base tem a fórmula indicada na fig. 30. Quando as piscinas estavam todas vestidas de mosaico, hoje na maxima parte barbaramente destruido, deviam produzir aspecto muito agradavel.—Ultimamente

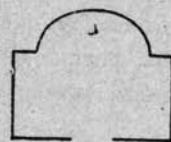


Fig. 30—Milreu

(falo, como já disse, de 1894) apareceu em Milreu uma cabeça de marmore, que me disseram foi levada para casa do S.<sup>or</sup> Sárria, de Portimão.—Pelos campos vizinhos acham-se muitos fragmentos de telhas antigas, e devem tambem lá descobrir-se restos de casas.

No vol. IV d'*O Arch. Port.*, 158 sgs., publicou Monsenhor Pereira Bôto uma noticia das termas, acompanhada de uma planta.

### 35.—Sepulturas da Quinta da Fidalga

Na quinta da Fidalga, freguesia de Cacela (Vila-Real de S. Antonio) apareceram sepulturas, e nelas varios objectos. Vi d'essa quinta varias moedas romanas em 1894, em Cacela.

### 36.—Quinta da Torre d'Ares

Estive lá a 20 de Janeiro de 1894. Aos caseiros ouvi dizer que aparecem, ao cavar-se a terra, moedas romanas aos centos; obtive algumas, de cobre, e entre elas umas que tinham um orificio (amuleto romano): estão no Museu Etnologico. Tambem, a par com materiais arquitectonicos (pedras lavradas, fustes, capiteis) e tubos de chumbo (*fistulae*), aparecem muitos objectos miudos de cobre e bronze (argolas, etc.), bem como unguentarios de vidro, vasos de barro, algumas vezes com ornatos, e lucernas da mesma substancia;—tudo da época romana. Da época arabica aparecem lucernas de barro.

Como é sabido, e isso consta igualmente de varios artigos publicados n'*O Archeologo* e de referencias nas *Religiões da Lusitania*, a quinta da Torre d'Ares foi séde da antiga *Balsa*. Aos povos Balsenses se refere Estacio da Veiga num opusculo publicado em 1866, e Hübner num artigo inserido no vol. I da *Revista Archeologica e Historica*. O primeiro d'estes arqueologos deixou alem d'isso apontamentos manuscritos e desenhos a respeito da quinta.—O aparecimento de artefactos arabicos, ainda que em pequeno número, tem importancia, porque mostra que o local não deixou de ser habitado na idade média.

### 37.—Faro

Informou-me em 20 de Janeiro de 1894, em Faro, o S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> Coelho de Carvalho que nas excavações do castelo apareceram fundos de anforas romanas, e bem assim lucernas arabicas de barro e ceitis. Das lucernas teve ele a bondade de então me oferecer uma, que hoje está no Museu Etnologico, do tipo publicado na *Hist. do Museu*, p. 381, fig. 103. Vê-se que os entulhos do castelo continham restos de várias civilizações sobrepostas umas ás outras. Nos muros do castelo vi dois marmores, um do lado de dentro, outro do lado do mar. Num local

proximo vi tres fustes de colunas da mesma pedra; pouco antes tinha aparecido outro, que estava soterrado muito fundo: estes fustes são iguais aos que se descobrem em Milreu.

#### 38.—Pero-Moniz

Perto de Pero-Moniz (Cadaval) ha uma barreira a que se ligam tradições de Moiros, e aonde já alguem tem ido ler o Livro de S. Cipriano.—Ouvi isto em 1894.

#### 39.—Antiguidades da Senhora da Luz (Lagos)

Quem de Lagos se dirige para a Senhora da Luz, chega a um alto chamado *Atalaia*, d'onde se avista de repente uma larga bacia dividida em fazendas e quintas; com uma igreja. É a Senhora da Luz. O alto da Atalaia péga com o Sérro Gordo. A bacia é limitada pelo mar.

Tendo eu estado nesses sitios em 19 de Março de 1894<sup>1</sup>, procurei antigualhas, e efectivamente nos terrenos adjacentes á praia vi muitos vestigios de banhos romanos (piscinas), com restos de argamassa em que tinham assentado mosaicos, os quais então porém já não existiam.

Na vizinha quinta dos herdeiros de Fernando Galvão aparecem ainda mosaicos, e aí vi alicerces de casas romanas, e um pedaço de cano que devia levar agoa para piscinas. Tambem vi pelo chão fragmentos de anforas, e de outras vasilhas, bem como pedaços de tejos e frisos de marmore, e disseram-me que haviam aparecido moedas, porém não sei de que epoca.

Noutra quinta, pertencente á familia dos S.<sup>rs</sup> Mascarenhas de Melo, vi, numa encosta pequena, alguns esteios (de grés) quebrados, que faziam parte de uma anta: d'ela fala Estacio da Veiga nas *Antiguidades monum. do Algarve*, I, 210 sgs.—Na mesma quinta existem antiguidades da epoca romana: mostraram-me uma coluna de marmore, uma mó (*meta*), moedas, pedaços de telhas curvas (*imbrices*) e um tanque.

#### 40.—Bensafrim

Na mesma ocasião fui a Bensafrim, onde falei com o prestimoso Prior Nunes da Gloria (hoje falecido)<sup>2</sup>. Na aldeia vêem-se muitas covas abertas na rocha (grés), de 1 metro, *plus minus*, de diametro na

<sup>1</sup> Ia em minha companhia o S.<sup>or</sup> Maximiano Apolinario, Adjunto do Museu Etnografico (nome depois mudado em *Etnologico*).

<sup>2</sup> Vid. *O Arch. Port.*, xxI, 367.

boca (silos).—Segundo ouvi dizer, aparecera um machado de pedra no campo das Aguilhadas.—Todo aquele terreno é venturosamente fertil de antiguidades: prehistoriccas, protohistoriccas (contas de vidro e inscrições turdetanicas), romanas, e a elas se referiram por vezes Estacio da Veiga e Santos Rocha, e tambem o que escreve estas linhas.

#### 41.—Monte-Molião (Lagos)

Depois de se passar a ponte de Lagos, ao sair da cidade, encontra-se a quinta do Monte-Molião, que consta de terreno baixo e de um outeiro, ambos eles cultivados. Por um e outro se encontram moedas romanas e infinitos fragmentos de objectos de barro da mesma epoca,—vasos, tegulas, fundos e asas de anforas. Estive lá em 20 de Março de 1894, e até vi uma *tegula* inteira, muito boa. Do Monte-Molião é o *mercuriolus* de bronze publicada nas *Religiões*, III, 276, hoje pertença do Museu Etnologico. Tambem no Monte aparecem sepulturas romanas: de uma d'elas, rectangular, feita de lages, onde havia ossadas, levou o D.<sup>or</sup> Teixeira de Aragão objectos,—vidros, vasos, etc.; de outras fala o S.<sup>or</sup> J. J. Nunes na *Portugalia*, I, 817, sgs.—O dono do Monte-Molião, S.<sup>or</sup> Cesar Landeiro, tem-me oferecido para o Museu Etnologico várias antigualhas provenientes do mesmo local.

#### 42.—Antiguidades várias do Algarve<sup>1</sup>

Na «fazenda» do Malhadal, freguesia de Mexilhoeira, ao fazer escavações agrarias, encontrou o seu proprietario, S.<sup>or</sup> José Florencio de Sousa Castelo-Branco, de Lagos, tres ou quatro *silos*, de forma de pote alentejano, com uma pedra na boca. Dentro d'eles havia: um percutor de pedra arredondado; um seixo rolado, a modo de ovo (pedra de funda?), e um tubo de osso, com lances, que ele me ofereceu; a par com estes objectos, estavam porém outros modernos, tais como duas maunças metalicas de fusos (embora actualmente já fóra de uso em Lagos).—Ao pé d'esta «fazenda» houve um grande cemiterio em que apareceram sepulturas rectangulares, de pedra, no mesmo terreno dos *silos*; não sei a data d'elas.—O Malhadal dista de Alcalar uns tres kilometros.



Fig. 31—Fragmento cerâmico do Algarve

<sup>1</sup> Notas tomadas no Algarve em Março (20 a 23) de 1894.

Na «fazenda» do Solão, na mesma freguesia, tambem pertença do S.<sup>or</sup> José Florencio, informou-me este que havia aparecido uma fivelha e uma argola metalicas, uma conta preta, dinheiros de D. Sancho, e ceitis de João I.

Na costa maritima, desde Aljezur até Carrapateiro, aparecem fragmentos de loiça, com desenhos, como o que se representa na fig. 31.

No sitio de Val-da-Lama ha muitos vestigios romanos soterrados no rio d'Alvor, onde desagõa o Odiáxere.

O Escampadinho é uma herdade que fica a uns 6 kilometros de Lagos: aí, no campo dos Lagares, aparecem muitos tellões de rebordo (*tegulas*). Proximo deste campo apareceu uma sepultura com ossos, não sei porém a época.

Em Val de Boi, perto de Búdens, ha antiguidades, ao que me disseram, sem m<sup>as</sup> especificarem.

No Paul, ao pé de Lagos, apareceu uma lança prehistorica de bronze, e no Sêrro disseram-me que havia mosaicos. A lança foi-me oferecida pelo S.<sup>or</sup> Joaquim Nunes Peres, e está no Museu Etnologico.

No sitio da Castarrenha (Montinal), ao pé de Sagres, ha uma casa em ruinas, e vestigios de outras. Aparece por ali muita ceramica grossa, que, pela descripção que me fizeram d'ela, deve ser romana. Luciano Cordeiro levou d'ali duas moedas antigas.

No sitio da Baleeira, á beira-mar, perto do Montinal, achou-se um bonito machado de pedra, que adquiri.

Junto do «monte»<sup>1</sup> de Antonio José Serrenho, perto de Alcalar, apareceram tres covas abertas na rocha natural (*silos*): na bôca o diâmetro seria de 1<sup>m</sup>,5 *plus minus* (não pude medir, por estarem cheias de terra). Um d'eles tinha de altura mais de 1<sup>m</sup>,5; noutro um homem excavou até á profundidade de 2 metros sem chegar ao chão; o terreno era mais baixo. Da abertura para baixo alargavam-se, sem porém estreitarem no fundo, como os de Bensafrim: eram assim: fig. 32. O chão estava argamassado. Dentro acharam-se unicamente cascas de ostras e de berbigões, «ossos miudos» (talvez ossos quebrados). — É provavel que no campo haja outros silos.



Fig. 32 — Silo do Algarve

<sup>1</sup> Nesta província *monte* tem a mesma significação que no Alentejo: «casa de uma fazenda», «casa de campo».

No Cabeço do Estevo, entre Alcalar e a estrada, apareceu, ao que me disseram, uma construção quadrada, de pedras pequenas, ligadas por argamassa, e dentro d'ela ossos, conchas, tejolos grossos, e outros cacos. Talvez da época romana.

#### 43.—Alcalar

Neste célebre campo mortuário, onde Estacio da Veiga tinha feito importantes descobrimentos, e depois fez outros Santos Rocha, estive eu de visita em 23 de Março de 1894. Cf. *O Arch. Port.*, iv, 97, onde prometi excavações, que nunca cheguei a efectuar. Na minha visita vi muitas das sepulturas, e ouvi o seguinte curioso ditado topográfico, que o povo põe na boca dos «Moirós», personagens a quem se atribuem todas as vélharias:

Alcalar moreno,  
Castelo ventoso,  
Argelino formoso.

O *Castelo* ventoso é o Castelo-do-Linho, situado num alto, onde se semeia linho, e aparecem alicerces antigos: fica no «morgado» do Reguengo, a uns 4 kilómetros de Alcalar<sup>1</sup>. Argelino formoso é o «morgado de Ares», que fica a uns legoa ou mais, e onde aparecem casas e também alicerces: porque é que o povo mudou *Ares* em *Argelino*? A origem de *moreno* não a averigüei, mas temos aqui um epiteto poético corrente na poesia popular (igreja de *pedra morena*, etc.).

#### 44.—Monte da Torre e Alfarrobeiras

Ao pé do «monte» da Torre, freguesia da Mexilhoeira, no caminho de Alcalar, descobriu-se um edifício abobadado, da altura de uma pessoa, e de uns 2 ou 2<sup>m</sup>,5 de largo, onde se encontraram mosaicos, e duas tegelinhas, uma inteira, outra em pedaços, de barro fino, com ornatos.—Nas Alfarrobeiras, que ficam perto, há aberturas feitas em rocha, de menos de 1<sup>m</sup> de comprido.

#### 45.—Ilheu do Rosario

No ilheu do Rosario, em meio do rio de Silves, entre esta cidade e a Mexilhoeirinha, achou Estacio da Veiga várias antigualhas. Eu vi de lá também uma asa de barro, grossa.

---

<sup>1</sup> No Algarve *morgado* significa «herdade»: cf. *Rev. Lusitana*, iv, 335.

## 46.—Foz do Rio de Silves

Na margem direita do rio de Silves, junto á foz (Portimão) ha um sitio onde se diz que foi uma cidade antiga (*Portus Hannibalis*); aparecem lá piscinas revestidas de *opus Signinum*, como na Senhora da Luz (vid. supra).

## 47.—Val-de-Reis

Encontrei entre os meus papeis uma noticia minha antiga (1894) que diz: «Em Val-de-Reis, do Duque de Loulé, ha antigualhas: monumentos, moedas, etc.».

## 48.—Museu da Figueira em 1894

Tendo estado na Figueira da Foz em 6 de Setembro de 1894, tomei as seguintes notas do que vi no Museu, tão patriótica e inteligentemente organizado pelo D.<sup>or</sup> Santos Rocha:

## I. GALARIA DE ENTRADA:

1) Sepultura romana feita de *tegulae*, com *imbrices* nos cantos inferiores, umas e outras voltadas com as cavidades para dentro: fig. 33. Havia outras de lages de calcareo. De Ferestêlo.

2) Objectos varios, como: leitos de pau santo, baú-canastra, talhas de barro, santos de madeira, brasões portugueses.

## II. SALA I (secção das industrias do concelho): cerâmica, latoaria, instrumentos musicos, móveis, vestuarios, objectos de palha e de cana, etc.

## III. SALA II (arqueologia historica), que tem como anexa a galeria de entrada:

1) Tres moedas ibericas; varias de cobre e prata romanas da Republica e do Imperio, dois *aurei* de Honorio: tres *trientes* barba-

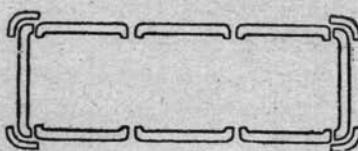


Fig. 33 — Sepultura do Museu da Figueira



Fig. 34 — Do Museu da Figueira

ros; varias moedas de prata arabicas, redondas e quadradas; moedas portuguesas (cruzado de D. João II; «500 reais», ouro, de D. Sebastião; tostão de D. Henrique; medalhas e condecorações portuguesas; moedas de diversos países.

2) Mosaicos romanos, pratos; fragmentos varios de loiça, alguns

com marcas fig. 34 a 36; *tegulae, imbrices*; cacos com móssas para se atar um fio, e servirem de pesos fig. 37<sup>1</sup>.

- 3) Leques.
- 4) Ourivezaria.
- 5) Escultura e ceramica de varias épocas (portuguesa, hespanhola, arabica, etc.; azulejos).

**IV. SALA DE COMPARAÇÃO:** etnografia moderna, tanto portuguesa como colonial. Pêlos de barro (*pandulhas*) usados hoje nas redes pelos pescadores: D'este tipo: fig. 38.

**V. SALA PREHISTORICA.** Riquíssima. Quasi tudo neolítico. Ponta de lança de silex, de uns 0<sup>m</sup>,32 de comprido, e 0<sup>m</sup>,12 na base. Dois machados de pedra polida, de uns 0<sup>m</sup>,30 de comprido cada um. Um



Fig. 35



Fig. 36

Fig. 37  
Do museu  
da FigueiraFig. 38  
*Pandulha*Fig. 39 — Pendente  
de dente de javali  
do Museu  
da Figueira

machado de bronze de Leiria. Fragmentos cerâmicos com ornamentação. Taças de barro inteiras, muito curiosas. Contas de azeviche, ribeirite, etc. Chapão de pedra do Cabeço dos Moinhos (fragmento), com ornatos angulares. Setas, martelos, percutores. Pendente feito de dente de javali: fig. 39.

#### 49.—Antiguidades de Casal do Mato (Figueira da Foz)

Em 10 de Setembro de 1894 fiz uma excursão pelos arredores da Figueira da Foz, e estive em Casal do Mato, onde vi alguns dolmens, tais como o da *Cabecinha Grande* (anta e mamoinha), e o do *Facho*, coberto também por um monticolo de terra. Tomei medidas, e esbocei a planta d'estes dois monumentos; como porém o D.<sup>or</sup> Santos Rocha os explorou e estudou, e d'isso fez relatorio (ilustrado)

<sup>1</sup> Santos Rocha descreve e publica pesos d'estes, de Santa Olaia, na *Portugalia*, II, 350, e est. xxviii, figs. 249-254, a que chama «pesos de rede», pela comparação que estabelece com os modernos. Em castros, e outras estações arcaicas do Norte, tem aparecido pesos semelhantes, mas de pedra: vid. Joaquim Fontes, *La Station de «S. Julião»*, Lisboa 1916, p. 5, que supõe serão pesos de tear. No Museu Etnológico ha muitos dos ultimos, trazidos para cá por F. Alves Pereira.

nas suas excelentes *Antiguidades prehistoricicas do concelho da Figueira*, Figueira 1900, p. 204 sgs. e 208 sgs., abstendo-me de publicar as minhas notas, e remeto o leitor para aquela obra. Só notarei a semelhança ideologica que existe entre os vocabulos *Facho* e *Bico da Vela*, este último aplicado á parte mais alta do *Castelo* ou «cas-tro» de Pragaça.

#### 50.—Antiguidades do distrito de Coimbra

Na *Memoria do distrito de Coimbra* por Henrique Sêcco, Coimbra 1853, mencionam-se antiguidades nos seguintes locais:

*Ançã*, pp. 4 e 5, nota.

*Arganil*, p. 10 e nota.

*Serra do Colcorinho*, p. 16 e nota.

*Midões*, pp. 88 e 89.

*Bobadela*, pp. 103—106.

Na mesma obra, p. 47, mencionam-se grutas no lugar das Luan-das (Coja): terão vestigios prehistoricicos? A p. 56 diz-se que em Fa-jão ha muitos *buracos dos Mouros*.

#### 51.—Farodenha (Viana do Castelo)

Ouvi dizer que em Farodenha ha uma «cidade» pre-romana.

#### 52.—Antiguidades de Almeidinha (Mangualde)

Num campo que fica dentro da quinta de Álmeidinha, concelho de Mangualde, onde estive em 24 de Dezembro de 1894, observei que havia numerosos fragmentos de tegulas e grande quantidade de pedregulho, que denotava ter feito parte de construções humildes.

Entre estes pedregulhos encontrei um fuste de coluna cilindrico, e uma base tosca (0<sup>m</sup>.30 de diametro no fundo) que represento na figura 40; encontrei igualmente algumas pedras aparelhadas. Toda a rocha d'este local e região é de granito.—Houve certamente aqui um povoado ou *villa* na epoca romana.

No mesmo campo se vêem quatro sepulturas abertas em rochedos: tipo na fig. 41, O.—E., não porém todas com orientação identica. O povo denomina-as *Campas dos Moiros*.

#### 53.—Xorcas de ouro

No sitio do Modorno, junto de Mangualde apareceram, alguns annos antes de 1894, em que lá estive, dois objectos de ouro, que, pelas informações que colhi, eram duas xorcas lisas. Disseram-me que as venderam em Viseu a José do Amaral Tóro, que era curioso de cousas antigas (hoje falecido).

**54.—Quinta das Aveleiras (Carregal do Sal)**

Na quinta das Aveleiras, onde estive em fins de Dezembro de 1894, com o meu falecido amigo Miguel de Queiroz Malafaias, da Casa de Fornos de Maceiradão, mostraram-me um rochedo



Fig. 41



Fig. 40

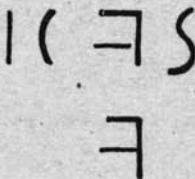


Fig. 42



Fig. 43

de granito em que estavam insculpidas estas letras: fig. 42, que tem de altura 0<sup>m</sup>,10, e de profundidade 0<sup>m</sup>,01 a 0<sup>m</sup>,02. Da 1.<sup>a</sup> letra à ultima a distância é de 0<sup>m</sup>,22. O S decai um pouco, como se vê. Este penedo estava junto de outro muito grande.

Perto, a uns 50 passos, encontrei sepulturas abertas em outros penedos. Uma d'elas é rectangular, orientada do N. ao S. Comprimento, 1<sup>m</sup>,60, largura 0<sup>m</sup>,67, profundidade uns 28 centímetros.

A outros 50 passos da precedente vê-se outra, deste tipo: fig. 43 orientada do S. ao N.: comprimento 1<sup>m</sup>,73, largura nos ombros 0<sup>m</sup>,40.

O povo chama a estas sepulturas *Masseiras dos Moiros*.

Tudo o que acabo de mencionar fica a 1 kilómetro de Alvarelhos, concelho de Carregal do Sal.

**55.—Torre de Corrélos**

Disseram-me que na aldeia de Corrélos, concelho de Carregal do Sal, havia uma torre antiga.

**56.—Quinta do Vau**

Na mesma ocasião em que estive em Carregal do Sal me disseram que na quinta do Vau, limite de Santa Comba-Dão, havia pedras com letreiros, porém não pude saber de que espécie eram.

**57.—Paineis dos Cinco Sentidos**

Numa casa da Beira Alta vi pendurados numa parede cinco painéis antigos que representavam os cinco sentidos.

- 1) *Ver.* Um homem mira-se num espelho, e tem diante d'ele uns oculos.
- 2) *Ouvir.* Um homem toca uma gaita de fole.
- 3) *Cheirar.* Um homem cheira um ramo.
- 4) *Gostar.* Um homem empunha um copo de vinho.
- 5) *Apalpar.* Um homem afaga uma ave.

Não é só na pintura que sei de representações artísticas dos sentidos, também a poesia popular os canta (possuo varias versões inéditas, e ha outras já publicadas). E toda a gente conhece os lindos versos de Garrett, ao mesmo assunto, e com o mesmo titulo, nas *Folhas Cahidas*, liv. I, n.º 16.

#### 58.—Forno do Mouro

Ouvi na Beira Alta dar este nome ás vezes a um dolmen. O nome originou-se na semelhança que o povo encontrou entre um forno, com a sua boca, e uma anta, coberta de mamôa, e aberta na frente (corredor ou galeria). Tenho para mim que todas os nossos dolmens foram originariamente revestidos de mamôa; se ela falta em alguns, é que se desmoronou pouco a pouco.

#### 59.—Outeiro de Espinho

Pelos arredores aparecem fragmentos de telha romana. Junto do rio de S. Pedro achou-se um denario.

#### 60.—Antiguidades de Agoa Levada (Mangualde)

1. Ao pé e ao Nascente de Agoa Levada, povoação do concelho de Mangualde, ha um terreno extenso, e um pouco elevado, porém não tanto como costuma ser o dos castros, chamado *A Cérca*, onde dizem que «viveram os Mouros». Estive lá em 31 de Dezembro de 1894, e para aqui copio de uma carteira as notas que então tomei.

Por todo o terreno ha muito pedregulho sólto, e a elevação tem vestigio de muros. Dou um esquema na fig. 44. Vi infinitos fragmentos de telhas de rebordo e achei um pêso de barro. Alicerces de casas não achei, embora com certeza os houvesse, como se mostra das pedras sóltas e das tegulas. Em A está uma pedra, e nesse ponto

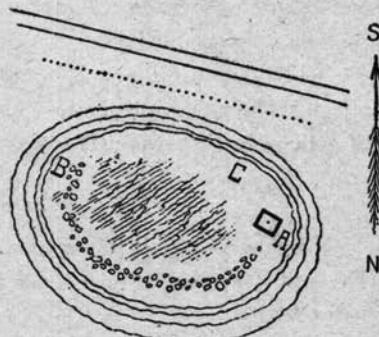


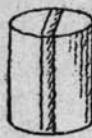
Fig. 44

termina o muro. O espaço contido a dentro do muro é levemente elevado, e a elevação representará entulho resultante das ruínas das casas. O nome de «Cérca» provém do muro (A-B). Em C a elevação é menor. As tegulas ou telhas de rebordo tanto aparecem na Cérca, como nos campos em roda, que ficam pouco mais ou menos 0<sup>m</sup>,50 a baixo do muro.

Houve ali um povoado romano, isto é, um castro, não porém, como já disse, muito alto. Ao Poente passa o rio de Agoa Levada, que é cortado pela linha ferrea, e fica a uns 200 metros da Cérca. Ao Norte ha um vale.

Diz o povo que era ali antigamente Agoa Levada, depois transferida para o local actual, que fica em posição inferior.—Acérca de lendas semelhantes, vide adiante, n.<sup>o</sup> 62.

Outros objectos achados na Cérca: uma bilha de barro, que quebraram; uma *mola manuaria* (só vi a metade inferior, ou *meta*); uma pedra cilíndrica, de um 1 metro *plus minus* de altura, atravessada por um sulco, onde devia ter existido uma chapa: fig. 45 (faria parte de um engenho agrario).

Fig. 45  2. A 1 kilometro, *plus minus*, da Cérca ha um terreno denominado *A Bôcha*<sup>1</sup>, onde, como no de cima, aparecem fragmentos de tegulas, e mós pequenas; tambem aparecem escóreas, «iscóparos» (escopros), pilares e frisos.—Nota tomada lá, em 1894.

3. Num campo perto de Agoa Levada, ao pé de uma capela, no «Olival do Mendes», apareceram igualmente pedaços de telhas de rebordo, e outras antigualhas: vi, por exemplo, restos do fundo de uma talha grande de barro (*dolum*), e uma pia redonda de pedra, que estava enterrada a 1 metro de fundura, quando a acharam. Tomei lá esta nota em 1894.

4. Num alto, a uns kilometros, e ao Norte, de Agoa Levada, ha campas abertas em penedos. O povo chama *Cumieira* ao sitio. Tomei lá esta nota em 1894 (Dezembro).

#### 61.—Cruzeiros

Nos concelhos de Mangularde, Nelas e outros vizinhos vi em 1894 (Dezembro) muitos cruzeiros feitos com alguma arte: de granito

<sup>1</sup> Mais longe, perto de Caçorrães, ha uma serra cujo nome é diminutivo d'este: *Bôchinhas*. Tanto *Bôcha* como *Bôchinhas* se pronunciam com *ch* explosivo, e não com *x*.—Escreve-se usualmente *Cassurrães*, mas deve escrever-se *Caçorrães*: cf. *Cazoranes* em documentos do sec. xi (Cortesão, *Onomast.*, s. v.).

e pintados. São freqüentes. Alguns tem versos, como estes:

*Misereminis (sic) mei, miseremini mei,  
Vós que hides passando,  
Lembrai-vos de nós,  
Que estamos penando.*

Padre N. A. M. Anno 1845

Cf. *Religiões da Lusitania*, III, 602.

Erguem d'estes cruzeiros sobretudo nas encruzilhadas, «porque havia lá diaburas, e o Diabo e as Feiticeiras [Bruxas] fazião lá os seus conluios». Desenho de um na fig. 46. O conluio das Bruxas com o Diabo corresponde ao *Sabbat*, que alguns AA. olham como uma parodia da missa romana<sup>1</sup>.

Alguns cruzeiros são pintados, com imagens de santos, ou, o que é mais curioso, com o sol & a lua, como um que represento na fig. 47, de ao pé de Espinho (Mangualde). Na fig. 48 represento soltamente as imagens dos mesmos dois astros, tais como se vêem em cruzeiros das Carvalhas (Senhorim) e de Lobelhe (Mangualde). — Já nos primi-



Fig. 46



Fig. 47

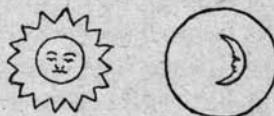


Fig. 48

tivos monumentos do Cristianismo aparecem crucifixos que tem figurados o sol e a lua, um de um lado, outro do outro, como diz Martigny<sup>2</sup>; ele dá d'isto várias interpretações místicas, mas devem as figuras certamente ter origem pagã. Não posso elementos para estabelecer

<sup>1</sup> G. L. Hamilton in *The Romanic Review*, iv, 232. Cf. porém A. Maury, *La magie et l'astrologie*, 4.<sup>a</sup> ed., p. 177 e n. 4.

<sup>2</sup> *Diction. des antiq. chrét.*, Paris 1865, s. vv. «soleil (le) et la lune» e «cru-cifix».

rigorosos laços entre os monumentos de que fala Martigny e os modernos cruzeiros de Mangualde e Nelas, todavia a semelhança é palpável. Creio que com a ideia contida nestes cruzeiros se conexiona uma figura antiga de pedra que existia há anos em Mesão Frio, onde a vi (hoje desaparecida): escultura que também representava os dois astros<sup>1</sup>.

#### 62.—Espinho

Junto do antigo passal da abadia, onde existe a lage insculpida a que me refiro nas *Religiões*, I, 366, há uma capela de Santa Luzia, e aparece por aí muito fragmento de telha de rebordo. Diz o povo (ouvi em 3 de Janeiro de 1895) que fôr aquela a primitiva povoação de Espinho. Lendas como esta há-as por muitas partes do nosso país. Quando ao pé de uma povoação existem ruínas antigas, freqüentemente estas ruínas são tidas como de uma povoação d'onde a outra provém, o que de facto às vezes é verdade.

#### 63.—Sepultura aberta em rocha

A sepultura representada na fig. 49, aberta em um penedo de granito, orientada de Oeste a Este, e com 1<sup>m</sup>.45 de comprido, encontrei-a numa das minhas excursões pelos concelhos de Mangualde e Nelas, porém perdi a nota do local preciso em que existe.

#### 64.—Castelo de Castro Marim

O castelo fica em uma elevação, ao centro da vila. Tanto na área fechada pelas muralhas, como fóra d'estas, na encosta, aparecem muitos objectos romanos: tegulas inteiras, fragmentos de outras e de barro arretino, tijolos grossos. De tudo isto vi espécimes em 1895, quando estive em Castro Marim (cf. *O Arch. Port.*, v, 246 sgs.). Se se fizessem escavações profundas, talvez se encontrassem restos pre-romanos (cacos, etc.). Nas abas do castelo fica a ermida da *Senhora da Fontinha*, junto da qual há um poço, de água miraculosa, e um freixo sagrado: da água bebem os romeiros, no dia da romaria, uns goles, e levam uma pouca para casa em garrafinhas; do freixo cortam folhas e ramos, ou arrancam cascas, para também leva-

<sup>1</sup> É curioso que na Espanha haja santuários de *Nuestra Señora del Sol* e de *Nuestra Señora de la Luna*: o P.<sup>o</sup> Fita porém lembra que estas «advocaciones se tomaron del cap. xii del *Apocalipsis*, v. 1»: vid. *Boletin de la Acad. de la Hist.*, lx, 49. O texto do *Apocalipse* é: *Et signum magnum apparuit in caelo: mulier amicta sole, et luna sub pedibus eius, et in capite eius corona stellarum duodecim.*

rem, no que ha ás vezes grandes disputações. O local do castelo foi certamente a séde de *Baesuris*, nome depois substituído na linguagem comum por *Castro*, que é o actual. As superstições ligadas á arvore e ao poço são vestígios de cultos pagãos, que o cristianismo aceitou.

#### 65.—Cabo da Roca

Ao pé da Malhada do Tabaco, no Espigão Torto, a meia legoa de Azoia, ha umas furnas chamadas *Casas dos Moiros*, á beira-mar. Por aí aparecem instrumentos neolíticos, segundo me informei *in loco* em 12 de Maio de 1895: e até obtive um. Já na antiguidade se referiam lendas ás costas marítimas das proximidades de Lisboa: vid. *Religiões da Lusitania*, III, 252-254; e em especial ao Cabo da Roca: *ob. cit.*, II, 217-219. O Cabo da Roca tinha na época romana, entre outros nomes (*Religiões*, II, 25), o de *Magnum*: tanto este, como o moderno, *Roca*, correspondem perfeitamente á realidade, pois a região é bastante larga, e alem d'isso rochosa. O seu tamanho permite que haja lá uma povoação, Azoia, com capela.

As «pontas» em que se recorta o Cabo tem nomes curiosos, como: Espigão Torto, de que falo acima; Focinho da Roca. O povo costuma aplicar com freqüencia nomes de partes do corpo, tanto dos animais, como do homem, a designações de sitios e lugares: cf. *Espinhaço do Cão*, *Cabeça do Mouro*, e os termos topográficos e hidrográficos *braço-de-mar*, *cabeço*, *costa*, *encosta*, *garganta*. A palavra *Cabo* vem tambem de *caput* «cabeça»; os Romanos diziam, por exemplo, em linguagem da poesia, *capita aspera montis* (Vergilio).

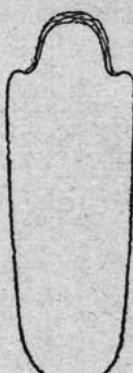


Fig. 49

#### 66.—Fonte da Peninha

Perto da Capela da Peninha, na Serra de Sintra, onde estive na mesma ocasião em que estive no Cabo, ha uma fonte coberta, que tem uma cruz, e uma inscrição portuguesa que diz que a fonte foi feita em 1739.

É freqüente andarem fontes associadas a capelas, e terem cruzes: tudo isto constitue vestígios directos ou indirectos de cultos pré-cristãos. Ás divindades das fontes (Ninfas, etc.) correspondem nas nossas tradições umas vezes as Moiras, outras vezes santos, santas, ou a Virgem. Correspondente á *aedicula* romana, como se vê, por exemplo, em Braga, num quintal (*Religiões*, II, 248), ostentam as fontes hoje não raro um nicho com uma imagem cristã, ou uma

simples cruz. Como, quando as instituições se transformam, nunca a transformação se faz completa, acontece que passam ideias de uma civilização para outra: assim passou do paganismo para o cristianismo o culto das fontes. E o que é mais curioso, é que, desejando a camara municipal de Almada extinguir o culto que se prestava a um nicho de S. João na alameda do Castelo, substituiu a imagem do santo por uma figura representativa da «República», que foi colocada dentro do nicho. Nem em uma transformação tão radical se pôde acabar de todo com a tradição! Esta é rija e tenaz como a hera.

#### 67.—Farol da Guia

No farol da Guia, perto de Cascais, há uma capela de «Nossa Senhora da Guia», antiga, pois tem uma sepultura com a data de 1577, como verifiquei na mesma ocasião em que estive na Peninha e no Cabo. Fazem-se aqui várias festividades, mas o culto da Virgem vai em decadência, e o templo está ao desamparo, apesar da invocação,—*guia* («dos navegantes»). Junto do altar vi tres ex-votos: um painel do sec. XVIII, e duas figuras de cera modernas (um menino e um par de seios). No painel, ou *tabula votiva*, como diziam os Romanos, representava-se um barco em perigo, ao qual aparecia a Virgem entre nuvens, com o filho ao colo; por baixo lia-se o seguinte: «Milagre q̄ fes N. S.ª Dagua avituriano<sup>1</sup> Joze, vindo embarcado para lx<sup>a</sup> numa embarcação chamada Stº Antº postelão<sup>2</sup> a 5 de Nov<sup>rº</sup> 1780 com vento sueste saltando para lossueste se virão subrado(s) sam »esperança de vida e apegandose com a d:<sup>a</sup> S.ª se restutuhiraõ a sua »bona<sup>n</sup>sia». Ha aqui algumas fórmulas de linguagem dignas de nota: *lossueste* = lessueste; *subrado(s)* = sossobrados<sup>3</sup>; *sam esperança* = *sāisperança*, pronúncia de «sem esperança»; *apegar-se com*; *restituir* «restituir»; *bonánsia* «bonança».—Acérca de ex-votos vid. *Hist. do Museu Etnológico*, p. 28–29; acérca de nomes de navios, vid. *De Campolide a Melrose*, p. 16.

#### 68.—Manique de Baixo

Tendo estado aqui em 8 de Junho de 1895, ouvi dizer que no sítio do *Mirôcio*, isto é, «Merouço» ou «Moreuço», tinha aparecido uns vinte anos antes uma lapide funerária abaulada, analoga ás de Capa-

<sup>1</sup> = a Vitoriano.

<sup>2</sup> Barco que servia de postilhão?

<sup>3</sup> Houve apologia, ou fonética, ou meramente grafica (isto é, aplografia).

ride, que foram publicadas no *O Arch. Port.* I, 248 e 249, e nas *Religiões da Lusitania*, III, 402–403, e hoje estão no Museu Etnológico. No Morouço, acrescenta a lenda que houve um povo antigo.

#### 69.—Murches

Visitei na mesma ocasião o *Roxio<sup>1</sup> Pelado<sup>2</sup>*, ao pé de Murches. Ha lá muitas sepulturas, que fazem parte de um antigo cemiterio da época dos Visigodos: cf. *Arch. Port.*, XI, 325. As sepulturas foram abertas em piçarra, e eram cobertas de lages. Córtes que modernamente se fizeram na rocha deixaram á mostra muitas, que se vêem cheias de terra sólta, e com as ossadas a apárecerem.

#### 70.—Troia de Setúbal

Notas tomadas numa carteira (n.º LVI, p. 45–46), em 23 de Junho de 1895, *in loco*.—Logo ao desembarcar, se nos depara a praia juncada de tejolos de formas de quarto de círculo, de tejolos rectangulares, de tegulas, de asas, fundos e gargalos de anforas, de fragmentos varios de vasos arretinos. Dentro da agoa vêem-se tambem inumeros cacos. Encontram-se muitas ruinas de casas: paredes ainda conservadas até certa altura, e com as umbreiras (*postes*) das portas e janelas; as paredes são feitas de pedra e tejolo e revestidas de argamassa. Aqui e alem ha «salgadeiras» ou tanques. A cada passo se encontram moedas romanas de época tarda: adquiri duas do sec. IV. A agoa invade constantemente o solo da povoação. Foi, como creio, o rio, e não um terremoto, que destruiu esta.— Cf. *O Arch. Port.*, III, 156 (Maximiano Apolinario), e IV, 344 (Marques da Costa).

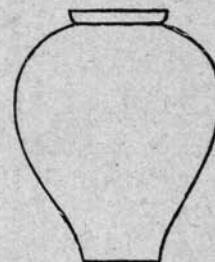


Fig. 50 — Olla  
de Troia de Setúbal

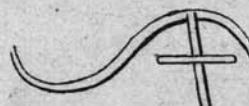


Fig. 51 — Desenho no gargalo  
de uma anfora  
de Troia de Setúbal

#### 71.—Moeda romana achada em Mangualde

Entre as antigualhas que apareceram no sitio da Raposeira (arredores de Mangualde), exploradas pelo D.<sup>or</sup> Alberto Osorio ha anos (vid. n.º 10), contam-se várias moedas romanas de cobre: uma que vi é um sestercio ou «bronze maximo» do sec. II (M. Aurelio).

<sup>1</sup> Isto é «Rossio».

<sup>2</sup> == sem vegetação? Cf. em documentos medievais *terra calva*.

**72.—Vasos romanos de Troia de Setúbal**

Em poder do D.<sup>or</sup> Botelho Moniz (hoje falecido) vi, em 1895, em Setúbal uma *olla* achada nas ruínas de Troia de Setúbal, fig. 50. Mede altura 0<sup>m</sup>,168; na boca tem 0<sup>m</sup>,11; no fundo 0<sup>m</sup>,068.

No gargalo de uma anfora, que apareceu sólta, continha-se este desenho (fig. 51).

**73.—Ribeira da Ajuda**

Em Setembro de 1895 estive na Ribeira-da-Ajuda, ao pé de Setúbal (fronteira a Troia), e aí vi tinas forradas de *opus Signinum* como as de Troia (cf. § 70), e pedaços de marmores romanos.

**74.—Ex-votos do sec. XIV**

No testamento de Lourenço Denis, da era de Cristo de 1348, arquivado na Torre do Tombo, est. 1, doc. E, n.<sup>o</sup> 10 e 11, lê-se o seguinte trecho que me foi comunicado em 1895 por Joaquim Rasteiro, de Azeitão, colaborador d-*O Arch. Port.*, e hoje falecido:

«Item mando q. me ponham ante ho oragoo de Santantam duas »ffiguras de bestas húa de coor baio e outra de mua baya, e duas »omajées affeguradas de mym e outra daffonso ssanchez e sejam de »cerra»<sup>4</sup>.

Temos neste texto, até hoje, como cuido, a mais antiga notícia de ex-votos cristãos em Portugal.

**75.—Dolmen ou «casa d'orca»**

Disseram-me em 1895 que entre Carrapito e Pena-Verde (concelho de Aguiar da Beira) havia á beira de um caminho uma *casa d'orca*.

**76.—Grutas estremenhais**

Informaram-me em 1895 de que ao pé de Porto de Cavaleiros, concelho de Tomar, ha varias grutas, uma d'elas muito grande, chamada *Gruta dos morcegos*, por lá aparecerem muitos; e bem assim uma, tambem muito grande, entre Sobreirinho e Porto de Cavaleiros, ao pé do rio Nabão, no mesmo concelho; e muitas, e muito grandes, em trincheiras do caminho de ferro, junto de Val dos Ovos, igualmente no concelho de Tomar.

Mais me informaram de que no sitio da Ave-Casta, concelho de Ferreira do Zezere, ha outra gruta.

<sup>4</sup> = cera.

Poderão, pelo menos algumas d'elas, ter sido utilizada em tempo prehistoricó como habitação ou lugar de sepultura.

77.—Excursão pela Extremadura Cistagana e Norte de Portugal  
(Notas tomadas em 1895<sup>1</sup>)

Em 31 de Agosto de 1895 parti para Tomar com o S.<sup>or</sup> Maximiano Apolinario, então Adjunto do Museu Etnografico (foi esta a primeira designação do Museu Etnológico).

Visitámos nos arredores de Tomar o sitio da Serrazeda, propriedade do S.<sup>or</sup> Conselheiro João Tamagnini Barbosa. O sitio mede alguns quilometros quadrados, e chega até a igreja de Santa Maria dos Olivais, abrangendo o cemiterio; por todo ele, nos trabalhos agrarios, se encontram em grande abundancia restos romanos: pedaços de *tegulae* e de *imbrices*, pesos de barro, ladrilhos quadrados, moinhos de mão ou moendas, de granito (as duas partes: *meta* ou inferior, e *catillus* ou superior), pedras aparelhadas, pedras esculpidas, como a que se representa na fig. 52 (base), troços de estátuas de marmore, moedas imperiais (de Diocleciano, Galieno, etc.), fragmentos de vasilhas de barro, imenso pedregulho, de paredes de casas. Com as moedas tambem apareceu uma de *Emerita* e outra da [co]LON(ia) gaulesa de NEM(ausus), com o crocodilo, o que mostra relações comerciais do extremo oriental da Lusitania e da Galia com o Ocidente.—A povoação que aqui existiu teve pois certa importancia e extensão. Chamam-lhe *segunda Nabancia*; a primeira fica a 1<sup>km</sup>,5 plus minus d'esta<sup>2</sup>.—Obtive lá, para o Museu Etnológico, um peso de barro (vid. adiante, p. 166), e um fragmento de *imbrex* com ornamentação.

Na cidade vi em mãos particulares muitas outras moedas: denario da *gens Cloulia*, denario de Tiberio, bronzes minimos de Constantino e Constancio, etc.

Ao tempo da minha ida a Tomar havia lá um coleccionador de antiguidades e curiosidades, o S.<sup>or</sup> Antonio da Silva Magalhães, farmaceutico: cf. *O Arch. Port.*, I, 14–15. Ele possuia um museuzinho, que começara a organizar por 1880, e que me mostrou. Compunha-se este de objectos de historia natural (conchas), de etnografia africana,

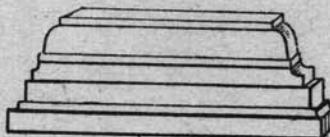


Fig. 52—Dos arredores de Tomar

<sup>1</sup> Extraídas de carteiras que na minha livraria tem os n.os LVII a LVIII.

<sup>2</sup> Acérca de *Nabancia* vid. o que muito depois d'esta excursão escrevi no *O Arch. Port.*, xix, 148.

indiana, chinesa e timorense (armas, utensilios, loiças, instrumentos musicos), e de arqueologia nacional: *a)* da epoca pre-romana, tres machados neoliticos, uma cunha de cobre; *b)* da epoca romana (e visigotica?) moedas de prata e cobre, uma cabeça e varios troços de estátuas, de marmore, duas tegulas quasi integras, pedacos de mós, um machado de ferro, varios *póndera* de barro (um d'elos marcado em cima com uma cruz), duas fibulas de bronze, um rendilhado de bronze (talvez de cinturão); *c)* de epochas mais modernas, varios sinetes (e entr'elos dois de um D. Prior Geral do Convento de Cristo: um particular, outro oficial), um cadeado ou aloquete, espécimes de loiga do Rato, quadros pequenos.

No dia 1 de Setembro de manhã partimos para Cabaços, a cavalo, e de lá para outra localidade. A Tomar viera esperar-nos o S.<sup>or</sup> José Maria Pereira, de Dornes, a quem o Museu ficou depois devendo alguns bons serviços (hoje o S.<sup>or</sup> Pereira é falecido). A estrada é ladeada de arvores, e atravessa frescas campinas. Pelo caminho encontravam-se muitos romeiros, que vinham da Senhora da Guia, rapazes e raparigas, enfeitados de flores artificiais: eles ostentavam-nas no chapéu, elas no nó ou carrapicho do cabelo. Passavam tambem muitos carros, revestidos de verdura, ou com toldos.

Como ao longe se avistasse a capela de S. Saturnino (*vulgº Sardurninho*), que fica ao pé do lugar das Menechas, na Serra das Areias, fiz perguntas a seu respeito, e ouvi contar que quem está doente de sezões rouba tres telhas a qualquer casa, e vai pô-las ao pé do santo, cuidando que sara; chamam-lhe por isso o *ladrão das telhas*. É preciso que as telhas sejam roubadas, e sem o dono saber; se este souber, ou se as telhas forem dadas ao doente, o rito de nada serve.—Ha superstícões semelhantes por esse mundo fóra.

De Tomar a Cabaços passámos pelas seguintes povoações: Venda-Nova, Pintado, Frêxo (onde, ao pé, num alto, dizem que ha um castelo), Calçadas, Venda dos Tremoços, Prêro (=Pereiro), Rego-da-Murta, e Vendas dos Olivais de S. Pedro.—Perto do Prêro vêem-se no alto de um monte uns restos da «torre de D. Gaião» ou «Lagalhão»: conta-se que vivia lá um gigante, que punha um pé na torre, e outro no Prêro, e apanhava as raparigas, levando-as para a torre, onde elas deixavam a virgindade. É lenda tambem comum, mais ou menos, a outras terras, e prende-se a lendas antigas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Depois d'isto publicou o D.<sup>or</sup> Antonio Baião duas vistas da torre, no *Arch. Port.*, xiii, 257-259, onde ao mesmo tempo conta outra lenda diversa da minha.

Não posso narrar ou descrever seguidamente a viagem! Apontarei apenas, de modo sólto, o que fiz ou o que observei.

Nas Carrasqueiras, povo da freguesia de Alvaiazere, obtive um escopro de cobrê ou bronze, que, ao que ouvi, aparecera debaixo de



Fig. 53  
Escópro  
das Carras-  
queiras

Fig. 54 — Pedra de um anel  
romano (Alvaiazere)



Fig. 56 — Rominhas.

Fig. 57 — Rominhas

Fig. 57-a — Rominhas



Fig. 58

umas lajes naturais, juntamente com machados do mesmo metal; vai copiado na fig. 53.

Ao pé da Rominha ha um olival chamado *Marouços*<sup>1</sup>, onde vi muitos fragmentos de tegulas e de imbrices, e muitos cacos de vasos.

<sup>1</sup> Isto é: *Morouços*. Na *Historia do Museu Etnologico*, Lisboa 1915, p. 317, imprimiu-se *Marouca*, por engano.

Informaram-me que aí apareceram moedas de prata «com duas caras» (denarios) e moedas de cobre. No mesmo olival apareceu uma pedra (cornalina) de anel romano, com uma gravura: tomei decalque que copio na figura 54 ampliada (desenho de Saavedra Machado): vê-se um bode com os pés fixos no chão, e as mãos deitadas a uma arvore que fica á esquerda do observador. Aí obtivemos os seguintes objec-  
tos: um machado neolítico, e parte de outro; dois fragmentos de pesos de barro, um dos quais, de 0<sup>m</sup>,084 de comprimento vai gravado na fig. 55; uma lingoetazinha de bronze, que é muito provavel que pertencesse a uma fechadura, e mede de comprimento 0<sup>m</sup>,066 (fig. 56): um peso de chumbo, de 0<sup>m</sup>,46 de altura<sup>1</sup>, fig. 57; um caco grosso, com sulcos digitais, de 0<sup>m</sup>,074 de comprimento (fig. 57-a); um disco de xisto, de 0<sup>m</sup>,042 de maior diametro, com dois orificios proximos um do outro, acaso botão, fig. 58<sup>2</sup>. Tambem aí achámos um fragmento de percutor, que parecia da 2.<sup>a</sup> idade da pedra. Não ha dúvida que houve no olival de Maröuços uma estação romana. O D.<sup>or</sup> Ferraz de Macedo perguntou por esse motivo se a palavra *Rominha* significaria «Roma pequena»<sup>3</sup>; todavia *Rominha* não é mais, quanto a mim, do que contracção de *romainha*, diminutivo de *romã*, palavra que, do mesmo modo que *romanzeira*, é muito conhecida no local. O onomastico português apresenta palavras semelhantes: *Rominhal*, *Rominheira*, *Rominheirinha*.

A meia legoa da Rominha demora a *Fonte Santa*, nas abas de uns montes. Foi *santa outr'ora*, hoje já não faz milagres. Só o nome perdurou.

Estive na ermida da Senhora dos Covões. D'ela fala Severim de Faria num manuscrito da Biblioteca Nacional, de que dei noticia no *Boletim* da 2.<sup>a</sup> classe da Academia, VIII, 248-260. Diz o Chantre que uma rapariga de Alvaiazere sonhara que achava um tesouro em uma cova no local onde hoje está a ermida, que ainda então não existia: foi lá, e achou uma imagem que levou para casa como boneca, porém esta por duas ou tres vezes voltou para a cova, até que os moradores da vila foram ao local, e achando a Senhora, lhe fizeram a ermida. Mais diz Severim: «na coua em que apareceu, puzerão húa de prata, com o titulo de *Nossa Senhora da Memoria*». Eu vi ainda na ermida

<sup>1</sup> Talvez antes modesto *aequipondium* do que *perpendiculum* (se é que é romano, como poderá ser).

<sup>2</sup> Os desenhos a que correspondem as figs. foram feitos pelo Prepara-  
dor interino do Museu Etnologico, Rui Pacheco.

<sup>3</sup> *Luzitanos e romanos em Villa Franca de Xira*, Lisboa 1893, p. 18.

esta memoria de prata. Entre os milagres da Senhora conta-se (continua Severim), o de «huns catiuos da Berberia, que encomendando-se á Senhora, ella os trouxe á sua igreja, e elles em recompensa deixarão dependurados das traves da ermida os grilhoens»<sup>1</sup>. Todas estas lendas, a do aparecimento e fuga da imagem, e a dos cativos, são muito correntes no nosso agiologio, e já provém da antiguidade; foi o Cristianismo que as adoptou e as modificou<sup>2</sup>. — Ao pé da capela mostram-se os dois penedos entre os quais apareceu a Senhora; a fenda estava alindada. Uma cantiga popular que ouvi a uma velha refere-se á lenda:

A Senhora dos Covões  
A má' la de Rê de Cöuros<sup>3</sup>

Foram tirar um cativo  
Dentro á terra dos Möuros...

cantiga que é como que a «proposição» de um poema; contudo a veia popular não chegou para mais! A mesma velha me informou de que ainda teve conhecimento de que as correntes de ferro existiram ali durante algum tempo. — Nos campos contiguos á ermida aparecem instrumentos neolíticos (vi um pedaço de machado), cacos grossos, e pesos de barro de carácter romano.

**SERRA DE ALVAIAZERE.** — A cavaleiro da capela da Senhora dos Covões, num dos sítios da serra, estende-se um grande espaço de terreno limitado por uma faixa de pedregulhos, que mostra ser resíduo de rinde muralha. O povo chama a este espaço «O Murêdo», e acrescenta que isto «era murado no tempo dos Moiros»; mas certamente *Murêdo* deve escrever-se *Moredo*, como derivado de *mora*. Cfr. *Moredo* na Galiza, *Moreda* em Lião, *Moredillas* em Córdova. Sei de outro *Muredo* ou *Moredo* no distrito de Bragança. Dentro do de Alvaiazere não achei porém restos nenhuns de habitação, nem cacos; talvez para isso contribuisse o estar o chão coberto de mato,—carrasco, urze, alecrim, azinha<sup>4</sup>. Por aqui me contaram a seguinte lenda. «Uma

<sup>1</sup> Cit. ms., fls. 261.

<sup>2</sup> A imagem de Artemis Orthia (do gr. ὅρθις: «de pé») apareceu numa moita, em Esparta, e os ramos de vide que a envolviam mantinham-se de pé: Pausanias, *Descr. da Grecia*, III, 16, 10; cf. *L'Anthropologie*, xv, 49.—Valerio Maximo, *Factor. dictumque mem. liber*, I, viii, 7, diz que Eneias colocára os Penates em Lavinio, e que sendo d'af levados por Ascanio para Alba, eles voltaram para o santuário primitivo. Vid. exemplos paralelos na *Mélusine*, I, 346 e 347 (nota), e na *Rev. Ar-chéol.*, xxi, (1893). 344.—Da lenda dos cativos já falei no cit. volume do *Boletim da Academia*, ibidem.

<sup>3</sup> «E mais a de Rio de Courros».

<sup>4</sup> Assim ouvi, e assim tenho, bem claro, na carteira a palavra *azinha* (não me lembro que planta designa).

rapariga guardava uma vaca, e dava por falta de leite. Um dia encontrou uma Moira que lhe perguntou de que é que ela gostava mais, da Moira, ou de umas tesouras. A rapariga respondeu que a Moira era bonita, mas que as tesouras (de oiro) o erão mais. Então a Moira presenteou a rapariga com um objecto, que esta tomou e levou consigo, mas vendo que eram carvões, deitou-os fóra. Eles transformaram-se então em oiro». — Já Fedro tinha dito dezasseis séculos antes (v. 5, 6): *carbonem pro thesauro invenimus!*

Ao mesmo tempo que colhi estas tradições, colhi outras, e observei numerosos fenomenos de linguagem popular (pronuncia de *ii*, de *ô* por *ou*, de *ê* por *eu* e *ei*, de *ch*, etc.): isso contudo não são assuntos que verse no *Archeologo*.

No dia 1 de Setembro dormimos na quinta da Portela, onde seu dono, o S.<sup>or</sup> Francisco da Cruz Miranda, amigo de José Maria Pereira, nos tratou opiparamente. No dia 2 seguimos para Dornes,



Fig. 59—Letra cursiva romana

passando por Portela-do-Brás, Senhora da Orada (capela), Cruz-das-Canastreiras, Souto, Matim-Brás<sup>1</sup>, e Ribelas: caminho ora de montes ora de vales, mas sempre rodeado de vegetação, pinhais, castanhais, milhares, às vezes tão apertado, que quem vai por ele embate com os arbustos. A alguns kilómetros de Dornes começa a divisar-se o Zézere, manso, entre altas montanhas. Em Souto vi escrito numa parede: *Carbalheira mando consertar*, isto é, «Carvalheira mandō (= mandou) concertar», curioso texto dialectal, que nos mostra que na região o *v* da língua literaria alterna com *b*, e que o ditongo *ou* se reduz a vogal. Em Ribelas vimos as ruinas de uma povoação extinta, casas, ruas: não porém de época muito remota.

Antes de passar a falar de Dornes, devo dizer que colhi na minha excursão pelo concelho de Alvaiazere um pedaço do bôjo de um pote grosso, romano, de barro, que vai copiado na fig. 59. Não posso dizer o local certo d'onde provém, porque a traça roeu parte do respectivo

<sup>1</sup> Assim se diz por *Martim-Brás*. Dissimilação de *r-r*.

rótulo (cf. *Hist. do Museu Etnologico*, p. 346), e só se lê claramente «Alvaiazere»; talvez porém seja do olival dos Marouços (vid. supra). Este caco é importante, porque se gravou nele com um ponteiro, quando o barro ainda estava fresco, uma inscrição de caracteres cursivos, que suponho será *diado-*, acaso as primeiras silabas de *Diadochus*, nome que aparece por extenso numa inscrição lapidária tarragonense (*Corpus*, II, 4270). Rareiam muito entre nós as inscrições romanas cursivas, e foi por isso que eu disse que o caco era importante. O ser diferente do primeiro *d* o segundo, não é razão para rejeitar a leitura, porque também nós hoje podemos escrever num mesmo texto, por exemplo, *s* e *r*, cada um respectivamente de seu tipo; e até podemos escrever *d* com haste simples, e com haste dupla, exactamente como no barro de que estou falando!

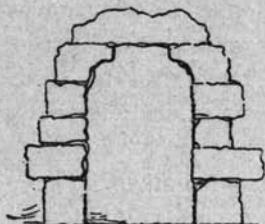


Fig. 60  
Porta da Tôrre de Dornes



Fig. 61



Fig. 62



Fig. 63

Em Dornes recebeu-nos com toda a amabilidade em sua casa, a mim e a Maximiano Apolinario, o S.<sup>or</sup> José Maria Pereira. Este S.<sup>or</sup> já não existe, mas nem por isso devo calar os obsequios que, como director do Museu, lhe devi. Ele era muito entusiasta com as antiguidades dos seus sítios. Uma vez, sem me conhecer, apareceu-me em Lisboa, e convidou-me para ir lá. Foi este o motivo da presente excursão. Nem sempre o entusiasmo correspondeu à realidade. No entanto eu gostava de o ver, quando, meão de corpo e agil de movimentos, levantava os braços no auge da satisfação, e proclamava que eu não daria o tempo por mal empregado com a visita a Dornes. Ainda que não achei muita arqueologia, achei alguma cousa para os outros meus estudos, e isso me compensou das fadigas. Continuarei a extractar o que escrevi na minha carteira<sup>1</sup>.

Dornes jaz num alto, passando-lhe em baixo o Zêzere, por vales. As casas são feitas de xisto, e muitas d'elas negrejam, não caiadas.

<sup>1</sup> Vid. as importantes notícias que acerca de Dornes e do concelho de Ferreira do Zêzere publicou depois d'isto o D.<sup>or</sup> Antonio Baião no *Arch. Port.*, XIII 258 sgs., XIV 135 sgs., XVII 73 sgs., XVIII 8 sgs., XX 46 sgs., etc.

Junto de Dornes ha uma elevação, que péga com o lugar por um declive pequeno, e cai sobre o rio, às rampas e escarpas, pelo Nascente, Poente e Norte. Fica nesta elevação a igreja da frèguesia, o cemiterio, e uma torre antiga, que serve para estar o sino. Na fig. 60 esboço a porta da torre, e figs. 61 a 63 dou desenhos de marcas de pedreiro que se vêem nos muros. À parte que se estende ao Norte do cemiterio chama o povo *O Castelo*, e liga-lhe, como por toda a parte, lendas de Mouros. Supondo eu que fosse aí um castro, mandei fazer excavações, e estas nos detiveram em Dornes até 5 de Setembro.

Nas excavações apareceram restos de ceramica antiga, como a dos dolmens (pasta negra, pintas de carvão, grãos de quartzo), e outros de ceramica mais moderna, mas que tambem pode ser pre-romana; apareceu um denario da familia *Iunia*, que reproduzi no *Arch. Port.*, v, 13; apareceram pedaços de *imbrices*, de tejolos grossos, de talhas, e de vasos pequenos de barro; tambem apareceu um prego de ferro<sup>1</sup>. Tudo isto à profundidade de 0<sup>m</sup>,20 a 0<sup>m</sup>,30 ou pouco mais; por baixo ficava o «arrife», ou solo duro, natural. As agoas da chuva devem ter arrastado para os vales muita terra vegetal.

Por aqueles sitios, junto do Zézere, ha outros montes com denominações arqueologicas, ou com lendas, por exemplo: *Castelo da Estrela*, onde existe uma capela consagrada a Nossa Senhora da Estrela; *O Crasto*, perto de Pombeira, frèguesia de Ferreira do Zézere, onde se vê a capela de S. Pedro, e onde apareceu a *cuspis* de uma *hasta* ou lança, de ferro, e metade de uma tenaz (*forceps*)<sup>2</sup>; *Serra de S. Paulo*, em frente de Dornes, onde se conta que viveram Mouros. A propósito d'esta serra mencionarei um ditado popular:

Entre a Serra de S. Pálos<sup>3</sup>  
E a ribeira de Belitâi<sup>4</sup>  
Ficô todo o nosso bâi<sup>5</sup>...

isto é, toda a «nossa riqueza» (entenda-se que são os Mouros quem fala). Este ditado faz parte de um extenso *roteiro tradicional*, de que

<sup>1</sup> Não se encontraram vestígios de tegulas.

<sup>2</sup> Cf. A. Baião no *Arch. Port.*, XIII, 261-263, onde publica vistas da capela.

<sup>3</sup> O povo pronuncia assim: *Sã Pálos*. Vestígio (indirecto?) do nominativo latino-eclesiástico *Paulus* ou *Paullus*, como *Domingos*, etc.: vid. *Lições de Philologia*, Lisboa 1911, p. 47.

<sup>4</sup> = *Belitem*. Noutra versão ouvi *Litém*. A ribeira a que estes nomes correspondem chama-se hoje «de S. Guilherme» e desagua no Zézere. Creio que *Belitem* e *Litem* são aqui apenas para a rima.

<sup>5</sup> = bem.

já noutros lugares tenho publicado amostras (possuo ineditos muitos ditados semelhantes).

Acima aludi á torre do sino. Nela existe uma pedra em que se lê em quatro linhas: || IN CINBALIS<sup>1</sup> || BENE SONA || NTIBUS LADA || TE DEV M 1624<sup>2</sup> ||, isto é: «Louvai a Deus nos sinos que tocam bem. 1624». A data denota certamente a da colocação de um sino. As inscrições deste teor costumam estar escritas (fundidas) nos próprios sinos. A palavra *cymbalum* em latim tinha sentido diferente do que aqui se lhe dá, correspondia em certo modo aos «pratos» das filarmónicas, e aplicava-se a um par de objectos, pelo que se usa no plural, como na inscrição se vê; traduzi-a, porém, por «sino», por ser essa a ideia expressa. Muito haveria que dizer acerca da literatura e das superstições dos sinos, se fosse aqui o lugar para ocupar-me d'isto.

Como já noutros trabalhos tenho dito, é vulgar haver nos espelhos das fechaduras das portas uma cruz, que serve para afugentar os maus espíritos. Muitos destes espelhos se observam nas terras por onde passei, nos concelhos de Tomar, Alvaizere, Ferreira do Zêzere. Na igreja de Dornes vi um que represento na fig. 64, e que é importante por ter letras e uma data. Esta é «1755» e designará quando foi feito; as letras dizem *no Pintado*, isto é «fabricado no lugar do Pintado», que fica no concelho de Tomar. Também na porta da entrada se lê, na madeira, a data de «17-55».

Em varias épocas do ano vêm *círios* ou «romarias» a esta igreja, de diferentes terras. Na capela-mór, de cada lado, há boa coleção de círios (de cera), uns vinte, cada um em sua caixa, de forma da dos antigos relógios de sala, com uma porta de vidro por onde se avista dentro o círio, todo pintado, com as armas reais da época; por fóra, e em cima, a caixa tem o nome da terra respetiva: CIRIO DA SERRA, CIRIO DE FERREIRA, e em baixo a data: 1825, 1827, 1839, etc. Dizem-me que o estarem aqui guardados os círios, denota a posse que as terras tem de cá vir em romaria. Factos análogos se observam noutros santuários, por exemplo no da Senhora da Nazareth, como dos mais famosos: vid. Britto Alam, *Antiguidade*



Fig. 64—Espelho de porta, de Dornes

<sup>1</sup> Assim, e não CIMBALIS (*cymbalis*).

<sup>2</sup> O «2» não é perfeitamente claro.

*da sagrada imagem de Nossa Senhora de Nazareth, Lisboa 1684,* p. 171 sgs.<sup>1</sup>. Isto mostra que o nome de *círios*, dado às romarias estremenhais, é mera metonimia. Os romeiros levavam círios de presente aos santuários e d'áí passaram a chamar-se *círios* as próprias romarias.

Na frontaria da igreja, à direita da porta principal, está gravada uma inscrição que diz: *Esta egreja mādou faz' em louvor do s.º ds. e da p̄ciosa sua madr̄ v̄gem m̄ ho hōrrado caualej̄ fy<sup>2</sup> g<sup>o</sup><sup>3</sup> de sousa veedor do s.º ifāte dō anriq̄ e do seu cōselho e seu alferez moor comēdador d'esta cōmda e alcaid' moor de tom<sup>4</sup>, filho de g<sup>o</sup> añs<sup>5</sup> de sousa a ql eḡia se fez aas suas p̄pas despesas por sua boa devaçō sem a elo seendo obrigado<sup>6</sup>: e por mem<sup>a</sup> mandou aq<sup>i</sup> poer: estas suas armas: d'us<sup>7</sup> por sua m̄icee lh' d' galardō d' sua b'mfeitoria amen: era do nacimēto d' nosso s.º ihū Xº mil: iiiii: liii f<sup>8</sup>.* Junto da inscrição<sup>9</sup> está um brasão esquartelado por uma cruz de Cristo, que tem no primeiro e quarto canto as quinas, e no segundo e terceiro um lião: é o brasão de um dos ramos da família dos Sousas<sup>10</sup>. — Por cima da porta travessa da mesma igreja está outra inscrição que diz o que se lê na fig. 65. A última palavra é *Alvar(ez)*.

Para terminar o que queria dizer da minha excursão a Dornes, acrescentarei o seguinte. Os concelhos de Alvaiazere e Ferreira do Zêzere tem mais da Beira do que do Sul, e isto tanto na paisagem,

<sup>1</sup> Num livro que estou preparando para a minha *Bibliotheca ethnographica portuguesa*, cujo volume 1 saiu a lume em 1882, tenciono tratar de *círios*, e aí desenvolverei um pouco mais o assunto.

<sup>2</sup> = Frey.

<sup>3</sup> = G(onçal)o, como penso.

<sup>4</sup> = Tomar.

<sup>5</sup> = Annes.

<sup>6</sup> Sem a elo sendo obrigado «sem a isso ser obrigado». Particípio regido de *sem* é sintaxe arcaica.

<sup>7</sup> = Deus.

<sup>8</sup> = 1453.

<sup>9</sup> Esta fôra já publicada por Carvalho da Costa, *Corografia*, III, 206, com diferença ortográfico-fonética da minha cópia. O Dr. Baião reproduziu nO *Arch. Port.*, XIV, 142, a lição de Carvalho. Eu copiei directamente da pedra.

<sup>10</sup> Tomou por armas as quinas de Portugal e os liões do brasão do reino de Lião: vid. Villasboas, *Nobiliarchia Portugueza*, Lisboa 1676, p. 330.

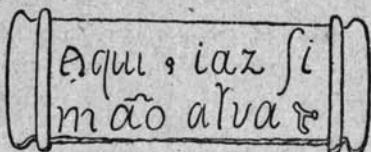


Fig. 65—Da igreja de Dornes

como na etnografia: o terreno é muito montanhoso, alcantilado, e cortado de vales profundos por onde correm rios e ribeiros; ha muitas hortas, campos de milho e soutos. As casas, de peitoris e varandas, são freqüentemente sem cal, ao contrário da mór parte das da Estremadura, e não tem uma sala de entrada, asseada, como no Alentejo e outras terras meridionais. A gente anda descalça, como no Centro do país, e no Norte, mas parece-me que o chapeu de palha não se usa, ou pelo menos não tem o predominio que durante o verão tem naquelas duas regiões.

No dia 5 de Setembro partimos de Dornes para Sertã, e d'aí voltámos a Tomar. De Tomar seguimos para Coimbra e para o Norte.

\*

Em 11 de Setembro estávamos em Vila do Conde. Era dia de mercado, em que se vendia muita variedade de cousas: objectos caseiros e de vestuario, comestiveis, etc. Nas tendas destinadas a panos causava notável impressão o brilho das cōres: vermelho rutilante, amarelo doirado. As tendeiras traziam na cabeça lenço, tambem muito colorido, e outro em cruz no peito, saias de muitas fitas, mas estavam descalças. Outras usavam chapeu preto, redondo, com um espelhinho na frente. Todas de rostos corados, reveladores de boa saude. Em quanto tomavam sentido nas mercadorias, fiavam,—para não perderem tempo. Apesar de conter muita quinquilharia estrangeira, o mercado apresentava cunho popular e local: vendiam-se rendas, tecidos, lenços com versos de amor, calçado (tamanquinhas de biqueira muito pesponteadas e enfeitadas, para mulheres); vendiam-se rocas ornamentadas de desenhos geometricos, e fusos semelhantes,—de Barcelos; regueifas, pão de ló, trigo de quatro «cabeças», —a apetecer—, em taboleiros; «loïça» de pau,—gamelas ou escudelas, e colhéres; objectos de religião e magia, e de literatura de cordel: escapularios, amuletos de chumbo com o sino-saimão, folhetos com versos do fado, o *Livro de S. Cipriano* dividido em tres partes. Perguntei a um rapaz onde se fabricavam certos artefactos que tinha expostos, e respondeu-me: «Lá em Hamburgo ou no Diabo!». Na linguagem familiar a palavra «Diabo» tem significação vaga. O rapaz queria dizer: «em Hamburgo, ou não sei onde». A cidade de Hamburgo era-lhe conhecida certamente por intermédio dos negociantes do Porto.—Pelo meio do mercado circulavam de onde em onde carros de bois, o que aumentava o pitoresco do quadro: bois de grande armação, jungidos por cangas artisticamente esculturadas.

Era ensurdecedor o falatorio, e por toda a parte se gesticulava com enfase, como é proprio da gente do Norte.

De Vila do Conde a Póvoa de Varzim (ou, como abreviadamente se diz: à Póvoa) são dois passos. Na Póvoa visitei o gabinete numismatico do S.<sup>or</sup> Antonio Martins Rios. Ai vi: 1) algumas moedas ibericas; 2) moedas romanas (republica e imperio); 3) moedas portuguesas de varios reinados, desde D. João I até o tempo em que estavamos; 4) várias moedas estrangeiras (hespanholas, francesas, italianas, inglesas, alemãs, americanas, etc.); 5) tentos, «contos de contar», e medalhas; 6) papel-moeda e cedulas. Entre outras moedas notei um *duro* de Carlos IV de Hespanha, carimbado com as

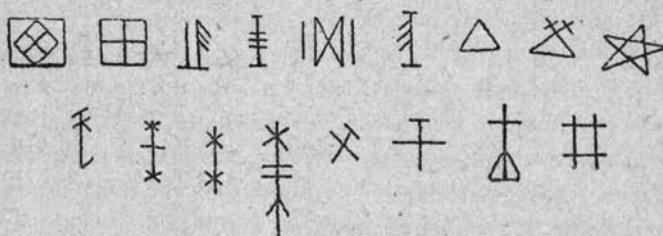


Fig. 66—Mareas dos pescadores da Póvoa

armas riaias portuguesas (de D. João VI, quando Principe regente: com o valor de 960 reis, para correr no Rio de Janeiro); uma moeda de cobre que tinha no anverso «J.º V» (=João V)<sup>1</sup> e por baixo «171...»<sup>2</sup>.—A par com moedas possuia o S.<sup>or</sup> Rio diversas curiosidades arqueologicas e de historia natural: loiças portuguesas, etc. D'este gabinete, sobretudo da parte numismatica, saiu uma noticia na *Estrella Povoense*, n.<sup>os</sup> 795, 796 e 797 (Maio e Junho de 1892).—Tambem visitei a colecção arqueologica do S.<sup>or</sup> P.<sup>e</sup> Brenha, e tomei algumas informações que depois me serviram em Trás-os-Montes (Vila Pouca de Aguiar).

Na Póvoa observei alguns costumes, que, por serem de caracter antigo, tem aqui cabimento.

<sup>1</sup> «J» invertido, por cima restos da coroa rial.

<sup>2</sup> Como a moeda estava fixa num taboleiro, e não se podia tirar, não examinei o reverso, mas informou-me o S.<sup>or</sup> Rios que Teixeira de Aragão vira um descalque, e dissera que tinha «dentro de uma coroa de louro o valor de -3- reis», acrescentando: «é para correr na India, e lá foi cunhada: por isso, muito imperfeita. É inedita».—É esta a nota que tenho na carteira; não me lembro de outras particularidades.

A vila abunda de pescadores. Estes entendem que devem ter os seus sinais na igreja matriz, e por isso gravam-nos numa grande mesa ou cômoda que está na sacristia. Copiei alguns, que aqui reproduzo da minha carteira: fig. 66. Aí se vê: cruz, sino-saimão, etc.

Tudo isto se faz às escondidas do paroco e do sacristão, que não gostam do costume. É uma especie de registo. «Dá mais peixe, tendo aqui a marca na igreja», ouvi a um pescador. Ha *marcas* noutras templos: na capela da Senhora do Desterro, na porta, porque dentro não ha móveis; na igreja da Misericordia, tambem numa cômoda ou mesa. Na Misericordia copiei as que reproduzo na fig. 67<sup>1</sup>.

No cemiterio da matriz vi um compartimento aberto, onde, em casotas, especie de armarios, se vêem muitas cavaeiras: fig. 68. Na

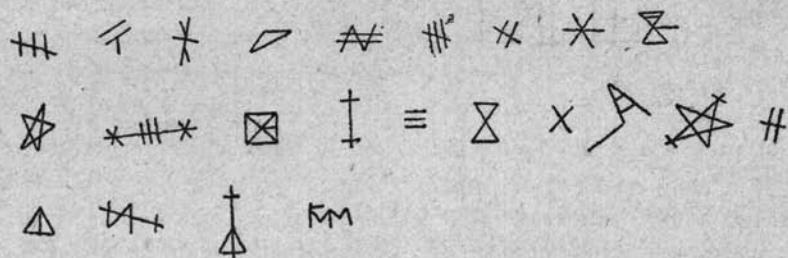


Fig. 67 — Marcas dos pescadores da Póvoa

ocasião em que das sepulturas da igreja se fazia a trasladação dos esqueletos para a «cisterna dos ossos» (ossuário), as famílias escolhiam as cavaeiras, e depositavam-nas ali, pondo por fóra as datas do falecimento, por exemplo: 1846, 1847, 1860 e tantos. A estas cavaeiras chamam «as cavaeirinhas». — Vi analogos compartimentos com cavaeirinhas na Misericordia. — Tais compartimentos lembram os columbaria dos Romanos; estes porém eram para conterem urnas com cinzas dos mortos (*ollae* cinerarias).

**COISAS VÁRIAS.** — Na Póvoa, como no Sul, vi espelhos de fechaduras com cruzes. — O fuso com que as mulheres torcem a lã e o algodão compõe-se de duas partes, «pau» e rodela: figs. 68 e 69. Quando o fuso pertence a familia de pescadores, estes põem marcas na rodela (como em tudo!), por exemplo: fig. 70. Á rodela ou volante de fuso chamavam os Romanos *verticillus*, e a nossa gente do Sul cha-

<sup>1</sup> Marcas de carácter primitivo foram estudadas de modo geral por Andree, *Etnographische Parallel. u. Vergleiche*, II, 74 sgs. Com relação á Suiça e outros países da Europa e de fóra, vid. *Archiv f. Volksk.*, XI 165, e XX 287 sgs.; e a Portugal, *Hist. do Mus. Etnol.*, p. 236. Cf. *Religiões*, I, 343-345.

ma-lhe *cosoiro*, como já noutros lugares tenho dito.—Um soldado, da Póvoa, tinha no antebraço direito a seguinte tatuagem, de côr azul: fig. 71, e na «tabaqueira anatomica» do mesmo lado cinco pontas, assim dispostas: fig. 72<sup>1</sup>. Foi um cabo da Ilha<sup>2</sup> que lhe fizera isto em Lisboa. O sino-saimão servia para o não empêcer coisa má<sup>3</sup>.—Para os bezerros não mamarem, ata-se-lhes na testa uma taboinha

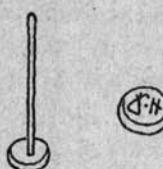


Fig. 68



Fusos da Póvoa



Fig. 69

Fig. 68  
cemitério  
da Póvoa

Fig. 72

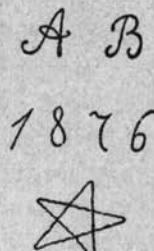


Fig. 71

com prégos voltados para fóra: quando eles abocam as têtas das mãis, estas picam-se nos prégos, e fogem: as taboinhas tem o nome de *barbilhos*. Nouras localidades *barbilhó* tem significação diversa, mas aplica-se a um objecto de uso semelhante (especie de freio de pau): vid. *Historia do Museu Etnologico*, p. 403.

A nossa estada em Vila-do-Conde e Póvoa foi rapida. D'ahi dirigimo-nos ao Porto. Depois de nova visita ao Museu do S.<sup>or</sup> Azuaga, em Gaia, que eu já havia descrito no *Arch. Port.*, I, 20 sgs., seguimos para Trás-os-Montes.

\*

No caminho para Vila-Real pousámos (Maximiano Apolinario e eu) na quinta de Mosteirô (Baião), onde o hoje falecido Manoel Nicolau Osorio Pereira Negrão nos acolheu com aquele cavalheirismo e afecto de que mais de uma vez tem sido feita menção na imprensa por nobres amigos e admiradores d'ele<sup>4</sup>. Manoel Negrão possuía uma colecção arqueologica modesta, onde porém havia um

<sup>1</sup> Tudo é extraido da minha carteira LVIII, 30.

<sup>2</sup> O nosso povo quando fala das Ilhas Adjacentes diz de modo geral «a Ilha».

<sup>3</sup> Aos cinco pontos costuma chamar-se «cinco chagas». Para o caso presente não tenho nota especial.—*Tatuagem* é palavra scientifica. O povo em diferentes partes diz *marca*; *marcar a tinta da China*; *um marcado* (= um homem tatuado).

<sup>4</sup> Vid.: Alexandre Cabral no *Arch. Port.*, I, 33; Antonio Cabral, *Camillo de perfil*, Lisboa 1914, p. 77.

ex-voto de bronze muito notável, que publiquei nas *Religiões*, II, 290. Ao tempo da minha visita, vi lá varias moedas romanas de Maxencio, Constantino ou Constante, Theodosio, Arcadio, e Valentiniano, achadas por aqueles sitios ou em Cárquere.

A propria quinta de Mosteirô foi estação romana: aí apareceu uma vez uma ara de Juppiter (*Corpus*, II, 5567), e aparecem a cada passo bronzes minimos, e fragmentos de tegulas e de loiça. De Cárquere falei no *Arch. Port.*, v, 206 sgs., e nas *Religiões*, III, 392, 440, 454 e 536. Negrão tinha então de lá um fundo de vaso arretino vermelho, em que se lia a seguinte marca figulina: fig. 73. O actual dono da quinta, meu primo Luis Negrão, neto de Manoel Negrão, conserva respeitosamente a colecção arqueologica de seu avô: todavia, como em Mosteirô ela pouco pôde ser visitada, lembro que, se passasse para o Museu Etnologico, receberia lá não só lugar condigno, mas constituiria perdurable e glorioso monumento consagrado á memoria do seu organizador, porque o nome d'este ficar-lhe-hia junto.

De Mosteirô fiz uma excursão a Mesão-Frio, onde tomei notas de literatura popular, que não posso aqui reproduzir, por não virem a propósito.

\*

Ouvi no comboio da Régoa que perto da aldeia de *Crastêlo ou Crestêlo*, onde parece que existe um *castro*, aparecem restos de construções antigas e barros romanos. Este Crastêlo fica ao pé de Fontes, no concelho de Santa Marta de Penaguião.—A palavra *Crastêlo* é diminutiva de *crasto*, tem como variante *Crestêlo*, que em algumas partes sóa *Cristêlo*, ás vezes escrita com *h*, por a suporem relacionada com *Christo*!

Em Santa Marta de Penaguião, por onde passámos (então ainda não havia o comboio que hoje liga a Régoa com Vila-Real), tomei nota do pelourinho: fig. 74.

\*

Em Vila-Real visitei a colecção arqueologica do D.<sup>or</sup> Henrique Botelho, prestimoso e bemquisto médico municipal, dado nas horas vagas a estudos de antiguidades,—e hoje tambem falecido.

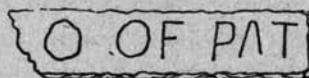


Fig. 73 — Marca figulina de Cárquere

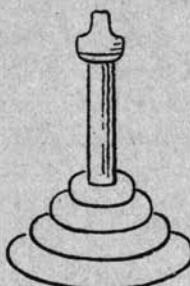


Fig. 74 — Pelourinho de Penaguião

A colecção constava de moedas romanas e portuguesas, e de objectos prehistoriclos aparecidos no distrito de Vila-Real (Alvão, Perafita<sup>1</sup>, Vidoal, Bojões). Depois da minha visita, o D.<sup>or</sup> Botelho tornou-se um dos bons protectores do Museu Etnologico, ao qual cedeu todas ou quasi todas as antigualhas que possuia, e as que ulteriormente pôde obter; foi alem d'isso colaborador efectivo d'*O Archeologo*. Pouco antes da sua morte um incendio devorara-lhe as moedas antigas, algumas de ouro, e valiosas.—Acêrca de Henrique Botelho vid. a noticia necrologica publicada n'*O Arch. Port.*, xiv, 255—256.

A uns quilometros de Vila-Real ha o célebre santuario lusitano-romano de Panoias, a que o povo chama «cidade das Panoias» ou «Panoiras», e liga lendas de Moiras (*passada da Moira*, etc.). Aí fomos, e aí colhi algumas das noticias que publiquei passados anos n'*O Archeologo* e nas *Religiões*. Este santuario é muito importante, e por mais que eu chame para ele a atenção das pessoas competentes, ninguem lhe acode, e ele vai desaparecendo a pouco e pouco, sob o camartelo estupido do pedreiro. Uma vergonha nacional! Quer no tempo da monarquia, quer no tempo da república, todos os meus clamores tem sido vãos! Panoias era um *serapeum* ou santuario de Serapis, como mostrei nas *Religiões*, iii, 345 e 465; aí se conserva uma inscrição greco-latina, unica no seu genero em Portugal; aí ha cavidades sagradas, abertas em rochedos. Que mais era preciso para que os Vilarealenses velassem por este tesouro?—Perto do santuario devia haver um povoado. Por ali se encontram inscrições romanas funerárias, moedas de bronze e de ouro (por exemplo um *aureo* de Nero com *Juppiter Custos*, como me informou o Ab.<sup>e</sup> Manoel de Azevedo, que foi colaborador d'*O Archeologo*); tambem apareceu um fragmento de joia de ouro, que provavelmente se fundiu.

\*

De Vila-Real partimos para o concelho de Vila-Pouca de Aguiar, onde o Rev.<sup>o</sup> José Rafael Rodrigues, que conhece e ama as antiguidades da região, nos mostrou algumas que estavam a geito.

---

<sup>1</sup> Em Perafita ha antas com mamôa. O povo dá o nome de *madôrras* ou *madôrnas* ás antas assim providas de mamôa. *Madôrra* está por *modorra* e *medorra*. Diz Viterbo que *modorra* é um «monte de pedras miudas ou cascalho» (*Elucidário*, s. v.), o que convém perfeitamente a um dolmen com seus *tumulus*. O etimo suponho ser o latim *meta* «montão» + suf. -*ôrra*.

No adro da igreja de Telões<sup>1</sup> vimos o célebre busto lusitano-romano de Capeludos, pousado numa parede, como um bispo, de mitra: este busto veio depois para o Museu, e foi desenhado e estudado no *Arch. Port.*, VII, 23 sgs., e nas *Religiões*, III, 54-55.

Na mesma freguesia de Telões, num alto, d'onde se goza belo panorama, vimos o «Castelo dos Mouros», que foi realmente um castelo, erguido sobre penedos, que nuns pontos servem de muralha, fazendo parte d'ela, e noutros ficam dentro do edifício. Nas paredes de um recinto fechado e abobadado estão insculpidas as marcas de canteiro que vão transcritas abaixo: fig. 75.—Duas lendas ouvi referidas ao castelo. 1) Uma vez vinham dois homens a cavalo, da feira de S. Miguel, e encontraram-se aqui, perguntando um ao outro para

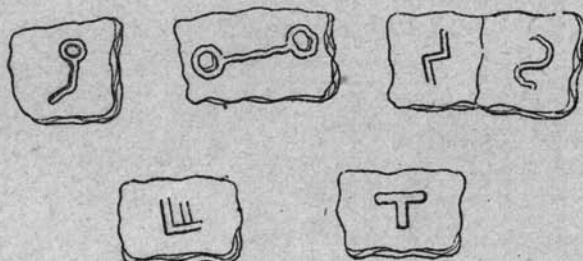


Fig. 75—Marcas de canteiro: castelo de Vila Pouca de Aguiar

onde ia. Um respondeu que ia para Tourencinho; o outro disse: *eu sou de perto*, e assim que o disse, fez que o cavalo dësse com as patas numa fraga, que se abriu; o homem ficou lá dentro encantado<sup>2</sup>. 2) Viviam outr'ora neste castelo um homem e sua mulher. O homem precisou de tratar da vida, e saiu para longe. Passados tempos, a mulher ouviu dizer que o homem morrera, e mandou celebrar ofícios por alma d'ele na igreja de Telões, fazendo juntamente voto de não tornar a casar. Um dia bateram á porta do castelo: era o marido, mas a mulher não o quis receber logo, e só o recebeu depois de ele lhe dar certos sinais (como na xacara da *Bela Infanta*).

Ao pé de Telões ha um penedo que tem uma cavidade grande, de forma de çapato, mas onde cabe um homem deitado. O povo cha-

<sup>1</sup> Telões ou Tellões provém do genitivo medieval *Tellonis*: originariamente *villa Tellonis*, «quinta de Tello ou Telor». Depois começou a usar-se simplificadamente só o genitivo, que com o andar do tempo veio a significar por si só o local.

<sup>2</sup> Já me referi a uma lenda semelhante nas *Religiões*, I, 182 (nota). Conheço outras pelo país.

ma-lhe *Penedo da Passada*, e diz que é a passada de S. Cristovão, de quando por ali passou para a sua capela no concelho de Vila-Real.—*Acérca de outras pégadas maravilhosas*, vid. *Religiões*, I, 381 sgs.

É d'estes sitios, obtida na mesma ocasião, a pia sepulcral de granito que foi desenhada no *Arch. Port.*, XI, 369, e tem no fundo, por dentro, uma inscrição de difícil leitura. Apareceu numa bôica pertencente ao Rev.<sup>º</sup> Rafael Rodrigues, próxima à Povoação, freguesia de Goivães da Serra.—Disse-me ele que a uns 2 quilometros do local

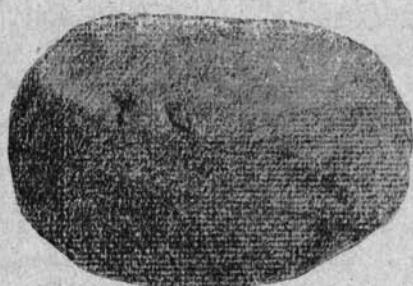


Fig. 76

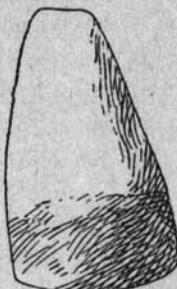


Fig. 78



Fig. 77



Fig. 79

em que apareceu esta pia, havia umas dez ou doze abertas num mesmo penedo.

No dia 26 de Setembro fomos ás Arcas de Carrazedo do Alvão. No presente caso *Arcas* tem o sentido de «dolmens» ou «antas», pois há aqui muitos d'estes monumentos. Da carteira do S.<sup>or</sup> Maximiano Apolinario extráio as seguintes notas: «No sitio que chamam *Fundo das Arcas do Carrazedo*,—situado numa vasta bacia, rodeada por montes, e cortada ao fundo pelo rio Póvoas<sup>1</sup>, que corre para o Poente, está um grupo de muitas antas. Pelo S. d'esta bacia, e correndo no sentido NW.—SE., está a serra do Sabugueiro. Pelo Poente e pelo N.

<sup>1</sup> [Este rio ou ribeiro tambem se chama *da Rebolga*.—J. L. de V.]

elevam-se os contrafortes da Serra do Alvão. Fecha a bacia pelo SE. um dos contrafortes da serra do Sabugueiro. Esta bacia mede de raio uns 500 metros. As antas avultam nesta região baixa, de pequeno

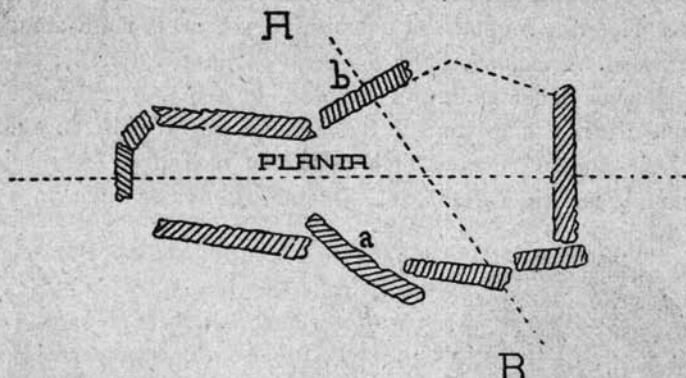


Fig. 80

relêvo, pelas mamôas que se elevam sobre o solo. São nesta região em numero de nove, estando oito na vertente direita do rio, e uma na esquerda. O solo superficial é formado por uma camada de terra vegetal, cuja espessura, junto do rio, é nalguns pontos 1<sup>m</sup>,5. Inferiormente está uma camada de aluvião, formada por detritos de granito, e grandes calhaus rolados. Este deposito encontra-se nas margens do rio». Já me referi ás antas ou dolmens de Carrazedo nas *Religiões*, I, 254 e 328, e no *Arch. Port.*, I, 358. No mesmo periodico tratou tambem do assunto o Rev.<sup>º</sup> Rafael Rodrigues: I, 36 sgs. e 346 sgs.

O Rev.<sup>º</sup> Rafael Rodrigues permitiu-me fazer algumas pesquisas nos dolmens que ele, com o S.<sup>or</sup> P.<sup>o</sup> Brenha, explorára: e fizemo-las, de facto, o que nos levou só um dia, e incompleto. No n.<sup>º</sup> 9 (reporto-me aos numeros que o S.<sup>or</sup> Rodrigues adoptou no citado volume do *Arch. Port.*, p. 347 sgs.) achámos duas pedras de granito pequenas: uma é achatada, de secção eliptica (eixo maior 0<sup>m</sup>,089), e tem as duas superficies poídas, como de moer: a outra, quebrada, é roliça, alongada e achatada, mede de comprimento 0<sup>m</sup>,104, e tem nas superficies vestigios de ter servido de aguçadeira. Vid. figs. 76 e 77. O dolmen n.<sup>º</sup> 5 era ladrilhado, e por causa das excavações aí feitas pelo Rev.<sup>º</sup> Rodrigues e Brenha, tinha a camara quasi completamente des-



Fig. 81

truida, e o chapeu, ou tampa, atirado para o lado. Acêrca do n.<sup>o</sup> 7 tomou o S.<sup>or</sup> Maximiano Apolinario os seguintes apontamentos: «Na camada de terra vegetal revolvida achou-se um machadinho e alguns restos de ceramica antiga. O solo primitivo que se encontra abaixo da camada de terra vegetal era constituido por areia solta amarela, de grão grosso. A camara tinha pequeno perimetro (6<sup>m</sup>,15); os esteios (sete) apenas assentavam na camada de areia, e tinham tambem pequena altura; medi um, 1<sup>m</sup>,50. Estava desprovida de chapeu, e da galeria apenas restava uma pedra ou encontro. Os esteios são de granito, galeria voltada ao Nascente. A mamoa rodeava o monu-



Fig. 82



Fig. 83



Fig. 84



Fig. 85

mento até certa altura. O nível na parte superior da mamoa, com relação ao esteio mais alto, é de 0<sup>m</sup>,50». Achou-se aí tambem um rebolo pequeno. Do machadinho dou um desenho na fig. 78, de tamanho natural. No dolmen n.<sup>o</sup> 4-A, já apenas com dois esteios, fig. 79, e vestigios de corredor, apareceu outro fragmento de vaso de barro, com um buraco. Acêrca da anta n.<sup>o</sup> 3 tomou o S.<sup>or</sup> Maximiano Apolinario os seguintes apontamentos na sua carteira: «O esteio da cabeceira está colocado quasi verticalmente, inclinando-se levemente para dentro. Os dois laterais tem tambem pequena inclinação, e, como o primeiro, achavam-se cortados ou partidos. Os que formavam a entrada estavam inteiros. O dolmen não tinha chapéu, e os restos da mamôa acentuavam-se até ao nível dos esteios partidos. A galeria formada de duas pedras compridas é fechada no topo por pedras pretas de esbarro, e de pequenas dimensões, no sentido vertical.

A espessura média das pedras é 0<sup>m</sup>,20. Espessura da camada de terra vegetal que ocupava as galerias e a camara: 0<sup>m</sup>,70. Os esteios internos subiam 0<sup>m</sup>,90 acima do solo externo. Planta: fig. 80. Os esteios *a* e *b* tem de inclinação média 50°. Os da galeria estão postos a prumo. Raio da mamoa: 9<sup>m</sup>,5». Nesta anta n.<sup>o</sup> 3 achou-se o seguinte: um objecto de granito, de forma de esfera achatada num dos polos até 1/3 do diâmetro, que é de 0<sup>m</sup>,74 (deve ter servido de mó: rebolo que se foi gastando com o atrito), vid. fig. 81; um percutor feito de um seixo rolado de 0<sup>m</sup>,104 de comprimento, alongado e irregular (tem vestígios da percussão nos dois topes; um dos bordos está um pouco poído, de ter feito fricção) fig. 82; uma lâmina de faca de silex branco, levemente encurvada, de 0<sup>m</sup>,081 de comprimento, e de secção trapezoidal, fig. 83; outra lâmina quasi inteira, menos encurvada que a anterior, mas da mesma rocha e forma com o comprimento de 0<sup>m</sup>,085, fig. 84: uma folha de lança, de Calcedonia, com ponta nitida, e os bordos muito bem denteados, folha que mede 0<sup>m</sup>,095 de comprimento, e é, neste género, uma das mais belas peças do Museu, fig. 85.

Na Coitada da Reholga, na margem direita da ribeira da Rebolga, ha uma anta pequena, só com tres esteios, e pouco elevada mamoa. N.<sup>o</sup> 11-A. Nada continha. Planta: fig. 86.

\*

Notícias várias que colhi na mesma ocasião:

Na «eveiga» das Charnescas<sup>1</sup>, ao pé das Arcas, ou dolmens de que acima se falou, apareceram fragmentos de telha de rebordo.

Ao pé de Biduêdo, freguesia de Santa Marta (concelho de Vila-Pouca) ha, ao que me informaram, uma fraga chamada *da Pomba*, que «tem letras», e «tem uma pomba».

Sobre Lago-Bom, ao pé das Pedras Salgadas, ha um monte chamado *Os Castelos*, onde se vêem restos de alicerces de muralhas. Em tempos apareceram lá «espadas». Tudo «do tempo dos Mouros». — Colhi estas informações em Lago-Bom: referem-se evidentemente a um castro.



Fig. 86

<sup>1</sup> Assim se diz. Certamente por *Charnecas*. Na lingua comum não ouvi este vocabulo, sómente no onomástico.

Em Cidadelha, concelho de Vila-Pouca, ha outros «castelos», ao que me disseram. Talvez tambem um castro.

Sobre a aldeia de Bornes (Vila-Pouca) ha um monte chamado *Castelos*.—Outro castro?

A 1 quilometro *plus minus* de Biduêdo, frèguesia de Alvadia, concelho de Ribeira de Pena, ha um dolmen (falo tambem por informaçôes).

Por cima do Murão, frèguesia da Cerva, do mesmo concelho de Ribeira de Pena, ha um *Alto dos Moiros ou Outeiro dos Moiros*, com

uns calços ao redor; em cima é «praino», e tem varios *murgalhos de pedras* (monticulos). De certo um castro. Aí apareceram umas *caldeirêlas* de metal com *dinheirêlo fraquêlho*, mas quem as achou sumiu-as.



Fig. 87



Fig. 88

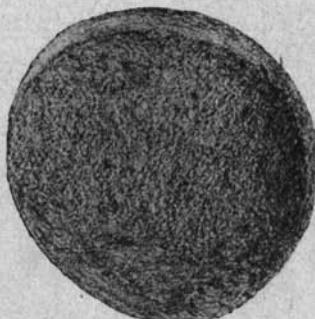


Fig. 89

Em Santa Olaia, frèguesia do Salvador, do mesmo concelho de Ribeira de Pena, ha outro *Alto dos Moiros*, onde apareceram em 1895 «umas contas de oiro», e uma «irgola», o que tudo foi vendido. O *Alto* deve ser um castro; a «irgola» seria um bracelete; as «contas» não sei o que seriam.

Em Carviçaes, concelho de Moncorvo, ha um sitio chamado Cigadonha (ou Cidadonha?), e aí um alto chamado *Castelo dos Moiros*, «com paredão em volta». Será castro? Ao pé do Castelo, em baixo, ha uma fraga «com um gato pintado».—O povo interpreta geralmente por figuras de animais, de partes do corpo humano, e de objectos caseiros, as excavações naturais ou artificiais (insculturas) que se notam em certos rochedos.

\*

O S.<sup>or</sup> P.<sup>e</sup> Rafael Rodrigues possuia uma colecção de antigualhas prehistoriccas na sua residencia (Telões), e teve a bondade de dar-

me algumas para o Museu, entre elas as seguintes que aqui copio: fig. 87, machado de diorite, de 0<sup>m</sup>,098 de comprimento, secção sub-quadrangular, gume afiado, extremidade oposta ao gume curva, faces trapezoidais e bombeadas; fig. 88, metade de uma goiva, da mesma pedra, de 0<sup>m</sup>,0515 de comprimento (creio que é esta a primeira goiva prehistorica, de que ha noticia, encontrada no Norte); fig. 89, seixo

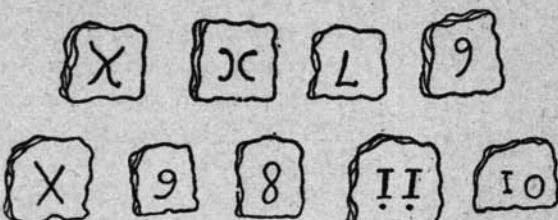


Fig. 90

rolado, de fórmia de rodelha, com os bordos poídos, de se ter executado com a pedra fricção prolongada: diametro maior 0<sup>m</sup>,67 (conheço na nossa arqueologia várias outras pedras d'este tipo).

De Vila-Pouca partimos para Chaves, aonde chegámos em 29 de Setembro.

\*

Na ponte româna de Chaves copiei várias marcas de canteiro, que se vêem debaixo dos arcos, como: fig. 90. Elas mostram que a ponte foi emendada: de facto estão em pedras mais brancas, e mais novas; nas mais negras e mais velhas não vi marcas.

Em Bóbeda copiei a inscrição que foi publicada no *Arch. Port.*, II, 130, e obtive metade de um machado paleolítico de silex, do qual já falei na *Hist. do Museu*, p. 132. Vid. figs. 91 e 91-a (perfil). Este fragmento de machado, que mede de comprido 0<sup>m</sup>,131, e é, quanto sei, o primeiro instrumento paleolítico do Norte que se publica pela imprensa, foi-me oferecido pelo S.<sup>r</sup> José Homem Pizarro, que possuia uma colecção arqueologica em sua casa: machados de pedra, cossos de barro, pesos ou *pondera* da mesma substancia, um d'eles com uma marca de fórmia de «X», etc.



Fig. 91



Fig. 91-a

Dizendo Argote que na Granjinha, arredores de Chaves, havia inscrições romanas (*Corpus*, II, 2472 e 2475), fui lá para as ver: já não as encontrei; em compensação encontrei duas pedras importantes, da mesma época: uma é o fragmento de uma estatua que representa

Venus no banho, e estava dentro da capela de S. Silvestre; a outra estava servindo de degrau numa casa particular. Ambas estas pedras as reproduzirei noutro artigo.

A capela de S. Silvestre constitue um bom espécime de arquitectura românica, e merece que a classifiquem como monumento nacional.

#### Notícias avulsas:

Ouvi dizer que na Serra do Boqueiro, freguesia de Val d'Anta (concelho de Chaves), num sitio chamado Outeiro Machado, ha pedra que tem figuras esculpidas, tais como colhères, sertãs, etc.—O nome *Val d'Anta* tambem é, só por si, bastante evocativo de cousas do passado.

Informaram-me que ha um castro em Santa-Valha, concelho de Valpaços.—Incidentemente notarei que *Santa Valha* quer dizer *Santa Eulalia*, nome que deve ter sido (se não o é ainda) o da padroeira do lugar.

Tambem me constou que em Viade, numa calçada, havia «uma pedra antiga».

Todas estas notícias as colhi em Chaves.

\*

Na fig. 92 vai reproduzido o peso de barro romano de Tomar (*Segunda Nabancia*) a que me referi supra p. 143.

#### 78.—Carrascal (Leiria)

Em campos vizinhos do lugar do Carrascal, freguesia de Santa Margarida (Leiria) aparecem «telhões grandes», e pesos de barro,—ao que me disseram. Tambem me disseram que no sitio das Colmeias, ao pé do referido lugar, ha pedras «com letras» (em terreno dos herdeiros de Maria Sutil).—Tomei estas notas em Dezembro de 1895.



Fig. 92

**79.—Senhora da Graça de Nisa**

Dizem que a vila de Nisa fôra antigamente no monte da Senhora da Graça, onde ha uma capela, e onde aparecem ruinas (restos de casas, tijolos etc.). Ouvi isto em 1895.—Ha a respeito de Nisa uma obra intitulada *Historia de Nisa*, pelo D.<sup>or</sup> Graça, 2 volumes.

**80.—Mina de S. Domingos**

Apareceu lá um aureo de Nero em cujo R<sub>x</sub> se lê: CONCORDIA AVGVSTA.—Nota tomada em 1895.

**81.—Covas da Adiça**

Disseram-me (1895) que na serra da Adiça, perto do Caminho de Val de Vargo para Moura, havia grutas, chamadas «Covas da Adiça». Serão prehistoriccas?

**82.—Foz do Sabor**

Ouvi dizer (1895) que na Foz do Sabor, na Castanheira, havia um dolmen derruido, e que ao pé havia uma pedra «com letras». Estas «letras» serão insculturas prehistoriccas?

**83.—Torres Novas**

Disseram-me (1895) que em Torres Novas, perto da igreja de S. Pedro, havia uma casa construida de poucos anos, a qual tinha uma soleira com uns «desenhos exquisitos».

**84.—Gouveia**

Segundo informações que colhi em 1895, ha ao pé de Gouveia, para quem vai pela estrada para a Serra, um penedo com «còvinhas».

**85.—Atei**

Consta-me que (1895) ao pé de Atei, concelho de Mondim de Basto, aparecem «cousas antigas» no monte dos Palhaços, e que em Vilar de Viande, no mesmo concelho, ha uma «citania».

**86.—Anta de Val d'Asna**

Na herdade de Val d'Asna, frèguesia de S. Romão, concelho de Montemór-o-Novo ha um alto «onde estão umas pedras a pino, a que chamam *Pedra d'Anta*».—Informação colhida em 1895.

**87.—Anta de S. Brissos**

Na frèguesia de S. Brissos (Montemór-o-Novo) ha uma herdade chamada «Anta», onde, ao que me disseram (1895), existe uma anta.

**88.—Freixeda do Torrão**

Disseram-me (1895) que na Freixeda do Torrão (concelho de Figueira de Castelo-Rodrigo) havia uma pedra com uma inscrição.

**89.—Herdade de S. Domingos**

Na herdade de S. Domingos, concelho de Alcacer do Sal, ha, ao que ouvi (1895), uma pedra «em que apareceu S. Domingos».

**90.—Antas de Arraiolos**

Disseram-me (1895) que ha algumas dezenas de antas nas seguintes herdades do concelho de Arraiolos: Claros-Montes (umas seis ou oito), Preta (várias), Azinheira de Ter (várias), e que tambem ha uma ao pé da herdade de Bate-Pé, que fica a duas legoas de Arraiolos.

**91.—Anta furada?**

Em 1896 informou-me uma pessoa, digna de todo o crédito, que na herdade de Santa Agueda, freguesia de Odivelas, concelho de Ferreira do Alentejo, vira os esteios de uma anta, tirados do seu lugar, e que uma d'eles tinha um orificio. Os esteios eram de calcareo.

**92.—Antigualhas dos arredores de Setubal**

Notas tomadas em 1896, em companhia do S.<sup>or</sup> Marques da Costa:

Em Alferraria ha restos romanos de casas, e ao pé aparecem pedaços de tegulas, de imbrices, de *opus Signinum*; tambem apareceu um pilar de marmore.

No sitio da Pena, NW. de Setubal, ha grutas. O S.<sup>or</sup> Marques da Costa achára num campo vizinho um pedaço de chapão de lousa prehistoricó, e ossos humanos.

No sitio da Fonte da Rotura, onde ha grutas, deu-me uma mulher um instrumento de pedra polida, e um pedaço de lousa, que talvez fizesse parte de um artefacto prehistoricó.

Nas duas margens da ribeira da Ajuda ha restos de tanques romanos (cetárias), muitos fragmentos de *opus Signinum*, de potes de barro e de outros vasos.

Na Rasca, proximo da ribeira, ha igualmente cetárias.

Ás antiguidades de Alferraria se refere o S.<sup>or</sup> Marques da Costa no *Arch. Port.*, II, 10-11; ás da Pena e Rotura dedica no mesmo periodico, vol. VII a XV, um excelente trabalho, de que depois fez separata com o titulo de *Estações prehistoricicas dos arredores de Setubal*, Lisboa 1910, volume de 145 paginas, com muitas estampas.

## 93.—Dolmen de Montabrão

D'este dolmen fala Carlos Ribeiro nos *Estudos Prehistóricos*, I, (1880), 9 sgs., onde lhe consagra belas páginas.—Tendo eu ido ao local em 1896, tomei os seguintes apontamentos:

O dolmen está ainda em parte soterrado, e de certo na primitiva foi todo coberto. O terreno é descampado, e nu de arvoredo; quasi bastava a ação atmosférica para esborrar a mamoa. A tampa acha-se tombada, apenas apoiada em alguns esteios: por isso os pastores, tapando as fendas com pedras miudas, ajeitaram aquele recanto do dolmen para fazerem uma *casinola*<sup>1</sup> contra a chuva.—O povo chama ao dolmen *Casa dos Moiros*.

\*

N. B.—Todos os desenhos, com excepção dos n.<sup>os</sup> 7 a 9, 11, 16, 19, 20, 46 a 48, 55 a 58, 76, 77, 81, 82, 87 a 89, e 92, foram feitos pelo Desenhador do Museu, Saavedra Machado, ou directamente dos objectos, quando existentes no Museu, ou por esboços que eu trouxe das excursões. Os que tem os citados números foram feitos pelo preparador interino, Ruy Sedas Pacheco.

J. L. DE V.

**Medalha conferida pelo Príncipe Regente,  
D. João, a dois italianos que salvaram a igreja e hospital  
de Santo António dos Portugueses, em Roma**

Da colecção iniciada por José Lamas

Na orla, a legenda, que começa do lado esquerdo em baixo: IOHAN · BRASIL · PRINCEPS LVSTITAN · REGENS. Busto do Príncipe Regente, voltado de perfil para a direita, deserto, com uma trança de cabelo caída para as costas e atada com um laço; com colarinho de renda, vestuário ornamentado, e manto, do qual apenas se vê uma parte em frente do peito, a tiracolo. No exergo, por baixo do corte do braço, a assinatura: G. HAMERANI || 1800.

<sup>1</sup> Esta *casinola* (que não é forçoso se construa num dolmen, mas se pode construir de pedras soltas, em qualquer sitio) é do mesmo tipo da *casola*, de que falei na *Hist. do Museu*, p. 57. No Alentejo os pastores fazem contra a chuva um *abriga*, com uma *cancela* e uma *pasta*, fabricadas de varas de alandro, piorno e palha centeia: a *pasta* encosta-se á *cancela*, e forma com ela angulo diedro, prolongando-se porém esta mais que a outra; o perfil ou corte é assim: λ. Tanto a *casinola* e *casola*, como o *abriga*, reproduzem tipos primitivos de habitação. Os selvagens modernos oferecem também muitos exemplos.

B. Na orla, coroa feita com dois ramos de louro cujos pés se cruzam em baixo e cujas pontas quase se tocam no alto. Ao centro, em oito linhas horizontais, a inscrição: FIDELI || DE SANCTIS || ET || TOMAE HERCVLANIO || OB TEMPLVM || S. ANTONII DE VRBE || SERVATVM || MDCCIC (*sic* = 1799)<sup>1</sup>.

Æ. Diâmetro: 50 milímetros. M. b. c. O rebordo está mal acabado e como que um pouco rebatido a martelo. Muito rara.

A existência desta medalha é já de há muito conhecida por uma notícia histórica, muito interessante, intitulada: *Dois Italianos Benemeritos*, publicada por Ribeiro Guimarães no seu *Summario de Varia Historia*, Lisboa 1873, vol. III, pp. 183 sgs.<sup>2</sup>. Quando lêmos esta notícia, que achámos interessantíssima, nem sequer nos passou pela mente a ideia de que seria possível alcançarmos um dia um exemplar da medalha, da qual, para mais, supúnhamos existirem sómente dois exemplares de ouro; no entanto, ficou-nos bem gravada na memória a descrição dela. Felizmente, porém, enganámo-nos: passado pouco tempo foi-nos enviado pelo falecido negociante de moedas de Amsterdam, Schulman, o catálogo das *Collections de M. Egbert Smilda à Utrecht de feu M. le Colonel J. A. Ort à la Haye de M. le Dr. Manoel Ramos de Pilar de Alagoas* — cuja venda em leilão devia realizar-se em Dezembro de 1908 —, onde, a p. 114, sob o n.º 2162, deparámos com a descrição de um exemplar de cobre da medalha, com a indicação de *fort rare*. Oferecemos por ele até 27 florins e obtivemo-lo por 24.

A aquisição do exemplar da medalha fez despertar em nós a curiosidade de sabermos mais pormenores da história dela, e como Ribeiro Guimarães não citava o local aonde se encontravam os documentos que se lhe referem e que por ele haviam sido consultados, tivemos de os procurar. Fomos encontrá-los no *Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, na caixa n.º 8 da *Legação de Portugal em Roma (correspondencia antiga)*<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Não ha dúvida de que este milésimo está assim escrito e, além disso, corresponde à data do facto a que a medalha se refere.

<sup>2</sup> Deu-nos conhecimento desta notícia o falecido bibliófilo Aníbal Fernandes Tomás.

<sup>3</sup> São os seguintes:

a) Despacho n.º 17, do ano de 1799, de 25 de Outubro de 1799 ao qual estão reunidos os dois documentos que se seguem (*b* e *c*);

b) Escritura ou Instrumento de aforamento perpétuo a favor de Fedele de Santi, do domínio útil da Igreja, e casa anexa, de Santo António dos Portugue-

No presente trabalho, que é como que um suplemento à notícia dada por Ribeiro Guimarães, vamos tornar conhecida a estampa da medalha e refazer a história desta acrescentada com alguns pormenores, colhidos nos documentos supra citados, que aquele autor não mencionou, sem contudo desprezarmos o trabalho de Ribeiro Guimarães, que muito apreciamos, visto ter sido por ele que tivemos conhecimento da medalha e da respectiva história.

Em 1799 os franceses invadiram a cidade de Roma e cometaram ali, como costumavam, várias espécies de desacatos e vandalismos, como se pode, em parte, ajuizar pelas seguintes passagens do despacho que o nosso Encarregado de Negócios junto da Santa Sé, Luís Álvares da Cunha Figueiredo, dirigiu de Roma, em 25 de Outubro de 1799, a Luís Pinto de Sousa Coutinho: «Tendo partecipado a »V. Ex.<sup>a</sup> na minha precedente, q<sup>r</sup>. das cartas de Veneza dependeria »a minha partença p.<sup>a</sup> o Conclave, ou p.<sup>a</sup> Roma, dandome aquellas »huns quinze dias de tempo, deste me aproveitei, e entrei posso dizer »no sitio onde foi Roma; esta se não conhece, poquissimas Igr.<sup>as</sup> »existem, tendo sido as outras vendidas a pessoas que as demolirão »p.<sup>a</sup> se aproveitarem dos materiaes, e meterem em humas tavernas, »em outras carruagens etc. Os melhores Palacios se achão não som.<sup>te</sup> »sem paratos, quadros etc., mas todos ruinados tendolhes tirado »a the as cinturas de ferro, q<sup>r</sup>. passavão de huma a outra parede; a

---

ses em Roma, feito por notário público em 25 *Fiorile* (Floréal), do ano 7.<sup>o</sup> da era republicana e 2.<sup>o</sup> da república romana. Está redigido em italiano e tem a seguir um auto de avaliação dos edifícios feita por um arquitecto, e duas declarações de que o contrato de enfeiteuse era feito não sómente com Fedele de Santi, mas também com Tomasso Ercolani porque os dois se tinham, para aquele fim, constituido em sociedade;

c) Auto de cedência da Igreja, e casa anexa, de Santo António dos Portugueses em Roma, feita à Corte de Portugal por Tomasso Ercolani. Está também redigido em italiano.

Tanto este documento como o antecedente, são trasladados feitos por notário, tendo ambos o competente sinal dêste;

d) Despacho n.<sup>o</sup> 18, do ano de 1799, datado de Veneza, 18 de Novembro de 1799;

e) Despacho n.<sup>o</sup> 19, do ano de 1799, datado de Veneza, 22 de Novembro de 1799;

f) Despacho n.<sup>o</sup> 9, do ano de 1800, datado de Roma, 19 de Abril de 1800;

g) Despacho n.<sup>o</sup> 18, do ano de 1800, datado de Roma, 25 de Agosto de 1800;

h) Despacho n.<sup>o</sup> 27, do ano de 1800, datado de Roma, 25 de Dezembro de 1800;

i) Despacho n.<sup>o</sup> 1, do ano de 1801, datado de Roma, 10 de Janeiro de 1810;

»cid.º sem populaçao, e a poca (*sic*) gente, q'. se encontra he de tal forma reduzida, q'. parece hum hospital de convalescentes; finalm.<sup>te</sup> toda a nobreza se acha reduzida a huma consternação indizivel sem carruagem, cavallos, e m.<sup>tos</sup> sem criados, apontarei por exemplo a caza Altieri, que m.<sup>tas</sup> vezes passou sem jantar.

»Devo atribuir a milagre de S.<sup>to</sup> Ant.<sup>º</sup> o ser izenta de tanta calamid.<sup>e</sup> a Real Igr.<sup>a</sup>, sendo esta, ainda q'. pequena, huma das mais bellas, e ricas de dourado, e marmores, foi salvada por hum carpinteiro de carruagens, q'. comovido de hum justo zelo a comprou com preteixto de fazer hum armazem, entregando imediatam.<sup>te</sup> as chaves ao meu secretario, rezervando-a assim de todo o insulto: as cazas a ella pertencentes forão todas dadas em Enfiteuze com Instrumentos publicos em nome da Republica Franceza, de q'. não remetto copias, julgando-as inuteis<sup>1</sup>.

Vê-se por este despacho que a Igreja e casa anexa de Santo António dos Portugueses, em Roma, estiveram seriamente ameaçadas de serem destruídas ou profanadas pelos franceses, como havia sucedido a vários outros edifícios, mas que foram salvas... por *milagre de S.<sup>to</sup> António*. A forma como o *milagre* se operou consta dos *Instrumentos públicos* que acompanham o despacho supra transcrito: dois beneméritos italianos, ambos carpinteiros de carruagens, ao que

---

todos êstes despachos estão assinados pelo Encarregado de Negócios de Portugal em Roma, Luís Álvares da Cunha Figueiredo, e são dirigidos a Luís Pinto de Sousa Coutinho.

São estes os documentos que se referem propriamente à medalha; vem, no entanto, a propósito dizer que no mesmo arquivo existem quatro caixas que tem por fora o distico de *Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma*, nas quais estão guardados importantes documentos referentes à administração da referida Igreja, a reformas de estatutos por que ela se tem governado, e a vários outros assuntos.

Um outro documento, muito curioso por conter a história resumida da Igreja referida, é uma *Refleção* (*sic*), apensa ao despacho de 25 de Janeiro de 1802, que se acha arquivado na caixa n.<sup>º</sup> 8 da *Legação de Portugal em Roma*. Vários outros despachos da mesma caixa referem-se ao assunto.

Cumpre-nos agora declarar que na busca dos documentos que acabámos de apontar nos prestou valioso auxílio o muito digno e ilustrado arquivista do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Sr. José Carlos Pinto Garcia, a quem por isso nos confessamos, mais uma vez, muito gratos.

<sup>1</sup> Apesar desta declaração, os documentos a que o Encarregado de Negócios se refere encontram-se no *Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros* reúnidos ao despacho que acabámos de transcrever, certamente porque o Encarregado, mudando de opinião, resolveu enviá-los.

parece, Fedele de Santi e Tomasso Ercolani, movidos por piedoso zélo e desejosos de praticarem uma boa ação, tanto em beneficio da religião que êles professavam como da Corte de Portugal, resolveram evitar a profanação e ruina dos referidos edifícios tomindo-os por aforamento, com o pretexto de neles fazerem um depósito ou armazém, mas com a idea, preconcebida, de os restituírem à Corte de Portugal, na primeira oportunidade.

O contrato de enfiteuse foi lavrado em Roma, na secretaria da administração francesa (antigo colégio germânico), por um notário público, em 25 do *Fiorile* (Floréal), do ano 7.<sup>º</sup> da era republicana, e 2.<sup>º</sup> da república romana (14 de Maio de 1799), outorgando nele, em primeiro lugar o *cidadão* Reboul, agente do comissário civil da república francesa em Roma, e em segundo lugar o carpinteiro Fedele de Santi, que aceitou por si, e por seus herdeiros e sucessores, tomar perpétuamente por enfiteuse o domínio útil da Igreja e casa anexa, denominada de Santo António dos Portugueses, com a obrigação de pagar anualmente à Academia de França, ou a quem esta devolvesse esse direito, em duas prestações, a quantia de vinte e cinco escudos, *mtā* (moneta) *efettiva d'Argento da paoli X*, quantia que correspondia ao têrço do rendimento anual que os referidos edifícios deviam ter, ou sejam 75 escudos, segundo uma avaliação préviamente feita pelo arquitecto Sublegras.

São sete as condições exaradas no contrato.

Na primeira declara-se que, devendo a concessão enfiteutica considerar-se feita a partir do dia em que o contrato se assinou, ficariam a pertencer ao enfiteuta, desde esse dia, todos os rendimentos da dita casa;

Na segunda declara-se que o domínio directo e propriedade da casa, ainda que esta com o andar dos séculos fosse totalmente renovada desde os alicerces, pertenceria sempre à república francesa, e para que disso nunca se perdesse a memória, ela reservava-se o direito de mandar colocar no muro da dita casa, do lado da rua pública, uma lápide com uma inscrição indicativa da referida propriedade;

Na terceira reconhece-se ao enfiteuta e aos seus herdeiros e sucessores, o direito de fazerem na casa os melhoramentos, acomodações e reparações que entendessem, devendo, porém, a casa conservar sempre o aspecto característico desta especie de edificação;

Na quarta ficou consignado que, se o enfiteuta faltasse, durante dois anos consecutivos, ao pontual pagamento do fôro, e se não mantivesse a casa no estado decente em que se encontrava, a Academia de França, ou a pessoa a quem ela devolvesse esse direito, ficava

com a faculdade de declarar consolidado a seu favor o domínio útil com o domínio directo, da referida casa;

Na quinta proíbe-se ao enfiteuta e aos seus herdeiros e sucessores, o venderem, alienarem, permutarem ou disporem *inter-vivos* ou *mortis-causa*, da dita casa e Igreja, quer no todo, quer em parte, a favor de pessoas poderosas, lugares pios, conventos, mosteiros, casas religiosas e de *mão-morta*; caso contrário, ficaria consolidado o domínio útil com o directo a favor da Academia de França;

Na sexta impõe-se ao enfiteuta o encargo do pagamento de todas as despesas com escrituras, autos, cópias, etc., de modo que a Academia de França delas ficasse sempre liberta;

Na sétima compromete-se o enfiteuta a conservar e guardar a casa como bom enfiteuta.

A seguir a estas condições, que estão numeradas, encontra-se no contrato uma cláusula que proíbe ao enfiteuta, e aos seus herdeiros e sucessores, o remirem o fôro anual em tempo algum, mesmo que tal lhes fosse permitido por leis já promulgadas ou que de futuro o fôssem. Finda depois o contrato com as garantias dadas pela república francesa ao enfiteuta.

Em seguida ao contrato contém o documento que acabámos de extractar: primeiramente, um auto ou relatório da avaliação da Igreja e Casa de Santo António, feita pelo arquitecto Sublegras, e depois duas declarações, constando da primeira, em resumo, que o contrato de enfiteuse, com todos os direitos e obrigações correlativas, não obstante ter sido feito sómente a favor de um dos signatários da declaração, Fedele de Santi, deveria entender-se como tendo sido feito, também, em nome do outro signatário da mesma, Tomasso Ercolani, visto que ambos estavam associados para aquele fim; na segunda declaração Fedele de Santi como que ratifica o que na primeira ficou estabelecido.

Em 2 de Outubro de 1799 assinou Tomasso Ercolani, sómente, uma outra declaração de renúncia de todos os seus direitos à Igreja e Casa de Santo António dos Portugueses, a favor da Corte de Portugal. Começa êste documento por narrar resumidamente os motivos que levaram os dois beneméritos italianos a aforarem os referidos edifícios e a forma como realizaram o aforamento, o que tudo fizeram não com intuições de lucros materiais, mas simplesmente com a intenção de livrarem a Igreja da destruição e de a restituírem no mesmo estado à Corte de Portugal.

Provavelmente Fedele de Santi assinou declaração idêntica, que não encontrámos no arquivo do Ministério dos Nogócios Estrangeiros.

A forma como foram recompensados pelo Príncipe Regente, D. João, os dois generosos e beneméritos carpinteiros consta dos seguintes extractos dos despachos enviados pelo nosso Encarregado de Negócios em Roma, Luís Álvares da Cunha Figueiredo, para Luís Pinto de Sousa Coutinho:

a) Despacho n.<sup>o</sup> 18, de Veneza, 18 de Novembro de 1799:

«§ 6 ... temse dado todas as providencias p.<sup>a</sup> se recuperar o q'. se »poder de S.<sup>to</sup> Antonio, e do Palacio aonde se achão já alguns mo- »veis».

b) Despacho n.<sup>o</sup> 19, de Veneza, 22 de Novembro de 1799:

«§ 8 No meu oficio de 25. Outubro n.<sup>o</sup> 17.<sup>1</sup> remetti a V. Ex.<sup>a</sup>  
 »não som.<sup>te</sup> o Instrum.<sup>to</sup> do Emfiteuse, q a França fez da Igreja de  
 »S. Ant.<sup>o</sup> a dois carpinteiros, mas o Instrum.<sup>to</sup> de Doação, q'. estes  
 »com tanta generosidade fizerão à d.<sup>a</sup> Nação Portugueza, tanto da  
 »d.<sup>a</sup> Igreja, Hospital, e moveis, q. alli se achavão, que de huns du-  
 »zentos e trinta pesos duros, q' gastarão p.<sup>a</sup> a resgattarem: qual  
 »seja a forma de remunerar esta sorte de gente, eu a não sei, e só me  
 »lembro de poder regalar-lhe huma medalha de ouro deste valor  
 »com o Retrato do Príncipe N. S.<sup>r</sup>, e algúia inscripçao, mandando  
 »metter na Igreja huma lapide, q faça memoravel este facto, q não  
 »deixa já de ser sabido com admiraçao por toda a Italia, dando-  
 »-lhes em melhor tempo alguma sorte de patente, com q. sejão de  
 »alguma forma reconhecidos como protegidos da nossa corte: p.<sup>a</sup> tudo  
 »isto espero as ordens de V. Ex.<sup>a</sup> a q.<sup>m</sup> D. G. m.<sup>os</sup> An.<sup>s</sup> Venecia aos  
 »22 de Novembro de 1799».

c) Despacho n.<sup>o</sup> 9, de Roma, 19 de Abril de 1800:

«§ 5.<sup>o</sup> No meu Off.<sup>o</sup> do anno passado n.<sup>o</sup> 19: § 8: ponderei a  
 »V. Ex.<sup>a</sup> a generozid.<sup>e</sup> com q'. dois carpinteiros de carruagens sal-  
 »varão a Regia Igr.<sup>a</sup> de S.<sup>to</sup> Ant.<sup>o</sup> do poder dos Francezes, fazendo  
 »de tudo Doação a Nação Portugueza, como constava dos Instrum.<sup>tos</sup>,  
 »que remetti, como tambem ponderei no mesmo artigo a forma de os  
 »remunerar, e como fico persuadido q'. S. A. R. não permittirá q'.  
 »esta eroica ação aqui bem conhecida fique sem remuneração, espero  
 »q'. V. Ex.<sup>a</sup> me diga se aprova o q'. no d.<sup>o</sup> Off.<sup>o</sup> partecipei».

<sup>1</sup> Vid. supra a competente transcriçao.

*d) Despacho n.<sup>o</sup> 18, de Roma, 25 de Agosto de 1800:*

«Com a chegada de varios correios recebo dois Desp.<sup>os</sup> de V. Ex.<sup>a</sup>  
 »o primr.<sup>o</sup>,... o segd.<sup>o</sup> em data de 9; de Julho pelo qual vejo foi  
 »S. A. R. o Principe N. Snr'. servido aprovar tanto a partença do  
 »Pencionado Ant.<sup>o</sup> Joaq.<sup>m</sup>, como a remuneração q'. se deve fazer  
 »aos dois carpintr.<sup>os</sup> q'. salvarão a Real Igr.<sup>a</sup> de S. Ant.<sup>o</sup>, e lapide  
 »q'. alli se deve metter; e como por huma cauzualid.<sup>e</sup> eu me acho mu-  
 »nido de hum retrato do Principe Regente N. S.<sup>r</sup> feito por húa Ita-  
 »liana, q'. esteve em Portugal, e q'. mē disse teve a honra de o po-  
 »der retratar p.<sup>a</sup> a Princeza N. Sr.<sup>a</sup>, não precizarei de outra copia ...».

*e) Despacho n.<sup>o</sup> 27, de Roma, 25 de Dezembro de 1800:*

«§ 4.<sup>o</sup> Venho de executar as ordens de Sua Alteza Real o Principe  
 »Regente Nosso Senhor, tendo feito cunhar as duas medalhas de  
 »ouro para os dois carpinteiros que salvarão Santo Antonio, que  
 »lhes forão entregues com as respectivas Patentes, e huma pequena  
 »somma a cada hum, como melhor parteciparei a V. Ex.<sup>a</sup>, tendo ao  
 »mesmo tempo tirado algumas de cobre para dar a diversas pessoas,  
 »achando-se em meu poder huma de prata para remetter a V. Ex.<sup>a</sup>  
 »com a primeira occazião. Como será memoravel a ação dos ditos  
 »dois carpinteiros, assim e muito mais será eterna a generozidade  
 »com que Sua Alteza Real vem de os recompensar; tendo pellas cri-  
 »ticas circumstancias feito esta generozidade hum brado universal».

*f) Despacho n.<sup>o</sup> 1, de Roma, 10 de Janeiro de 1801:*

«§ 5.<sup>o</sup> Remetto tambem hoje a lista dos gastos do ultimo tri-  
 »mestre do anno passado q.' com a factura dos cunhos, medalhas  
 »de ouro, costumado xicolate (sic), e outras coizas de q.' remetto  
 »os originaes recibos, ficando nos Archivos as copias importou em  
 »1:956\$280 r.<sup>s</sup>, q.' V. Ex.<sup>a</sup> será servido mandar passar a Paulo  
 »Jorge sobre q.<sup>m</sup> tiro segd.<sup>o</sup> o costume.

»§ 6.<sup>o</sup> Tambem hoje remetto a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> por via do nosso Embai-  
 »xador em Madrid huma medalha de prata das q.' aqui fiz cunhar,  
 »e ainda q.' o artista hera o melhor, sendo o q.' trabalha na moeda,  
 »com tudo não passa de passavel; tal he o estado em q. se acha  
 »Roma, athe de artistas».

Com o auxilio d'estes despachos reconstitui-se assim a história da  
 medalha: o Encarregado de Negócios em Roma, Luís Álvares da

Cunha Figueiredo, depois de participar para o Reino, enaltecendo-a, a acção generosa dos dois beneméritos italianos, lembrou que eles pudessem ser recompensados com medalhas de ouro com o valor de 230 pesos duros, correspondente à despesa que eles haviam feito com o aforamento da Igreja e Hospital de Santo António. Aprovada a lembrança pelo Príncipe Regente, D. João, e obtida d'este a devida autorização, o que lhe foi comunicado por despacho de 9 de Julho de 1800, tratou o Encarregado de Negócios de mandar cunhar a medalha na Casa da Moeda de Roma, pelo gravador Hamerani<sup>1</sup>, a quem ordenou que fizesse reproduzir no anverso daquela, um retrato do Príncipe Regente, de que ele possuía uma cópia, que havia sido tirado do natural, em Lisboa, por uma italiana, para a Princesa D. Carlota Joaquina. É bastante interessante este pormenor.

A medalha *não passa de passável*, diz o Encarregado de Negócios, e com certa razão porque ela está longe de poder ser considerada como uma obra de arte de valor.

As medalhas de ouro foram entregues aos agraciados, juntamente com umas *patentes* e uma pequena soma, entre 25 de Agosto e 25 de Dezembro do ano de 1800.

Pelo que consta dos despachos, sabe-se que se cunharam dois exemplares de ouro, para os agraciados, um de prata, provavelmente para o Príncipe Regente, o qual foi enviado para Portugal por intermédio do nosso Embaixador em Madrid, e mais alguns de cobre para diversas pessoas; mas o número d'estes últimos deve ter sido muito limitado, porque nunca vimos, nem temos conhecimento de nenhum outro exemplar, além do nosso.

Sômos, porém, levados a supor que Ribeiro Guimarães também viu algum exemplar da medalha para poder fazer a descrição desta que apresenta no seu citado trabalho, visto que nos documentos de que se serviu (pelo menos nos que encontrámos), se não acha tal descrição.

\*

A Rial Igreja de Santo António dos Portugueses, em Roma, e várias edificações que lhe estão anexas, constituem um notável e antigo estabelecimento pio, pertencente à Nação Portuguesa, cuja fundação é atribuída a uma dama nobre, natural de Lisboa, D. Guiomar, nos fins do séc. XIV. Instalado, ao que parece, primitivamente, em umas

<sup>1</sup> Vid. a assinatura da medalha.

casas da fundadora, com a invocação de Nossa Senhora de Belém, foi depois transferido para outro local e ampliado pelos Cardiais, D. Antão Martins de Chaves e D. Jorge da Costa, tendo sido sempre destinado a receber peregrinos e enfermos da Nação Portuguesa, e administrado por indivíduos da mesma Nação. Parece que os seus primeiros estatutos foram aprovados por Inocêncio VIII e datam do ano de 1486; os segundos, de 1530, foram reformados em 1593, no Pontificado de Clemente VIII.

Em 1640 e 1683 fizeram-se sucessivamente outros tendo sido estes últimos aprovados pelo Papa Inocêncio XI.

Por Decreto de 14 de Dezembro de 1871 foram aprovados uns novos estatutos, de cujo projecto tinha sido encarregada uma comissão nomeada por Decreto de 2 de Agosto antecedente, composta do Conde de Tomar (presidente), António Aires de Gouveia, Bartolomeu dos Martires Dias e Sousa, e Eduardo Teixeira de Sampaio (secretário)<sup>1</sup>.

O estabelecimento, composto de igreja, hospital, várias propriedades urbanas e rústicas, direitos, acções e valores, passou então a denominar-se: Instituto Português de Santo António em Roma, e ficou sendo destinado exclusivamente a obras de piedade, de beneficência e de auxílio para instrução, a cidadãos portugueses ou de origem portuguesa.

Não nos tendo proposto fazer a história d'este estabelecimento pio abstemo-nos de mencionar várias outras reformas, e vicissitudes por que ele passou, e limitamo-nos a indicar novamente ao leitor os documentos relativos ao assunto, existentes no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Junqueira, Fevereiro de 1917.

ARTHUR LAMAS.

---

### O antiquario Felix Caetano da Silva

Para o trabalho que estou preparando acerca da *Numismatica em Portugal* tive de compulsar varios papéis respeitantes ao antiquario bêjense Felix Caetano da Silva, a quem consagro umas linhas nesse trabalho: como porém não precisei de ali aproveitar todas as notas que tomára, aqui publico os crescemos, que podem ser uteis a outro investigador.—A respeito do nosso antiquario cf. *O Arch. Port.*, v., 228.

---

<sup>1</sup> *Diário do Governo* n.º 288, de 20 de Dezembro de 1871.



Medalha conferida pelo Príncipe Regente, D. João, a dois italianos que salvaram a igreja e hospital de Santo António dos Portugueses, em Roma

I.—Notícias colhidas em varios codices da secção de manuscritos  
da Biblioteca Nacional de Lisboa

Nasceu Felix Caetano, em Beja, em 30 de Novembro de 1740<sup>1</sup>. Na idade de 18 anos empreendeu escrever uma obra em cinco partes, intitulada *Historia das antiguidades de Beja*, como consta do cod. 8027, p. viii<sup>2</sup>. Em 1765 estava ainda escrevendo a obra<sup>3</sup>. Não pude saber quando morreu, mas ainda vivia em 1809<sup>4</sup>.

O referido cod. 8027 contém o rosto da obra, o plano, uma dedicatória à Virgem Maria, uma lista dos autores citados, um protesto religioso, e um prologo (muito digno de ler-se). O plano é o seguinte:

Parte I—Desde as origens de Beja até o tempo de D. Afonso Henriques (conquista aos Arabes);

Parte II—Desde a conquista até o tempo do autor;

Parte III—Fundação das igrejas «com tudo o que a estas for pertencente»;

Parte IV—Coventos de Beja;

Parte V—Bèjenses ilustres.

O prologo foi redigido antes da ida de Cenaculó para Beja (1777) como Bispo, pois não se alude a ele. Cf. infra.

As partes I e II constituem o assunto dos livros I e II (incompleto) do cod. 8018, redigido depois da ida de Cenaculó para Beja. Tem este título: HISTORIA DAS ANTIGUIDDES || DA CIDADE DE BEJA desde o tempo em que se julga fey- || ta a sua fundação até ao prez- || te em que esta obra se escreveo. || —Este manuscrito || he o se- gundo que escreveo o seu || autor || Felix Caetano da Sylva || . No rosto lê-se mais isto: «Entre os vinte e dois anos e vinte e qua- »tro da sua idade: depois do q ficou suspenço com a Historia no »tempo del Rey D. João o 1.<sup>º</sup>, por varios incidentes q p.<sup>a</sup> isso ouve, »até ao tempo em q vejo para este Bispado o Ex. e R.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Bispo »D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-Boas; em o qual se deu nova »forma a esta Historia por melhor ordem; e maiores notícias, em »outro Manuscrito diferente deste; e do outro primeiro que se acha

<sup>1</sup> Assim o diz ele proprio no cod. 8018 (no 1.<sup>º</sup> «manuscrito» da *Historia das antiguidades de Beja*). Este codice tem dois «manuscritos».

<sup>2</sup> Noutros lugares diz dos 19 aos 22, ou entre os 22 e 24: vid. adiante.

<sup>3</sup> Cita uma carta adiante de p. 38 (sem numeração) e moedas a pp. 98 sgs. onde põe: «F. C. fecit 1765». Cod. 8018. As iniciais «F. C.» significam *F(elix) C(aietanus)*.

<sup>4</sup> Vid. o que digo no fim do capítulo iii d'este artigo.

»adiante junto deste etc. Anno de 1792». — É um volume in-fol., de 289 páginas<sup>1</sup>. Fôra planeado para conter dois livros, como se diz a p. 193:

Livro I,— com 26 capítulos, acabado em 1766. Com ilustrações (moedas, inscrições, esculturas). Vai desde as origens de Beja até à conquista em 1162.

Livro II,— de 1162 até 1763 (reinado de D. José).

Esta obra teve duas redacções, a que o autor chama «manuscritos». A 1.<sup>a</sup> redacção ia desde as origens de Beja até 1657, e o respectivo texto, ou «manuscrito 1.<sup>º</sup>» constitue a 2.<sup>a</sup> parte do cod. 8018. A 2.<sup>a</sup> redacção devia corresponder ao plano total, mas só resta o livro I, passado a limpo em 1766, e seis capítulos do livro II, até 1415, o que tudo constitue a 1.<sup>a</sup> parte do referido codice, ou «manuscrito 2.<sup>º</sup>». Diz o autor em 1799, no rosto do manuscrito 1.<sup>º</sup>, que começou a escrever a sua obra da idade dos 19 anos á dos 22, «sem mais socorros que os limitados existentes em poder de algum curioso da mesma cidade, onde não havia livrarias de Historia, antes da vinda do Ex.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Primr.<sup>º</sup> Bispo desta Diocese». Depois da vinda do Bispo, refere o autor no rosto do 2.<sup>º</sup> manuscrito, como vimos: «se deu nova forma a esta Historia para melhor ordem». — Cenaculo tinha boa biblioteca em Beja, e franqueava-a aos estudiosos.

Para as outras partes da obra existem apontamentos varios nos codd. 8019 a 8021 (este último tem a data de 1802), 8025 e 8026, por exemplo:

Para a parte III—cod. 8019;

Para a parte IV—nos codd. 8020 e 8025;

Para a parte V—nos codd. 8019 e 8021.

Á *Historia das antiguidades de Beja* ha referencias em dois autores hespanhoes que viajaram em Portugal nos fins do sec. XVIII, o Arcediago valenciano Bayer, e D. José Cornide. O primeiro diz no seu *Diario*<sup>2</sup>, com relação a 2 de Novembro de 1782, que, chegando a Beja para visitar Cenaculo, se relacionara com *D. Felix Cayetano de Silva* «mui habil e pratico de las antiguedades y otras memorias de Beja, de las cuales me enseñó . . la *Historia*, que havia escrito con gran critica y conocimiento de la Chorografia de la antigua Lusitania», fls. 9 e 9 v.; mais adiante: «. . vi en los capítulos 3.<sup>º</sup> y 5.<sup>º</sup>

---

<sup>1</sup> Páginas, não folhas.

<sup>2</sup> Cod. da Biblioteca Nacional, n.<sup>o</sup> 342, ant. B  $\frac{3}{18}$ . Má cópia, cheia de portuguesismos.

»y tres siguientes poco menos que demostrado matematicamente que «Beja es la antigua *colonia Pax Iulia* y *convento juridico* .. y que »desta fue obispo Apringio», fl. 10. Cornide, na obra intitulada *Estado de Portugal en el año 1800*<sup>1</sup>, falando tambem de Beja, nota: «cuya historia tiene dispuesta para la prensa uno de sus más ilustrados hijos, que es D. Felix Cayetano de Silva»<sup>2</sup>.

Pela minha parte, abstengo-me de fazer a apreciação critica da *Historia*, porque isso me obrigaría a sair do meu programa, que é bio-bliografico, e a empregar tempo, de que não posso dispôr.

\*

O cod. 8024 contém outra *ISTORIA || DA || CIDADE DE BEJA || composta || dos testemunhos de Scrito- || res coevos ou proximos || fide di- gnos || In-4.<sup>o</sup>*, de 26 paginas, com um mapa e um apontamento. A obra está incompleta, e não traz o nome do autor, mas deve ser de Felix Caetano, e isso diz tambem uma nota (moderna) posta a lápis. Dedicada a Cenaculo. O plano era em tres livros:

- I—Beja profana;
- II—Beja sagrada;
- III—Beja sábia e forte:

o que corresponde, no assunto, ao plano da obra maior. Este trabalho forma uma especie de manual. Tem um *Indes chronologico dos antigos scritores e seus testemunhos, em que ei-de provar a Istoria de Beja*: com trechos gregos de Estrabão e Ptolemeu.

Ao passo que a *Historia* maior é da letra de Felix Caetano, a *Istoria* menor não é.

## II.—Notícias colhidas em codices de outras bibliotecas

Não é a Biblioteca Nacional de Lisboa a unica que posse codices da *Historia das antiguidades de Beja*. Ha anos comprei para a biblioteca do Museu Etnologico um volume miscelaneo (n.<sup>o</sup> de entrada «6583») que contém, a par com outro escrito, de diverso assunto, umas «Addiçions e Aparatos para a *Historia das antiguidades de Beja*, em que se escrevem algumas cousas que na dita não vão escritas: para depois na mesma se incorporarem. Autor desta Historia Felis Caetano da Silva». Uma parte d'estas *Addiçions*

<sup>1</sup> Impressa no *Memorial Histórico Español*, t. xxviii (1897)

<sup>2</sup> P. 113.

intitula-se «Lembrança de varias medalhas romanas», e já foi publicada no *Arch. Port.*, XVII, 114 sgs., pelo anterior dono do codice, o qual me disse que o havia comprado em Coimbra a um estudante bêjense.

\*

<sup>Est. 21  
P. 4.</sup> Na biblioteca da Academia das Sciencias de Lisboa, Gab. 5.<sup>º</sup>, ha uma pasta de manuscritos, e entre eles a seguinte poesia:

«Em aplauso do R.<sup>mo</sup> P.<sup>e</sup> M.<sup>o</sup> o S.<sup>or</sup> Fr. Vicente Salgado, tendo dado á luz pelo prelo o 1.<sup>º</sup> Tomo das suas *Memorias eclesiasticas do Reyno do Algarve*, neste anno de 1786:

#### Soneto

Nas eruditas Memorias que escreveis,  
Vicente laborioso, e incansável:  
Vosso espirito curioso, e infatigável  
Deste modo a todos ver fazeis.

Com taes obras vós conseguireis  
Que o vosso Nome seja memorável:  
Assim como entre os sabios estimável  
Sois, pelo que obraes, e que dizeis.

Avansai vossos vôos sem temor  
Dalgum Zoylo mao e imprudente,  
Que das mesmas venha a ser Censor.

E o Mecenas que tendes existente<sup>1</sup>,  
Dando aos mesmos vôos mais calor,  
Fará a vossa gloria permanente.

#### OBSEQUIO

DA

VERDADEIRA AMIZADE, E CANDURA

DE

FELIX CAETANO DA SILVA<sup>2</sup>.

O soneto não tem valor poetico, porém patenteia a sã amizade que reinava entre Felix Caetano, e Salgado, e com quanto afecto ambos se subordinavam á sabedoria de Cenaculo. Aquela amizade provinha da influencia do Bispo, que era ao mesmo tempo mestre

<sup>1</sup> [Este Mecenas é Cenaculo, a quem as *Memorias eclesiasticas* são dedicadas].

<sup>2</sup> Na mesma pasta em que está o soneto de Felix Caetano ha uns versos latinos de Miguel Felipe Neri Delgado e Castro *in laudem Doctissimi Reverendissimique viri Fratris Vincentii Salgado in hac Sylvensi Civitate Grammatices Professoris.*

e patrono do segundo,—como mais explicitamente digo na minha citada obra *da Numismatica*.

\*

No n.º 10 do *Catalogo da collecção do R.<sup>mo</sup> Salgado* (isto é, dos manuscritos possuídos por Fr. Vicente Salgado), existentes tambem na biblioteca da Academia, Gab. 5.<sup>o</sup>, Est. 22  
N.º 49, menciona-se um *Romance heroico* de Felix Caetano em honra de Cenaculo.—É outro documento da influencia literaria exercida pelo Bispo em Beja.

\*

O *Catalogo* dos manunscritos da Biblioteca eborense de Rivara & Matos, t. II, p. 666, menciona: Poesias portuguesas de Felix Caetano, e Cartas do mesmo ao P.<sup>o</sup> João Bautista de Castro (de 10 de Abril de 1766) e a Cenaculo. Para Castro ha só uma carta, datada de 10 de Abril de 1766; para Cenaculo ha várias, uma datada de 12 de Julho de 1781, e outras, sem data. Havendo eu escrito ao meu ilustrado colega e amigo Prof. Lopes da Silva, Director d'aquela Biblioteca, pedindo-lhe informações acerca do conteudo d'estes papéis, respondeu-me o seguinte em carta de 11 de Dezembro de 1916: «A carta datada de Cuba, 12 de Julho de 1781, refere-se a questões entre o capelão e as freiras de um convento ali existente. Nas outras cartas, sem data: em uma lastima a sahida do Cenaculo de Beja; em outra pede um emprego para um filho, e especialmente na terceira pede alguns livros. As poesias foram todas elas compostas para festejar o aniversario natalicio de Cenaculo, não tem merecimento algum literario». Falta menção do conteudo da carta dirigida ao P.<sup>o</sup> João Bautista de Castro: foi-me depois comunicado pelo S.<sup>or</sup> Lopes da Silva que ela não aparece. O saber-se da existencia d'esta carta tem alguma curiosidade, como logo direi.

### III.—Notícias varias

A Ex.<sup>ma</sup> Viuva do meu falecido amigo Albano Belino ofereceu-me ha anos em Guimarães um exemplar do *Mappa de Portugal* de João Bautista de Castro, tres tomos, Lisboa 1762-1763, o qual, antes de pertencer àquele arqueologo, pertencera ao Prof. Pereira Caldas, e a Felix Caetano, que aí escreveu o seu nome repetidamente, no t. I e III: «De Felix Caetano da S.<sup>a</sup>» (com guarda ou cetrás), e «F. C. S.». Como vimos acima, o nosso antiquario era das relações do P.<sup>o</sup> Bautista de Castro: a posse do livro provirá d'elas: foi por isso que eu disse que a carta dirigida por aquele a este não deixaria de despertar alguma curiosidade.

Quis o acaso que eu obtivesse outra obra com o ex-libris manuscrito de Felix Caetano: *Successo do segundo cerco de Diu*, ed. de 1784 (de Sousa Farinha). Tem no rosto: «De Felix Caetano da S.<sup>a</sup>.». Esta obra comprei-a em Lisboa numa loja de livros velhos.

No opusculo de José Silvestre Ribeiro, intitulado *Beja no anno de 1845* (Funchal 1847), que, por indicação do Sr. Marcos Bentes, de Beja, consultei na biblioteca municipal d'esta cidade em fins de Julho de 1917, ha a pag. 69 um capítulo, o 11.<sup>º</sup>, que tem por título: «Breve noticia de um manuscrito do Bejense Felix Caetano da Silva intitulado: *Memorias historicas das antiguidades de Beja*». Ai fala Silvestre Ribeiro de um ms. que lhe deu João Valente, e extracta o plano. Caetano dividiu a obra em 2 partes, e cada uma em 3 livros:

Parte I, liv. 1.<sup>º</sup>, topografia, e prova de que Beja era *Pax Julia*. Liv. 2.<sup>º</sup>, historia de Beja da época romana até D. Afonso Henriques. Liv. 3.<sup>º</sup>, historia bejense desde D. Afonso Henriques até o tempo do A.

Parte II, liv. 1.<sup>º</sup>, igrejas de Beja. Liv. 2.<sup>º</sup>, conventos e frades veneráveis. Liv. 3.<sup>º</sup>, Bejenses ilustres por letras e virtudes.

Diz Silvestre Ribeiro que o ms. que possuía constava apenas dos 7 primeiros capítulos do 1.<sup>º</sup> livro da 1.<sup>a</sup> parte. No 7.<sup>º</sup> capítulo procurava o A. demonstrar por monumentos e autoridades em como Beja foi a Colonia e Convento Jurídico Pacense de *Pax Julia*. Este ms. de Silvestre Ribeiro era dedicado a Cenaculo. Quando estive na Biblioteca de Beja a consultar o opusculo de Silvestre Ribeiro, informou-me o Bibliotecario, Sr. Joaquim de Vargas, que no *Bejense* havia também um artigo a respeito do nosso antiquário: e efectivamente o li no número de 24 de Fevereiro de 1915. O artigo intitula-se «Bejenses ilustres», e forma o 36.<sup>º</sup> da série. Mas o que lá se diz de Felix Caetano é muito perfunctorio, e sem documentação.

Para terminar, direi que no Museu Municipal de Beja me mostrou o Sr. Vargas um papel com uma declaração forense, datada de Beja de 13 de Janeiro de 1809, em que se lê o seguinte: «E eu Felis »Caetano da Silva Tabelião publico de Notas a escrevi e assiney em »razo somente: *Felis Caetano da Silva*». Com esta declaração se documentam mais dois factos da vida de Felix Caetano: que ele exercera o cargo de tabelião em Beja (como já era sabido), e que ainda vivia em 1809 (este último facto já acima o aproveitei).

\*

Vê-se que os documentos com que pôde recompor-se a biografia (principalmente literaria) de Felix Caetano da Silva são verdadeiros

*membra disiecta*, que foi preciso apanhar em quatro bibliotecas públicas (Lisboa, Evora e Beja), numa particular (Guimarães), no Museu Etnologico, no de Beja, e em casa de um alfarrabista. Só quem escreve é que sabe quanto custa alinhavar umas notas, por modestas que sejam,— como essas que aí deixo á complacente curiosidade do leitor.

J. L. DE V.

## A vila e concelho de Ferreira do Zêzere

(Continuação d.-*O Arch. Port.*, **xxi**, 95)

### XIV

#### Famílias ilustres do concelho de Ferreira do Zêzere

##### Melos

Além do que temos dito no decurso dêste trabalho acerca de tam ilustre familia, representada pelos seus avoengos do termo de Dornes, acrescentaremos o seguinte extraído do processo original, que temos presente, da concessão de brasão de armas a Higino Oto de Queiroz e Melo, existente no Cartório da Nobreza, agora na Tôrre do Tombo.

Foi despachado em 8 de Maio de 1859. No requerimento declarava-se filho de António Leitão Queiroz de Andrade e de D. Maria do Carmo Caldeira Aboim, moradores no Beco, e o suplicante na Frazoeira, e actualmente em Lisboa na sua casa da rua das Praças, n.º 36. Alegou em seu favor o brasão concedido a Gregório Alexandre, de quem era neto materno, e o facto do seu avô paterno, Domingos José de Queiroz, ter sido rico proprietário, assim como o pai do suplicante, que, sendo bacharel formado em leis, foi capitão-mor da vila de Álvaro, mas nenhum dos seus parentes paternos teve título de nobreza. Alegou mais os seus serviços como vereador do concelho de Ferreira pelos quais foi agraciado com o hábito de Cristo e depois com uma comenda da mesma ordem. Foi seu advogado João de Deus Antunes Pinto.



Fig. 20 — Brasão de Gregório Alexandre do Beco

Juntou o original da carta de brasão passada a Gregório Alexandre (fig. 20). Juntou mais a sua certidão de idade donde consta que, a 18 de Janeiro de 1821, foi batizado Higino Oto de Queiroz, nascido a 6 de Janeiro, filho do 1.º matrimónio de António Leitão Queiroz de Andrade e de D. Maria do Carmo Caldeira e Aboim, moradores na vila do Pedrógão do Crato; neto paterno de Domingos José de Queiroz e de D. Maria Madalena Leitão Sequeira Pereira de Queiroz,



Fig. 21 — Brasão de Gregório Alexandre tal qual se encontra na que foi sua residência

já defuntos; neto materno de Gregório Alexandre Caldeira Vasconcelos e Sousa, natural da Rebavia e de D. Isabel Cândida Antónia de Melo e Aboim, do lugar do Tojal, freguesia da vila da Igreja, bispado de Viseu. Padrinhos: Eduardo Maria de Queiroz, seu irmão e D. Maria Isabel, sua tia. Juntou mais certidão de idade de sua mãe, da qual consta que, a 16 de Julho de 1793, na capela de N. Senhora do Carmo, do Beco, foi batizada Maria filha de Gregório Alexandre e de sua mulher D. Isabel Cândida, neta paterna de Gregório Aleixo (*sic*) de Sousa e de D. Simpliciana Teresa Cotrim e Vasconcelos, já defuntos; neta materna de Duarte de Melo da Silva Almeida e Castro, natural

da freguesia do Tojal e de D. Angela Barbosa Manuel Albuquerque de Vasconcelos Aboim, natural da freguesia dos Anjos, de Lisboa — Nasceu a 7 de Julho. Padrinhos: o capitão José de Brito e sua mulher D. Maria Caldeira de Vasconcelos, moradores na Frazoeira; juntou certidão de óbito de Gregório Alexandre, falecido de repente em 16 de Abril de 1819, sendo sepultado na Igreja do Beco e juntou ainda certidões de casamentos de seus pais e avós. Gregório Alexandre casou no Beco, em 13 de Setembro de 1790, sendo D. Isabel Cândida

representada por seu irmão João António de Melo, tenente de cavalaria do regimento de Almeida; testemunhas o padre Leonardo Roberto Rodrigues e o bacharel Joaquim José Pessoa de Almeida. O casamento foi ractificado em 27 de Novembro na presença do capitão Alexandre José de Brito e do Bacharel António José de Brito e Castro na igreja do Beco, é claro estando presente D. Isabel Cândida, que recebeu a bênção nupcial.

A carta de brasão, concedida a Gregório Alexandre Caldeira Vasconcelos e Sousa, foi passada em 20 de Junho de 1792 e por isso ainda hoje na residência por ele fundada no Beco, sobre a porta principal, se admira o seu brasão (fig. 21).

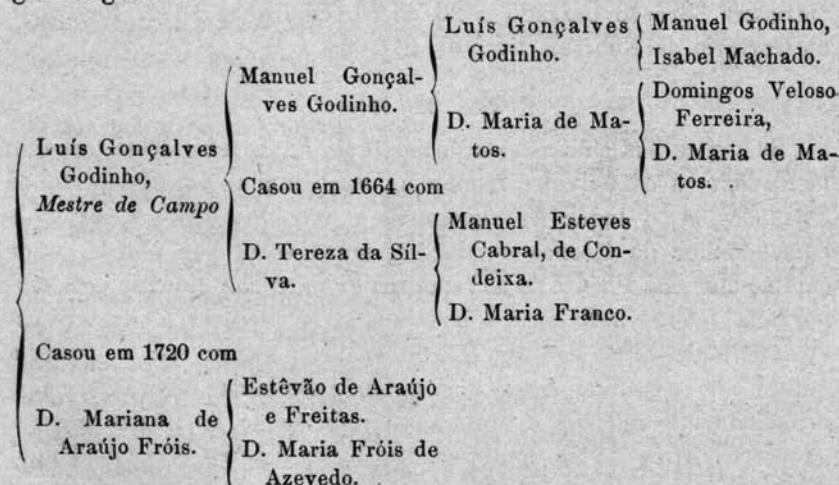
O brasão concedido a Higino Oto foi o seguinte:

Um escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Queirozes, no segundo as dos Melos, no terceiro as dos Sousas e no quarto as dos Vasconcelos.

Passado a 4 de Julho de 1859 encontra-se registado no *Cartório da Nobreza*, livro ix, fl. 26, v.

#### Godinhos, das Pias

Tendo já tratado bastante desta ilustre família no decurso da presente monografia juntarei aqui apenas, um esboço da sua árvore genealógica:



Ainda o Sr. José Machado, a p. 133 dos seus *Brasões Inéditos* fala num brasão concedido a pessoa com sangue dos *Godinhos, das Pias*. Foi a Miguel Juzarte de Andrade, morador em Cantanhede, filho legítimo de Agostinho Juzarte e de sua mulher Francisca Jorge.

Soares; neto de Miguel Juzarte, fidalgo da Casa Rial e de sua mulher Mécia Godinho, *filha de Domingos Gonçalves Godinho, da vila das Pias*; bisneto de Vasco de Oliveira Juzarte, moço fidalgo da Casa Rial e senhor da capela de Fernão Miguéis na igreja de S. Miguel de Montemor-o-Velho, e de sua mulher Antónia de Andrade, filha do capitão Gil Tomé Pais, vassalo d'el-rei D. Duarte, e de sua mulher Isabel Afonso de Andrade, descendente dos condes de Andrade em Galisa e moradores em Montemor-o-Velho. Juzartes e Andrades. D. uma flor de lis de prata. B. passado em 2 de Julho de 1605<sup>1</sup>.

Apontaremos finalmente para quem pretender profundar mais a genealogia das famílias das Pias o manuscrito <sup>21</sup>  
<sub>36</sub> da Torre do Tombo.

#### Garcezes

Encontramos notícia do seguinte brasão passado ao presbítero Manuel da Silva Garcez, natural da cidade de Leiria, freire professo na ordem militar de S. Bento de Avis e prior da igreja matriz da vila de Sousel; filho de Joaquim António da Fonseca Lial e Silva e de sua mulher D. Maria Teodora Garcez; neto paterno de Manuel Lopes da Fonseca Lial e Silva e de D. Damásia Maria e materno de Manuel da Silva Garcez e de D. Teodósia Martins da Rosa. Um escudo ovado e partido em pala; na 1.<sup>a</sup> as armas dos Silvas e na 2.<sup>a</sup> as dos Garcezes. Brasão passado a 20 de Novembro de 1832. Registado no Cartório da Nobreza, liv. VIII, fl. 265<sup>2</sup>.

#### Sás, das Pias

Bastantes têm sido as referências, que, no decurso deste trabalho temos feito a esta ilustre família na qual andou, durante perto de dois séculos, o lugar de almoxarife e juiz dos direitos reaes da comenda-mor de Dornes e também, umas vezes por outras, o de capitão-mor das Pias. Não as repetiremos para não alongar esta monografia; o leitor mais curioso pode a elas se reportar facilmente em vista do índice alfabético com que findamos o presente estudo. Todavia muitos são os aditamentos que a tais referências agora faremos, principalmente devidos à obsequiosa informação do ilustre investigador Sr. Aires de Sá, muito erudito autor do *Frei Gonçalo Velho*.

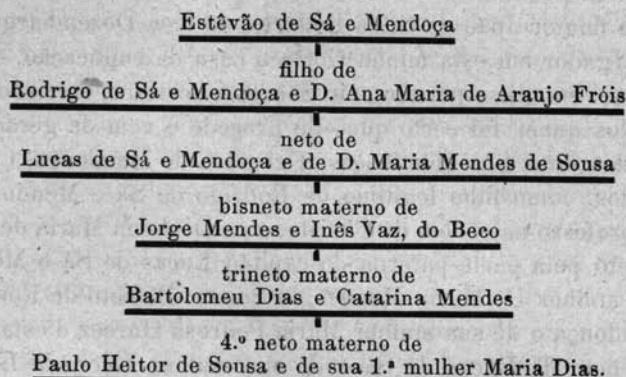
Ver-se há como a erudição e o gôsto pelas belas letras eram apanágio antigo de alguns dos Sás, das Pias.

<sup>1</sup> Livro I, fl. 224.

<sup>2</sup> Arquivo Heráldico, de Sanches de Baena, p. 509.

O primeiro Sá que veio fixar a sua residência no concelho de Ferreira foi, como já dissemos, Lucas de Sá e Mendoça, cuja primeira espôsa faleceu em 1661. Foi ele como vimos almoxarife e juiz dos direitos riais em Dornes e capitão das ordenanças na vila das Pias.

Eis uma árvore genealógica da sua família tal qual consta do processo n.º 24 do m. 1912 da secção *Corte, Extremadura e Ilhas* do arquivo do Desembargo da Paço:



Aqui se vê precisamente a ligação dos Sás, isto é, do primeiro que no concelho de Ferreira veio fixar a sua residência, com uma senhora oriunda do termo de Dórnes a cujos parentes fizemos referência larga no sítio devido.

Este processo, donde consta tam interessante arvore de geração, foi uma contestação à abolição da capela instituída por D. Aldonsa de Sousa, de Condeixa, filha, segundo parece, do comendador-mor D. Gonçalo de Sousa, instituição a que aludimos largamente, num dos capítulos anteriores. Paulo Heitor de Sousa foi d'ela herdeiro universal e parece que, por tal motivo, se começou a apelidar Sousa.

A este mesmo Estêvão de Sá foi concedida a seguinte carta de brasão cujo original, obsequiosamente emprestado pela sua actual possuidora, transcrevemos *ipsis verbis*:

«Dom João por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação do comercio da Ethiopia, Arabia, Percia e India, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que Estevão Saa e Mendoça, fidalgo de solar e cotta de armas e capitão mór da villa das Pias, comarca de Thomar, me fês petição em como elle descendia e vinha da geração e linhagem dos Saas, Mendonças, Furtados de Mendonça e Cardosos e suas armas lhe pertencião de direyto, e pedindo-

-me por mercê que para a memoria de seus antecessores se não perder e elle usar e gosar da honra das armas que pelos merecimentos de seus serviços ganharam e lhe forão dadas assim dos privilegios, honras, graças e mercês que por direito e por bem d'ellas lhe pertencem lhe mandasse dar minha carta das ditas armas que estavam registadas em os livros dos registos das armas dos nobres e fidalgos de meus reinos que tem Portugal, meu principal rei d'armas, a qual petição vista por mim mandei sobre ella tirar inquirição de testemunhas pelo doutor João da Silva Rodarte, do meu Dezembargo e meu Dezembargador em esta minha Corte e casa de suplicação, corregeedor do cível em ella e por Antonio Soares Guerreiro, escrivão do dito juizo, pelos quaes fui certo que elle procede e vem da geração e linhagem dos ditos Sás Mendonças, Furtados de Mendonça, Cardosos e Azevedos, como filho legitimo de Rodrigo de Sá e Mendonça, cavalleiro professo na ordem de Christo, e de D. Anna Maria de Araujo Froes, neto pela parte paterna do capitão Lucas de Sá e Mendonça e de sua mulher D. Maria Mendes de Sousa: Bisneto de Rodrigo de Sá e Mendonça e de sua mulher Maria Pedrosa Garcez d'esta cidade. Terceiro neto de Lucas de Sá e de sua mulher Lucrecia Lopes de Mendonça, irmã de Fernão Nunes Furtado, filho de Nuno Gonçalves Cardoso e pae de Antonio Nunes de Azevêdo que tirou o brazão dos Azevêdos e Cardosos e avô de Antonio Furtado de Mendonça que tirou tambem brazão dos Furtados e Mendonças como descendente de Affonso Furtado de Mendonça, que foi capitão-mór do mar de Portugal. Quarto néto por legitima baronia de Francisco Preto de Sá que era descendente pela linha de Sá de João Rodrigues de Sá, o das Galés, e pela dita Lucrecia Lopes de Mendonça quarto neto de Nuno Gonçalves Cardoso e de sua mulher Barbara Furtado de Mendonça, quinto neto de Fernão Nunes Cardoso de Azevêdo e de sua mulher Lucrecia Lopes, sexto neto de Nuno Gonçalves de Azevêdo, filho de Pedro Gonçalves de Azevêdo, fidalgo de solar conhecido e descendente de João Gonçalves Cardoso, senhor de Besteiros e pela parte materna é neto de Antonio de Amorim e Azevêdo, fidalgo da casa de Sua Magestade e de sua mulher Joana Froes de Andrade, bisnêto de Damião de Araujo da villa das Pias tambem fidalgo da casa de Sua Magestade.

Os quaes todos seus paes e avós e mais antepassados eram pessoas muito nobres e fidalgos de solar conhecidos neste reino e como taes se trataram sempre á lei da nobreza com cavallos, armas, criados e escravos como pessoas nobres que eram sem que nas ditas gerações houvesse raça alguma de judeu, mouro ou mulato nem de

outra infecta nação e consta que os seus antecessores foram sempre pessoas da principal nobreza de sua Província e aparentados com casas muito illustres d'este reino e ao suplicante, como legitimo descendente d'estas familias lhe pertencem as suas armas. As quaes lhe mandei dar em esta minha carta com seu brazão elmo e timbre como aqui são divisadas e assim como fiel e verdadeiramente se acharam divisadas e registadas em os livros dos registos das armas dos nobres e fidalgos de meus reinos que tem o dito Portugal, meu rei d'armas.

A saber: Um escudo esquartelado, no 1.<sup>º</sup> quartel as armas dos Sás que são escudo xaquetado de prata e azul 6 peças em faxa e 7 em palla; no 2.<sup>º</sup> quartel as armas dos Mendonças, escudo franchado no alto e baixo campo verde, em cada um sua banda sanguinha acotizada de ouro e nos 2 das ilhargas em cada um sobre campo de ouro um S negro; no 3.<sup>º</sup> quartel as armas dos Furtados de Mendonça em campo vermelho 12 corações de ouro postos em 3 pallas; no 4.<sup>º</sup> quartel as armas dos Azevedos escudo esquartelado o primeiro de ouro com uma aguia preta, o 2.<sup>º</sup> de azul com 5 estrellas de prata de 6 pontas cada uma postas em sautor com uma orla sanguinha e nella 8 aspas de ouro e assim os contrarios. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metaes e cōres das armas. Timbre o dos Sás que é um bufaro nascente negro, armado de prata, pontas e unhas e uma argola de ouro nas ventas e por diferença uma brica vermelha com um trifolio de ouro.

O qual escudo armas e sinaes possa trazer e traga o dito capitão-mór Estevão de Sá e Mendonça assim como a trouxerão e dellas usaram seus antecessores em todos os logares de honra em que os ditos seus antecessores e os nobres e antigos fidalgos sempre as costumaram trazer em tempo dos mui esclarecidos reis meus antecessores e com ellas possa entrar em batalhas, campos rectos, escaramuças e exercitar com elles todos os outros actos licitos da guerra e da paz e assim as possa trazer em seus firmaes, aneis, sinetes e divisas e as pôr em suas casas edificios e deixa-las sobre sua propria sepultura e finalmente se servir, honrar, gozar e aproveitar d'ellas em todos e por todo como á sua nobreza convem, com o que quero e me praz que haja elle e todos seus descendentes todas as honras, privilegios, liberdades, graças, mercês, isenções e franquezas que hão e devem haver os fidalgos nobres e de antiga linhagem e como sempre de todo usaram e gozaram os ditos seus antecessores, pelo que mando a todos meus corregedores, desembargadores, juizes, justiças, alcaides e em especial aos meus reis d'armas, arautos e passavantes e a quaequer outros officiaes e pessoas a quem esta minha carta fôr mostrada

e o conhecimento d'ela pertencer que em tudo lho cumpram e guardem e façam cumprir e guardar como nella é conteudo sem duvida nem embargo algum que em ella lhe seja posto porque assim é minha mercê. El Rei Nosso Senhor o mandou por Manoel Pereira da Silva seu Rei d'armas Portugal Frei Manoel de Santo Antonio, religioso da ordem de São Paulo e reformador do cartorio da Nobreza a fez em Lisboa occidental aos dois dias do mez de Junho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1741 e vae sobscrepta por Antonio Francisco de Sousa, escrivão da Nobreza n'estes reinos e senhorios de Portugal e suas conquistas.

Eu Antonio Francisco Sousa sobscrevi. P. Rey darmas Portugal.

Fica registado este Brazão no livro 9.<sup>º</sup> do registo dos brações da Nobreza de Portugal a fl.<sup>as</sup> 63 Lisboa occidental aos 5 dias do mês de Junho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1741.—*Antonio Francisco Sousa*.

Muito elucidativa é porém a genealogia dos Sás tal qual me comuneia o Sr. Aires de Sá.

«Em toda esta genealogia, diz S. Ex.<sup>cia</sup>, até Estevam de Sá e Mendoça, capitão-mór, o que se lê, entre áspas, é transcripto do códice n.<sup>º</sup> 234, da «Collecção Pombalina», na Biblioteca Nacional de Lisboa, intitulado: «*Certã enobrecida, ou descripção Historico-topographico-Genealogica da villa da Certã*, por Jacintho Leitão Manso de Lima, beneficiado da egreja matriz da Certã e natural da mesma villa.—Anno, 1730». Original.—Ms. em três volumes. Tom. 3.<sup>º</sup>, fl. 161.

«Paula de Sá, mulher de Fernão Serrão, cavalleiro fidalgo da casa de el-rei e seu moço da toalha, s. g.; falleceu com testamento, feito em 19 de dezembro de 1590, em que instituia morgado, com obrigação de duas missas, cada semana, ditas na egreja de São João da Talha, no termo de Lisboa, em cuja freguesia foi moradora, e chamando, para a successão d'elle, a seu primo Remigio de Sá, e, por sua morte, a seu filho mais velho, Diogo de Sá; e deixou, tambem, um praso a seu sobrinho, Henrique de Sá.», neto de Inez de Sá, mãe de Paula de Sá, instituidora, e irmã de Nicolau de Sá e do pai de Remigio de Sá, supra-citado. Francisco de Sá ou Francisco Preto de Sá, pai de Lucas de Sá (na columna, ao lado) e irmão de Francisca de Sá, era filho de um irmão de Inez de Sá, mãe de Paula de Sá, instituidora. Em 1601, era administrador do vinculo, Luiz de Sá, do ramo de Remigio de Sá; todos, descendentes de João Rodrigues de Sá —o das galés—, camareiro-mor d'el-rei D. João I (Carta de brasão, passada em Lisboa (2 de junho de 1741), e outros logares). Francisco de Sá, nasceu no séc. xv.

N

Morreu menino.

**Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo**

Marquês de Sá da Bandeira. sem sucessão legítima; isto é: teve uma filha bastarda que morreu sem sucessão.

**D. Maria Augusta de Sá Nogueira e Mendoça**

Casou com Luís da Cunha de Castro e Meneses, fidalgo da Casa Rial, senhor de um morgado, em Proença, coronel de milícias de Idanha, c. g.

**António Cabral de Sá Nogueira**

Freire conventual comendador e cavaleiro da Ordem de Cristo, bacharel em matemática, pela U. de C., conselheiro do Estado extraordinário, provedor da moeda, comandante do 14.º batalhão da guarda nacional de Lisboa, presidente da câmara dos deputados, secretário da embaixada para assistir à coroação da rainha Vitória, administrador geral e governador civil de Lisboa e de outros distritos do reino, s. g.

**Francisco de Sá Nogueira**

Cavaleiro das Ordens da Conceição, Torre Espada e Santiago, major comandante do batalhão naval, s. g.

**Aires de Sá Nogueira de Figueiredo**

Chamado — o pai da Lavoura — Casou com D. Maria do Patrocínio Vieira de Abreu e Vasconcelos<sup>1</sup>, senhora de muitos morgados e senhorios. Foi herdeiro do nome de seu pai, de seu irmão primogénito, e do nome de sua mãe, se D. Maria Benvinda de Sá não teve descendência legítima e se D. Francisca Xavier era irmã mais velha do chefe da casa, c. g.

Acércia de Aires de Sá Nogueira de Figueiredo, vid. o Boletim da Rial Associação Central da Agricultura Portuguesa — n.º 8, Agosto — 1910, vol. xii.

<sup>1</sup> Meus avós.**Estêvão de Sá Nogueira e Mendoça**

Tenente da armada rial, s. g.

**Narciso de Sá Nogueira Cabral da Cunha**

Tenente de cavalaria, s. g.

**João Cabral de Sá Nogueira**

Tenente-coronel de lanceiros da rainha n.º 2, cavaleiro da Ordem de Cristo. Casou com D. Maria José de Antas Coelho, c. g.

**José Cabral de Sá Nogueira**

General da divisão de cavalaria. Casou com D. Maria Guadalupe de Paiva Magalhães Vasconcelos Bernardes, c. g.

**Augusto de Sá Nogueira**

Guarda-marinha, s. g.

Contra-almirante, cavaleiro da Torre e Espada.

Casou com D. Maria Teresa Pereira, c. g.

**Rodrigo de Sá Nogueira**

Casou com José Alvo Pinto de Sousa Coutinho, filho dos segundos viscondes de Balsemão, c. g.

**Faustino de Sá Nogueira**

Alferes, s. g.

**António de Sá Godoflim e Mendoça**

Capitão-mor da vila das Pias. Não casou e teve vários filhos bastardos, legitimados em 1807.

**D. Maria Benvinda de Sá Sousa Garcez Fróis e Mendoça**

Parece que casou com António Luis da Silva Araújo e Castro de Sousa Ferraz — o da questão.

(Vid. Desembargo do Paço — Corte Estremadura e Ilhas, m. 2:148 — n.º 61).

**Manuel de Sá Godoflim Garcez e Mendoça**

Casou com D. Maria Teodora da Fonseca.

**Rodrigo de Sá e Mendoça**

Corregedor. Foi mestre de seu sobrinho marquês de Sá da Bandeira.

**D. Francisca Xavier de Sá Mendoça Cabral da Cunha Godoflim**

Casou com o desembargador Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva, capitão-mor de Santarém.

**D. Rita Felizarda de Sá e Mendoça Godoflim Cabral da Cunha**

Casou com Luís Godinho Gonçalves de Araújo Cabral e Azevedo, capitão-mor da vila das Pias.

**D. Maria Efigénia****D. Antónia Caetana****D. Ana****D. Rosa Angélica****João Garcez Palha de Sá e Mendoça**

Bastarda D. Ana de Sá e Mendoça

Foi, provavelmente, esta que casou com Joaquim António de Almeida, tabelião em Alcanede, e não a irmã, legítima, demente.

**D. Francisca Xavier de Sá e Mendoça Cabral da Cunha Godoflim**

Casou com Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva, capitão-mor de Santarém, etc.

**Estêvão de Sá e Mendoça**

«Filho, primeiro, d'este Rodrigo de Sá, imediato sucessor da casa de seu pae e capitão-mor da villa das Pias, foi patente de Sua Magestade, passada em outubro de 1729».

Casou a primeira vez com D. Rosa Maria Saraiva de Carvalho, s. g.

Casou a segunda vez com D. Maria Inácia Cabral da Cunha Godoflim. (Nasceu em 1700).

**Rodrigo de Sá e Mendoça**

«Filho, primeiro, d'este Lucas de Sá e Mendoça, é cavaleiro do habito de Christo, almoxarife da commenda de Dornes, por mercê do senhor infant D. Francisco; vive n'este anno de 1730. — Casou com D. Anna Maria de Araújo Froes, natural de Alecande, e filha de Antonio de Amorim de Azevedo e de sua mulher Joana Froes de Andrade». (Nasceu em 1668).

**Lucas de Sá e Mendoça**

«O capitão Lucas de Sá, filho, primeiro, d'este Rodrigo de Sá, foi almoxarife da commenda de Dornes. Veio, para a villa das Pias, chamado de sua tia, Catharina Garcez de Oliveira, de quem foi herdeiro. Viveu na sua quinta do Desterro, no Alqueidão da villa das Pias, comarca de Thomar, que herdou da dita sua tia, que é cabeça do morgado que ella instituiu, com seu marido, Diogo de Sousa, com obrigação de missa quotidiana, com a capella de Nossa Senhora do Desterro, que está junta das casas da mesma quinta. — Casou duas vezes: a primeira, em Lisboa, com D. Maria Pimentel, filha de Antonio de Brum Pimentel, mariolândio do reino, s. g.; a segunda, no lugar do Boco, termo de Dornes, com D. Maria Mendes de Sousa, filha de Jorge Mendes e de Ignez Vaz, a qual era já viúva do licenciado Thomas Carvalho Leitão e de Manuel de Alvelos Ribeiro». (Nasceu em 1628).

**José de Sá e Mendoça**

Frei Estêvão de Sá  
«Freire da Ordem de Christo».

**D. Mariana de Sá e Mendoça**

D. Inês de Jesus  
«Nome da profissão, freira em Santa Iria de Thomar».

**D. Isabel de Sá e Mendoça**

Francisco de Sá e Mendoça  
Embarcou para a Índia, voluntário, e, lá, foi religioso de São Domingos, onde se chamou frei Francisco de Mendoça; faleceu em Timor, sendo prior do convento que ali tem a sua religião».

**Manuel de Sá e Mendoça**

Serviu voluntario, na Índia, e indo, em socorro a Ceilão, com trezentos portugueses, foram perseguidos, pelos holandeses, e, retirando-se a uma fortaleza, lhe posaram o fogo, por se não renderem, e, ali, acabaram, todos, reduzidos a cinzas».

**D. Antónia de Sá e Mendoça**

«Casou, á sua vontade, com o licenciado Antonio de Oliveira da Motta, e teve:  
Luiz de Sá e Mendoça, s. g.».

**Rodrigo de Sá e Mendoça**

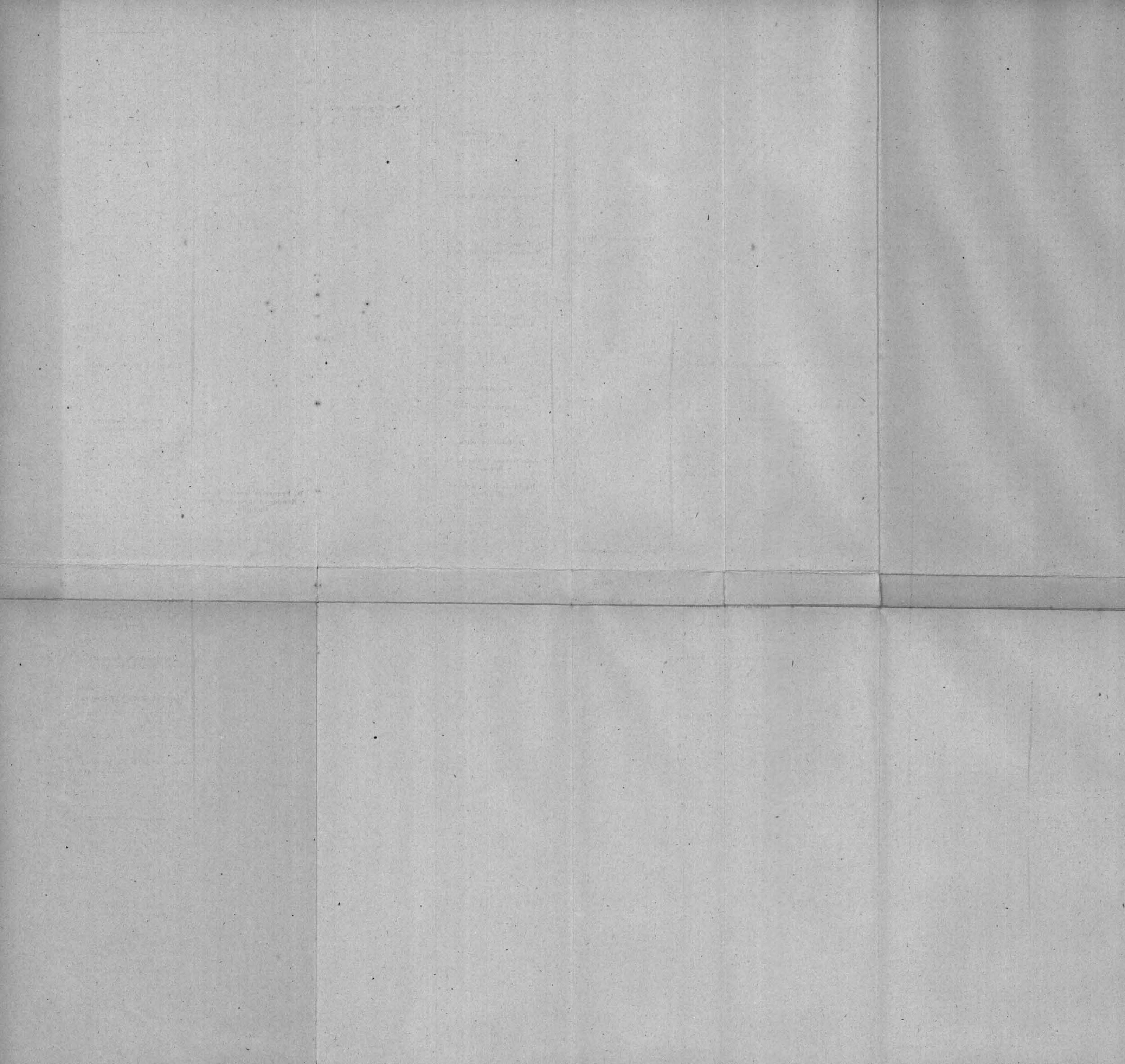
«Veio, da ilha da Madeira, para Lisboa, a oppôr-se ao morgado instituído por Paula de Sá, e o tirou por demanda. Casou, em Lisboa, com Maria Pedrosa Garcez, prima com-irmã de Catharina Garcez de Oliveira e filha de Pedro Martins e de Isabel Cardoso». (Deve ter nascido em 1570 a 1580).

**Lucas de Sá**

«Dizem que foi natural de Lisboa. Casou com Lucrécia Lopes de Mendoça, filha de Nuno Gonçalves Cardoso e de sua mulher Barbara Furtado de Mendoça». (Deve ter nascido em 1530 a 1540).

**Bárbara de Sá e Mendoça**

«Mulher de (?) e teve:  
o capitão Bartholomeu de Vasconcelos Perestrelo, Antonio Tavares de Sousa, prior das capellas das ilhas da Madeira e Porto Santo».



Dêstes Sás destacaremos, pela sua erudição, dois, a cuja acção oficial aliás nos referimos no devido lugar: o desembargador Rodrigo de Sá e Mendoça e António de Sá. Falando do primeiro escreve Adriano Balbi a pag. cxxvii, do tomo II do *Essai statistique sur le royaume de Portugal et Algarve* (Paris, 1882): «*Rodrigo de Sá; dezembargador de la Relação do Porto, et littérateur distingué, surtout dans la partie relative à l'histoire et aux antiquités. Doué d'une mémoire prodigieuse, il s'était voué à l'étude des langues, et il était parvenu à comprendre le latin, le grec, le caldaïque, l'hébreïque, le copte, l'arabe, le hongrois, le russe, l'allemand, l'anglais, le suèdois, le danois, l'hollandais, le français, l'italien et l'espagnol. Parmi ses manuscrits on a trouvé quelques traductions du russe et du hongrois dans sa langue maternelle. Il avait aussi de grands connaissances en hydraulique, et il l'a prouvé par les ouvrages exécutés dans les environs d'Alcobaça sous sa direction.*

A p. 5 do tomo I da *Vida do Marquês de Sá da Bandeira*, por Simão José da Luz Soriano (Lisboa, 1887) encontra-se o seguinte: «... Seu tio, Rodrigo de Mendonça, irmão de sua mãe, indo passar alguns tempos a Santarém, hospedando-se em casa de seus pais, e vendo em seu sobrinho Bernardo de Sá, ainda então criança, uma tam pronunciada disposição para as letras, também lhe começou a dar algumas lições de grego. Segundo o dizer dêste seu sobrinho num dos papéis, por nós achados no seu espólio, o dito seu tio era um homem de vasta erudição, conhecia muitas línguas antigas, além do grego, tal como a siríaca, a caldaica, etc. e quasi todas as línguas escritas da Europa moderna, tais como o russo, o polaco, o húngaro, além das línguas ocidentais da mesma Europa».

De António de Sá transcrevemos do seu testamento original, datado da Quinta do Destérro do Alqueidão das Pias, a 25 de Março de 1804:

«E como não sei se poderei vir a concluir as dinastias dos Arabes em Espanha, obra de que já tenho composto outo tomos de pequeno quarto, e a traducçao das Georgicas de Virgílio em rima portuguêsa os quais ainda estão por castigar, recomendo ao dito meu irmão (Rodrigo de Sá e Mendoça) queira vêr tudo, e com o Rev.<sup>mo</sup> Fr. João de Sousa Damasceno, da Ordem Terceira de S. Francisco, oferecerem essa curiosidade tal ou qual a pude ordenar à Real Academia das Sciências de Lisboa»<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Documentos da Provedoria de Tomar, na Tôrre do Tombo.

**Aditamentos e rectificações****Aos primeiros capítulos até a entrada no séc. XVII**

O seguinte documento, ainda do séc. XII, refere-se à fundação da igreja de S. Pedro do Rêgo da Murta:

In nomine patris et filii et spiritus sancti amen Ego P. dei gratia colimbriensis episcopus una cū cōsensu canonicorum nostrorum ad noticiā futurorum facimus karta cōnvētōnis et firmitudinis vobis P. priori sancti petri de arganil et omnibus canonicis ibi sedem reglam beati augustini morantibus presentibus et futuris in perpetuū ut edificetis eccelesiam ad honorē dei et beati petri apostolorum principis in loco qui dicitur murta et secundum consuetudinē aliarum nostrarum ecclesiarū primiciarū decimarū et inostriorum (?) nobis et successoribus nostris tertiam partem fideliter per solvatis Excepto quod a nobis ut ab aliis collectā nolumus exigere Si autem evenerit nobis vel successoribus nostris fecisse transitum per partes illa pro facultate vestra et viribus nobis prevideatis et nos in onoribus vestris comendatū habeatis et vos obitū nostrum in unoquoque anno anniversariū faciat. Facta karta mense iunio era m.<sup>a</sup> cc.<sup>a</sup> xxxii (1232) Ego P. colimbriensis episcopus qui hanc kartā cū canonicis nostris facere iussimus a propriis manibus roboravimus et confirmavimus. Quicumque igitur hoc nostrum factum violare tentaverit anathema sit. Gunsalvus notuit. Petrus testis. Pelagius testis. Suarius testis—Menendus testis—Martinus testis<sup>4</sup>

Seja dito a propósito desta mesma freguesia de S. Pedro do Rêgo da Murta que, ainda em 1825, a condessa de Anadia era possuidora do praso de S. Domingos, do Rêgo da Murta.

Aos curiosos da história desta região apontamos o documento da gaveta 7, m. 7, nº. 22: composição que fez o bispo de Coimbra com a ordem do Templo sobre a visitação da igreja de Puços (1291).

Do Auto da Aclamação de D. João I em 1385 consta o nome de João Gomes, comendador das Pias.

De um catálogo de igrejas por 1320 e 1321 publicado como apêndice ao vol. II da *História da igreja em Portugal* do Sr. Dr. Fortunato de Almeida, p. 609 e sgs. consta que a igreja de Dornes era lotada em 220 libras (com a valia aproximada de 1 escudo e cincuenta

<sup>4</sup> M. 24 do Cartório do cabido da Sé de Coimbra, na Torre do Tombo. Não nos foi possível conferir a cópia com o original. É por isso natural haver lapsos na leitura.

e cinco centavos da nossa moeda actual); a comenda de Dornes lotada em 250 libras; a igreja de Águas Belas em 30 libras; a de Ferreira em 80 libras e a comenda da mesma em 150 libras.

Fr. Estêvão Lourenço, comendador de Dornes e Fr. Álvaro Gonçalves, comendador das Pias, assistiram em Tomar ao capítulo celebrado em 9 de Novembro de 1395 em que foi eleito mestre da ordem de Cristo, D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade<sup>1</sup>.

Em 1550 já existia a venda de Caparrota, termo do julgado de Pussos<sup>2</sup>.

Os azulejos que actualmente se admiram na paroquial do Bêco não podem ser do séc. XVI como afirmámos. Devem ser dos princípios do séc. XVIII. São perfeitamente idênticos aos que se vêem na matriz de Figueiró-dos-Vinhos e que têm a data de 1716.

Jorge Vaz, de Dornes, fez parte da gente que, com Afonso de Albuquerque, tomou parte na tomada de Goa, sendo pago do mantimento do mês de Março de 1514. (*Corpo cronológico*, parte II, m. 45, n.º 96).

Do «Livro em que som assentadas as vistimetas, Joyas, e ornamentos que ho duque dom manuell nossos Sôr Regedor e Governador do hordem da cavalaria de Jhesu Cristo enviou para as Igrejas da dita hordem», fls. 10, copiamos o seguinte:

Foram entregues a Rui Mendes, capelão das pias os seguintes objectos:

- Uma cortina de linho pintada com aves e outras cousas;
- Uma vestimenta de linho comprida com uma cruz vermelha;
- Dois castiçais (este diz que furtaram quando roubaram a Igreja);
- Uma caldeira para água benta;
- Um bacio para a oferta;
- Um frontal de linho com uma cruz vermelha de Cristo;



Selo pendente que autentica a divisão  
em comendas de Christo que publicamos  
no *Apêndice* de documentos

<sup>1</sup> Fr. Manuel dos Santos, t. I, p. 146 (*Alcobaça Ilustrada*).

<sup>2</sup> Documento 186 do cartório do convento do Carmo em Figueiró dos Vinhos.

Um turíbulo de arame;  
 Uma âmbula para óleo e crisma;  
 Dois pares de galhetas de estanho.

Álvaro Pereira entregou a Rui Mendes dois castiçais grandes de aço far.

Dos ornamentos que o duque nosso Senhor tinha dado para o convento antes do cabido, que atrás são carregados em seu título mandou Sua Senhoria que se desse à Igreja das pias uma vestimenta de damasco branco com suas almátegas compridas do mesmo teor que foi entregue ao vigário de Tomar por Fr. João da Cal.

#### Igreja de Dornes

Para a igreja de Dornes enviou o dito Senhor o seguinte:  
 Duas vestimentas brancas de pano de linho com cruzes da ordem;  
 Uma cortina de sarja;  
 Dois castiçais grandes de arame;  
 Um turíbulo de arame;  
 Uma caldeira de água benta;  
 Uma âmbula de estanho para óleo;  
 Uma bacia de arame para oferta;  
 Dois pares de galhetas;  
 Um frontal de pano de linho com 3 figuras.

Dos ornamentos que estavam no convento no tempo da senhora infanta mandou o duque nosso senhor dar à igreja de Dornes estola, manípulo, amito, e cinta que foi entregue a fr. João.

#### Ao capítulo «Vila e concelho de Ferreira nos sécs. XVII e XVIII»

O P.<sup>o</sup> Agostinho Fernandes Salazar, vigário das Pias, sahio no auto da fé de 6 de Fevereiro de 1625 por pregar proposições heréticas e no de 1664 foi António Marques, regatão, natural das Pias, como bigamo.

No auto da Fé, que se celebrou na Igreja de S. Domingos de Lisboa, em 16 de Maio de 1694, abjurou de leve:

Inês de Santa Teresa, (de alcunha a dos Cães) viúva de Tomás Carvalho, que foi meirinho, natural do lugar do Beco, termo da vila de Tomar, e moradora em Lisboa. Por culpas de feitiçaria, e presunção de ter pacto com o Demónio. Pena: cárcere a arbitrio, açoutes e 3 anos de degrêdo para Castro Marim.

Em carta de Fr. João do Evangelho existente a fls. 132 do cárdeno do Promotor da Inquisição de Coimbra, n.<sup>o</sup> 6, se denuncia que Aleixo Pais, homem de Cabaço, afirmava que Deus não permitia os

males e que o demónio tinha poder absoluto e independente. Isto foi na presença de dois filhos da estalajadeira do Cabaço, moradora defronte de uma ermida, um dos quais era clérigo e o outro ferrador. As duas testemunhas disseram ao denunciante que o tal Aleixo se costumava embriagar. Apezar de não datada esta denúncia é da primeira metade do séc. XVII.

Em 5 de Julho de 1650 foi passada carta de familiar a Belchior Vaz Ribeiro, morador na Baía de Todos os Santos, contratador de fazendas, natural do lugar da Cortiça, termo da vila de Alvaiázere, bispado de Coimbra. Filho de Domingos Fernandes Cabaço e de Brites Vaz, ambos do dito lugar da Cortiça. Neto paterno de Domingos Fernandes e de Catarina Fernandes Cabaço; materno de Belchior Vaz e de Catarina Brás, nascidos e moradores na Feteira, termo de Pussos<sup>1</sup>.

O Padre Manuel Marques de Azevedo proferiu, em 1760, o panegírico do Inquisidor Geral, D. José, um dos célebres meninos da Palhavã.

Fr. Inácio de Jesus, que no mundo se chamou Manuel Carvalho de Sousa, filho de Francisco Mendes e de Jerónima de Sousa, moradores no Souto da Ereira, freguesia de S. Vicente, termo de Dornes, tomou o hábito no convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa, em 1 de Agosto de 1649<sup>2</sup>.

Fr. Baltazar de S. José, natural do Beco, que no mundo se chamava Baltazar Mendes, filho legítimo de Baltazar Rodrigues e de sua mulher Isabel Mendes, tomou o hábito no noviciado do Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa, a 10 de Fevereiro de 1658, e professou aí mesmo, a 16 de Fevereiro do ano seguinte. Deste religioso só se sabe que faleceu no Convento da Nossa Madre Santa Tereza de Setúbal, em Dezembro de 1665, antes de entrar nos estudos, com 6 anos e 10 meses de hábito sem fazer memória do dia da sua morte, nem tam pouco da idade que tinha<sup>3</sup>.

O Padre Fr. Bernardino da Purificação, natural da freguesia do Beco, que no mundo se chamava Bernardino Carvalho da Silva,

<sup>1</sup> M. 1, n.º 18 (Belchior), *Habilitações do Santo ofício*.

<sup>2</sup> Livro em que se escrevem os irmãos que recebem o hábito no Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Carmelitas descalços da cidade de Lisboa.

Biblioteca Nacional, Fundo Antigo, sem número.

<sup>3</sup> *Chronologia da Província de S. Felippe de Carmelitas Descalços no Reyno de Portugal e suas Conquistas*, 2.º volume, M. S., n.º 8208, Fundo antigo.

A obra tem 4 volumes sem nome do autor e sem numeração de páginas.

filho legítimo do Doutor Manuel Carvalho da Silva e de sua mulher Luísa Carvalho, tomou o hábito no noviciado do Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa, a 6 de Fevereiro de 1649, e professou aí mesmo, a 13 de Fevereiro de 1650. Com um ano de professo foi para o Convento Eremitico de Santa Cruz de Bussaco onde entrou a 21 de Fevereiro de 1651, e no seguinte de 1652 o mandaram estudar Filosofia no Colégio de Nossa Senhora do Carmo de Figueiró, donde passou no de 1655 a ouvir Teologia no de S. José de Coimbra, e no de 1658 até o de 1660 aprendeu moral no de Nossa Senhora do Carmo de Viana. Depois que acabou os seus estudos se não encontra outra notícia deste religioso mais que entrar segunda vez a conventual do Santo Deserto de Bussaco a 2 de Março de 1667, e 3 anos adiante falecer no Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa, a 8 de Março de 1670, tendo de idade 42 anos e de hábito 21, um mês e 2 dias<sup>1</sup>.

O Irmão Fr. Estêvão de S. José, natural do lugar do Outeiro, freguesia de S. Vicente de Paio Mendes, profESSOU a 19 de Março de 1676.

A p. 888 da *Crónica da Província da Piedade* por fr. Francisco de Santiago se faz a biografia de um religioso, fr. Tomás, do Beco que morreu no Convento da Anunciada, em Tomar, a 2 de Setembro de 1686, com 82 anos de edade.

Vasco de Azevedo Coutinho, senhor de S. João de Rei e de Terras de Bouro era, em 1660, herdeiro da Quinta da Tapada e foi trineto do grande poeta Francisco de Sá de Miranda, como se vê pela árvore genealógica publicada pela Sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaëlis no seu trabalho *Poesias de Francisco Sá de Miranda*. Aí se diz também que a Vasco de Azevedo Coutinho sucedeu Francisco de Sá de Azevedo que morreu em 1704, de quem descendeu D. Rodrigo de Azevedo de Sá Coutinho, também possuidor da Quinta da Tapada, que morreu a 18 de Fevereiro de 1881. A estes devia ter pertencido a quinta da Guimareira, cujo último possuidor desta família foi D. Luís de Azevedo Sá Coutinho Júnior.

Do *Catálogo de todos os religiosos agostinhos Descalços de Portugal*, copiado por Pedro Augusto Ferreira (Pôrto, 1907) consta que, em 1691, a 6 de Março, profESSOU no convento do Monte Olivete, em Lisboa, fr. Domingos de S. José, natural do Beco, bispado de Coimbra.

<sup>1</sup> *Chronologia da Província de S. Felippe de Carmelitas Descalços no Reyno de Portugal e suas Conquistas*, 2.<sup>o</sup> volume. M. S., n.<sup>o</sup> 8208, Fundo antigo.

A obra tem 4 volumes sem nome do autor e sem numeração de páginas.

Francisco Nunes, morador na Besteira, termo de Aguas Belas, filho de Luís Nunes e de sua mulher Maria Ramos, naturais e moradores no lugar da Travanca, neto paterno de António Nunes Carrasco e de sua mulher Catarina Cordeiro, moradores que foram na Venda da Serra, sendo o seu avô paterno natural da freguesia da Igreja Nova do lugar da Ribeira do Boicha; neto materno de Manuel Ramos e de sua mulher Antónia de Basto.

O requerente era casado com Maria Ferreira, filha de Bartolomeu André e de sua mulher Antónia Ferreira, já defuntos, o primeiro natural do Mourelinho, da freguesia da Igeja Nova e a segunda, natural da freguesia de Ferreira; neta paterna de Simão André e de sua mulher Maria Nunes e neta materna de Pedro Fernandes e de sua mulher Domingas Dias, naturais de Ferreira.

Foi o seu requerimento despachado em 30 de Julho de 1706 e foi-lhe passada carta de familiar em 8 de Maio de 1707 (*Habilidades do Santo Ofício*, Francisco, m. 34, n.º 765).

Em 1728 foi despachado um requerimento em que Francisco Lopes, do Val do Serrão, freguesia de Dornes, casado com Antónia Nunes, pedia para ser nomeado familiar do Santo Ofício. Declarou-se filho de Francisco Lopes e de sua mulher Clara Frísia, moradores que foram no Val do Serrão; neto paterno de Inocêncio Pires e de Brites Lopes também do Val do Serrão; e neto materno de Pedro Fernandes e de sua mulher Domingas Marques, igualmente naturais do Val do Serrão. Uma das pessoas com quem o comissário se informou foi com L.<sup>do</sup> Tomás Heitor de Sousa, médico, morador em Ribelas; com Paulo Heitor de Sousa, homem que vivia da sua fazenda, morador em Dornes; José Mendes de Brito, homem que vivia da sua fazenda, morador em Dornes; José Mendes da Silveira, homem que vivia da sua fazenda, morador no Beco.

Foi-lhe passada carta de familiar em 1 de Fevereiro de 1729<sup>1</sup>.

O Padre Fr. Euzébio da Conceição, filho de Lourenço Álvaro Neto e Isabel Cotrim, todos naturais do Alqueidão, freguesia do Beco, professou para frade do côro em o convento de S. Francisco de Évora, em 9 de Agosto de 1727 (Nota-Prègador na Província de Portugal e Guardião de Mértola).

Fundo Antigo n.º 721 fl. 58 v. Chamou-se no mundo Euzébio Cotrim, natural, assim como seus pais, do lugar da Crugeira, freguesia do Beco; neto paterno de João Álvares e Maria Mendes, naturais do

<sup>1</sup> *Habilidades do Santo Ofício*, m. 48, n.º 987.

lugar do Alqueidão, freguesia do Beco; neto materno de Afonso Antunes e Maria Cotrim, naturais da Crugeira. Despachado para Évora, em Xabregas, em 9 de Julho de 1626.

Fundo Antigo n.º 1253 fl. 21 v.

O Padre Fr. Bernardino Santa Tereza, filho legítimo de Lourenço Alvares e de Tereza Cotrim, todos naturais da freguesia do Beco, termo da Vila de Dornes, professou para fraude do côro no Convento de S. Francisco de Xabregas, em 21 de Novembro de 1749.

Foi Prègador<sup>1</sup>.

O Padre Fr. Euzébio da Conceição, filho de Lourenço Álvares e de Isabel Cotrim, todos naturais do Alqueidão, freguesia do Beco, professou para fraude do côro no Convento de S. Francisco de Évora, em 29 de Agosto de 1727. Foi Prègador e Guardião de Mértola. Transitou para a Província de Portugal em 1759<sup>2</sup>.

Idem p. 146

Ângelo de Carvalho, olim Ângelo Carvalho de Jesus, natural do Beco, termo da Vila de Dornes, filho legítimo de Rodrigo de Carvalho e de Josefa Maria, nasceu a 3 e foi baptizado a 10 de Janeiro de 1742; entrou no noviciado da Companhia de Jesus em Coimbra, a 29 de Agosto de 1757, para estudante da Província de Portugal<sup>3</sup>.

\*

Se um romeiro devoto se aventura a ir em piedosa romagem, num cálido dia de Agosto, ao alto do monte onde mora, numa capelinha branca, a Senhora das suas esperanças, chega lá extenuado e almejando sentar-se à sombra fresca de um castanheiro amigo.

Tal acontece ao autor d'este livro, tal acontecerá porventura aos seus leitores.

Mas se estende a vista ao largo, se a despenha pelas ravinas e pelos socalcos, consola-se de ver o caminho trilhado, as sinuosidades da estrada que se avista lá no fundo, branqueja aqui para se esconder acolá. E isto o alivia um pouco; quanto mais áspero é o caminho, maior é o prazer de lhe ter chegado ao cabo.

Assim nos acontece a nós.

<sup>1</sup> *Notícia Genealógica* (sem autor), p. 97, M. S., n.º 1504 do Fundo Antigo (Biblioteca Nacional).

<sup>2</sup> Parece irmão do antecedente apesar do primeiro nome da mãe ser diferente, erro talvez do registo.

<sup>3</sup> (Biblioteca Nacional) *Colecção Pombalina*, n.º 231, fl. 11 v.

Tentámos percorrer seis séculos da vida colectiva do concelho que nos foi berço, e agora, tendo chegado ao fim, só temos pena da carestia documentária nos deixar tantas lacunas, decerto insupríveis. Se a atenção dalguns leitores for despertada e se por acaso conhecerem elementos que modifiquem ou alterem o que escrevemos, favor é comunicarem-nos e uma segunda edição virá corrigir a presente.

Entretanto cumpre agradecer aqui ao Sr. Dr. Leite de Vasconcelos que, pondo ao nosso dispor as colunas do *Arqueólogo*, facilitou esta publicação; ao Sr. Fernando Caldeira, que nos forneceu a maior parte das fotografias que reproduzi, e ao pessoal da Imprensa Nacional, especialmente ao Sr. Joaquim David Gomes, cujo zélo, competência e solicitude são já deveras proverbiais.

A todos pois o nosso agradecimento.

(Conclui).

ANTÓNIO BAÍÃO.

### Arqueologia liceense

A estação prehistórica de Liceia ou Licêa, na freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras, foi descoberta por Carlos Ribeiro, e sabiamente estudada por ele em 1878 numa memoria intitulada *Noticia da estação humana de Licêa*, que constitue o vol. I da *Noticia de algumas estações e monumentos prehistoriclos*. À mesma estação me referi nas *Religiões da Lusitania*, I, 49-53, resumindo em parte o que diz Ribeiro, e juntando observações que eu fizera no local em 1896.

Por um lado a abundância de objectos neolíticos que costumam aparecer junto de Liceia e nos vales que rodeiam a povoação, e por outro o saber-se que as antiguidades da região haviam servido já de assunto científico a um homem tão competente como Carlos Ribeiro, despertaram a curiosidade e o patriotismo de várias pessoas da freguesia, que em 1909 se lembraram de organizar, como apenso da «Liga dos interesses de Barcarena», um museu onde se reunissem todas as cousas de valor arqueológico que continuassem a achar-se: de facto o museu fundou-se, e mercê principalmente da dedicação dos Srs. Manoel Esteves Rodrigues, e Casimiro Augusto de Carvalho, a quem outros benemeritos Barcarenenses secundaram com entusiasmo, vai aumentando de dia para dia, e em breve constituirá uma bela página de Arqueologia estremenha.

Como Barcarena e Liceia ficam perto de Lisboa, e a ida lá constitue um passeio dominical muito agradável, não raro o dou, ora sózinho, ora em companhia de amigos, e em todos esses passeios tenho ocasião de examinar no Museu de Barcarena novos documentos do

homem neolítico liceense, e de trazer para o Museu Etnológico machados de pedra, silices, fragmentos cerâmicos, percutores, mós, que a generosidade dos Srs. Casimiro de Carvalho, e Esteves Rodrigues e o seu próprio concurso permitem que eu adquira no campo e nas casas dos aldeões.

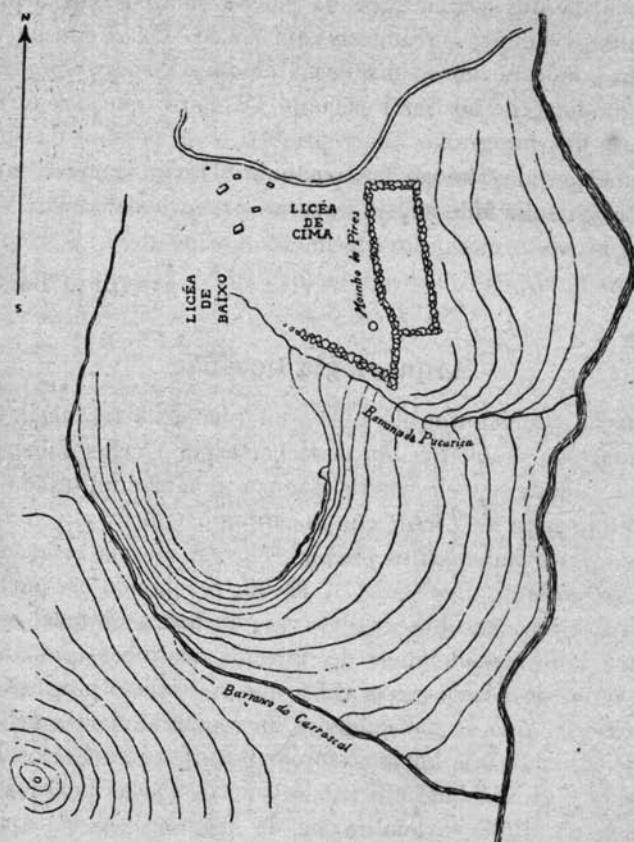


Fig. 1—(Liceia)

Para tornar mais conhecidas todas essas antigualhas, as do Museu de Barcarena e as do Ethnológico, inauguro hoje no *Archeologo* uma série de estudos e notas, à semelhança de outras aqui publicadas por vezes.

## I

Reproduzo na fig. 1 a est. II do livro de Carlos Ribeiro, com esta diferença: onde ele tem «Moinho de Moura», escrevo «Moinho do Pires», porque aquele nome, como já observei nas *Religiões*, I, 53, nota, está errado (o Moinho da Moura fica mais longe).

Junto do Moinho do Pires, na parte baixa do terreno, para o Nascente, ha um recinto rectangular, de que fala C. Ribeiro, e cuja parede occidental se prolonga fóra d'ele por certo espaço, desviando-se em seguida para a esquerda do observador. Esta parede ampara um grande aterro sobranceiro, onde está o referido moinho, e que sem dúvida era de um castro. A parede na sua base é formada de bancadas naturaes de calcareo, e no resto composta de pedras de diferentes tamanhos, unidas sem cimento algum, e não aparelhadas, mas no estado bruto, pouco mais ou menos como se vê no seguinte esquema (fig.2):

Os objectos arqueologicos aparecem por toda a parte: na esplanada ou aterro do Moinho do Pires, e nos vales e campos circunvizinhos.

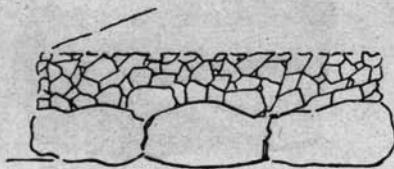


Fig. 2

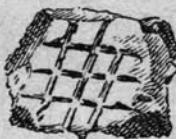


Fig. 4

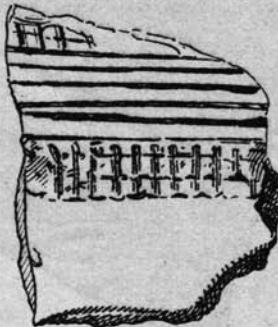
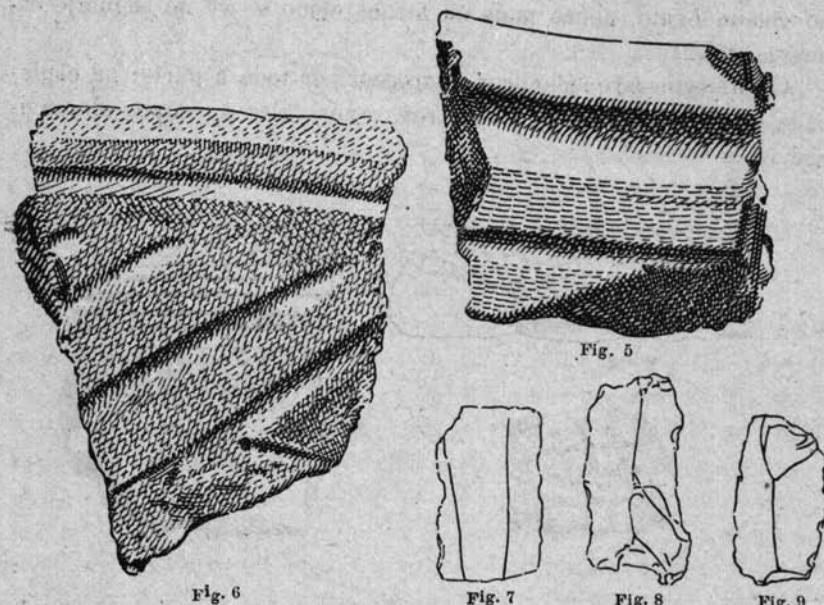


Fig. 3

Até hoje ainda não se descobriram nenhum objecto de metal; todavia sou levado a crer que os Liceenses prehistoriclos haviam chegado á posse do conhecimento do cobre, porque apareceram alguns fragmentos de vasos de barro ornamentados, cujos ornamentos se assemelham aos dos vasos das grutas da Quinta do Anjo, que pertence ao periodo calcolítico<sup>1</sup>, isto é, da transição do periodo da pedra polida para o dos metais. Os vasos da Quinta do Anjo estão no Museu da Direcção Geologica. Nas figs. 3 e 4 dou os desenhos de dois fragmentos que eu trouxe de Liceia para o Museu Etnológico. O barro é grosso, com granulos de quartzo e feldspato. No fragmento maior o desenho consiste em duas zonas e em vestígios de outra: a zona do meio é uma série de linhas paralelas; as dos extremos são formadas de linhas cruzadas. Os desenhos estão no lado exterior do bojo,

<sup>1</sup> *Religiões*, I, 229 sgs.

e foram feitos com ponteiro, quando a pasta ainda estava fresca. — No fragmento menor o desenho consiste em linhas cruzadas, como nas duas ultimas zonas de que falei acima. Já o Sr. Marques da Costa, n.º *O Archeologo*, XIII, 270, notou tambem a semelhança que existe entre as antigualhas d'aquelas grutas e as de Liceia. Um dia virá em que os Srs. Esteves Rodrigues e Casimiro de Carvalho, ou os seus companheiros, levantarão do chão, de debaixo de alguma lage, um punção ou uma seta de cobre!



Eis, nas figs. 5 e 6, desenhos de outros fragmentos ceramicos de Liceia, comparaveis aos de S. Mamede (Obidos), taes como existem no Museu Etnologico, pavimento II, armario 6.<sup>º</sup>: esses fragmentos pertencem a vasos maiores que os das figuras antecedentes.

Nas figs. 7, 8, e 9 representam-se fragmentos de facas de silex, d'entre os que ás dezenas ou centenas se encontram nos campos, em volta de Liceia: a lamina 7 tem secção trapezoidal; as outras duas tem secção triangular.

\*

Estes objectos foram obtidos em 1 de Janeiro de 1914 numa excursão que fiz a Liceia com dois alunos meus, da Faculdade de Letras de Lisboa (Raul Navas, e Reis Machado).

Todos os desenhos são de Saavedra Machado, Desenhador do Museu.

J. L. DE-V.

## Numismática Portuguesa

### Moedas da primeira dinastia

Tudo quanto até os nossos dias os cronistas, historiadores e numismatas tem escrito, com relação á primitiva numária portuguesa, é por tal forma vago, confuso e contraditório, que os actuais investigadores ficam impossibilitados de seguir uma sã orientação sobre tam momento assunto, visto que o seu espírito é a cada momento assaltado por dúvidas que não encontra em parte alguma satisfatoriamente resolvidas. A dificuldade da investigação aumenta quando se trata do estudo das moedas atribuídas aos quatro primeiros monarcas da dinastia afonsina. A nosso ver, várias são as causas que produzem este resultado, sendo as mais poderosas a escassez de leis monetárias e documentos de consulta, referentes ao começo da monarquia portuguesa.

A imensa diversidade de opiniões e conjecturas sobre moedas efectivas e de conta, as muitas falsificações e especialmente as erróneas afirmativas que em vários escritores da especialidade se encontram, do séc. XVII para cá, são também causas de confusão, e tem concorrido para dificultar, presentemente, o descobrimento da verdade.

Na primeira dinastia é o reinado de D. Fernando o único em que o estudo se torna menos trabalhoso, não só pela grande quantidade e variedade de moedas dessa época, que ainda possuímos, e que aquele monarca, por motivo das guerras com Castela, foi forçado a emitir, em vários métais, mas também porque em alguns documentos coevos se encontram notícias que muito ajudam os estudiosos.

No primeiro período, compreendido entre 1128, no qual a figura épica de D. Afonso Henriques principia a evidenciar-se, até á morte de seu neto D. Afonso II, ocorrida em 1223, não é crível que se pensasse muito em legislar acerca de moedas, quando todas as atenções convergiam para a patriótica idea da independência, para a conquista das praças serracenas e para a solução dos graves problemas da fundação duma nacionalidade, que, para se constituir definitivamente, careceu de tantos anos.

Os contratos que nos restam dessa época são raros e demasiadamente omissos a este respeito, para que com o seu fraco auxílio se possa ter uma justa noção da nomenclatura, valor e autenticidade das moedas a que se referem, as quais, na sua maioria eram de conto e outras estrangeiras, não se citando nesses documentos as que actualmente se conhecem como emitidas pelos nossos primeiros monarcas.

As muitas hipóteses que a este respeito se acham expendidas em várias obras, desde Severim de Faria<sup>1</sup>, não sendo os seus autores concordes, só tem servido para aumentar a desordem na classificação das moedas que nesse tempo parece terem tido existência real.

Tem sido também um poderoso auxiliar do desnorteamento desses escritores as falsificações mais ou menos remotas, de procedência nacional e estrangeira, que em todos os tempos tem aparecido no mercado, na intenção de iludir os colecionadores argentários e inexperientes, por via de regra exemplares executados sem critério e sem conhecimento das mais rudimentares noções de numismática e de história pátria.

Não havendo, portanto, guia mais seguro para o estudo que empreendemos do que as próprias moedas, da análise que temos feito tirámos corolários bem diferentes das opiniões até hoje vulgarisadas, especialmente sobre as moedas que teem sido objecto de discussão e de dúvida.

Vamos, pois, tratar cronologicamente de cada um dos reinados em particular, diligenciando comprovar o nosso modo de ver, com autoridades de indiscutível valor, com as possíveis notícias históricas e as escassas provas documentais que possam harmonizar-se com factos passados há quasi oito séculos.

#### D. Afonso Henriques

As moedas que modernamente se atribuem a D. Afonso Henriques, com pretensões a autênticas, são, o *morabitino*, a *mealha*, e mais duas moedas de bolhão que se encontram intercaladas no texto da obra de Teixeira de Aragão<sup>2</sup>. Cita o mesmo distinto numismata duas «contrafacções», em que nem sequer vale a pena falar, e que consta existirem ou terem existido em poder de um colecionador de Londres<sup>3</sup>.

E dissemos modernamente, porque Severim de Faria, que viveu na primeira metade do séc. XVII, diz no § XXII do seu quarto discurso, que não consta ter D. Afonso Henriques batido moeda, nem conhece os nomes particulares delas<sup>4</sup>. No § XXIII descreve as moedas

<sup>1</sup> *Notícias de Portugal*, 1.<sup>a</sup> ed., 1653, discurso IV.

<sup>2</sup> *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 1874, t. I, p. 143.

<sup>3</sup> Aragão, *ob. cit.*, t. I, p. 148, nota 2.

<sup>4</sup> Severim de Faria, *ob. cit.*, p. 175.

que, sem fundamento, atribue a D. Sancho I, não dedicando ao primeiro rei de Portugal um parágrafo especial, como procede com quase todos os monarcas até D. João IV, e daqui se conclue que era opinião do velho chiantre não ter havido cunhagem alguma durante o primeiro reinado.

Também se não refere à celebre concessão que se diz ter sido feita pelo rei ao arcebispo de Braga, pela qual lhe permitia cunhar moeda, devendo o seu rendimento ser aplicado á fábrica da Sé, facto este de que só Viterbo dá uma vaga notícia, destituída de authenticidade e datando-a de 27 de Maio de 1128, isto é, no momento em que o futuro monarca, ainda infante e com 17 anos apenas, se achava envolvido na revolução que nesse ano tinha rebentado, do que lhe resultou ficar cercado em Guimarães pelas forças de seu primo Afonso de Leão<sup>1</sup>.

Como se vê, pouco apropriada era esta época para ele cuidar no fábrico de moeda, tanto mais que, não tendo ainda sido aclamado rei, a não devia cunhar em seu nome, como tal, nem tinha necessidade de o fazer, visto que por essa época circulavam, em grande quantidade, moedas godas, árabes de ouro e prata, maravedis e diremes, mosmodiz, metecales, pesantes, etc., e bem assim as de Castela e Leão que estavam tendo curso efectivo em Portugal<sup>2</sup>.

A aclamação de D. Afonso Henriques, efectuada doze anos depois, em 1140, permitiria que ele ordenasse a cunhagem de moeda com o seu nome, mas, nem mesmo com relação a esse período se encontram provas que corroborem a notícia de Viterbo, a não ser ulteriormente, em 1221, em um rescripto de 23 de Dezembro, no qual o papa Honório III ordenava aos bispos de Astorga e de Tui que fizessem restituir à igreja de Braga, além de outras cousas, . . . «*Cancellarium, Capellaniam, Monetam*», de que D. Afonso II a tinha privado, o que nunca chegou a realizar-se<sup>3</sup>.

Em 1856, Lopes Fernandes, referindo-se aos *soldos* e *maravedis*

<sup>1</sup> *Elucidário*, 1.<sup>a</sup> ed., 1789, t. II, pp. 144 e 145.

<sup>2</sup> Lopes Fernandes, *Memória das moedas correntes em Portugal, desde o tempo dos Romanos até o ano de 1856*, p. 27 sgs. O padre André Merino, na sua obra *Escuela Paleográfica*, tratando dos pesantes, diz que estas moedas corriam em Espanha e Portugal, porque os costumes e sistema monetário dos dois países eram iguais.

Viterbo a p. 16 do t. I do *Elucidário* afirma que nas escrituras mais antigas d'este reino, se fazia menção de pesantes.

<sup>3</sup> Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 27.

de D. Sancho I, afirma que nenhuma outra moeda portuguesa tinha encontrado, lavrada anteriormente<sup>1</sup>.

Portanto, o falsificador do exemplar que Teixeira de Aragão descreve sob o n.º 1, como primeira moeda de ouro portuguesa<sup>2</sup>, teve em mira aproveitar-se da notícia de Viterbo, mas levou a cabo a sua emprésa com a mais requintada imperícia.

Tem esse exemplar, no anverso, a seguinte legenda: MONETA · DOMINI I AFNSI. No campo cinco escudetes em cruz, tendo cada um quatro arruelas, que imitam um sêlo que vem gravado na *História Genealógica da Casa Real*<sup>3</sup>, três estrélas copiadas dos dinheiros alfonsis, cantonando três lados da cruz e vendo-se na quarto a letra B, talvez para indicar a cidade de Braga<sup>4</sup>.

Analizandometiculosamente esta moeda, temos de observar, em primeiro lugar, que nenhum monarca da primeira dinastia fez colocar em seguida ao seu nome a indicação numérica, e muito menos se pode admitir esse facto em Afonso Henriques por não haver receio de confusão, visto que era o primeiro daquele nome e o primeiro rei de Portugal.

Só depois de dois séculos e meio, no reinado de Afonso V, foi esse uso introduzido, sendo a legenda escrita por extenso: CRVZATVS : ALFONSI : QVINTI : REGI; prática que se transmitiu ao reinado seguinte, cujas primeiras moedas de ouro e prata apresentam a legenda, segundo a forma anterior: IOANIS SECUNDVS; IOANES SECUND, etc., etc.

Teixeira de Aragão, que não duvidou aceitar como verdadeira uma moeda como esta, clara e manifestamente apócrifa, contradiz-se em uma nota que se encontra a p. 226 do t. I da sua obra já citada, na qual, tratando do cruzado em ouro de Afonso V, se exprime nos seguintes termos: «Este monarca foi o primeiro que em Portugal pôs nas moedas o número para as distinguir das dos seus antecessores do mesmo nome, parecendo-nos ter começado esta prática no fabrico dos cruzados». Em segundo lugar temos a letra monetária B, colocada neste exemplar no intuito de lhe autenticar a prove-

<sup>1</sup> Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 27.

<sup>2</sup> T. de Aragão, *ob. cit.*, t. I, p. 142.

<sup>3</sup> T. IV, est. E, n.º 16 e p. 19. Este sêlo é de chumbo e contém a seguinte legenda: *Sigillum Domini Alphonsi Regis Portugalensis*; pertence a uma escritura feita por D. Afonso II, em 1220, na qual manda que as dívidas da rainha D. Urraca, então já falecida, fossem pagas pelas rendas das suas terras de Tôrres Vedras, Óbidos, etc.

<sup>4</sup> Aragão, *ob. cit.*, t. I, p. 226, nota 1.

niência, o que é prova provada da sua falsidade, pois que as oficinas da moedagem só começaram a gravar nas moedas uma ou mais iniciais no tempo de D. Fernando, não podendo lógicamente aceitar-se a hipótese de que, se em 1128 tivesse sido adoptada essa medida de fiscalização, ela fosseposta de parte durante o longo período de 239 anos. Os escudetes, se naquele tempo fôssem já usados nas moedas, deveriam ter o formato triangular, como os do primeiro sêlo que se observa na *História Genealógica*<sup>1</sup>, e não como o falsificador os reproduziu daquele a que acima nos referimos, e que se acha apenso a uma escritura feita por D. Afonso II em 7 de Dezembro de 1220, 92 anos depois da data em que Viterbo afirma ter Afonso Henriques dado ao arcebispo de Braga a faculdade de cunhar moeda. No reverso do exemplar vê-se a seguinte legenda: REGIS PORTVGALENSIVM. No campo está a figura do rei a cavalo, com a espada levantada na mão direita e o cavalo propositadamente lançado de uma forma grutesca, como o fim de imitar a imperfeição da cunhagem muito comum na maioria das moedas cunhadas na idade média. Mas o que principalmente se não pode admitir, senão por êrro ou ignorância, é a legenda. Se a moeda tivesse sido cunhada na época indicada por Viterbo, nenhum gravador daria a Afonso Henriques o título de rei antes de ter sido aclamado, e depois da sua aclamação, isto é, desde 1140 a 1185 em que ele faleceu, não existe, que saibamos, prova alguma que justifique ter sido autorizada tal cunhagem, nem ela se atribue a outro ano que não seja o de 1128. O emprêgo do genitivo *Portugalensium* foi aproveitado talvez por não figurar nos *dinheiros* dos reinados posteriores, na intenção de lhe dar carácter de antiguidade: isso porém constitue novo êrro, porque essa fórmula aparece pela primeira vez em 1155 e 1164, em dois documentos<sup>2</sup>, e depois no testamento de D. Sancho I: *Ego Sancius Dei Gratia, Portugalensium Rex*, e ainda em um sêlo que está pendente de uma doação, feita em 1189 pelo mesmo monarca ao mosteiro de Alcobaça, no qual se lê: *Sigillum Domini Sancius Regis Portugaleensis*<sup>3</sup>, o que prova que só nas épocas acima citadas se usou a fórmula que sem critério foi empregada no exemplar de que vimos tratando.

<sup>1</sup> T. iv, Est. A, n.º 1 e p. 15. Pertence este sêlo a uma doação feita por D. Afonso Henriques, em 1133, a favor do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

<sup>2</sup> Nestes documentos Afonso Henriques usa o título seguinte: *Alfonsus, Pius, Felix. Triumphator ac semper invictus Portugalensium rex*. J. Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas*, t. III, p. 150.

<sup>3</sup> *História Genealogica*, t. iv, est. B.º n.º 8 e p. 17.

São, portanto, bem manifestas as provas contra a autenticidade da primeira moeda descrita por Teixeira de Aragão, no reinado de D. Afonso Henriques, autenticidade que, a nosso ver, também não existe nas restantes que o ilustre numismata lhe atribue<sup>1</sup>.

\*

A segunda moeda é uma variante da anterior, cuja diferença consiste em não ter no anverso a designação numérica do monarca e ser a letra B substituída por uma cruz equilaterial. O reverso é idêntico. A primeira foi primitivamente adquirida pelo notável colecionador do Pôrto, Eduardo Carmo; a segunda, por Abílio Martins, de Coimbra.

Tivemos ocasião de ver em Santarém, em uma ourivezaria, outro exemplar semelhante ao n.º 2, cuja origem julgamos ser a mesma que tiveram os que acabamos de analisar.

Por fim, ainda mesmo que D. Afonso Henriques tivesse, em 1128, concedido ao arcebispo de Braga o privilégio de cunhar moeda (o que não está satisfatoriamente comprovado, sobretudo na data que Viterbo lhe fixa), o que parece mais que provável é que a moeda de que vimos tratando não poderia ser do tipo, modelo e metal desta, cuja autenticidade pomos em dúvida<sup>2</sup>.

\*

A terceira moeda é aquela a que Teixeira de Aragão chama *meia-lha*, em cujo anverso se lê REX AFOSV e tem a cruz equilaterial, cantonada por quatro pontos; no reverso vê-se um escudo, ladeado por dois pontos e dois triângulos; na orla a palavra PORTVGAL.

Não é preciso um grande esforço para se notar que esta moeda, não só pelas suas legendas, como pelo emprego da cruz equilaterial, não pode ser atribuída a Afonso Henriques.

Todas as moedas de bolhão que entre nós se cunharam até o meado do séc. XIII tem a cruz mais ou menos floreada, e esta corta

[<sup>1</sup> Já no meu *Elencho das lições de Numismática*. 1894, parte II, p. 13, nota 6, me referi a esta moeda, dando-a por apócrifa; ao mesmo tempo eu disse que Teixeira de Aragão a tinha últimamente também nessa conta.—J. L. V.]

<sup>2</sup> Costa Lobo, na *História da Sociedade em Portugal no sec. XV*, cap. I, p. 277, diz o seguinte: «por que as moedas de ouro tinham pouco uso no intercurso interno, e, como dizia D. Fernando em um Regimento e Lei sobre moedas», «correm mais por mercadoria que por moeda».

Quando assim se legislava em 1378, que sucederia nos reinados anteriores?

a legenda, à maneira do que nessa época se praticava em Leão e Castela e outros países latinos.

A existência da *mealha* em Portugal, como moeda efectiva, tem sido em todos os tempos muito contestada<sup>1</sup>; se por vezes aparece em contratos antigos citada a *mealha*, cremos que elas se referem a alguma moeda real ou nominal estrangeira, admitida em circulação para facilitar operações, segundo as necessidades, para auxiliar o arredondamento de pequenas quantias.

Já deixámos dito que Severim de Faria e Lopes Fernandes não tiveram conhecimento de moeda alguma cunhada durante o primeiro reinado, e não é crível que uma afirmativa desta importância fosse feita por escritores daquela ordem sem que lhes sobejasse provas para o fazer, tanto mais que só nos últimos tempos se dá conhecimento desta *mealha*, como moeda efectiva, afinal sem documentos comprovativos que nos assegurem da afirmativa.

Quando tratarmos dos *dinheiros* emitidos nos seguintes reinados, procuraremos demonstrar, depois de feito o agrupamento dessas moedas, segundo a forma da cruz floreada e equilaterial, e segundo as que tem os escudetes ou um só escudo, que êste n.º 3 de Aragão, não pode ser a *mealha*, mas é um *dinheiro*, com muita probabilidade, de Afonso III, como Lopes Fernandes o classificou<sup>2</sup>.

\*

Mais duas moedas, também atribuídas a D. Afonso Henriques, se encontram intercaladas no texto na obra de Teixeira de Aragão, a p. 143 com os números 4 e 5.

Com respeito a elas, nada diz de positivo o ilustre numismata que nos destrua a convicção, em que estamos, de serem grosseiras mistificações, com tam pouca importância como aquelas a que já nos referimos e que se diz terem existido em Londres.

Lisboa, Outubro de 1916.

FERREIRA BRAGA.

<sup>1</sup> Na *História Genealógica*, vol. iv, p. 228, diz-se que a *mealha* parece não ter sido moeda cunhada, e da *Crónica de D. Fernando* por Fernão Lopes, consta que a *mealha* era o *dinheiro* partido ao meio, expressando-se o velho cronista da seguinte forma: «E destes dinheiros velhos quem queria fazer moeda mais pequena, cortava um dinheiro pela metade com uma tesoura ou o britava com os dentes, e a metade daquel dinheiro chamavam mealha ou pogea, e compravam com ela uma mealha de mostarda ou de alfeloa, ou de tramoços e semelhantes cousas. Assi que as mealhas nom eram moeda cunhada por si, mas era dinheiro partido per meo, etc.».

<sup>2</sup> Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 42.

### Pedras baloiçantes. Adagiários, castros e lendas

Desde há muito que no meu Couseiro estava apontada a notícia fornecida por um homem da região relativa às pedras oscilantes da Serra de Montezinho, sitas no termo da povoação d'este nome e no da de Soutelo da Gamoeda, ambas do concelho de Bragança e com ela o desejo de as visitar.

Mas a travessia da serra é de estarrecer, máxime a quem, como eu não costuma jornadear a cavalo. Lá diz o ditado:— quem quiser saber o que é mau caminho, vá de Soutelo para Montezinho; que tem como similares no distrito de Bragança os dois seguintes:— quem quiser saber o que as léguas são, vá de Iseda a Santulhão; quem quiser saber a verdade, vá de Bornes à Trindade.

Alfim, de adiamento em adiamento, no dia 11 de Junho de 1917 ia pernoitar a Soutelo em companhia do bom amigo P.<sup>o</sup> Manuel José da Ressurreição Palmeiro e no dia seguinte pelas sete horas estávamos a caminho da serra servindo-nos de cicerone o dedicado e obsequioso amigo Manuel António Rodrigues, abade aposentado de Meixedo, natural de Soutelo, onde agora reside.

Andados 5 quilómetros, *plus minus*, dávamos de frente com o Castrilhão que semelha uma fortaleza natural constituída por blocos enormes de cantaria encavalados uns sobre outros à maneira de castelo com suas muralhas, e forma como que a guarda avançada dos granitos dominantes em toda a serra a debater-se com osquistos até ai avançados em estreitos linguados e senhores absolutos logo pouco abaixo da povoação.

Do Castrilhão desce para nascente um vale no meio do qual se eleva outra fortaleza natural-artificial também eriçada de blocos de granito, quase inacessível pelo oriente, chamada Tôrre do Castro. É de forma oblonga e bastante espaçosa a planura que forma em cima. Foi apropriada em remotíssimos tempos a fortaleza, como se vê do largo e profundo fôsso que a circuita nos lados mais fracos por acessíveis e dos escombros da tôrre, que lhe deu o nome, ainda bem visíveis na frente poente.

Nem cerâmica, nem moedas, nem vestígio algum de civilização luso-romana encontrámos na Tôrre do Castro, nem tradição de em algum tempo haverem aparecido e, no entanto, deveu ser largamente habitada, porque os seus trabalhos defensivos são importantes e o terreno adjacente presta-se admiravelmente às culturas da região. Recentemente um proprietário de Soutelo veio fixar residência no

vale e pouco acima da Tôrre do Castro; no fôsso desta, apropriando antigos materiais dispersos, construiu uma *curriça* (casa de campo onde se recolhem gados) e lá vive abastado e farto com sua família cultivando parte daqueles campos.

Eis-nos de novo no Castrilhão, no caminho de carro da serra. Que imponente panorama! por toda a parte o granito recortado em mil formas caprichosas, aflorando aqui à superficie do terreno em larga extensão como praça formada de uma só pedra e a quebrar-lhe a monotonia de vasta superficie lisa, uma mole cilíndrica, esférica ou cónica, à laia de obelisco; erguendo ali o dorso de enorme disco; destacando-se acolá, isolado na planura como bloco errático; acavando-se além em formas acasteladas coroadas de esferas magestosas que parecem prestes a despenhar-se, ou então encostando-se uns a outros de modo a deixar largos interstícios, quais palácios ciclopicos em ruínas, onde podem viver famílias e recolher-se rebanhos a coberto das intempéries hibernais. A formar-lhe tapete a urze «comendo pó, bebendo sol e mordendo rocha» e de onde em onde pequenas *lameiras* exploradas principalmente pelo armento bovino e caprino das duas referidas povoações.

É importante a serra que, dos muitos gamos mantidos outrora em seus desvãos e *caborcos*, deu à povoação do Soutelo o qualificativo de Gamoeda.

Alguns quilómetros adiante do Castrilhão fica a Canteira, assim dita dos canteiros que aí vão de preferência cortar pedra, depois exportada para diversas partes com grande resultado para carreiros e artistas. Antes da vinda do caminho de ferro a Bragança (1905?) toda a cantaria que se gastava nas construções de Bragança ia deste local; mas agora vai mais facilmente pela linha férrea de Sortes e do Quadraçal.

Na Canteira, à beira do caminho, lado poente que dirige pela serra para a Teixeira (Espanha) há uma Pedra Baloiçante de granito, talhada em forma de barco que oscila no sentido norte-sul, sobre um plano inclinado, apoiada num só ponto. Está colocada em cima de enorme penedia que se ergue de alguns metros acima do nível do caminho semelhando a parte superior de uma grande esfera de granito. Não tem pedra alguma a servir-lhe de resguardo se bem que pelo poente, a menos dois metros, sobre a dita esfera, se ergue um enorme bloco de granito de algumas dezenas de metros cúbicos de espessura. Numa cavidade natural deste monstruoso fragueiro tem os canteiros cama para dormir e forja para aguçar a ferramenta. Em plena vida moderna e vida antiga das cavernas.

Dimensões desta Pedra Baloçante:

Comprimento 4<sup>m</sup>,20.

Altura, variável, mas no ponto máximo 1<sup>m</sup>,17.

Largura, variável, mas no ponto máximo 2<sup>m</sup>,60.

Dá-se o nome de Pedras Baloçantes a monólitos enormes colocados sobre outros em tais condições de equilíbrio que oscilam a um pequeno impulso que se lhes dê num ponto determinado ou em vários.

O povo dá-lhe geralmente o nome de Pedras Bulideiras e também o de Berços.

Relativamente aos fins a que seriam aplicadas as Pedras Baloçantes entendem alguns que representariam: símbolos da divindade; emblemas do mundo suspenso no espaço; emblemas do livre arbítrio; provas judiciares para reconhecer a culpabilidade dos delinqüentes e ainda altares de sacrifícios<sup>1</sup>.

Um a dois quilómetros adiante da Pedra Baloçante da Canteira, à beira do caminho do Rol, lado nascente, que dirige para Paderne (Espanha), sobre larga penedia de algumas dezenas de metros de superfície, está outra Pedra Baloçante, qual monumento em larga praça. É de granito, tem um só ponto de apoio, oscila no sentido N.-S. em plano horizontal e não tem pedra nenhuma em volta a servir-lhe de resguardo.

Dimensões desta Pedra Baloçante:

Comprimento 2<sup>m</sup>,50.

Largura 2 metros.

Altura 1 metro.

Um ou dois quilómetros adiante desta Pedra Baloçante à beira do mesmo caminho, lado poente, encontra-se outro bloco de granito que parece pertencer ao grupo das Pedras Oscilantes; hoje porém está imóvel devido talvez à grande quantidade de terra que o obstrui, terra que na ocasião da nossa visita não pudemos remover à falta de instrumentos apropriados.

Segundo pelo mesmo caminho do Rol vai dar-se ao sítio denominado Marra do Porto do Sabor e aí, precisamente onde está a marra que divide o termo de Soutelo do de Espanha, à beira do caminho, lado nascente, há outra Pedra Baloçante sem outras a servir-lhe de resguardo, assente em plano horizontal da mesma matéria, fornecido por um fragueiro natural que oscila no sentido N.-S., apoiada num só ponto. As suas dimensões são:

Comprimento 2<sup>m</sup>,40.

---

<sup>1</sup> *Revista Arqueologica*, tomo 2, pp. 1 a 6.

Largura 2 metros.

Altura 1 metro.

É de notar que esta parte do termo do Soutelo, onde se encontram as três Pedras Baloçantes que temos dito, fica na vertente sudoeste da Serra de Montezinho, de modo que, juntas às três em seguida apontadas, temos, numa área que não podemos precisar bem, mas deve regular por 15 quilómetros, seis Pedras Baloçantes do nosso conhecimento.

Um quilómetro, pouco mais ou menos, a noroeste da povoação de Montezinho, freguesia de França, concelho de Bragança, no sítio do termo chamado Lombeiro da Derreigada, há dois monólitos oscilantes à beira do caminho que segue pela crista desse Lombeiro, apenas distantes um do outro quarenta metros. Ambos são de granito bem como os que lhe servem de suporte.

O que fica mais ao norte oscila no sentido N.-S. em plano inclinado, apoiado num só ponto de uma penedia que aflora ao de cima do terreno e sem pedra alguma em volta a servir-lhe de resguardo. A sua oscilação dá-se seja qual for o ponto em que se impulsione. Dimensões:

Comprimento 2<sup>m</sup>,21.

Largura 2<sup>m</sup>,40.

Altura variável, mas em média 1 metro.

O que fica quarenta metros abaixo deste tem só de um lado outro penedo a servir-lhe de resguardo ou de espera e do oposto nada. Oscilação N.-S. sobre plano inclinado em penedia que aflora à superfície do solo. Tem dois pontos de apoio sitos, cada um, na respectiva extremidade do monumento, de forma que, formando eixo a todo o comprimento, se inclina, ora para o lado direito, ora para o esquerdo destes dois pontos. A sua oscilação só tem lugar quando impulsionado no lado norte ou sul. Facto idêntico se dá com o primeiro apontado sito na Canteira, termo de Soutelo. Relativamente aos dois seguintes do mesmo termo nenhuma nota encontro nos meus apontamentos.

Dimensões desta Pedra Baloçante:

Comprimento 3<sup>m</sup>,46.

Largura num lado 2<sup>m</sup>,25 e no outro 2<sup>m</sup>,30.

Altura em média 1 metro.

Perto do Lombeiro da Derreigada fica outro sítio do termo de Montezinho denominado Castro Curisco e nele outro grande bloco de granito também apoiado em dois pontos, que oscilava no sentido N.-S.; mas recentemente por espírito estúpido-iconoclasta quebraram-

-lhe um pedaço, de modo que agora ainda se inclina para um e outro lado, quando o impulsionam, mas não oscila.

É de notar que no termo de Montezinho há dezóito sítios com o nome de Castro; mas aqui esta palavra não tem o sentido arcaico doutras terras assinaladas por ruínas proto-históricas ou luso-romanas. Examinei alguns dêsses Castros de Montezinho e vi que aplicavam tal nome genéricamente para indicar um cabeço, um fragueiro de granito, de que o termo é abundantíssimo, mais ou menos talhado naturalmente em forma cónica, de altura notável, semelhando um castelo.

Eis os nomes dêsses Castros: Castro de Baixo; Castro Grande; Castro dos Currais; Castro das Gralhas; Castro das Barreiras; Castro do Falgueirão; Castro da Raposa; Castro das Cortejas; Castro do Tameiro; Castro das Arregadas; Castro da Falgueira do Jorge; Castro das Gorretas; Castro do Rigueiro de Prado Bedual; Castro Curisco; Castro da Lameira das Onzelhas; Castro das Caborcas; Castro da Pedra Carregada; Castro do Castrelejo.

Preguntámos por lendas ou tradições que andassem ligadas às Pedras Baloiçantes; nada nos foi indicado, nem consta. Há, porém, uma lenda referente à serra. Diz ela que em tempos muito antigos um conde poderoso se estabeleceu na Serra de Montezinho assenhoreando-se da parte dela pertencente ao termo de Soutelo por forma que muito incomodava os moradores desta povoação e lhe impedia o pastoreamento dos gados, o que levou seus habitantes a pedir auxílio a sete povos vizinhos que efectivamente o prestaram forçando o conde a largar a serra. Em paga os de Soutelo concederam aos povos que os auxiliaram o direito de utilizar para seus gados as pastagens da serra.

Parece que a expulsão do conde não foi bem pelo direito da força, porque, segundo a mesma lenda, ele não podia ser obrigado a levantar mão da prêsa se tivesse a casa completamente mobilada; como porém se achasse que lhe faltavam as *barilhas*<sup>1</sup> houve de fazê-lo.

Entre os povos que auxiliaram Soutelo ia também este nosso de Baçal e ainda hoje se mostra na serra um montão de pedregulho que dizem ser as ruínas da *curriça* ou *cortelho* onde pernoitavam seus gados.

Os de Carragosa não quiseram auxiliar Soutelo, ao parecer, por

---

<sup>1</sup> Espécie de estrado sobre que giram as peneiras no acto de peneirar a farinha.

estarem ou quererem relacionar-se com o conde e, por isso, desde então, segundo a mesma lenda, ficaram conhecidos pelo apôdo de —Fidalgos de Carragosa— pela petulância metidiça de, sendo plebeus, se arrogarem intimidades com um grande e fidalgo<sup>1</sup>.

Voltemos às Pedras Baloçantes. No termo de Tronco, concelho de Chaves, ao cruzar a estrada a macadame que desta vila segue para Vinhais por Lebução com a verea ou caminho que de Vilharandelo e Oucidres se dirige pela cumiada da montanha para Dadim e Travancas, a menos de cem metros ao norte da estrada fica outra Pedra Baloçante que visitei a 11 de Maio de 1909 em companhia do bom amigo José Miguel Machado, pároco de Rabal. É de granito bem como o seu suporte. Oscila em plano inclinado no sentido N.-S. apoiada num só ponto fornecido por uma grande penedia que emergindo do terreno se eleva de um a dois metros. Tem a servir-lhe de resguardo ou espera pelo lado norte um grande bloco de granito e do oposto nada.

Dimensões do monumento:

Comprimento 9<sup>m</sup>,90.

Largura, variável entre 2 metros e 7<sup>m</sup>,50.

Altura, em média 2<sup>m</sup>,40.

Só oscila quando impulsionado em certo ponto do lado sul. É de notar que quando aponto estes monumentos como oscilando no sentido N.-S. se deve entender *grosso modo* à falta de instrumento preciso ao tempo para indicar rigorosamente a orientação de tal facto.

A dois quilómetros da povoação de Linhares, concelho de Carrazeda de Anciães, descendo para o Douro, há outra Pedra Baloçante a que na região chamam Penedo que Bole. É de granito, bem como o seu suporte e afecta a forma de um barco diminuindo sensivelmente de altura do centro para as extremidades. Oscila no sentido N.-S. e só quando impulsionado na extremidade sudoeste ou nordeste, em plano horizontal (?) sobre dois pontos de apoio fornecidos por uma fraga que aflora à superfície do terreno.

Dimensões do monumento:

Comprimento 5 metros.

Largura 2<sup>m</sup>,12.

Altura, variável entre 0<sup>m</sup>,30 e 1 metro.

<sup>1</sup> Sobre os apôdos da região ver: *Dialecto Mirandês*, por Albino J. de Moraes Ferreira, 1898, p. 40; *Ilustração Trasmontana*, tomo I, p. 76 e 78; José Leite de Vasconcellos, *Estudos de Filologia Mirandesa*, tomo II, p. 334, e em outras partes desta obra.

Não lhe anda ligada lenda alguma: as indicações que lhe dizem respeito foram-nos dadas pelo bom amigo Manuel da Ressurreição Mores, em 30 de Maio de 1914, que a nosso pedido o examinou.

Da carta que então nos escreveu recordamos mais as seguintes notícias. Há no termo de Linhares, Fragas dos Mouros e Caixões de Pedra. Estes são excavações simétricas feitas em cantaria geralmente lisas ou planas pela parte superior, aonde se vê o talhe dum homem deitado muito perfeito; ou para melhor, um caixão talhado com precisão à medida dum corpo humano; distinguindo-se muito bem o alargamento dos ombros, do torneio do pescoço, a redondeza da cabeça, etc. . . Apareceram cá, há meses, numa propriedade e numa extremidade da povoação umas poucas de moedas de prata já muito carcomidas pela terra que parecem ser muito antigas e juntamente alguns pesos de barro, em vários tamanhos, mas tam sólidos que nem batendo-lhe com um martelo se quebram; além disso tam perfeitos ainda como se saíssem agora da fôrma.

Como Manuel Mores saiu logo de Linhares, nem dos pesos, nem das moedas consegui obter exemplar algum.

Tenho notícia doutra Pedra Baloçante existente perto de Bassal, à beira da estrada a macadame entre a vila de Valpaços, distrito de Vila Rial e a povoação de Rio Torto; mas nenhum apontamento dela consegui ainda obter.

Baçal, Julho de 1917.

P.<sup>o</sup> FRANCISCO MANUEL ALVES.

---

### Arqueologia Artística

#### I

##### **Dois Pelourinhos de Além-Tejo em Veiros e Canal**

«Um camartello deitado sobre uma ara de pedra em frente dos Paços do concelho deveria substituir os seculares pelourinhos (também já, em parte, roídos ou despedaçados), como symbolo do poder municipal»<sup>4</sup>. É o monumento *in memoriam* da destruição burguesa, sistemática e já hoje constitucional, das câmaras concelhias, proposto por Herculano. De tantos destroços, ainda algures foram salvos os padrões locais da história portuguesa, ou, uma vez perdidos, de novo

---

<sup>4</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos*, t. II, p. 48. É curioso de ironia a leitura das pp. 48 a 50.

foram restituídos à sua hierárquica postura. Entre eles estão *pelourinhos* e *cruzeiros*, como os mais vulneráveis e de facto mais vulnerados.

Na *Descrição do Reino de Portugal*<sup>1</sup>, de Duarte Nunes do Lião, composta nove anos antes da morte do autor<sup>2</sup>, que foi em 1608, vem a fls. 9 as vilas da «Correição», Comarca<sup>3</sup> ou Distrito<sup>4</sup> de Extremoz. São ao todo dezasseis, e todas elas tinham carta de foral, antiga ou manuelina. A saber: Extremoz (sede ou cabeça da «correição»), Canal, Borba, Veiros, Sousel, Vila Viçosa, Cano, Évora-Monte Fronteira, Vimieiro, Figueira, Cabeço de Vide, Avis, Galveias, Alter-Pedroso e Sêda.

Esta comarca dividiu-se por outras ao depois formadas, e pelas que já então existiam. A *Chorographia Portuguesa*, do P.<sup>e</sup> António Carvalho de Castro<sup>5</sup>, de 1712, traz a formação dessas comarcas. À de Évora pertencem as vilas de Vimieiro (p. 440), Extremoz (443), Canal (446). À de Vila Viçosa as de Borba (513), Évora-Monte (515), Monsaraz (517), Sousel (524). À de Avis as de Galveias (612), Sêda (615), Cabeço de Vide (617), Fronteira (618), Figueira (622), Cano (623), Veiros (624)<sup>6</sup>.

Em 1836 foram reduzidos os concelhos. De 817 que havia suprimiram-se 466, o que deu ficarem apenas 351. O *Código Administrativo* do mesmo ano aceita a redução. E destas modificações sucessivas, na divisão territorial do país, resultaram para os velhos concelhos muitas vicissitudes. Uns perderam a autonomia e foram ligados a outros (Canal, Veiros, Cano, Évora-Monte, Cabeço de Vide, Galveias, Vimieiro, Sêda, Figueira, Alter-Pedroso). Outros foram adicionados ora a um ora a outro dos concelhos confinantes, como Veiros que pertenceu ao de Monforte, por decreto de 1855, e depois ao de Extremoz, desde 1895, onde se mantêm. Ainda outros, uma vez perdida a autonomia, recuperaram um dia o prestígio municipal, como Sousel.

<sup>1</sup> Edição de 1610, em Lisboa.

<sup>2</sup> D. Nunes do Lião, *op. cit.* Vid. Dedicatória, q. 4 v.

<sup>3</sup> 78, *idem*, fls. 3 v.

<sup>4</sup> A. Herculano, *Historia de Portugal*, t. iv, 3.<sup>a</sup> ed., pp. 65, 69, 108, 109, 270 (foral de Proença), etc. Cfr. comarca judicial, e distrito territorial, administrativo.

<sup>5</sup> A numeração refere-se ao volume II.

<sup>6</sup> Extremoz, Borba, Vila Viçosa, Évora-Monte, Monsaraz, pelo menos, foram concelhos perfeitos pela primeira fórmula, *tipo de Santarém*, na primeira época. Avis, Alter-Pedroso, Sêda, foram-no da terceira fórmula, *tipo de Avila*, na mesma época. Foram reformados por D. Manuel. Veiros, Cano, Figueira, etc., tiveram só forais novos.

Embora concelhos mortos, conservam, como memória da sua importância, o *pelourinho*, as vilas de Veiros e Canal.

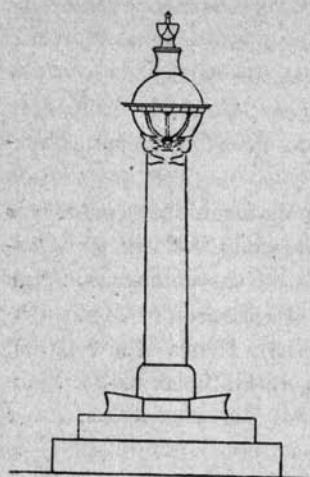
VEIROS recebeu foral de D. Manuel a 2 de Novembro de 1510<sup>1</sup>, e pertencia-lhe em cōrtes o décimo segundo lugar do quarto banco<sup>2</sup>.

Não teve foral anterior. O concelho foi extinto em 24 de Outubro de 1852 e anexado ao de Monforte; o decreto de 26 de Setembro de 1895 anexou-o ao de Extremoz<sup>3</sup>.

O *pelourinho*, que no séc. XVI devia de ter atestado o direito municipal, foi substituído pelo que se levanta hoje na praça da vila (*forum*), em frente do edifício dos paços do concelho, e tem estilo setecentista com data de 1739.

É uma coluna assente em três degraus. O inferior mede 0<sup>m</sup>,58 (alto)  $\times$   $\times$  3<sup>m</sup>,08 (comprido)  $\times$  0<sup>m</sup>,44 (largo); o médio, respectivamente, 0<sup>m</sup>,27  $\times$  2<sup>m</sup>,38  $\times$   $\times$  0,44; o superior, inclinado para o centro, e de espelhos côncavos, 0<sup>m</sup>,59 e 0<sup>m</sup>,35

Pelourinho de Veiros (séc. XVIII)



(máximo e mínimo de altura)  $\times$  0<sup>m</sup>,68 + 0<sup>m</sup>,68 + 0<sup>m</sup>,68 (cada segmento) = 2<sup>m</sup>,04 em linha distendida. Ao centro do degrau superior, um soco paralelepípedico, 0<sup>m</sup>,68 de lado  $\times$  0<sup>m</sup>,24 de altura, as arestas superiores arredondadas, serve de base ao fuste. Este é uma pirâmide truncada, ou prisma irregular, de secção quadrada, de 3<sup>m</sup>,15 de altura até os relevos do capitel, feitos no mesmo monólito, 0<sup>m</sup>,32 de largura na base, e 0<sup>m</sup>,27 no tópico. A 3<sup>m</sup>,15 da base esboça-se o capitel; relevos cruzados formam uma estilização rudimentar, uma indicação leve, da folhagem clássica dos acantos, em uso; e sobre êles, em relação a cada face, quatro cabecinhas aladas de anjos suportam o ábaco; este capitel tem a altura de 0<sup>m</sup>,40, e o lado de 0<sup>m</sup>,49. O ábaco está carregado de uma esfera maciça, como se vê na figura; o plano do equador sobressai, e o diâmetro, compreendendo o duplo raio e a saliência equatorial, é de 1 metro; o hemisfério superior é liso, o inferior tem três arcos que vão aguentar um astrágalo onde assenta o plano do equador. No polo alto, encaixa um plinto de 0<sup>m</sup>,30 de alto

<sup>1</sup> *Livro dos forais novos do Alentejo*, 2.<sup>a</sup> colecção, fls. 50.

<sup>2</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, ed. de 1870, vol. I, pp. 275 e 276.

<sup>3</sup> P.<sup>o</sup> Luís Cardoso, *Diccionario Geographico de Portugal*, s. v. «Veiros».

e 0<sup>m</sup>,25 de largo, e sobre ele ergue-se uma urna de perfil parabólico, fechada, com 0<sup>m</sup>,30 de altura.

Na face da coluna, que fica da esquerda para quem defronte os paços do concelho, lê-se a inscrição.

M	DE <sup>O</sup>		
1	7	3	9
1	5	3	9
F.	T <sup>o</sup>		

Na 1.<sup>a</sup> linha, D e E formam *sigla inclusa*. ¿A data inferior será indicação do primeiro *pelourinho*? Neste caso, serão muito distantes a data do foral (1510) e a do *pelourinho* (1539); só a conjectura poderá talvez explicar influência da data sobreposta (39-39) em abridor de letras guiado por parcós entendimentos, ou por ajuda equiparável. M poderia acaso ser *Manuel*, que, com DE<sup>O</sup> dando DE OLIVEIRA, Deodato ou *Deolindo*, etc., formaria a marca do canteiro que *F(ez)* (?) o monumento. T<sup>o</sup> tomar-se-ia por *TUDO* ou *TODO*. E teríamos v. gr. um *Manuel de Oliveira*, que em 1739 fizesse todo o *pelourinho* e o assinasse no costume da época. Fica a interpretação por mera hipótese, sem dados precisos para leitura dos caracteres gravados.

Falta dizer, para complemento, que o monumento é todo de pedra-mármore das cantarias de Extremoz<sup>1</sup>.

\*

Da vila do CANAL, hoje pertencente ao concelho de Extremoz, podem ver-se notícias em várias obras, mas não topei com nenhuma que me informasse com precisão.

O *Comto do numero da gente que el Rey noso Senhor mādou que se cōtasse na sua Comarqua d'Antre Tejo e Odiana, tirando as terras do Duque de Bragança, e do Mestre de Santiago e Priolado do Crato que se nam cōtarā, e Mestrado d'Avis*, que é do séc. XVI, traz notícia do Canal. Verifique-se no *Archivo Histórico Português*, t. IV, de 1906, a p. 101. Dá porém apenas cotas demográficas e corográficas, e, que me sirva de momento, a certeza de pertencer a vila às Terras da Coroa. Manuel Severim de Faria diz apenas que estão na jurisdi-

<sup>1</sup> Veja-se, para apreciação das antiguidades da vila, a monografia de A. J. Anselmo, *Veiros*, Elvas 1907. Obtive o desenho e dimensões do *pelourinho*, por intercessão amável do Sr. Rafael Grincho, de Extremoz, a quem muito agradecido me confessô aqui.

ção dela Val de Infante e o principal da Serra de Ossa<sup>1</sup>. Tinha termo seu, com a única aldeia da Água Santa, e nele o hospício dos Religiosos de S. Paulo, em Val-de-Infante, nas abas da Serra de S. Gens<sup>2</sup>. O P.<sup>o</sup> Luís Cardoso porém afirma que a vila do Canal era da Casa de Bragança, o que poderá ter sido posterior ao séc. XVI, de Nunes do Lião e do Comto<sup>3</sup>. Também se refere a escolha de vereadores, que não era por pelouro, mas por direito dos últimos vizinhos que serviam de juizes, costume vigente ainda em 1834<sup>4</sup>.

Tinha «Casa de Câmara»<sup>5</sup>, que não se vislumbra onde tenha sido. O *pelourinho*, colocado no topo de um outeiro, junto de um grupo de casas, é rude e simples. Faz supor por via de regra que tenha

defrontado os paços do concelho, que seriam por ali. Estas casas estão a 1 quilómetro da aldeia actual. O tamanho da vila acusado na *Chorographia Portugueza*, do P.<sup>o</sup> Carvalho da Costa, no *Diccionario Geographico de Portugal*, do P.<sup>o</sup> Cardoso, do Comto, etc., confirma a pequenez mingoada do casario, que poderá corresponder ao que dela directamente resta<sup>6</sup>.

Em uma base larga, quadrada, e lisa, de 0<sup>m</sup>,70 de altura, e 1<sup>m</sup>,50 de lado, *plus minus*, projecta-se ao alto um monólito cilíndrico de granito, de 0<sup>m</sup>,40 de diâmetro e 2<sup>m</sup>,30 de altura. A meio da coluna, uma cinta de ferro, que está no seu lugar, prendia as cremalheiras que seguravam os criminosos *expostos*.

Sobre a coluna assenta uma esfera do mesmo ou aproximado diâmetro, também de granito<sup>7</sup>, atravessada pelo ferro de uma bandeirola biponteaguda de catavento.

<sup>1</sup> Bluteau, *Vocabulario Português*, t. II, p. 91, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> col., s. v. «Canal».

<sup>2</sup> P.<sup>o</sup> Luís Cardoso, *Diccionario Geographico*, 1751, t. II, p. 402. s. v. «Canal».

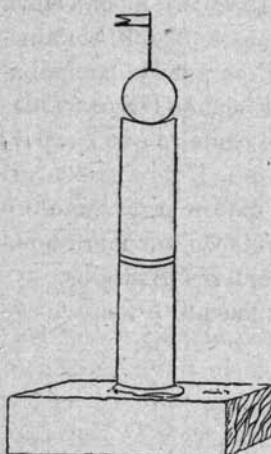
<sup>3</sup> P.<sup>o</sup> L. Cardoso, *op. cit.*, id.

<sup>4</sup> Pinho Lial, *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. «Canal».

<sup>5</sup> P.<sup>o</sup> L. Cardoso, *op. cit.*, id.

<sup>6</sup> Bluteau, in *op. cit.*, refere a discussão do lugar do Canal, e cita a *Canace* de Ptolomeu, na Turdetânia. O que há de antiguidade conhecida, é terem aparecido, no Canal, restos romanos: *aureos*, *argenteos*, argolas de ouro (pulseiras), e instrumentos de ferro (*ferramental*).

<sup>7</sup> Está próxima a região granítica do Redondo. Nery Delgado e Paul Choffat, *Carta Geológica de Portugal*, 1899. (y).



Pelourinho do Canal  
(sécs. XVI-XVIII)

Sem pormenor ou indício artístico próprio para o datar, não será possível estabelecer a idade do padrão municipal desta vila. Mencionada entre as mais da «Correição de Estremoz»<sup>1</sup>, todas com foral, por certo se não emparelharia com elas em situação administrativa florescente. Teria tido *foral*, como os que o tiveram de D. Manuel. Se o *pelourinho* era de facto monumento jurisdicional dos concelhos, a que Herculano chama *perfeitos*, o Canal têm-lo-ia como prova de concelho nessas condições, do tipo tardio de Évora, que D. Manuel propalou no Alentejo. Para aparecer no séc. XVIII, em terras jurisdicionais da Casa de Bragança, teria havido doação dela, e continuação ou modificação da modalidade do seu organismo municipal? É o que cumpre averiguar, e não cabe nesta notícia. Mas o *pelourinho* tanto poderá ser do séc. XVI como do XVII ou ainda do XVIII, e lembra longínquamente o de Vila Viçosa (XVI), na Praça Velha, de fuste quadrado, roca (esfera) e coruchéu<sup>2</sup>, e mais o tipo do de Veiros (XVIII), também o de Extremoz (XVI). A bandeirola de ferro nada indica.

Quem fizer lista dos *pelourinhos*, deve de formar por capítulos as séries dos de *gaiola*<sup>3</sup>, de *coruchéu* (Colares, Elvas, Extremoz, Sintra, etc.), os de *esfera* (Canal, Paredes de Coura, Veiros, etc.), os *mixtos* de um e outro (Vila Viçosa), e os de *fantasia* (Bragança,).

## II

### Siglas de canteiros nos edifícios medievais de Extremoz

São muito conhecidas, por muitas serem, certas marcas gravadas na silharia dos monumentos medievais. Essas marcas correspondem à sinalização individual dos canteiros, que aparelhavam as pedras dos edifícios: todas elas são marcadas, e, se nem sempre se vêem, é que as marcas não se punham por via de regra no lado que ficaria para fora.

Não há muito tempo que estes sinais eram tidos por simbolismo maçónico. A propósito dêles, diz o Sr. Conde de Sabugosa, no *Paço de Cintra*, curiosa monografia ilustrada pela Sr.<sup>a</sup> D. Amélia de Orleans, que um inglês (o Stephenson de Murphy, nos *Travels in Por-*

<sup>1</sup> Viterbo, *Elucidario*, t. I, p. 312, 2.<sup>a</sup> col.; Bluteau, *Vocabulario*, II, 563, «Correição». Havia no reino seis províncias e vinte e seis correições.

<sup>2</sup> Rocha Espanca, *Notícias de Villa Viçosa*, Redondo, 1892, p. 293 e 393.

<sup>3</sup> Luís Chaves, o *Pelourinho de Extremoz*, Separata da *Terra Nossa*, p. 6, nota 2, ou na mesma revista, n.<sup>o</sup> 3, pp. 53 e 54.

tugal<sup>1</sup>, ou outro qualquer) teria sido o introdutor da maçonaria em Portugal, e as siglas dos edifícios construídos eram *sinais simbólicos*, pelos quais se reconheciam os iniciados<sup>2</sup>. Também o Conde de Raczyński dava a mesma significação a essas siglas, admitindo os esclarecimentos de Falkenstein, bibliotecário de Dresda, em carta que publica em *Les Arts en Portugal*<sup>3</sup>.

Em 1868, Possidónio da Silva deu-lhes outra interpretação, no *Mémoire de l'archéologie sur la véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments du Portugal, appartenant à l'architecture du Moyen-Âge*<sup>4</sup>. Estudou com cuidado as marcas, e, comparando as do mesmo edifício entre si, depois confrontando-as de uns para os outros, concluiu que não eram nem podiam ser símbolos maçónicos.

Os hieroglifos da maçonaria eram de um formulário reduzido, enquanto as siglas dos edifícios de construção atribuída aos franco-maçons variavam indefinidamente no mesmo edifício, e não se repetiam de edifício para edifício. Além disso, elas estão em grande parte à vista, o que estava em desacordo com o carácter de instituição secreta, que a maçonaria tinha.

Explicou então Possidónio da Silva que essas marcas eram *sinais dos canteiros*, para facilidade de trabalho e de pagamento da obra executada.

Esses sinais são: letras romanas, unciais ou góticas, simples, agrupadas em monogramas, ou mesmo abrindo nome inteiro; figuras

<sup>1</sup> James Murphy, *Travels in Portugal*, Londres 1795, p. 44.

<sup>2</sup> *Ob. cit.*, p. 210. Dá, é certo, uma explicação económica a p. 212, embora tenha admitido a primeira.

<sup>3</sup> *Ob. cit.*, p. 333 e sgs. Na estampa I (t. I) publicou siglas do Castelo e da Igreja de Freixo de Espada-Cinta, Castelo de Moncorvo e Capela do de Numão; na II, da Capela de S. Domingos da Queimada; na III, da Torre de Menagem de Beja.

<sup>4</sup> Esta memória foi de novo publicada no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, de 1886, n.º 2 do tómo V (2.ª série), pp. 29-31; n.º 3 do mesmo, pp. 39-41. Acompanham a Memória reproduções das marcas de monumentos de Guimarães (Sé), Coimbra (Sé, Santa Cruz, Santa Clara), Braga (Sé), Pôrto (Sé, Igreja de S. Francisco), Leiria (Castelo), Tomar (Igrejas de Santa Maria da Oliveira, de S. João, Convento de Cristo), Santarém (Igrejas de S. João de Alporão, de S. Francisco, da Graça), Lisboa (Sé, Carmo, Jerónimos), Freixo de Espada-Cinta (Castelo e igreja dêle), Sintra (Igreja de S. Martinho, Palácio de Sintra e da Pena), Moncorvo (Castelo), Lamego (S. Domingos da Queimada), Alcobaça (Convento), Évora (Sé), Odivelas (Igreja), Batalha (Convento) e Setúbal (Igreja de Jesus).

geométricas, outras de fantasia; marcas de origem religiosa, como cruzes, ou supersticiosa, como o *signo-saimão* e o *suástica*.

Os sinais menores, apensos às letras e a outras marcas (círculo, zero, triângulo, cruz), atribuí-los Possidónio a designativo de parentesco entre os canteiros: assim, a primeira marca seria a privativa do canteiro, e a segunda a de família.

Convém notar que Raczyński concordou com a explicação do nosso arqueólogo, e o *Boletim da Associação dos Archeólogos Portugueses*, quando transcreveu a *Memória* de Possidónio, juntou-lhe cartas de individualidades que com ela concordaram; entre elas vem uma do Conde de Raczyński<sup>1</sup>, datada de Berlim em 29 de Outubro de 1868, onde reconhece que as siglas não fossem maçónicas.

\*

Confrontando as siglas de Extremoz com as que pude ver em *fac-simile* nas duas obras citadas (a de Raczyński e a de Possidónio da Silva), observa-se um certo número de similhanças, embora limitado. Estão nas letras simples dos canteiros, que soubessem fazê-las, —e nem sempre pelo menos em iniciais avulsas isso corresponderia a conhecimento do alfabeto—, e nos sinais mais vulgares (círculos, cruzes, suásticas). As letras que se repetem são o A, o B, o D, o I e um pouco o P; isto parece ser indício de que estas iniciais teriam o carácter taxativo das simples figuras analfabéticas. Não sucede o mesmo com os monogramas e os nomes *in extenso*, que são raros.

Assim: há quadrados no castelo de Freixo (estampa XII, do tomo V do *Boletim dos Arqueólogos*, n.º 2), e no de Moncorvo (est. XIII); triângulos no de Leiria (est. VI) e na igreja de Santa Maria de Sintra (est. XI); círculos na Sé do Porto (est. V), na igreja de Santa Maria de Sintra (est. XI), no castelo de Freixo de Espada-Cinta (est. XII, e Raczyński, 333, t. I), e no de Moncorvo (est. XIII); semicírculos na torre da Sé de Coimbra (est. III). Há cruzes: no castelo de Freixo (*Boletim*, e Raczyński), na igreja de Odivelas (est. XXIII), na torre da igreja do Convento de Tomar (est. XXVI, do *Boletim*, vol. V, n.º 6), etc. Suásticas rectilíneas ou curvos, em: Sé de Lisboa (est. X), igreja de Odivelas (est. XXIII), refeitório do Convento de Alcobaça (est. XVIII), etc.

Esta marcação compara-se evidentemente com igual costume e iguais marcas fora de Portugal. Por exemplo, para Espanha, notem-

<sup>1</sup> *Boletim* citado, vol. V, 2.ª série, p. 31.

-se as do castelo de Monzón (Huesca) dos Templários, e as da catedral de Toledo, que o Sr. Mariano Pano publicou em 1902 no *Boletín de la Real Academia de la Historia*<sup>1</sup>. Os «signos lapidários» dos dois monumentos medievais compreendem o triângulo, o quadrado, o trapézio, o círculo, a cruz e o *signo-saimão*.

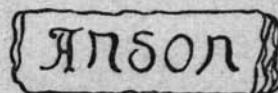
Deve-se observar que este costume de marcar as pedras trabalhadas continuou no Renascimento, e posteriormente ainda. Na estampa XLV do *Boletim dos Arqueólogos* (vol. v, n.º 3) vem publicada uma porção de marcas, que Possidónio tirou do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa, obra de 1738.

Já no *O Archeologo Português* tem vindo siglas dos monumentos portugueses. No vol. x a páginas 397 dão-se os nomes por extenso de dois canteiros (*Fylpe Diaz ou Dominguez e Domigo talvez Gonçalvez*) do castelo da Feira<sup>2</sup>; no vol. xiv, p. 79, fala-se das da Igreja de S. Cristóvão de Rio Mau<sup>3</sup>; no vol. xx, p. 295, mencionam-se os silhares siglados da matriz de Águas Santas<sup>4</sup>.

\*

Extremoz tem riqueza de monumentos medievais. Entre eles avulta a *Torre de Menagem*, obra bem conservada do rei D. Denis (séc. XIII-XIV).

Num capitelo de um colunelo do salão nobre da torre<sup>5</sup>, lê-se o letreiro que é evidentemente o nome do canteiro *Anton*, forma antiga do nosso *Antão* de hoje.



As outras siglas são tomadas principalmente no mesmo local, e repetem-se nos andares superiores e escadarias. Abundam sobretudo, como já observei antes, o A, o B, o D, o I, o P e além dêles o S.

<sup>1</sup> Vol. xl, p. 419 e sgs.

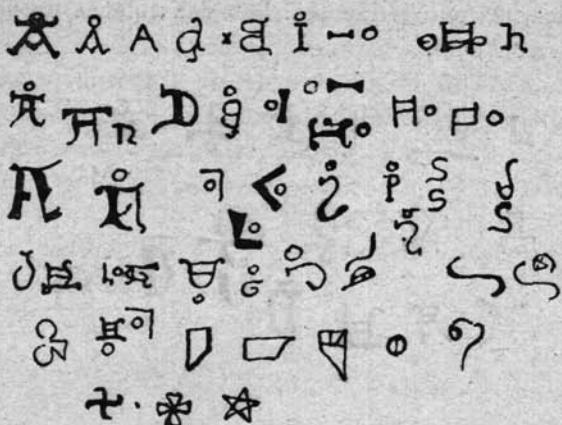
<sup>2</sup> De um artigo do *Diário de Notícias*, de 9 de Agosto de 1905, reeditado e anotado pelo Sr. Pedro de Azevedo.

<sup>3</sup> Artigo de Monsenhor Ferreira, de Vila de Conde.

<sup>4</sup> Artigo do Sr. Pedro Vitorino, do Pôrto.

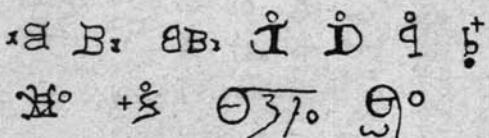
<sup>5</sup> «Na torre é curiosa uma sala cuja architectura parece remontar ao reinado de D. Diniz». Pinho Lial, *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. «Estremoz».

No meio nota-se o monograma de A, N e T, que poderá ser de *Anton*, que por extenso não aparece mais, fora do mencionado capitel.



Castelo de Estremoz (sécs. XIII-XIV)

Próximo da *Torre de Menagem* está o edifício de gótico primitivo, que foi o Paço de D. Denis a que se refere o Sr. Joaquim de Vasconcelos<sup>1</sup>, aplicado coetaneamente ou ao depois a Paço Municipal. As marcas, que dou, são dos colunelos da arcaria da galilé e dos silhares dos arcos. A última lembra uma data, é no entanto combinação de sinais, como se vê da imediata.



Paço de D. Denis (sécs. XIII-XIV)

Na parte baixa da vila está o Convento de S. Francisco, de religiosos da seráfica Observância, chamados Xabreganos, fundado em 1239<sup>2</sup>, no qual diz a tradição local, pelo menos, se hospedava D. Denis, antes da construção do seu paço.

<sup>1</sup> *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, IV, n.º 4, p. 125, série 2.<sup>a</sup>: «Da Architectura Manuelina» (conferência feita na Exposição distrital de Coimbra, em Janeiro de 1884).

<sup>2</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, ed. de 1763, t. II, p. 126.

A última sigla da primeira linha é muito complicada. A par das letras mais usadas em todos os monumentos e que podem comparar-se nestas mesmas de Extremoz, estão sinais de variada fantasia, desconhecidos nos outros lugares. São das colunas da nave central da igreja do convento.



Convento de S. Francisco (séc. XIII)

Perto do convento de S. Francisco está o Mosteiro de Religiosas da Ordem de Malta, único em Portugal. O edifício foi construído por D. Manuel I, e cedido por D. João III, para convento de S. João da Penitência, de Maltesas, para quarenta senhoras<sup>1</sup>. Foi fundador do convento o Infante D. Luís<sup>2</sup>, irmão de D. João III, quando era Grão Prior do Crato<sup>3</sup>. As marcas que se seguem foram tiradas do claustro baixo; a última assemelha-se a uma do claustro dos Jerónimos, que vem no *Boletim* da Associação dos Arquitectos e Arqueólogos<sup>4</sup>.



Convento das Maltesas (séc. XVI)

Por último, numa casa particular, junto das muralhas novas (de D. João IV-D. Afonso VI), e onde há indícios vários do séc. XVIII,

<sup>1</sup> Para estudo do mosteiro, pode ver-se a obra do Dr. J. Epifânio Marquês: *Breve Memoria acerca da instituição das Religiosas Malteras em Portugal*, Coimbra 1899.

<sup>2</sup> O convento foi consagrado pela *Bulla Regimini Universalis Ecclesiae*, do Papa Paulo III, em 16 de Dezembro de 1539.

<sup>3</sup> Entre as vinte e cinco comendas da ordem nas terras de Portugal a primeira é o Grão Priorado do Crato, cujo Prior tinha domínio sobre treze vilas, entre elas a do Crato. *Mappa de Portugal*, II, 40-41.

<sup>4</sup> *Boletim* citado, 2.ª série, vol. V, n.º 3, estampa XLII.

vê-se na face inferior da padieira da porta de entrada uma marca incisa<sup>1</sup>. É por certo lembrança do canteiro que aparelhou a pedra, e teria sido feita quando ela estava em posição horizontal, própria para o desenho se fazer. Imita uma moeda, no reverso, com o escudo rial; mas, como entre o brasão quadrangular e a orla circular não houvesse intervalo para a coroa, ficou esta de fora; ou então é o escudo, coroadado, sobre a esfera armilar dos *patacos* de D. João VI, o que me parece mais certo.



Casa particular

## III

**Gravura, «registo de santo», com os retratos de D. João V  
e da Rainha sua mulher**

(séc. XVIII)

Na gravura dos *registos de santos* trabalharam sempre, quer no séc. XVIII, quer no imediato, os melhores *impressores de estampas e abridores de buril*, que exerciam em Lisboa o seu mester. Artistas nacionais e estrangeiros aplicavam nas estampas de devocão a sua arte de desenho e gravura.

Quando o rei D. João V, a seguir à paz de Utrecht (1715) e principalmente depois da instituição da Academia Real da Historia Portuguesa (1720), chamou de fora os gravadores necessários à ilustração dos livros da Imprensa Régia, o movimento artístico da gravura desenvolveu-se<sup>2</sup>. E como as casas de venda ou as confrarias editavam *registos de santos*, os gravadores tiveram nesse ramo da gravura artística ensejo de proveitos a aproveitar.

Assim nos aparecem estampas de festas, romarias e círios, feitas pelos melhores artistas.

De gravadores portugueses, os *registos* melhores e mais vulgares, são os de:

<sup>1</sup> É na casa da família Viana.

<sup>2</sup> O rei encarregou de lhe obter gravadores o Conde de Tarouca, D. João da Silva, seu embaixador na Haia.

*Joaquim Carneiro da Silva*, mestre da Moeda, e fundador da primeira escola de gravadores, que foi na Imprensa Régia (1769), em Lisboa<sup>1</sup>;

*Joaquim Manuel da Rocha*, falecido em 1786;

*Ventura da Silva*, sobrinho do primeiro;

*António Joaquim Padrão*, falecido em 1760;

*Gaspar Frois Machado*, 1759-1796;

*Manuel da Silva Godinho*, o melhor discípulo de Joaquim Carneiro da Silva<sup>2</sup>;

*Gregório Francisco Queiroz*, 1768-1845;

*Assis*, que muito gravou em companhia de Queiroz;

*Raimundo Joaquim da Costa*, do Pôrto, que ainda gravava quando Raczynski o incluiu no *Dictionnaire historico-artistique*<sup>3</sup>, e era auxiliado pela filha.

Gravadores estrangeiros, entre outros, fizeram registos:

*Charles de Rochefort*, no tempo de D. João V;

*Antoine Quillard*, id.;

*Michel Le Bouteux*, id.;

*Guillaume François Laurens Debrie*, id.;

*Giovanni Cardini*, no de D. José;

*Francisco Bartolozzi*, em Portugal desde 1802.

O mesmo se deu depois com os litógrafos, como *Sendim*, *Dias da Costa*, *Macphail*, *Lecoingt*, etc.

Alguns artistas apenas davam desenhos, que outros gravavam. *Domingos Sequeira*, como antes dêle *Vieira Lusitano* e *Vieira Portuense*, figuram em *registos* como «inventores e delineadores», ao lado dos que foram os «gravadores» da estampa. Às vezes a gravura nem deixa ver o desenho do inventor, ou, passando de cópia em cópia, adultera-o por completo, ficando reconhecíveis apenas as disposições gerais; é o que se dá para um *S. Francisco de Assis*, de Vieira Lusitano, e para um *Crucificado* de Sequeira, bem conservado pelo gravador Raimundo Joaquim da Costa e desrespeitado por subsequentes gravadores anônimos. Gregório Queiroz gravou a *Sopa Económica e a chegada de D. João VI a Lisboa*, de Sequeira. Carneiro da Silva gravou estampas das Princesas D. Benedita e D. Mariantina.

<sup>1</sup> Taborda, *Lista dos Artistas*, p. 17. Raczynski, de apreciação dura, chamou-lhe «verdadeiro artista»: *Dictionnaire*, p. 39.

<sup>2</sup> Raczynski, *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, p. 113.

<sup>3</sup> *Op. cit.*, p. 61, ed. de 1847.

No livro I dos volumes de *registos de santos*, que pertenceram a Aníbal Fernandes Tomás, e hoje são do Museu Etnológico Portu-



guês<sup>1</sup>, encontrei uma gravura onde se vê em adoração el-rei D. João V com sua mulher, a Rainha D. Mariana de Áustria<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Vid. *O Archeologo Português*, vol. xxi (1916), p. 30 e nos volumes sgs.

<sup>2</sup> A rainha era irmã do arquiduque Carlos, pretendente à coroa de Espanha, filha do Imperador Leopoldo I e de D. Leonor, sua mulher. O casamento rial efectuou-se por procuração em Viena, a 9 de Junho de 1708; a entrada da Rainha em Lisboa foi em 27 de Outubro seguinte.

D. João V está no canto inferior direito; veste armadura e sobre ela tem o manto de arminhos; ao peito vê-se-lhe a fita de uma comenda; a cabeleira longa cai-lhe nos ombros. Ajoelhado e de mãos postas, volta-se para o centro da composição. Simétricamente, ajoelha a Rainha. Entre os Reis, despojados da sua riazeza, está no chão a coroa mais o sceptro. Do centro para o alto da estampa desenvolve-se o símbolo religioso: numa auréola de esplendor irradiante, estão dois corações a par,—o da direita é o da Virgem Maria, de onde saem as açucenas alegóricas da pureza,—o da esquerda é o de Jesus Cristo, sobrepujado pela cruz do martírio e cercado da coroa de espinhos<sup>1</sup>. Ao redor contam-se duas cabecinhas aladas de anjos; em baixo, de um e outro lado, dois anjos de corpo inteiro seguram as nuvens luminosas em que a auréola repousa.

O desenho é correcto e elegante; as figuras, principalmente a da Rainha, estão bem delineadas; a composição é harmónica, e tem o equilíbrio que a alegoria requere. As atitudes dos reis são leves e precisas. Se a marcação das pernas do Rei está um pouco abandonada, o que lhe tira o relevo devido, isso não passa de pormenor destoante na correção do resto; as feições de D. João V deu-as o autor incisivamente.

¿Mas, quem é o autor da gravura, pois não está assinada, ou se lhe não marcou a assinatura, por ser prova, ou desgaste da chapá de cobre, em que foi burilada, ou má impressão?

A identificação é fácil.

A fls. 7 do volume III da mesma coleção de *registos de santos*, há uma gravura do estilo desta. Em vez dos reis, estão dois anjos na mesma postura; o símbolo, em vez de ser o dos Santíssimos Corações de Jesus e Maria, é o da Santíssima Trindade: da mesma auréola sobressai o triângulo do dogma, e a meio o Espírito Santo, na iconografia bíblica da pomba, abre as asas voantes. Esta gravura, em cobre como a primeira, tem uma redução na fôlha imediata, ambas elas de bom buril. A assinatura do gravador está bem legível, como em quase todas as estampas que fez: *Godinho f[ecit]. ou f[ez]., Lx.<sup>a</sup>*

---

<sup>1</sup> No séc. XVIII, tratando-se de aprovar em Roma uma missa e um ofício em honra do S. Coração de Jesus, os jansenistas fizeram tal oposição que a Santa Sé entendeu não ser oportuno o momento para resolver. No entanto, concedeu a Portugal e à República de Veneza um ofício em que «o Coração de Jesus, vítima do amor e atravessado pela lança», era proposto à veneração dos fiéis. Dom Prospero Guérangué, Abb. de Solesmes, *L'Année liturgique*.

Na gravura dos reis não se vê a assinatura de Godinho no canto inferior esquerdo, onde assinava por abreviatura *God.*<sup>o</sup> ou por extenso *Godinho*; e no oposto lá está como sempre o lugar onde foi feito o trabalho—*Lx.<sup>a</sup>*.

Mesmo pelo desenho e trabalho de gravação se identificava o gravador, que tem muito estilo seu em todas as estampas que abriu.

O autor é, pois, *Manuel da Silva Godinho*.

Os gravadores seus contemporâneos fizeram os retratos dos reis em várias ocasiões, tanto de D. João V, como de D. José, e de D. Maria I. *Rochefort* gravou o *Baptizado de D. João V*; *Quillard* fez em 1727 a gravura do *Lançamento de um navio ao mar*, e no episódio retratou D. João V, a quem dedicou a gravura; *Debrie* gravou em 1739 o *Retrato de D. João V e da Rainha*, pintados pelo pintor Rang; *François Harrewyn* gravou em tamanho natural os retratos dos quatro primeiros reis da casa de Bragança; *João Carpinetti* gravou os *Retratos da família rial* de D. José; *Gaspar Machado* o de D. Maria I; e *Carneiro da Silva* a *Aclamação* da mesma Princesa.

D. João V, à moda da época, sob o figurino francês da corte de Versalhes, é representado de cabeleira ondeante, o manto de armínhos sobre a armadura rica. Em moedas e medalhas aparece como nas gravuras, tanto quanto a necessidade técnica o permite. Entre medalhas vejam-se: uma de 1716 dedicada ao Rei<sup>1</sup>; outra de 1717, comemorativa da batalha naval de Matapan<sup>2</sup>; outra de 1720, comemorativa da instituição da Academia Rial da História Portuguesa<sup>3</sup> (8 de Dezembro de 1720).

Nas moedas de ouro, que o Rei Magnífico transformou em medalhas de curso monetário, antes brasonadas, então com o busto rial, vê-se o mesmo tipo artístico<sup>4</sup>. Assim são as *dobras* de 24, 16 e 8 escudos, as de 4 ou *peças*, as de 2 ou *meias-peças*, e os *escudos e meios-escudos*.

Raczyński diz de Godinho que não era desenhador, mas as gravuras que fazia eram executadas com gôsto. Só gravou para os

<sup>1</sup> Artur Lamas, *Medalhas Portuguesas*, I, Lisboa 1916, p. 18 (n.º 17).

<sup>2</sup> *Id.*, p. 19 (n.º 18).

<sup>3</sup> *Id.*, pp. 20-21 (n.º 19). Cf., para umas e outras, Lopes Fernandes, *Memória das Medalhas e Condecorações Portuguesas*, Lisboa 1861; medalhas n.º 28 (estampa ix), 29-31 (estampa x), 33-34 (estampa xi).

<sup>4</sup> Teixeira de Aragão, *Descripção Geral das Moedas*, II, est. xli e sgs.

*vendelhões*<sup>1</sup>. E, noutro lugar, que gravou muitas *imagens de devação*<sup>2</sup>.

Estas *imagens* eram os *registos de santos*, e destas foi uma a que me ocupa.

*Vendelhões* eram os editores das estampas e os que, comprando-as, as revendiam como os folhetos de *literatura de cordel* e em companhia dêles.

De ordinário o *registro* menciona a casa de edição e venda. Dos trinta, pouco mais ou menos, que nos volumes da coleção de Fernandes Tomás se encontram, devidos a Godinho, dezoito, o mínimo, tem declaração de casa. E todos são da *Casa de Francisco Manuel, ao fim da Rua do Passeio*, excepto um (II, 27) que é da *Loja de Antonio Joaquim Ribeiro, na Rua da Padaria n.º 17*. Naquela, que me parece ter sido a mais fornecida dos *registos* dos melhores gravadores, Godinho teve por camaradas, entre outros, *Gaspar Fróis Machado, Francisco da Silva Neves, J. Silvério Carpinetti, José Lúcio da Costa — o Coxinho, Padrão*<sup>3</sup>, etc.

Muitas destas casas existiam em Lisboa; eis algumas:

Rial Fábrica de Estamparia, a S. Pedro de Alcântara;

Rial Fábrica de Estampas, na Rua Oriental do Passeio (Público), n.º 2; ainda existia em 1849 (III, 55<sup>4</sup>);

Fábrica de António Joaquim Ribeiro, já mencionada, que em 1817 existia (I, 27) e tinha a edição dos *registos* da Senhora da Rocha (III, 15);

Loja de Francisco Luís Pinheiro, defronte dos Mártires;

Id. de Francisco Manuel [Pires], no fim da Rua do Passeio, editora preferida de Godinho;

Id. de Francisco Manuel, às Portas de Santo Antão, outra morada do anterior, que é o mesmo;

Id. de J. A. F. Gradil, Travessa de S. Domingos, n.º 22;

---

<sup>1</sup> Raczynski, *Dictionnaire*, p. 113. A comunicação fê-la ao Conde o gravador João José dos Santos, gravador da Academia, que acompanhou Raczynski nas viagens de estudo: *Les Arts en Portugal*, pp. 115, 365 (a Viseu), 384 (ao Pôrto), 480 (a Santarém e Tomar).

<sup>2</sup> *Dictionnaire*, p. 40, s. v. «Carneiro» da Silva.

<sup>3</sup> No livro III, dos citados volumes de Fernandes Tomás, fl. 162, Padrão tem um *registro* de 1759, que êle gravou (*inc.*) e para que Vieira Lusitano deu desenho (*inv.*)

<sup>4</sup> A numeração romana é do volume de *registos* de Fernandes Tomás, a de algarismos da fôlha.

- Loja de José da Fonseca, ao Arsenal;  
 Id. de José Luís Pinheiro, nas casas do Rubi ao Chiado;  
 Id. de Joaquim José de Matos, livreiro, aos Mártires, n.º 30, ou defronte da Rua de S. Francisco, n.º 30;  
 Id. de Luís José de Carvalho, aos Paulistas;  
 Id. da Viúva Ribeiro (Fábrica de António Joaquim Ribeiro), Rua da Padaria, n.º 17;  
 Id. de Pedro Luís Peyssonneau, Rua do Ouro, n.º 6, e Rua Nova do Almada, n.º 45;  
 Casa de Soares & C.ª, no Largo de Camões, ao Rocio, n.º 85;  
 Na de Nunes & C.ª, na Praça de D. Pedro, n.ºs 90-91;  
 Na Livraria Verol, Rua Augusta, 169-171, onde gravava o gravador Fontes, e foram editados os *registos* do voto de D. Miguel à Senhora da Rocha<sup>1</sup>;  
 Ou só designação de ruas: Rua Nova do Almada, n.º 69 e n.º 77; dos Retroseiros, n.º 118; do Salitre, n.º 47 e n.º 296, 3.º andar; de S. Paulo, n.º 5, 1.º andar, defronte da Moeda, e n.º 216; Praça do Comércio, Loja n.º 6; Travessa de S. Domingos, n.º 15, n.º 58 e n.º 60.  
 16 de Julho de 1917.

Luis CHAVES.

### O engenheiro Manuel da Maia e a Tórre do Tombo

O tenente general Manuel da Maia nasceu em Lisboa, onde foi baptizado em 5 de Agosto de 1677 na igreja de S. Julião; e na mesma cidade faleceu no estado de solteiro em 17 de Setembro de 1768, recebendo sepultura na casa do capítulo do convento de S. Pedro de Alcântara.

Seus pais chamavam-se Francisco da Maia, luveiro, e Paula de Almeida, descendente de mestres de meninos, e casaram em Almada. Eram parentes do engenheiro os seguintes indivíduos: Pedro do Vale Maia, beneficiado da Sé de Lisboa, Teodoro da Silva Maia e João da Costa Araújo pelo lado paterno. Tinha mais duas tias paternas chamadas Maria da Maia e Antónia da Maia, de quem descendiam Silvestre Curvo, Inácio Curvo, José Soares e sua mulher Páscoa Maria Caetana, Francisca Maria Rosa, Caetana da Costa Maia e Crisóstomo da Costa Maia<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> *O Archeologo Português*, xix (1914), 245.

<sup>2</sup> *Desembargo do Paço, Corte*, m. 1890, n.º 3 e m. 2056, n.º 118.

- Loja de José da Fonseca, ao Arsenal;  
 Id. de José Luís Pinheiro, nas casas do Rubi ao Chiado;  
 Id. de Joaquim José de Matos, livreiro, aos Mártires, n.º 30, ou defronte da Rua de S. Francisco, n.º 30;  
 Id. de Luís José de Carvalho, aos Paulistas;  
 Id. da Viúva Ribeiro (Fábrica de António Joaquim Ribeiro), Rua da Padaria, n.º 17;  
 Id. de Pedro Luís Peyssonneau, Rua do Ouro, n.º 6, e Rua Nova do Almada, n.º 45;  
 Casa de Soares & C.ª, no Largo de Camões, ao Rocio, n.º 85;  
 Na de Nunes & C.ª, na Praça de D. Pedro, n.ºs 90-91;  
 Na Livraria Verol, Rua Augusta, 169-171, onde gravava o gravador Fontes, e foram editados os *registos* do voto de D. Miguel à Senhora da Rocha<sup>1</sup>;  
 Ou só designação de ruas: Rua Nova do Almada, n.º 69 e n.º 77; dos Retroseiros, n.º 118; do Salitre, n.º 47 e n.º 296, 3.º andar; de S. Paulo, n.º 5, 1.º andar, defronte da Moeda, e n.º 216; Praça do Comércio, Loja n.º 6; Travessa de S. Domingos, n.º 15, n.º 58 e n.º 60.  
 16 de Julho de 1917.

Luis CHAVES.

### O engenheiro Manuel da Maia e a Tórre do Tombo

O tenente general Manuel da Maia nasceu em Lisboa, onde foi baptizado em 5 de Agosto de 1677 na igreja de S. Julião; e na mesma cidade faleceu no estado de solteiro em 17 de Setembro de 1768, recebendo sepultura na casa do capítulo do convento de S. Pedro de Alcântara.

Seus pais chamavam-se Francisco da Maia, luveiro, e Paula de Almeida, descendente de mestres de meninos, e casaram em Almada. Eram parentes do engenheiro os seguintes indivíduos: Pedro do Vale Maia, beneficiado da Sé de Lisboa, Teodoro da Silva Maia e João da Costa Araújo pelo lado paterno. Tinha mais duas tias paternas chamadas Maria da Maia e Antónia da Maia, de quem descendiam Silvestre Curvo, Inácio Curvo, José Soares e sua mulher Páscoa Maria Caetana, Francisca Maria Rosa, Caetana da Costa Maia e Crisóstomo da Costa Maia<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> *O Archeologo Português*, xix (1914), 245.

<sup>2</sup> *Desembargo do Paço, Corte*, m. 1890, n.º 3 e m. 2056, n.º 118.

Em 1720 foi-lhe concedido o hábito de Cristo, sendo então coronel<sup>1</sup>.

Só em 8 de Abril de 1747 sendo brigadeiro de infantaria foi tomado por fidalgo da Casa Rial<sup>2</sup>. A carreira do engenheiro Manuel da Maia foi mais brilhante, porém, pelo lado civil do que pelo militar. Mestre de D. José I, quando príncipe, chefe dos engenheiros reconstrutores de Lisboa e auxiliar do Marquês de Pombal, com quem manteve sempre boas relações, tudo mostra a importância que o plebeu alcançou, graças à sua inteligência.

Paralelamente com a carreira militar trilhou outra mais serena, onde também mostrou poderosas faculdades de organização.

Em 22 de Maio de 1727 foi nomeado o coronel Manuel da Maia cartorário da casa de Bragança, lugar que desempenhou com acerto, posto que o terremoto de 1755 subvertendo por completo os importantes documentos que lá se guardavam, tiraram o meio de comprovar a sua aptidão.

Em 12 de Fevereiro de 1745 foi Maia nomeado guarda-mor da Tôrre do Tombo, estando por uma feliz casualidade ao dar-se o terremoto à testa do estabelecimento um engenheiro de categoria que nesta qualidade fez levantar os livros e documentos do arquivo esmagado sob a mole de pedra que constituía a torre. Poder-se há pôr em dúvida o mérito de Maia como arquivista, mas o seu merecimento como engenheiro em salvar o arquivo e em procurar-lhe nova jazida fica sempre de pé.

Alem do que diz João Pedro Ribeiro na história do Arquivo, não há um estudo completo sobre Maia e a Tôrre do Tombo e para obviar a isso publico a série de documentos e sumários que se segue.

Para a vida de Manuel da Maia o vol. v das *Provas da História orgânica e política do exército Português* do Sr. Cristóvão Aires contém bons elementos.

PEDRO DE AZEVEDO.

### Documentos

#### I

22 de Maio de 1727

Cópia do Alvará do Ofício de Cartorario

Eu El Rey como administrador da Pessoa, e bens do Príncipe D. Joseph meu sobre todos muyto amado, e presado filho Duque de

<sup>1</sup> Habilidades da *Ordem de Christo*, m. 43, M, n.º 60.

<sup>2</sup> *Registo de Mercês* de D. João V, liv. 35, fl. 317.

Bragança, e Principe do Brazil etc. Faço saber aos que este Alvará virem que por se achar vago por falecimento de Manoel Nunes o officio de Cartorario da Casa de Bragança, tendo consideração á capacidade, serviços e mais partes, que concorrem no Coronel Manoel da Maya, e esperar delle, que satisfará cabalmente ás obrigações do dito officio de Cartorario. Hei por bem de o nomear na serventia delle para o servir, enquanto eu for servido, e não mandar o contrario: e o fará na mesma forma e prerrogativas, e emolumentos, que teve o dito Manoel Nunes: Pelo que mando aos Desembargadores, e Deputados da Junta da Casa de Bragança lhe fação assentar no livro do assentamento vinte mil reis de merce ordinaria cada anno, que he o mesmo que tinha, e havia o dito Manoel Nunes, e despachar nas folhas que se passarem para o thesouro da mesma Casa para delles haver pagamento aos quarteis assim como se forem vencendo de trinta de Agosto de mil setecentos e vinte e seis com certidão de como servio: e este se cumprirá como nele se contem sendo primeiro passado pela Chancelaria da mesma Casa. Lixboa occidental 22 de Mayo de 1727. Rey.

Alvará porque Vossa Magestade há por bem fazer merce ao Coronel Manoel da Maya do Officio de Cartorario da Casa de Bragança que vagou por falecimento de Manoel Nunes com o qual haverá vinte mil reis de merce ordinaria cada anno tudo na maneira acima declarada. Para Vossa Magestade ver<sup>1</sup>.

## II

## 12 de Fevereiro de 1745

Dom João por graça de Deus Rey de Portugal, etc. Faço saber aos que esta minha carta Patente virem que havendo respeito aos serviços e merecimentos e mais partes que concorrem no Brigadeiro de Infantaria Manoel da Maya hei por bem de lhe fazer merce do cargo de guarda Mor da Torre do Tombo para o servir em quanto eu o houver por bem e não mandar o contrario e o exercitara na forma e na maneira em que o servirão e exercitarão os outros Guardas mores seus antecessores fazendo recolher a dita Torre todos os papeis Livros e documentos que tiver noticia sé achão fora ou tirados della e que por regimento e estillo se devem guardar na dita Torre e proceder na Guarda delles de tal maneira que se achem sem dificuldade os documentos pertencentes ás matérias de meu ser-

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do Arquivo do Ministerio do Reino.

viço e requerimentos das partes com o qual cargo haverá e gozará o ordenado e emolumentos proes e precalços jurisdicção preheminentias honras izençoinas e liberdades que tiverão e de que gozarão os ditos seus antecessores e que direitamente lhe pertencerem e de que como Guarda Mor da Torre do Tombo pode e deve uzar e elle Manoel de Maya jurara em minha Chancelaria aos santos Evangelhos que bem e verdadeiramente sirvira o dito cargo guardando em tudo o meu serviço e as partes seu direito e tanto que o fizer o hei por metido de posse delle para o servir na forma que dito he e por firmeza de tudo lhe mandey dar esta carta por mim assignada e passada pela Chancelaria e sellada com o sello pendente e constou por certidão dos officiaes dos novos direitos pagar 145\$000 reis que forão carregados ao Thesoureiro delles Manoel Antonio Botelho de Ferreira a fl. 64 do Liv. 2.<sup>º</sup> da sua receita a qual foy registada a fl. 305 do Liv. IX do registo Geral dos novos direitos. Dada em Lisboa aos doze dias do mez de Fevereiro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1745.—El Rey—Pedro da Motta e Silva. Por decreto de S. Magestade de 9 de Fevereiro de 1745. Jozé Vaz de Carvalho. Pagou 11\$200 réis e aos officiaes 556 reis e ao Chancellor Mor nada para quitar. Lisboa 16 de Fevereiro de 1745. Jozé Goncalvez Paz a fez. D. Sebastião Maldonado<sup>1</sup>.

### III

**22 de Fevereiro de 1745**

E logo em o mesmo dia asima declarado vinte e dous do mes de Fevereiro do prezente anno de mil setecentos e quarenta e cinco tomou posse do officio de Guarda Mor o dito Manoel da Maya por virtude da carta retro proxima e asima registada a qual eu Escrivão lhe dei fazendo o auto dellá nas costas da mesma Carta de que fis esta declaração que asignei dia e era ut supra etc.—A. Euzebio Manuel da Silva<sup>2</sup>.

### IV

**9 de Junho de 1745**

Ev El Rey Faço saber aos que este meu Alvara virem que tendo Respeito a hauer feito merce a Manoel da Maya por carta de 12 de

<sup>1</sup> Chancellaria de D. João V, liv. 110, fl. 79 v; Registo de Mercês de D. João V, liv. 108, fl. 268; Registo do Real Archivo, liv. 9, fl. 55.

<sup>2</sup> Registo do Real Archivo, liv. 9, fl. 55 v.

Fevereiro do anno prezente de 1745 do cargo de guarda mor da Torre do Tombo Hey por bem e me pras que elle tenha e haja em cada hum anno com o dito cargo 240\$ reis a saber 200\$ reis de seu ordenado 20\$ reis para dous guardas; 12\$ reis para o Porteiro e 8\$ reis para hum escrauo varrer as cazas; e que outro sim haja mais 40\$ reis para concerto de livros, papel, tinta, pennas, area, obreias, agoa, baçoiras concertos de vidrassas e delles 8\$ reis para se darem todos os annos a hum ofcial para estar prompto para treslladar os papeis que se pedirem do meu real serviço de que se lhe remetem as copias assignadas pello dito guarda mor; as quais lhe serão assentadas pella maneira seguinte a saber os 240\$ na Alfandega desta cidade e os 40\$ reis no Almoxarifado da Caza da Siza do Pescado; e os comesara a vencer de 22 de Feuereiro deste dito anno prezente de 1745 em diante dia em que tomou posse do dito cargo Pello que mando aos vedores de minha Fazenda que na forma refferida façao assentar nos Livros della da Alfandega desta cidade os ditos 240\$ reis e os 40\$ reis no Almoxarifado da Caza da Siza do Pescado e levarem cada hum anno nas folhas do meu Assentamento para lhe serem pagos como dito he Porquanto pagou de novos direitos 30 reis que forão carregados ao Tezoureiro delles Manuel Antonio Bottelho de Ferreira no Livro 2.<sup>º</sup> de sua receita a fl. 255 v., como constou de hum Conhecimento feito pelo Escrivam do seu cargo e assignado por ambos que foi registado no Livro 10 do Registo geral dos mesmos direitos a fl. 89 v. e roto ao asignar deste que se cumprira inteiramente e valerá posto que seu efecto haja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação em contrario. Lisboa 9 de Junho de 1745 annos—Raynha—P. por Despacho do Conselho da Fazenda de 22 de Mayo de 1745. Diogo de Souza Mexia. Diogo de Mendonça Corte Real. Fernando José da Gama Lobo o fez escrever.—Rafael da Silva de Oliveira o fez. Joze Vas de Carvalho. Pagou 30 reis e aos oficiaes 200 reis e ao Chanceler mor nada por quitar. Lisboa 8 de Julho de 1745. Dom Sebastiam Maldonado<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Chancelaria de D. João V, liv. 108, fl. 310. No Registo de Mercês do mesmo Rei, liv. 35, fl. 268 está a mercê, na qual se juntou o seguinte: «E por representar a El Rey D. José o 1.<sup>º</sup> N. S. o dito Manuel da Maya haver se lhe queimado o proprio Alvará neste encorporado no incendio sucessivo ao Terremoto do primeiro de Novembro de 1755 se passou este segundo com salva que só terá seu divido efecto e cumprimento pondo se nos registos do dito Alvará as verbas necessarias de que lhe foi passado este com salva a 7 de Janeiro de 1759».

## V

**1 de Junho de 1751**

Concordancia Alfabetica de todas as Igrejas, e Mosteiros do Padrado Real do Reino de Portugal e ainda fora delle, que os Senhores Reys deste Reyno apresentarão por suas nomeações extrahidas dos Livros de suas Chancelerias principiando na del Rey D. Pedro 1.<sup>º</sup> e terminando na del Rey D. Pedro 2.<sup>º</sup> dividida em tantos Alfabetos quantos são os Arcebispados, e Bispados de que o Reyno se compõe Para que com distinção, e brevidade possão ser reconhecidas todas as Igrejas de qualquer Diocesi. Fabricado pelo guarda Mor existente no anno de 1751.

**Preambulo**

Para guiar os officiaes deste Archivo a fazerem os Indices com melhor serventia do que os que nelle se achão sem que dispendão mais tempo em os fabricar, do que gastavão com os de inferior uso, lhes preparei em primeiro lugar o Indice da Miscelanea dos 72. volumes da Chancelaria del Rey D. João 3.<sup>º</sup> que o acompanha no ultimo lugar do 2.<sup>º</sup> Armario dos dous, que fiz fabricar de novo com as acomodações proprias para estes volumes, e sua mais diuturna conservação; e agora para o mesmo fim faço esta segunda demonstração, em que poderão na muita escrita que se evita, assim como com a divizão dos Bispados, como com a união dos nomes semelhantes dos Oragos das Igrejas, que com hum só no principio de cada pagina se pode satisfazer a todos os da mesma pagina, e do mesmo modo a outras se o mesmo nome continua; e com o nome do Bispado ao principio do Indice se satisfaz tambem a todo o Indice, abreviar por estes dous caminhos a muy numeroza repetição, que haveria fóra deste Methodo, alem da promptidam em aparecer o nome procurado sem interrupção de outros. Espero passar deste principio a trabalho de mayor consequencia, porque não falta materia, em que o meu cuidado, e diligencia se empregue enquanto não entrar no meu lugar, quem competentemente o dezempenhe. Lisboa primeiro de Junho de mil settecentos, sincoenta e hum—*Manoel da Maya*<sup>1</sup>.

## VI

**8 de Novembro de 1753**

Sua Magestade he servido que V. Merce dê ordem que na Torre do Tombo se não ponha impedimento ao Dezembargador Ignacio

<sup>1</sup> Indices do Arquivo da Torre do Tombo, n.º 241.

Barbosa Machado para examinar o que lhe parecer, e tirar copias dos documentos que lhe forem necessarios como Choronista do Ultramar, e para poder fazer a collecção de Leys, regimentos e rezoluções, de que o mesmo Senhor o tem encarregado pertencentes aquelles Dominios. Deos guarde a V. Merce. Paço de Belem 8 de Novembro de 1753.—Diogo de Mendonça Corte Real—Senhor Manoel da Maya<sup>4</sup>.

## VII

1758

Collecçam e Inventario de todas as Bullas Breves, e Transumertos Pontificios que se achão neste Real Archivo da Torre do Tombo athé o fim do anno de 1751, em que o Guarda Mor Manoel da Maya depois de convocar todas as que se achavão na Secretaria de Estado, e em outros especiaes lugares fez pôr em Portuguez nos seus reversos os sumarios do que continhão por pessoas exercitadas em outros Archivos, de que tambem tem a incumbencia, pois que nenhum dos Officiaes da reforma que achou no Real Archivo o sabe fazer; como tambem forão pela mesma cauza trasladadas pelas ditas pessoas 166 Bullas, em virtude de huma Real ordem, no breve espaço de quinze de Junho athe sete de Agosto do dito anno fazendo lhes depois disto formar este muyto precizo, e conveniente Inventario, em que pela ordem alfabetica dos nomes dos Pontifices se acharám as notícias, e sumarios das Bullas, e mais documentos pertencentes a cada hum separadamente, e nas margens a declaração dos lugares do Archivo em que se devem procurar os originaes, que não será o menor serviço que athé o prezente se tenha feito neste Real Archivo, e com que fica facilitado o uso de suas Bullas que athé agora tem sido tam embarraçado, e obscuro, pois que entre outras incoherencias havia muitas Bullas que tinhão por sumarios nos reversos as duas palavras—he latim—de que se faz esta declaração para servir de cautela na elleição, e aceitação dos Officiaes da Reforma, porque depois de encartados, não ha mais remedio que sofrelos.

*Advertência.*—Os oyto maços ultimos do n.<sup>o</sup> 38. thê n.<sup>o</sup> 45. contêm ás Bullas que de nouo se introduzirão no Real Archivo extra-hidas da Secretaria de Estado, e outros especiaes lugares; e por essa cauza se lhe poude formar huma ordem mais regular do que nos maços antecedentes, que foy precizo conservalos na mesma distribui-

<sup>4</sup> Registo do Real Archivo, liv. 9, fl. 121.

ção para correspondencia com as citações de alguns trasladados, que se poderiam ter tirado; e no cazo que succeda por algum accidente faltar alguma Bulla do lugar que occupa no seu maço, e se queira saber que Bulla era, e o que continha, se fará reflexão no numero da Bulla, e do seu maço, e procurando nas margens o numero da tal Bulla, verá se lhe corresponde na mesma margem o numero do seu maço, e se lhe não corresponder irá continuando the achar nas margens o numero do maço correspondente ao numero da Bulla que se procura, e achado que seja, no corpo da pagina achará tambem o sumario, e declaração da Bulla que se pertende saber: v. g. se no maço 42. faltar a Bulla n.<sup>o</sup> 5, e quizer saber de que Papa era, e o que continha irei buscando nas margens o n.<sup>o</sup> 5 que esteja acompanhado, com o numero do maço 42. que só acharei a p. 21 e no corpo da pagina verei ser Bulla de Alexandre VIII, e o seu sumario mostrará o que conthem: e os sumarios que se acharem sem data hé porque as Bulas daquelle genero a não costumão ter.

P. S. E porque appareceo mais na Real Biblioteca hum corpo de Bullas, e em huma Secretaria dous volumes pertencentes á mesma materia, foy precizo continuar em segunda parte esta Collecção, e formar de novo oito maços de Bullas com que se completa o numero de 53 maços; e pera se descobrir promptamente qualquer materia, que nelles se comprehenda, vay tambem junto á mesma segunda parte de fl. 43 the fl. 373 huma ampla, e bem digesta concordancia alphabetică; e em ultimo lugar fl. 374 huma lista de todos os 53 maços com a declaração do numero dos documentos que cada maço contem, e de todos os mais documentos deste genero que se achão no Real Archivo the o fim de setembro de 1753<sup>1</sup>.

## VIII

8 de Maio de 1754

*Senhor.*—Depois de hauer dado cumprimento a huma Real Ordem de Vossa Magestade fasendo copiar cento e sessenta e seis Bullas dos originaes da Torre do Tombo, para o que foi preciso formar summarios a todas, para nellas se escolherem as que comprehendessem a materia determinada, e serem as taes as que se copiassem: e reconhecendo estar assim feita huma grande base para se poder formar hum Corpo de Collecção dos Summarios de Bullas pella ordem dos

---

<sup>1</sup> Índices da Torre do Tombo, liv. 235.

Pontifices, e sua concordancia alfabetica para que com a maior promptidão se podessem achar as Bullas e materias que se procurassem; com ordem de Vossa Magestade extrahi das Secretarias de Estado, e Merces, Real Biblioteca, e Collegio de Santo Antão todas as que me foram entregues, e de que formei de novo desaseis maços, que se devem introdusir no Real Archivo da Torre do Tombo juntamente com os dous volumes da collecção e concordancia de novo compostos; e porque para se poderem recolher licita e legalmente hé preciso ordem de Vossa Magestade faço a Vossa Magestade esta representação para Vossa Magestade ser servido mandar que eu possa recolher, e acomodar em parte competente os desaseis maços de Bullas e Breves formados de novo fóra do Real Archivo, e os dous volumnes de Collecção e Concordancia de todas as Bullas, e Breves, conseguidos the o presente, que completão o n.<sup>o</sup> de 1856 em 53 maços e dous livros pertencentes á mesma materia, que se achavão em casa do Secretario de Estado Pedro da Motta Silva. Vossa Magestade mandará o que for servido, Lixboa 8 de Mayo de 1754.

O Guarda mór da Torre do Tombo *Manoel da Maya*<sup>1</sup>.

## IX

21 de Julho de 1754

Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Secretario de Estado Sebastiam Joseph de Carvalho, e Melo.

Atendendo ao novo Posto de Mestre de Campo General, com que por sua Real grandeza he S. Magestade servido condecorar-me, com a obrigação de Engenheiro mór do Reyno, emprego, em que sempre considerei difficilima satisfação, ainda quando as potencias senão achavão tão debilitadas, como o estão hoje, parecia-me justo separar-me das occupações, com que me acho, para com menor embaraço entrar em huma empresa ainda não cultivada neste Reyno fundamentalmente, posto que a tenha havido por nomeação; e porque no lugar de Guarda mór do Real Archivo da Torre do Tombo tenho procurado dar principio a algum competente estabelecimento, de que muito necessita, e não parece justo que deixe de procurar todos os meyos, e pôr todas as forças para o conseguir pella sua incomparavel importancia, poderei ao menos aliviar-me da occupação de Cartorario

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do *Arquivo do Ministerio do Reino*.

da Serenissima Casa de Bragança, cujo Archivo se acha já bem ordenado, e continuada a sua arrumação debaxo de justificado methodo, nomeando para ocupar o tal lugar o Padre Manoel Antonio de Ataide Amanuense que tem servido nelle desde o principio da sua arrumação com boa assistencia, e percepção, ao qual se dará de ordenado o que pello § 9 do capitulo 1.<sup>º</sup> do Alvará com força de ley foi Sua Magestade servido determinar para a Junta do Estado de Bragança, que diz assim:—O Cartorio da Casa, e Estado haverá de seu ordenado sessenta mil reis pagos pello thesoureiro da Casa, e os emolumentos das partes, que justamente lhe deverem. E em quanto estiver encarregado do dito officio o Sargento mór de batalhas Manoel da Maya, fidalgo de minha Casa, haverá mais de ordinaria pessoal paga pello mesmo Thesoureiro quatrocentos mil reis cada hú anno pello grande trabalho que tem na redacção, e regulação do Cartorio do Estado; e esta merce não fara exemplo para os seus sucessores.—Sobre o que he necessário reflectir se os quatrocentos mil reis se de ordinaria me devem continuar, ainda na minha separação, para evitar as duvidas dos officiaes da fazenda que hão de attender mais promptamente á aquella condição—Em quanto estiver encarregado do dito officio—do que a entenderem que aquella ordinaria pessoal hé em attenção dos serviços feitos não só neste Cartorio, mas tambem no da Basilica de Santa Maria, e que se deve entender por toda a vida, porque tambem se supunha que eu sempre conservaria o tal officio em quanto vivesse; e antes agora he que me estava com melhor comodo, que o lugar da Torre do Tombo, cujo ordenado não chega aos quatrocentos, e sessenta mil reis, que por Cartorio da Casa de Bragança, me pertencem. Mas como aquelle Real Archivo da Torre do Tombo tem hoje mayor necessidade de ser attendido, farei deste demissão a favor do dito Padre Manoel Antonio de Atayde, e não deixarei de o visitar algumas vezes para o observar athe o fim, como quem lhe deo o principio, e se exercitou nelle com gosto, e curiosidade.

E para entrar na laboriosa execução das duas grandes empresas assim de Engenheiro mor, em que tomo sobre mim o pezo de dar conta de todos Engenheiros, e obras dos Reynos e Conquistas de Sua Magestade na minha grande decadencia, pois já entrei neste Seculo com alguns annos de serviço, e me tem custado muyto o dar conta só de mim; como tambem de guarda mor do Real Archivo, no qual posto que alguma cousa tenha trabalhado, ha muyto ainda que andar para chegar a estabelecer e conservar bem o que há, acreditar o que ha, melhorar o que há, e acrecentar o que falta, irei formando as disposições que me parecem mais justificadas, e dignas de permanecerem.

procurando suprir com o affecto, e conhecimento das obrigações com que me acho a debilidade das forças, e do especial talento que para tão revelantes empresas se faz preciso: espero do grande zelo de Vossa Excellencia a protecção, e vigoroso adjutório, e no Supremo arbitrio de Nosso Amabilissimo Soberano o complemento. Deus guarde a Vossa Excellencia por muitos e felices annos. Lisboa 21 de Julho de 1754. De V. Ex.<sup>a</sup> O mayor venerador e humilissimo criado. *Manoel da Maya*

## X

**24 de Julho de 1754**

**(19 de Janeiro de 1758)**

Dom Józé por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves da quem e da lem már em África Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. &<sup>a</sup> Faço saber a os que esta minha carta Patente virem que tendo consideração a os merecimentos, e mais circunstancias, que concorrem na pessoa de Manoel da Maya, e aos serviços que me tem feito, e actualmente continua com o Posto de Sargento Mór de Batalha de meus Exercitos, principalmente a os que me fez sendo eu Príncipe na assistencia da minha Real Pessoa, que pelo amor, cuidado, e prestimo com que forão feitos, são mais dignos de minha Regia, e reconhecida lembrança, e ter por certo que em tudo o de que o encarregar corresponderá muito conforme à grande confiança, e estimação que faço de sua pessoa, por todos estes respeitos. Hey por bem, e me práz de o nomear (como por esta Carta o nomeyo) por Mestre de Campo General de meus Exercitos, cuja mercê lhe faço por especial graça sem concurso, e sem prejuizo da antiguidade dos que a tiverem maior, para com este Posto exercitar o emprego de Engenheiro Mór de meus Reynos, o qual o servirá em quanto eu o houver por bem, e com elle vencerá o soldo dobrado, que compete a este Posto, na mesma forma que o vencia no de Sargento Mór de Batalha, e se lhe dará dinheiro para os Cavallos na forma que dispodem o novo Regimento; e gozará de todas as prerrogativas, jurisdições, e graças, que lhe competem; e por esta o hey por mettido de posse do ditto Posto, e Emprego. Pelo que ordeno aos Governadores das Armas das Províncias, a que eu for servido mandalo exercitar, o tenhão, e conhecção por Mestre de Campo General de meus Exercitos, e Engenheiro Mór de meus Reynos; e aos

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do *Arquivo do Ministerio do Reino*.

Sargentos Mores de Batalha, Brigadeiros, e Coroneis de Infantaria, Cavallaria, Artelharia, mais Officiaes Militares, e Engenheiros; Auditores Gerais, e particulares o honrem, e estimem por seu Mestre de Campo General, e Engenheiro Mor, guardando-lhe, e obedecendo-lhe suas ordens, como devem, e são obrigados; e o soldo acima referido se lhe assentará nos Livros a que pertencer, para lhe ser pago na forma declarada em firmeza do que lhe mandei passar esta Carta, por mim assinada, e sellada com o Sello grande de minhas Armas. Dada na Cidade de Lisboa aos 24 dias do mez de Julho do anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1754. || El Rey. || E por me representar o sobreditto haver-se-lhe queimado a referida Patente, e querer outra com salva, lhe mandei passar a prezente do registo della, a que se dará tão inteiro cumprimento como nella se contem. Dada na Cidade de Lisboa aos 24 dias do mez de Janeiro do anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos cincoenta e oito || El Rey || Marquez Estribeiro Mór || Antonio Telles da Silva || Patente porque V. Mag.<sup>e</sup> ha por bem de nomear a Manoel da Maya por Mestre de Campo General de seus Exercitos, para com este Posto exercitar o emprego de Engenheiro Mór de seus Reynos, como acima se declara || Para V. Mag.<sup>e</sup> ver || Por decreto de Sua Mag.<sup>e</sup> de 16. de Julho de 1754., e passada esta com salva por despacho do Concelho de Guerra de 19. de Janeiro de 1758. || Francisco Xavier Telles de Mello a fiz escrever || Simeão de Souza Maynard a fez || Registada no Livro 96. do Registo da Secretaria de Guerra a fl. 211 || Simeão de Souza Maynard<sup>1</sup>.

## XI

18 de Dezembro de 1754

Havendo ordenado que todas as Bullas e Breves Pontificios que forão expedidos para estes Reynos e seus dominios e se achavão ainda dispersos pelas Secretarias do Estado e Mercês, pela minha Real Bibliotheca, e por outros qualificados lugares fossem entregues a Manuel da Maya Mestre de Campo General dos Meus Exercitos, e Guarda mor da Torre do Tombo, o qual despois dos muitos diplomas desta natureza que antes havia compillado, e alphabetado tem novamente collegido 16 maços delles, e completado com a sua louvavel applicação dous tomos da Collecção, e concordancia das sobreditas Bullas, e

---

<sup>1</sup> Torre do Tombo, Casa da Corôa, Cod. 199, fl. 34 v.

Breves. E considerando a grande utilidade que se segue não só de se perpetuarem por modo autentico tão importantes memorias, mas tambem de ficar estabelecido o methodo para elles se continuarem clara e fructuosamente nos seculos futuros: Sou servido que os ditos 16 maços ultimamente collegidos, e os doux tomos da Collecção, e concordancia tambem novamente formados sejam recolhidos no mesmo Archivo da Torre do Tombo, e nella collocados em competentes lugares para se lhe dar inteira fée e credito como authenticos concedendo para estes effeitos toda a amplissima faculdade que necessario for ao reffrido Manoel da Maya que assim o terá intedido e executará na sobredita forma. Lisboa em dezouto de Dezembro de 1754. Com a rubrica de Sua Magestade<sup>1</sup>.

## XII

10 de Março de 1755

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Secretario de Estado Sebastiam Joseph de Carvalho e Mello.

Em 3 do corrente se principiarão a mandar ao Cartorio da Serenissima Casa de Bragança quarenta e nove livros das Chancelarias da mesma Serenissima Casa, que tenho posto em arrecadação, e preparados segundo a chronologia dos tempos para poderem ir tendo o uso, que lhes competir, e procurando dar cumprimento a Ordem de Sua Magestade enviada por Vossa Excellencia em 17 de Dezembro proximo passado, em que se me ordena examine se no dito cartorio se acha registado o privilegio, que constava da certidão inclusa, observei que no livro 37 que principia em 3 de Janeiro de 1722 e continua the 31 de Agosto de 1723 se acha a fls. 25 v., o registo do privilegio apontado na dita certidão feito em 17 de Mayo de 1722 posto que com alguma diferença de pouca importancia; porem no mesmo livro 37 fls. 64 se acha outro treslado de carta de privilegio aos mesmos moradores de Muymenta termo da cidade de Bragança feito em 4 de Mayo do mesmo anno de 1722 em que há distancia de treze dias somente, mas com diferença notavel, de que me pareceo mais concludente enviar a Vossa Excellencia as copias de ambos juntamente com a certidão enviada pera que á vista delles possa Sua Magestade com toda a clareza determinar o que for servido.

<sup>1</sup> Registo do Real Archivo, liv. 9, fl. 129.

Deus guarde a Vossa Excellencia. Lisboa 10 de Março de 1755.  
De Vossa Excellencia Verdadeiro Venerador, e obdiente criado,  
*Manuel da Maya*<sup>1</sup>.

## XIII

**2 de Junho de 1755**

O Guarda mor da Torre do Tombo remeta a este Concelho [da Fazenda], com toda a possivel brevidade huma relação de todos os officiais da sua repartição, declarando as graduações delles, e as quantias que vencião de propinas nas occaziōis, em que se pagavão. Lisboa 23 de Mayo de 1755<sup>2</sup>.

## XIV

**6 de Novembro de 1755**

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretario de Estado Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.

Para conservação dos livros, e documentos do Real Archivo da Torre do Tombo cujo edificio se acha prostrado, arruinado, e aberto por varias partes se fazem precisos ao menos douz sentinelas para que se não transporte alguma porção delle furtivamente; e porque o Castelo não tem presentemente corpo de guarda de que me possa valer, dou parte a Vossa Excellencia pera que representando-o a El-Rey Noso Senhor queira Sua Magestade ser seruido mandar ao Mestre de Campo General junto a Sua Real Pessoa mande com toda a promptidão os douz sentinelas apontados pera assistirem de dia, e de noite á conservação do dito Real Archivo, e á minha ordem para bem da dita conservação. Declaro tambem a Vossa Excellencia que como na presente occasião senão poderá determinar lugar conveniente pera a mudança do Real Archivo, estou determinado, e preparando fazer huma casa de madeira com seu telhado afim de livrar da chuva imminente o mesmo Archivo em quanto Sua Magestade lhe não determina comodo competente do que tudo dou parte a Vossa Excellencia pera que com seu aviso, ou ainda permissão tacita possa continuar este projecto: advertindo a Vossa Excellencia que estou albergado junto a Fonte Santa em casa de Joseph da Mota, porque, a minha habitação se reduzio inteiramente a cisas. Deus Guarde a

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do *Arquivo do Ministerio do Reino*.

<sup>2</sup> *Registo do Real Archivo*, liv. 9, fl. 131 v.

El Rey Noso Senhor e o guie para mandar tudo conforme o Divino beneplacito, e a Vossa Excellencia para o ajudar.

De junto á Fonte Santa 6 de Novembro de 1755.

Do Guarda mor da Torre do Tombo, *Manuel da Maya*<sup>1</sup>.

## XV

6 de Novembro de 1755

Fiz presentes a El Rey Noso Senhor as duas cartas que hoje recebi de Vossa Excellencia e sendo sempre muito agradaveis a Sua Magestade os escritos de Vossa Excellencia recebeo estes que Eu agora tive a honra de lhe prezentar com muito especial allegria porque confirmaram authenticamente as noticias que antes haviam chegado de ter Vossa Excellencia ficado salvo das ruinas que fizeram tão grande estrago em Lisboa.

O do Real Archivo da Torre do Tombo dava tambem ao mesmo Senhor o justo cuidado, que agora cessou pela certeza, que Vossa Excellencia deo, de que a ruina do Edificio não involveo a dos Papeis: para cuja segurança faço logo aviso ao Marquez Estrikeiro mór que com toda a promptidão mande postar os doux sentinelas continuos nos Lugares que lhe forem determinados por Vossa Excellencia.

Quanto á casa de Madeira para interinamente se guardarem os livros, Sua Magestade he servido que Vossa Excellencia a mande edificar; nomeando os Engenheiros; fazendo comprar os materiaes; e empregando os Artifices que lhe parecer: *porque para tudo o referido lhe concede por estê a ampla e illimitada Jurisdição que lhe for necessaria*, e no caso de não se acharem madeiras em outra parte, pode Vossa Excellencia mandar fallar ao Consul de Dinamarca porque se lhe apontará logo diferentes Navios dellas que estão neste Porto. Pelo que toca a meyos com avizo de V. Ex.<sup>a</sup> se lhe fará prompto o Dinheiro que por agora for preciso; e bem creyo que Vossa Excellencia se persuadirá de que o meo cordialissimo affecto se alegrou inexplicavelmente com a certeza de nos ter Deos Noso Senhor conservado a importante vida de Vossa Excellencia. Deos guarde a Vossa Excellencia.

Paço de Belem a 6 de Novembro de 1755.—*Sebastião Joseph de Carvalho e Mello*.

Senhor Manoel da Maya<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Torre do Tombo, *Casa da Coroa*, Códice 199, fl. 3; maço 495 do Arquivo do Ministerio do Reino.

<sup>2</sup> *Avisos e Ordens*, maço 2, n.º 38; *Registo do Real Archivo*, liv. 8, fl. 176; Torre do Tombo, *Casa da Coroa*, fl. 3 v.

## XVI

6 de Novembro de 1755

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Secretario de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello.

Depois de ter dado noticia a Vossa Excellencia do Estado em que se acha o Real Archivo da Torre do Tombo, e da necessidade de dous sentinelas de dia, e de noite para se evitarem alguns furtos, e da resolução com que me acho de formar húa casa de madeira coberta com seu telhado para recolher os Livros, e documentos que se achão expostos á inclemencia do tempo, e principalmente da chuva eminente, por cauza das ruinas e aberturas do dito Archivo, me acho tambem receozo de o não poder conseguir com a promptidão que dezojo pella dificuldade de officiais, e avimento, pello que recorro a Vossa Excellencia para conseguir de Sua Magestade queira ser servido mandar que o Provedor das suas Reais Obras faça promptíssimamente edificar húa Casa de madeira na Praça de Armas do Castello desta cidade coberta com seu telhado de oitenta palmos de comprido, e trinta de largo, para se recolherem nella os livros e documentos do Real Archivo, em quanto Sua Magestade lhe não nomea lugar competente. Advertindo a Vossa Excellencia que eu estou alvergado junto á Fonte Santa em casa de José da Motta. Deus Guarde a Vossa Excellencia,

6 de Novembro de 1755.

Do Guarda mórr da Torre do Tombo.—*Manuel da Maya*<sup>1</sup>.

## XVII

27 de Novembro de 1755

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Sebastiam Joseph de Carvalho e Melo.

Na carta de Vossa Excellencia de 6 do corrente se acha o seguinte §=

Quanto á Casa de Madeira para interinamento se guardarem os livros do Real Archivo, Sua Magestade he servido que Vossa Excellencia a mande edificar, nomeando os engenheiros, fazendo comprar os materiaes, e empregando os artifices, que lhe parecer, porque para tudo o reffrido lhe concede por este a ampla, e illimitada jurisdição que lhe for necessaria, e no caso de se não acharem madeiras em outra parte pode Vossa Excellencia mandar falar ao Consul de Dinamarca, que lhe apontará logo diferentes navios dellas, que estão neste

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do *Arquivo do Ministerio do Reino*.

porto;—e por que tenho completa a ordem de Sua Magestade com a casa formada de madeira com seu telhado, em que se achão recolhidos, e reservados das inclemencias do tempo todos os livros e documentos, que incluia o Real Archivo, evitando porem compra de madeiras, porque me vali das mesmas, que se tirarão das ruinas do edificio; pretendo agora ampliação da mesma ordem para poder vender as madeiras que restarão para com o seu producto pagar outros materiais que se comprarão, e os jornaes dos officiaes e trabalhadores, que se tem ocupado nesta obra; com o fundamento de recear que não o fazendo se vão roubando, e extinguindo as taes madeiras, não obstante as queira defender com alguns sentinelas, ou entregando-as ao Ajudante do Castelo; porque me consta que este mesmo se valeo logo dellas pera ir fazer huma barraca no campo de Santa Clara, e o que mais he cortar douz paos dos que sostentão as bandeiras da praça de armas do castelo, que ali se levantão em algumas occasões de festejo: e destas cousas que são visitadas do destroço, e principalmente, sendo dEl Rey, todos se persuadem facilmente senhores, e que o destroço as livrou do dominio, em que estavão: espero porém ampliação da dita ordem para fazer a dita venda para terminar esta diligencia, e dar conta della para que se siga a elleição, e nomeação do lugar, e commodo proporcionado para o Real Archivo existir decentemente, como tambem o seu duplicado, em que El Rey Nossa Senhor já foi servido advertir sendo ainda Principe. Deus guarde a Vossa Excelencia, 27 de Novembro de 1755.—Manoel da Maya<sup>1</sup>.

## XVIII

**29 de Novembro de 1755**

Sendo prezente a S. Mag.<sup>º</sup> a carta de V. Ex.<sup>a</sup>; na qual V. Ex.<sup>a</sup> me refere, que pertende ampliar-se-lhe a Ordem expedida a V. Ex.<sup>a</sup> na data de seis do corrente para poder vender as madeiras que restaram da caza formada de madeira para se recolher o Real Archivo da Torre do Tombo, e com o producto das sobreditas madeiras se pagarem os materiaes, que se comprarão para a referida caza, e os jornaes dos Trabalhadores: Ha o mesmo Senhor por bem que V. Ex.<sup>a</sup> proceda na forma que aponta. Deus guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Paço de Belem a 29 de Novembro de 1755—Sebastião Jozeph de Carvalho e Mello—Senhor Manuel da Maya<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do *Arquivo do Ministerio do Reino*.

<sup>2</sup> *Avisos e Ordens*, maço 2, n.º 39; *Registo do Real Archivo*, liv. 8, fl. 176 v; Torre do Tombo, *Casa da Coroa*, Códice 199, fl. 15 v.

## XIX

15 de Janeiro de 1756

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Secretario de Estado Sebastiam Joseph de Carvalho e Melo.

O Real Archivo da Torre do Tombo me tem causado grande disvelo desde que recebi a incumbencia de ser seu guarda mór; mas agora me causa gravissimo depois que experimentei o incendio tão artificioso que me não foi possivel deffender delle o que mais me servia para satisfazer ás minhas obrigações: em todo o tempo, que tenho exercitado este emprego não tenho deixado de fazer representações ao Dezembargo do Paço, e a Conselho da Fazenda, declarando o lamentavel estado do edificio os abusos, que via observar por falta de regimento, mas com posse; o perigo da ruina a que se achava exposto, como tambem de incendio por causa de huma casa de comedias contigua, cadeas e outras vesinhâncias, sem que podesse conseguir mais despacho que pelo Conselho da Fazenda huma ordem para fazer concertar, e accomodar os livros, que se achavão em estado de se perderem, a que me tenho applicado, fazendo tambem correcção proveitosa em todas as certidões que assino dentro do mesmo Archivo, o que nenhu outro guarda mór executou, e continuando as minhas representações para o mais importante, e essencial, que são para que senão possa roubar do Real Archivo cousa alguma, como se tem feito em grande copia, para se melhorar o que ha, para se lhe acrecentar o que falta, para se lhe segurar o credito, e ultimamente para se lhe formar o duplicado, de que se acha inteiramente falso, sem me ser possivel fazer chegar á Real presença de Sua Magestade consulta de algum dos ditos doux Tribunaes sobre as taes representações; e só tenho certeza que na Secretaria de Estado dos Negocios do Ultramar se acha sobre esta materia huma consulta do Conselho da Fazenda, em que anda appenso, entre outros documentos, huma copia do Regimento do Real Archivo de Castela, de que necessito muyto, porque o original, que me não custou pouco a conseguir, tambem o fogo mo roubou; e da dita Consulta, que entendo existir, espero se reconheça a força das minhas representações, se lhes ajuntassem, ou as incluissem nellas. Hoje porem me vejo no ultimo empenho, que consiste em procurar me não voe das mãos o Real Archivo, tal qual está restaurado não só das primeiras ruinas, mas do segundo, e mayor susto de me faltarem dezanove livros da Chancellaria do Senhor Rey D. Affonso quinto, que se forão descobrir com grande trabalho e perigo onde não parecia que o terremoto os

podia ter lançado, o que nós dias 24, 25, e 26 de Dezembro proximo passado me trouxe attonito, e assombrado: mas pois que por merce de Deos me vejo livre daquelle grande oppressão, e não quizera terminar os dias da vida com outra mayor, declaro a Vossa Excellencia ainda a bom tempo, para Vossa Excellencia o pôr na Real Presença d'El Rey Nosso Senhor, ser muyto conveniente que no Castelo de S. Jorge; onde se acha o Real Archivo pelo interim recolhido em uma simples casa de madeira, não entre polvora alguma, nem se faça exercicio militar, nem festivo com ella, emquanto alli estiver clausulado o Real Archivo, porque me tem constado, que no primeiro de Novembro se achavão dez barris de polvora dentro do dito Castelo, para negocio, os quaes depois do terremoto forão immersos em huma cova com alguma agoa; e proximamente neste mes de Janeiro me foi noticiado que nos quarteis do Regimento da Armada se achão barris de polvora enterrados. Tambem devo representar que dos sentinelas que se tem mandado assistir, e guardar o Real Archivo, os do Regimento de Elvas são os que melhor satisfazem a sua obrigação, e que por essa causa se devia ordenar, que o corpo de guarda que se manda assistir ao Real Archivo fosse sempre do Regimento de Elvas, e não de outro algum Regimento, ainda que por essa causa se lhe dobrasse o pão de munição.

Tambem reconheço devo declarar sob pena de faltar á fidelidade que devo ao Real serviço de Sua Magestade que para o seu Real Archivo ser guardado, conservado, deffendido e tratado, como he justo; se faz preciso se lhe escolha lugar, em que possa qualquer guarda mór, que o for, possa ter nelle assistencia firme, de tal sorte que nem o guardamór se ache afastado do Real Archivo nem o Real Archivo sem a companhia do guardamór, como se observa no Real Archivo de Castela, de que faço esta extrema declaração para salvar a minha conciencia como devo. Sua Magestade mandará o que for servido.

Deus guarde a Vossa Excellencia sitio de junto á Fonte Santa, 15 de Janeiro de 1756.—Manoel da Maya<sup>1</sup>.

## XX

**3 de Fevereiro de 1756**

Senhor.—Diz o Guarda mór do Real Archivo da Torre do Tombo Manoel da Maya que em virtude da ordem, que tinha de Vossa Magestade, hia continuando com a obra precisa para o Real Archivo,

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do *Arquivo do Ministerio do Reino*.

na qual se tem feito ultimamente a despesa de cento e oitenta, e tres mil seis centos e vinte e cinco reis com o Mestre pintor Francisco Gomes Teixeira na pintura de treze armarios, por fóra da raiz de Nogueira, e filetes de ouro, e por dentro de vermelho com ornatos de ouro, como consta de rol junto jurado do Mestre e da attestaçao do porteiro do mesmo Real Archivo Romão Francisco, e dous guarda-livros Pedro da Costa e Joseph da Motta, que assistirão á factura da dita pintura; portanto

Pede a Vossa Magestade seja servido mandar que o Thesoureiro da Alfandega faça pagamento ao dito pintor Francisco Gomes Teixeira dos ditos cento e vinte e tres mil seiscientos, e vinte e cinco reis, como hé costume, conforme a ordem que tinha de Vossa Magestade que se reduzio a cinzas no primeiro de novembro proximo passado, como tambem não apparece outro semelhante requerimento, que se havia metido neste Tribunal alguns dias antes do terremoto.  
3 de Fevereiro de 1756.

E. R. M.<sup>ce</sup>

O Guardamór da Torre do Tombo, *Manoel da Maya*.

Haja visto o Procurador da Fazenda. Lisboa 4 de Fevereiro de 1756—*Com seis rubricas*.

Devem practicarsse o que se tem a Rematados em semelhantes sem prejuizo dos f.<sup>os</sup> da folha—*Com uma rubrica*.

Responde o thezoureiro da Alfandega. Lisboa 5 de Fevereiro de 1756. Com duas rubricas<sup>1</sup>.

## XXI

### 14 de Fevereiro de 1756

Senhor.—A Vossa Magestade requere o Guarda mór da torre do Tombo Manoel da Maya se mande pagar ao pintor Francisco Gomes Teicheyra 183\$625 reis que se lhe devem da pintura que fes em treze almarios para se meterem os liuros do Real Archivo, e pella ordem que tem de Vossa Magestade para se lhe pagarem estas obras pella Alfandega desta sidade pello Tizoireiro dos miudos, o qual assim chamado he hum mero resebedor ou fiel do Tisoireyro da dita Alfandiga de sorte que tudo os arecada e resebe com entrega, e lhe tomo contas de tudo cada ves que quero que he muito a miudo, e assim não vem o dinheiro a ter resebimento algum que o obrigue a dar contas senão ao Tisoireyro da dita Alfandiga, e por este motivo semelhantes pagamentos sempre são de prejuizo aos filhos das folhas, e no tempo

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do Arquivo do Ministerio do Reino.

presente muito pior pello pouco que rende a dita Alfandiga sem embargo disso, Vossa Magestade mandará o que for servido. Lixboa 14 de Fevereiro de 1756.—*José de Saa de Nobrega.*

*À margem:* Prossedaço na fórmula da resposta do Procurador da Fazenda—Lisboa 21 de Fevereiro de 1756.—*Com quatro rubricas.*

P. mandado em dito dia.—*Mata.*

Haya visto O Procurador da Fazenda—Lisboa 18 de Fevereiro de 1756. *Com quatro rubricas.*

*À margem:* Ja disse que o pagamento na forma das ordens deve ser sem prejuizo dos filhos da folha que vem a ser despois destes pagos, e se o Guarda Mór de Torre do Tombo entender haver demora concideravel na satisfação pode suplicar de Sua Magestade diversa Consignassão.—Com uma rubrica<sup>1</sup>.

## XXII

27 de Fevereiro de 1756

O Conde de Unhão, Gentil homem da Camara de Sua Magestade, do seu Conselho e do de Guerra Mestre de Campo General de seus exercitos, e Vedor de Sua Real Fazenda, etc. Mando a vos Thezoureiro da Alfandega desta cidade, que pelo rendimento desta dita Alfandega sem prejuizo dos filhos da folha, despois destes pagos, façais pagamento a Francisco Gomes Teixeira, mestre pintor, de cento, oitenta e tres mil seiscentos, vinte e cinco reis, que conforme o rol e mais documentos juntos, tanto importou a obra de seu officio, que fez em treze almarios, para se meterem os livros do Real Archivo. E por este com seu conhecimento, ou de seu Procurador vos será levado em conta o que lhe assim pagares. Caetano Felix da Matta o fez. Em Lixboa a vinte e hum de Fevereiro de mil settecentos sincoenta e seis annos. *Francisco Joachim de Barros e Vasconcellos* a fez escrever.—*Conde de Onhão*<sup>2</sup>.

## XXIII

28 de Julho de 1756

O Guarda mor da Torre do Tombo remeta a este Conselho com toda a brevidade hña relaçao de todos os officios da sua repartição, e jurisdiçao declarando os emolumentos que levão, e devem actual-

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do *Arquivo do Ministerio do Reino*.

<sup>2</sup> Idem, ibidem.

mente levar os que não forão regulados com elles e não tem proibição para os levarem pello Alvará de 29 de Dezembro de 1753, para se dar cumprimento ao que Sua Magestade tem ordenado por Decreto de 3 do prezente mez. Lisboa a 23 de Julho de 1756.— Com sete rubricas dos Vedores e Conselheiros da Fazenda. E registado a folhas 14 verso<sup>1</sup>.

#### XXIV

**4 de Agosto de 1757**

Ex.<sup>mo</sup> Srñor.— Não só as caças em que esteve o Bispo em S. Bento, mas tão bem as em que está hñ Comendador, nos parecerão as mais proprias e acomodadas para hñ Archivo; nem se encontrarão outras com as vantagens que ellas tem; porque alem de terem boas serventias, são as mais seguras, livre de qualquer insendio, terem boas luzes e capacidade para se acomodarem livros, e se escreve. E para a Academia a caza do Adro, que servia de Celleyro.

He o que nos pareceo, Vossa Excellencia mandará o que for servido. Lixboa 4 de Agosto de 1757.— *Filippe Rodrigues Oliveira—Lourenço Jozé Botelho*<sup>1</sup>.

#### XXV

**5 de Agosto de 1757**

Ex.<sup>mo</sup> Snr.— Só fabricando-se de novo hum edéficio proprio, para a acomodaçao do Real Archivo da Torre do Tombo poderia exceder, ao que agora se lhe pertende dar no Mosteiro de S. Bento, em que há circunstancias tão relevantes, que no tempo prezente o fazem estimavel, pois sendo de abobadas se izenta do fogo, principal inimigos dos Cartorios; e se acha com capacidade, para no quarto alto se acomodarem as chancelarias, em casas separadas, ficando outras, para se guardarem nellas aquelles livros e documentos, que na antigua Torre estavam na Casa chamada da Corôa; e o quarto baxo he adquado para se escrever nelle, pela luz que recebe, e por elle a principal entrada ás mais casas: e assim nos paresse que hum e outro se deve tomar porque fica o formal da Torre com bom resguardo e facilitado para as partes o uso della. Vossa Excellencia detreminará o que lhe parecer mais justo. Lixboa e Torre do Tombo 5 de Agosto de 1757. O Escrivam da Torre do Tombo *A Euzébio Manuel da Silva*.— O Official da Reformação *Manoel Antonio de Athaide*<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Registo do Real Archivo, liv. 9, fl. 133 v.

<sup>2</sup> Torre do Tombo, maço 495 do Arquivo do Ministerio do Reino.

<sup>3</sup> Idem, ibidem.

## XXVI

9 de Agosto de 1757

Senhor.—Por ordem de V. Mag.<sup>e</sup> expedida pelo Engenheiro Mór do Reyno, e na sua companhia fomos fazer vestoria, confrontação, e avaliação do que se havia dar de rendimento annual pelas cazas, que no Convento de S. Bento da Saude, desta Cidade se destinaria para prezentemente se accommodar o Archivo da Torre do Tombo, e suas pertenças: as quaes cazas ficão no angulo do ditto edificio á parte do meyo dia, confrontando por hum lado por onde tem a serventia, com a calçada da Estrella, em frente á portaria do Convento do Crucifixo; e da outra parte tem janellas para o Adro da Igreja do ditto Convento, o qual apouzento comprehende dous planos, hum terreo com seus pateos, e nelles huns commodos rusticos, e o plano alto aonde assistião os Bispos, o tudo he de abobeda, e composto de varias cazas, o que melhor se vê na planta junta.

E outrosi vimos huma caza de boa medida, e bem situada no portico da Igreja, para onde tem a sua principal serventia opposta a Portaria Conventual do ditto Convento, a qual se destina para Aula da Fortificação, com huma cazinha mais interior para ter uzo na dita Aula: O que sendo tudo visto miudamente, assim a respeito da situação, como da subsistencia do ditto edificio, formozura delle, e commodos que tem para os dittos ministerios, e se poder nelle sem horror viver, avaliamos de renda annual, o que se destina para a Torre do Tombo, e suas pertenças em 480\$. reis; e a caza destinada para a Aula da Fortificação com a sua cazinha annexa em 120\$. reis: E nesta forma houvemos por feita a ditta vestoria, confrontação, e arbitramento de rendimento annual acima declarado. Lisboa aos 9. de Agosto de 1757. «Carlos Mardel». «Rodrigo Franco». «Filipe Rodrigues de Oliveira». «Eugenio dos Santos e Carvalho». «Elias Sebastião Pópe». «Pedro Gualter da Fonseca»<sup>4</sup>.

## XXVII

11 de Agosto de 1757

Excellentissimo Senhor General.—No me hé necessaria muito Tempo em Considerar, si a Lugar que V. Excelencia foy servido monstrar-me no Mosteiro de São Bento da Saude he capas, para em

<sup>4</sup> Torre do Tombo, *Casa da Corôa*, codice n.º 199. fl. 11 v.

as didas casas escolhidas por V. Excelencia no mesmo Mosteiro si posa establecer o Real Archivo, Thénio bem examinado o sitio, e tambem as casas ou sitio, me paresse cada Die melhor, por ser elhe proprio por esta fim, sem perigo de fogo pella naturessa de Edeficio e de vizinhança, que poden fazer mal hum Thesouro tam granda, as Casas que V. Ex.<sup>a</sup> por accomodação escolho no mesmo Mosteirc, me paressem cada ves melhor, e com huma Tenha despesa sì fará tudo, si estivesse nacida por esta fim, e pode V. Excelencia der a Consolação, que não podia Escolher melhor. O mesmo me paresse a Casa para a Accademia Militar he espero em breve tempo de ver ambas establecidas tanto por Discanco de Excelencia como por o grande Beneficio Publico, o que a mim me parresse, e V. Excelencia me ordenara o que for mais de sua Agrado. Lisboa em 11 de Agosto de 1757.—*Carlos Mardel*<sup>1</sup>.

## XXVIII

12 de Agosto de 1757

Ex.<sup>mo</sup> Snor Manoel da Maya Mestre de Campo General e Enge-  
nheiro Mór do Reino. Em execução da Ordem de Vossa Ex.<sup>a</sup>, fui ver  
e examinar ao Convento de S. Bento da Saude o quarto de Casas  
chamado dos Bispos, que tendo entrada separada do Convento, consta  
de primeiro e segundo pavimento ambos fechados de fortes e exce-  
lentes abobadas, e me parece o mais proprio e acomodado que pre-  
zentemente se pode achar para servir de Archivo da Torre do Tombo  
e porque V. Ex.<sup>a</sup> depois de ter achado hum sitio tão proprio e seguro  
quer percauer todo o receyo de incendio, lembrando-se para este fim  
de forrar as janellas do mesmo Archivo de cobre pella parte exte-  
rior de cujos lugares so se pode temer o fogo, me ocorre que se o  
chegar a aquecer demaziadamente lhe fica facil o comonicar o fogo  
a madeira a que esta emcostado, e que se evitaria todo o escurpulo  
em materia de tanta consequencia se se fizerem todas as janellas do  
referido Archivo de ferro, o que não he deficulso, suposto seja de  
mais alguma despeza, que estou na inteligencia de ser bem merecida  
atendendo a completa segurança do fogo, e ainda a sua propria dura-  
ção. Lixboa 12 de Agosto de 1757.—*Eugenio dos Santos Carvalho*<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> *Torre do Tombo*, maço 495 do *Arquivo do Ministerio do Reino*. A carta de Mardel é acompanhada por duas plantas dos locais do edifício de S. Bento escolhidos para a Torre do Tombo e para a Academia Militar.

<sup>2</sup> *Torre do Tombo*, maço 495 do *Arquivo do Ministerio do Reino*.

## XXIX

12 de Agosto de 1757

«Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. D. Luiz da Cunha.—Em 23. de Julho proximo passado, me fez sabedor o R.<sup>do</sup> D. Abbade do Convento de S. Bento da Saude desta Corte, que V. Ex.<sup>a</sup> lhe havia intimado da parte de S. Mag.<sup>o</sup>, não dispozesse coiza alguma das caças contiguas ao ditto Convento, que occupava o Bispo despachado para a Ilha, como tambem da caza da Portaria, que se alugava para celeiro, sem que primeiro eu as visse, e observasse, para servirem as primeiras para commodo do Real Archivo, e a segunda para Academia Militar; e com effeito no dia dous do corrente mez de Agosto fui em companhia do mesmo D. Abbade ver as caças que o ditto Bispo habitava, e as achei pelo interior com a capacidade, e qualidades, que pelo exterior suppunha, como tambem outro corpo de caças em pavimento inferior, que se fazem estimaveis pela abundancia de Luz, e para acompanharem as primeiras muito a favor da commodidade do Real Archivo, e com que se formarão os uzos delle com a destinação necessaria, e livre dos inconvenientes, que se seguirão da falta de capacidade, porque como os Archivos quotidianamente vão crescendo, se não tem abundancia de sitio sempre vem a experimentar pobreza de commodos, e como, álem de muitos Indices, que se devem fabricar, e melhorar, está pedindo que se faça hum duplicado, hé muito justo, que se procure a mayor extenção do Real Archivo, pois ha capacidade para se extender em Amanuenses, e ficar mais sobre si Livre de qualquer communicação, o que tambem he de estimar: porem se não houvesse mayor commodo que o pavimento superior, sempre era muito conveniente, pois nunca o Real Archivo terá commodo semelhante; na planta junta n.<sup>o</sup> 4.<sup>o</sup> se mostrão de dous pavimentos de caças superior, e inferior; e na planta n.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup>, a caza para a Academia Militar<sup>1</sup>.

Depois do que, em 4. do mesmo mez corrente, fui acompanhado do Sargento Mór Philippe Rodrigues de Oliveira, e do Escrivão do Real Archivo Euzebio Manoel da Silva, e do P.<sup>e</sup> Manoel Antonio de Athaide, Cartorario da Serenissima Caza de Bragança, e bom official da Reforma, ver os dittos commodos, e todos os tres os acharão estimaveis, como testeficão nas suas attestaçõens juntas, e com especialidade, para o commodo da Academia Militar, o proferido pelo ditto

<sup>1</sup> Planta do Real Archivo. Aqual satisfez o guarda mór á sua Conta, por não ser couza pertencente aos documentos do Real Archivo.

Sargento Mór Lente nella. E para mayor ratificação no dia 9. deste mesmo mez fui complectar a mesma diligencia com o Tenente Coronel Carlos Mardel, e com o Capitão Eugenio dos Santos e Carvalho, e attestão não só dos bons commodos, mas da segurança, e propriedade dos lugares, como se pôde ver das attestaçõens juntas. em que tambem Convem se lance mão de ambos os commodos, superior, e inferior; pelo que não tenho occaçao de duvidar da firmeza, e segurança do edificio, nem da segurança das abobedas, e pavimentos izentos de incendios, a que esteve sempre o Real Archivo muito exposto, e agora muito mais em duas barracas inteiramente de madeiras velhas, tiradas das mesmas ruinas por se restaurar com promptidão dos entulhos, em que estava submersido o Real Archivo, antes que alguma chuva o reduzisse todo todo a Lôdo; pois era o mez de Novembro, o que está pedindo prompta extracção, e poderá ser recolhido logo nas caças que se achão despejadas, que são as que ocupava o Bispo, que estão no pavimento superior: dando Logar ao Commendador que occupa as do pavimento inferior, para que possa procurar o commodo de que tambem necessita, julgando-se indispensaveis ambos os dous pavimentos, sendo certo, que, *ad-melius esse* são muito convenientes, para o que he necessario que se me mandem entregar as chaves do ditto pavimento superior, e a chave da Caza, que ade servir de Academia Militar ao Sargento Mór Philippe Rodrigues de Oliveira. Hé tambem preciza Ordem ao Marquez de Tancos Governador das Armas junto á Pessoa de S. Mag.<sup>e</sup>, para que determine, que o Corpo de Guarda, composto de hum Offcial, e sete, ou oito soldados, que guardão o Real Archivo, executem as Ordens, que agora de novo eu lhe der, dividindo-os em dous corpos em quanto se fizer a passagem para o novo edificio, ou tambem acompanhando as conduçõens do que se fôr transportando, para cuja despesa ainda se achão 208\$033 reis na mão do Ajudante Pedro Gualter da Fonceca, de resto de quinhentos sessenta e sete mil, seis centos e cincuenta e cinco reis, que com o ditto resto que agora se irá gastando, ajusta a ditta quântia dos quinhentos sessenta e sete mil, seis centos e oitenta e oito vendidos dos dittos destroços. Pelo que toca á despesa annual que se fará nos dittos commodos, só posso noticiar a V. Ex.<sup>a</sup> dizer o ditto D. Abbade, que pelas caças que o Bispo occupava dava ao Convento 150\$000 reis em dinheiro, mas que o pavimento inferior que occupa o Commendador nunca fora alugado, e que só tem sido occupado, ou pelo Geral, ou por algum hospede, e que tem mais estimação, o que supponho ser por ter maiores janellas, e por consequencia melhores Luzes, e mais proximo

ao terreno do Adro: e pela caza para Academia, que se alugava para celeiro do trigo, disse que rendia cada mez sete mil e duzentos reis, mas sempre fazendo offerecimento em forma de não querer mais satisfação que a de ter com que podesse servir a S. Mag.<sup>e</sup>, porrem ultimamente chegou a fallar em avaliaçāo, mas sem que elle concorresse com Louvado da sua parte. Declaro a V. Ex.<sup>a</sup>, que a despeza do Real Archivo pertence ao Concelho da Fazenda, e a da Academia Militar pertence á Junta dos Trez Estados: e he o que por occasiāo da mudança do Real Archivo me ocorre dizer a V. Ex.<sup>a</sup> S. Mag.<sup>e</sup> mandará o que for servido. Deos guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Lisboa 12. de Agosto de 1757. de V. Ex.<sup>a</sup> Humilissimo Criado «Manuel da Maya»<sup>1</sup>.

## XXX

19 de Agosto de 1757

Sendo presente a Sua Magestade a Representação de Vossa Excelencia para haver de se accommodar nos douos Quartos alto, e baixo das casas contiguas ao Mosteiro de São Bento da Saude, chamadas dos Bispos, o Real Archivo da Torre do Tombo; e na casa que está defronte da Portaria do dito Mosteiro a Academia Militar: Foy o mesmo Senhor Servido conformarse com o Parecer de Vossa Excellencia e ordena, que Vossa Excellencia ajuste com o Abbade do dito Mosteiro o aluguel das referidas casas, para se mandar satisfazer pelas Partes, a que pertence: E que entregando a Vossa Excellencia as chaves do Quarto alto, e dando-se o tempo, que se julgar competente, para o Commandador desocupar as do Quarto de baixo: mande Vossa Excellencia fazer logo a mudança do mesmo Real Archivo para as sobreditas Casas, com aquella arrecadaçāo, que Sua Magestade confia do zelo, e actividade de Vossa Excellencia, e faça entregar as chaves da Casa fronteira á Portaria do dito Mosteiro, ao Sargento Mór Philippe Rodrigues de Oliveira, para nella se estabelecerem as Sessoens da Academia Militar, tanto que estiver prompta. E ao Marquez de Tancos se avisa, para que o Destacamento, que assiste de guarda ao mesmo Real Archivo na Praça do Armas de Castello, execute as Ordens, que Vossa Excellencia lhe der a este respeito.

Deos guarde a Vossa Excellencia.

Paço de Belem a 19 de Agosto de 1757.—*Dom Luis da Cunha*  
Senhor Manoel da Maya<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Torre do Tombo, *Casa da Corôa*, Codice n.<sup>o</sup> 199, fl. 5 v.

<sup>2</sup> *Avisos e Ordens*, maço 2, n.<sup>o</sup> 40; *Registo do Real Archivo*, liv. 8, fl. 177.

## XXXI

**28 de Agosto de 1757**

Fui servido mandar accommodar nos dous quartos das caças contiguas ao Mosteiro de S. Bento da Saude, chamadas dos Bispos, o Real Archivo da Torre do Tombo. O Concelho da Fazenda o tenha assim entendido; e mande satisfazer ao Abbade do ditto Mosteiro 480\$ reis cada anno ás pagas costumadas, com o vencimento do S. João proximo passado em diante pelo aluguel das referidas caças, em quanto nellas estiver o mesmo Real Archivo, e eu não mandar o contrario. Belem a 28 de Agosto de 1757.—Com a rubrica de S. Mag.<sup>o</sup><sup>1</sup>.

## XXXII

**10 de Setembro de 1757**

Sua Magestade he servido, que Vossa Excellencia mande fazer os concertos necessarios na caza, que se destinou, contigua ao Mosteiro de São Bento, para o exercicio da Academia Militar, ouvindo para este effeito ao Sargento mór Engenheiro Filipe Rodrigues de Oliveira e que na brevidade dos referidos concertos haja todo o cuidado de se acabarem no fim do presente mez, para no de Outubro se entrar no exercicio da dita Academia.

Deos guarde a Vossa Excellencia.

Paço a 10 de Setembro de 1757.—*Sebastião Joseph de Carvalho e Mello*<sup>2</sup>.

## XXXIII

**5 de Outubro de 1757**

Senhor.—Diz Manoel de Maya, como Guarda Mór do Real Archivo da Torre do Tombo, que não obstante ficar immerso nas suas proprias ruinas no dia do espantoso Terremoto o mesmo Real Archivo, que com bom fundamento já havia requerido ao Concelho da Fazenda o mandasse apontuar, o restaurou promptamente no commodo que na Praça de Armas proxima lhe erigio com parte dos destroços do mesmo edificio, reduzindo a outra parte a dinheiro por venda, com que satisfez as despezas precizas para o pôr em termos de se poder conservar, e servir ao publico, e trasladallo em 26, e 27. de Agosto

<sup>1</sup> *Registo do Real Archivo*, livro 9, fl. 177 v; Codice 199, fl. 13.

<sup>2</sup> *Avisos e Ordens*, maço 2, n.º 41; *Registo do Real Archivo*, liv. 8, fl. 177 v.

proximo passado para o lugar que hoje ocupa contiguo ao Convento de S. Bento da Saude, no que tudo se tem despendido 630\$328. reis procedidos da venda dos dittos destroços, com que correo o Ajudante Pedro Gualter da Fonceca ajudando-me nesta diligencia com cuidado, de que poderá dar contas pelos seus roes, sendo-lhe ordenado; e porque ainda que o edificio, que o ditto Real Archivo prezentemente ocupa, tenha boas qualidades para Archivo pelo que pertence a sua capacidade, situação, e robusteza, como não foi formado para servir de Archivo hé precizo acrecentar-lhe as taes couzas que lhe faltão, como são grades de ferro em muitas janellas, renovações de algumas caças vilipendiadas, communicaõens interiores de hum pavimento para outro para evitar diversas entradas, e obter huma só debaixo da cuja porta fique todo o Archivo clauzurado, a que se tem dado principio, como tambem á perparação da Academia Militar, e se vay continuando com nova despeza que ainda não ha por onde se faça. ao que se deve seguir a renovação de todos os Armarios de bordo, e suas pinturas, porque dos que havia só de hum ficou vestigio: o mesmo se entende de bancos, e mezas que necessitão de inteira, e maior renovação pelo augmento dos Ammanuenses de que se necessita para o novo indice da grande Chancellaria do Senhor D. João 5.<sup>º</sup>, e para muitos Livros, e maços de documentos antigos que o não tem, e melhorar outros indigestos, e que necessitam de correcção, e ultimamente o Duplicado do Archivo tão recommendedo nos Bullarios Romanos, onde se trata dos Archivos: ao que se pode, e deve ainda seguir o descobrimento ventureiro em hum grande Armazem de messelalias não vistas, nem reconhecidias, que consta de trezentos cincoenta, e sete grandes maços, de que não duvido se possa tirar proveito por estar hoje na opinião de que todo o papel que servio huma vez, pode servir outras muitas, e para diversos fins, e que quando se procura aparece com estimação, se o tal papel se acha distribuido por ordem que se possa reconhecer a qualquer hora que se procurar, para o que temos methodo que seguir prompto e seguro. Hum grande numero de Livros necessitão de encadernações novas, exceptuando quatro centos que o supplicante havia mandado encadernar por huma nova forma com papeloens muitos grossos como taboas com cobertas de panos e brins pintados a olio, e com correas de Anta, porque ainda que amassados, e encurvados entre grandes pezos se vão restituindo a estado de servirem, o que não sucedeu nos Livros tambem grandes antigos, mas de pasta de Madeira, e cantoneiras de bronze que todos ficarão destruidos, e devem ser reduzidos a sobre-ditta forma.

E para que não se suspenda diligencia de tanta importancia, é occasião tão oportuna, pois a bondade do lugar a conservação, e melhoramento do Real Archivo o estão pedindo; parece ao Supp.<sup>e</sup> que V. Mag.<sup>e</sup> mande por hum seu Real Decreto entregar ao Ajudante Pedro Gualter da Fonceca 480\$. reis por mez por espaço de seis mezes, que terão principio, neste de Outubro de 1757, para despender delles por ordem do Supp.<sup>e</sup>, e á vista das obras e diligencias que se forem fazendo, o que com effeito se executar para se poder observar o que a ditta despeza aproveita, e poder-se alterar o ditto Decreto, conforme o for pedindo a diligencia: V. Mag.<sup>e</sup> mandará o que for servido.

Lisboa 5. de Outubro de 1757.—*Manuel da Maya*<sup>1</sup>.

#### XXXIV

**11 de Outubro de 1757**

O Thezoureiro da Caza da Moeda Bernardo dos Santos Nogueira, entregue ao Ajudante Pedro Gualter da Fonceca, quatro centos, e oitenta mil reis cada mez por espaço de seis mezes, que terão principio neste presente de Outubro, se no entanto não ordenar o contrario, para os despender á ordem do Mestre de Campo General Manoel da Maya nas obras da renovação do Real Archivo da Torre do Tombo: e com seus conhecimentos de recibo lhe serão levadas em conta as quantias que assim lhe entregar, não obstante qualquer Ley, regimento ou ordem contraria. Belem a 11. de Outubro de 1757. «Com a Rubrica de S. Mag.<sup>e</sup>»<sup>2</sup>.

#### XXXV

**13 de Outubro de 1757**

O thezoureiro da Caza da Moeda Bernardo dos Santos Nugueira entregue por este Decreto somente sem embargo de quaesquer ordens ou disposições em contrario ao Escrivão da Torre do Tombo Eusebio Manoel da Silva, cincuenta e hum mil e setecentos reis para satisfazer às pessoas que copiarão por minha Real Ordem varios papeis na mésma Torre do Tombo: e com seu conhecimento de recibo se levárao em despeza nas contas que der do seu recebimento. Belem treze de outubro de 1757—Com a rubrica de Sua Magestade<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Torre do Tombo, *Casa da Corôa*, Cod. 199, fl. 16 v.

<sup>2</sup> *Registo do Real Archivo*, liv. 8, fl. 177 v; Torre do Tombo, *Casa da Coroa*, Cod. 199, fl. 18 v.

<sup>3</sup> *Registo do Real Archivo*, liv. 9, fl. 178.

## XXXVI

Senhor.—Recorre a V. Mag.<sup>e</sup> o Mestre de Campo General Manoel da Maya, a cujo cargo está o governo do Real Archivo dos Reynos, e Senhorios de Portugal, dizendo: que o Corpo da Guarda que se concedeu para defender, e guardar o ditto Real Archivo tresladado novamente para o sitio contiguo ao Convento de S. Bento da Saude, se acha sem o provimento de azeite, lenha, e agoa de que necessita, e se costuma dar aos mais Corpos de Guarda: por tanto, Pede a V. Mag<sup>e</sup>. queira mandar que pela Vedoria da Corte, e Provincia da Estremadura, se dê provimento ao ditto Corpo da Guarda do socorro que necessita, e como costumão ser socorridos os mais corpos de Guarda empregados no Real serviço; o qual socorro será entregue ao Porteiro do ditto Real Archivo Romão Francisco, e a quem lhe for succedendo. E. R. M.<sup>ce1</sup>.

## XXXVII

**2 de Dezembro de 1757**

O Vedor Geral da Corte faça assistir com azeite, e lenha que he costume para o Corpo da Guarda do Real Archivo da Torre do Tombo, que se acha no sitio contiguo ao Convento de São Bento da Saude, fazendo esta despesa de qualquer dinheiro, ainda que não seja das Fortificaçõens. Alcantara a 2. de Dezembro de 1757. «Com quatro Rubricas<sup>2</sup>.

## XXXVIII

Senhor — Diz Manoel de Maya, como Guarda Mór do Real Archivo da Torre do Tombo, que sendo V. Mag.<sup>e</sup> servido por sua Real Ordem de dous de Dezembro proximo passado, registada a folhas noventa e seis verso, que o Vedor Geral da Corte faça assistir com azeite, e lenha para o Corpo da Guarda do Real Archivo da Torre do Tombo, fazendo esta despesa de qualquer dinheiro, ainda que não seja das Fortificaçõens; o ditto Vedor Geral, pelo que toca á lenha tem concorrido com sessenta reis para cada noute, o que não he sufficiente para defender da inclemencia do tempo áquelle Corpo da Guarda composto de oito soldados, e hum Sargento, por cuja cauza se vem os soldados obrigados não só a arrancarem algum taboado do mesmo Corpo da Guarda, mas a extrair da vezinhança alguma madeira contra

<sup>1</sup> Torre do Tombo, *Casa da Coroa*, Cod. 199, fl. 23 v.

<sup>2</sup> *Registo do Real Archivo*, liv. 9, fl. 332 v; Torre do Tombo, *Casa da Coroa*, Cod. 199, fl. 24.

sua vontade, o que necessita de remedio, e porque o mais apropriado me parece ser o de se dar cento e vinte reis para Lenha de cada noute, de que há na Vedoria exemplo. Pede a V. Mag.<sup>e</sup> queira ser servido ordenar ao Vedor Geral da Corte concorra com cento e vinte reis para lenha de cada noute, em quanto o frio continuar, para evitar o prejuizo, que por falta de Lenha os soldados fazem, assim ao mesmo Corpo da Guarda, como a outras partes donde a vão extrair.» E. R. M.<sup>co</sup><sup>1</sup>.

### XXXIX

14 de Março de 1758

Vendo-se nesta Junta o requerimento, que a ella fez Manoel da Maya (como Guarda Mór do Real Archivo da Torre do Tombo) sobre o prejuizo que se seguia á defeza do mesmo Archivo por falta de assistencia de azeite, e Lenha, que Sua Mag.<sup>e</sup> por rezolução de dous de Dezembro do anno passado foy servido mandar dár aos Soldados do Corpo da Guarda do ditto Real Archivo da Torre do Tombo; se ordena ao Vedor Geral da Corte mande assistir ao ditto Corpo da Guarda com cento e vinte reis cada noute para o azeite e Lenha de que necessita, pelos seis mezes, que elle ditto Vedor Geral declara o que cumprirá: e deste despacho se tome razão na Contadoria Geral de Guerra. Alcantara quinze de Março de mil sete centos cincuenta e oito. E se declara que os dittos seis mezes se completão até fim de Abril deste prezente anno. Ditto dia «Com quatro Rubricas dos Ministros». Registe-se Alcantara dezoito de Março de mil sete centos e cincuenta e oito. «João de Aguiar e Gouveya». «Manoel da Silva Valladares». A folhas trezentas, e quarenta e cinco do Livro segundo que nesta Contadoria Geral de guerra, e Reyno serve do Registo de Ordens fica registado neste despacho. Alcantara dezoito de Março de mil sete centos e cincuenta e oito. Jozé Pires de Sequeira. «Registada afolhas quarenta e sete verso». Tavares. «Por despacho da Junta dos Tres Estados de 14. de Março do 1758. F. 345<sup>2</sup>.

### XL

3 de Junho de 1758

Nós abaixo assinado, certificamos, que em cumprimento da ordem que recebemos do Senhor Mestre de Campo General, Engenheiro Mór do Reyno Manoel da Maya, fomos ao sitio em que prezentemente

<sup>1</sup> Torre do Tombo, *Casa da Corôa*, Codice 199, fl. 24.

<sup>2</sup> *Registo do Real Archivo*, liv. 8, fl. 178; Torre do Tombo *Casa da Corôa*, Codice 199, fl. 25.

se acha o Archivo da Torre do Tombo, que são as cazas chamadas dos Bispos, e quarto debaixo dellas, as quaes são dos Reverendos Relegiozos de S. Bento da Saude, incluzas no edificio do seu mesmo Convento, em parte dos dous Lados que lhe formão o angulo que olha ao Nascente, fazendo hum dos dittos lados frente ao seu Adro; e o outro ao Convento das Relegiozas do Santo Crucifixo, chamadas vulgarmente as Francezinhas; e estando ali presentes o R.<sup>do</sup> P.<sup>o</sup> Procurador, e o ditto Senhor Mestre de Campo General, este nos propoz em vários pontos a obra que tinha mandado fazer nas dittas cazas tomadas de renda por ordem da S. Mag.<sup>e</sup> aos sobreditos Religiozos para accommodação do ditto Archivo, para a ditta obra considerarmos a que se devia separar para a sua despeza ser paga por conta dos mesmos Religiozos, por serem reparações precizas, assim para a conservação das mesmas cazas como para estas se poderem comodamente habitar; ficando o mais que se tivesse feito para mayor segurança, decencia, e commodos do mesmo Archivo, para se satisfazer por conta da Fazenda Real: o que tudo visto, e examinados por nós attentamente, assentamos, que da despeza da ditta obra pela avaliação que della fizemos só pertence aos dittos Religiozos a quantia de cento e vinte e tres mil noventa e quatro reis, importancia das addições contheudas nesta prezente certidão da sua medição, a qual foy feita por nós com assistencia, do ditto Senhor Mestre de Campo General, e comprehende a reformação ordinaria, ou emboço, reboco, e guarnição de huma caza grande, cujas paredes, e abobeda della se achavão em tosco; o ladrilho todo da mesma caza, e mais alguns ladrilhos que forão precizos em varios concertos de outras, e de seus corredores; hum pedaço de reformação ordinaria em pardo no lado exterior á face do pateo da entrada das mesmas cazas; os telhados das suas cocheiras, e palheiro; a janella e porta deste feitas de novo; mais cinco janellas novas para as dittas cazas, e algumas chaves, e fechaduras de que carecião: E que fica pertencendo á Fazenda Real a despeza de toda a mais obra que ali se fez; a saber as grades de ferro que se pozerão em todas as janellas que olhão para o Claustro; o poço que se abrio, empedrou, e acabou com o seu bocal de pedraria em huma caza que tem huma chaminé, a qual caza tambem se guarneceo, ou reformou por se achar em tosco; e mais alguma guarnição, e limpeza que se fez em outras cazas do pavimento terreo por ser tudo feito para mais segurança, e melhor commodo do ditto Archivo; as quaes grades de ferro, e as mais couzas que assentámos ficão pertencendo á ditta Fazenda Real, se poderão tirar para a mesma Fazenda a todo o tempo que parecer, ou

por mudança do ditto Archivo, ou por outro qualquer motivo, ficando porem os lugares de donde se extrahirem sem defeito, ou no seu antigo estado: e pelo que respeita á obra, cuja despeza fica pertencendo aos R.<sup>dos</sup> Relegiozos sobredittos para estes a satisfazerm como reparaçãons precizas das dittas cazas, como ditto, se declara toda nas addiçoens seguintes:

1. Quarenta e sete braças e seis decimos de braça de emboço, reboco, e guarnição em abobeda, e paredes que forão picadas primeiro, e a seis centos reis em que avaliámos cada braça, importa vinte e oito mil quinhentos e sessenta reis.
2. Seis braças e hum decimo de braça de emboço, e reboco sómente, que a quatro centos e vinte reis, em que avaliamos cada braça importa dous mil quinhentos e vinte dous reis.
3. Quatorze braças, e oito decimos de braça de telhado mourisco feito com telha da obra que a oito centos reis em que avaliámos cada braça importa onze mil oito centos e quarenta reis.
4. Vinte braças, e oito decimos de braça de telhado na Cocheira feito com cintas de Cál, e a telha da obra, que a duzentos e quarenta reis em que avaliamos cada braça, importa quatro mil nove centos e noventa e dous reis.
5. Quinze braças e quatro decimos de braça de ladrilho tosco, que a dous mil reis em que avaliamos cada braça, importa trinta mil, e oito centos reis.
6. A porta da Cocheira feita de duas meyas de cinco peças cada meya, e tres traveças feitio de chamfro, sentadas em grade de barrote tudo madeira de Flandres, e ferragens da obra, que segundo a sua medida a avaliámos sentada em seu lugar, em doze mil reis.
7. Huma janella de chamfro de duas meyas assentadas em grade com quatro Lemes, e tranca de dous palhetoen, os Lemes são da obra, e a madeira he de Flandres, o que avaliamos em seis mil reis.
8. Huma janella de duas meyas engradadas com postigo tambem engradado, assentada em caixilho tudo de madeira de Flandres com ferragem da obra, a qual janella cahe para o Adro, e a avaliamos em sete mil e quinhentos reis.
9. Tres janellas nas dittas cazas feitas de duas meyas engradadas, sentadas em caixilho, tudo de madeira de Flandres, que com as suas ferragens as avaliamos todas em doze mil reis.
10. Huma janella pequena tambem engradada com seu caixilho de madeira de Flandres, a qual avaliamos com as suas ferragens, em dous mil reis.

11. De varias chaves, e fechaduras em que entrão duas novas, o que tudo se avalia em quatro mil oito centos, e quarenta reis.

Somão as onzes addiçōens contheudas nesta certidão cento e vinte e tres mil e noventa e quatro reis.

E por ser verdade o referido passamos a prezente certidão feita por hum de nós e por todos assinada. Lisboa 3. de Junho de 1758. annos. || Carlos Mardel. || Elias Sebastião Pópe. || Felippe Rodrigues de Oliveira. || Rodrigo Franco. || Eugenio dos Santos e Carvalho. || Pedro Gualter da Fonceca<sup>4</sup>.

### XLI

4 de Julho de 1758

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Sebastião José de Carvalho e Mello.— Em virtude de hum Decreto de 11. de Outubro de 1757. para o Thesoureiro da Caza da Moeda Bernardo dos Santos Nogueira entregar por tempo de seis mezes com principio do primeiro de Outubro do dito anno ao Ajudante Pedro Gualter da Fonceca quatrocentos, e oitenta mil reis por mez para os despender á Ordem do Mestre de Campo General Manoel da Maya nas obras da renovação do Real Archivo da Torre do Tombo. e com seus conhecimentos de recibo lhe serão levadas com conta as quantias que assim lhe entregar não obstante qualquer Ley, Regimento ou Ordem encontraria, se tem cobrado do ditto Thesoureiro o determinado no dito Decreto, que teve fim no ultimo de Março proximo passado; e porque com o restante que sobejou do ditto dinheiro se tem continuado as obras do Real Archivo nos trez mezes seguintes de Abril, Mayo e Junho, e para se continuarem, como he precizo, se necessita de *outro semelhante decreto*, que tenha principio no primeiro dia deste mez de Julho, entregando-se logo a importancia deste mez no mesmo principio, o faço prezento a Vossa Excellencia declarando que a Caza da Academia Militar, em cuja decente preparação se gastarão 616\$555. reis se acha servindo desde 31 de Janeiro, em cujo dia me vi obrigado a suprir com a minha indignidade a indispensavel Acção de graças a El Rey Nossa Senhor de que vai junta a Copia, e a narração do que depois della se seguiu para que conste a Vossa Excellencia do facto não esperado. E pelo que toca ao Real Archivo tenho tomado o arbitrio de o dividir em tres partes: primeira e mais insigne para Rezervatorio, conservação, e defensa dos documentos; segunda para Laboratorio em que os amanuenses possão concorrer com abundancias de copias, assim para

<sup>4</sup> Torre do Tombo, *Casa da Corôa*, codice 199, fl. 28 v.

o publico, como para o interior do Archivo, e os livreiros trabalharem separadamente, tudo com dezembaraço, e segurança necessaria: a terceira para commodo do Goarda mór, dando a cada divizão os quarteis, que mais proprios se poderão ajustar, e fazendo-lhes as communicações que não havia, e reduzindo a estado util o que necessitava de competente redução, fabricando inteiramente armarios de madeira do Brazil para todo o Archivo, pois de todos os que havia só hum ficou com alguma semilhança do que fora, como tambem mezas, e assentos de novo para o bom numero de amanuenses que se faz preciso aumentar, acrecentando grades de ferro e redes de arame por todas as partes em que a cautela as aconselha, no que se tem completado a despeza dos dous contos oito centos e oitenta mil reis recebidos the o fim do dito Março; e como he justo que se não suspenda, mas se continue com o mesmo cuidado esta diligencia que Vossa Excellencia tem socorrido com tanto zelo, e se acha em termos de se reconhecer bem empregada a despeza que se vai fazendo, espero que Vossa Excellencia não só assista com a providencia do Decreto mencionado para que se consiga o complemento do material, mas que no formal de que tambem necessita muito, Vossa Excellencia o dirija com a sua especialissima prespicacia. Deos guarde a V. Ex.<sup>a</sup> pelos mais dilatados e salutiferos annos da minha expectação. Lisboa 4 de Julho de 1758. De Vossa Excellencia. Devotissimo e humilissimo criado.—Manoel da Maya<sup>1</sup>.

## XLII

7 de Julho de 1758

O Thezoureiro da Caza da Moeda Bernardo dos Santos Nogucira entregue ao Ajudante Pedro Gualter da Fonseca 480\$. reis cada mez por espaço de seis mezes, que terão principio neste corrente mez de Julho, se no entanto não mandar o contrario, entregando-lhe logo a importancia deste mez para despender á ordem do Mestre de Campo General Manoel da Maya, nas obras da renovação do Real Archivo da Torre do Tombo, e com seus conhecimentos de recibo lhe serão levadas em conta as quantias que assim lhe entregar, não obstante qualquer Ley, Regimento, ou Ordem em contrario. Belem a 7. de Julho de 1758. Com Rubrica de S. Mag.<sup>e</sup><sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Torre do Tombo, *Casa da Corôa*, cod. 199, fl. 19.<sup>2</sup> *Registo do Real Archivo*, liv. 8, fl. 178 v; Torre do Tombo, *Casa da Coroa*, Cod. 199, fl. 20 v.

## XLIII

18 de Julho de 1758

Sendo me prezente os notorios erros de facto e de direito, com que por parte de Antonio Jozé da Costa se embargou a nomeação que o Guarda mor da Torre do Tombo Manuel da Maya fez de João Francisco Sande para o lugar de Guarda Livros daquelle Archivo, pertendendo que fosse officio sujeito ao direito consuetudinario o sobre dito Lugar contra a sua natureza sendo na realidade húa simplis incumbencia, que ainda na suposição de ser officio bastaria ser daquelles, que per sy nomea o sobredito Guarda Mor para que como de Donatario não militace nelle o direito antidotal, sou servido que a sobredita nomeação se cumpra, e que o Alvará de mantimento passado em virtude della passe pella chancellaria, sem embargo dos ditos embargos, e do despacho que os havia mandado remeter ao Juizo dos Feitos da Fazenda. O Concelho da Fazenda o tenha assim entendido e faça executar mandando separar dos autos, e entregar a parte o sobredito Alvará, e ficando na inteligencia (para mais não vir em duvida) de que os dous Guarda Livros, os dous officiaes da reformação, o Porteiro, e o Barredor do dito Archivo são meras incumbencias, não só da Livre nomeação do mesmo Guarda mor, mas tambem ao seu arbitrio amoviveis, como pessoas da sua approvação, e confiança em lugar de tanto recato, e importancia para o meu Real serviço, e bem commum de meus vassallos. Belem 14 de Julho de 1758—Com a rubrica de S. Magestade—Sebastião Xavier da Gama Lobo—Despacho do Concelho—O Guarda Mor da Torre do Tombo na parte que lhe toca dê cumprimento ao que S. Mag.<sup>de</sup> tem ordenado pello Decreto copiado na lauda antecedente. Lisboa a 18 de Julho de 1758. Com cinco rubricas dos Ministros do Conselho.—Registado a folhas 62<sup>1</sup>.

## XLIV

29 de Novembro de 1758

Em 10 de Agosto de 1758 em prezença do Escrivão deste Real Archivo Eusebio Manoel da Silva Lembrei ao guarda livros Jozé da Motta, que elle tinha hum crime aberto contra este Real Archivo pello qual tinha merecido, que eu fizesse nomeação em outrem, que

<sup>1</sup> *Registo do Real Archivo*, liv. 9, fl. 203.

servisse mais enteiramente o Lugar pois que o tinha desemparado por todo o tempo que gastou o anno passado na jornada e detenção que fizera a Nazareth na occasião das festas costumadas, mas que suspendera fazer a nomeação que devia para que elle achace o lugar ocupado quando voltase pera elle na attenção de que elle poderia satisfazer aquella grande falta com hum serviço particular em beneficio do Real Archivo porque cumprindo ao mesmo tempo com a obrigação de guarda livros poderia ser Inspector apontador e zellador de tudo o que se for fazendo pertencente ao officio de Livreiro com o mesmo Ordenado de Guarda Livros, para deste modo ser bem empregada a despeza da fazenda Real, he preciso se faça sem haver falcificação no que se fizer, nem excesso no que se pagar; e que tomase a sua rezolução, porque só aseitando esta proposição o conservaria e enformaria o seu requerimento para ajuda de custo de doente, que o Concelho da fazenda me havia enviado. Depois do que me vejo dizer o dito Jozé da Motta na mesma manhã que elle tomava a rezolução de aceitar a obrigação de que eu o encarregava de novo e fica já declarado e junta a obrigação de guarda livros, que ficará tambem exercitando de que fis esta lembrança eu o Guarda mor Manoel da Maya assignada pello dito Guarda Livros. Lisboa 11 de Agosto de 1758 annos. Jozé da Motta. Como testemunhas.— Romão Francisco como testemunha. João Francisco Sande<sup>1</sup>.

## XLV

15 de Junho de 1759

Ill.<sup>mo</sup>, e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Conde de Oeyras.—Em virtude de hum Decreto de sete de Julho proximo passado de 1758. para o Thezoureiro da Caza da Moeda Bernardo dos Santos Nogueira entregar por tempo de seis mezes, com principio no mesmo mez de Julho ao Ajudante Pedro Gualter da Fonceca 480\$, reis cada mez entregando-se logo a importancia do primeiro mez no seu principio para os despender á Ordem do Mestre de Campo General Manoel de Maya nas obras da renovação do Real Archivo da Torre do Tombo, se tem cobrado do ditto Thezoureiro o determinado no ditto Decreto, que teve fim no ultimo de Dezembro proximo passado; e porque com o restante do ditto dinheiro, se tem continuado as obras do Real Archivo nos primeiros seis mezes seguintes deste prezente anno, e para a sua continuação se necessita de outro semilhante Decreto que tenha prin-

<sup>1</sup> *Registo do Real Archivo*, liv. 9, fl. 203 v.

cípio no primeiro de Julho deste corrente anno de 1759; o faço presente a V. Ex.<sup>a</sup> para que assim como V. Ex.<sup>a</sup> tem exercitado com o Real Archivo a sua efficaz attenção desde o seu fatal destroço a queira continuar té o seu manifesto complemento. Deos guarde a V. Ex.<sup>a</sup> pelos dilatados annos da nossa esperança. Lisboa 15. de Junho de 1759. «De V. Ex.<sup>a</sup> Humillissimo Criado.» Manoel de Maya<sup>1</sup>.

## XLVI

23 de Julho de 1759

O Thezoureiro da Caza da Moeda Bernardo dos Santos Nogueira entregue ao Ajudante Pedro Gualter da Fonceca quatro centos e oitenta mil reis cada mez por espaço de seis mezes, que terão principio no primeiro de Julho deste corrente anno, se no emtanto não mandar o contrario, para despender á ordem de Mestre de Campo General Manoel da Maya nas obras [da renovação do Real Archivo da Torre do Tombo, e com seus conhecimentos de] recibo lhe serão levadas em despezas as quantias que assim lhe entregar, não obstante que qualquer Ley, Regimento, ou Ordem em contrario. Nossa Senhora da Ajuda, em 23 de Julho de 1759.—Com a Rubrica de S. Mag.<sup>2</sup>.

## XLVII

18 de Setembro de 1759

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Conde de Oeyras—São passados nove annos depois de terminado o tempo em que a Chancellaria do Senhor Rey D. João o quinto devia ser entregue neste Real Archivo da Torre do Tombo sem se poder ver completo o seu recolhimento, não obstantes as reiteradas admoestações, que tenho feito para o conseguir, de cuja dilação se tem seguido o não se poder formar o Indice sem todo o corpo dos livros estar recolhido, e com grande detimento das Partes, que concorrem em grande numero a procurar os seus despachos; pelo que não só me vejo obrigado a representar esta tão enorme falta, mas tambem que para se evitarem para o futuro outras semelhantes, seria preciso que Sua Magestade mandasse que não só se completem promptamente sem tergiversação alguma as chancelarias do Senhor Rey D. João o quinto, mas tambem se mandem entregar logo no mesmo Real Archivo as do presente Reynado desde o primeiro

<sup>1</sup> Torre do Tombo, *Casa da Corôa*, Cod. 199, fl. 21.<sup>2</sup> *Registo do Real Archivo*, liv. 8, fl. 178; Torre do Tombo, *Casa da Coroa*, Cod. 199, fl. 22.

de Agosto de 1750 the o fim de Dezembro de 1758; e que para o futuro se vão entregando no fim de cada anno os livros da Chancelaria para assim se avivar o cuidado dos Escrivaes, que os fazem sabendo que se não hão de ter suspensos de hum anno para o outro e para que os façao na mesma caza da Chancelaria sem os levarem para suas casas, onde detidos ficão expostos ás desgraças do fogo, de que tenho noticia serem queimados dez livros em casa de dous escrivaes, dous do tempo do Senhor Rey D. João o quinto, e oito do Reynado presente, alem de outro perigo de memorias soltas guardadas de varios annos, que facilmente se confundem e se perdem, e não tem deixado de se experimentar em faltas de documentos, que se procurão, o que cauza immenso trabalho nas buscas do que não há; e de cuja falta não pode haver noticia no Real Archivo, em quanto não ha Indice que sirva de prompto mostrador.

E no caso de estarem muitos livros em branco ou do Reinado passado, ou do presente (o que bem se poderia reputar por erro de officio) parece mais seguro, e mais prompto que viessem os livros em branco para este Real Archivo, e que os officiaes, que tem obrigação de escrever os registos, os viessem nelles fazer nos dias que não tem chancelaria, que são segundas, quartas e sextas, e com tres horas cada manhã, onde terão o commodo competente, e se vencerá escrita sem o perigo de outras diversões, nem incendios, como tem em suas casas.

Nem deve obstar o dizer se que os livros, enquanto não vão da chancelaria para a Torre do Tombo, dão lucro aos officiaes da Chancelaria extrahindo dos livros alguns treslados se se procurão, por que há attendivel livrar os livros dos perigos, e dilações, a que ficão expostos, do que conservar os livros em perigo para o accidental lucro dos Escrivães da Chancelaria, a que tambem poderá ser que por esta causa lhes seja duro o mandarem os livros para a Torre do Tombo ainda depois de finalizado o Reynado do Soberano por muitos annos, em que poderão usar dos Treslados, que lhes não compete fazer. Sua Magestade mandará o que for servido. Lisboa 18 de Setembro de 1759.—*Manoel da Maya*<sup>1</sup>.

## XLVIII

### Noticia da mudança deste Real Archivo

Em 26 e 27 de Agosto de 1757 se transportou do Castello de São Jorge para este lugar contiguo ao Cenobio de São Bento o Real

---

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do Arquivo do Ministerio do Reino.

Archivo da Torre do Tombo; porque o congresso dos terremotos do primeiro de Novembro de 1755 não só arruinou inteiramente o antigo edificio, em que existia, e que já ameaçava ruina, mas fez hum mixto não esperado dos livros, maços de documentos, pedras, ladrihos, e madeiras, que só hum armario ficou com alguma semelhança do que fora, mas não em termos de servir, e posto que logo se formarão na Praça de Armas do mesmo Castello huma, e outra barracá dos mesmos materiais das ruinas, em que se recolherão todos os documentos, e se começou a servir aos requerimentos do Publico com tudo pelos grandes inconvenientes, e perigos a que o real Archivo se achava exposto, foi preciso procurar lhe lugar competente, como com mais distinção consta das minhas memorias, em que se reconhece a efficaz protecção do Illustríssimo e Ex.<sup>mo</sup> Senhor Sebastião Joseph de Carvalho e Mello do Conselho de S. Mag.<sup>e</sup> secretario de Estado dos Negocios do Reyno, e hoje Meritíssimo Conde de Oeyras, com que promptíssimamente assistio com as reaes Ordens de S. Mag.<sup>e</sup> Fidelíssima para se conseguir<sup>1</sup>.

#### XLIX

Livro decimo do Registo da Torre do Tombo principiado em 4 de Novembro de 1759 sendo guarda mór, e Restaurador do Real Archivo na sua desolação, e transmigração Manoel da Maya Cavaleiro professo na Ordem de Christo, mestre que foy do Fidelíssimo Senhor Rey D. Joseph e do Sereníssimo Senhor Infante D. Pedro Fidalgo da Caza de Sua Mag.<sup>e</sup>, Mestre de Campo General de seus Exercitos, Engenheiro mór do Reyno, e chronista da Sereníssima, e Real Caza de Bragança, e Escrivão Euzebio Manoel da Silva cavaleiro professo na ordem de Christo.

#### L

[Carta de Manoel da Maia, datada de 1 de Agosto de 1760, a El-Rei a pedir-lhe a entrega dos livros da chancelaria de D. João V para se depositarem no Archivo da Torre do Tombo, vid. *Archivo Historico Português*, vol. iv (1906) pg. 453 no artigo intitulado «Os livros da chancelaria mór da Corte e Reino». A carta ou requerimento encontra-se na Torre do Tombo, *Desembargo do Paço, Corte, maço 2078, n.º 76* e está registada no Liv. 11 do *Registo do Real Archivo*, fl. 1. Não se reproduz aqui por já estar publicada].

<sup>1</sup> *Registo do Real Archivo*, liv. 10, frontespicio.

## LI

**10 de Setembro de 1760**

Senhor.—Em 22 de Fevereiro de 1745 tomei posse do cargo de Guarda mór do Real Archivo da Torre do Tombo em virtude de huma carta de propriedade do Fidelissimo Senhor Rey D. João o 5.<sup>º</sup> de 12 do mesmo mez em prezença do Escrivão Euzebio Manoel da Silva, e dos dous Officiaes da Reforma daquelle tempo Faustino de Azevedo e José Policarpo, por os quaes me foy respondido que naquelle Archivo não havia regimento, do qual eu pedia noticia em primeiro lugar, e que se governava pelo uso, e o que por elle me pertencia, consistia em assignar os treslados que ali se fazião, o que muito bem podia fazer em minha caza, que assim obravão meus antecessores, que raras vezes hião ao Archivo; o que pouco me agradou; e não querendo assignar alguns treslados, que esperarão por quem o houvesse de fazer, sem primeiro os observar á vista dos originaes, na mesma ocazião foi precizo desprezar húa meya folha de papel para se melhorar; a que se seguirão em outras ocaziões emendas importantes, o que me obrigou a exercitar tambem o Officio de Corrector, de que o Real Archivo he destituido, e o tenho continuado the ao prezente sem que por essa cauza a fazenda de Vossa Magestade ou a do publico padecção alguma diminuição; advertindo que só neste anno proximo passado de 1759 fiz correcção em dez mil e seiscentos e quarenta e duas meyas de papel, e que são quinze os annos deste novo exercicio.

Mas porque a idade de mais de oitenta e tres annos em que as potencias da alma, e os sentidos padecem notaveis desconcertos, e os da vista são os mais nocivos a occupação de Corrector, que tenho por mui necessaria para obrar com exacção, e de que tenho bom exemplo no Archivo Romano, onde segundo o vi referido em hum tomo dos Bullarios se conservão dez Correctores, tomei o arbitrio de me ajudar de hum dos Officiaes da Reforma do prezente tempo o Padre Manoel Antonio de Athaide para suprir a minha dificuldade, a que bem poderia chamar impossibilidade, pois que a perturbação da vista tambem se acha acompanhada de huma toce ardua, que padecço ha mais de cinco mezes, e segundo a minha idade tem prognosticos de perdurable pelo Doutor Fizico mór do Reyno. E parecendo-me que ainda que o dito Padre Official da Reforma falte ao seu trabalho usual do Real Archivo em quanto fizer as correcções como se exercita em outro trabalho no mesmo Real Archivo que necessita de mayor promptidão para o publico pôdia eu uzar deste remedio

licitamente de que tive alguns votos prudentes por esta parte; com tudo como encontrei hum de sinalada cathegoria, pois he o Provisor do Crato, que me disse que para boa segurança seria justo fazer prezente a Vossa Magestade esta minha acção a faço observar o que Vossa Magestade for servido determinar neste ponto, Lisboa 10 de Setembro de 1760.—*Manoel da Maya*<sup>1</sup>.

## LII

9 de Outubro de 1760

Senhor.—Por não haver no Real Archivo Regimento por onde se governe, nem as diligencias, que tenho feito assim pelo Conselho da Fazenda, como pela Mesa do Desembargo do Paço o poderem conseguir desde que entrei a ocupar o lugar de Guarda mór em 12 de Fevereiro de 1745 me vi obrigado a consentir nos usos, que os officiaes delle observavão, hum dos quaes era não terem em cada semana mais que tres tardes de assistencia, nem ainda lhas poder mudar para manhãas por se fazerem firmes naquela posse, que a mim me parecia abuso: chegada porem a occasião de mudar o Real Archivo do Castelo de S. Jorge para o lugar contiguo ao Convento de S. Bento da Saude, em que foi preciso trabalhar-se com mayor cuidado assim na accommodaçao dos documentos dispersos com o terremoto, como para dar satisfaçao ao grande numero de Partes, que procurão renovações de documentos queimados, não fazendo eu caso de alguns estilos, que reconhecia iniquos em hum tal tempo, despresei o mau uso das tres tardes de cada semana assistindo com todos os officiaes do Real Archivo todos os dias da semana inteiros, que não fossem defendidos pella Igreja sem me recorrer que nisto fazia violencia alguma guiado sinceramente da necessidade prezente o que fui executando em quanto a mayor urgencia o pedia, the que havendo occasião de suspender aquelle mayor impulso, fui fazendo termo na assistencia de todas as manhãas, menos as dos dias feriados, onde me tenho firmado na intelligencia que assim fica o Real Archivo regularmente servido, e os officiaes com todas as tardes livres para os seus particulares: e posto que alguns murmuravão que ainda a assistencia de todas as manhãas era grande excesso a respeito das tres tardes de que estavão de posse, reflectindo eu que aquelle uso das tres tardes vinha do tempo, em que tinhão menor ordenado do que hoje tem, me firmava, em que eu tinha mais rezão para lhes aumentar o tempo de serviço, do que elles para

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do Arquivo do Ministerio do Reino.

o regeitarem. Sobre que allegão pella sua parte humas palavras de hum Alvará de mantimento passado a hum guarda livros João Francisco Sande que são as seguintes—Os ditos setenta e douz mil reis de ordenado em nome do mesmo João Francisco Sande para lhe serem pagos com certidão do dito Escrivão da Torre do Tombo da assistencia regular, que nella tem feito, notando lhe as faltas que fizer para lhe serem descontadas nas tres tardes de assistencia de cada semana—as quaes palavras *das tres tardes* senão achão no provimento e nomeação, que eu fiz ao dito João Francisco Sande, nem aos outros officiaes da minha Nomeação, e merecem ser reconhecidas por nullas por prejudiciaes ao Real serviço, e não constarem de regimento, nem de alguma determinação de Vossa Magestade e não nego que fossem postas em attenção a huma informação minha em que declarando, que lhe fossem abatidas as faltas de assistencia de cada semana, posesse nas tres tardes de assistencia de cada semana, não advirtindo na incoherencia que se encerra daquellas palavras (tres tardes) a que agora procuro dar remedio, reconhecendo o duffeito offerecendo por desculpa a idade mayor de setenta annos por quatorze, em que as cabeças cançadas padecem semelhantes precipícios. Vossa Magestade mandará o que for servido. Lisboa 9 de Outubro de 1760.—*Manoel da Maya*<sup>1</sup>.

### LIII

Tambem S. Mag.<sup>º</sup> houve por bem que V. Ex.<sup>a</sup> possa repartir ao seu arbitro pelos officiaes os fragmentos de Latões, taboas, e couros que rezultaria da reforma dos Livros antigos.

<sup>2</sup>

### LIV

6 de Agosto de 1761

*Copia da resposta.* Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

No Real Archivo da Torre do Tombo se buscarão com exacta diligencia todos os papeis pertencentes a Cantanhede, para com elles

<sup>1</sup> Torre do Tombo, maço 495 do *Arquivo do Ministerio do Reino*.

<sup>2</sup> Capitulo de uma carta do Conde de Oeiras ao Guarda Mor Manuel da Maya. *Registo do Real Archivo*, liv. 11, fl. 12; e Torre do Tombo, *Casa da Coroa*, Cod. 199, fl. 27.

dar cumprimento á Ordem de S. Mag.<sup>o</sup>, que V. Ex.<sup>a</sup> me participou em 18 de Junho do prezente anno, e alem das duas Cartas de Doação da dita terra, que já forão presentes ao dito Senhor em virtude do Avizo de 28 de Mayo deste anno se acharão somente os seis documentos que remetto transcriptos em outras tantas copias authenticas, em que pelos n.<sup>os</sup> do Indice que levão no principio se declara sumariamente o que em cada huma dellas se conthem, e os lugares de que forão extrahidas. Deos guarde a V. Mag.<sup>o</sup> Torre do Tombo 6 de Agosto de 1761. Manoel da Maya<sup>1</sup>.

## LV

5 de Abril de 1762

**Decreto sobre a denominação que devem ter os generaes**

Sendo coerente, e justo, que assim como desde que o meu Exercito foy arregimentado, se conformarão nas denominações os Póstos delle até Brigadeiro inclusivamente, com o que a o dito respeito observão todas as outras Naçoes da Europa, se pratique o mesmo com os outros Póstos de mais superior graduação: Sou servido que os sargentos Móres de Batalha se fiquem daqui em diante denominando Marechaes de Campo; os Mestres de Campo Generaes, Tenentes Generaes; os que entre elles forem providos no Governo da Infanteria Generaes de Infantaria; praticando-se o mesmo a respeito dos que eu prover nos governos da Cavallaria, e Artilharia: e que a os outros Generaes, a quem se passavão em té agora Patentes de governadores das Armas, se expeção daqui em diante com a denominação de Marechaes dos meus Exercitos. O Concelho de Guerra o tenha assim entendido, e faça observar. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a 5. de Abril de 1762. Com a rubrica de S. Mag.<sup>o</sup><sup>2</sup>.

## LVI

6 de Fevereiro de 1763

Filippe Rodrigues de Oliveira, Tenente Coronel de Infantaria com o exercicio de Engenheiro nesta Corte, Lente da Academia Militar della por S. Mag.<sup>o</sup> que Deos g.<sup>o</sup> etc. Certifico que sendo chamado pelo Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Guarda Mór da Torre do Tombo o Tenente General Manoel da Maya para examinar a despeza que por ordem

<sup>1</sup> *Avisos e Ordens*, maço 2, n.<sup>o</sup> 28.<sup>2</sup> Torre do Tombo, *Casa da Corôa*, Codice 199, fl. 36.

sua tinha feito o Capitão Pedro Gualter da Fonceca nas obras do Real Archivo da Torre do Tombo na conformidade dos Decretos de S. Mag.<sup>º</sup>, apresentando o referido Capitão 262. roes, feitos huns pelos Mestres que executarão as obras, e outros de varias despezas dos Escritores da mesma Torre do Tombo, que todos disse o Capitão Pedro Gualter da Fonceca serem verdadeiros: os quaes sendo por mim examinadas as sommas delles as achei certas, e importavão oito contos setecentos sessenta e tres mil noventa e quatro reis: e porque o Capitão Pedro Gualter da Fonceca tinha recebido por tres Decretos do mesmo Senhor a quantia de oito contos seis centos e quarenta mil reis, e assim mais cento e vinte e tres mil noventa e quatro reis. dos Religiozos de S. Bento, procedidos das obras que se fizerão em beneficio do seu Mosteiro, e importando estas duas ultimas quantias que recebeo a somma de oito contos sete centos sessenta e tres mil noventa e quatro reis, tinha despendido o sobredito Capitão outra tanta quantia quanta fora a que recebeo, assim pelos tres Decretos, como das obras que se fizerão em beneficio do ditto Mosteiro de S. Bento, as quaes quantias pelo que consta dos mesmos roes se empregarão no Real Archivo, e em reformação da Caza da Academia Militar do dia dezanove de Setembro de mil sete centos cincuenta e sete até vinte e quatro de Dezembro de mil sete centos sessenta e dous, em obras de Ferreiro, Vldraceiro, Calceteiro, Serralheiro, Pdreiro, Carpinteiro, Pintor, Livreiro, e bom numero de Escritores que chegou ao de dezanove, alem dos Officiaes da reforma, para se suprir ao grande numero de Copias para o serviço particular do mesmo Senhor, por Avizos das Secretarias, como para a formatura de novos Indices da Chancellaria do Senhor Rey D. João 5.<sup>º</sup> e Livros de Registo da mesma Torre, e se dar expedição ás partes que em grande numero concorrerão de todo o Reyno, e Conquistas a extraír documentos: pois só no anno de mil sete centos cincuenta e nove, tendo tomado o Guarda Mór sobre si, por justas cauzas, desde que tomou posse do cargo fazer correcção em todos os trasladados que assinava, a fez em dez mil seis centas quarenta e duas meyas folhas de papel escriptas por ambas as partes, trabalhando em todos os dias que não forão de guarda, sem que por esta nova diligencia procurasse Lucro algum nem da Fazenda Real, nem do publico; o que me tem sido prezente, porque como quotidianamente vou ler á Academia Militar que tambem se acha no mesmo edificio de S. Bento fui por muitas vezes observar as accommodaçōens que no mesmo Archivo se fazião, assim para a sua boa conservação, e distribuição dos Escritores, como para o seu melhor uso, pois inteiramente se prepara-

rão de novo a mayor parte dos Livros, que se achavão confundidos, e outros muitos maços de papeis, em que há grande adiantamento do Real serviço do ditto Senhor, a bem do publico as quaes se vão continuando. E porque se acha ajustada a ditta conta do recebimento com a despeza della, como se mostra dos roes, que ficão conservados no Real Archivo, dos quaes constão as obras, e mais despezas nelle feitas, lhe passei a prezente Certidão por mim assinada. Lisboa quatro de Fevereiro de mil sete centos sessenta e tres. || Philippe Rodrigues de Oliveira. || Euzebio Manuel da Silva a conferi, e assinei em Lisboa aos seis dias do mez de Fevereiro de 1763. || Silva. || <sup>1</sup>.

## LVII

1763

Noticia da Destruição, e Restauração do Real Archivo da Torre do Tombo. Comprovada com os Documentos nella copiados, e com outros originaes, que vão juntos, e distribuidos em quatro numeros, dos quaes o 1.<sup>º</sup> contem a Planta do novo Archivo: O 2.<sup>º</sup> o gasto que se fez com os concertos, e mais preparos da caza da Academia Militar, Certidão de avaliação de suas obras, e Planta da mesma caza: O 3.<sup>º</sup> os roes da receita, e despeza do dinheiro procedido da venda dos destroços da antiga Torre: E o 4.<sup>º</sup> os duzentos sessenta e dous roes, porque se pagarão todas as despezas que se fizerão no Real Archivo, desde 15. de Outubro de 1757. té 24. de Dezembro de 1762. Feita por ordem do Guarda Mor Manoel da Maya, E guardada no Armario dos Indices junto ao principio das Provizoes. Anno de 1763.

Noticia da Destruição e Restauração do Real Archivo da Torre do Tombo.

O Real Archivo da Torre do Tombo, chamado antigamente Torre do Thezouro, que por mais de dous seculos se tinha conservado no Castello de S. Jorge de Lisboa, na parte do Palacio, proxima á ermida de S. Miguel, que havia servido de Capella Real do mesmo Paço, em que habitou o S.<sup>or</sup> Rey D. Diniz<sup>2</sup>; edificio que pela diuturnidade do tempo ameaçava ruina, a que o Guarda Mór por meyo de huma representação ao Concelho da Fazenda, que não produzio effeito, tinha procurado dar remedio, se vio no dia do horrorozo Ter-

<sup>1</sup> «O original desta certidão se entregou ao Capitão Pedro Gualter para sua descarga». *Registo do Real Archivo*, liv. 11, fl. 131; *Torre do Tombo, Casa da Coroa*, Codice 199, fl. 32.

<sup>2</sup> *Chronica del Rey D. Diniz Cap.<sup>º</sup> 32, a fl. 126 v. Col. 2.*

remoto do 1.<sup>º</sup> de Novembro de 1755. absorto nas suas proprias rui-  
nas; mas livre da voracidade dos crudelissimos incendios, que fizerão  
os maiores estragos em tantos lugares famigerados, com merecimen-  
tos de inextinguiveis, dos quaes não era o menor, o Archivo da Basi-  
lica Santa Maria, em que o mesmo Guarda Mór do Real Archivo,  
por Ordem do Fidelissimo S.<sup>or</sup> Rey D. João 5.<sup>º</sup>, havia formado 30.  
Volumes de folio, com os summarios de todos os documentos, que  
nelle havia, separados por doze titulos das diversas materias que  
comprehendião; e seis Volumes de Concordancia para suavidade,  
e complemento das buscas: Como tambem hum Indice rarissimo dos  
nomes antigos, e desconhecidos no prezente tempo, com as suas  
interpretações, descobertas em originaes, de que não restou des-  
cendencia em parte alguma, porque huma só aonde a havia, tambem  
padeceo o mesmo destino.

Vendo o Guarda Mór, que a tal tempo era Manuel da Maya, Ca-  
valheiro professo na Ordem de Christo, Mestre que foy do Fidelis-  
simo S.<sup>or</sup> Rey D. Jozé, e dos Serenissimos S.<sup>res</sup> Infantes D. Carlos,  
e D. Pedro, Fidalgo da caza de S. Mag.<sup>º</sup>, Mestre, de Campo General  
de seus Exercitos, Engenheiro Mór do Reyno, Chronista da Serenissi-  
ma e Real Caza de Bragança, e Academico do n.<sup>º</sup> da Academia  
Real<sup>1</sup> a deploravel ruina em que se achava o Real Archivo, cuidou  
promptamente na sua restauração, dando logo conta a S. Magestade  
do estado em que se achava, e da forma em que intentava izentalo  
de outros perigos, como se vê da carta seguinte<sup>2</sup>.

E conformando-se S. Mag.<sup>º</sup> com a idea do ditto Guarda Mór, lhe  
concedeo ampla faculdade para executar todos os seus projectos, como  
se vê da prezente resposta<sup>3</sup>

Fabricando-se logo na Praça de Armas do mesmo Castello, huma  
grande barraca de madeira com duas caças, formada dos destroços  
do antigo edificio, que depois se circundou de grossas paredes de  
pedra, aonde se hião depozitando os Livros, e mais documentos, que  
se achavão entre as ruinas; huns amassados, e outros confundidos;  
formando-se tambem logo outra barraca para servir de corpo da  
Guarda aos sentinelas, que se pedirão para o seu resguardo.

Recolhidos pois todos os Livros, e papeis que se descobrirão entre  
os materiaes do destroçado edificio, fazendo-se recenciamento nos

<sup>1</sup> Vide Historia Genealogica da Caza Real Portugueza nas paginas 342, 372 e 261.

<sup>2</sup> Vai transcrita sob o n.<sup>º</sup> xiv.

<sup>3</sup> Vai transcrita sob o n.<sup>º</sup> xv.

Livros das Chancellarias, se achou faltarem 38. grandes volumes da Chancellaria do Senhor Rey D. Affonso 5.<sup>o</sup>, pelo que foi precizo entrar na diligencia de novo dezentulho, e se forão achar em parte donde se não podia suppor os lançasse a violencia do Terremoto; e havendo tambem noticia de hum Livro que se achara na Costa do Castello, e parava na mão de hum homem morador em Telheiras, o fez o Guarda Mór recolher ao lugar em que paravão os mais.

(Continua).

### A moeda comemorativa do Centenário da Índia

As moedas comemorativas têm o carácter de medalhas com o curso monetário legal. De facto a moeda é sempre comemorativa. Se um reinado, uma magistratura, um interregno político de qualquer espécie, constituem períodos históricos na vida duma nação, a moeda corrente com a efígie de reis, magistrados, ou com alegorias simbólicas, alusivas a esses períodos, é uma comemoração déles. E os arqueólogos que rebuscam as ruínas gregas, romanas e posteriores, têm nas moedas autenticadas um indicio cronológico<sup>1</sup>.

No sentido mais restrito, porém, a moeda comemorativa faz alusão a um facto que em especial se quere comemorar, de ordem histórica ou religiosa. O conceito ainda se bifurca: 1) ou o facto é de comemoração duradoura, mais ou menos permanente; 2) ou é de comemoração passageira. Ora este segundo caso representa a compreensão ordinária e geralmente aceita da moeda comemorativa.

Na história monetária portuguesa encontramos exemplos desta moeda nos dois casos expostos, e tanto de memória histórica como religiosa, coeva ou passada. D. João I mandou lavrar o *ceitil* que foi a primeira moeda de cobre em Portugal, e Viterbo afirma com Severim de Faria ter comemorado a tomada de Ceuta (Ceita)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> «Os antigos gregos e romanos gravaram nas suas moedas correntes várias figuras allegóricas, os bustos dos seus soberanos, e legendas, representando os factos das suas histórias, entusiasmando assim os povos que constantemente observavam estes *documentos authenticos*, e mais duradeiros que os escriptos». F. Lopes Fernandes, *Memoria das medalhas e condecorações portuguesas*, Lisboa 1861, p. 1.

<sup>2</sup> M. Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, Lisboa 1791, vol. II, § xxvii, pp. 59-60. Viterbo, *Elucidario*, s. v. «ceitil». João Bautista de Castro, *Mapa de Portugal*, Lisboa 1762, I, 180. Teixeira de Aragão *Descripção geral e historica das moedas de Portugal*, Lisboa 1874, tomo I, p. 214: diz que o ceitil foi lavrado no reinado de D. João I, talvez só para uso em Ceuta.

D. Afonso V, por ocasião da Bula da Cruzada, expedida pelo Papa Pio II, em exortação à guerra santa contra os Turcos, mandou lavrar «em reverência» o *cruzado* de ouro de 24 quilates, com a cruz de S. Jorge (*Cruzatus Alfonsi Quinti Regi*)<sup>1</sup>. D. João IV, tendo tomado por Padroeira do Reino a Imaculada Conceição, em Provisão de 25 de Março de 1646, mandou cunhar moedas de ouro e prata com o nome de *Conceição*<sup>2</sup>.

Estas moedas comemoram factos coevos dos soberanos que as mandaram cunhar. As seguintes referem-se a factos passados: umas da história geral do cristianismo,—o *calvário* e o *S. Tomé*; outras de invocação nacional,—o *S. Vicente*.

D. João III, o *Piedoso*, mandou lavrar para o reino o *cruzado calvário* ou simplesmente o *calvário*, de ouro, e o *S. Vicente* e o *meio S. Vicente* do mesmo metal; para a Índia o *S. Tomé* e o *meio S. Tomé* de ouro também. O *calvário* tem a cruz sobre o monte do Calvário<sup>3</sup> e alude ao sacrifício de Jesus Cristo. O *S. Vicente* e o *meio S. Vicente* são uma homenagem ao Santo protector da cidade de Lisboa<sup>4</sup>, como o *S. Tomé* e o *meio S. Tomé*<sup>5</sup> na Índia recordam o apóstolo de quem Camões disse nos *Lusiadas* (x, 108):

..... Barão sagrado,  
Que a Jesu Cristo teve a mão no lado.

Tanto os *S. Vicentes* como os *S. Tomés* foram desenhados de invenção por António e Francisco de Holanda, que deram também desenhos para outras moedas mais, conforme o último diz<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> *Mappa de Portugal*, já cit., I, 182. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, I, 226, n.º 4. Da ordem de lavrar dá tento Rui de Pina, *Chronica de D. Afonso V nos Ineditos da Academia Rial das Ciências*, I, 458.

<sup>2</sup> *Id.*, já cit., I, 181. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, II, 11 (n.º 13), 17, estampa xxx. Artur Lamas, *Medalhas Portuguesas*, Lisboa 1916, vol. I, Introdução, p. xvi e sgs.

<sup>3</sup> *Id.*, I, 180. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, II, 261 e 267, est. xv, n.º 6.

<sup>4</sup> Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, II, 262 e 268, est. xv, n.ºs 7-9.

<sup>5</sup> Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, III, 138, est. I, n.º 6. Lopes Fernandes, *Memoria das moedas correntes em Portugal*, nas «Memorias da Academia Real das Ciências de Lisboa», 1857, II, parte I, p. 128.

<sup>6</sup> Manuscrito de Francisco de Holanda, publicado pelo Conde Raczyński, *Les arts en Portugal* (Paris 1846), de p. 58 a 74, cujo título é: *Da Fabrica Que faleça ha cidade de Lyboa—por frācisco dolāda Anno 1571*; fala dos *S. Tomés e Vicentes* no cap. IV, § 7.º, e na tradução de Raczyński a p. 65.

Comemoração recente com carácter de permanência são as moedas de escudo da República Portuguesa, com a data no anverso, «5 de outubro», em que o regime foi proclamado.

A primeira moeda portuguesa de comemoração histórica foi a do Centenário do Descobrimento da Índia (1498-1898). Depois dessa houve: 1.º, as da Comemoração do Marquês de Pombal<sup>1</sup> (1910), e 2.º, do Centenário da Guerra Peninsular (1808-1814—1908-1914). A moeda do Centenário da Índia estreou entre nós o costume já muito usado lá fora, sobretudo na Alemanha<sup>2</sup>, da moeda comemorativa de curso limitado.

\*

O empenho de comemorar o descobrimento da Índia era lógico, além de significar uma afirmação de nacionalismo histórico<sup>3</sup>. Se os descobrimentos marcam o ciclo áureo da nossa actividade nacional, o caminho da Índia é a coroa dos esforços que num feliz pressentimento já vinham dos reis da primeira dinastia, nomeadamente com as disposições de D. Denis e as leis de fomento marítimo de D. Fernando. Os descobrimentos anteriores eram parcelas sucessivas, que preparavam essoutro, definitivo e último. Também por isso, se a chegada à Índia representa o cúmulo da glória nacional, é ao mesmo tempo o início da nossa decadência. Ficava-nos a glória de primeiros devassadores da Índia, mas, não por mal do facto, sim por efeito dêle nos seus resultados de colonização, chegava o esgotamento e corrupção das virtudes da raça. Os marinheiros adquiriram o triunfo, os colonizadores desvirtuaram-no<sup>4</sup>. E, quando na vertigem da queda Camões ia exaltar a pátria, só pôde bradar

..... a Pátria, não, que está mettida  
No gosto da cobiça e da rudeza  
D' huma austera, apagada e vil tristeza.

*Lusiadas*, x, 145.

<sup>1</sup> A moeda do Marquês de Pombal correu fora de centenário e só com fins especulativos, para custear a erecção do monumento do ministro de D. José, em Lisboa.

<sup>2</sup> Vid. adiante.

<sup>3</sup> Luciano Cordeiro propôs numa sessão da Sociedade de Geografia que a comemoração fosse nacional e não peninsular, como por sugestão de propagandistas espanhóis se tinha dado até então nas nossas melhores celebrações. *Annaes da Comissão Central Executiva* do 4.º Centenário do Descobrimento da Índia, vol. II, doc. VII, pp. 26 e 28.

<sup>4</sup> Oliveira Martins, *História de Portugal*, 3.ª ed., II, 28: «A corrupção desvirtua todas as qualidades do carácter nacional».

«A primeira causa da falta da gente que se padece neste Reyno, são as nossas Conquistas... e com as muitas Colonias, que se tirão para estas povoações...», disse Severim de Faria<sup>1</sup>.

O movimento do Renascimento, que para a nossa literatura foi embora com brilho a invasão do gôsto estrangeiro, e com isso a degeneração e esquecimento das formas nacionais, íntimas, populares e tradicionais, teve para a raça os piores efeitos no esgotamento das populações emigrantes, e no desvario moral de mercadores de fácil ganho e infrene rapacidade em que elas se tornavam. O resultado foi a catástrofe. E, se alguma cousa nos ficou, foi a memória entre todas as outras grandiosa de termos chegado à Índia.

Não era descabida a comemoração do centenário do descobrimento, desde que foi na nossa vida marítima o lance maior; e condicionada a expansão pela própria natureza do nosso território, encravado entre as demais nações da Península e o mar, tem de considerar-se como o factor supremo da nossa finalidade civilizadora. A comemoração era uma homenagem ao valor da gente portuguesa.

Quem teve a iniciativa e o encargo de a realizar foi a Sociedade de Geografia de Lisboa, como era natural.

Em sessão da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 23 de Maio de 1889, o sócio Sr. João Veríssimo Mendes Guerreiro apresentou uma proposta de celebração do descobrimento da Índia, no quarto centenário do dia da partida de Vasco da Gama, que seria em 8 de Julho de 1897. A proposta do sócio teve sanção oficial na sessão de 3 de Junho seguinte, em que a mesa foi encarregada de nomear uma comissão para estudar e preparar os festejos<sup>2</sup>. A 10 do mesmo mês foi nomeada a primeira comissão da Sociedade de Geografia, comissão preparatória que reuniu a 15 e agregou outros sócios, subdividindo-se em secções especiais<sup>3</sup>. A 19 a Direcção da Sociedade dirigiu-se ao Governo, e em 1 de Fevereiro de 1890 a El-Rei<sup>4</sup>. Houve delongas da parte do Governo, e só em 1892, depois dum reunião mixta de delegados das corporações doutas e profissionais e da imprensa de Lisboa, a Sociedade de Geografia reclamou por encargo dela a parte do Estado na celebração do Centená-

<sup>1</sup> *Notícias de Portugal*, I, p. 14-16. «Nessa pequena casa Lusitana», dizia Camões da nossa pequenez para feitos tais (*Lusiadas*, VII, 14).

<sup>2</sup> *Anaes da Comissão Central Executiva* (Quarto Centenário do Descobrimento da Índia), I, *Relatório e Documentos Iniciais* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, 69 pág.), doc. I, p. 9-11; II, 13.

<sup>3</sup> *Id.*, I, VI, 18.

<sup>4</sup> *Id.*, I, X, 20-22, e XII, 24-26.

rio<sup>1</sup>. A 8 de Janeiro de 1894 a Direcção pediu ao Governo que nomeasse uma Comissão Central para preparar, organizar e dirigir as festas do 4.<sup>º</sup> Centenário da partida da expedição da Índia<sup>2</sup>. Um decreto real de 15 de Maio de 1894, sendo presidente de conselho Hintze Ribeiro, constituiu a Comissão, que foi presidida por Pinheiro Chagas<sup>3</sup>.

Em sessão da Comissão Central do Centenário, de 18 de Junho do mesmo ano, Sousa Martins propôs que se criasse uma receita espóradica para custeio dos festejos nacionais, e lançou a ideia da *emissão duma moeda comemorativa*. Luciano Cordeiro apoiou o alvitre e lembrou que lá fora se usava em casos idênticos, e principalmente na Alemanha, cunhar moeda<sup>4</sup>. Fez-se o ante-projecto do plano e programa geral e no n.<sup>º</sup> 2, alínea *a*), propõe-se uma *série monetária de prata, em moedas de 15000 reis, 500 e 200, com o toque, modelo e circulação legal, nos limites e proporções que forem competentemente estabelecidas*, e acrescentava-se esta nota, aqui muito elucidativa: «*Todas as moedas terão um carácter expresso e uniforme de comemoração nacional. A emissão deveria começar no dia 1 de Janeiro de 1897 e continuar até ser exgotada*»<sup>5</sup>. A votação foi de unanimidade. Mendes Guerreiro apresentou um contra-projecto, que mantém a *emissão da moeda* na alínea *b*) do n.<sup>º</sup> 2, como na imediata mantém a da estampilha postal do projecto<sup>6</sup>. A 26 de Novembro a Comissão oficializa ao Governo e submete-lhe a apreciação do ante-projecto<sup>7</sup>.

Em sessão de 6 de Novembro de 1895 discute-se a emissão monetária com que o director da Casa da Moeda, Sr. Augusto José da Cunha, concorda, bem como Casimiro de Lima, gravador e fiel da mesma casa<sup>8</sup>; assenta-se que as *moedas tenham o desenho igual, no ANV. a efígie do rei e no REV. uma composição emblemática da celebração nas legendas usuais e alusivas, oportunamente escolhidas com os acessórios decorativos de motivos artísticos e históricos da*

<sup>1</sup> Annaes da Comissão Central Executiva (Quarto Centenário do Descobrimento da Índia), I, Relatório e Documentos Iniciais (Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, 69 pág.), xv, p. 29-32.

<sup>2</sup> Id., xxxii, 46-48.

<sup>3</sup> Id., xxxv, 50-51; nomeia o presidente, e decreta a formação da comissão. A pp. 66-69 dos Annaes, vem a lista dos delegados (doc. LIII).

<sup>4</sup> Id., II (Lisboa 1896, 97 pág.) doc. VII, p. 26 sgs.

<sup>5</sup> Id., II, xi, 30-41, Acta da sessão de 25 de Junho de 1894, e XII, 41-42, sessão de 2 de Julho.

<sup>6</sup> Id., II, XLIV, 69-85 (moedas, p. 75), sessão de 12 de Novembro de 1894.

<sup>7</sup> Id., II, XLVIII, 90-97.

<sup>8</sup> Id., III (Lisboa 1896, 90 pág.), IX, p. 22 e sgs.

época<sup>1</sup>, e insta-se ao Governo pela ordem de iniciar os trabalhos da emissão da moeda<sup>2</sup>. O plano da celebração é modificado por indicações do Governo, mas mantém-se as emissões das moedas e da estampilha<sup>3</sup>, e é aprovado definitivamente<sup>4</sup>. No *Diário do Governo* n.º 115, de 23 de Maio de 1896, saiu o decreto de 21 que criou a moeda do Centenário e da estampilha<sup>5</sup>. Em 1897, depois de delongas governamentais e recusa de verbas além das aprovadas pelo Parlamento, a Comissão insiste pela necessidade da celebração nesse ano, e como a recusa continuasse declarava não poder cumprir a missão<sup>6</sup>. O presidente do Governo propõe o adiamento do Centenário para 1898; embora a Comissão se oponesse, por fim aceitou o adiamento<sup>7</sup>.

A Casa da Moeda apresentou *modelos fotográficos das moedas*; no ANV. tinham o Rei e a Rainha, de acordo entre o presidente da Comissão e os Srs. Augusto José da Cunha e Casimiro José de Lima; no REV. entendeu-se que se devia «conservar o aspecto nitido e popular da moeda corrente à moeda comemorativa», o que foi aprovado<sup>8</sup>. E depois do adiamento propôs-se à Casa da Moeda que nas moedas do Centenário se gravassem as datas 1498–1898, o que se fez em resposta a uma pregunta formulada por aquela casa para saber que data deveria de dar à moeda<sup>9</sup>.

Em 11 de Abril de 1897 o Governo, depois de convidar a Comissão a novas modificações no programa, aprova-o<sup>10</sup>, mas deixa inteira responsabilidade dele à Comissão, que em sessão declara por unanimidade aceitá-la<sup>11</sup>.

<sup>1</sup> Annaes da Comissão Central Executiva (Quarto Centenário do Descobrimento da Índia), I, *Relatório e Documentos Iniciais* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, 69 pág.), III, ix, 25.

<sup>2</sup> Id., III, LXI, 77–80.

<sup>3</sup> Id., III, LXV, 85–90.

<sup>4</sup> Id., IV (Lisboa 1896, 91 pág.), XCII, 86–91.

<sup>5</sup> Id., V (Lisboa 1897, 47 pág.), doc. I, 5–6.

<sup>6</sup> Id., VIII (Lisboa 1897, 111 pág.) XLVII, 58–60, e XLIX, 60–61.

<sup>7</sup> Id., VIII, LXVI, 78–79, e LXVII, 79–81, LXXVI, 88; X, I, 5.

<sup>8</sup> Id., IV, LXVI, 57, sessão de 23 de Maio de 1895.

<sup>9</sup> Id., X (Lisboa 1897, 134 pág.) XX, 25–26; XXXIV, 66–67.

<sup>10</sup> Id., X, XXXVIII, 77–84; XLVII, 92.

<sup>11</sup> As legendas invocativas das moedas tiveram sempre um acentuado carácter de fé. D. Sancho I tinha, v. g., no *Reverso dos morabitinos: IN NE PTRIS I FILII SPS SCIA;* D. Denis nos *torneses: ADIUTORIUM NOSTRUM IN HOMINE DOMIN—QUI FECIT CELUM TERRAM;* e D. Pedro I nos *riais* de prata *Dominus michi adivtor et ego discipiam inimicos meos;* etc. O *português* de ouro, de D. Manuel I, cunhado antes da partida da primeira expedição à Índia, trabalho monetário que foi executado

Estavam afinal criados os modelos monetários da Moeda Comemorativa do 4.<sup>º</sup> Centenário do Descobrimento da Índia.

\*

Como tinha ficado resolvido pela Comissão Executiva do Centenário, e acima deixei dito, as três moedas comemorativas são todas do mesmo tipo monetário. O valor de curso é de 15000 réis, 500 e 200. O toque comum de 916  $\frac{2}{3}$ .



Moeda de 15000 réis

**ANV.** — Os bustos dos reis de perfil, à direita: na frente D. Carlos com a farda de generalíssimo do exército português, a banda das três ordens militares, e comendas; ao fundo, D. Amélia, decotada e com um colar de pendentes. Os bustos ocupam o campo da moeda; um circuito granulado liga o campo ao rebordo liso; à volta das figuras, dentro do circuito granulado, lê-se a legenda no sentido *dextrorumsum*, de baixo para cima: CARLOS I REI E AMELIA RAINHA DE PORTUGAL. Bordo denteado.

**REV.** — Segundo as normas, invertido em relação ao anverso. Ao meio a cruz de Cristo vasada, cantonada de quatro florões de quatro pétalas iguais; à volta, no mesmo sentido da legenda do anverso, IN HOC SIGNO VINCES, aberta e fechada por dois florões com as duas pétalas longitudinais maiores; entre os extremos desta legenda estão as datas da comemoração, 1498-1898, tudo dentro de um circuito granulado. Entre este e outro igual, que envolve todo

---

em Swolle antiga cidade da *liga hanseática*, apareceu com a legenda IN HOC SIGNO VINCES ao redor da cruz de Cristo (Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, I, 248-251); esta legenda estendeu-se aos *cruzados* e *tostões* do mesmo rei, e conservou-se em grande parte das nossas moedas até D. Miguel, usando-a mesmo os usurpadores. D. Maria II teve-a só nos *cruzados novos*, e já se não vê nos reinados seguintes com o desaparecimento da Cruz de Cristo no reverso das moedas.

o cunho, ao mesmo tempo que liga a face da moeda ao rebordo, a última legenda, COMMEMORATIVA, no sentido das outras duas: 4.<sup>º</sup> CENTENARIO DA DESCOBERTA DA INDIA; é aberta e fechada por dois florões de cinco pétalas iguais, e entre êles no exergo o valor facial: 1000 REIS.

Diâmetro: 0<sup>m</sup>,0365. Peso: 25 gramas.



Moeda de 500 réis

ANV.—Igual ao da moeda antecedente.

REV.—Igual ao da moeda antecedente, excepto no exergo, onde em vez do valor facial dela tem o de 500 REIS, na mesma disposição.

Diâmetro: 0<sup>m</sup>,030. Peso: 12<sup>g</sup>,5.



Moeda de 200 réis

ANV.—Igual ao das moedas antecedentes.

REV.—Igual ao das moedas antecedentes, excepto no exergo, onde em vez do valor facial correspondente se lê o de 200 REIS, na mesma disposição da moeda de 1000 réis.

Diâmetro: 0<sup>m</sup>,0235. Peso: 5 gramas.

\*

No anverso de todas as moedas, logo abaixo da orla inferior do busto do rei D. Carlos, junto do extremo direito, está a assinatura do gravador da Casa da Moeda, que fez o cunho: v(enâncio). ALVES.

As moedas principiaram a correr em Maio de 1898. As de 1\$000 e 500 réis vão ser retiradas da circulação, com todas as mais do reinado de D. Carlos I; terminam o seu curso legal em 31 de Março

de 1918, por Decreto de 22 de Dezembro de 1917, inserto no *Diário do Governo*, n.º 223, 1.ª série (artigo 1.º). A moeda de 200 réis já de há muito que não circula; foi recolhida em virtude do Decreto de 9 de Setembro de 1908, e findou o prazo de circulação em 30 de Novembro de 1909, por Decreto de 30 de Junho.

*Nota.*—Esta memória foi apresentada na Biblioteca Nacional de Lisboa, como dissertação escolar, ao Professor de Numismática do Curso de Bibliotecário-Arquivista, no fim das lições do ano de 1915,—e modificada em 1917.

Luís CHAVES.

### Pela Beira

#### Palavras prévias—De Lisboa a Castelo Branco

O ter eu sido nomeado para presidir a exames no Liceu de Castelo Branco na 1.ª época do ano lectivo de 1915–1916 permitiu-me que fizesse uma excursão pela Beira, destinada à colheita de materiais arqueológicos e etnográfico-lingüísticos. Aqui vou dar notícia sumária de como empreguei o tempo que dos exames me ficou livre, e juntamente indicar quais os objectos arqueológicos e etnográficos que obtive para o Museu Etnológico. O que se refere á parte literária da Etnografia (*Folklore*) e da Filologia deixo-o para outro lugar, porque saí fora do programa do *Archeologo Português*.

Tomo a palavra BEIRA em acepção antiga, isto é, na do território que abrange a *Beira Alta*, a *Beira Baixa*, e a Beira ocidental ou marítima (distritos de Aveiro e de Coimbra). Antes de se adoptar na nossa lingoa a designação de *provincia*, dizia-se simplesmente *terra da Beira*, como por exemplo se lê em um documento do sec. xv de que vi cópia no arquivo da Camara municipal de Pinhel. A par com a divisão oficial, ha outras no nosso país, de carácter popular, que não vem geralmente nos livros, nem são muito conhecidas fóra das respectivas regiões. Assim, por exemplo, a Beira Baixa, para agora só falar d'ela, pois a minha excursão realizou-se sobretudo aí, subdivide-se em seis regiões:

1. *Charneca*, região que comprehende Oleiros, Certã (com os *Certainhos*), Vila de Rei, Proença a Nova, Ródão, parte do concelho de Castelo-Branco, —Cebolais, Bemquerença, Retaxo, Malpica (com os *Malpiqueiros*)—, Almaceda, S. Vicente da Beira, etc.

Os habitantes d'esta região chamam-se *Charnequeiros* e *Charnecos*.

2. *Cova da Beira*, ou vale do Zézere, entre as serras da Garunha e da Estrela, região que comprehende grande parte do conce-

MEMORIAS DO DR. LUISE DE VASCONCELOS

lho do Fundão (Castelejo, Souto da Casa, Aldeia Nova do Cabo, Aldeia de Joanes, Telhado & Freixial dos Potes, Alcaria, Peroviseu, Capinha, Salgueiro & Quintans & Casal, Escarigo, Fatela & Enxames, Alcaide, Alcongosta, Donas & Teixugas & Chãos, Valverde, e Fundão), a maior parte do concelho da Covilhã (Unhais da Serra, Paul, Barco, Peso, Dominguizo, Tortosendo, Boudobra, Covilhã,—parte meridional do concelho, na margem direita do Zêzere), e todo o concelho de Belmonte.

Os habitantes d'esta região tem simplesmente, e por excelencia, o nome de *Beirões*, como ouvi dizer ao povo.

3. A região que comprehende, na parte do Sudoeste do concelho do Fundão, as freguesias de Lavacolhos, Silvares, Barroca & S. Martinho & Alqueidão, Bogas de Cima & Malhada Velha & Bogas do Meio & Descoberto & Buxinos, Bogas de Baixo & Ladeira & Maxial da Ladeira & Urgueiro, e Janeiro de Cima, e no concelho da Covilhã as freguesias de Barco, Bodelhão e outras,—região que confina com a Cova da Beira, denomina-se o *Rio ou Rio a baixo*, porque corre por ela o Zêzere.

Os habitantes chamam-se *Ribeirinhos*.

4. No Fundão e Covilhã chamam *Trás Serra e Detrás da Serra* a toda a região, para além da Cumiada da Estrela, comprehendida entre Arganil e Celorico da Beira, v. g. Arganil, Loriga, S. Romão, Seia, Celorico, Gouveia, etc.—Covilhã fica na *Serra* (o aro da Covilhã é na *Cova da Beira*).

5. *Terra Fria*, região que, ao Norte da região do Campo, comprehende os concelhos de Sabugal, Manteigas, Guarda (e Pinhel?)<sup>1</sup>.

Os habitantes chamam-se *Serranos*. Também ouvi chamar, por extensão, *Quadrashenos* aos almocreves que vão do Sabugal negociar para longe (*Quadrashenos* são propriamente os habitantes de Quadrashais).

6. *Campo*, região que comprehende parte do concelho do Fundão (Alpedrinha & Touca, Castelo Novo, Soalheira, Atalaia do Campo, Povoa da Atalaia, Orca & Martianas & Zébras e Vale de Prazeres

<sup>1</sup> A região em que fica a cidade de Pinhel jaz entre o Jarmelo e Rio Côa. O Jarmelo é uma região pertencente aos concelhos da Guarda e Pinhel. É muito fria e montanhosa, denominando-se a parte mais culminante *Cruchos do Jarmelo*. As principaes povoações d'aquele região denominam-se Picasio, Almeidinha, Castanheira e Gagos, e estão ao sul de Pinhel. Ao nascente e norte d'esta cidade corre o Rio Côa, separando do concelho de Pinhel os de Almeida e Figueira de Castelo Rodrigo.

& Mata da Rainha & Cortiçada & Cabeça de Boi & Torre)<sup>1</sup>, parte do concelho de Castello Branco (Tinalhas, Salgueiro, Sarzedas, Cafédé, Alcains, Escalos de Baixo, Escalos de Cima, Lousa, Lardosa, Sobral do Campo, Louriçal do Campo), quasi todo o concelho de Idanha-a-Nova, e a parte occidental do concelho de Penamacôr.— À plancie de Idanha-a-Nova chamam *Campanhas da Idanha*<sup>2</sup>.

Os habitantes do Campo tem o nome popular de *Camponezes*.

7. *Raia ou Arraia*, região que comprehende os extremos orientais dos concelhos de Castelo-Branco, Idanha, e Penamacôr (Rosmaninhal, Segura, Zibreira, Salvaterra do Extremo, Monfortinho, Penha Garcia, etc.), parte do concelho do Sabugal, todo o de Almeida, e todo o de Figueira de Castelo-Rodrigo.— À mesma região ouvi na Beira Baixa chamar o *Cimo-Côa*: «era do Cimo-Côa», «lá no Cimo-Côa». A expressão *Cimo-Côa* é perfeitamente sinónima de *Arraia*<sup>3</sup>.

Os habitantes da *Arraia ou Raia* chamam-se *Arraianos*.

Esta resenha deve estar imperfeita. Muito eu estimaria que outras pessoas, melhor conhecedoras do assunto, m'a corrigissem<sup>4</sup>.

De Lisboa para Castelo-Branco fiz caminho por Abrantes. Tendo partido da capital em 13 de Julho de 1916, às 10 da manhã,

<sup>1</sup> A estas freguesias chamam tambem no Fundão «povos d'Além Serra ou d'Além da Serra» (com referencia à Gardunha).

<sup>2</sup> Como estas terras abundam de centeio e cevada, vem de longe trabalhadores ceifar estes cereais, primeiro ao *Campo*, depois à *Cova da Beira*, por fim à *Terra Fria*, que é serôdia. A respeito das ceifas no Campo ha uma cantiga popular, que a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Maria Angelica Furtado de Mendonça ouviu na Rapa (Celorico) e me transmitiu:

Se fordes ceifar ao Campo,	Que dão lá pão de cevada,
Não vades a Lagoeiro,	—Pagam com pouco dinheiro!

Não sei que Lagoeiro é este (só conheço um Lagoeiro no Norte, e a quinta de Lagoeiros na Covilhã); talvez a palavra não tenha ahí aplicação exacta, e só a que resulta da necessidade da rima, o que com freqüencia acontece com outras na poesia do povo.

<sup>3</sup> O famoso «queijo da Serra» é conhecido em algumas partes (assim ouvi sempre dizer na Beira-Alta), por queijo de *Cima-Côa*. Viterbo, *Elucidario*, s. v. «Caria», vol. I, p. 238, serve-se da expressão *Riba-Coa*. Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, s. v. «Coa», tambem a emprega: «O Côa entra a correr no lugar de Foios (raia), termo de Sabugal, rega o territorio chamado Riba-Côa».

<sup>4</sup> Já ao mesmo propósito devo algumas indicações aos Srs. D.<sup>or</sup> José Monteiro, do Fundão, D.<sup>or</sup> José Ferreira da Trindade, de Monsanto, D.<sup>or</sup> Alçada de Moraes, da Covilhã, e José Alves da Silva, de Pinhel, que me completaram o quadro que eu formára, segundo o que havia observado na província.

cheguei a Abrantes de tarde. Na estação esperava-me o meu amigo e antigo condiscípulo, D.<sup>o</sup> Correia Campos, bem como o S.<sup>o</sup> Diogo Armando da Silva Oleiro, que, por ser amador das cousas antigas da sua terra, me quis dar o gôsto de me acompanhar. A cidade fica a 3 quilometros. Passa-se primeiro pelo *Rossio de Abrantes*, povinho, especie de «arrabalde», de casas brancas, numa baixa; depois atravessa-se o Tejo, e sobe-se um monte: a cidade fica numa ladeira. Os edificios mais notaveis são: a Misericordia e a igreja de Santa Maria do Castelo, onde ha belos tumulos de estilo manuelino, e a cuja entrada, exteriormente, está a sepultura rasa de «D. Rodrigo Anes de Saa Almeyda e Menezes, 1.<sup>o</sup> Marquez de Abrantes», um dos esteios da Academia da Historia, fundada no tempo de D. João V.

Em Abrantes adquiri os seguintes objectos para o Museu Etnologico:

uma medalhinha religiosa, e uma moeda incusa (tostão),—ofertas do S.<sup>o</sup> Adelino Lemos, ourives;

um gancho-da-maria, de caroço—oferta da Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Adelaide Guedes Campos, espôsa do meu condiscípulo e hospedeiro D.<sup>o</sup> Correia Campos;

um exemplar das *Posturas municipais* de Abrantes, e outro de umas *Posturas* antigas de Beja,—ofertas do S.<sup>o</sup> Saldanha Albuquerque;

uma colecção de 190 moedas romanas de prata do sec. III,—oferta do S.<sup>o</sup> D.<sup>o</sup> Ramiro Guedes, sogro de Correia Campos (estas moedas faziam parte de um tesouro aparecido por 1880 e tantos, dentro de panelas, no Sardoal);

varios objectos de ferro (um peso com a data de «778» e dois traços, que designarão arrateis; outro com quatro traços; uma chave de cofre antigo)—ofertas do S.<sup>o</sup> Antonio Vicente das Terras, mestre-serralheiro de Abrantes;

um machado de pedra polida, achado na Abrançalha, concelho de Abrantes,—oferta do D.<sup>o</sup> Correia Campos (vid. est. I, fig. 1);

um anel antigo de ouro, por compra.

No dia 14 de Julho, pela manhã, fui com o D.<sup>o</sup> Campos e o S.<sup>o</sup> Oleiro ao Tramagal, em cujos arredores, no sítio de *Alcolobre*, dentro da herdade do Carvalhal, existem os restos de um curioso edificio romano.

À tarde segui para Castelo-Branco.

## I

## Na Beira Baixa

Castelo-Branco e arredores.—Medelim.—Monsanto e arredores.—Idanha-a-Velha.—Orca.—Alpedrinha e arredores.—Fundão e arredores.—Covilhã e Serra da Estrela.—Pinhel.

15 de Julho a 11 de Agosto de 1916.—Trabalhei em exames, no Liceu de Castelo-Branco, excepto aos domingos<sup>1</sup>. As horas vagas dos exames e os dias feriados apliquei-os em parte à visita do Museu Municipal, e em parte a buscas e excursões.

O Museu Municipal foi fundado pelo jovem e apaixonado arqueólogo Tavares de Proença Junior, que os leitores d'*O Archeologo* conhecem, e que, com muito zélo e inteligencia, reuniu na sua cidade patria uma importante colecção de monumentos pre-romanos e romanos: instrumentos paleolíticos (de Leiria), duas esculturas preistoricas a que se faz referencia no *Arch. Port.*, xi, 128, espolios neolíticos de várias antas, e machados de pedra avulsos, instrumentos de cobre e bronze, fibulas lusitanicas e braceletes de prata de grande importância, numerosas lapides com inscrições lusitano-romanas, restos ceramicos, cossoiros de barro, ferros, moedas, da mesma época; couças várias da época portuguesa (armas, esculturas, arreios, moedas, medalhas, louças, etc., etc.). Conquanto eu copiasse todas as inscrições romanas, lapidares e ceramicas, que me foi possível ler, e por intermedio do habil professor de desenho do Liceu, o S.<sup>or</sup> Sales Viana, obtivesse cópia dos objectos que mais me importavam, não público aqui nada disso, porque não desejo tirar ao meu amigo Tavares de Proença Junior a prioridade que de direito lhe pertence. Na ausencia d'este S.<sup>or</sup>, que está doente na Suiça<sup>2</sup>, continua a Ex.<sup>ma</sup> Camara Municipal a olhar pelo Museu com desvôlo, tendo-o entregue aos cuidados dos S.<sup>ors</sup> D.<sup>or</sup> Paiva Pessoa, Advogado em Castelo Branco, e Nascimento Costa, Vereador.

Objectos que obtive em Castelo Branco para o Museu Etnológico:

(industria da lata)—uma *lanterna* ou «lampeão», uma *candeia*, um *caço de derreter solda*, um *ponteiro* ou punção de fazer ornatos em *espelhos* de candeia;

<sup>1</sup> Deste trabalho apresentei ao Govêrno relatorio manuscrito.

<sup>2</sup> Pouco depois de escritas estas linhas, trouxe-me um jornal a notícia do falecimento de Tavares Proença!

um *furador* de osso de boi, com que os cesteiros alargam as *presilhas* dos cestos,—instrumento de carácter primitivo;

seis *espelhos* de porta artísticos, de ferro (estes *espelhos* tem todos, mais ou menos, carácter seu);

uma moeda de «cinco reis», de 1737, oferecida pelo menino José da Silva Nobre, de 9 anos, filho do D.<sup>or</sup> Barros Nobre, Reitor do Liceu;

uma bengala, ou *cachamola*, listrada;

três botões metálicos, antigos, e uma *Folhinha* da diocese albicastrense (1865),—ofertas do S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> João Mamede, Professor do Liceu;

coleção de louça infantil, de barro, que reproduz em ponto pequeno uma talha da agoa com sua *tijela* e *púcaro*,—da fábrica de Monforte da Beira;

uma caixa do rapé antiga, de bronze;

modelos de objectos de lavoura, *jugo*, *canga*, *arado*, *mangoal* e *grade*,—obtidos com o concurso do S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> Augusto Tavares, Professor do Liceu;

dois pergaminhos antigos, um gancho-da-meia artístico (de Sarnadas), e um *abano* de fôlha, oferecidos pelo S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> João Cardoso Eloy, Professor do Liceu<sup>1</sup>;

uma roca artística, de Retacho, obra pastoril,—oferta do S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> António Nunes Lopes Russo, Professor do Liceu;

uma coleção de amuletos oferecidos pelo S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> Barros Nobre, Professor e Reitor do Liceu;

uma bolsinha de algodão, para dinheiro, fabricada na cidade;

um *bico de telhado*, de ferro (destinado a ser fixo com cal nas telhas dos angulos do telhado);

um *registro*, e duas *medalhas* de papel, da Senhora de Mércules,—ofertas do S.<sup>or</sup> A. Alves Fradique, empregado da Secretaria do Liceu;

um denario da República Romana;

um exemplar das *Posturas municipais* de Castelo Branco, oferecido pelo S.<sup>or</sup> Secretário da Câmara;

um exemplar de umas *Posturas* antigas de Castelo Branco, oferecido pelo S.<sup>or</sup> Capitão João Manuel Claudino de Sousa, Professor do Liceu;

<sup>1</sup> O *abano* é de forma especial, do tipo muito usado em Abrantes e nos concelhos de Castelo-Branco, Idanha, etc., já para abanar o braseiro ou o fogareiro, já para enfeitar as paredes, aí pendurado aberto.

coleção de 22 machados de pedra polida, e muitos fragmentos de outros, provenientes dos arredores de Alcains, e que obtive por interferencia do S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> Tabor da Ramos;

um *cocho*, de cortiça, oferecido pelo S.<sup>or</sup> José Pires Tavares;

um prospecto de uma corrida de touros em Lisboa em 1778, oferecido pelo S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> José da Silveira Proença Saraiva, Secretario Geral do Governo Civil;

coleção de 14 moedas romanas de bronze do sec. IV, oferecida pelo S.<sup>or</sup> João Dias Carreiro.

Excursões que realizei no concelho de Castelo Branco:

Em 24 de Julho de 1916, de tarde, fui a Cebolais de Cima, em companhia dos S.<sup>ors</sup> D.<sup>ors</sup> Manuel Ribeiro e João Cardoso Eloy, Professores do Liceu, e obtive os seguintes objectos fabricados por pastores: uma *roca* com «feitorias», isto é, com lavores artísticos; um *saleiro* e um *tropêço* de cortiça, também com lavores, obra de João Reis Mendes, oferecidos por ele, por intermedio do D.<sup>or</sup> Manuel Ribeiro; dois *ganchos-da-meia*, igualmente artísticos, oferecidos por este último S.<sup>or</sup>, que é natural de Cebolais de Cima.

Em 30 de Julho de 1916 (Domingo) fui a Palvarinho e Salgueiro, em companhia do D.<sup>or</sup> João Cardoso Eloy, a quem já acima me referi, e que, como Professor de Geografia & História, dá no seu ensino muita atenção à Etnografia portuguesa<sup>1</sup>. Em Palvarinho<sup>2</sup> empreendêra o Museu Etnológico escavações arqueológicas em 1910 e 1911 sob a direcção de Almeida Carvalhais<sup>3</sup>, e por isso eu tinha empenho em lá ir, para ver o local. As escavações tinham sido feitas na propriedade chamada

<sup>1</sup> Na *Revista Lusitana* serão publicados alguns dos exercícios que sobre este assunto ele marcou aos alunos, e que, como se verá, contém notícias curiosas. Oxalá que todos os professores de Português, e de Geografia & História adoptassem o costume de obrigar os estudantes a observações etnográficas, e a registá-las por escrito! Pôr-se-ia assim, com facilidade, uma enorme multidão de factos ao alcance dos especialistas. Os leitores da *Revista Lusitana* conhecem trabalhos congêneres já aqui vindos à lume (Prof. Gomes Pereira). Pela minha parte, quando ensinei preparatórios do liceu, também marquei aos alunos exercícios baseados em temas populares, e o mesmo faço agora, no ensino superior, quando a ocasião se oferece.

<sup>2</sup> Uns dizem ou escrevem *Palvarinho*, outros *Palveirinho*, outros *Polveirinho*. Eu ouvi lá pronunciar sempre *Palvarinho*, e vi escrito em documentos manuscritos de 1820 e 1826 *Palvarinho*; é pois esta a fórmula que adopto.

<sup>3</sup> Vid. *Historia do Museu Etnológico*, Lisboa 1915, p. 332. Aqui escrevi inexatamente «*Polvorinho*», porque assim ouvira aos empregados do Museu que lá foram.

«de S. Lourenço», onde ha uma capela com essa invocação; vêem-se em grande extensão inumeros cacos de tegulas, de imbrices, de potes, e muitas pedras aparelhadas, de casas, e bem assim fustes e bases de colunas,— tudo de granito. Devia ter existido aqui uma povoação, e não uma simples *villa*. A pouca distância, numa encosta, separada de S. Lourenço apenas por um caminho, apareceram sepulturas. Teríamos pois povoação e respectivo cemiterio. Em Palvarinho obtive um *pondus*, um pratinho e uma almofolia, tudo de barro, provenientes de S. Lourenço. Em Salgueiro, que é a séde da frèguesia, obtive um capitel de calcareo, tambem antigo (certamente romano), aparecido num campo, onde os trabalhadores campestres descobrem diversas velharias. Outros objectos que obtive nas duas povoações (Palvarinho e Salgueiro), com o concurso do S.<sup>or</sup> Professor Eloy: nove *cocharras* (colheres de pau e de chifre), uma *lançadeira*, um *gancho-da-meia*, seis *rocas*, tudo com lavores artísticos, obra de pastores; uma bacia e onze pratos de faiança antiga; um machado neolítico.

Em 6 de Agosto de 1916 (tambem Domingo) fui a Alcains e a Escalos de Cima e de Baixo, acompanhado pelo S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> José de Barros Nobre, Professor e Reitor do Liceu. Em Alcains ha um pulpito de «1689» de pedra, à porta da capela do Espírito Santo, pelo lado de fora; no meio da povoação ha uma fonte monumental, digna de melhor estima que a que o povo lhe dá. Nessa povoação, onde almoçámos etnograficamente numa taberna açorda e ovos fritos com lingüiça, obtive os seguintes objectos: três machados de pedra polida, prehistóricos; dois outros instrumentos de pedra (pedra oval, para frieção; pedra com duas cavidades ou «pégas» para os dedos se fixarem); um denario da Republica Romana achado em Monsanto, e oferecido pelo S.<sup>or</sup> Estêvão dos Santos Crujeiro Galvão; cinco pratos de faiança antigos; uma roca esculturada, obra pastoril; uma charuteira de chifre, com lavores, idem; cinco *cocharras* de buxo e chifre, idem. Em Escalos de Cima o S.<sup>or</sup> Tomé de Barros Botelho ofereceu-me duas vasilhas de barro romanas, achadas numa escavação agraria; o mesmo S.<sup>or</sup> me ofereceu um colherão de pau, obra pastoril; por seu intermédio o S.<sup>or</sup> Domingos Marques Ferreira ofereceu-me: um *stilus* (o primeiro d'este genero que apareceu em Portugal), um como «bulezinho» de vidro e um ungüentario; uma taça arretina; uma tacinha de barro, e duas bilhas: objectos estes, tambem da época romana, aparecidos numa vinha. Da mão de varios aldeões obtive: um machado de pedra polida, e parte de outros dois (um de fibrolite), e os seguintes objectos, de buxo, fabricados por pastores-artistas; um garfo com argola, três *cocharras*, uma colher comprida, com o brasão real.

Em Escalos de Baixo o Rev.<sup>do</sup> Prior Joaquim Barbosa Camejo ofereceu-me uma *espera* artística, ou descanso de arca, e uma rolha, também artística, de garrafa. Por sua influência obtive no povo oito machados de pedra polida, e um prato de faiança. O S.<sup>or</sup> Domingos Lopes Esteves, amigo do D.<sup>or</sup> Barros Nobre, ofereceu-me dois machadinhos de pedra, sendo um de fibrolite.

12 de Agosto de 1916.—Parti de Castelo-Branco às 9 da noite para Medelim em companhia do S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> João Pires Marques, que também quis ter a amabilidade de me auxiliar nos meus estudos e buscas. Até Alcains fomos no comboio: o S.<sup>or</sup> Tomé de Barros Botelho, de quem já falei supra, aguardava-me aí perto, em Escalos de Cima, para me obsequiar com a dadiva de alguns *clavi* romanos de ferro aparecidos no mesmo local em que apareceram outros objectos que eu já possuía. De Escalos a Medelim viajámos de trem, umas poucas de horas, que porém passaram rápidas, porque a noite estava linda de luar. Em Medelim, aonde chegámos de madrugada, hospedei-me com o meu companheiro no palacete de seu sogro, o S.<sup>or</sup> Manuel de Oliveira da Silva Castel-Branco<sup>1</sup>, que me recebeu com a graça e franqueza dos Beirões, e como se eu fosse um amigo velho da casa, apesar de ser esta a primeira vez que eu lá ia. O que digo d'ele digo-o também de toda a família.

13 e 14 de Agosto de 1916.—Permaneci em Medelim, onde havia festa, e onde pois tive ocasião de observar alguns costumes. Para o Museu obtive:

<sup>1</sup> *Castel-Branco*, e não *Castelo-Branco*, porque se conserva aqui como apelido a forma arcaica do nome da vila (hoje cidade). Nos documentos antigos, pelo menos até o sec. XVI, lê-se *Castel-* ou *Castell-Branco*: «em a nossa villa de Castell Branco», diz, por exemplo, el-rei D. Manoel I em um documento de 1508, publicado no *Archivo Historico Português*, I, 365-366. No *Diccionario lusit.-lat.* de Poiares, Lisboa 1667, já porém se lê, a p. 112: «*Castello-branco*, villa na Beira». A fonética natural fez que *Castelo-Branco* se mudasse em *Castel-Branco* (síncope sintactica); mas os eruditos entenderam que deviam corrigir a primeira parte do nome, visto que como palavra comum se diz *castelo*, e mudaram *Castel-Branco* em *Castelo-Branco*, e assim se diz hoje. Nas famílias é corrente manterem-se costumes antiquados, sem exclusão das palavras: e por isso a de que estou falando usa como apelido *Castel-Branco*.—Notarei incidentalmente que a forma *Albicastrum*, que se cita como nome antigo da cidade (d'onde o adjetivo patrio *albicastrense*), é moderna (isto é, não provinda da antiguidade classica: data só talvez do sec. XVII), e foi também criada por eruditos: mera latinização de «Branco» e «Castelo».

- um *cambo* de ferro, de «1793», oferecido pelo S.<sup>or</sup> José Pires Marques (pai do D.<sup>or</sup> Pires Marques);  
 outro, sem data, mas tambem antigo e com a marca «ROMÃO & COMP.<sup>A.</sup>», oferecido pelo mesmo S.<sup>or</sup>;  
 uma *cocharra* artistica<sup>1</sup>;  
 outra *cocharra* artistica, mas grande (especie de colherão), oferecida pelo S.<sup>or</sup> Silva Castel-Branco;  
 um par de *carchanetas* («castanhetas») artisticas;  
 dois *acinchos* de madeira, com marcas indicativas dos queijos saídos da queijeira para casa do patrão,—oferta do S.<sup>or</sup> Silva Castel-Branco;  
 uma caninha com marcas semelhantes<sup>2</sup>;  
 uma *romana* de ferro, com o respectivo *pilão* ou «pêso»;  
 três moedas portuguesas do sec. XVIII;  
 uma chave de ferro, de forma especial;  
 uma *candeia de ferro* antiga, oferecida pelo S.<sup>or</sup> P.<sup>e</sup> Joaquim Antonio da Costa;  
 um cabaço, oferecido pelo mesmo S.<sup>or</sup>;  
 várias miudezas literarias, oferecidas pelo mesmo S.<sup>or</sup>;  
 um *copeiro* de cana (haste de cana golpeada, para conter os corpos emborcados);  
 um *botelho* para pimenta;  
 um carimbo antigo de metal.

No dia 14 á tarde, parti para a quinta do Burrinho, abas de Monsanto. Fui acompanhado pelo D.<sup>or</sup> Alberto Castel-Branco, filho do S.<sup>or</sup> Silva Castel-Branco; ao caminho veio esperar-nos o D.<sup>or</sup> José Ferreira da Trindade, para casa de quem eu ia, e que é parente dos S.<sup>ors</sup> Pires Marques e Silva Castel-Branco. Antes de chegarmos à quinta, visitámos uma estação arcaica em que havia restos de paredes, vestigios ceramicos, capiteis, etc., e onde tinha aparecido um *triente* barbero; essa estação será pois romano-visigotica. Na Quinta do Burrinho tive acolhimento analogo ao que tive em Medelim, realçado por ser o D.<sup>or</sup> José Ferreira da Trindade apaixonado dos estudos historico-arqueologicos, em que espero prosseguir sem esmorecimento. Logo na noite da chegada me brindou este

<sup>1</sup> Na Beira Baixa dão o nome de *cocharras* às colheres de pau e de chifre. Vid. supra.

<sup>2</sup> Acérca do costume de assim fazer marcas, vid. a *Hist. do Museu Etnologico*, pp. 235-236.

S.<sup>or</sup> com um fragmento de bojo de *dolium* em que se lê... *VNIVS*, certamente resto do nome gentilicio *Iunius*; este fragmento apareceu na quinta, onde se descobriram outros restos cerâmicos da época romana.

15 de Agosto de 1916.—Pela manhã fiz com o D.<sup>or</sup> Trindade uma excursão pelos arredores da Relva, onde está a quinta do Burrinho: visitámos uns lajados onde há cavidades antigas, do género que os arqueólogos portugueses costumam chamar *lagares*<sup>1</sup>, e estivemos na capela românica de S. Pedro, que jaz desmantelada num ermo<sup>2</sup>; perto d'esta capela mostrou-me o D.<sup>or</sup> Trindade várias insculturas numa laje (sulcos), e noutra direcção um fragmento de ara romana, que espero adquirir.

Além do bojo doliar a que há pouco me referi, obtive mais os seguintes objectos:

uma ara romana de granito, com inscrição muito gasta, mas em que creio ler... *ovi* o (= *Ioví O[ptimo]?*),—oferta do D.<sup>or</sup> Trindade (a lapide ainda não chegou ao Museu, mas chegará em breve);

um par de *cocharras* ligadas por uma argola (obra inteiriça),—oferta do mesmo S.<sup>or</sup>;

uma *cocharra* grande e outra pequena, artísticas,—oferta do mesmo S.<sup>or</sup>;

uma vara com marcas, como as de que falei supra (p. 14),—oferta do mesmo S.<sup>or</sup>;

um machado neolítico da horta de S. Pedro, e outras pedras, bem como um pedaço de tubo romano de chumbo, oferecido por um camponês, por intermédio do mesmo meu amigo.

No dia 15, à tarde, parti para Monsanto, acompanhado do D.<sup>or</sup> Trindade, e aí me hospedei, até o dia 17, em casa de seu tio, o S.<sup>or</sup> José da Costa Campos Patrício, que usou de inexcedível galhardia para comigo.

Monsanto ocupa uma grande e pedregosa elevação, ou *barrocal*, de amplissimos horizontes: em baixo, entre campos, vinhas, oliveiras, sobreiros e soutos, avista-se, numa bacia, a Relva, o Carroqueiro, Adingeiro, o Lagar de Maria Martins, o Lagar de Junho, a Devesa, Eugenia, Maria Gorda, e o Cidral, lugarejos que, com Monsanto, onde

<sup>1</sup> São muitas as cavidades: uma é circular, e comunica por um sulco com outras rectangulares. Há duas rectangulares contíguas, entre as quais abriram recentemente um sulco: um camponês do local pisava aí às vezes uvas para fazer vinho,—como ele próprio me declarou.

<sup>2</sup> Vid. a seu respeito *O Arch. Port.*, xxi, 18 sgs. (Alves Pereira).

está a matriz, constituem a freguesia de S. Salvador; ao longe, para o Norte e Nascente, divisam-se outros morros penhascosos, como a Amoreirinha, onde dizem que ha muralhas lusitanicas, a serra do Ramilo, onde está o Salvadór, e Penha Garcia e Pomar, as serras da Monracha e Monrachinha, e ainda mais longe a Hespanha; ao Poente negreja a Gardunha e a Serra da Estrela. Propriamente Monsanto consta de duas partes,—da povoação moderna, ou *vila*, estendida numa encosta, e do *castelo*, ou parte mais alta, hoje desabitada. *Vila* é titulo antigo que, como de costume, permaneceu na linguagem familiar da localidade. Do castelo, fundado na idade média, e depois modificado, restam muralhas e torres. Antes de se chegar até ele encontram-se as ruinas da igreja de S. Miguel, de estilo romanico, e perto muitos restos de casas, provavelmente das gentes que ali celebraram cultos, e cujos cadaveres repousaram em sarcofagos (hoje vazios) e em sepulturas abertas em rocha, que abundam à porta do templo. Aos penedos que revestem a parte alta da povoação andam anexas lendas, nomes, e ditos. De dois que se ligam angularmente, chamados *Penedos Juntos*, conta-se que dizem os Hespanhois: *Monsanto, Monsanto, orejas de mulo, quien te gañar, gañará el mundo*<sup>1</sup>; ha aqui uma hespanholada, porque o castelo faz frente à Hespanha, e dista d'ela 3 ou 4 legoas. Outros dois penedos, que estão sobrepostos, ouvi denominá-los *Barrete de Soldado*: e efectivamente a denominação corresponde um pouco ao aspecto dos mesmos. Umas cavidades que se vêem numa laje interpreta-as o povo por malgas «em que o *Fidalgo*, ou governador do castelo, dava de comer aos pobres», —lenda semelhante a outras que conheço no Alto-Minho e no Baixo-Douro.

O nome de *Monsanto* (= Monte-santo) julgo-o de época muito remota, segundo as ideias que expendi nas *Religiões da Lusitania*, II, 103 sgs.: o local deve ter sido sagrado, e para a santidade contribuiu sem dúvida a propria forma do monte, que a grande distância (Alpedrinha, etc.), avulta solitário, e chama a atenção entre os que o convizinham. Tudo aquilo que impressiona de modo maravilhoso a imaginação torna-se facilmente religioso: por tanto não admira que isto acontecesse também a Monsanto<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Foi assim que lá ouvi. Cf. também: *O Arch. Port.*, v, 202 (Informações Paroquiais); *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, v, 414; e *O Domingo Ilustrado*, I, 514.

<sup>2</sup> Já no *Arch. Port.*, XXI, 175, fiz análoga observação a respeito do monte de Endovelico. Acérca de objectos maravilhosos tidos por magicos ou religiosos, cf. *Religiões*, I, 148, n. 2.

Na vila de Monsanto acompanharam-me o Rev.<sup>do</sup> Prior Joaquim Vaz de Azevedo, e o S.<sup>or</sup> Bartolomeu Viana, Professor da freguesia, e com eles fiz várias buscas. Obtive:

dois machados de pedra polida (vid. est. I, figs. 2 e 3);

fragmento de um machado de bronze, de meias canas, oferecido pelo S.<sup>or</sup> Alfredo Augusto de Mendonça (est. I, fig. 4);

uma chapa de latão com figura da águia napoleónica (de fardamento da guerra peninsular), — oferta do mesmo S.<sup>or</sup> (est. III, fig. 5);

dois denarios da Republica romana, — oferta do mesmo S.<sup>or</sup>;

uma *clavis Laconica* e três armas romanas (est. II, figs. 6 a 9); mais quatro denarios;

fragmentos de um vaso de prata da epoca consular, e dois denarios aparecidos (com outros) dentro d'ele;

mais três denarios, três moedas hespanholas, e uma sapeca chinesa, — oferta do S.<sup>or</sup> João dos Reis s;

um sinete episcopal de bronze, antigo (est. III, fig. 10).

É notável que por todo o aro de Monsanto apareçam com freqüencia denarios da idade consular. O povo já os conhece perfeitamente, e na colecção numismatico-arqueologica organizada pelo falecido médico D.<sup>or</sup> Barbosa Correia, natural de Monsanto, e que foi muito querido dos seus conterraneos, havia bastantes, adquiridos por ele *in loco*.

No dia 17, à tarde, voltei à quinta do Burrinho, e fiz com o D.<sup>or</sup> Trindade uma excursão a uma quinta vizinha, onde se guardam em depósito duas lapides romanas de granito que pertenceram à colecção do D.<sup>or</sup> Barbosa Correia. Ambas contém iuscrições, uma diz: (*Rebur)rus Tongetami filius I(ovi) O(ptimo) M(aximo) v(otum) s(olvit) libens m(erito)*). A lápide tem de altura 0<sup>m</sup>,71; de largura 0<sup>m</sup>,32; de espessura 0<sup>m</sup>,31 (na parte mais delgada); altura das letras 0<sup>m</sup>,06 a 0<sup>m</sup>,065. Talvez do séc. II. A outra está incompleta; o fragmento que resta, diz: *Paullus.. Fonte[ius] fasciendum [curavit]*. A pedra tem 0<sup>m</sup>,70 de comprimento; 0<sup>m</sup>,37 de largura; 0<sup>m</sup>,41 de altura.

Na volta passámos pelo Val da Tenda, entre Monsanto e Medelim, onde o D.<sup>or</sup> Trindade me mostrou um edifício muito singular, de base circular e abobadado, com uma porta baixa e pequena, e paredes de pedras irregulares, ligadas por argamassa grosseira. Dentro, em toda a volta, ha uma prateleira alta, de lajes, a qual não podia servir de assento, porque a curvatura da parede não permitia estar de costas levantadas. Pergunto se isto seria um *columbarium* da epoca lusitano-romana, tendo servido a prateleira para nela pousarem as *ollae* ci-

nerarias.—O D.<sup>or</sup> Trindade prometeu-me velar pela conservação do monumento, e proceder áí a escavações que possam porventura elucidar qual seria realmente o destino do monumento.

**18 de Agosto de 1916.**—Tendo eu grandes desejos de ver Idanha-a-Velha, séde da *civitas Igaeditanorum*, que jaz a pouca distância de Monsanto, o D.<sup>or</sup> Trindade acompanhou-me lá. Toda esta região possuia para mim um carácter quasi sagrado: d'aí eram os deuses *Arentius* & *Arentia*, de que eu falára nas *Religiões da Lusitania*, III, 207; d'aí *Revelanganitaecus*, cuja lapide figura no Museu Etnológico; d'aí talvez a bela *Trebaruna*. Eu ia pois cheio de respeito e comoção: tantas vezes em meus escritos me havia referido a \**Igaeditania*, sem nunca ter lá estado! Em Idanha me esperava, e me recebeu em sua casa, o S.<sup>or</sup> João dos Reis Leitão Marrocos, rico proprietario, dono de quasi toda a povoação e arredores. O S.<sup>or</sup> Leitão Marrocos é um benemerito da Arqueologia nacional: além de ter por vezes prestado agasalho a funcionários do Museu Etnológico idos à Idanha em estudos, ofereceu ao mesmo muitas e importantes lápides romanas, e uma colecção de vasilhas medievais; de tudo dá conta, com o brilho habitual do seu estilo, o antigo Conservador D.<sup>or</sup> Felix Pereira no *Arch.*, IX, 38, e XIV, 169 sgs. Por mim, não posso senão confirmar a intensa reputação de bondade e generosidade que o S.<sup>or</sup> Morgado possue por todos aqueles sitios, pois às dadivas já feitas ao Museu juntou agora, por ocasião da minha visita, a de mais quatro lapides romanas!<sup>1</sup> —Além d'estas lapides obtive na Idanha dois objectos de ferro tambem antigos (est. III, figs. 11 e 12).

Em 19, á noite, parti para Medelim, acompanhado pelo S.<sup>or</sup> António de Pádua da Silva Marrocos, filho do S.<sup>or</sup> Morgado, e tambem grande proprietario (em Pedrógão).

**20 de Agosto de 1916.**—Passei o dia em Medelim com a familia do S.<sup>or</sup> Castel-Branco. Encaixotei os objectos que lá tinha deixado da primeira vez, e adquiri mais estes:

dois manuscritos, oferecidos pelo S.<sup>or</sup> Castel-Branco;  
uma *fataca*, instrumento que serve para o *roupeiro* bater o leite destinado a queijos,—oferta do mesmo S.<sup>or</sup>;  
um *candieiro de lagar*, de lata (lagar de azeite).

<sup>1</sup> Quis a triste fatalidade que na altura em que eu ia escrevendo o presente artigo me chegasse pelos jornais a notícia de que o S.<sup>or</sup> Leitão Marrocos deixará de existir em 9 de Setembro de 1916!

Num passeio que dei á tarde com o S.<sup>or</sup> Castel-Branco a uma quinta que ele possue nas cercanias de Medelim, vi aí um curioso chôço (fig. 13), onde um criado costuma pernoitar no verão para guardar os meloais e as vinhosas. O chôço é conico, de 1<sup>m</sup>,26 de diametro na base, e formado de estacas «postas em redondo», e vestidas de palha centeia, atada com vimes ou baracos da mesma; o vertice chama-se rabicheiro ou rabicho, tambem de palha. Na feitura não entra metal:

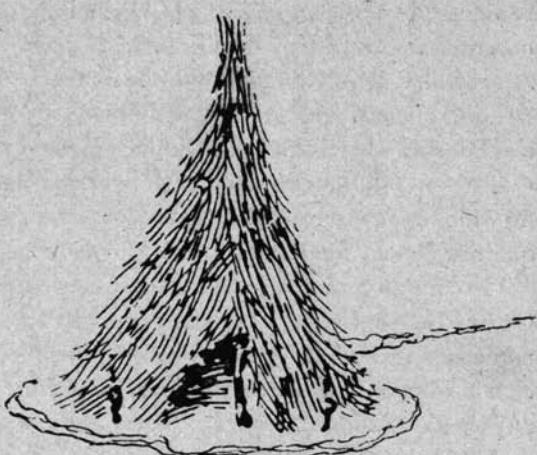


Fig. 13 — Chôço (Medelim)

é pois uma construção de carácter primitivo. O guarda «deita-se dobrado», para caber lá dentro. Em volta do chôço ha um rego para onde escorre a agoa da chuva que cai naquele<sup>1</sup>. — A par usam-se por aqui, como por toda a parte, choças, mas estas tem a fórmá de augulo diedro.

**21 de Agosto de 1916.** — Parti, de manhã, para Alpedrinha. Como no caminho ficava a povoação da Orca, parei lá por causa do nome, que significa «dolmen»<sup>2</sup>. Era meu gôsto encontrar nessa povoação algum documento prehistórico, e em verdade encontrei um machado de pedra polida (vid. est. I, fig. 14), que a custo obtive de uma mulher; auxiliou-me na aquisição o S.<sup>or</sup> Fernando Castel-Branco. Claramente houve na povoação uma orca, que hoje já não existe; ficou porém no onomástico a designação.

**22 a 25 de Agosto de 1916.** — Durante estes dias estive em Alpedrinha, donde fiz algumas excursões por povoações vizinhas.

Alpedrinha é muito conhecida por causa do célebre Cardeal, D. Jorge da Costa (1406-1508), acerca de quem os leitores d'*O Ar-*

<sup>1</sup> A *pallaza* da Galiza, embora mais apurada que o chôço, tem igualmente em volta um sulco (*as viellas*) «encargado de recoger el agua y la nieve que escurre por la paja»: Angel del Castillo, *Las casas del Cebrero* (separata do *Boletín de la Acad. Gallega*, Nov. de 1913), p. 5.

<sup>2</sup> Vid. *Religiões*, I, 258.

*cheologo* tem um excelente artigo do D.<sup>or</sup> Artur Lamas no vol. xv, pp. 25-31. A lenda popular explica o nome de *Alpedrinha* como proveniente de *Alpriadinha*. Era Alpriadinha uma «cidade» construída no sítio do Carvalhal, depois mudada para o local em que hoje está Alpedrinha. *Alpriadinha*, continua a lenda, deriva de *Alpriade*, nome de uma ribeira, que corre a 4 quilometros de Alpedrinha, e desagoa no Ponsul. Ha outras etimologias menos verossimeis que esta. Já que estou falando de cidades lendárias, lembrei que havia outra no sítio do Corricão, freguesia de Alpedrinha, onde realmente, ao que me dizem, aparecem tijolos, fustes e pedras aparelhadas.

No dia 23 fui a Val de Prazeres, em companhia do D.<sup>or</sup> Eduardo Correia de Castro. Nesta povoação ha uma torre de relogio chamada por graça a *Torre da Vaidade*, porque dizem que foi construída com a idea de que os de Alpedrinha, rivais dos de Val de Prazeres, ouvissem de longe as horas! Toda a gente sabe como são correntes estas rivalidades entre terras vizinhas. Em Val de Prazeres obtive para o Museu duas moedas de prata romanas, das famílias *Iunia* e *Fannia*, e uma moeda portuguesa de cobre, do sec. XVIII, as quais me foram oferecidas pela Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Antonia Pinto, por intermédio do Rev.<sup>do</sup> Prior da freguesia.

No dia 24 fui a Castelo Novo. No meio da povoação ha uns lajados com *lagaretas* do genero das de Monsanto (vid. supra). Numa casa vi uma escultura emblemática: aguia sobre duas caras, e por baixo uma inscrição, que suponho mais antiga, e diz:

S I L V E S T R E  
· F R Z · L E I T O N ·  
M A N D O U F A  
Z E R · E S T A O B R A  
N O A N O D · 1616

Isto é: *Silvestre Fernandez Leiton*, etc. O mais curioso na inscrição é LEITON = *Leitom*: deve ser o apelido de um velho nascido na primeira metade do séc. XVI, o qual manteve na ortografia a tradição antiga de *-om*<sup>1</sup>. Em Castel-Novo, onde tive por companheiro o Rev.<sup>do</sup> P.<sup>e</sup> Augusto José Pereira, adquiri os seguintes objectos: carta pergaminacea de um sangrador de 1764, como brasão; uma chave de ferro antiga, e espelho de porta artístico (est. III, fig. 15), tambem antigo,— ofertas da Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Ana Gamboa; uma moeda portuguesa de prata do sec. XVII, e uma de cobre do sec. XVIII; uma Pratica de *barbeiro*,

<sup>1</sup> Para muitas pessoas a ortografia antiga é sinal de nobreza: *Feyo, Maya*, etc. Aqui em Lisboa havia antes da reforma ortográfica (e não sei se ainda ha) um alfaiate que tinha na loja uma taboleta em que o nome do seu ofício se escrevia tambem com *y*. De pouco se contentava!

Coimbra 1693; um coração de pau, artístico, que serviu de pendente; uma chapa metálica de cinturão, do séc. XIX.

Além das aquisições que ficam mencionadas, fiz em Alpedrinha as seguintes:

duas lapides romanas,—oferecidas pelo S.<sup>or</sup> Francisco Godinho Boavida, que me prometeu enviá-las para o Museu (ainda porém não as enviou);

um pataco de D. João VI, bem conservado,—oferta do S.<sup>or</sup> António Osorio de Azevedo<sup>1</sup>;

várias moedas portuguesas de prata dos sécs. XVII a XVIII,—oferecidas pelo D.<sup>or</sup> Eduardo Correia de Castro, medico;

várias moedas portuguesas de prata, dos sécs. XVII a XIX, duas de prata dos sécs. XV e XVI, seis romanas de cobre achadas nos arredores de Alpedrinha, e uma também romana e de cobre achada em Almeida,—oferta do S.<sup>or</sup> António José Salvado Mota;

um exemplar da *Orologia da Gardunha*, de José Inacio Cardoso, Lisboa 1848,—oferta do S.<sup>or</sup> António Inacio Ramos Cardoso, filho do autor<sup>2</sup>;

um exemplar (muito raro) do *Regulamento Municipal da villa d'Alpedrinha*,—oferta do mesmo S.<sup>or</sup>

Em Alpedrinha obsequiaram-me também com informações, ou por outros modos, os S.<sup>ors</sup> José Marques Tarouca, comerciante e vereador da Câmara do Fundão, Jaime Roxo, Oficial do Governo Civil de Castelo Branco, e Manuel José Giraldes, proprietário.

**25 de Agosto de 1916.**—Parti, à tarde, para o Fundão. Teve a bondade de me acompanhar o S.<sup>or</sup> Jaime Roxo, a quem ha pouco me referi. A estrada que de Alpedrinha vai para o Fundão está aberta na Serra da Gardunha, ao Sul, e por ela seguimos. À direita, na aba de um dos contrafortes da serra, chamado *Cabeço da Força*,

<sup>1</sup> Este S.<sup>or</sup> teve a bondade de me enviar ultimamente uma coleção de cantigas populares acompanhadas de música.

<sup>2</sup> Acérca de José Inacio Cardoso, vid. Inocêncio & Aranha, *Diccionario Biблиográfico*, IV, 372, e XIII, 14. O S.<sup>or</sup> António Inacio, que é muito instruído, e amigo das boas letras portuguesas e latinas, deu-me a respeito de seu pai alguns apontamentos biográficos que transcrevo em apêndice (n.<sup>o</sup> 1) ao presente artigo, porque completam o que dizem aqueles autores. Já depois de escrita esta nota o S.<sup>or</sup> António Inacio me enviou para o Museu um raro exemplar de outra obra de seu Pai, e único que ele possuía: *Regulamento municipal da villa d'Alpedrinha*, Lisboa 1852.

porque deve ter aí havido uma, deixámos Alpedrinha com o seu casario de telhados não pintados e desprovidos de chaminés<sup>1</sup>. Para outro lado, em baixo, estende-se uma imensa campina, pertencente em parte ao concelho de Fundão, e em parte aos de Castelo Branco, Idanha e Penamacor, bordada de montes. Por detrás d'estes ha ainda outros, do Alentejo, e até da Hespanha. A campina verdeja de pinheiros, castanheiros, oliveiras, carvalhos, salpicada de manchas brancas que correspondem a sitios em que ha restollo de cereais, principalmente centeio. Ao chegar-se à Portela<sup>2</sup>, a estrada forma um ângulo, e surge de repente diante de nós nova e deslumbrante paisagem, entre outra encosta da Gardunha e a Estrela ennevoada: é a *Cova da Beira*, com a vila do Fundão, Alcaide, Fatela, Capinha, Pero-Viseu, Valverde; e já nas fraldas da Serra da Estrela, Tortosendo e Covilhã. Esta segunda paisagem é menos ampla que a primeira, e mais acidentada de montes. A estrada vai agora por momentos quasi fechada de *reboleiros*, isto é, castanheiros novos, mas bravos, que se condensam de um lado e do outro. Depois vêem-se Donas, Chões e Teixugas, e entre três morros da Gardunha a aldeia de Alcongosta. Próximo do Fundão recreia-se a vista nos verdes e copados pomares que circundam a vila<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Ao contrário do que acontece no Alentejo e no Algarve, onde as casas com freqüência apresentam vistosas chaminés (vid. *Historia do Museu Etnologico*, pp. 56 e 385-387), nas casas do distrito de Castelo Branco (Idanha, etc.) o fumo geralmente sai pelo vão das telhas, porque as cozinhas não são forradas. Às vezes a chaminé é feita de duas telhas encostadas uma à outra, «como mãos postas» (expressão que lá ouvi ao povo), e ligadas por cal. Não raro serve de chaminé a metade superior de um pote velho.—A expressão «como mãos postas» já a vi tambem empregada em duas revistas literarias, de cada vez por seu autor:

*Nihil sub sole novum* já nos disse  
Salomão noutro tempo, e com verdade!

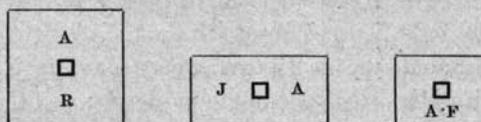
<sup>2</sup> A Portela propriamente dita é onde passa o caminho velho, e há aí, como me dizem, uma garganta. A Portela de que falei no texto chama-se *da Estrada*. A palavra *Portela* quere dizer «passagem» entre montes, sentido semelhante ao de *porto*: «*Portos* ou passagens dos Pyrineus, e em geral toda a passagem entre altas cordilheiras» (Garrett, *Romanceiro*, t. II, 1875, p. 245 nota).

<sup>3</sup> *Fundão*, é nome de muitas localidades, e provém de um substantivo da lingua comum: «estava acolá naquelle fundão, desfeito em pedaços, e mais o cavallo» (Camilo, *Vinte horas de liteira*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 105), «casa de Vila-Cova. O vestigio unico de vida naquelle fundão era o rolo de fumo que o vento rarefazia» (Idem, *O Bem e o Mal*, 1863, cap. I, p. 10). Eu tambem ouvi o vocabulo na linguagem do Sul, por exemplo, nesta frase: «avista-se o fundão por onde a ribeira cola», isto é: o vale por onde a ribeira corre (Alcáçovas, 1895). Deriva do substantivo

**26 de Agosto a 2 de Setembro.**—Demorei-me todos estes dias no Fundão, e apliquei-os principalmente a buscas (às vezes bem trabalhosas!) na vila, e a excursões pelos arredores.

No dia 27, que foi um Domingo, assisti à procissão de S. Sebastião, que se realizou de tarde. À frente d'esta iam estandartes ou *guiões*, e as bandeiras ou insignias das capelas do Espírito Santo, da Senhora da Luz, da Senhora do Miradouro, do Coração de Jesus: levavam-nos homens e rapazes. Seguia-se a imagem de S. Jorge, de capacete, lança comprida, e escudo, montada num cavalo verdadeiro, e acompanhada de rapazinhos, já vestidos de anjos, já a cavalo como pagens. Após S. Jorge viam-se andores de diferentes tamanhos, mas pequenos todos; os menores ao ombro de crianças,— para que condissem as proporções! Entre os andores caminhava um S. Joãozinho a pé,— outro menino, coberto com a pele de um cordeiro. Até aqui nota-se que a procissão tinha carácter um tanto infantil. O último andor era o de S. Sebastião. Logo se arrastavam duas longas filas de mulheres, vestidas de escuro, de chaile e lenço, com tochas na mão, em cumprimento de promessas. Por fim o palio (com os padres), filarmonica, e muito povo, que enchia a rua. Tudo com grave recolhimento. A procissão saiu da capela de S. Sebastião, deu volta à vila, e recolheu à mesma capela. À noite houve arraial, fogo e música; por essa ocasião fez-se a *venda das ofertas*.

Em 28 havia mercado no Fundão, a que acorreram os povos da vizinhança. Vendia-se tudo: frutas, louças, gado, panos, calçado, quinquilharias. As cousas miudas estavam expostas, como de costume, em tendas. Vem a propósito notar o seguinte. No largo que faz frente aos Paços do Concelho ha várias pedras quadrangulares ( $0^m,30 \times 0^m,30$ , etc.) assentes no chão, nas quais se gravaram letras, em volta ou ao lado de um orifício central, por exemplo:



Figs. 16 a 18.

*fundo*: mero aumentativo, como *cova*, de *cova*, que exprime ideia paralela; cf. *Fundo das Arcas* (Tras-os-Montes), nas *Religiões*, I, 254, nota 3, onde *fundo* significa pouco mais ou menos «abacia», em sentido geográfico.—Na Figueira da Foz ouvi em 1896 chamar *fundégo* (=fund-ego) a um «vale fundo».—Em Montemor-o-Novo usa-se *alfundão* (= al-fundão), «cova funda», quasi sinônimo de «barroca». É mais um caso, como parece, de junção do artigo árabeo a um nome românico.

E ha outras, só com letras, e sem orificios, como:



Figs. 19 e 20.

As pedras da primeira serie, às vezes dispostas em fila, são para se fixarem os espeques das barracas, e as da segunda para assentos; as letras designam as iniciais dos nomes dos tendeiros. Fica esta explicação aqui, porque pode acontecer que um dia as pedras se soltem e vão para longe: assim se evita que futuros arqueologos quebrem a cabeça tentando decifrar letreiros que, embora de apariencia enigmatica, são contudo muito simples.

Entre várias pessoas com quem me relacionei no Fundão, de algumas das quais terei de falar adiante, devo aqui já citar duas, com quem lidei mais: o S.<sup>or</sup> Alberto Cardoso, neto do escritor José Inacio Cardoso (vid. supra, p. 21), e que, como os bons engenhos da época do Renascimento, exerce ao mesmo tempo umas poucas de artes, pois é desenhador, gravador, ourives, etc.; e o D.<sup>or</sup> José Monteiro, moço de vinte e tantos anos, que se reparte pela advocacia, pelo cultivo das Musas (é autor da *Terra da Beira*, colecção de delicadíssimos versos) e por investigações regionais de carácter historico-ethnografico. Se a oficina do S.<sup>or</sup> Cardoso se tornou, por assim dizer, o meu pouso habitual, onde eu escrevia cartas, guardava pacotes do que ia adquirindo, maquinava *ataques* a pessoas que possuíam cousas susceptíveis de virem por dadiva ou venda para o Museu, o D.<sup>or</sup> José Monteiro foi meu companheiro quasi inseparável: não dei um passo na vila à procura de objectos, não fiz uma excursão arqueologica, em que ele não me auxiliasse eficazmente.

No dia 29 visitei a Aldeia de Joanes, que pouco dista do Fundão. Acompanhou-me o D.<sup>or</sup> José Monteiro, o S.<sup>or</sup> Alberto Cardoso, e o meu colega na Faculdade de Letras, José Joaquim Nunes, que fôra ter comigo ao Fundão. *Joanes* é nome moderno: o -s foi acrescentado, como em *Jaimes* por *Jaimé*, *Metildes* por *Metilde* ou *Matilde*. Em documentos que lá consultei lê-se o seguinte: 1628, 1683, 1755, *Aldea de Joanne*; 1804, 1805, *Aldea de Joannes*. O uso da ortografia com -s deve pois ter começado pelos fins do sec. XVIII. Nesta aldeia relatei-me com o S.<sup>or</sup> Agostinho da Costa Nogueira, pessoa muito viva, eloquente e obsequiadora: ofereceu-me cinco moedas de prata, portuguesas, dos secs. XVII e XVIII, e dezassete de cobre dos secs. XVIII e XIX; um exemplar do *Regulamento da polícia municipal*

(isto é, Código de Posturas) do *Fundão*, 1875; um exemplar do *Quadro da Beira Baixa*, de José Inacio Cardoso, n.º 1 (e único), Lisboa 1861; um exemplar do n.º 1 da *Estrella da Beira*, jornal político que se publicou em Alpedrinha, de 31 de Agosto de 1864 em diante<sup>1</sup>; um sachinho antigo, de ferro, achado num campo (est. III, fig. 21).

Em 30 fui às Donas, outra aldeia vizinha, que se transformou em centro de novas excursões: Teixugas, Santa Menina e Alcogosta. Havendo eu tomado conhecimento de que no sítio da Santa Menina tinha aparecido em tempo um sarcófago de chumbo, corri lá com o D.<sup>or</sup> José Monteiro, e efectivamente vim a averiguar do paradeiro de restos do sarcófago e de objectos de ouro que jaziam nele,—o que tudo depois obtive, como direi no apêndice II; além disso colhi muitas notas *in loco* e em Teixugas, e fragmentos de vasilhas romanas. Estas andadas levaram-nos a manhã toda, e só viemos a almoçar numa venda pelas onze horas e meia,—almôço etnográfico, semelhante a outros que eu já tivera: presunto assado, *azeitonas galegas*, *queijo cabreiro*, *peras pigações*, *pão de cal*. O *pão de cal*, designação tirada do aspecto da massa, é do tipo chamado vulgarmente «pão hespanhol», e marcado como ele: a marca (nome do fabricante) impõe-se-lhe com uma espécie de sinete de pau.

Nas Donas encontrei-me com o Rev.<sup>do</sup> José Lourenço Tavares, Conego da Sé de Loanda, africanista, e autor de uma *Gramática da língua do Congo (kikongo)*, Loanda 1915, o qual, além de um exemplar da *Gramática*, que me deu a mim pessoalmente, me ofereceu para o Museu os seguintes objectos gentílicos: um ídolo ou *nkiae* da Quissama (margens do Coanza), marcado com tatuagem cruciforme; uma espécie de espanejador feito de correias de boi presas à cinta de outro ídolo, e que serve para o comandante de um batalhão de Pretos do Congo agitar diante do inimigo, batendo nele com um *machete* ou facalhão, que o S.<sup>or</sup> Conego também me ofereceu. Estimei particularmente este espanejador, porque ajuda a compreender uma superstição que uma vez observei no Alentejo: quando vai um caçador para a caça, a mulher bate-lhe nas pernas com uma vassoura, para ele ter sorte. Evidentemente, tanto no ídolo africano, como na superstição alentejana, temos perante nós concepções animísticas. O Preto agita o espanejador, certamente para afastar os espíritos maus que o podem perseguir; a mulher bate com a vassoura nas pernas do marido com o mesmo intuito, embora o sentido esteja já

<sup>1</sup> Não averiguei quando acabou, mas pelo menos durou até 1868.

obliterado<sup>1</sup>. A vassoura é correntemente um instrumento de bruxedo; para se evitar a acção das Bruxas coloca-se detrás da porta uma vassoura com a rama para o ar (Obidos, etc), ou uma vassoura de giesta atravessada por outra em cruz (Beira Baixa); quando uma Bruxa se levanta da cama para ir para o *sabbat*, deixa lá uma vassoura que a representa, e o marido não dá conta da saída (Belgica)<sup>2</sup>; numa balada de Goethe, posta em musica por Dukas, uma vassoura, por efeito da recitação de uma fórmula mágica, muda-se em *Kobold*<sup>3</sup>; as Bruxas cavalgam pelo ar numa vassoura (*passim*)<sup>4</sup>; em Roma, quando alguém morria, e se purificava a casa, empregava-se uma especie de vassoura—*extra verrere*—, e o herdeiro que procedia a esta operação chamava-se *everriator*<sup>5</sup>. Os espíritos são tenues como o cisco: por isso o emprêgo da vassoura para os expulsar ou para lidar com eles tem alguma logica. Com a mesma ordem de concepções se relaciona outra superstição nossa: varrer a casa à noite para a rua é expulsar a felicidade. Mas tratar d'isto levar-me-ia longe. Voltarei a falar da minha excursão beirã.

Das Donas subi com o meu amavel e ilustre companheiro de trabalhos, D.<sup>or</sup> José Monteiro, uma ingreme ladeira que nos levou a Alcangosta, ladeira onde a par com a fadiga nos apanhou uma boa bátega de ágoa, que nos obrigou a recolher numa casa de campo, quasi cheia de batatas. A palavra *Alcangosta* compõe-se, quanto a mim, de dois elementos: *al*, artigo arabico, e *cangosta*, nome da longoa comum, variante de *cangosta*, que significa «rua ou caminho estreito, entre muros»; *cangosta* vem do latim *canalis angusta*, como mos-

<sup>1</sup> A purificação era tida na origem como de natureza fisica: susceptivel de lavar, limpar. Em Car Nicobar exorciza-se um possesso, enlambusando-o com sangue de porco, e fustigando-o com folhas. Os Gregos empregavam com intuito semelhante folhas de loureiro. Vid. sobre tudo isto Frazer, *La tâche de Psyché*, 1914, pp. 217-218.

<sup>2</sup> E. Monseur, *Le Folklore wallon*, Bruxelas s. d., § 1196.

<sup>3</sup> A balada intitula-se «O aprendiz de feitiçaria»: vid. *Sämmtliche Werke*, t. I, Estugarda 1863, pp. 52-53.

<sup>4</sup> Uma agoa-forte de Goya intitulada «Linda maestra» mostra uma nessas condições, e de mais a mais acompanhada de uma aprendiz: vid. *Caprichos de Goya*, Madrid 1868, est. 68 (na est. 78 representa-se tambem, como creio, uma Bruxa com uma vassoura). Acérca da expressão *mestra*, dada aqui a uma Bruxa, cf. as minhas *Tradições populares de Portugal*, Porto 1882, pp. 67-68.—De as Bruxas andarem montadas em vassouras ha numerosos exemplos no *Folklore universal*; asbtenho-me de citações, para não alongar muito a nota.

<sup>5</sup> Vid. *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines* de Daremburg & Sa-glio, s. v. «funus» (vi, 1397).

trei na *Revista Lusitana*, IV, 273. Não é este o único exemplo em que o artigo arabico se junta a um nome de origem latina. Em Alcôngosta apenas obtive para o Museu: três moedas de prata, do tempo de D. João IV e D. João VI, e um peso português de ferro, com quatro sulcos paralelos,—este ultimo oferecido pelo S.<sup>or</sup> Antero Caldas Barbosa.

No dia 31, de manhã, andei pela vila do Fundão, onde obtive varios objectos; de tarde voltei a Alpedrinha, acompanhado do D.<sup>or</sup> José Monteiro, e dos S.<sup>ors</sup> Alberto Cardoso e José Joaquim Nunes. Em Alpedrinha obtive varios botões antigos, e uma medalhinha de bronze.

**1 de Setembro.**—A Junta de Paroquia do Telhado, aldeia vizinha do Fundão, dera-me, por intermedio do S.<sup>or</sup> Sales Viana, Professor de desenho do Liceu de Castelo Branco, uma bela la-pide com inscrição romana, e isso fez que eu lá fôsse, para colhêr informações circunstanciadas acerca da mesma: em verdade colhi algumas de que falarei quando publicar a inscrição. Na ida a Telhado me acompanhou o S.<sup>or</sup> José Monteiro, o Prof. José Joaquim Nunes, e o S.<sup>or</sup> Francisco Anacleto Salvado.

Foi este o último dia que passei no concelho do Fundão. Na vila fiz as seguintes aquisições, durante a minha estada nela:

uma caixa de tabaco, uma farpa de pau, de caçar porcos, um feixe de flechas, um assobio de marfim,—tudo da Ilha de S. Tomé, oferecido pelo S.<sup>or</sup> José da Conceição Delgado Lial;

um amuleto, alguns jornais antigos, e várias miudezas literarias,—oferta do mesmo S.<sup>or</sup>;

dois denarios da época consular, do Alcaide, oferecidos pelo S.<sup>or</sup> Eduardo de Almeida Vitoria, farmaceutico e administrador do concelho, a quem fui apresentado pelo S.<sup>or</sup> José Marques Tárouca, de Alpedrinha;

um punhal antigo, de cabo de osso, muito elegante,—oferecido pelo D.<sup>or</sup> José Monteiro;

uma argolinha de ouro, e corrente do mesmo metal, aparecidas na sepultura de Santa Menina (vid, supra, p. 313), e cedidas ao Museu pelo D.<sup>or</sup> Guilherme da Cunha Vaz, médico municipal, a quem fui apresentado pelos S.<sup>ors</sup> Alberto Cardoso e José Monteiro;

um pedaço do sarcófago de chumbo de Santa Menina, de que já falei (obtive-o por compra);

um sarilho artístico, obra pastoril de Castelo Branco,—oferecido pelo S.<sup>or</sup> Joaquim Delgado França, do Fundão, estudante;

nove moedas de prata portuguesa dos secs. XVI-XVIII, onze de cobre dos secs. XVIII-XIX, e um dinheiro de bolhão da 1.<sup>a</sup> dinastia,—oferta do D.<sup>or</sup> Adolfo Portela, funcionario público, e apreciado poeta;

um aro de *situla*, de bronze, e respectivas armelas antropomórficas, achados no sítio da Santa Menina, e oferecidos pelo S.<sup>or</sup> José Trigueiros Osorio de Aragão Martel (Idanha-a-Nova),—objectos que preenchem uma lacuna no Museu Etnológico, onde, se já havia muitas armelas antropomórficas, não havia ainda nenhum aro: êste mostra o uso das armelas, que para alguns arqueólogos foram a princípio objectos enigmáticos;

um denário consular, da família *Marcia*, achado em Manteigas (Beira);

uma moeda de prata de D. João V, três moedas de cobre do sec. XVIII, uma medalha de bronze da Senhora da Nazaré, de 1905 (com a exposição do milagre e uma inscrição), um ornato de bronze, de móvel, e outras miudezas,—tudo ofertas do S.<sup>or</sup> António Joaquim Gonçalves;

um *petisco* de aço, com ornatos, feito por um ferreiro da localidade;

um ídolo de prata, dos que os Hindus costumam deitar na caixa das oblatas de S. Francisco Xavier em velha Goa,—oferta do S.<sup>or</sup> Conselheiro José Navarro Pereira de Andrade (est. IV, fig. 22)<sup>1</sup>;

uma campainha de bronze, antiga (do convento de Santo António da Piedade).

**2 de Setembro de 1916.**—Parti de manhã cedo para a Covilhã, acompanhado do meu colega Nunes; foi também cônscio parte do caminho o D.<sup>or</sup> José Monteiro. Passámos por Valverde, Fatela, Capinha e Pero-Viseu.

A pia bátmala da igreja de Valverde pousa em quatro cabeças de animais em que avulta a dentuça<sup>2</sup>. O Rev.<sup>do</sup> José de Oli-

---

<sup>1</sup> Como é sabido, não só os Cristãos, mas também os Hindus, prestam culto ao tumulo de S. Francisco Xavier.

<sup>2</sup> Acérea de pias bátmalas em cujas faces ou em cujo pé se figuram animais, monstros ou seres humanos, vid. Caumont, *Cours d'antiquités monumentales*, t. VI (1841), pp. 56, 73, etc. Nas *Noções de Arqueologia* de Possidonio da Silva, Lisboa 1878, p. 285, vem uma pia bátmala do mesmo género (certamente estrangeira), pertencente ao sec. XVI. Sob as pias bátmalas das Sés Velha e Nova de Coimbra ha também, por exemplo, quatro liões em cada uma, dispostos simetricamente.

veira Ramalho, prior da frèguesia, teve a bondade de me ceder dois denarios ibericos provenientes do tesouro achado no Alcaide (vid. supra).

Em Fatela informei-me de que ha uma estação romana nos arredores: vi de lá, num quintal, uma base de coluna, e dois *pondera* de barro (já deformados para servirem de pesos modernos, e por isso os não adquiri), e ouvi falar de tegulas.

Ambas estas aldeias são viçosas, e cortadas de ribeiros. A estrada vai por entre campos, e era um consólo apanhar a fresquidão matinal tanto mais que o dia ameaçava calor.

Eu empenhava-me em ir a Capinha, para ver se descobria o paradeiro das inscrições romanas de que fala o *Corpus I. L. II*, 453; porém nada pude descobrir; só depois de muitas perguntas a mulheres boçais, que pasmavam em chusmas à roda de mim, cheguei a saber que num caminho do sítio da Bica, ao pé de uma propriedade de Francisco de Carvalho, existia um pedregulho com letras: fui lá, debaixo de ardente sol, em companhia do S.<sup>or</sup> José Lial Feiteiro, amigo do D.<sup>or</sup> José Monteiro, e realmente encontrei uma lápide em que li *TANGINV*S, nome bastante freqüente na epigrafia lusitano-romana da Beira Baixa. Segundo informações que colhi de um aldeão que habitava perto, a lápide tinha vindo de pouca distância, do lado de cima do caminho, onde aparecem várias pedras aparelhadas, como de edifícios; por baixo do caminho, num pomar, vi eu muitos cacos antigos, e tejolos (ou *xijolos*, como diz o povo) de aspecto romano, e o aldeão de que acima falei deu-me um *pondus* de barro, que encontrára no mesmo pomar. Mercê dos esforços do referido S.<sup>or</sup> José Lial Feiteiro, a lapide já a estas horas está no Museu Etnologico.

Em Pero-Viseu não nos demorámos: apenas verifiquei que a povoação é imundissima, e falha de ágoas, apesar de ao meio d'ela se erguer uma fonte monumental, ornada de cruz e piramides, como é freqüente.

3 de Setembro de 1916.—Permaneci na Covilhã. Eu ia apresentado aos S.<sup>ors</sup> D.<sup>or</sup> Jaime de Almeida Campos, médico municipal, e Carvalho & Tarouca, comerciantes. Além d'isso relatei-me com os S.<sup>ors</sup> Acerílio de Aguiar, Presidente da câmara, e Alberto de Oliveira, funcionario da Secretaria da mesma. Todos estes S.<sup>ors</sup> foram incansaveis em me conceder facilidades para os meus estudos.—O dia 3, Domingo, ocupei-o em dar expediente à numerosa correspondencia, oficial e particular, que tinha na posta-restante, e em me preparar para partir para a Serra da Es-

trela, que eu muito queria conhecer<sup>1</sup>. É costume, por causa do vento e do sol, levarem os excursionistas na cabeça chapeus de palha, de copa alta e afunilada, e de abas muito largas. Cada um de nós, o meu amigo Nunes e eu, comprámos pois tambem seu chapeu, pelo preço de um tostão, na loja dos S.<sup>rs</sup> Carvalho & Tarouca, e eis-nos a cavalo, ao fim da tarde, pela Serra acima até o Sanatorio, onde ficámos num hotel que aí ha, sucursal do Covilhanense.

<sup>1</sup> Sem pretender esgotar a *bibliografia serrana*, aqui cito:

- 1) *Viriato Tragico*, por Brás Garcia Mascarenhas. Tenho presente a 1.<sup>a</sup> ed.: Coimbra 1699. O A., supondo, segundo a tradição literaria, que Estrela corresponde ao Herminio dos Lusitanos, e que Viriato era de lá, fala muitas vezes da Serra no seu poema, mas nem a primeira identificação se pôde fazer (vid. *Religiões da Lusitania*, II, 34, e n.º 5), nem se pôde dizer que Viriato fosse do Herminio (vid. *Religiões*, III, 156).
  - 2) *As Alagoas da Serra da Estrela*, por Abreu Castanheira, Lisboa 1836.
  - 3) *Expedição á Serra da Estrela*, promovida pela Sociedade de Geografia em 1881: Secção etnográfica, por Marrecaas Ferreira, Lisboa 1883. É só a 1.<sup>a</sup> parte: narram-se aí eruditamente as lendas da Serra, conhecidas pela tradição literaria.
  - 4) *Quatro dias na Serra da Estrela*, por Emygdio Navarro, Porto 1884.
  - 5) *Serra da Estrela*, por Adelino de Abreu, Coimbra 1895.
  - 6) *Sousa Martins e a Serra da Estrela*, por Mendes dos Remedios, Viseu 1898 (folheto).
  - 7) *Viagem á Serra da Estrela*, por Sousa Lacerda, Lisboa 1908.
  - 8) «Em terra de lobos», n-*Os Serões*, 2.<sup>a</sup> serie, vol. VII (1908), p. 231, etc. e vol. VIII (1909), p. 190, etc.
  - 9) *Guia ilustrado*: publicação do grupo de propaganda da Serra da Estrela (Nelas): Porto 1914 (folheto).
  - 10) Artigos varios, publicados por ocasião da expedição da Sociedade de Geografia: «Quinze dias na Serra da Estrela», por E(duardo) C(oelho), em varios numeros do *Diario de Noticias* de 1881; «As lendas da Serra da Estrela», por F. A. Coelho, no mesmo *Diario* (21 de Setembro de 1881); «Expedição scientifica á Serra da Estrela», por E. da S., no mesmo *Diario* (21 de Agosto de 1881); «Na Serra da Estrela», por Gabriel Pereira, no *Manuelinho de Evora*, n.º 41 a 50, de 1881; «Tradições populares da Serra da Estrela», artigo meu, publicado a primeira vez num jornal portuense, e reproduzido nos *Ensaios Ethnographicos*, II, 130 sgs.
  - 11) Lenda da Serra da Estrela in *Archivo Pittoresco*, III, 309.
- Tem-se fantasiado muito acerca da origem do nome de «Estrela», e contudo ela é bem simples, ao que parece: *Estrela* está por *Nossa Senhora da Estrela*, nome de alguma ermida, que depois se generalizou. Esta explicação é do S.<sup>r</sup> Pedro de Azevedo, que a confirma com outras analogas: *Igreja, Calçada e Rua da Estrela* em Lisboa.—Não faltam no onomastico palavras semelhantes: assim, por exemplo, junto do Zézere, no concelho de Ferreira do Zézere, ou proximo, ha o *Castelo da Estrela*, onde existe uma capela dedicada a «Nossa Senhora da Estrela», como nesses sitios ouvi dizer em 1895.—Cf. tambem a expressão *Virgem da Estrela* em Gil Vicente, I, 142 (ed. de Hamburgo).

4 de Setembro de 1916.—O meu colega Nunes, por incômodo de saúde, não se sentiu com forças para fazer a travessia da Serra: de modo que fui eu sózinho. Além do arrieiro, levei comigo uma guia<sup>1</sup>, homem possante, bem educado, e excelente conhecedor da Serra: o tio Jerônimo, como o arrieiro, que era mais moço, lhe chamava.

Parti às 7 da manhã. A temperatura estava muito baixa (parecia inverno), e o vento soprava atrozmente no zimbório do meu chapéu de palha. Como a caminhada que eu tinha de fazer,—parte a cavalo, e parte a pé,—, era grande, não pude tomar muitas notas, e quasi me circunscrevi em copiar no meu caderno, à pressa, e transtornado pelos solavancos da cavalgadura em que eu ia montado, os nomes que a minha guia me ditava.

Antes de começar a narração, devo definir três termos que aparecem nela várias vezes: *nave*, *assentada* e *covão*. Tanto *nave* como *assentada* designam vastos descampados, mas, segundo o que inferi da explicação do tio Jerônimo, a *nave* tem serras em volta, e a *assentada* não tem. O *covão* é um vale fundo.

Ao sair do hotel está a *Entrada da Nave*, e depois a *Nave da Areia*, que tem à direita o *Póio da Varanda*, e à esquerda o *Cabeço dos Passarinhos*. A palavra *póio* vem do latim *podium*, que significa «eminência», e d'áí deriva *Poiares*, palavra muito freqüente no nosso onomástico; o francês *Puy* procede da mesma origem. *Varanda* aparece noutras regiões da Beira como designativa de certo rochedo lendário<sup>2</sup>: o povo compara a cada passo penedos com objectos de uso, partes da casa ou do corpo, animais, etc. Da comparação com o corpo humano resultou *cabeço*<sup>3</sup>. À Nave da Areia segue-se a *Fonte da Pedra*, a *Fraga do Rodeio*, o *Alto do Portelinho*, a *Nave de Santo António*, vestida de *cervum*, com o *Espinhaço do Cão* em frente. Na Nave houve uma capela de Santo António, e d'áí tirou o nome. *Espinhaço* não é raro como designação de «penedia», e a metáfora está

<sup>1</sup> Assim se diz em português clássico, e não *um guia*. Na Comédia *Ulysippo*, ed. de 1787, p. 98, lê-se: *uma boa guia*. N-O *Lyma*, de Diogo Bernardes, ed. de 1820, p. 123: «ha mister certa guia». Nos *Lusiadas*, II, 63: *certa e sabia guia*. E em todos estes exemplos a palavra de que trato significa, de modo geral, «pessoa que guia».—Também dizemos *uma testemunha*, quer a palavra se refira a mulher, quer a homem.

<sup>2</sup> *Religiões da Lusitania*, I, 373.

<sup>3</sup> No *Dicionário de Moraes* também se regista *cabeça de monte*. Entre *cabeça* & *cabeço* há a mesma relação gramatical que entre *cima* & *cimo*, *coruta* & *coruto*.

bem achada. À esquerda da Nave de Santo Antonio, em baixo, vê-se a *Nave de Unhais*, assim chamada por ficar perto de Unhais da Serra. Creio que *Unhais* deriva de *unha*, no sentido de «certo vegetal»: cf. *unha de cavalo*, *unha de gato*, etc., designações botânicas provenientes de metaforas, que são fontes fecundíssimas do lexico. Adiante da Nave de Santo Antonio: *Covão da Mulher* e *Covão do Ferreiro*. O caminho é por vezes muito pedregoso, formando *escalões* ou *escádias* («escadas»).

A Serra não tem arvoredos, mas além do *cervoêro*, ou relva de *cervum*, que serve de pasto aos gados e atapeta de verde uniformemente o chão, ha nela algumas plantas humildes, como *jôna* ou *jôina*, *abetouro*, *pantanejo*, *sôrgaço* (sargaço), *piôrno*, *azimbrêro* (zimbreiro)<sup>1</sup>, *feto*. As plantas mais grossas, quando queimadas pelos pastores e pelos viajantes, deixam raízes secas e troncos, que parecem ossadas: o povo chama-lhes *cávedas*, palavra que ouvi na Covilhã e a gente de Manteigas<sup>2</sup>. Em meio do *cervum* aparece uma ou outra timida flor (*campainha*)<sup>3</sup>, que regala os olhos, acaso cansados de fitarem hervagens e penedias.

Aqui e além encontram-se sobre um penedo umas pedrinhas acasteladas: são *pontos* ou *sinais*, feitos por algum pastor que ali pas-

<sup>1</sup> O povo chama principalmente *azimbrêro* ao arbusto (a *Juniperus nana* dos botânicos) e *azimbre* à baga do mesmo: d'esta, por infusão em ágoa-ardente, se faz genebra; e os meus companheiros não se cansaram de apanhar bagas para depois a fazerem.

<sup>2</sup> A palavra *cáveda*, por \**cávada*, constitue uma variante de *cádava*, arquivada no *Novo Dicionário* no sentido de «conjunto dos troncos do mato, que ficam de pé depois das queimadas e ainda serve para lenha», e aí comparada com uma castelhana de igual forma. Todavia *cádava*, segundo o Dicionário da Academia hespanhola, não é propriamente palavra castelhana, mas asturiana; temos nela o feminino do galego *cádavo*. Já em 1892, num artigo intitulado «Antiguidades do Cadaval», publicado no *Clamor do Bombarral*, expliquei as palavras *Cadaval*, *Cadavais*, *Cadavão* e *Cávado* (antigamente *Cádavo*) como pertencentes à família a que pertence *cádavo*. À mesma família pertence *Cadaveira* (*Cadaveiras*, *Cadaveiro*), *Cadavosa* (e *Cadavoso*). Como me informa o meu liustre amigo D.<sup>r</sup> Joaquim da Silveira, a palavra *cádavo* ou *cádevo* (pronúncia *cadvo*) existe em Arouca e significa «o que fica dos troncos mais grossos das plantas depois da queimada». Vê-se que *cádava*-\**cávada*, e *cádavo*-*cávado* tiveram outrora grande extensão ao Ocidente da Península, sobretudo na parte de Noroeste.

<sup>3</sup> Creio que o *cervum* é a *Nardus stricta* dos botânicos: cf. Marrecas Ferreira, *Ethnographia da Serra da Estrela*, 1883, p. 15. A *campainha* é a *Campainha Herminii*: eundem, ibid., p. 16; e cf. Pereira Coutinho, *Flora de Portugal*, Lisboa 1913, p. 601. A designação de *Herminii* provém da falsa crença de que a Serra corresponde ao Herminio dos antigos.

sou, e os fez para outros não se enganarem no caminho. Isto evoca um conto popular em que uns rapazinhos numa viagem deixam cair cascas de nozes, que lhes ensinem por onde hão-de voltar. Na Estremadura, quando duas ou mais pessoas tem de ir a qualquer parte, cada uma por sua vez, por exemplo, ao mato ou à herva, combinam que a primeira que passe em determinado sítio aí risque uma cruz no chão com um pau, com uma pedra, com um carvão, etc. Processos naturais e primitivos de indicar itinerários<sup>1</sup>. Outra obra vi de pastores, e igualmente de carácter primitivo: uma construção arredondada, de uns 3 metros de diâmetro, descoberta, e feita de pedras soltas, que formam um muro baixo. Tem o aspecto da fig. 23: em a dorme o pastor, e em b faz cozinha. É um abrigo para passar a noite no verão. O gado fica na relva, em torno.

Segue-se a *Assentada da Tôrre*, extensa e *plaina*. Grandes silêncios abraçam a Serra! Que paz para quem a deseja, e raro a encontra em Lisboa! Quando muito, ouvem-se crocitar um corvo que voa rápido ao de cima dos penedos, ou o balido longínquo de um rebanho. Tudo isto a par com a solidão, a pureza do ar, e a da ágoa, que brota por toda a parte! Como ficam longe os miasmas físicos e sociais da capital! Proximo da *Tôrre* encontrei um pastor de Alvoco da Serra, de 44 anos, de botas de cano, çafões, e manta de lã ao ombro; levava um saco de estôpa com pão, e uma *ferrada* de lata (caldeira) para ordenhar o leite das cabras. Pouco falei com ele, por falta de tempo; só lhe ouvi uma cantiga. A *Tôrre*, como lhe chamam, é uma alta pirâmide de pedras assentes umas nas outras, e que marca a altitude de 2:000 metros: teve uma lapide com inscrição,

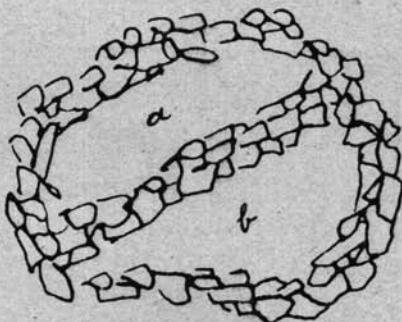


Fig. 23 — Abrigo de pastor (Serra da Estrela)

<sup>1</sup> A um montão de pedras formado num campo ou num caminho chamavam os Gregos ἐγκαίος λόπος, ou de modo analogo, e havia d'estes montões perto de Itaca, na Elida, na Laconia. «C'étaient là les vestiges d'un temps où, à défaut de chemins tracés, le voyageur n'avait pour se guider que ces pierres entassées de distance en distance, auxquelles à son tour il ajoutait la sienne. *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines* de Daremberg & Saglio, III, 130.—Em francês antigo: *montjoie*, «petit monticule de pierres.. pour indiquer les bons chemins»,—*Dict. génér.*, s. voce.—Cf. também *Elucidario* de Viterbo, s. v. «afieis de Deus».

que brutos pastores deitaram a terra; li ainda a parte que transcrevo abaixo.

Da Tôrre desci para outros covões: de Loriga, etc. À direita ha uma relva e no meio uma *arieira*, isto é, um depósito de areia nativa, resultante da decomposição de rochas, e que denominam *O PRINCIPE REGENTE · N · S · MANOEL FAZER ESTA PYRAMIDA P. A*

*O LEVANTAMENTO DA CARTA GERALD. REINO . . . . BAIXO* As 11 horas e meia acampamos na *Fonte dos Perus*, onde almoçamos, e bebemos agua frigidissima, que foi preciso cortar com umas gôtas de ágoa-ardente. A uns passos da Fonte estava armada uma barraca de lona, que vim a saber pertencia ao S.<sup>or</sup> E. Fleury, Engenheiro suíço e Professor do Instituto Superior Técnico



Fig. 24—*Pastores da Serra da Estrela*

de Lisboa, o qual andava estudando Geologia, e a quem encontrei horas depois carregado de pedras. Junto da barraca estavam dois pastores a que o acaso quis correspondam as figuras de um bilhete postal que reproduzo na fig. 24 (ed. da Havanesa Central de Coimbra): um dos pastores toca pifano, o outro, sentado no chão, ouve atento a musica do companheiro. D'aqui passei à *Assentada da*

*Fonte dos Perus* e a uma *malhada* ou casa de pedra sólta, de 1 metro de alto, sem telhado, mas com porta, para o gado *amalhoar* (repousar) ao meio-dia; depois veio o *Alto das Varandas*, de enormes fragas, e o *Cordão Grande*, rodeado tambem de penedia. A imaginação fatiga-se em buscar comparações para designar as obras gigantescas que a Natureza fantasticamente lhe apresenta, e o lexico esgota-se, ministrando termos que exprimam ideas de magnitude!

Ao ver, minutos depois, um amontoado cilindrico de pedras, de 1<sup>m</sup>.5 de altura, e de uns 2 metros de diâmetro, preguntei à guia o que vinha a ser aquilo: respondeu-me que era um *malhão* (fig. 25), que ao mesmo tempo servia de marco de partilhas, e constituía

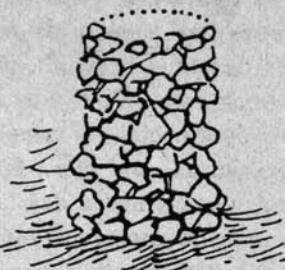


Fig. 25 — *Malhão* (Serra da Estrela)



Fig. 26 — *Lagoa Comprida*: vid. p. 36

mais um amparo para o pastor, enquanto o gado amalhoava. A *malhão*, no sentido de «balisa», já eu me referira na *Rev. Lusitana*, x, 136-164.

Após atravessarmos muitos fraguedos, *entaladas*<sup>1</sup> e *cervoêros*, cheguei, à 1 hora e meia, a outras *Varandas*, estas agora medonha-

<sup>1</sup> *Entalada* é uma passagem estreita entre duas lajes ou penedos.

mente a prumo sobre a *Lagoa Escura*, que formava o *terminus* da minha excursão<sup>1</sup>. Junto da Lagoa Escura, e apenas separada d'ela por lajedos, fica a *Lagoa Comprida* (fig. 26, de um postal da Havana Central de Coimbra), que o é bastante, e de ágoas claras. Das lendas que povoam as lagoas ou *alagoas* (estas tambem são povoadas de patos bravos!), já outros autores tem tratado<sup>2</sup>, e eu proprio alguma cousa disse nos meus *Ensaios Ethnographicos*, II, 130 sgs. Por agora, como o tempo me escasseava, só colhi a seguinte. Uma vez vieram aqui uns passageiros com um Preto, e disseram-lhe que mergulhasse numa das lagoas, preso por uma corda, e levasse uma campainha para tocar quando se visse afrito, e o poderem puxar: o Preto mergulhou, e numa aflição tocou a campainha, mas quando o puxaram, vieram só os ossos, porque os *bichos* lhe haviam comido a carne. Tambem ouvi que no inverno as lagoas dão urros que se ouvem no Fundão e noutras terras afastadas, ao que alude Brás Garcia de Mascarenhas, quando diz da Lagoa Escura:

Esta, quando se altera entre a clausura  
Das penhas, que combatem ventos e ondas,  
Mais que o soberbo mar se encollerisa,  
Retumba longe, e perto atemorisa<sup>3</sup>.

Na volta segui o mesmo caminho até a Fonte dos Perus. Ao chegarmos à Fonte, desandámos para a esquerda, por perto da *Lagoa do Peixão*, e do *Cântaro Chã* (não *Cântaro Chão*). Provavelmente *Cântaro Chã* (assim ouvi várias vezes) está por *Cântaro da Chã*, com supressão de *da*, como é corrente. *Cântaro* designa penedão, e o de que estou falando parece realmente raso em cima; tambem se lhe chama *Cântaro Raso*. Adiante encontrei o *Curral do Cantiêro*, feito por pastores, e uma grossa camada de neve, disposta como uma laje que escavassem por baixo. Desci para logo a *Rua dos Mercadores*, aberta entre duas filas de penedos, que, como o povo nota, se assemelham a balcões de venda: acho muito engenhosa esta denominação. O *Cântaro Magro* surge em seguida diante de nós, altíssimo e retalhado; em baixo, à esquerda, vêm-se as nascentes do Zézere,

<sup>1</sup> No caso presente não sei se a palavra *Varandas* é geralmente usada, ou se foi empregada apenas pela minha guia para designar as escarpas que estão a cavaleiro da Lagoa Escura.

<sup>2</sup> Cf. Marrecas Ferreira, *Ethnographia da Serra da Estrella*, p. 31 sgs.

<sup>3</sup> Viriato Trágico, Coimbra 1699, c. xi, est. 32.

que corre em filamentos pelo *Covão da Ametade*, e à direita um como poço profundo ou abismo de rochas, com o nome bem expressivo de *Boca do Inferno*. A distância, que à vista se crê inferior a dois hectómetros, avulta o *Cántaro Gordo*. Ambos os Cántaros representam montanhas de pedra! O Gordo mais extenso e farto que o Magro, este mais elevado que o primeiro. O povo achou parecença entre a forma de um penedão e a de um cántaro; talvez para isso contribuisse o nascerem por vezes rios ou fontes debaixo das rochas: não que o cántaro fosse sem fundo, como o tonel das Danaides, mas porque o imaginariam voltado a despejar ágoa.

Por fim tomámos pela *Barroca das Queijeiras*, *Covão do Palheiro*, *Val da Fonte do Palheiro*, *Covão do Ferro*, e *Covão do Boi*, até o *Covão da Mulher*, onde passáramos antes, e d'onde agora partimos para o Sanatorio com o itinerario da ida. *Barroca* é uma escavação comprida, feita pelos temporais do inverno, e que então forma ribeiro, secando porém no estio: nesta de que falo acumulam-se, uns sobre outros, como queijos numa queijeira, varios penedos arredondados. D'onde deduziriam melhor os Serranos a comparação, do que de uma indústria com que lidam cotidianamente? No *Covão do Palheiro* a penedia dá idea de um «palheiro», que assim se diz a meda de palha amontoada na eira ao fim da malha: aqui também a metafora se originou num círculo de cousas domésticas, visto que pelos arredores se cultivam muito os cereais, especialmente o centeio. O *Val da Fonte do Palheiro* é sem dúvida um dos sitios mais amenos da Serra, verde, cercado de rochas ou colunas a pino, como um templo egípcio, e com ágoa serpeante pelo meio da relva. O *Covão da Mulher* diz Tavares de Proença Junior que tirou o nome de uma mulher que aí viveu numa cabana: vid. adiante. Para as denominações dos Covões do *Ferro* e do *Boi* contribuiram razões especiais, que me escapam, e que não pude averiguar.

No *Covão da Mulher* detive-me uns instantes ao pé de uma *cabana de carvoeiro*, que devo descrever, porque, como o *chôço*, de que falei a cima, p. 307, nos transporta *in mente* a tempos primitivos, em que as moradas dos homens não difeririam muito d'estas: é uma escavação debaixo de um rochedo, fechada adiante por uma paredinha de pedras soltas, em que se deixou uma porta de 0<sup>m</sup>,89 × 0<sup>m</sup>,49; em todo o rebordo dianteiro do penedo fez-se, com torrões endurecidos, e aglutinados com bosta de boi, uma especie de friso ou beiral de telhado, que, quando chove, encaminha a ágoa da chuva. Ao lado da cabana, e em frente a outro penedo que está contíguo ao primeiro, estabeleceu-se um recintozinho cercado de pedras miudas, em guisa

de patio ou cozinha (vid. um esboço na fig. 27)<sup>1</sup>. Para complemento do aspecto prehistoric d'esta vivenda, direi que ao pé passa um rēgo de agoa, e que dentro da cabana encontrei um percutor de pedra, que o carvoeiro lá deixou, e que lhe servia, segundo penso, para amolgar as pontas das brôchas que lhe fizessem saliencia no interior dos çapatões (vid. fig. 28,  $\frac{2}{3}$  do tamanho natural)<sup>2</sup>. Tudo era em verdade prehistoric, menos os ultimos!

Quando cheguei ao Sanatorio eram 7 horas da tarde. O percurso levara 12 horas. Do Sanatorio regressei à Covilhã na mesma tarde.

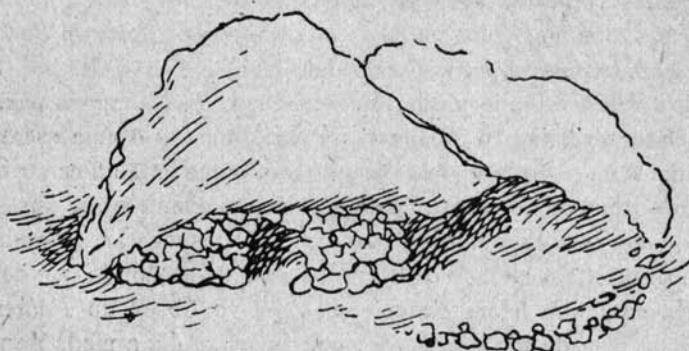


Fig. 27 — Cabana de carvoeiro (Serra da Estrela)

5 de Setembro de 1916.—Visitei o arquivo da Câmara Municipal e o museu particular do S.<sup>r</sup> Antonio Franco.

O Arquivo da Câmara contém alguns pergaminhos dos secs. XIII a XVI, além de papeis e livros manuscritos. A palavra *Covilhã* pronuncia-se hoje geralmente precedida de artigo: *a Covilhã*; todavia devo acrescentar que em varios documentos que consultei no Arquivo encontrei sempre a palavra sem artigo: *Couilhã*, 1323; concelho de *Covilana*, 1322; *Sed Maria de Covilhã*, 1332; concelho de *Couylhã*, 1339; *en Covilhã*, 1341; *concelho de Cuylhaa (sic)*, 1343; *em Covilhã*, 1390; *villa de Couilhã*, 1536. Costuma explicar-se a palavra por *Cova Juliana*, alegando-se uma lenda gotica, mas isto não passa de fantasia. Para a refutar, basta lembrar que ha muitas loca-

<sup>1</sup> Cf. tambem Tavares de Proença Junior, *Sobrevivencias*, I, «As queijeiras redondas e as cabanas da Serra da Estrella», Leiria 1910, p. 6 sgs.—Eu não vi senão uma cabana no *Covão da Mulher*.

<sup>2</sup> Este percutor tem em cima, de um lado, um sulco natural em que se firmava o dedo indicador, e do outro uma depressão artificial para se firmar a cabeça do *pollex*. O desenho que apresento é de Saavedra Machado.

lidades e casais assim chamados nos distritos de Braga e do Pôrto<sup>1</sup>; na matriz da freguesia de Vairão (Vila do Conde) encontrei mencionado um *sítio da Covilhã*, e na freguesia de Vila-Nune (Cabeceiras de Basto) há outro sítio com o mesmo nome, conforme leio no *Primeiro de Janeiro* de 29 de Maio de 1885; de mais a mais há *Covilhãs*, no plural, em Lousada. À mesma família pertence também talvez *Covilhão*, nos mesmos distritos de Braga e Pôrto<sup>2</sup>. Como é que de *Cova Juliana* havia de provir tudo isto?

No museu do S.<sup>r</sup> Antonio Franco há quadros, porcelanas da India, faianças portuguesas, armas, peças de vestuário, objectos gentílicos, e sobretudo uma riquíssima baixela de prata revestida de moedas portuguesas antigas, postas de modo que não se estragaram, pois estão seguras por grampos, e podem facilmente extrair-se. As moedas são de prata, e, segundo um rápido lance de olhos que lhes dei, não raras, pelo menos a maior parte d'elas; por isso escusam de lamentar-se os numismáticos, pois mais vale ter assim conservadas as moedas, do que vê-las fundir em cadinhos de inexoráveis ourives. As mais antigas moedas que examinei datam do reinado de D. Manuel I; mas também há lá um *grave* de D. Fernando (bolhão). O grosso d'elas pertence aos sécs. XVII, XVIII e XIX; estas últimas, do tipo antigo do reinado de D. Maria II (*pintos*), anteriores à reforma monetária. O S.<sup>r</sup> Franco teve o cuidado de não empregar moedas modernas, nem de repetir exemplares em cada peça. A baixela foi descrita no n.<sup>o</sup> 61 (de 31 de Agosto de 1916) do *Povo d'Idanha*, e aí verificará o leitor que ela se compõe de 24 talheres de mesa, cada um formado de três peças: de outros 24 de sobre-mesa, cada um formado de cinco peças; de 36 colheres de café e chá, 4 serviços de peixe, 12 pinças para fruta, 4 tenazes de salada, 12 rôlhas de garrafas para licores, 6 floreiras, 6 galheteiros, 6 saleiros, 6 pratos para doce, 6 fruteiras, 6 paliteiros, 24 taças para champahe, 6 taboleiros, 6 salvas, e um enorme centro de mesa, que pesa 27 quilos. Confesso que fiquei assombrado perante tamanha magnificência, e que

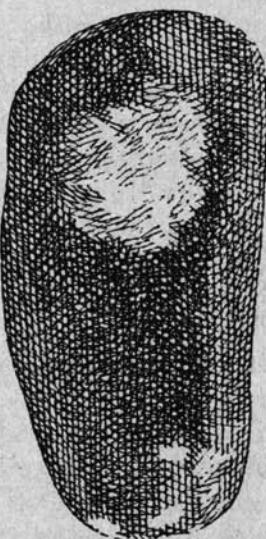


Fig. 28 — *Percutor moderno*  
(Serra da Estrela), p. 38

<sup>1</sup> Baptista, *Chorographia*, VIII, 172.

<sup>2</sup> Baptista, *ibidem*.

achei bastante curiosa esta adaptação das moedas à arte, embora eu soubesse que na antiguidade outro abastado proprietário possuira na Galia uma pátera de ouro,—a famosa pátera de Rennes da Biblioteca Nacional de Paris—, incrustada de *aurei* imperiais romanos<sup>1</sup>. O S.<sup>or</sup> Franco é também *franco* de acções, e não sómente no nome, pois me ofereceu para o Museu Etnológico um delicado machadinho pré-histórico de fibrolite, uma chapa de cinturão antiga (portuguesa), outra com um emblema metálico da Guarda Nacional, um ceitil de D. João II, bem conservado, e trinta e duas moedas de cobre portuguesas dos sécs. XVIII e XIX, todas igualmente bem conservadas.

6 de Setembro de 1916.—Fiz buscas, e adquiri outros objectos que aqui específico:

- uma moeda de ouro, de D. Sebastião («500 reaes»);
- um ferro de engomar antigo, oferta dos S.<sup>ors</sup> Sebastião Fernandes Moço & Irmão;
- um machado de bronze de canelura e argolas, mas com o gume incompleto,—oferta do S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> Manoel José Gonçalves dos Santos Gascão<sup>2</sup>;
- um exemplar dos *Subsídios para a monografia da Covilhan* por Moura Quintella, Covilhã 1899,—oferta dos S.<sup>ors</sup> Carvalho & Tarouca;
- um exemplar de *A Covilhan* (outra monografia, Lisboa 1911,—oferta do S.<sup>or</sup> Acrisio de Aguiar;
- onze denários da República Romana, aparecidos na Aldeia de Mato, concelho da Covilhã, e oferecidos pelo mesmo S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> Gascão;
- um *cambo* de ferro, de «1769», por compra;
- um *espelho* de porta artístico com cruz, de ferro,—por compra;

<sup>1</sup> Vid. Chabouillet, *Catalogue général*, Paris s. d., p. 359.

<sup>2</sup> Este machado apareceu por 1900–1915 na margem esquerda da ribeira do Paúl, entre Orondo e Paúl, com mais nove que tiveram vários destinos (quatro entregues ao Conde de Almedina para irem para o Museu das Janelas Verdes, três enviados para o Museu de Castelo-Branco, um oferecido ao Coronel Teixeira Machado, e hoje perdido, etc.): estavam sobre um penedo que pouco a pouco se cobriu de terra, e que na data mencionada veio a ser escavado. Vê-se que os machados formavam um *ripostiglio* ou tesouro.—O S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> Gascão faleceu já depois de escrita esta nota: vid. *Diário de Notícias* de 27 de Novembro de 1916, onde vem a sua biografia e um retrato.

o rosto e algumas fôlhas de um exemplar da 1.<sup>a</sup> edição dos *Diálogos* de Amador Arraiz.

Além de adquirir os mencionados objectos, tive ensejo de admirar outra obra de arte: uma escultura magnifica, executada em 1865 por Manoel de Moraes Silva Ramos, da Covilhã: é de buxo, inteireira, e representa, com grande delicadeza de engenho e finura de traços, a Senhora da Conceição sobre um globo; por baixo d'este está a scena do Nascimento de Cristo.—A Silva Ramos se deve tambem a feitura de várias medalhas: *A Real Sociedade Humanitaria do Porto*, 1852; visita da família real ao Porto, 1852; à memória de Carlos Alberto (dedicada a Victor Manoel II), 1854; monumento de D. Pedro V, 1864<sup>1</sup>. D'ele falam, em obras consagradas à nossa Medalhistica e Numismatica, Lopes Fernandes<sup>2</sup>, Teixeira de Aragão<sup>3</sup>, Artur Lamas<sup>4</sup>, etc. Tanto as medalhas como a escultura vi-as em casa de um neto, o S.<sup>or</sup> Antonio Moraes Canaveira, que espero dê a algum investigador apontamentos com que possa escrever-se a biografia do gravador e escultor Silva Ramos, que bem a merece. Na ocasião em que estive na Covilhã, o S.<sup>or</sup> Canaveira não os tinha à mão, e por isso me não demorei mais um dia para os aproveitar. Vid. o apendice III.

7 de Setembro de 1916.—Retirei-me de manhã para Pinhel, unica cidade que me faltava conhecer em Portugal.

As Companhias dos caminhos de ferro tem por vezes o enganoso costume de dar às estações nomes de terras que ficam muito longe; assim acontece quanto a Pinhel, que dista da estação do seu nome algumas legoas. A estação nem sequer oferece meios de condução para a cidade; quem quiser ir a esta, tem de, como eu fiz, tomar bilhete para Vila Franca das Naves, d'onde parte para lá uma diligência.

Eis-me pois dentro de uma carripana, puxada por cavalos macérinos. Eramos quatro passageiros e uma criança; no caminho agregou-se-nos mais um. Iamos como que entrouxados. Por duas vezes se fez preciso apear-nos por que os animais não aguantavam o peso nas subidas. Passei por várias aldeias: *Cerejo*, entre vinhas e olivais;

<sup>1</sup> O Museu Etnologico possue exemplares da primeira e da segunda: vid. os n.<sup>os</sup> 71 e 78 do Catalogo publicado pelo D.<sup>or</sup> Artur Lamas no *Arch. Port.*, xiv, 84 sgs.

<sup>2</sup> *Memoria das Medalhas*, Lisboa 1861, p. 100 sgs.

<sup>3</sup> *Descripção geral das moedas*, t. I, Lisboa 1875, p. 90 (noticia biografica).

<sup>4</sup> *Medalhas Portuguesas*, t. I, Lisboa 1916, p. 197, etc.

*Hervas* [Tenras], onde um dos passageiros desceu com o pretexto de dar de beber ao cocheiro, mas porque ele tambem queria beber; *Souro* (ou *Sôro*) *Pires, Mata*. Depois avistei ao longe a extensa serra de Marofa, e Pinhel. A cidade fica numa peninsula formada pelas ribeiras da *Pêga* e das *Cabras*, que se juntam num local chamado por isso *Entre-Agoas*, e que em seguida correm unidas até o Coa. Para entrar na cidade atravessei numa ponte a primeira das mencionadas ribeiras, e entrei, como é costume, ao toque da corneta do cocheiro.

Em Pinhel tive a boa companhia do S.<sup>or</sup> José Veiga de Carvalho, proprietario, a quem eu ia apresentado, e do S.<sup>or</sup> A. Justino Ferreira, Inspector escolar, com quem me relacionei no hotel, Estes S.<sup>ors</sup> apresentaram-me a outros (P.<sup>e</sup> José Nunes, Teodósio Alves da Silva, José Alves da Silva, Luís Caldas Pereira). todos os quais me obsequiaram.

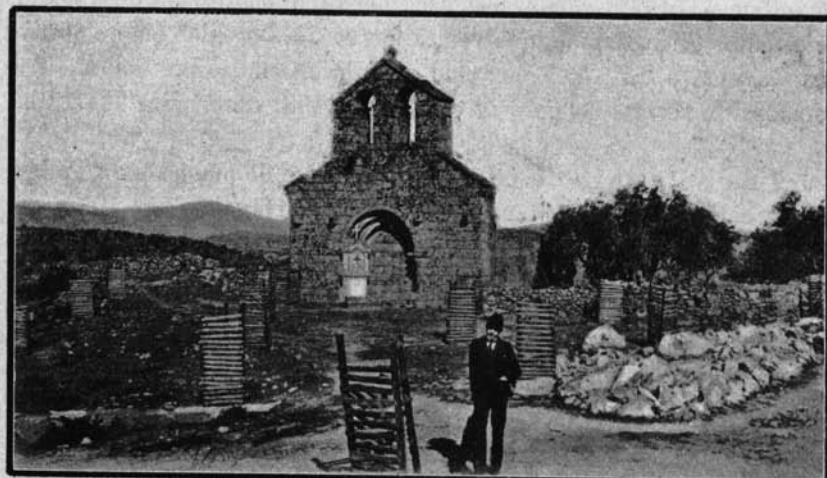


Fig. 30 — Templo do Senhor da Coluna (Pinhel)

8 de Setembro de 1916.—Vi quanto podia ver em um unico dia; o pelourinho, que sobressae elegante em meio da praça; o templo (arruinado) do Senhor da Coluna (fig. 30, de um bilhete postal, ed. de Cruz Melo), fóra de portas; o castelo, as igrejas, a casa da Camara, o exterior do antigo paço do bispo (hoje quartel), o do convento dos Capuchos, etc. Além d'isso colhi cantigas populares, o que causou certa estranheza na povoação, fiz buscas arqueologicas (pouco rendosas, porém), e extractei nomes de propriedades rusticas em matrizes da Repartição da Fazenda.

Pela cidade existem muitas casas brasonadas, de famílias que em parte já não habitam nelas. Também se encontram janelas artísticas, ornamentadas de «bolas», e outras garnecidas externamente de faixas de granito, às vezes com feitos. Havia uma janela muito bonita, que era geminada, mas quebraram-lhe o septo (de pedra), e puseram vitraças. Uma capelinha, com um brasão episcopal, serve de misericórdia. O castelo cai pouco a pouco em ruínas, e a igreja de Santa Maria, apesar da sua bela talha, jaz quasi sem culto. Tudo isto mostra que Pinhel antigamente teve certa grandeza, mas que está hoje em decadência. É uma cidade morta, que nem se quer possue um liceu, ou uma escola industrial<sup>1</sup>.

A capela da Misericórdia é muito notável, com sua porta manuelina, boas talhas, campas belamente esculturadas, um guardavento de rótula, um sacrário de gesso de «1537»: mas os mesários olham para tudo isto com triste desmazelo. No templo de S. Luís, que serve de igreja paroquial, conservam-se azulejos do sec. XVII na capela-mor, forrando-a, e do lado do Evangelho vê-se a sepultura rasa de D. CHRISTOVÃO DE ALMEIDA SOARES PRIMEIRO B.<sup>º</sup> DE PINHEL, falecido, como lá se diz, em 1780. As portas da sacristia tem almofadas bem lavradas, salientes como repolhos. O pulpito é de granito, com esculturas.

Do castelo restam muros e duas torres desmanteladas, ambas elas com *mâchicoulis* ou «mata-cães». Das paredes de uma das torres copiei as seguintes marcas de canteiro<sup>2</sup>:

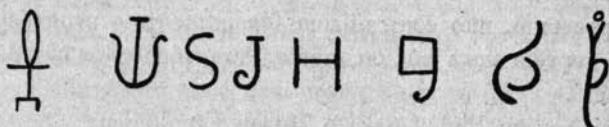


Fig. 31

A procissão de *Corpus Christi* era outr'ora muito aparatoso em Pinhel, como em geral em todas as nossas cidades e vilas. Iam os camaristas, aprumados, com suas faixas e varas, ia o regimento agalhado, as juntas de paroquia de todo o concelho, e representantes das

<sup>1</sup> Em 1863 dizia Camilo C. Branco no romance *O Bem e o Mal*, cap. III, p. 28: «... terras abençoadas do obscurantismo, como era o termo de Pinhel, e continuará a ser por estes quatro séculos por vir, em virtude de lhe andar por longe das raias o caminho de ferro». A profecia não pôde ainda cumprir-se de todo, porque os quatro séculos ainda não passaram; mas já se cumpriu até o presente!

<sup>2</sup> Excepto a 1.<sup>a</sup> e a 6.<sup>a</sup>, todas as outras se repetem. A 2.<sup>a</sup> pode considerar-se assim, ou invertida. A letra J repeete-se invertida.

indústrias da terra, os quais empunhavam bandeiras com emblemas. Na casa da Câmara conservam-se ainda bandeiras ou insignias de damasco com medalhões de tela ao centro, pintados a óleo, nos quais se representa respectivamente:

- 1) um moinho de vento, com um moleiro cá fora, que conduz um gericó com carga<sup>1</sup>:—bandeira levada por um moleiro;
- 2) uma vista de Pinhel, e no campo dois almocreves com cavalgaduras, um adiante, a pé, outro atrás, a cavalo:—bandeira levada por um almocreve;
- 3) uma costureira que costura sobre uma almofada,—bandeira levada por um alfaiate;
- 4) a oficina de um çapateiro, o qual empunha na mão esquerda um martelo, e segura na direita um livro<sup>2</sup>, ostentando-se ao lado, sobre uma banca, uma tesoura, uma sovela, uma faca e um furador, e vendo-se pendurado da parede um par de çapatos:—bandeira levada por um çapateiro;
- 5) a oficina de um ferreiro, o qual, muito còrado, martela na bigorna ao pé da forja:—bandeira levada por um ferreiro.

A par com estas bandeiras:

- 6) uma de sêda verde, com um emblema bordado que representa um cereal:—levada por um lavrador.

Hoje a procissão continua a fazer-se, mas, já se vê, sem carácter oficial: são vários devotos que a promovem. As referidas insignias figuram ainda nela.—Convém conservar certos costumes que, como no caso presente, não contradizem formalmente o progresso, e pelo contrário servem para pôr ou manter no espírito dos cidadãos apêgo à vida local.

Aquisições em Pinhel para o Museu Etnológico:

«seis vintens» de D. João V, de prata, e uma moeda de «cinco réis» de 1901 (Açores),—oferta do S.<sup>or</sup> António Joaquim Pereira Apolinário;

um manuscrito do sec. XVII, oferecido pelo S.<sup>or</sup> Antônio Bernardino de Figueiredo, alferes do exército;

um instrumento prehistórico, de pedra polida.

Não pude obter mais nada.

---

<sup>1</sup> Actualmente, embora nos arredores da cidade haja muitos moinhos de agoa, ha só um de vento que não funciona.

<sup>2</sup> Entende-se que é para se indicarem nele as medidas do calçado,

## II

## Na Beira Alta

Nelas.—Nota sobre a «campainha de Santa Barbara»

9 de Setembro de 1916.—Parti de manhã, pelo mesmo processo da vinda, para Vila Franca das Naves. Em Vila Franca tomei bilhete para Nelas, aonde cheguei ao fim da tarde, e onde pernoitei. Em Nelas falei com o S.<sup>or</sup> Evaristo Faure, farmacêutico, e com o S.<sup>or</sup> Eduardo Augusto Mendes, mestre-latoeiro, ambos já meus conhecidos de outra visita.

O S.<sup>or</sup> Faure é entusiasta de excursões à Serra da Estréla, e faz parte de um *Grupo de Propaganda* que tem a séde em Nelas, e que, além de um *Relatorio* vindo a lume em 1916, publicou para uso dos excursionistas: *Guia ilustrado*, Porto 1914; *Suplemento ao «Guia ilustrado»*, ibid. 1915. Ao S.<sup>or</sup> Faure devo a posse de um exemplar de cada um d'estes três folhetos.

O S.<sup>or</sup> Mendes possui alguns objectos arqueologico-numismáticos: vasilhas de estanho, pesos de ferro, ferragens, *campainha de Santa Barbara* (para afastar as trovoadas)<sup>1</sup>, e várias moedas: portuguesas

<sup>1</sup> A campainhas d'este genero me referi nas *Tradições populares de Portugal*, Pôrto 1882, p. 64. Segundo me consta, algumas de tais campainhas vem de Roma, benzidas pelo Papa. — Os povos incultos supõem que os trovões e as tempestades, como todos os fenomenos da Natureza, são devidos à acção de espíritos: Cf. Tylor, *La civilisation primitive*, II, 340 sgs. Estas ideas foram tambem dos povos antigos, e d'elles restam vestigios nas classes menos ilustradas dos povos civilizados da actualidade. A Igreja, quando venceu o Paganismo, acolheu-as igualmente no seu seio, e atribuiu a maldade dos fenomenos naturais ao Diabo e seus companheiros. Na *Prática de exorcistas* do P.<sup>o</sup> Bento Remigio, traduzida em português pelo P.<sup>o</sup> Manuel Rodrigues Martins, e impressa em Coimbra em 1694, vem a fl. 371 sgs. um exorcismo «contra as tempestades de trovões, rayos, sarayva, e ventos», onde se pede a Deus que dissolva as nuvens *ut alligata potestas daemonum impie desaevientium deficiat et turbetur*. O som das campainhas e sinos expulsa os espíritos ruins; e os antigos ligavam-lhe por isso grande importancia, como purificador: cf. Jahn, «Ueber den Aberglauben des bösen Blicks bei den Alten» nos *Berichte* da Sociedade das ciências de Leipzig, 1885, p. 79; e Sittl, *Die Gebärden der Griechen u. Römer*, Leipzig 1890, p. 116, nota 7. Os santos irlandeses amaldiçoavam os magicos e os incredulos, levantando a mão esquerda, ou batendo com o bordão numa campainha portatil: *Revue Celtique*, xxxii, 249; a p. 248 vem uma fotografia da *cloche de Saint-Patrice*, que é como um chocalho. Numa legenda de um sino lê-se: *a fulgure et tempestate libera nos, Domine*: vid. *Acta Bollandiana*, xxix, 339-340. Vid. tambem: *La Cultura* (italiana), xxviii, 214; *Annales de l'Académie Royale d'Archéologie de Belgique*, 1898, 390-476; *Bulletin du*

da 1.<sup>a</sup> dinastia (de bolhão), de D. Manoel I e D. Sebastião (de prata), da 4.<sup>a</sup> dinastia (de prata e de cobre); estrangeiras, de ouro e de prata. Apesar de ser coleccionador, obsequiou-me com uma moeda arabica de prata (*dirheme*), a qual eu trouxe para o Museu Etnologico.

### III

#### **Na Beira Ocidental**

##### Sintaxe da palavra «Luso».—Coimbra

**10 a 12 de Setembro de 1916.**—Parti de Nelas para Luso, onde descansei três dias (um d'êles Domingo).—Na localidade ouvi pronunciar à gente de lá e de povoações vizinhas *em Luso, de Luso, a Luso*. Deve pois dizer-se e escrever-se *Luso*, sem artigo, e não *o Luso*, como vulgarmente se faz.

**13 de Setembro de 1916.**—Parti de manhã para Coimbra. Aqui visitei algumas pessoas das minhas relações, e lancei uma vista de olhos ao «Museu do Bispo» (arte religiosa), que eu já conhecia, e ao «de Machado de Castro» (arte e arqueologia gerais), de que também conhecia a parte que mais me importava conhecer. O primeiro d'estes museus (ambos eles magníficos) é considerado por lei como uma secção do segundo.

Na visita do Museu «de Machado de Castro» teve a bondade de me acompanhar o seu insigne Director, o S.<sup>or</sup> Antonio Augusto Gonçalves, que, além de me dar muitas explicações acerca dos objectos que íamos vendo, me ofereceu os seguintes opuscúlos concernentes aos dois museus: *Noticia historica e descriptiva dos principaes objectos de ourivezaria existentes no thesoiro da Sé de Coimbra*, Coimbra 1911; *Museu Machado de Castro, notas*, Coimbra 1916.

À noite voltei para Lisboa.

---

*gloss. des patois de la Suisse romande*, VIII, 18; *Bulletin de Folklore* (Belgica), III, 6; Bellucci, *Amuletti italiani*, Perugia 1898, pp. 84 e 85.—As campainhas pequenas que se usam nas cabeçadas dos cavalos e burros, uma de cada lado, a título de enfeite, devem ter sido originariamente amuletos. O mesmo carácter atribuo em parte aos chocinhos, campainhas, guisos dos cavalos e do gado (até por vezes têm cruzes).—A Igreja dispõe de rezas para benzer os sinos e as campainhas; num *Manual breve=coleção de bençaões e absolvicções*=composto por um religioso de S. Francisco, Pôrto 1788, ha a p. 29, uma bênção em que se diz: *benedic,.. Domine, cimbalum hoc .. ut ubicunque sonuerit, procul cedat .. percussio fulminum, laesio tonitruum, tempestatum calamitas, et omnis spiritus procellarum*.

## APENDICE

## I

**José Ignacio Cardoso**

(Vid. supra, p. 309 e nota 2)

José Ignácio Cardoso nasceu em 31 de Julho de 1806, no lugar e freguesia da Barroca, concelho do Fundão.

Foi-lhe posto o sobrenome —Ignácio—, por ter nascido no dia em que a Igreja reza do instituidor da Companhia de Jesus, como era uso muito seguido então.

Foram seus pais Luís Francisco Cardoso e Joana Maria Cordeiro, aquele da Barroca, e esta de Alpedrinha.

Concluído, com aproveitamento notável, em Alpedrinha, o estudo da língua latina, então considerada base e princípio de toda a educação literária ou científica, seguiu para Coimbra, a freqüentar as aulas de ulteriores disciplinas, e ali se conservou até que os revoltos tempos da mudança de fórmula de governo e a morte de seu padrinho e grande protector D.<sup>or</sup> Manuel Rodrigues da Fonseca Leitão o obrigaram a desistir do curso universitário e a regressar aos lares patrios.

Pouco tempo depois casou em Dornelas com D. Maria Antónia Gil Ramos, de quem houve três filhos, dos quais vivem actualmente António Ignácio Ramos Cardoso e D. Maria Antónia Cardoso dos Santos.

Volvidos anos, tendo enviado em 1840, e havendo-lhe falecido, 6 anos depois, sua mãe em Alpedrinha, foi fixar residência naquela vila, onde possuía parte dos bens de seu património, e ali exerceu, por vezes, as funções de juiz ordinário e de vereador municipal, cumulativamente com a administração de seus bens e com a lição de bons livros, que nunca descurou.

Na intermitência de suas ocupações ordinárias escreveu e publicou:

1) *Orologia da Gardunha* «ou breve descripção topográfica da serra da Gardunha considerada no seu estado actual. Povoações existentes d'um e d'outro lado da montanha. Notícia sobre a apparição de Nossa Senhora da Serra e sua romaria. Trasladação da mesma Senhora para a Egreja de Castelo Novo, com um mappa apropriado ao aspecto da serra, etc., etc.». Lisboa 1848.

2) *Notícias biográficas do Desembargador José Acurcio das Neves*. Lisboa 1849.

- 3) *Regulamento municipal da villa de Alpedrinha.* Lisboa 1852.  
 4) *Quadro da Província da Beira Baixa*, n.º 1 (e único). Lisboa 1861.

5) Vários artigos insertos no *Commercio de Coimbra*, sob a epígrafe de «Miscelânea»,  
 6) e na *Estréla da Beira*, de que foi colaborador, pelos anos de 1863 a 1868, em Alpedrinha<sup>1</sup>.

7) Deixou alguns manuscritos acerca das vilas de Castelo Novo e Alpedrinha, que eram por ventura materiais destinados à continuação do *Quadro da Província da Beira Baixa*.

Nos seus últimos anos passou a residir em Atalaia do Campo, nas proximidades de Alpedrinha, onde havia contraído segundas núpcias com sua sobrinha D. Joana Luísa de Matos Cardoso, e ali faleceu em 31 de Agosto de 1878, em idade de 72 anos e 1 mês completos.

Jaz sepultado no modesto cemitério d'aquela antiga vila, ao lado do seu condiscípulo e constante e dedicado amigo José Maria Sarafana, de quem foi inseparável até na morte!

## II

### Sepultura da Santa Menina (Fundão)

(Vid. supra, p. 313)

«Num sitio denominado a Santa Menina, descobriu-se ha pouco<sup>2</sup>, quando se procedia a uma sorriba numa propriedade do falecido Sr. Pedro Pinto dos Santos, um tumulo de cantaria, tendo dentro um caixão de grosso chumbo, no fundo do qual estavam collocadas duas amphoras de vidro com desenhos de flores<sup>3</sup>, e no qual apenas se encontraram umas moedas de cobre e prata, um fiozinho e anel de oiro. Este precioso achado devia ser conservado num Museu de Archeologia<sup>4</sup>.. foi porém tudo destruido, sendo o oiro e chumbo

<sup>1</sup> [ Possuo dois numeros d'este jornal, um de 1865, com um artigo de Ignacio Cardoso intitulado «Estado actual da instrucção publica no extinto concelho d'Alpedrinha e do Fundão» (artigo curioso e erudito); outro, de 1866, intitulado «Nossa Senhora de Mércules na cidade de Castello-Branco». — J. L. DE V.].

<sup>2</sup> [ O artigo é de 1901, como adiante digo. — J. L. DE V.].

<sup>3</sup> [ Deve entender-se: *dois unguentarios de vidro*. Vulgarmente dá-se o nome de *amphora* a qualquer vasilha antiga, de forma estreita. Os *desenhos de flores* são fantasia; certamente o que motivou a designação foi a terra que internamente estava aderente ao vaso, ou qualquer raiz. — J. L. DE V.].

<sup>4</sup> [ Eis aqui um bom conselho, que tem aplicação inúmeras vezes; acontece porém que nem sempre os que o dão o tomam para si! — J. L. DE V.].

vendido á socapa, e a cantaria empregada numa varanda da casa do fallecido Sr. João Rodrigues dos Santos. Diz o povo que este tumulo era o de uma filha de um proprietario rico d'aquelle logar, toda cheia de bondade e virtudes; e depois de morta tinha o parecer de uma santa, dizendo por isso os aldeões: *ai que santa menina!* vindo d'aqui o nome àquelle logar».

Esta noticia lê-se em um jornal do Fundão, intitulado *Horas de Ocio*, n.º 20 de 1901, e está assinada por ALVARO NAVARRO.

Quando estive no Fundão em Agosto de 1916, procurei informações mais precisas acerca do achado, e alguma coisa averigüei, mercê do concurso que me prestou o meu amigo D.<sup>or</sup> José Monteiro, com quem fui ao proprio local da Santa Menina. O local fica entre as Donas e Valverde, ao NE. e a  $\frac{1}{2}$  legoa da vila do Fundão. Acompanhou-nos um dos proprietarios da região, de quem vim a saber que a sepultura aparecera numa vinha; as informações que ele me deu combinam em parte com a noticia das *Horas de Ocio*: dentro da sepultura havia um caixão de chumbo, e nele estava uma correntinha de ouro, uma argola ou anel da mesma substancia, e uma «garrafinha de cheiro», de vidro. A sepultura era feita «de pedras de cantaria empinadas». Outras pessoas com quem falei disseram-me o mesmo. Só não pude saber ao certo as dimensões do caixão de chumbo: uns afirmavam que era pequeno, do tamanho de 1 metro *plus minus*, para criança; outros que era maior. O nome de *Santa Menina* é antigo, muito anterior á epoca do achado; o povo interpretou logo o tumulo como da «menina» que figurava na designação: por isso não nos déveria merecer inteira confiança a afirmação de que o caixão era pequeno; todavia a versão mais autentica que colhi foi essa (tamanho de 1 metro, *plus minus*), o que combina com o terem-se encontrado em Portugal urnas pequenas, da mesma substancia<sup>1</sup>.

A «garrafinha de cheiro» corresponde á «amphora de vidro» das *Horas de Ocio*, e deve entender-se por isto que se fala de unguentarios, como eu já disse na nota 3 de p. 48: ou aparecessem dois, ou aparecesse um. Em qualquer dos casos, nada resta hoje.

<sup>1</sup> Vid. *Religiões*, III, 315. Na própria província da Beira Baixa, e numa região vizinha do Fundão, isto é, em Penamacor, apareceu em 1907 um caixão funerário, romano, de chumbo, de 1 metro e tanto de comprido: vid. *O Arch. Port.*, XIV, 44 (Santos Rocha).—Leblond, *Cercueils de plomb*, p. 14, fala de sarcófagos de chumbo usados em Beauvais na epoca galo-romana até o sec. IV, pelo menos: alguns aparecidos dentro de caixões de madeira (p. 8), outros dentro de sarcófagos de pedra (p. 5-13). De um ataúde em necrópole cristã da Hespanha fala Bonsor, *Los pueblos del Guadalquivir*, p. 9.

Do caixão de chumbo obtive ainda para o Museu um grosso pedaço, na loja de um latoeiro do Fundão, aonde o haviam ido vender.



Fig. 34 — Corrente  
de ouro romana  
(Santa Menina,  
Fundão)



Fig. 35 — Anel  
ou aro romano  
de ouro  
(Santa Menina,  
Fundão)

Quanto ao «fiozinho» e «anel» de ouro, tive a boa sorte de também os encontrar. Estavam em poder do D.<sup>or</sup> Guilherme da Cunha Vaz, que como já disse acima, p. 27, fez o favor de m'os ceder para o Museu.

O «fiozinho» é constituído por hastes pequenas e muito finas, que se enroscam em cada extremidade e se prendem entre si pelas roscas, uma a uma. As roscas formam-se ora por simples dobra, ora por soldadura. Numa das extremidades o fio tem um gancho em que devia prender-se a outro por uma rosca ou argola; digo *devia*, porque o fio está incompleto. Este está em três lugares adicionado de outras tantas contas facetadas, que se movem entre duas roscas á maneira de passadores, e dividem pois o fio em segmentos: o unico inteiro mede 0<sup>m</sup>.11. Não pode dizer-se com exatidão o actual tamanho do fio, porque algumas hastes quebraram-se, e acham-se enfiadas no gancho de que falei acima; em todo o caso não se erra muito, afirmando-se que o objecto mede de 0<sup>m</sup>.37 a 0<sup>m</sup>.38 de comprimento. Vid. fig. 34 (desenho de Saavedra Machado).

O anel tem a forma e tamanho da fig. 35 (desenho de Saavedra): aro que por dentro é liso e por fora é ondulado. Será anel, ou mera argola de suspensão? Nenhum dos anéis romanos que conheço achados em Portugal é d'este feitio: todos são achatados, e com uma pala em que se vê um letreiro, ou em que ha uma pedra, massa, etc. No *Catalogue of the finger rings* do Museu Britanico, por F. H. Marshall, Londres 1907, ha porém alguns parecidos, n.<sup>os</sup> 984, 988 e 989, pertencentes ao periodo que o autor chama «later Roman», isto é, de cerca do sec. III da era cristã ao sec. V.

Quer no local da sepultura, quer em vinhas contiguas continuaram a aparecer objectos romanos. D'eles falarei noutra ocasião<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Muitas vezes é difícil decidir se certos objectos aparecidos em condições não claramente definidas como os que se representam nas figs. 34 e 35 são da época romana ou da visigótica: todavia no caso presente concorrem várias circunstâncias a favor da atribuição romana.

## III

## Manoel de Moraes Silva Ramos

(Vid. supra, p. 329)

Havendo-me o S.<sup>or</sup> Canaveira enviado ultimamente alguns apontamentos biograficos e bibliograficos acerca de seu avô, o artista Manoel de Moraes Silva Ramos, de quem falei supra p. 41, entendo que é util extratá-los na parte que completam a noticia biografica publicada por Aragão<sup>1</sup>, e isso faço aqui.

Manoel de Moraes nasceu na Covilhã, freguesia de Santa Maria, em 1 de Janeiro de 1806, e faleceu na mesma cidade em 27 de Setembro de 1872<sup>2</sup>. Era filho legitimo de Manoel de Moraes, e de D. Mariana Ramalha, ambos tambem da Covilhã. Esteve a educar na Casa Pia de Lisboa, d'onde saiu contratado para a fábrica de porcelana da Vista Alegre, e aqui se conservou até 1833 (vid. *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2.ª circunscripção dos serviços technicos da industria*, p. 26). Foi depois para o Porto trabalhar como gravador e cunhador de objectos de ouro e prata. E. Coelho fala d'ele na *Viagem á Província*, 1872. Além da medalha de Carlos Alberto (á qual se refere um anuncio publicado no *Lidador*, jornal portuense, em 14 de Setembro de 1854, e pela qual recebeu de Victor Manuel II, rei de Italia, uma condecoração, e de D. Pedro IV, de Portugal, outra), ofereceu a el-rei D. Fernando II em 12 de Dezembro de 1854 uma medalha de prata, e varias medalhas á Camara do Porto, Visconde de Almeida Garrett, Conde da Graciosa, Conde do Farrobo, e outros<sup>3</sup>. Em 1856 voltou para a Covilhã, onde foi vereador da Camara Municipal no trienio de 1869-1871.

O Sr. Canaveira enviou-me tambem esta tradução do Diploma com que o rei de Italia acompanhou a condecoração dada ao artista Moraes, em Turim, aonde este foi levar a medalha de Carlos Alberto:

*«Real Secretaria do Grão Mestrado da Ordem dos S. S. Mauricio e Lazaro. — N.º 6518. — Turim 7 de Setembro de 1854. — Sua Magestade, sensivel á homenagem que o Snr. vosso pae lhe fez d'uma medalha que elle gravou e dedicou á memoria do Rei Carlos Alberto,*

<sup>1</sup> [Cf. supra, p. 41, nota 3].

<sup>2</sup> [Aragão, *Descripção geral das moedas*, I, 90, diz «26 de Setembro»].

<sup>3</sup> [As medalhas de que se aqui fala deve entender-se que são exemplares das de Victor Manoel, como o proprio Sr. Canaveira me confirmou em carta. Isso mesmo se vê da data, pois aquela medalha foi cunhada em 1854].

quis dar ao Snr. Manoel Moraes um signal particular da sua benevolencia, concedendo-lhe a cruz da Ordem dos S. S. Mauricio e Lazaro, cujas insignias achareis aqui juntas, assim como o diploma relativo.

O Rei reserva-se para vos conceder a vós mesmo, Snr., um testemunho da sua benevolencia, pela attenção que vós tivestes, em trazerdes vós proprio a dita medalha aos pés de S. Magestade e S. S. Magestades as Rainhas; e o Snr. senador Nigra, sub-intendente geral de S. M., vos dará parte das intenções do Rei a este respeito<sup>1</sup>.

Acceitae as minhas felicitações, assim como a certeza da minha perfeita consideração.—Snr. A. Moraes da Silva,—Turim.—O Primeiro Secretario de S. M. no Grão mestrado da Ordem dos S. S. Mauricio e Lazaro: *Cibrario*.

#### IV

##### Explicação das figuras

- Fig. 1. Instrumento de pedra (basalto) da Abrançalha (p. 296), da época neolítica: mede de comprimento 0<sup>m</sup>,12, e está partido em duas partes. Este instrumento foi primitivamente machado, mas adaptaram-no depois a brunidor-duplo: tanto o gume como o topo estão perfeitamente puídos.—É vulgar encontrar machados de pedra assim transformados em brunidores ou em percutores.
- Fig. 2. Machado de pedra polida, de Monsanto (p. 305): mede de comprimento 0<sup>m</sup>,174, e é não só bastante tosco, mas tem uma falha em uma das extremidades.
- Fig. 3. Machado de pedra polida, da mesma localidade (p. 305): falta-lhe parte do topo, e mede de comprimento, no seu estado actual, 0<sup>m</sup>,133.
- Fig. 4. Parte superior de um machado de bronze (p. 305), do tipo que os franceses chamam *à talon*: vêem-se as duas meias-canais e uma argola unilateral. Falta o resto, que na figura se completou com pontos, segundo outro machado congenere e completo, também da Beira, e existente no Museu Etnológico. Comprimento do que resta do machado: 0<sup>m</sup>,084.—Apareceu na Fonte de Cima, dentro de Monsanto da Beira, junto ao castelo.

<sup>1</sup> [Segundo me informou o S.<sup>r</sup> Canaveira, o Rei de Italia ofereceu ao artista uma caixa de ouro para rapé].

Fig. 5. Chapa de latão scutiforme, que tem aderente numa das faces a aguia napoleonica, feita (fundida) da mesma substancia. Na parte superior do escudo, do lado da frente, ha uma argolinha. Na face posterior ha um botão, ao centro, e tres argolas, uma a cada angulo.—De um einturão. Talvez reliquia da Guerra Peninsular.—Comprimento 0<sup>m</sup>,0735. Vid. p. 305.

Fig. 6. *Clavis Laconica*, de ferro, a que falta um ou mais dentes, e parte da argola do cabo. Vid. p. 305. Apareceu nos arredores de Monsanto. O cabo mede 0<sup>m</sup>,038 de comprimento.

Fig. 7. Flecha de catapulta, de ferro, com a ponta, ou *cuspis*, de forma de piramide quadrada; mede 0<sup>m</sup>,102 de comprimento. Apareceu no lugar do Adingeiro, frèguesia de Monsanto da Beira, onde tambem apareceu uma xorca de ouro, que o achador partiu e vendeu aos pedaços,—xorca que, segundo as informaçoes que colhi, era da familia da que publiquei na *Historia do Museu Etnologico*, p. 368: cf. tambem Pierre Paris, *L'art et l'industrie*, t. II, p. 247, e est. VII, n.<sup>o</sup> 5. Estas duas ultimas xorcas são de prata, ao passo que a de Monsanto era de ouro; mas no Museu Etnologico ha igualmente uma de ouro, de fios entrançados (achada na frèguesia de Monforte da Beira: n.<sup>o</sup> de catalogo 42\*), no gôsto da de P. Paris, est. VII, n.<sup>o</sup> 4. O que não posso dizer é se a xorca do Adingeiro era de simples fios torcidos, como a que publiquei na *Historia do Museu*, ou de trança, como a de Monforte. Com tres outras xorcas da Beira, de prata, e de fios torcidos, que existem no Museu Etnologico, disseram-me que apareceram denarios da Republica. Como a flecha da fig. 7 é igual a uma de Numancia, que comprei em 1907 a um camponês na aldeia de Garay (Hspanha), e Numancia foi destruida por Scipião no ano de 133, a. C., temos assim certo número de factos cronologicamente concordantes entre si: xorcas, flechas de catapulta, e denarios. Com isto é do mesmo modo comparavel o grande número de denarios da Republica romana que aparecem no aro de Monsanto: vid. supra, p. 305.—Acerca de outras flechas numantinas, vid. D. José Ramón Mélida, *Excavaciones de Numancia*, Madrid 1912, est. LVII.

- Fig. 8. Outra *cuspis* de flecha de ferro, mas diferente da anterior (fig. 7): mede de comprimento 0<sup>m</sup>,082; a piramide, também quadrangular, distingue-se pouco da haste.
- Fig. 9. Haste de ferro, de 0<sup>m</sup>,322 de comprimento, una, mas que podemos considerar formada de duas partes: cabo, de uns 0<sup>m</sup>,09 de comprido, de forma de tronco de cone, e de alvado; ponta, de forma de piramide triangular. O cabo apresenta abaixo de metade do comprimento um orificio que deve ter servido para passar um prego que o fixasse a uma haste de madeira; junto da base, e do lado oposto, ha um orificio analogo. Ainda se vêem outros orificios, mas eles são fállas do ferro. Esta haste fazia evidentemente parte de uma arma: seria um ferro de *pilum*, embora difira dos que conheço por desenhos? Acérca do *pilum*, vid. Bonner *Jahrbücher*, Bona 1895, est. x, e um artigo no *Dict. des antiq. gr. et romaines* (s. v.). O *pilum* era uma arma romana de arremesso; os nossos AA. antigos traduzem a palavra por «azagaia».
- Fig. 10. Sinete do bronze, de tamanho natural. Representa-se nele o brasão de um bispo ou de um abade de convento: escudo oval, partido por uma pala: na metade da esquerda do observador vêem-se, em campo d'ouro, cinco estrelas; na da direita vê-se, em campo da mesma cor, uma aspa, de cor vermelha, entre quatro flores de lis verdes, e em cima uma briga; timbre, uma concha ladeada por um baculo (estilizado) e uma mitra, tudo encimado de um chapeu de borlas, que caem de cada lado; o escudo está exteriormente ornado de fitas e assente em flores estilizadas. Na primeira metade do escudo temos o brasão dos Coutinhos, na segunda o dos Mirandas.—Entenda-se que o desenho foi feito na disposição em que o brasão está no sinete; fica ao invés do desenho que resultaria de uma impressão em cera ou lacre.
- Fig. 11. O objecto representado na fig. 11 foi, como se disse a p. 306, obtido na Idanha-a-Velha, af aparecido no campo, por ocasião de trabalhos agrários. Representa talvez um martelo de ferro, de 0<sup>m</sup>,135 de comprimento; é de feitio especial, pois só tem uma «cabeça»; a extremidade do cabo forma uma argola triangular. Este martelo, se o é, destinava-se a industria em que bastava dispenser pouca força (por exemplo, ourivezaria). Da época romana?

Fig. 12. Faca de ferro, de 0<sup>m</sup>,25 de comprido. Podemos distinguir nela duas partes: 1) *folha*, com *cota* (*costas* ou dorso) e *gume*; 2) *pé* ou *cabo*, expandido na sua extremidade. A folha é larga no seu comprimento, e rasa em cima, ou porque nunca teve ponta, ou porque, se a teve, esta se quebrou; a cota é bastante grossa, relativamente ao *corte* ou *gume*; o pé devia ser revestido de madeira, osso ou outra qualquer substância, como o mostram tres pregos que nele se vêem. A folha tem o aspecto da de uma navalha de barba moderna.—Este objecto apareceu nos campos da Idanha, que são ferteis de cousas romanas; não posso porém determinar ao certo a data d'ele. Vid. p. 306.

Fig. 13. *Chôço*: vid. p. 307.

Fig. 14. Machado de xisto anfibolico, um pouco falho no gume: mede de comprimento 0<sup>m</sup>,186. Apareceu na Orca. Vid. p. 308.

Fig. 15. *Espelho* ou escudete de porta, artístico, de Castelo Novo: vid. p. 308. De ferro, e com 0<sup>m</sup>,233 de comprimento. A cruz que o encima é trilobada, mas com pé, e cantonada de raios: tem a explicação dada na *Hist. do Museu Etnologico*, p. 206, n.<sup>o</sup> 6. Este *espelho*, será do sec. XVIII.

Fig. 16. a 20. Lages de um largo do Fundão, com letras esculpidas nelas: vid. pp. 311-312.

Fig. 21. Sachinho de ferro, de 0<sup>m</sup>,142 de comprido, achado num campo, nos arredores da Aldeia de Joane. Pela parte oposta á ponta pôde ter servido de martelo.—Vid. p. 313.

Fig. 22. Idolo indiano, de 0<sup>m</sup>,07 de altura. Vid. p. 316.

Fig. 23. Abrigo de pastor, na Serra da Estrela. Vid. p. 321.

Fig. 24. Pastores da Serra da Estrela. Vid. p. 322.

Fig. 25. *Malhão* da Serra da Estrela. Vid. p. 323.

Fig. 26. Lagoa Comprida (Serra da Estrela). Vid. p. 323.

Fig. 27. *Cabana de carvoeiro* da Serra da Estrela. Vid. p. 326.

Fig. 28. Percurtor ou martelo de pedra moderno. Vid. pp. 326 e 327.

Fig. 29. Machadinho de fibrolite, obtido na Covilhã. Vid. p. 328. Mede de comprimento 0<sup>m</sup>,054.

Fig. 30. Capela do Senhor da Coluna, em Pinhel. Vid. p. 330.

Fig. 31. Marcas de pedra do castelo de Pinhel. Vid. p. 331.

Fig. 32, e 32-A. Dois aspectos de um instrumento de quartzite, que, segundo creio, servia de martelo na época neolítica. Apareceu nos arredores de Pinhel: vid. p. 332. Tem as seguintes dimensões: 0<sup>m</sup>,095 de comprimento; 0<sup>m</sup>,053 de

largura; 0<sup>m</sup>,035 de espessura: na parte central de cada uma das faces representa uma depressão, para se fixarem os dedos (pollex e index), quando se trabalhava com ele. Parece-me comparável aos instrumentos que os Franceses chamam *marteaux-doubles*<sup>1</sup>: só difere em não ter, como estes, orifício de encabamento, que está substituído pelas duas depressões de que falei, ou *pégas*. Para melhor se compreender a aproximação que faço, dou na fig. 33 o desenho deminuído de um molde de gesso de uma *hache-marteau* que adquiri no Museu de St. Germain<sup>2</sup>, e hoje está no Museu Etnológico: substituindo com a imaginação o gume por uma superfície contundente, teremos um *marteau-double*<sup>3</sup>. — No Museu Etnológico ha outros instrumentos do mesmo tipo do de Pinhel, por exemplo: um de Estevais do Mogadouro, outro de Panoias de Vila-Real, ambos pois de Tras-os-Montes. Este tipo constitue, pelo menos por ora, e quanto sei, uma variante lusitana dos *marteaux-doubles* de outros países<sup>4</sup>.

- Fig. 33. Molde de uma *hache-marteau* do Museu de St. Germain en Laye. Vid. o que fica dito a propósito da fig. 32 e 32-A.  
 Fig. 34. Corrente de ouro, romana, de uma sepultura dos arredores do Fundão. Vid. p. 338.  
 Fig. 35. Anel ou aro de ouro, romano, de uma sepultura dos arredores do Fundão. Vid. p. 338.

## \*

Para se gravarem as figs. 24, 26, 30 e 31 serviram os desenhos de quatro bilhetes postais; os desenhos para as figs. 13, 16-20, 23, 25 e 27, foram feitos por Saavedra Machado, por esboços do autor do presente artigo; os desenhos que serviram para as restantes figuras fê-los o mesmo Artista pelos originais, existentes no Museu Etnológico.

J. LEITE DE VASCONCELLOS.

<sup>1</sup> Vid. Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, I, 516.

<sup>2</sup> O original tem nesse Museu o n.º 5089.

<sup>3</sup> No Museu Etnológico tenho outro molde que adquiri em St. Germain (n.º do original: 31852): nele os orifícios estão começados, e não acabados.

<sup>4</sup> Guarda-se no Museu Etnológico um instrumento neolítico de Elvas, que foi machado, e depois se aplicou a percutor (ambos os topos estão gastos da percussão); este instrumento apresenta também duas depressões, uma em cada face maior, para *pégas*.



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 29



Fig. 14



Fig. 32



Fig. 32-A

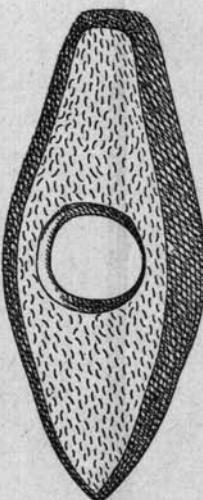


Fig. 33



Fig. 4



Fig. 8

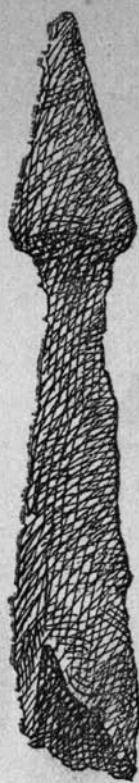


Fig. 7



Fig. 6



Fig. 9



Fig. 11



Fig. 12



Fig. 21



Fig. 10



Fig. 15



Fig. 5



Fig. 22

### Os registos de santos

(Continuação d-*O Arch. Port.*, xxI, 30)

**Gertrudes**<sup>1</sup>. — «Santa Gertrudes», Magna Abadessa, II, 44; «Santa Getrudes Magna», III, 32; «Santa Gertrudes Magna», III, 34; «Santa Gertrudes Magna Abbadessa», *Santos [fez] Porto*, III, 40; «Santa Getrudes Magna», III, 103; «Santa Gertrudes Magna», IV, 133.

**Gil (S. Frei)**<sup>2</sup>. — «S. Frei Gil», III, 52; «S. Frei Gil», *Janua Ant[oni].º X[avi]e[r] af[ez]*, IV, 179.

A lenda mediélica de S. Frei Gil nacionaliza em português a lenda similar do Fausto. Mago e doutor em medicinas, tinha, como o sábio germânico, artes com o diabo. Cursou magia demoníaca nas cavas de Toledo, medicina na Universidade de Paris. Fez com o diabo contrato escrito com o seu próprio sangue. Professou na ordem de S. Domingos em Palência, o que foi o primeiro passo da conversão e arrependimento; depois transferiu-se para o convento da ordem na cidade natal de Santarem. Aqui penitenciou-se, libertou-se do contrato diabólico, e fez milagres. Criou no convento aulas de Teologia e de Filosofia. Por sua fama e saber, aconselharam-se com ele El-Rei D. Sancho II e D. Afonso III, que o nomeou por alta ilustração físico do Rei. O cadáver jaz no mesmo convento. Foi em vida um «grande bruxo e um grande santo» (*Viagens na minha terra*, Garrett, cap. XL). Do séc. XVIII há um poema anónimo, intitulado: *A Egi-dea, poema heroico, ou historia da portentosa vida do grande penitente S. Frei Gil, Portuguez*; Lisboa 1778. Frei Luís de Sousa refere-se ao Santo na *Historia da ordem de S. Domingos I*, livro II, p. 165, e 185 a 266 (3.<sup>a</sup> ed. 1886). Silva Pinto escreveu a monografia de «*S. Frei Gil*», 1900. Teófilo Braga editou em 1905 o *Frei Gil de Santarem, Lenda Faustiana dos principios da Renascença*. Eça de Queiroz chegou a projectar um trabalho sob o mesmo tema; Júlio Dantas publicou as primeiras scenas de uma peça em verso na *Illustração Portuguesa*; António Correia de Oliveira fez o poema das «*Tentações de S. Frei Gil*», 1907. Já Garrett dêle falou na obra citada, e na *D. Branca* (Canto VIII, est. X) era figura de primeira linha. Duarte Nunes do Leão, na *Descrição do Reino de Portugal*, refere-se a ele a fôlhas 77, v.

Vid. também *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, de D. Rodrigo da Cunha, parte II, cap. 64, pp. 194 a 196. Também foi estudado como médico: Maximiano de Lemos, *Historia da Medicina*, pp. 8 e sgs. (1881).

<sup>1</sup> Santa Gertrudes Magna é advogada contra a malignidade demoníaca. Festeja-se a 15 de Novembro. Como ela, são advogados contra o demónio: Santo Anastácio, Santa Catarina de Sena, Santo Ângelo, S. Bartolomeu e S. Bernardino.

<sup>2</sup> S. Frei Gil é advogado contra os perigos de mar. Festeja-se a 14 de Maio

**Glória.** — «Nossa Senhora da Glória», exemplar minúsculo, III, 81; «Nossa Senhora da Glória», III, 112; «Nossa Senhora da Glória», III, 113; «Assumpção de Nossa Senhora da Glória», IV, 56; «Nossa Senhora da Glória, Á Graça» Lisboa, 1.º Bairro, IV, 67 «Nossa Senhora da Glória do Cardal da Graça», IV, 85.

**Goldrofe (S.).** — «S. Goldrofe», Arganil<sup>1</sup>, III, 127.

**Gonçalo (S.).** — «S. Gonçalo de Lagos», Algarve, M. S. G. (*fecit*) ou *f(ez)*, I, 9; «S. Gonçalo de Amarante»<sup>2</sup>, I, 119; «S. Gonçalo de Amarante», I, 186; «S. Gonçalo de Amarante», I, 189; «S. Gonçalo de Lagos», I, 190; «S. Gonçalo», 2 exemplares diferentes, I, 195; «S. Gonçalo de Amarante», II, 39; «S. Gonçalo», II, 39; «S. Gonçalo», exemplar minúsculo, II, 62; «S. Gonçalo de Amarante», II, 65; «S. Gonçalo de Amarante», III, 59; «S. Gonçalo de Amarante», 2 exemplares diferentes, III, 192; «S. Gonçalo de Amarante», IV, 206.

A 10 de Janeiro costumavam os oficiais de latoeiro e correeiro do Pôrto fazer uma grande festa; era o orago da freguesia da Sé. Depois do leilão das fogações, bandos de solteiras e viúvas entravam no templo e cantavam em côro:

Casai-me, casai-me,  
São Gonçalinho,  
Que hei de resar-vos,  
Amigo Santinho.

Vid. *O Archeologo Popular*, n.º 6–8 de fevereiro de 1840, e Leite de Vaseconcelos, *Ensaios Ethnographicos*, III, 264 e sgs.

Diz Gaspar Estaço ter sido S. Gonçalo quem edificou a ponte de Amarante. Vid. discussão no livro já citado *História antiga e moderna da villa de Amarante*, por P. F. de A. C. de M. Londres 1814, p. 31 e sgs. Há convento e igreja de S. Gonçalo nesta vila, onde se faz boa romagem. Vid. *Chorographia de Portugal* — da vila de Amarante, p. 143. S. Gonçalo foi abade de S. Paio de Vizela. Entrou na ordem dos dominicanos em Guimarães. Vid. *Chronica de Sam Domingos de Frei Fernando de Castilho*. Jaz no seu mosteiro em Amarante, onde é festejado anualmente no dia 10 de Janeiro.

Na Beira Alta e no Douro ouve-se cantar:

Se fordes ao S. Gonçalo,  
Trazei-me um Gonçalinho;  
Se não poderdes co'èle grande,  
Trazei-me um pequenino.

Na *Casa dos Vinte e Quatro* instituída por D. João III em 1539, e confirmada em 1771 por D. José I, S. Gonçalo representa uma

<sup>1</sup> Arganil, vila, concelho do distrito de Coimbra.

<sup>2</sup> Amarante, vila, concelho do distrito do Pôrto, na margem do Tâmega.

das *Bandeiras e Ofícios* que são: «Tuzadores, Tintoreiros, Tecelões, Esteireiros». Era a *Bandeira de S. Gonçalo*. (De um manuscrito da Biblioteca Nacional cod. pombalino, 653, p. 78).

**Gonzales.** — Vid. Pedro S.

**Graça.** — Nossa Senhora da Graça», *Freire f(ecit)*, ou *f(ez)*, Lisboa, I, 27; «Nossa Senhora da Graça», *Carv[alh]º. f(ecit)*, ou *f(ez)*., 1817 *Lisboa*, I, 27; «Nossa Senhora da Graça», *Miguel da Costa des(enh)ou.*, A. *Costa estamp(ou)*., 1881, Coimbra, I, 75; «Nossa Senhora da Graça» do Monte Farinha em Mondim de Basto<sup>1</sup>, I, 92; «Nossa Senhora da Graça» no Alto do monte Farinha em Mondim de Basto, estampa verde, I, 94; «Nossa Senhora da Graça do Santíssimo e Imaculado Coração», I, 173; «Nossa Senhora da Graça», Braga, I, 176; «Nossa Senhora da Graça», Braga, I, 226; «Nossa Senhora da Graça», Cruz dos Mourouços<sup>2</sup>, 3 exemplares diferentes II, 20; «Nossa Senhora da Graça», II, 36; «Virgem Nossa Senhora da Graça», Padroeira da Torre de Valle de Todos<sup>3</sup>, II, 72; «Nossa Senhora da Graça» do lugar da Cruz dos Mouroços, II, 72; «Nossa Senhora da Graça», da igreja do mesmo nome, termo de Pedrogam Grande<sup>4</sup>, II, 73; «Nossa Senhora da Graça», termo de Pedrogam Grande, III, 72; «Nossa Senhora da Graça», IV, 61; «Nossa Senhora da Graça», 2 exemplares diferentes, IV, 63; «Nossa Senhora da Graça», IV, 68; «Nossa Senhora da Graça», IV, 86; «Nossa Senhora da Graça» — «que se venera na quinta da gracioza, termo de Caparica»<sup>5</sup>, IV, 107; «Devota Imagem de Nossa Senhora da Graça e do Seu Santíssimo Immaculado Coração» que se venera na Igreja do Convento dos Remedios em Braga. *Sendim fecit* (litografia), IV, 219.

O convento dos Agostinhos de Lisboa tomou o nome de Nossa Senhora da Graça, por causa de um milagroso acontecimento que o *Mappa de Portugal*, de J. Bautista de Castro, narra. Nas redes dos pescadores de Cascais foi encontrada uma imagem da Virgem. Uma menina de peito articulado falou e disse que levassem a imagem ao convento dos frades de Lisboa. Sucedeu esta *Graça* em 1362, e o convento ficou a chamar-se de Nossa Senhora da Graça. O ilustre general Matias de Albuquerque, em serviço na Índia, invocou esta

<sup>1</sup> *Mondim de Basto*: vila, cabeça de concelho (distrito de Vila Real).

<sup>2</sup> *Cruz de Maroços*: freguesia de Santa Clara, concelho de Coimbra.

<sup>3</sup> *Torre de Valle de Todos*: freguesia do concelho d'Ancião (distrito de Leiria).

<sup>4</sup> *Pedrogam Grande*: vila, cabeça de concelho do distrito de Leiria.

<sup>5</sup> *Caparica*, freguesia no concelho de Almada (distrito de Lisboa).

santa, para se salvar de um pelouro, de que ficou ileso *Op. cit.* 3.<sup>a</sup> ed. II, p. 147.

Nossa Senhora da Graça  
Senhora tão pequenina,  
Chamai-me vós afilhada,  
Qu'eu vos chamarei madrinha.

*Revista Lusitana*, X, p. 197, quadra 1019 das «Tradições populares e linguagem de Villa Real», de António Gomes Pereira. Vid. Nossa Senhora da Pena: quadra similar. Vid. em Nossa Senhora dos Remédios as capelas das sete Senhoras, irmãs; uma delas é a de Nossa Senhora da Graça, de Mondim de Basto.

Vid. *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, de D. Rodrigo da Cunha, II, cap. 75, pp. 215 a 218.

**Graças.** — «Nossa Senhora das Graças», Outeiro das Cruzes<sup>1</sup>, I, 154; «Nossa Senhora das Graças», Celorico de Basto<sup>2</sup>, I, 219; «Nossa Senhora das Graças», Sinfães<sup>3</sup>, II, 62; «Nossa Senhora das Graças», imagens e scenas de milagres, exemplar grande, III, 110; «Nossa Senhora das Graças, Padroeira da Confraria do Santíssimo e Immaculado Coração de Maria», mosteiro da Virgem e Martir Santa Quiteria, do monte Pombeiro, comarca de Felgueiras<sup>4</sup>; o registo tem a imagem de Santa Quiteria «segunda Padroeira da Confraria», IV, 91.

**Gregorio (S.)**<sup>5</sup>. — «S. Gregorio», 2 exemplares diferentes, I, 215.

Em muitos sítios do país, nomeadamente em Trás-os-Montes, diz o povo, de quem vê vomitar «está a chamar por S. Gregorio», ou simplesmente «pelo Gregorio». É uma aproximação onomatopaica, paralela à de S. Ovidio (*Ovidio*) para advogado dos ouvidos.

**Guadalupe.** — «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora do Guadalupe», venerada no lugar da Silveira Grande, freguesia de S. Sebastião do Espinhal<sup>6</sup>, II, 68.

Nos Açores há um templo de Nossa Senhora de Guadalupe, que fica na base da Ladeira do Pontal, em frente da planície de Courelas (na Ilha Graciosa). É obra do segundo quartel do séc. XVIII; tem no altar-mór a imagem, moderna, de Nossa Senhora de Guadalupe. Há outro em Braga no Monte do Reduto (*Archeologia Christã*, Albano Bellino, p. 248).

<sup>1</sup> *Outeiro das Cruzes*: no concelho de Fafe (distrito de Bragança).

<sup>2</sup> *Celorico de Basto*: vila, concelho no distrito de Braga.

<sup>3</sup> *Sinfães*: vila, cabeça de concelho do distrito de Viseu.

<sup>4</sup> *Felgueiras*: vila, concelho do distrito do Porto.

<sup>5</sup> *S. Gregório*, o Iluminador, patriarca da Arménia, tem festa sua no dia 1 de outubro.

<sup>6</sup> *Espinhal*: freguesia do concelho de Penela (distrito de Coimbra).

**Guarda.** — Vid. *Anjo da Guarda*.

**Guia.** — «Nossa Senhora da Guia»<sup>1</sup>, I, 22; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Guia», I, 82; «Nossa Senhora da Guia», do Castelo de Penacova (*Coimbra*, 1903), I, 133: «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Guia», que se venera na Vila do Avelar, I, 137; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Guia», Vila do Avelar<sup>2</sup>, I, 154; «Nossa Senhora da Guia», 3 imagens, 1 sem indicação, outra de Goes<sup>3</sup>, e outra da Vila do Avelar, I, 155; «Nossa Senhora da Guia», Elvas, I, 156; «Nossa Senhora da Guia», I, 178; «Nossa Senhora da Guia», Ribeira de Pera<sup>4</sup>, I, 179; «Nossa Senhora da Guia», 2 exemplares diferentes, II, 29; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Guia», exemplar colorido, II, 49; «Nossa Senhora da Guia», capela do Senhor das Almas, freguesia de Nogueira do Cravo<sup>5</sup>, II, 71; «Nossa Senhora da Guia», de Fajão<sup>6</sup>, II, 76; «Nossa Senhora da Guia», III, 72; «Nossa Senhora da Guia», Castelo de Penacova<sup>7</sup>, 2 exemplares diferentes, fotografados, cercadura de côn, III, 183; «Nossa Senhora da Guia», Atalaia da Lourinhã<sup>8</sup>, IV, 68; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Guia de Cascais»<sup>9</sup>, IV, 107; «Nossa Senhora da Guia», que se venera em Vila de Rei<sup>10</sup>, IV, 222.

**Guilherme (S.).** — «S. Guilherme, Duque da Quitania» [*d'Aquitania*], que se venera no Convento dos Agostinhos des Calços no Sítio do Grilo<sup>11</sup>, IV, 166.

**Homens (Mãe dos).** — «Nossa Senhora Mãe dos Homens», I, 232.  
Vid. *Mãe dos Homens*.

<sup>1</sup> No forte da Guia, nas falésias de Cascais, encontra-se a flanco de um farol a capela de *Nossa Senhora da Guia*. Daí abre derrota feliç aos mareantes. Anualmente há ali duas festas: uma do povo de Almoçageme (Sintra), no último domingo de Agosto, a outra do povo de Cascais, na noite ne S. João. A capela é de 1570 e foi feita por mando de António Ribeiro da Fonseca, que nela se entrou; foi reedificada em 1810.

<sup>2</sup> *Avelar*, concelho de Figueiró dos Vinhos (distrito de Leiria).

<sup>3</sup> *Goes*, vila, concelho do distrito de Coimbra.

<sup>4</sup> *Ribeira de Pera*, — *Pera* (?), povoações no concelho de Almada, Pedrogão Grande e Silves.

<sup>5</sup> *Nogueira do Cravo*, freguesias no concelho de Oliveira de Azeméis e no de Oliveira do Hospital (distritos de Aveiro e Coimbra).

<sup>6</sup> *Fajão*, freguesia no concelho da Pampilhosa (distrito de Coimbra).

<sup>7</sup> *Penacova*, vila e cabeça de concelho do distrito de Coimbra.

<sup>8</sup> *Lourinhã*, vila, cabeça de concelho do distrito de Lisboa.

<sup>9</sup> *Cascais*, vila, pôrto de mar, cabeça de concelho do distrito de Lisboa.

<sup>10</sup> *Vila de Rei*, cabeça de concelho do distrito de Castelo Branco (Beira Baixa).

<sup>11</sup> *Grilo*, é um lugar de Lisboa, no Beato (1.º Bairro).

**Hora.** — Vid. *Boa Hora*; «Nossa Senhora da Hora», que se venera em Arcozelo<sup>1</sup>, exemplar colorido, II, 49; «Nossa Senhora da Hora»<sup>2</sup>, III, 74.

**Hospital.** — «Hospital de S. Lázaro», Lisboa, quatro exemplares do mesmo desenho, mas de côn[te]r diferente, I, 118.

**Humildade.** — «Senhor Jesus da Humildade», Lisboa, 2 exemplares diferentes, I, 163.

**Iehudiel.** — «Rafael, Uriel, Gabriel, Micael, Sealtiel, Iehudiel, Barachiel» (os sete arcangels), IV, 180.

**Ifigénia (Santa).** — «Santa Ifigénia», Princesa da Nubia (e S. Elesbão), II, 40.

**Ignacio (Santo).** — «Santo Ignacio de Loyola», I, 211; «Santo Ignacio de Loyola», (fotogravura), III, 175; «Santo Ignacio envia S. Francisco Xavier a Portugal e ás Indias Orientais», Copia de um quadro (fotogravura), III, 175.

**Ignês.** — «Santa Ines», Vieira inv(entou) ou inv(enit)., IV, 131.

**Ildefonso (Santo).** — «Santo Ildefonso», Arceb(ispo). Advogado de mortes repentinhas, I, 65.

**Immaculata.** — «Virgo Immaculata», IV, 98.

O culto da Imaculada Conceição foi reconhedido em Portugal por D. João IV, que colocou o Reino sob o patrocínio da Virgem desta invocação, por Carta Regia de 25 de Março de 1646. Festeja-se a 8 de Dezembro. Há no país lápides comemorativas: ex. nas portas de Extremoz, do tempo do mesmo rei. D. João IV mandou também cunhar medalhas de ouro, dedicadas a Nossa Senhora da Conceição. Vid. Lopes Fernandes, *Memorias das medalhas e condecorações portuguesas*, pag. 13-14: medalhas da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição.

**Imperador.** — «O Senhor D[ivin].º Imperador», que se venera na Igreja das Religiosas de S. Gonçalo, em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Açores), III, 4.

**Imperio.** — «Imperio da Lapa», Vinde S. Espírito, etc., IV, 18. Vid. *Espírito Santo*.

**Incarnação.** — «Nossa Senhora da Incarnação», Lisboa (?), I, 22; «Nossa Senhora da Incarnação», 3 exemplares diferentes (Recorda-

<sup>1</sup> São várias, pelo menos cinco, as freguesias de Portugal com o nome de Arcozelo.

<sup>2</sup> Perto do Pôrto há uma povoação chamada *Senhora da Hora*, na freguesia de Matozinhos, concelho de Bouças. Faz-se uma festa a que vai de romaria muita gente do Pôrto folgar e comer pagãmente a merenda campestre.

ção da Figueira da Foz), I, 91; «Nossa Senhora da Incarnação», Lisboa (?), IV, 88.

Vid. *Encarnação*.

**Incertos.**—I, 63, (2 exemplares minúsculos), 155, 162, 167, 178, 204, 234; II, 36, (um exemplar grande, 2 exemplares minúsculos), 40, 41, 51, 59, 63, 79, (2 exemplares); III, 12, 16, 151; IV, 18, 53 (5 exemplares minúsculos), 65 (4 exemplares minúsculos), 81, 87, 95 (2 exemplares), 110, 172.

**Incontro.**—Vid. *Encontro*.

**Ines**—Vid. *Ignês*.

**Iria (Santa).**—«Santa Iria», Santarém (Estremadura), III, 38.

É padroeira da cidade de Santarém, cujo nome a etimologia tradicional diz provir de *Santa Irene* que depois de morta (1653) ali foi parar levada do Zêzere às águas do Tejo. É conhecida a história de *Santa Eiria*, e a xácaria, em que o seu assassinio pelo cavaleiro Britaldo é contado, foi dada por Garrett nas *Viagens na minha terra*, cap. XXIX. A lenda do martírio liga-se graciosamente com o poema florido da lenda que foi a vida de Rainha Santa. Abrem-se as águas do Tejo, quando a Rainha pediu à Santa que lhe aparecesse. Cf. Duarte Nunes de Leão, na *Descrição do Reino de Portugal*, fls. 76 v. D. Denis colocou um pedestal de alvenaria no sítio onde apareceu o cadáver da Santa, donde os operários por maiores esforços o não arrancaram.

A câmara de Santarém em 1644 revestiu o pedestal com cantaria lavrada, e colocou em cima uma imagem da Santa, de bronze, sob uma cúpula que quatro colunas de bronze também suportam. *História Ecclesiástica da Igreja de Lisboa*, de D. Rodrigo da Cunha, I, cap. XXV, p. 54.

**Isabel (Santa).**—«Santa Isabel», I, 51; «Santa Isabel Rainha de Hungria», *Ventura (da) S[ilv].<sup>a</sup> inv(enit). ou inv(entou.)., Santos exc(ulpsit). ou exc(ulpiu.).*, Porto, I, 52; «Rainha Santa Isabel», que se venera em Ancião (concelho do distrito de Leiria) *C(aetano). J. E. Alberto f(ez)*, I, 138; «Santa Isabel», Coimbra (2 exemplares diferentes), I, 181; «Santa Isabel» Coimbra, II, 22; «Santa Isabel», Rainha de Portugal, II, 92; «Santa Isabel, Rainha de Portugal» (2 exemplares diferentes), III, 45; «Santa Isabel Rainha de Portugal», Protectora de Coimbra (2 exemplares diferentes), III, 97; «Rainha Santa Isabel», III, 99; «Santa Isabel, Rainha de Portugal», III, 99; «Santa Isabel, Rainha de Portugal», convento de Santa Cruz de Coimbra, III, 100; «Veneranda Imagem da Rainha Santa Isabel, Protectora de Coimbra», III, 155 «Veneranda Imagem de Santa Isabel», 3 exemplares diferentes (2 são bilhetes postais), III, 158.

Santa Isabel é a Rainha de Portugal, que deixou na tradição do povo o símbolo da bondade, a par com a brava fisionomia de D. Denis senhor do reino e das suas mulheres. Enquanto ele ficou, pela poesia rude e pelo desconcerto prolífico, que o povo cantou em trovas mortas, a Rainha quedou-se eternamente na lenda, pátria e religiosa. Em Coimbra é festejada como padroeira da cidade a 7 de Julho. Em Extremoz, no alto do Outeiro do Castelo medieval, envolve grata piedade o velho paço de El-Rei, onde ao povo de hoje chegou que a Rainha Santa se finara. Um romance da Ilha da Madeira, diz assim a certa altura, ao narrar os milagres das rosas:

—«Que levais aí, senhora nesse regaço tamanho?» —«Eu levo cravos e rosas, pois que outras coisas não tenho.» —«Nem sequer há maravilhas, menos cravos em Janeiro!» «Ou serão esmolas isso?»	»ou isso será dinheiro?» ..... e eram cravos e rosas, que dinheiro não se viu. ..... A nossa Rainha Santa outros milagres obrou.
---	--

*Romanceiro do Archipelago da Madeira*, coligido por Alvaro Rodrigues de Azevedo, pp. 30-31.

D. Carlota Joaquina criou a ordem de Santa Isabel; vid. medalha em Lopes Fernandes, *Memoria de medalhas e condecorações portuguesas*, p. 52; Cf. Dr. Garcia de Vasconcelos, *Evolução do Culto de dona Isabel de Aragão*, 2 vols. 1894. Luís Chaves, *Bibliografia artística de D. Isabel de Portugal a Rainha Santa*, subsídios, no «Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa», 1.ª serie, vol. II, fasc. 1 (1916).

**Ivo (Santo)**<sup>1</sup>.—«Santo Ivo», advogado dos Pobres, Patrono da Sociedade de advogados de Beja, *Sebastião de Lemos sculp(sit)*, I, 62.

**Ixopério**.—«S. Ixopério», côro baixo do Real Convento do Santíssimo Coração de Jesus, Lisboa, III, 196.

Considerando inicial de um alvará da Rainha D. Maria I, que concede certos privilégios à Priora e Religiosas do Convento do Coração de Jesus, em 1 de Julho de 1782: «Mosteiro dedicado ao Santíssimo Coração de Jesus, para ser povoado pelas Religiosas Carmelitas Descalças, ficando na Minha Real e immediata Protecção, e no Meu perpétuo Padroado, e dotando-o com as rendas, que possue, situadas nas diferentes províncias destes Reinos, etc.»:

De um manuscrito de leis da Biblioteca Nacional.

**Jacinta (Santa)**.—«Beata Jacinta de Mariscoti», II, 44.

**Jacintho**.—«S. Jacintho», ermida da Ascenção, III, 127; «S. Jacintho», III, 193; «S. Jacintho», exemplar colorido, IV, 175.

<sup>1</sup> Santo Ivo, é patrono, da classe dos advogados, e festeja-se a 19 de Maio.

**Jacob (S.).** — «S. Jacob Patriarcha», IV, 173.

**Jeronimo (S.).** — «Retrato de S. Jeronimo», Real Mosteiro de Belém (Lisboa-Jeronimos), III, 53; «S. Jeronimo, Dr. da Igreja», III, 62; «S. Jeronimo», Dr. da Igreja, III, 126; «S. Jeronimo», Jerónimos, exemplar grande, fotogravura, III, 179.

O quarto registo é de grande formato; lembra o que Santo Agostinho disse deste Santo, um dos doutores da igreja, e um dos génios no Cristianismo triunfante: *Quae, Hyerominus ignoravit, in natura humana nullus hominum unquam scivit* (epist. 205). A imagem é de faiança italiana de uma bela polícronia. Atribui-se correntemente a Lucca della Robbia. Foi oferecida por Leão X (xv-xvi) ao Rei D. Manuel I para os Jerónimos, onde está.

Quando trovôa, a cada relâmpago diz-se em Mondim da Beira, Fafe, etc.: «Santa Bárbara! S. Jeronimo».

Em Sinfães reza-se uma oração que tem estes dois versos:

—Para onde vaes, S. Jeronymo?

—Vou espalhar a trovoada.

*Tradições populares de Portugal*, de J. Leite de Vasconcelos, p. 64.

**Jesus (Senhor).** — «O Senhor Jesus», I, 4; «O Senhor Jesus», I, 18; «Senhor Jezus», exemplar colorido, III, 2; «Senhor Jesus de Ponta Delgada» (Açores), cromo, III, 89; «Senhor Jesus Reformador», de Lisboa, III, 140; «O Senhor Jesus», 4 exemplares diferentes, IV, 3; «O Senhor Jesus», com ornatos coloridos, IV, 5; «Amado Jesus», IV, 7; «Amantissimo Jesus», IV, 12; «Nossa Senhora de Jesus», que se venera no seu convento de Lisboa, IV, 90; «Nossa Senhora de Jesus», IV, 104.

**Jesus Cristo.** — «Nosso Senhor Jesus Cristo com a cruz ás costas», II, 24.

**Jesus Maria José.** — «Jesus Maria José», ermida da Senhora do Desterro, S. Romão de Seia<sup>1</sup>, I, 149; «Fugida de Jesus Maria José para o Egito», II, 41; «Jezus Maria Jozé, fugindo para o Ingito», *Carr[alh].º f[ecit]*, 2 exemplares diferentes, III, 9; «Jezus Maria Jozé, Assagrada familia», III, 9; «Jezus Maria Jozé», Lordemão<sup>2</sup>, III, 92; «Jesus Maria José», fugindo para o Egito, exemplar colorido, III, 196.

**Jesus Nazareno.** — «Verdadeiro retrato da milagrosa imagem de Jezus Nazareno, catiuo, eutrajado pellos Moiros.» IV, 5; «Id. id.» IV, 12.

<sup>1</sup> Seia, vila e cabeça de concelho do distrito da Guarda.

<sup>2</sup> Lordemão, freguesia de Eiras, concelho de Coimbra.

No convento do Carmo, em Lisboa, houve uma imagem de Jesus Cristo cativo, que esteve em Argel. Na *Chorographia Portuguesa*, tomo III, pag. 472, marcam-se os prodígios que se realizaram quando foi resgatada esta imagem.

**Joachim (S.).** — Vid. *S. Joaquim*.

**Joanna (Santa.)** — «Santa Joanna», exemplar colorido, II, 23; «Santa Joanna Princeza de Portugal», III, 30; «Santa Joanna Francisca Fremiot Baroneza d'Chantal», III, 48; «Santa Joanna Princeza de Portugal», exemplar colorido, III, 103; «Santa Joanna Princeza de Portugal, Padroeira da Cidade de Aveiro», exemplar grande, fotogravura, III, 155.

Santa Joana foi filha de D. Afonso V. Foi este mesmo príncipe quem fundou o mosteiro: Real Mosteiro de Jesus, que, diz Vilhena Barbosa nas *Cidades e Villas de Portugal* I, 58, era «o mais autorizado» dos seis conventos de Aveiro. Santa Joana professou nele e morreu com voto simples, por não lhe consentirem que tomasse votos solenes, em virtude de ser herdeira presuntiva da Coroa. O cadáver da Princesa está no convento que dela tomou nome, num rico tumulo de boa arte.

**Joannes ou Joães.** — «*S. Joães Baptista*», 2 exemplares (coloridos) diferentes, III, 53; «*S. Joannes Baptista*», III, 125; «*S[anc]t[us]. Joannes de Deo*», III, 178; «*S. Joannes Baptista*», III, 194.

**João (S.).** — «*S. João*», Lisboa, I, 10; «*S. João*», capela de Portunhos, *Coimbra*, 1892, I, 112; «*S. João*», II, 11; «*S. João*», Figueira da Foz<sup>1</sup>, II, 11; «*S. João*», exemplar minúsculo, II, 62; «*S. João*», exemplar pequeno, IV, 166.

Cfr. *Nepumoceno, Deserto, Bérchmans*.

**João Baptista (S.).** — «*S. João Baptista*», 2 exemplares diferentes, I, 8; «*S. João Baptista*», *R. f[ecit]*, ou *f[ez]*, 64; «*S. João Baptista*», da Sé Velha de *Coimbra* 1835, I, 106; «*S. João Baptista*», da capela do seu nome em Portunhos (*Coimbra*) *Dores f[ecit]*, ou *f[ez]*, 1861, I, 112; «*S. João Baptista*», do castelo da Louzã (*Coimbra*, 25 de Maio de 1885), I, 138; «*S. João Baptista*», do Espinhal (concelho de Penela, *Coimbra*), I, 191; «*S. João Baptista*», de Portunhos, I, 191; «*S. João Baptista*», cidade da Figueira da Foz (distrito de *Coimbra*) I, 203; «*S. João Baptista*», da Louzã, I, 203; «*S. João Baptista*», da Serra da Moita freguesia de Mouronho<sup>2</sup>, II, 8; «*S. João Baptista*», II, 11; «*S. João Baptista*», II, 63; «*S. João Baptista*»,

<sup>1</sup> Cidade do distrito de *Coimbra*.

<sup>2</sup> *Mouronho*, concelho de Táboia, distrito de *Coimbra*.

2 exemplares reduzidos, II, 79; «S. João Baptista», Louzã, II, 84; «S. Pedro de Alva (*Pedralva, concelho de Braga*) II, 84; «S. João Baptista», de Travanca de S. Pedro de Alva, II, 84; «S. João Baptista», da ermida da Senhora da Piedade, próximo do Castelo de Louzan, II, 84; «S. João Baptista», 2 exemplares diferentes, III, 50; «S. João Baptista», 2 exemplares diferentes, III, 55; «S. João Baptista», III, 56; «S. João Baptista e Santo Antão», exemplar grande, duplo, fotogravura, Ilha de S. Jorge, Açores, III, 175; «S. João Baptista», Igreja de S. João (Açores), Ilha do Pico (fotogravura), III, 176; «S. João Baptista», III, 180; «S. João Baptista», III, 194; sem designação, exemplar pequeno, coloridô, IV, 166; «S. João Baptista», exemplar pequeno, IV, 166; «S. João Baptista», IV, 172; «S. João Baptista», IV, 176; «S. João Baptista», IV, 206.

S. João Baptista forma com o Santo António e S. Pedro a trindade dos santos de maior afeição popular. D. João I ordenou que todos os municípios o festejassem. A multiplicidade de credences que envolvem este Santo, entrelaçam-se no que de melhor se encontra na poesia pagã e ingénua das almas do campo. É o santo popular por exceléncia; a ele confiam as moças os segredos do coração, queimam-lhe alcachofras agourentas, e deitam sortes em bochechos de água que dilue nomes que se esperam. As orvalhadas tem, pela noite, ligações íntimas com os banhos sagrados. As fogueiras que os namorados saltam, no meio da roda das raparigas que dançam, tem todo o carácter do culto do fogo no solstício do verão. Este hábito, num meio superior, deu as fogueiras de Coimbra, sem lume, com cantares e danças num tablado. E não só a simetria em relação ao Natal se faz numa forma apagada de adoração do fogo (*fachos e fogueiras de S. João, e ceço do Natal*) mas também se nota no hábito ainda vivo da formação de capelinhas com figuras de barro. Aparece no pino do verão, em capelinhas (*cascatas*) cheias de verdura e repuxos, o presepe frio e nevoento do inverno. Sem o culto do Menino, tudo rodeia em figurações bucólicas a adoração de S. João<sup>1</sup>.

\*

S. João é filho de Santa Isabel,  
Depois foi padrinho de Cristo,  
E pôs-lhe o nome Manuel.

São versos curiosos de uma quadra, colhida pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos no Porto, e por ele inserta nas *Tradições populares de Portugal*, p. 7.

<sup>1</sup> Do uso do facho, na noite de S. João, veja-se Francisco Manuel de Mello, na *Harpa de Melpomene*, in *Tres Musas*, (1649) onde ha um soneto dos «Fuegos en noche de San Juan», fls. 24.

Na madrugada de S. João saem as mouras encantadas a pascer o seu rebanho, a contar ás máguas de tristes emparedadas, ou a pentear no fresco das orvalhadas com pentes de ouro os cabelos de raios de sol. A imaginação livre do povo, aquecida pela tradição oral, e pela fantasia dos tesouros arreigados, põe ao luar de S. João toda a força da sua poesia.

Toda a herva tem virtude  
Na manhã de S. João.

*Revista de Guimarães*, xv, p. 66.

Nessa noite, pelo campo, tudo é sagrado. Nos ranchos que cantem e implorem a proteção do Santo para que as case, o orvalho é milagroso. O mangerico, o cravo, o trevo, a alcachofra, gosam de virtudes únicas. Muitas vezes finda a festa como diz a cantiga de Mondim da Beira, citada também pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos l. c.:

Na manhã de S. João  
Muita pancada apanhei,  
Por via das alcachofras  
Que por ti, amor, deitei.

Na *Revista Lusitana*, xi, 10, a Sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaellis refere o hábito de levar ramos verdes com perinhas de S. João, que são os ramos de lampas de S. João. Cita um passo de Gil Vicente na *Comédia de Rubena* onde um pretendente à mão da princezinha Cigmena se põe a narrar as homenagens que a Sua Alteza prestava:

Trago-lhe aqui mil gaiteiros;  
*Lampas* cada San João ...

*Gil Vicente*, vol. II, 51.

Em Braga (S. João da Ponte) e no Porto fazem-se grandes festas a S. João, mas principalmente na primeira cidade, onde há desfiles, bailados de figuras com trajes historiados, cortejos, serenatas e a clássica iluminação à moda do Minho com pirotecnia de Viana.

Cf. José Gomes, *O S. João de Braga*, 1904 e *Minho Pittoresco*, II, p. 40 e 41.

Em Leça de Bálio, Vila do Conde, Penafiel, etc. no distrito do Porto, diz-se que o sol na manhã de S. João vem a dançar.

E em Lisboa resta ainda o galante costume dos cravos de papel com uma quadra amorosa (há exemplares no Museu Etnológico); estes porém vão cedendo o campo, a pouco e pouco, ás flores de luxo feitas de cambraia (rosas, cravos, amores perfeitos) que não esquecem porém as quadras de «pé quebrado».

**João da Mata (S.).** — «S. João da Mata», IV, 180.

**Joaquim (S.).** — «S. Joaquim», Lisboa, I, 187; «S. Joaquim», (Figueiró dos Vinhos)<sup>1</sup>, II, 94; «S. Joaquim», exemplar minúsculo, II, 62; «Imagen de S. Joaquim», Figueiró dos Vinhos, II, 94; «S. Joachim», 2 exemplares diferentes, III, 194; «S. Joachim», III, 196; «S. Joaquim», IV, 165.

**Jorge (S.).** — «S. Jorge Martir», *lith[ographou] A. Costa*, Coimbra, I, 101; «S. Jorge Martir», que se venera na sua capela em Escapães<sup>2</sup>, *Dores f(ecit) ou f(ez)*, 1860, I, 101; «Milagrosa Imagem de S. Jorge Martir», que se venera na sua capela em Eira-Pedrinha<sup>3</sup>, *lith[ographou] A. Costa*, Coimbra, I, 101; «S. Jorge», que se venera na sua capela em Escapães, I, 186; «S. Jorge», que se venera na capela da Valdeira, freguesia de Pombal<sup>4</sup>, I, 186; «S. Jorge», que se venera na sua capela em Brunhós<sup>5</sup>, I, 186; «S. Jorge Martir, Defensor de Portugal», *Quinto gr(avou)*, IV, 181. Vid. *S. George Martir*.

S. Jorge tem tido uma devoção ininterrupta em terra portuguesa, desde 1381. Foi o defensor do Reino, e era tutelar das milícias portuguesas, que fizeram o milagre do opor na idade média uma resistência eficaz contra a dissolução interna e a conquista estrangeira (Alexandre Herculano, *Opusculos VI*, 2.<sup>a</sup> ed. p. 322), e constituiram as expedições de navegantes e guerreiros do Império de Portugal. Aos gritos dos Castelhanos de *Castella e Santiago!* respondiam os Portugueses com os brados de *Portugal e S. Jorge!* D. Nuno Álvares Pereira tinha no quarto inferior, interno, do seu pendão, uma imagem de S. Jorge a orar. Este Santo foi introduzido em Portugal pelos Ingleses, no tempo da aliança de D. Fernando, o *Rei Formoso*, com eles (*Panorama 1.<sup>a</sup> Série*, 1838, p. 389, 2.<sup>a</sup> coluna, nota 2; Alexandre Herculano). Antes disso era o mesmo que o dos Castelhanos o grito de guerra dos soldados portugueses, como o tinha sido o dos Ingleses e Cruzados. O Santo associa-se às lendas mitológicas dos dragões esmagados pelos guerreiros que lhes surpreendem a guarda. No Cristianismo tem outro companheiro, herói de igual façanha, que é S. Miguel Arcanjo esmagando o Anjo do Mal. São os símbolos da luta dos *dois princípios*, formam a base de toda a cosmologia mítica. E nas névoas do Setentrião, S. Jorge é o Sigurd escandinávico, ou Siegfried germânico, irmão um e outro de Apollo, Jasão, Hercules, Cadmo, na Grécia, de Indra e Vischnu na Índia, das divindades e heróis nebulosos da China e do Japão onde o dragão é símbolo de raça. De invocação militar, ele guerreiro, foi pelos

<sup>1</sup> *Figueiró dos Vinhos*, vila e cabeça de concelho, do distrito de Leiria.

<sup>2</sup> *Escapães*, freguesia do concelho da Feira (distrito de Aveiro).

<sup>3</sup> *Eira Pedrinha*, freguesia no concelho de Mealhada (distrito de Coimbra).

<sup>4</sup> *Pombal*, vila e concelho do distrito de Leiria.

<sup>5</sup> *Brunhós*, freguesia do concelho de Soure (distrito de Coimbra).

tempos fora festejado pelos militares; o dia da procissão era uma data militar, em que havia parada da guarnição nas praças de armas, e revista passada pelo Santo a cavalo, com um cortejo de estado maior e cavalos ajaezados. E patrono da cidade de Bragança, e os habitantes da cidade iam, por voto inviolável desde largos séculos, festejá-lo em sua capela fora de portas. Igualmente acontecia com os povos do Samil. Vid. *Agiologio Lusitano*, Cardoso, II, 691. O rapsario bragançano, com a toada dos clarins do cortejo do Santo, cantava:

Lá vem S. Jorge,  
Pega na burra e foge.

Na Procissão de *Corpus Christi* aparecia sempre S. Jorge, e por isso ela tomava o nome dele. O que eram as festas desta comemoração veja-se no vol. I da *Historia da Administração Publica em Portugal*, de Gama Barros, p. 529, a procissão de Coimbra em 1517, segundo parece; e em *O Santo da Montanha*, de Camilo Castelo Branco, cap. 50-62 da 3.<sup>a</sup> ed., as «festas de Corpus Christi em Braga», em 1687. Numa e noutra notícia se fala da serpe, o dragão que na lenda, como acima se disse, S. Jorge matou; este monstro figurava nas procissões, assim como S. Cristóvão, o que dava ao cortejo um carácter de festa de Hércules. Da serpe vid. notícia larga no livro do Dr. José Leite de Vasconcelos, *De Campolide a Melrose*, 1915, pp. 123-130, e estampa IX, a p. 155. Veja-se, na *Historia de Portugal* de Pinheiro Chagas, notícias da chegada a Lisboa dos vencedores Aljubarrota, recebidos com a imagem de S. Jorge, levada procissionalmente, (II p. 325). Instituiu-se a festa de S. Jorge em 301 (Parthey, *Hermetis Trismegisti Poemander*, Berlim, 1854, p. 117).

**José (S.)<sup>1</sup>.** — «S. José», I, 8; «S. José», 2 imagens diferentes, I, 14; «S. José», sem indicação, I, 36; «S. José», I, 63; «S. José», 64; «Jesus Maria e José», I, 149; «S. José», Angra, I, 206; «S. José», 2 exemplares, II, 9; «S. José», exemplar minúsculo, II, 62; «Patriarcha S. Jozé», III, 56; «S. José», Santa Justa de Coimbra, III, 124; «S. José», no Bairro Operário, Coimbra, III, 124; «Santa Maria de Belem e S. José», Igreja dos Jerónimos (Lisboa), fotografia, exemplar duplo, III, 174; «Senhor S. Jozé Digníssimo Esposo da Mai de Deos», Alcantara, Lisboa, III, 197; «S. Jozé Espozo da Virgem Maria», 2 exemplares diferentes, III, 198; «S. Jozé», III, 198; «O Senhor São Jose», III, 198; «S. Jozeph», IV, 164; «Image do grande Patriarcha S. José» «que venerão os Irmãos da Sua Irmandade na sua própria Igreja», IV, 169; Sem indicação, IV, 170;

<sup>1</sup> S. José é advogado dos carpinteiros, pedreiros, torneiros e tamanqueiros. O dia da festa é a 19 de Junho.

«S. Joze», exemplar colorido, IV, 175; «S. Joze a quem venera a sua Irmandade dos Ofícios de Carpinteiro; Pedreiro, e mais annexos», *Carp[ineti]. f[ecit]*, IV, 180. Vid. *Cupertino (S.)* e *Joseph (S.)*.

**Joseph (S.).** — «S. Joseph», *Silva inv(enit). et sculp(sit)*, I, 65; «S. Jozeph», 2 exemplares diferentes, III, 197; «S. Joseph», III, 198. Vid. também *JOSÉ (S.)*.

S. Joseph tem uma imagem, muito milagrosa, na igreja do hospital de Tavira. Tem suado abundantemente. Suou em Domingo de S. Lázaro, em 5.<sup>a</sup> feira e Sábado seguintes, de 1722, e na quaresma. *Mappa de Portugal*, J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed. II, 156.

«Sam Joseph» era patrono de uma das *Bandeiras* da Casa dos Vinte e Quatro, instituída por D. João III (1539), e reformada por D. José I (1771). Os ofícios eram; —cabeça: Pedreiros, Carpinteiros de casas. —anexos: Canteiros, Ladrilhadores e Violeiros. (De um manuscrito da Biblioteca Nacional., cod. pombal. 653, p. 78).

**Joseph (S.).** — Vid. *Joseph (S.)*.

**Juda.** — «Nossa Senhora da Juda».

Vid. *Ajuda*.

**Julia.** — Vid. *Maxima (S.º)*.

**Julião (S.)<sup>1</sup>.** — «S. Julião e Santa Bazaliza<sup>2</sup>», I, 13; «S. Julião e Santa Bazaliza», exemplar minúsculo, III, 29.

**Justa (Santa)<sup>3</sup>.** — «Santa Justa Martir», que se venera na sua Capela da Serra de Valongo<sup>4</sup>, I, 46; «Santa Justa do Monte, que se venera na freguesia de S. Pedro de Arcos<sup>5</sup> e a festividade no dia 17 de Julho», I, 93.

**Lampadoza.** — «Nossa Senhora da Lampadoza», I, 85.

**Lapa.** — «Nossa Senhora da Lapa», que se venera no Diantreiro<sup>6</sup>, I, 142; «Nossa Senhora da Lapa», Pôrto, I, 162; «Nossa Senhora da Lapa», Lamego<sup>7</sup>, I, 178; «Nossa Senhora da Lapa», do Bispado de Lamego, 3 exemplares diferentes, IV, 84; «Nossa Senhora da Lapa», RAIMUNDO JOAQUIM DA COSTA, *dez(enh)ou. e grav(ou)*, IV, 100.

<sup>1</sup> Festeja-se a 9 de Maio.

<sup>2</sup> Vid. *Bazaliza*.

<sup>3</sup> Santa Justa com Santa Rufina são padroeiras dos Oleiros. A festa realiza-se no dia 17 de Julho. Tem orago em Lisboa.

<sup>4</sup> Indicação indecisa.

<sup>5</sup> S. Pedro dos Arcos, ou só Arcos, freguesia no concelho de Ponte de Lima (distrito de Viana).

<sup>6</sup> Diantreiro, uma povoação no concelho de Coimbra, outra no de S. Pedro do Sul.

<sup>7</sup> Lamego, cidade da Beira Alta (distrito de Viseu).

O santuário de Nossa Senhora da Lapa é na Beira um dos mais frequentados. A imagem foi encontrada por uma pastora, em 1408; a rapariga era muda, e foi contar o aparecimento da santa, que tem dois palmos de altura, em uma gruta de «quatro pedras mui grandes, »e de um natural, e exquisito artifício». E célebre o número de milagres, e fazem-se romarias desde o Espírito Santo até Outubro. *Mappa de Portugal*, de João Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed. II, p. 150. Em Vila do Conde há uma igreja desta invocação a que as povoações costeiras fazem romaria. Em Rio de Moinhos, junto de Viseu, quem fôr a primeira vez à romaria de Nossa Senhora da Lapa, tem de num ponto do caminho tomar um seixo, metê-lo na bôca, e deitar uma pedra para o monte. Como taxa, paga a patente aos companheiros. *Tradições populares de Portugal*, Leite de Vasconcelos, p. 97.

Para o estudo das lendas que envolvem scenários de «lapas», vid. *Religiões da Lusitânia*, de Leite de Vasconcelos, I, 219 e 290 nota 1.

**Lapinha**<sup>1</sup>. — «Nossa Senhora da Lapinha», venera-se em Guimarães (Minho, distrito de Braga), I, 36; «Nossa Senhora da Lapinha», I, 172; «Nossa Senhora da Lapinha»<sup>2</sup>, III, 95.

**Laurentius B.** — Vid. *S. Lourenço*.

**Lázaro (S.) B.** — «S. Lazaro», I, 12; «S. Lazaro», I, 57; «S. Lazaro Advogado de Lepra e mal da pelle», 5 exemplares diferentes, 2 coloridos e todos com dizeres variados, I, 130; Vid. *Hospital* (de S. Lázaro); «S. Lazaro», 2 exemplares diferentes, II, 58; «S. Lazaro», advogado de Lepra e mal da pelle, III, 117; «S. Lazaro», 2 exemplares diferentes, III, 124; «A milagrosa imagem de S. Lazaro», III, 195; «S. Lazaro», IV, 172.

S. Lázaro é advogado dos gafos. Em Creixomil (Guimarães) houve antigamente um hospital de gafos, de que ficou a capela. As pessoas carregadas de feridas, diz-se que andam *lazaras*, *lazarentas*, ou como um *lázaro*.

Tem nas suas capelas ex-votos de quem sarou de chagas e lepra.

**Ledovina (Santa).** — Vid. *Ludovina*.

**Leocadia (Santa).** — «Santa Leocadia», I, 48; «Santa Leocadia», Virgem Mártir, IV, 131.

**Leonardo (S.).** — «S. Leonardo», II, 65.

**Livração.** — «Nossa Senhora da Livração», I, 223.

<sup>1</sup> Confira *Guimarães e Santa Maria*, do Ab. de Tagilde, Oliveira Guimarães, 1904, p. 85.

<sup>2</sup> Vid. a última notícia de *Nossa Senhora da Lapa*.

**Livramento.** — «Nossa Senhora do Livramento», I, 220; «Nossa Senhora do Livramento», Chelo<sup>1</sup>, II, 96; «Nossa Senhora do Livramento», da Bairrada, II, 69; «Nossa Senhora do Livramento», que se venera na ermida de S. Geraldo, na freguesia de Pinheiro de Aguiar, II, 69; «Nossa Senhora do Livramento», de Chelo, II, 73; «Nossa Senhora do Livramento», em Chelo, II, 96; «Nossa Senhora do Livramento», Ilha Terceira (Açores), III, 84; «Nossa Senhora do Livramento», Angra do Heroísmo (Ilha Terceira), III, 147; «Nossa Senhora do Livramento», Miranda do Corvo (distrito de Coimbra), III, 152; «Nossa Senhora do Livramento», Braga (Minho), III, 165; «Nossa Senhora do Livramento dos Religiosos de Alcântara» (4.<sup>º</sup> bairro), Lisboa, 2 exemplares diferentes, IV, 68; «Nossa Senhora do Livramento», 2 exemplares diferentes, IV, 69; «Nossa Senhora do Livramento», IV, 81; «Nossa Senhora do Livramento», IV, 84.

Nossa Senhora do Livramento é da igreja do antigo convento dos Trinitários de Alcântara, em Lisboa (4.<sup>º</sup> bairro). Atribuem-se-lhe muitos milagres. No Furadouro ao poente de Ovar (distrito de Aveiro), há uma capela muito estimada na costa, sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento (dos Navios). *Mappa de Portugal*, J. Baptista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., II, 148.

Diz uma quadra moderna, de toada melancólica:

Ó Senhora do Livramento,  
*Livrari o meu namorado...*

Cantam-na á Santa as namoradas, para que os noivos não fiquem soldados.

Em Belém (4.<sup>º</sup> Bairro de Lisboa) foi erguida uma igreja por monumento comemorativo de ter ficado salvo El-Rei D. José I, do atentado contra ele movido na noite de 3 de Setembro de 1758.

**Lomba.** — «Nossa Senhora da Lomba», festeja-se em Pinhanços<sup>2</sup> no 3.<sup>º</sup> domingo de Agosto, I, 141.

**Loreto.** — «Vera efígie de Nossa Senhora do Loreto», III, 16; «Nossa Senhora do Loreto», III, 17; «Nossa Senhora do Loreto», Capela do seu nome no Arco da Calheta, Ilha da Madeira, III, 81.

**Lourdes.** — «Nossa Senhora de Lourdes», que se venera, no Monte Alto em Arganil<sup>3</sup>, I, 81; «Imagen de Nossa Senhora de Lourdes», que se venera na sua Capela do Abrunheiro Grande (Fundada<sup>4</sup>)

<sup>1</sup> Chelo, diferentes povoações com este nome.

<sup>2</sup> Pinhanços, freguesia do concelho de Seia, distrito de Coimbra.

<sup>3</sup> Arganil, vila, concelho do distrito de Coimbra.

<sup>4</sup> Fundada, freguesia do concelho de Vila de Rei (distrito de Castelo Branco).

I, 149; «Nossa Senhora de Lourdes», 3 exemplares, um da freguesia de Pecegueiro<sup>1</sup>, outro de Freineda<sup>2</sup>, e á outro de Carregosa<sup>3</sup>, I, 160; «Nossa Senhora de Lourdes», Carregosa, II, 91; «Nossa Senhora de Lourdes», III, 95; «Nossa Senhora de Lourdes» (fotografia), III, 145.

«À data deste livro é Nossa Senhora de Lourdes que está fazendo os milagres, principalmente entre a sociedade culta, que sabe ser devota em francez ou que segue eruditamente as traduções mais recentes das bibliothecas romanticas.»

*As Praias de Portugal*, Ramalho Ortigão, pags. 103–104 (1876).

**Lourenço (S.).** — «S. Lourenço», Santa Combadão<sup>4</sup>, I, 183; «S. Lourenço», II, 59; «S. Lourenço», exemplar minúsculo, II, 65; «S. Lourenço», Santa Combadão, III, 120; «S. Lourenço Martyr», IV, 164; «Vera effigies B. Laurentii Monachi S. Hieronymi Monasterii, vulgo Mato. Floruit An. MCCCC. Natalis dies, IX Febr. God(inh)o fecit), ou fez). 1783, IV, 165; «S. Lourenço Martyr», IV, 180.

Em Ponte da Barca, na freguesia de S. Lourenço de Toredo, a primeira pessoa, que entrar na igreja dêste santo na manhã da festa, fica livre de todo o achaque. Tem grande romaria.

*Chorographia de Portugal* I, 238.

*Mappa de Portugal* 3.<sup>a</sup> edição II, 156.

As estrelas cadentes chama-lhes o povo lágrimas de S. Lourenço. *Tradições populares de Portugal*, Leite de Vasconcelos, pag. 31. Diz-se vulgarmente:

Em dia de S. Lourenço  
Vae à vinha e enche o lenço.

Por onde se depreende que, nos fastos dionisiacos do Cristianismo, este santo anda aliado com S. Martinho.

**Lucas (S.).** — sem designação, II, 8.

**Lucio (S.).** — «S. Lucio» e «Santa Bona», IV, 171.

**Ludovicus. (S.)** — «S. Ludovicus», *Carvalho*, *f(ecit)*, ou *f(ez)*., I, 64.

<sup>1</sup> *Pecegueiro*, freguesia do concelho de Sever do Vouga (distrito de Coimbra).

<sup>2</sup> *Freineda*, freguesia do concelho de Almeida (distrito da Guarda).

<sup>3</sup> *Carregosa*, freguesia do concelho de Oliveira de Azemeis (distrito de Aveiro).

<sup>4</sup> *Santa Comba Dão*, vila, cabeça de concelho distrito de Viseu.

**Ludovina (Santa).** — «Santa Ledovina», IV, 135.

**Luis (S.)<sup>1</sup>.** — «S. Luis, Bispo», III, 200; «S. Luiz», exemplar minúsculo, IV, 166.

**Luís Gonzaga (S.).** — «S. Luiz Gonzaga», *Godinho f(ecit). ou f(ez) ., Lisboa*, I, 9; «S. Luiz Gonzaga», I, 63; «S. Luiz Gonzaga», (exemplar em fotogravura), III, 175; «S. Luiz Gonzaga», IV, 166.

**Luiz (S.).** — Vid. *Luis*.

**Luiz Gonzaga (S.).** — Vid. *Luis Gonzaga (S.)*.

**Luz.** — «Nossa Senhora da Luz», 2 exemplares diferentes, I, 28; «Nossa Senhora da Luz», um exemplar muito pequeno, I, 152; «Nossa Senhora da Luz», I, 232; «Nossa Senhora da Luz», 2 exemplares diferentes, II, 69; «Nossa Senhora da Luz», Lagos (Algarve), II, 75; «Nossa Senhora da Luz», Ermida da Quinta de Sampaio, III, 129; «Nossa Senhora da Luz», 2 exemplares diferentes, IV, 61.

Nossa Senhora da Luz tem o seu santuário em Carnide, nos arredores de Lisboa. Entre muitos prodígios convém lembrar que a tradição lendária transmite de um milagre feito a Pedro Martins, do lugar, em 1463. Estava cativo em África, e a Nossa Senhora trouxe-o com as cadeias à pátria. As cadeias estiveram por muito tempo na igreja como sinal de gratidão. *Sanctuario Marian.* I, 13.

Na *Revista de Guimarães*, IV, p. 44, Leite de Castro menciona esta crença minhota:

A Senhora da Luz chora,— inverno fora.  
A Senhora da Luz ri,— inverno para vir.

**Luzia (Santa)<sup>2</sup>.** — «Milagrosa Imagem de Santa Luzia», que se venera na sua Igreja ás Portas do Sol<sup>3</sup>, Lisboa, I, 46; «Santa Luzia», V. e M. que se venera na Cathedral do Porto, I, 50; «Santa Luzia», que se venera na sua Real Igreja ás Portas do Sol, Lisboa, I, 50; «Santa Luzia, V. M.», I, 79; «Santa Luzia V. M.», que se venera em Santa Clara a Nova, Coimbra. *Dôres f(ez) ou f(ecit)*: I, 85 (2 exemplares diferentes); «Santa Luzia V. M.», *Dôres lith(ografiou)* Coimbra 1843, I, 85; «Santa Luzia, V. M.», *Miguel Costa D(esenhou)* 1878: I, 85; «Santa Luzia V. M.», que se venera em Santa Clara *José das Dôres f(ez) ou f(ecit)*. 1868, I, 90; «Imagen de Santa Luzia», que se venera na sua capela no monte do mesmo nome, sobranceiro á cidade de Viana do Castelo (Minho), 2 exemplares diferentes, I, 147;

<sup>1</sup> A igreja dêste Santo em Lisboa, é destinada ao culto da colónia francêsa.

<sup>2</sup> Santa Luzia é advogada contra os males dos olhos.

<sup>3</sup> Portas do Sol, Lisboa, freguesia de S. Vicente, 1.º bairro.

«Santa Luzia», Espinalh<sup>1</sup>, I, 156; «Santa Luzia» de Estremoz<sup>2</sup>, I, 161; «Santa Luzia», 2 exemplares diferentes, II, 5; «Santa Luzia» da Igreja das Portas do Sol, Lisboa, II, 31 (2 exemplares diferentes); «Santa Luzia», II, 55; «Santa Luzia», que se venera na capela de S. Verissimo de Lagares, Felgueiras<sup>3</sup>, II, 55; «Santa Luzia», de Sarzeda, concelho de Sernancelhe<sup>4</sup>, II, 77; «Santa Luzia», capela do lugar das Fontainhas, freguesia da Louzã<sup>5</sup>, II, 77; «Santa Luzia», Igreja das Portas do Sol, III, 30; «Santa Luzia», três exemplares, 1 grande e 2 minúsculos, III, 30; «Santa Luzia», III, 32; «Santa Luzia», III, 33; «Santa Luzia», Real Igreja, Largo de Santa Luzia, Lisboa, III, 33; «Santa Luzia», Real Igreja ás Portas do Sol, III, 33; «Santa Luzia», Misericordia d'Elvas, III, 33; «Santa Luzia», III, 34; «Santa Luzia», III, 48; «Santa Luzia», III, 98; «Santa Luzia V. M.», 2 exemplares diferentes, III, 99; «Imagem de Santa Luzia», exemplar grande, Viana do Castelo, III, 157; «Santa Luzia», 4 exemplares diferentes, IV, 134.

Na minha província de Trás-os-Montes chama-se Santa Luzia à palmatória, e dizem os mestres que dá vista aos cegos: no dia da santa, festaja-se a palmatória, que às vezes é adornada e deposta em um altarcinho com decoração de roupados; a santa não castiga nesse dia.

A vista de Viseu, num viso, há uma capela de Santa Luzia, com imagem prodigiosa, aonde vai muita gente no dia da romagem. Canta o povo de Vila Rial, em uma forma conhecida em Lisboa com referência ao Senhor da Serra:

Fostes à Santa Luzia  
Nem um *pito* me trouxestes;  
Nem os mouros da Mourama  
Faziam o que tu fizestes.

Canta-se lá também uma quadra, que dá informação de uma Santa Luzia milagrosa:

Senhora Santa Luzia  
Do lugar de Carrazedo,  
Dai-me vista ós meus olhos,  
Qu'andar cego é degredo.

Estes versos, o último dos quais é duma expressão perfeita e de uma admirável emoção, foram dados pelo meu antigo mestre de lite-

<sup>1</sup> *Espinhal*, povoações nos concelhos de Estarreja, Famalicão, Vila Nova de Cerveira, Arcos de Val de Vez e Penela.

<sup>2</sup> *Extremoz*, vila, cabeça de concelho do distrito de Évora.

<sup>3</sup> *Felgueiras*, vila, cabeça de concelho do distrito do Pôrto.

<sup>4</sup> *Sernancelhe*, vila, cabeça de concelho do distrito de Viseu.

<sup>5</sup> *Louzã*, vila, cabeça de concelho do distrito de Coimbra.

ratura no liceu do Pôrto, Sr. P.<sup>e</sup> António Gomes Pereira in *Revista Lusitana*, x, p. 156, quadra n.<sup>o</sup> 850 das «Tradições populares e linguagem de Villa Real».

\*

As *arremedas* todós os lavradores as conhecem. No dia 13 de Dezembro realiza-se a experiência de procurar saber se haverá bom ou mau tempo em Janeiro. Se chover no dia 13, o mês de Janeiro corre com cópia de chuvas, o dia 14 tem validade para Fevereiro, 15 para Março, e assim por diante até 24 que corresponde a Dezembro. Se o dia 25 está de sol, prevalece o sol dêste dia que vem anular o preságio da chuva de 13; igualmente o sol de 26 contraria a chuva de 14; esta contraprova tem o nome de *desarremedas*.

*Revista de Guimarães*, iv, p. 42, estudo de Leite de Castro.

\*

A pagina 467, 1.<sup>a</sup> coluna do III volume dos *Serões* (2.<sup>a</sup> série), Pereira de Sampaio (Bruno), refere-se ao Regimento dos pedreiros e taipeiros de Lisboa e sua comarca, e aos estatutos da confraria da gloriosa virgem e mártir Santa Luzia, sua protectora, (artigo: *A Biblioteca Pública do Porto*).

**Macario (S.).** — «S. Macario», ermida de S. Macario, na serra de S. Macario, freguesia do Sul<sup>1</sup>, 2 exemplares diferentes, 1 colorido, II, 57; «S. Macario», III, 63.

João Bautista de Castro refere uma imagem de S. Macário em uma ermida na freguesia de S. Martinho de Moitas, concelho de Gafanhão, distrito de Viseu; *Mappa de Portugal*, 3.<sup>a</sup> ed., II, p. 156.

**Madeira.** — «Nossa Senhora do Monte da Ilha da Mad[e]ira»<sup>2</sup>, IV, 220.

**Madre de Deos.** — «Nossa Senhora da Madre de Deos», de Guimarães (distrito de Braga), I, 30; «Milagrosa Imageim de Nossa Senhora Madre de Deus», exemplar minúsculo, II, 62; «Nossa Senhora da Madre de Deus», Figueiró dos Vinhos (distrito de Leiria), III, 169; «Nossa Senhora da Madre de Deos», 2 exemplares diferentes grandes, IV, 51; «Verdadeira effigies da Image q. se venera no Real Convento de Nossa Senhora Madre de Deus», de Lisboa, IV, 94.

<sup>1</sup> Sul, vila no concelho de S. Pedro do Sul (distrito de Viseu).

<sup>2</sup> Vid. nota 1 de Monte.

É «imagem perfeitissima» a de Nossa Seuhora da Madre de Deus, e o santuário foi um dos mais concorridos na capital. Pertence ao convento de franciscanas, a que a Rainha D. Leonor, a fundadora, não sabia que nome<sup>1</sup> desse. Uns estrangeiros apareceram em palácio com uma imagem para vender. A espôsa de D. João II hesitava em razão do alto preço que lhe pediam, e disse-lhes que voltassem no dia imediato. Eles deixaram a imagem, e não<sup>2</sup> apareceram outra vez. A Rainha crente na indicação celeste, colocou a imagem de Nossa Senhora no mosteiro que dela recebeu a invocação de Madre de Deus.

Cf. *Chronica do felicissimo rei Dom Emmanuel*, Damião de Goes, parte IV, cap. 26.

**Mafalda (Santa).** — «Santa Mafalda», venerada em Arouca<sup>1</sup>, (corrido), Manoel Correia f(ecit) ou f(ez), I, 48; «Santa Mafalda», venerada em Arouca. Manoel Correia f(ecit) ou f(ez), I, 48; «Santa Mafalda, Raynha de Castella», Arouca, III, 33; «Santa Mafalda», Arouca, G. F. L. Debrrie inv(enit). et sculp(sit). 1750, III, 42.

Santa Mafalda foi infanta de Portugal; era filha de D. Sancho I e da Rainha D. Dulce. Morreu no convento cisterciense de Arouca, (freguesia, cabeça de concelho do distrito de Aveiro), no dia 2 de Maio de 1282. *Agiologio Lusitano*, Cardoso, I, 378.

**Magdalena.** — «Santa Maria Magdalena», 3 exemplares diferentes, I, 47; «Santa Maria Magdalena», IV, 135.

**Malta.** — «Senhor da Malta», Macedo de Cavaleiros<sup>2</sup>, I, 170; «Estampa do Divino Senhor da Malta», freguesia de Olmos, Macedo de Cavaleiros, III, 140.

**Mamede (S.).** — «S. Mamede», exemplar minúsculo, III, 53; «S. Mamede», III, 200.

S. Mamede é advogado contra incendios, como S. Marçal, Santa Clara, etc., e festeja-se no dia 17 de Outubro. Era santo de muita devoção entre as matronas lusitanas, a quem ele dava abundancia de leite. Ha uma imagem milagrosa em Belas, na ribeira das Aguas Livres. *Chorographia de Portugal*, III, p. 152.

**Mão.** — «Mão da Nossa Madre Santa Thereza de Jesus», Convento das Religiosas Carmelitas Descalças de Santo Alberto de Lisboa, *Dias Costa lith(ographou)*, III, 103.

**Marçal (S.).** — «S. Marçal», III, 55; «S. Marçal», 2 exemplares diferentes, III, 65.

<sup>1</sup> Arouca, vila, concelho do distrito de Aveiro.

<sup>2</sup> Macedo de Cavaleiros, vila, cabeça de concelho do distrito de Bragança.

S. Marçal é advogado contra incendios, como Santo Elias, Santa Clara, S. Mamede. E advogado dos bombeiros, derivação lógica de ser protector contra incendios. Festeja-se a 30 de Junho. Aparece com Santa Clara, ou só, nos registos de azulejos; cf. *Ceramica Portuguesa*, J. Queiroz, p. 232.

**Marcos (S.).** — «S. Marcos Evangelista», I, 19; «S. Marcos» (Certã), I, 190; «S. Marcos» Certã, II, 83; «S. Marcos», Monte de Santo Antonio, próximo da Certã (distrito do Castelo Branco), II, 83.

**Margarida (Santa).** — «Santa Margarida V. M.», *Ventura S(ilv)a inv(entou) ou inv(enit)*. *Santos exc(ulpiu) ou exc(ulpsit)*, I, 52; «Santa Margarida de Cortona», III, 43; «Beata Margarida Maria Alaquoque», Quadro de A. Hesse, III, 156; «Santa Margarida de Cortona», 2 exemplares diferentes, 1 a cõr. *God(inh).º f(ecit) ou f(ez)*, IV, 133.

**Maria.** — «Veneravel Madre Maria do Lado». Vid. *Misericordias*; «Jesus, Maria, José», I, 149; «Jesus, Maria, José», 2 exemplares diferentes, II, 9; «Lembrança do Mês de Maria», II, 9; Vid. *Mês de Maria*; «Santa Maria» exemplar minúsculo, II, 62; «Maria concebida Immaculada» (colorido), *J. J. Santos exc. (?) Lisboa 1832*, III, 14; «Maria concebida sem mancha», III, 16; «Maria Advogada Nossa», III, 80; «Maria Advogada Nossa», Vicovaro, junto a Roma, III, 101; «Maria Concebida sem pecado», III, 113; «Santa Maria de Belem e S. José» Real Igreja dos Jerónimos. Lisboa, III, 174.

A beata Maria do Lado era natural do Louriçal (distrito de Leiria). Fundou na terra natal um recolhimento com o fim de se venerar nele o Santissimo Sacramento, o qual se reduziu mais tarde a um mosteiro de Religiosas Cristãs. Faleceu em dia 29 de Março de 1632, com signaes de predestinação, diz o *Agiologio Lusitano*, de J. Cardoso, II, p. 750.

**Maria dos Anjos.** — «Efigie da Beata Maria dos Anjos», III, 103.

**Maria Egypciaca (Santa).** — «Santa Maria Egypciaca, da Goarda Real», 2 exemplares diferentes, III, 48.

**Maria do Lado (Madre).** — Vid. *Maria e Misericordias*.

**Marianna (Santa).** — «Santa Marianna», IV, 133.

**Marta e Martha (Santa)**<sup>1</sup>. — «Santa Marta, que se venera no seu Most(eiro)». Lisboa, *Carvalh).º f(ecit) ou f(ez)*, I, 51; «Santa Martha», exemplar minúsculo, III, 30; «Santa Martha», 4 exemplares diferentes, III, 31; «Santa Martha», V. M., 4 exemplares diferentes, III, 35.

No Minho, na Romaria de Santa Marta, a Santa é rodeada de meadas loiras e de estrigas de linho, para que o bicho não caia no fiado. Cf. *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, D. Rodrigo da Cunha, II, cap. 23, 112.

**Martenidade.** — Vid. *Maternidade*, e *Apêndice*.

**Martinho (S.).** — «*S. Martinho.*», I, 9.

Baco dos Cristãos, tem apenas dois dias de festa se incluirmos a vespera, dia 10 de Novembro, em que as libações quasi obedecem a um rito. Não se sacrifica o bode no altar pagão de Dionisio, nem com canções fálicas se leva em procissão o falos, simbolo de toda a força productora, mas o liquido baquico, como antigamente na Grecia, tem o seu festejo privativo, e é na cópia de libações que consiste o «culto» popular do dia.

Pelo S. Martinho o outono readquire por um momento o calor e serena amenidade dos bons dias do fructo sazonante. *... o verão de S. Martinho.* Assim o Santo adquire, como Baco, o simbolo animico do regresso à juventude.

A atribuição dionisica de S. Martinho não provém de qualquer tradição do santo; é comparavel à crença popular de ter sido S. Cipriano o primeiro feiticeiro, que teria feito um livro tal que quem o lê sobe às nuvens. A acumulação mitica é tão clara, sobre a forma religiosa, que se vê como foi casual efecto de calendario a coincidencia das festas báquicas, modernas, com o dia de S. Martinho que como tal ficou patrclinando os novos bacantes e servindo-lhes, a eles e aos vinhateiros, de referencia vinícola. Prova-se o vinho novo: diz então o povo que nesse dia o «vinho novo já é velho»; Vid. *S. Lourenço*. De S. Lourenço diz-se:

Em dia de S. Lourenço,  
Vae à vinha e enche o lenço.

Por onde se depreende que, nos fastos dionisiacos do Cristianismo, este santo anda aliado com S. Martinho.

Em Atenas celebrava-se a *Antesteria*, no mês do Antesterião (Fevereiro-Março), quando o vinho acabava de fermentar, e durava três dias. Faltam como ela as festas das *Trieterides*, em que se invocava o deus, logo após as vindimas, em apelativos lugubres e danças de dor. A festa unica no Cristianismo é a do S. Martinho. Vid. *Mitologia Classica*, Felice Ramorino (Manuali Hoepli), pag. 161.

\*

Os Agiologios dão três santos com o nome de Martinho: S. Martinho de Tours que morreu em 396; S. Martinho, Arcebispo de Braga, fundador do mosteiro de Dume ou Dumium, falecido em 580; e o Papa S. Martinho I, que jaz em Roma desde 655 na igreja de S. Martinho dos Montes, onde é festejado a 12 de Novembro. E não diz o Agiologio que qualquer deles tivesse sido o que a tradição mitologica fez de Baco, e o costume consagrou.

É uso dizer-se, tanto o tenho ouvido na província como em Lis-

boa, que, quem se embriaga na festa de S. Martinho, «fica juiz» para o ano seguinte, ou então «rasga a opa» (Alentejo).

\*

Numa casa da Rua do Marechal Saldanha, em Lisboa, há um registo de azulejos com uma Nossa Senhora ao centro, S. Marçal à direita e S. Martinho à esquerda.

**Martires.** — Vid. *Martyres*.

**Martyres.** — «Nossa Senhora dos Martyres, da Villa de Castro Marim<sup>1</sup>». «*SALVE REGINA MARTYRUM*», exemplar grande, colorido, litografado, III, 102; «O Senhor Jesus dos Martires», IV, 17.

**Martyres de Marrocos.** — Sem indicação, I, 61; «Os gloriosos Santos Martyres de Marrocos», I, 120; «Os gloriosos Santos Martyres de Marrocos», que se veneram em Santa Cruz de Coimbra (Coimbra 1871), I, 120; «Santos Martyres de Marrocos», I, 193; «Santos Martyres de Marrocos», Travassô, I, 193; «Santos Martyres de Marrocos», Coimbra, 4 exemplares diferentes, II, 12; «Os gloriosos Santos Martyres de Marrocos», protectores de Coimbra, II, 25; «Os gloriosos Santos Martyres de Marrocos», 4 exemplares diferentes, II, 26; «Os gloriosos Santos Martyres de Marrocos», 9 exemplares diferentes, II, 27; «Os gloriosos Santos Martyres de Marrocos», J. C. de Lemos, des(enh)ou. e grav(ou), Porto, IV, 169; «Gloriosissimos Santos Martyres (de Marrocos)», especiais protectores de Coimbra, IV, 169.

Os martires de Marrocos foram cinco rapazes que na jornada de África ficaram prisioneiros dos Mouros. A eles se juntou mais tarde outro que como eles foi justiçado pelo ódio do Xerife Hamer. Foram eles Simão de Freitas, Gines Amaro Gonçalves, António da Sylva, João de Paris, e Domingos, e o sexto chamava-se Francisco da Esperança. O Xerife mandou-os degolar por se negarem á abjuração e às práticas de homo-sexualismo de costume oriental do soberano. Um Conselheiro evitou o morticínio, fazendo pagar a um a teimosia de todos. Mas, mais tarde foram torturados e lançados ao mar. O embaixador de Portugal em Marrocos, Dom Francisco da Costa, resgatou os corpos que fez conduzir para Lisboa, onde ficaram depositados no Convento de S. Francisco. *Descrição do Reino de Portugal*, de Duarte Nunes de Leão, p. 99 v.

Festejam-se em Lisboa, na igreja da sua invocação, a 13 de Maio.

<sup>1</sup> Castro Marim: vila e concelho do Algarve.

**Mater.** — «*Mater Fons Amoris*», do Real Mosteiro de S. Joana (de Aveiro), I, 43; «*Mater Castissima*», III, 16; «*Mater Matris Dei*», III, 40; «*Mater Creatoris*», III, 101; «*Mater Dolorum*», III, 153; «*Mater Castissima*», Lembrança do mez de Maria, IV, 221.

**Mãe de Deus.** Diz o *Mappa de Portugal*, de J. Bautista de Castro, que quando o Apostolo das Espanhas estabeleceu o culto das imagens sagradas, em terras de Portugal edificou altares à Mãe de Deus em Braga. Foi continuado o culto com singularissimo zelo. *Op. cit.*, 3.<sup>a</sup> edição, II, p. 136.

**Mater Dolorosa.** — «*Mater Dolorosa*», I, 37; «*Mater Dolorosa*», 2 exemplares diferentes, II, 46; «*Mater Dolorosa*», III, 14; «*Mater Dolorosa*», G. Vasco<sup>1</sup>, III, 16; «*Mater Dolorosa*», Tavira (Algarve), III, 151; «*Mater Dolorosa*», IV, 65; «*Mater Dolorosa*», IV, 90; «*Mater Dolorosa*», IV, 96; «*Mater Dolorosa*», IV, 98; sem designação, IV, 98.

**Maternidade.** — «Nossa Senhora da Maternidade», 2 exemplares diferentes, IV, 69; «Imagem da Maternidade de Nossa Senhora Padroeira da Veneravel Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Francisco da Cidade de Coimbra», *Santos fecit* ou *f(ez)*, IV, 102.

**Matheus (S.).** — «S. Matheus», que se venera junto a Soure<sup>2</sup> 4 exemplares diferentes, I, 103; «S. Matheus», que se venera em Cantanhede<sup>3</sup>, *Miguel Costa fecit* ou *f(ez)*, I, 103; «S. Matheus», que se venera nos suburbios da Villa de Soure, 4 exemplares diferentes, 2 exemplares, com *J. Dôres fecit* ou *f(ez)*, 1 em 1867 e outro em 1868, I, 167; «S. Matheus», Camarneira<sup>4</sup>, I, 195; «S. Matheus», Cantanhede, I, 195; «S. Matheus», Soure, II, 80; «S. Matheus da Calheta da Ilha da Terceira» (Açores), III, 120; «B. Matheus de Agrigento», *J. C. Silva inv(en)it*, ou *inv(entou)*. *G. F. Machado sculp(sit)*, ou *sculp(iu)*, IV, 180.

Foi S. Mateus Apostolo e Evangelista; tendo escrito o Evangelho no ano de 40 em sirio-caldaiço, idioma patrio, conforme o asseverou Eusebio e S. Jeronimo, foi ele quem reduziu a formula esquematica de sermão a mais admiravel pratica de moral de todos os tempos: *O Sermão da Montanha*. Tem festa a 21 de Setembro.

<sup>1</sup> É talvez um desenho feito de qualquer imagem de «Nossa Senhora das Dôres», tirada de pintura atribuida a *Gão Vasco*.

<sup>2</sup> *Soure*: Vila e concelho do distrito de Coimbra.

<sup>3</sup> *Cantanhede*: id., id.

<sup>4</sup> *Camarneira*, povoação, do concelho de Cantanhede.

**Mathozinhos ou Matozinhos.** — «Senhor Bom Jesus de Mathozinhos»<sup>1</sup>, III, 4; «Milagrosa Imagem do Senhor Jesus de Mathozinhos», III, 25; «Milagrosa Imagem do Senhor Jesus de Matozinhos», III, 27; «Milagrosa Imagem do Senhor Jesus de Mathozinhos», 2 exemplares diferentes, III, 69; «Milagrosa Imagem do Senhor Jesus de Mathozinhos», III, 106; «Milagrosa Imagem do Senhor de Mathozinhos», exemplar grande, III, 107.

A lenda do Senhor de Matozinhos tem similares em todos os povos de tradição católica. Nomeadamente lembro a imagem de Jesus Cristo que apareceu boiando no mar em Saint Valéry (França) a uns rapazes que pescavam; estava sem a cruz; e a lenda do aparecimento liga-se com o milagre de despregamento das cruzes em que o Padre Truhème o mandava pregar. Vid. conto de Anatole France: *O Nosso Senhor do Oceano*, trad. nos *Serões* (2.ª série, III, 118-122) por D. João da Câmara.

**Maxima.** — «SS. Maxima, Verissimo e Julia, M. em Lisboa», Igreja de Santos; *Godinho f(ecit) ou f(ez)*, I, 51; «SS. Maxima, Verissimo e Julia», M. em Lisboa, III, 32; «SS. Verissimo, Maxima e Julia», 2 exemplares diferentes, III, 42.

Veríssimo, Máxima e Júlia eram três irmãos lusitanos, que foram de peregrinação a Roma visitar os lugares sagrados pela morte dos mártires. Um anjo apareceu-lhes, e disse-lhes que voltassem a Lisboa porque lá seriam martirizados. Regressaram e nas perseguições de Daciano foram executados. Arrastaram-nos pelas ruas, torturaram-nos e por fim lançaram-nos ao rio entre a capital e a fronteira vila de Almada. Poseram-lhes pedras ao pescoço, para poderem ir ao fundo e lá ficar. Imediatamente porém apareceram na margem do rio; os Cristãos ergueram-lhes um templo no sítio onde os sepultaram, que reconstruído e ampliado é a actual igreja de Santos-o-Velho, orago da freguesia de Santos-o-Velho, do 4.º bairro de Lisboa. Santos-o-Velho contrapõe-se a Santos-o-Novo outra freguesia de Lisboa; aquele templo é no lugar do primitivo; para o novo foram trasladados por D. João II, em 1475, os restos dos Santos. Vid. *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, de D. Rodrigo da Cunha, parte I, cap. 18, n.º 8.

Cf. *Descrição do Reino de Portugal*, de Duarte Nunes do Leão, 71 v.

D. Rodrigo da Cunha fala da lenda das pedrinhas redondas com sinais de sangue e cruzes muito claras «em forma de rosas», que apareciam junto dos túmulos dos Santos. Diz que teve uma, 71, fol. 41. Em Lisboa havia procissão em honra destes martires, que saía da

<sup>1</sup> *Matozinhos*: concelho de Bouças, distrito do Porto.

Sé e ia ao mosteiro de Santos-o-Novo. Assim passavam no Culto da igreja de Santos-o-Velho, para o templo das Comendadeiras de Santos-o-Novo.

Das mesmas pedrinhas diz J. Bautista de Castro que aparecem na praia no dia da festa dos Santos, em memória de haverem sido lapidados. *Recreação Proveytosa*, fol. 102. A festa celebra-se no dia 1 de Outubro.

**May dos Homens**<sup>1</sup>. — «Nossa Senhora May dos Homens», 2 exemplares diferentes, II, 37; «Nossa Senhora May dos Homens», *Mig(ue)*<sup>1</sup>. *Le Bouteau (fecit)*, IV, 110.

**Menino Deos**. — «Menino Deos», Real Igreja da Madre de Deos<sup>2</sup>, III, 127.

**Menino Jesus**. — «Menino Jesus, Nossa Pay e Senhor» (colorido), que se venera em Elvas; *Carv(alh)o. f(fecit) ou f(ez)*, I, 10; «O Menino Jesus e seu pae», I, 206; «Vera efflige do Menino Jezus dos Atribulados», que se venera em Lisboa, na Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto, II, 3; «Menino Jesus Salvador do Mundo» (colorido), II, 59; «Menino Jesus dos Atribulados», exemplar minúsculo, II, 62; «Menino Jesus», II, 80; «O Menino Jesus Milagroso de Praga», III, 141; «Menino Jesus», IV, 7.

Na Ilha da Madeira, ouye-se ainda o canto das mulheres que celebram, ensinando-o às crianças, a maravilha de Belém; acaba assim:

Ai, Senhor do Mundo,  
Tam pobre que estais,  
Deitado no feno  
E entre animais.

Se na arte o Natal deixou tradições de uma forma característica, mantêm no povo ainda esses hábitos velhos; é que a escultura de barro dos *presépes* não foi mais que a ascenção artística e culta de uma expressividade rude de arte ingénua, popular, impulsiva. Ainda hoje vemos os *presépes* de Antonio Ferreira e especialmente Machado de Castro, pelo menos em acção directriz, que são museus em miniatura. A indústria cerâmica popular continua hoje a fabricar modelos velhos com que a aldeia e as crianças dos centros provincianos povoram os *presépes* de hoje. É uma festa caseira, familiar, na sua ideia íntima e cristã; e, seqüência dos mistérios do paganismo, con-

<sup>1</sup> Ermida de Nossa Senhora *Mãe dos Homens*: na freguesia de Santa Isabel, de Lisboa, foi fundada em 1754. *Mappa de Portugal*, J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., III, p. 176.

<sup>2</sup> Vide *Madre de Deos*.

tinua as festas religiosas do solstício hibernal, princípio do ano astronómico; a mitologia influiu como não podia deixar de ser, dada a compreensão do elemento mitológico e metafísico em a géneze da vida e da crença; na literatura, como na imaginação popular que tudo reduz ao meio em que vive, também o culto do Natal envolve em si como que a adoração, o receio e a estima, da neve, qualquer cousa de concordante com «o mundo de névoa de onde saiam os rios que se congelavam, e encheram o abismo insondável, princípio da morte e da cólera, que a luz subverteu», dos Eddas.

Os melhores presépios são do séc. XVIII, a idade clássica da nossa escultura do barro. Os nossos coroplastas com escolas de construção e carácter próprios, desenvolveram-se em Aveiro, Alcobaça e Mafra. Em Lisboa tomaram outra direcção: modelar em figuras de dimensões pequenas, cheias de movimento que se integravam num sentimento comum; enquanto a plástica das figuras de fora, e em especial naqueles lugares, era estática. No Porto pelas bandas dos Clérigos ainda hoje existem vestígios desse período aureo, a que Teixeira Lopes, pae, deu uns últimos aspectos de vida. Se em Lisboa predominava nas figuras todo o luxo da corte rival da do Rei Sol, no Porto esta escultura popular era restritamente popular e regional, animada de um realismo admirável, que só na arte flamenga teve comparação.

Ainda podem ver-se em Lisboa os presépios da Igreja da Madre de Deus, da basílica da Estréla, da Sé, do Colégio de Campolide e do Museu das Janelas Verdes. É curioso de ver como as figuras populares destes presépios se sentem plasmadas pelas mãos que modelavam as figuras de Santos, reis e guerreiros, todos em ademanes de minuete.

No Minho crê-se que o Menino Jesus se vai a casa de alguém, é bom metê-lo na cama em que se dorme. Vid. *Rev. de Guimarães*, xv, 33.

Vid. *Os presépios de Barro*, in *Serões*, 3.<sup>a</sup> série, vol. I, 514 a 525; de João Barreira. *O presépio da Madre de Deus na Ilustração Portuguesa*, vol. IV 23 de Dezembro de 1907. Vid. *Cerâmica Portuguesa* de José Queiroz, p. 273 e sgs.

No convento dominicano de Santarém há um Menino Jesus que a tradição diz crescer. Acrescenta que o menino saía do colo da Virgem e ia merendar com duas crianças que todos os dias se sentavam nos degraus do altar.

*Mappa de Portugal*, de J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., II, p. 143.

**Meninos.** — «O Senhor Jesus dos Meninos», que se venera no Mosteiro das Religiosas de S. Bernardo, em Cellas (Coimbra, arredores), *Dôres f(ecit) ou f(ez)*, 1866, I, 123.

**Mercês.** — «Nossa Senhora das Mercês», 2 exemplares, um colrido, I, 37; «Nossa Senhora das Mercês», venerada na Igreja da Conceição Velha, em Lisboa, II, 151; «Nossa Senhora das Mercês», IV, 70; «Nossa Senhora das Mercês», IV, 109.

**Merciana.** — «Nossa Senhora da Piedade da Merciana»<sup>1</sup>, I, 217; «Nossa Senhora da Piedade da Merciana», 2 exemplares grandes, II, <sup>42</sup><sub>43</sub>.

«He tam denota a Sancta Imagem, que imprime cõpunção a quem na vé...» *Agilogio Lusitano*, II, 769, 1.<sup>a</sup> Soleniza-se a festa desta imagem no dia da Santíssima Trindade, «cõ grandes regozijos, & fogares, ... porque ha feira, vodo & Touros...» Id. Diz a lenda que neste dia aparece a Senhora, pelos contornos do sanctuario.

**Mercules.** — «Nossa Senhora de Mercules», exemplar minúsculo, IV, 53.

Em Castelo Branco, a 4 quilómetros da cidade, há um templo com esta invocação. A romaria faz-se na 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> feira de Pascoela.

Vid. *Apêndice*.

**Mês de Maria.** — «Lembrança do Mês de Maria», 31-v-1868, Elvas, II, 9; «Memória do Mês de Maria», 31-v-1867, Elvas, II, 9; «Lembrança do Mês de Maria», 31-v-1870, Elvas, II, 9; «Lembrança do Mês de Maria», 31-v-1872, Elvas, II, 13; «Lembrança do Mês de Maria», 31-v-1868, III, 81; «Consagração do mês de Maria, 1868, III, 101; «Lembrança do mês de Maria», 1868, III, 101; «Lembrança do Mez de Maria», 31-v-1855, *Lecoingt fecit*, IV, 222; «Lembrança do Mez de Maria», Maio, 1874, IV, 222.

**Micael.** — «Rafael, Uriel, Gabriel, Micael, Sealtiel, Iuhdiel, Barachiel» (arcanjos), IV, 180.

Vid. *Miguel*.

**Miguel (Fr.).** — «O B. Fr. Miguel dos Santos», da Ordem Calçada da Santíssima Trindade, IV, 173.

**Miguel (S.).** — «S. Miguel», 2 exemplares diferentes, I, 63; «S. Miguel», 2 exemplares diferentes, II, 61; «S. Miguel», exemplar minúsculo, II, 79; «S. Miguel», exemplar minúsculo, III, 56; «S. Miguel», Vila Franca, S. Miguel (Açores), exemplar grande, III, 115; «S. Miguel e Almas», Igreja de S. Paulo (Lisboa), III, 117; «S. Miguel Arcanjo», III, 196; «Nossa Senhora dos Milagres» e «S. Miguel», IV, 86; «S. Miguel», exemplar pequeno, IV, 166; «S. Miguel Arcanjo», IV, 167; sem designação, IV, 167.

S. Miguel Arcanjo foi o Santo Custódio do Reino, desde que D. Afonso Henriques venceu, com a ajuda dele, o general mouro Al-

---

<sup>1</sup> Aldeia Galega da Merceana, concelho de Alenquer (Lisboa).

baraque nos campos de Santarém. Erigiu-lhe o Rei uma capela na igreja da Alcáçova de Santarém... *Agiologio Lusitano*, III, 126.

É advogado de boticários e sombreireiros; festeja-se a 29 de Setembro.

S. Miguel é o Marte do Cristianismo, cercado pelos anjos, como o deus pagão se associava à Vitória e à Fama. É o salvador dos exércitos nas guerras santas, e o salvador das almas contra os perigos do demónio, que ele vence na figura de uma serpente, mais Apolo do que Marte, com recordações dos *Niebelungos* (vid. *Apocalypse*). Justo, representante e executor da justiça divina, aparece de ordinário nos retábulos das almas, de balança na mão a pesar as culpas das almas do Purgatório. Tem uns longes de Anubis dos mitos faraónicos.

\*

Quando nos fins de Setembro chove, diz-se em Vila Rial que os coroceiros puseram S. Miguel de mólho, para obterem chuva que lhes ajude a venda das coroças. *Revista Lusitana*, XII, pag. 319. — *Tradições populares e lingoagem de Villa Real*, de António Gomes Pereira.

S. Miguel era patrono de uma das Bandeiras da *Casa dos Vinte e Quatro*, organizada por D. João III em 1539, e reformada em *Nova Regulação*, de 3 de Dezembro de 1771, por D. José I. Cabeça do ofício eram os Livreiros; anexos, os Latoeiros de fundição, etc. (De um ms. da Biblioteca Nacional, cod. 653, p. 78). Era a *Bandeira de S. Miguel*.

**Milagre.** — «Santissimo Milagre de Santarem», 2 exemplares diferentes, III, 8; «O Menino Jesus do Milagre», Convento dos Religiosos de Santo Antonio da Convalescença, IV, 7; «Verdadeira Cópia do SS. Milagre da Vila de Santarem», IV, 9; «*Testimonii veritatis Miraculum Sanctaranense*», IV, 11.

O milagre a que se referem os primeiros e terceiro registos é o que D. Rodrigo da Cunha conta na 2.<sup>a</sup> parte da *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, cap. 59 a 64, pp. 188 v. a 194. Deu-se em Santarem, na igreja de S. Estêvão em 1266. Foi um roubo da particula sagrada, à hora da comunhão, por uma mulher que queria voltar a boas relações com o marido, e se entregara a uma judia que lhe exigiu aquele crime para solução familiar. A particula vertia sangue; foi guardada em um *ampullā minimam vitream* (p. 190).

Em uma *Miscellanea* da Biblioteca Nacional, há um ms. que descreve benefícios, foros, dizimos, da igreja do Milagre, «do padroado del Rey». Diz: «Assi q̄ pa aveneração do Santo milagre sera cousa mui acertada encostalo a hūa religião».

Diz textualmente o *Mapa de Portugal*, de João Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed. II volume, a p. 137: «Em Santarem no convento de religiosos Benedictinos se adora com especial culto uma devotissima, e milagrosa imagem de Jesus Christo crucificado com os braços despregados, estendido o direito, offerecida a mão, e curvado

»o santissimo corpo na mesma postura, com que testemunhou ha tantos seculos a verdade de uma affita pastora, que com lagrimas, e verdadeira fé lhe pedia justificasse na presença dos ministros da justica o seu requerimento, como irrefragavel testemunha, que havia sido dos esponsaes, que lhe fizera certo moço». É o milagre do ultimo *registro* (iv, 11).

Vid. *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, de D. Rodrigo da Cunha, parte 2.<sup>a</sup>, cap. 72, p. 211; diz que era bispo de Santarém D. Domingos Jardo, 1289 a 1293.

**Milagres.** — «SS. Cruz dos Milagres, q(ue) se v(enera) na Egreja de Nossa Senhora do Pilar» (Porto), I, 5; «Nossa Senhora dos Milagres», que se venera em Guifões<sup>1</sup>, I, 83; «Nossa Senhora dos Milagres. Venera-se em S. Paio de Gramacos<sup>2</sup>. Festa a 15 de Agosto», I, 141; «Nossa Senhora dos Milagres», que se venera na sua Capela do Cabril (proximo ao Pedrogão Grande<sup>3</sup>), MALHOA (*inventou?*), I, 153; «Senhor dos Milagres», Braga, I, 207; «Nossa Senhora dos Milagres», Sernache dos Alhos<sup>4</sup>, 2 exemplares diferentes, II, 8; «Nossa Senhora dos Milagres», capela dos Fetaes Cimeiros, freguesia do Espinal<sup>5</sup>, II, 71; «Senhor dos Milagres», Capela da Cruzinha, termo de Vilarandelo<sup>6</sup>, II, 86; «Senhor Jesus dos Milagres», III, 26; «Senhor Santo Christo dos Milagres», ECCE-HOMO, Ponta Delgada (Açores), exemplar grande, III, 67; «Senhor Santo Christo dos Milagres, com a V. M. Thereza da Anunciada», Ponta Delgada, III, 68; «Piedoza Imagem de Nossa Senhora dos Milagres», III, 84; «O Senhor Bom Jesus dos Milagres», de Machico (Madeira), exemplar colorido e dourado, III, 108; «Nossa Senhora dos Milagres», Ermida á Estrela (4.<sup>º</sup> bairro de Lisboa), III, 112; «Senhor Bom Jesus dos Milagres», Ilha de S. Jorge (Açores), fotografia, III, 137; «Nossa Sedhora dos Milagres», Igreja na Estrela, Lisboa, III, 168; «Imagen de Nossa Senhora dos Milagres», lugar de Sarreta, Ilha Terceira (Açores), IV, 64; «Nossa Senhora dos Milagres» e «S. Miguel», IV, 86.

Em Lisboa há uma ermida de Nossa Senhora dos Milagres, na Travessa dos Ladrões, na Estréla. Já a ela se refere Bautista de Castro, in *Mappa de Portugal*, 3.<sup>a</sup> ed., III, p. 176.

<sup>1</sup> Guifões, freguesia no concelho de Bouças, distrito do Pôrto.

<sup>2</sup> S. Paio de Gramassos: Gramacos é povoação da freguesia e concelho de Oliveira do Hospital (distrito de Coimbra).

<sup>3</sup> Pedrogão Grande, vila e concelho do distrito de Leiria.

<sup>4</sup> Sernache dos Alhos, vila do concelho de Coimbra.

<sup>5</sup> Espinal, freguesia do concelho de Penela (distrito de Coimbra).

<sup>6</sup> Vilarandelo, freguesia no concelho de Vale Passos (distrito de Vila Real).

Na Serra do Marão há uma imagem de Nossa Senhora dos Milagres, com romaria a 8 de Setembro, «cuja formosa e vasta capella »domina todo o villar». *Minho Pittoresco*, I, 61.

**Misericordia.** — «Nossa Senhora da Misericordia D'Antime», exemplar de cér, I, 92; «Nossa Senhora da Misericordia», Porto, exemplar grande (fotogravura), III, 170; «Nossa Senhora da Mizericordia», IV, 97.

«Esta virtuosa e catholica rainha (D. Leonor, mulher d'el-rei D. João II) instituiu a confraria da Misericordia nestes reinos, sendo regente d'elles no tempo que el-rei D. Manuel, seu irmão, era ido a Castella... Para esta confraria deu el-rei D. Manuel de juro cada anno de esmola um conto de reis, para sustento de orfaos, e quinhentos mil reis para outras obras pias». *Chronica do felicissimo rei Dom Emmanuel*, Damião de Goes, parte IV, cap. 26.

**Misericordias.** — «O Senhor Jezus das Misericordias e a veneravel Madre Maria do Lado<sup>1</sup>, fundadora do Louriçal», 3 exemplares diferentes, sendo um deles colorido, I, 68; «O Senhor Santo Christo das Misericordias», que se venera na Igreja da cidade de Angra (Açores), II, 4; «Senhor Jesus das Misericordias», 3 exemplares diferentes, II, 64; «Senhor Jesus, o Senhor Santo Christo das Misericordias», venerado em Angra, III, 4; «Senhor Jesus das Misericordias», S. Salvador, Évora, III, 108; «Milagroza Imagem de Nossa Senhora das Mizericordias», IV, 70.

**Missão.** — «Nossa Senhora da Missão», IV, 91.

**Mizericordia.** — Vid. *Misericordia*.

**Mizericordias.** — Vid. *Misericordias*.

**Moita.** — «Milagrosa imagem de Nossa Senhora da Moita», do logar de Gondelim<sup>2</sup>, exemplar fotogravado, III, 155.

**Moliano.** — Vid. *Pedro (S.)*.

**Monica (Santa).** — «Vid. *Consolação*»; «Santa Monica», 2 exemplares diferentes, IV, 134.

**Monserrate.** — «Nossa Senhora de Monserrate», Ermida na Quinta de Monserrate, no termo da Vila de Almada, distrito de Lisboa, IV, 82; «Nossa Senhora do Monserrate<sup>3</sup>», IV, 105.

<sup>1</sup> Vid. *Maria*.

<sup>2</sup> *Gondelim*, povoação nos concelhos de Valença (Viana do Castelo) ou Penacova (Coimbra).

<sup>3</sup> Na Rua de S. Bento, segundo refere já Bautista de Castro no *Mappa de Portugal*, 3<sup>a</sup>. ed. III, p. 253, houve uma capela desta invocação, em casa de D. António de Menezes.

O registo pertence, à festa da imagem «tam prodigiosa como em tudo Grande, | Protectora de seos Devotos. | Venera-se em a sua Irmida da Quinta de Monserrate no Termo da Vila | d'Alma-dá». Di-lo o próprio registo.

Vid. notícia de «offertas de naufragos e captivos, e outros argumentos de varias necessidades e do remedio que nelas se alcançou por meio d'esta Senhora», na *Vida do Arcebispo*, de Fr. Luís de Sousa, I, liv. 2.<sup>o</sup> cap. 33. (Narração da visita do Arcebispo à devotissima casa de Nossa Senhora de Monserrate ...).

**Monte.** — Vid. *Monte Alto, Monte do Carmo, Bom Jesus do Monte; Nossa Senhora do Monte, S. Gens e Santo Agostinho*, Lisboa, 1.<sup>o</sup> Bairro, I, 178; «Senhora do Monte», exemplar minúsculo, II, 62; «Nossa Senhora do Monte de Penacova», (distrito de Coimbra), III, 77; «Nossa Senhora do Monte, e S. Gens», III, 101; «Nossa Senhora do Monte, e S. Gens», III, 125; «Nossa Senhora do Monte», de Penacova, III, 147; «Nossa Senhora do Monte», Ilha da Madeira, III, 151; «Milagrosa Imagem do Senhor Bom Jesus do Monte», IV, 13; «Nossa Senhora do Monte», IV, 70; «Nossa Senhora do Monte», 2 exemplares diferentes, IV, 71; «Nossa Senhora do Monte», IV, 87; «Nossa Senhora do Monte», IV, 98; «Nossa Senhora do Monte da Ilha da Madeira», lithografia, exemplar grande, IV, 220.

Nos arredores da cidade do Funchal (Madeira), em um cabeço por cima da povoação, há uma igreja da Nossa Senhora do Monte. *Monte* é a elevação onde está o templo. De toda a ilha corre gente à romaria, no dia 15 de Agosto.

**Monte Alto.** — «Nossa Senhora do Monte Alto», (Arganil)<sup>1</sup>, 2 exemplares diferentes, II, 4; «Nossa Senhora do Monte Alto», Arganil, III, 130.

**Monte do Carmo.** — «Nossa Senhora do Monte do Carmo», I, 230; «Nossa Senhora do Monte do Carmo», II, 64; «Nossa Senhora do Monte Sameiro», III, 17; «Nossa Senhora do Monte do Carmo», 2 exemplares diferentes, III, 19; «Nossa Senhora do Monte do Carmo», Ordem Terceira do Convento do Carmo, Lisboa<sup>2</sup>, III, 102; «Nossa Senhora do Monte do Carmo», IV, 64; «Nossa Senhora do Monte do Carmo», exemplar minúsculo, IV, 65; «Nossa Senhora do

<sup>1</sup> Arganil, vila e cabeça de concelho do distrito de Coimbra.

<sup>2</sup> Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, no sítio das Águas Livres, freguesia de Santa Isabel. *Mappa de Portugal*, de J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., III, 197.

Monte do Carmo», iv, 71; «Nossa Senhora do Monte do Carmo», iv, 104.

**Monte Junto**<sup>1</sup>.—Vid. *Neves*.

**Monte Sinay**.—«Santa Catarina de Monte Sinay»<sup>2</sup>, iii, 155.

**Morte**.—Vid. *Boa Morte*.

**Morto**.—«O Senhor Morto», sem designação, i, 19; «Milagrosa Imagem do Senhor Morto», que se venera em Castanheira de Pera, i, 68<sup>3</sup>; «O Senhor Morto», i, 104; «Senhor Morto», i, 209; «Imagen do Senhor Jesus Morto», Convento do Carmo Calçado, Lisboa, *Lucus sculps[it]*, iv, 21.

**Mundo**.—«Senhor do Mundo», que se venera no Cabeço de Mortagua<sup>4</sup>, 2 exemplares diferentes, (1 colorido), i, 105.

**Nassimento**.—«Nassimento de N. S. Jesus Christo», ii, 3; Vid. *Menino Jesus*.

**Natalia**.—«S. Felix, Santo Adrião, e Santa Natalia, com 23 Companheiros Martyres, cujas Reliquias insignes se venerão na Igreja das Relig[ios]as Conegas Regrant[es]. de Chellas. 1.<sup>º</sup> de Agosto dia da Festa», iii, 59.

**Natividade**.—«Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Natividade», que se venera em Vila Nova d'Ourem<sup>5</sup>, i, 137; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Natividade», que se venera em Vila Nova d'Ourem, i, 140; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Natividade do Rio de Couros, Bispado de Leiria»<sup>6</sup>, ii, 32.

**Navegantes**—«sem designação», i, 157; «Senhor Jesus dos Navegantes», de Setubal (Extremadura), ii, 35; «Senhor Jesus dos Navegantes e Nossa Senhora da Caridade», Ermida à Lapa, Lisboa, 4.<sup>º</sup> Bairro, 2 exemplares diferentes, iii, 141; «O Senhor Jesus dos Navegantes», iv, 4; «O Senhor Jesus dos Navegantes», iv, 17; «O Senhor Jesus dos Navegantes e a Senhora da Caridade», iv, 21.

A primeira capela da imagem de Nossa Senhora dos Navegantes foi de madeira; só mais tarde (séc. XVIII?) lhe foi feita uma de pedra. *Mappa de Portugal*, J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., iii, p. 254.

<sup>1</sup> Serra de Monte Junto.

<sup>2</sup> Actual freguesia de Santa Catarina, 3.<sup>º</sup> Bairro de Lisboa.

<sup>3</sup> Castanheira de Pera, Castanheira (S. Domingos) ou Castanheira de Pedrógão, concelho de Pedrógão Grande (distrito de Leiria).

<sup>4</sup> Mortagua, vila, concelho do distrito de Viseu.

<sup>5</sup> Vila Nova d'Ourem, vila, concelho do distrito de Santarém.

<sup>6</sup> Rio de Couros, freguesia no concelho de Vila Nova d'Ourem.

**Nazaré.** — Vid. «Nazareth».

**Nazareth.** — «Retrato de Nossa Senhora da Nazareth», I, 29; «Milagroza imagem de Nossa Senhora da Nazareth», I, 35; «Nossa Senhora da Nazareth», 2 exemplares diferentes, I, 40; «A Senhora de Nazareth», Propriedade da Real Casa de Nazareth, (a lapis: 1903), I, 134, (colorido); «Nossa Senhora da Nazareth», 2 exemplares semelhantes ao antecedente), I, 135; «Photographia da verdadeira Imagem de Nossa Senhora da Nazareth», *J. R. da Silva Phot(ographon)*, (a lapis, 1903), I, 152; «sem designação» (gravura em madeira, sécs. XVI ou XVII), I, 162; «Nossa Senhora da Nazareth», II, 5; «Nossa Senhora da Nazareth», 2 exemplares diferentes, II, 28; «Nossa Senhora da Nazareth», 2 exemplares diferentes (1 colorido), II, 46; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Nazareth», exemplar minúsculo, II, 62; «sem designação», (exemplar minúsculo), II, 79; «Senhora da Nazareth», Real Casa da Propriedade, II, 95; «Nossa Senhora da Nazareth», 2 exemplares diferentes (1 colorido), III, 18; «Retrato de Nossa Senhora da Nazareth», III, 18; «Nossa Senhora da Nazareth», 5 exemplares diferentes, III, 173; «Verdadeiro Retrato de Nossa Senhora da Nazareth», 2 exemplares diferentes, IV, 53; «sem designação», exemplar pequeno, II, 64; «sem designação», exemplar minúsculo, 2 exemplares diferentes, IV, 65; «Nossa Senhora da Nazaré», exemplar curioso, IV, 71; Nossa Senhora da Nazareth», 2 exemplares diferentes, IV, 93; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Nazareth», IV, 110; «Nossa Senhora de Nazareth», 2 exemplares coloridos de tamanhos diferentes, *Paris, Agostoni f[il]\**, IV, 221.

A lenda milagrosa da imagem da Virgem de Nazareth, foi descrita pelo Cronista-Mór do Reino, Fr. Bernardo de Brito, no *Agiologio Lusitano*, II, 282-284. Da imagem de madeira, que apareceu ao monge Romano, de Mérida (séc. VIII), e tinha sido trazida por um frade grego da cidade de Nazareth na Galileia, encarregou-se de nela dizer, Manuel de Brito Alão; «Antiguidades da imagem de Nossa Senhora da Nazareth», 1628. Eram notáveis os cirios que todos os anos acorriam festivamente às romagens; entre eles foi rico e concorrido o cirio de Lisboa, conhecido pelo nome atributivo de «cirio das pratas», que se punha a caminho em Agosto, em comitiva solene. No século passado compunha lóas, e pregava no templo da Virgem o orador sagrado de Obidos, P.<sup>o</sup> Francisco Rafael da Silveira Malhão.

Vid. In *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, de D. Rodrigo da Cunha, I parte, cap. 34, p. 65 a 68 v, «Antiguidade, veneração, «dos milagres de Nossa Senhora de Nazareth».

**Necessidades.** — «O Senhor Jesus das Necessidades», *Carvalho f(ecit) ou f(ez)*, I, 10; «Nossa Senhora das Necessidades», da Vila

da Ponte<sup>1</sup>, Bispado de Lamego, 2 exemplares diferentes, I, 70; «Nossa Senhora das Necessidades», de Poiares<sup>2</sup>, 2 exemplares diferentes, I, 72; «Nossa Senhora das Necessidades», de Poiares, 2 exemplares diferentes, I, 73; «Nossa Senhora das Necessidades», de Poiares, 2 exemplares diferentes, M[iguel] Costa f(ecit) ou f(ez), I, 80; «Nossa Senhora das Necessidades», do Recolhimento do Paço do Conde (Coimbra), Dores f(ecit) ou f(ez), 1867, I, 80; «Nossa Senhora das Necessidades», de Aldeia das Dez (Coimbra); I, 142; «Nossa Senhora das Necessidades», de Vila da Ponte, I, 161; «Nossa Senhora das Necessidades», Poiares, II, 6; «Nossa Senhora das Necessidades», II, 85; «Nossa Senhora das Necessidades», Poiares, II, 92; «O Senhor Jesus das Necessidades», II, 33; «Nossa Senhora das Necessidades», do Real Santuário das Necessidades, Lisboa, II, 50; «Nossa Senhora das Necessidades», que se venera no Coleurinho, freguesia de Aldeia dos Dez (Coimbra), II, 68; «Nossa Senhora das Necessidades», Capela da Carapinheira da Serra<sup>3</sup>, II, 76; «Senhor Jesus das Necessidades», II, 78; «Senhor Jesus das Necessidades», que se venera em Santa Cita<sup>4</sup>, II, 85; «Nossa Senhora das Necessidades», Capela em Poiares, II, 92; «Nossa Senhora das Necessidades», III, 10; «Nossa Senhora das Necessidades», Capelinha do Sobreiro<sup>5</sup>, III, 86; «O Senhor Jesus das Necessidades», Santa Cita, IV, 1; «O Senhor Jesus das Necessidades», IV, 17; «Nossa Senhora das Necessidades», IV, 79; «Nossa Senhora das Necessidades», IV, 93; «Nossa Senhora das Necessidades», IV, 98.

De Nossa Senhora das Necessidades ha uma imagem muito milagrosa em Lisboa, na ermida das Necessidades, onde fez crescer avultadamente o azeite da alampada, até verter. Uma devota que tal viu chamou o povo que viu o azeite a correr até à porta, onde o colheu quem quis. Teve devoção nesta imagem o rei artista D. João V, que lhe edificou o atual templo. Vid. esta lenda milagrosa no *Mappa de Portugal*, de J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., II, p. 150.

**Negles.** — Vid. *Pedro (S.)*.

**Nepomuceno**<sup>6</sup>. — «S. João Nepomuceno», Terceiros de S. Fran-

<sup>1</sup> *Vila da Ponte*, concelho de Sernancelhe (Visen).

<sup>2</sup> *Poiares*, há quatro povoações com este nome.

<sup>3</sup> *Carapinheira da Serra*, freguesia de S. Paulo de Frades, concelho de Coimbra.

<sup>4</sup> *Santa Cita*, freguesia da Asseiceira, concelho de Tomar.

<sup>5</sup> *Sobreiro*, numerosas povoações com este nome.

<sup>6</sup> Protector dos que temem perder a sua reputação.

cisco de Lisboa (20 de Abril de 1861), I, 66; «S. João de Nepomuceno», III, 200; «S. João Nepomuceno», *God[inh]o. f(ecit) ou f(ez)*, IV, 166; «Verdadeira Cópia de S. João Nepomuceho», q se venera na Igreja de S. Julião, de Lisboa, *Debrié del[inearit]. et f(ecit)*, 1753, IV 170.

**Neutel (S.).** — «S. Neutel», 3 exemplares diferentes, um de Certã<sup>1</sup>, e 2 de Maçãs de D. Maria<sup>2</sup>, I, 185.

Em Chaves, junto da vila, ergue-se o forte de S. Neutel que tem ao meio uma capelinha da Senhora das Brotas. No Domingo de Pascoela e segunda feira a seguir, acorre ali muita gente que se dispersa pelo campo, e come o derradeiro folar da Páscoa.

**Neves.** — «Nossa Senhora das Neves», de Monte Junto<sup>3</sup>, I, 24; «Nossa Senhora das Neves», que se venera na Vila de Rebordãos<sup>4</sup>, Bispado de Bragança, *Queiroz fez*, I, 35; «Nossa Senhora das Neves», Fafe<sup>5</sup>, I, 179; «Nossa Senhora das Neves», freguesia de Sambade<sup>6</sup>, I, 179; «Nossa Senhora das Neves», I, 219; «Nossa Senhora das Neves», Fafe, I, 219; «Nossa Senhora das Neves», da Vila de Abiul<sup>7</sup>, II, 74; «Nossa Senhora das Neves», de Abiul, II, 76; «Nossa S.(enhora) das Neves de Monte Junto», IV, 93.

A Senhora das Neves é a chamada Senhora de Agosto, pois se festeja a 15 deste mês, o mais ardente do ano. Não é só festejada na montanha onde acode aos pastores, caminheiros e lenhadores, nos meses das neves. Vid. o quadro de Jorge Afonso, de Évora (1.<sup>a</sup> metade do séc. XVI), a *Senhora das Neves* do Museu de Arte Antiga (Janelas Verdes). Também na planície, quando o calor asfixiante lembra o frio da neve, se adora a Virgem das Neves, como evocação longíqua pagã de espírito bemfazejo envolto na neve, que é necessário lembrar e aplacar.

Houve um antigo voto do Senado de Lisboa, que ia na madrugada da festa desta Senhora à Igreja da Penha. Vid. *Mappa de Portugal*, de J. Bautista de Castro, III, 135.

<sup>1</sup> Certã, vila do distrito da Guarda.

<sup>2</sup> Maçãs de D. Maria, vila, no concelho de Figueiró dos Vinhos (distrito de Leiria).

<sup>3</sup> Monte Junto, serra da Extremadura Cistagana.

<sup>4</sup> Rebordãos, freguesia no concelho de Bragança.

<sup>5</sup> Fafe, vila do distrito de Braga.

<sup>6</sup> Sambade, uma povoação no concelho de Penafiel (distrito do Porto), outra no de Alfandega da Fé (Bragança).

<sup>7</sup> Abiul, freguesia no concelho de Pombal (distrito de Leiria).

Nossa Senhora das Neves patrocinava os ofícios: Pasteleiros, latoeiros de folha branca, latoeiros de folha amarela, e torneiros; que formavam uma bandeira na *Casa dos Vinte e Quatro*, instituída por D. João III em 1539, e confirmada por D. José em *Nova Regulação*, datada de Pancas, em 3 de Dezembro de 1771. Era a *Bandeira de Nossa Senhora das Neves*. (De um ms. da Biblioteca Nacional, cod. 653, p. 78).

**Nicolau (S.).** — «S. Nicolau», Bispo de Myrade, I, 9; «S. Nicolau Tolentino», III, 51; «S. Nicolau Bispo», III, 65; «S. Nicolau, Bispo», IV, 206.

Os estudantes de Guimarães celebravam antigamente a festa tradicional de S. Nicolau. Um dos académicos festeiros percorria as ruas e praças da cidade, proclamando um pregão ou bando, em prosa ou verso, que anuncjava o programa da festa. Estes bandos começaram a ser impressos em 1847. *Revista de Guimarães*, XXII, 161, e XXIII, 29, artigos de João de Meira.

**Nossa Senhora.** — «Nossa Senhora e Sant'Anna», I, 32; «Santa Anna e Nossa Senhora», II, 45; «Nossa Senhora e Santa Anna», III, 12; «Nossa Senhora e Santa Anna», III, 43; «Verdadeiro Retrato da Imagem de Nossa Senhora», capella das Areias, perto de Aveiro, III, 93; «Nossa Senhora aparecida ao Mudo João», q se venera em 15 de Agosto na freguesia de Balugães<sup>1</sup>, IV, 91; sem indicação, IV, 92; «Nossa Senhora e Santa Anna», IV, 102; sem indicação (exemplar curioso pelo simbolismo), IV, 175.

**Noutel (S.).** — «Milagrosa Imagem de S. Noutel», que se venera em Maçãs de D. Maria<sup>2</sup>, festejado nos dias 25, 26, 27 de Julho, I, 108.

**Obidos.** — «Senhor Jesus de Obidos», I, 6. Vid. *Pedra*.

**Oleiros.** — «O Senhor Jesus dos Oleiros», que se venera da Igreja de Santa Justa (Lisboa), *Santos f(ecit) ou f(ez) Porto*, I, 17; «Senhor Jesus dos Oleiros», que se venera na Igreja de Santa Justa (*Miguel Costa [fez]. Coimbra, 1864*), I, 117; «Senhor Jesus dos Oleiros, Protector da mesma classe», *Dores f(ez) ou f(ecit) 1863*, I, 123; «Senhor Jesus dos Oleiros», Igreja de Santa Justa, *Miguel Costa (fez). Coimbra 1880*, III, 94.

**Oliveira.** — «Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães», (um exemplar muito pequeno), I, 152; «Vera effigie da veneranda imagem de

<sup>1</sup> *Balugães*, freguesia no concelho de Barcelos.

<sup>2</sup> *Maçãs de D. Maria*, vila do concelho de Figueiró dos Vinhos (distrito de Leiria).

Nossa Senhora da Oliveira», Ilha de S. Miguel, exemplar grande fotogravado (Açores), III, 146; «Nossa Senhora da Oliveira», Rua de S. Julião, *Freire (fez)*, III, 173; «Nossa Senhora de Oliveira», IV, 72.

Vid. «Santa Maria da Oliveira», igreja paroquial, a pp. 55-57, no livro de Oliveira Guimarães, Abade de Tágilde, *Guimarães e Santa Maria*, Porto 1904. Cfr. também *As Cidades Villas da Monarchia Portuguesa*, de Vilhena Barbosa, I, p. 197.

Nossa Senhora da Oliveira era patrona de uma das «Bandeiras e Ofícios da Casa dos Vinte e Quatro», creada por D. João III em 1539 e confirmada por D. José I em 1771, na *Nova Regulação*. Os ofícios desta bandeira são: «cabeça: Confeiteiros; annexos: Carpinteiros de carroagens, Pexeireiros». (De um ms. da Biblioteca Nacional, cod. 653, p. 78). Era a *Bandeira de Nossa Senhora da Oliveira*.

**Onofre (S.).** — «S. Onophre», III, 58; «S. Onofre», IV, 166.

**Onophre (S.).** — Vid. *Onofre*.

**Orada**<sup>1</sup>. — «Nossa Senhora da Orada», de Vieira<sup>2</sup>, I, 220; «Nossa Senhora da Orada», Albufeira<sup>3</sup>, III, 165.

**Ouvida.** — «Senhora da Ouvida», que se venera em Paradella, concelho de Sever do Vouga (distrito de Aveiro), II, 72.

**Ovidio (Santo).** — «Santo Ovidio», 2 exemplares diferentes, I, 60; «Santo Ovidio», Fafe<sup>4</sup>, I, 202; «Santo Ovidio», Fafe, I, 210; «Santo Ovidio», Louzada<sup>5</sup>, II, 81; «Santo Ovidio», Capela do Santo do Monte, freguesia de Santa Lucrecia da Ponte do Louro<sup>6</sup>, III, 122.

Santo Ovídio é advogado contra a surdez, e note-se como da aproximação sónica da pronúncia popular da palavra *ouvido* se depreende a lógica de terem os surdos por advogado Santo Ovídio. (Óvido—Óvídio). Junto de Valença, no Alto Minho, há uma capela a Santo Ovídio. No dia da festa a gente do povo não se esquece de ir auscultar uma rocha que fica próximo, numa cavidade da qual dizem sentir-se um ruído surdo. (*Minho Pittoresco*, de José Augusto Vieira, I, p. 86). Há neste caso um vestígio dos misteriosos usos das grutas prehistó-

<sup>1</sup> «Advogada dos peccadores, e das dores de cabeça», diz o *registo*, I, 220.

<sup>2</sup> Vieira, freguesias nos concelhos de Leiria e Ponte da Barca, e concelho da denominação legal de Vieira, no distrito de Braga.

<sup>3</sup> Albufeira, vila e concelho do distrito de Faro (Algarve).

<sup>4</sup> Fafe, vila, concelho do distrito de Braga.

<sup>5</sup> Lousada, vila, concelho do distrito do Porto, e povoações nos concelhos de Lousada e Felgueiras.

<sup>6</sup> Ponte do Louro, freguesia no concelho de Vila Nova de Famalicão (distrito de Braga).

ricas, que o cristianismo envolveu de lendas suas. Esta gruta, com a rocha, faz parte da série de outras sobrevivências ligadas às grutas: as mouras que as habitam, os tesouros que encerram, águas milagrosas, aparição da Virgem ligada a grutas (Lourdes em França, Senhora da Penha, Senhora da Lapa, da Lapinha, etc., como a Cova da Moura, Casa da Moura, Gruta da Moura, o onomástico o lembra). Essas grutas podem ter esta superstição moderna, como o frisa o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, mas, tenha ou não indícios arqueológicos, o facto é que a sobrevivência da veneração das grutas se dá hoje ainda. Vid. *Religiões da Lusitania*, I, pp. 225 e 47 nota.

**Paciencia.** — «O Senhor Jesus da Paciencia», 4 exemplares diferentes, I, 3; «Senhor da Paciencia», exemplar colorido, I, 104; «Senhor da Paciencia», que se venera em Maiorca<sup>1</sup>, I, 104; «O Bom Jezus da Paciencia» (1869), que se venera em Maiorca, I, 131; «Senhor da Paciencia», Maiorca, III, 88.

**Pai.** — Vid. *Pobres*.

**Paixão.** — «Santa Paixão de Nossa Senhor Jesus Cristo», II, 41; «A Paixão de Jesus Cristo conforme o Evangelho», IV, 9.

**Paraiso.** — «Senhora do Paraiso», Ermida do Asilo da Ajuda (Lisboa, 4.<sup>º</sup> bairro), fotogravura, III, 174.

**Parto.** — Vid. também *Bom Parto*. «Nossa Senhora do Parto», que se venera no 3.<sup>º</sup> Domingo de Junho em S. Paio de Seide<sup>2</sup>, I, 95; «Nossa Senhora do Parto», S. Paio de Seide, I, 173; «Nossa Senhora do Parto», I, 223; «Nossa Senhora do Parto», 2 exemplares diferentes, um colorido, II, 51; «Nossa Senhora do Parto», S. Mel. *Miguel da Costa F(az)*, Coimbra 1879, III, 86; «Nossa Senhora do Parto», IV, 63; «Nossa Senhora do Parto», Igreja de S. Crespim de Lisboa, IV, 72; «Nossa Senhora do Parto, S. Crispim e S. Crispiniano», IV, 72.

**Pascoal (S.).** — «S. Pascoal Bailon», III, 57.

(Continua).

Luís CHAVES.

«Pour savoir ce qu'un peuple pourra devenir, il faut d'abord connaître ce qu'il a été. C'est le service que nous rend l'histoire».

S. BOISSIER, *L'Afrique Romaine*, Paris 1895, p. 316.

<sup>1</sup> Maiorca, vila no concelho da Figueira da Foz (distrito de Coimbra).

<sup>2</sup> S. Paio de Seide, freguesia no concelho de Vila Nova de Famalicão, (distrito de Braga).

## VOLUME XXII

### ÍNDICE ANALÍTICO

#### **ÁGUA:**

Engenho de a tirar: 9.

#### **ALFAIAS:**

Vid. *Vila*.

#### **AMULETOS:**

Em Valpaços: 34.

Romano: 126.

#### **ANEL:**

Romano com gravura: 146.

Ondulado de ouro: 338.

Vid. *Museu (aquisições)*.

#### **ANTAS:**

Informação delas em Alenquer: 121; em Ribeira de Pena: 164.

Alusão num poema: 124.

Esteios de uma anta algarvia: 127.

Denominações populares: 135, 142, 158, 160 e 307.

Na Foz do Sabor: 167.

No concelho de Montemor: 167.

Furada: 168.

Dólmen de Móntabrão: 169.

Vid. *Sepulturas prehistóricas, Antiguidades e notícias (Beira)*.

#### **ANTIGUIDADES E NOTÍCIAS ARQUEOLÓGICAS:**

##### **Alentejo:**

Alandroal (marco, pedra ornada, cabeceira de sepultura): 107 e 108.

Mina de S. Domingos, concelho de Mértola (moedas ibéricas): 120; (áureo de Nero): 167.

Ponte de Sor (moedas ibéricas): 120.

Entre-Águas, concelho de Avis (igreja antiga, véu de calix): 120.

- Avis (marco da Ordem): 121.  
 Fronteira (sepultura de incineração): 123.  
 Nisa (ruínas): 167.  
 Moura (grutas): 167.  
 Val de Asna, concelho de Montemor-o-Novo (anta): 167; (anta de S. Brissos): 167.  
 Arraiolos (antas): 168.  
 Ferreira do Alentejo (anta furada): 168.  
 Beja (história de Beja): 179.  
 Veiros, concelho de Estremoz (pelourinho): 222.  
 Canal, concelho de Estremoz (pelourinho): 224.  
 Estremoz (siglas de canteiros): 225.

**Algarve:**

- Milreu, concelho de Faro (termas): 125.  
 Cacela, concelho de Vila Real de Santo António (sepulturas, etc.): 126.  
 Tôrre d'Ares (restos romanos e arábicos): 126.  
 Faro (cerâmica romana e arábica): 126.  
 Lagos (vestígios romanos e prehistóricos): 127.  
 Bensafrim (silos): 128.  
 Monte Molião, concelho de Lagos (variadas antiguidades): 128 e 130.  
 Mexilhoeira (varias antiguidades): 128.  
 Portimão (piscinas): 131.  
 Castro-Marim (restos antigos, superstições): 138.

**Beira:**

- Mangualde (sepulturas rupestres, castros, xorca, etc.): 112, 113, 114, 115, 133, 135, 138 e 141.  
 Nas (castro, etc.): 112 e 113.  
 Senhorim (penedo da moira, etc.): 112 e 113.  
 Guarda (castro): 116.  
 Casal do Mato, concelho da Figueira (antas): 132.  
 Coimbra (várias): 133.  
 Aguiar da Beira (casa d'orca): 142.  
 Gouveia (penedo com covinhas): 167.  
 Freixeda do Torrão, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo (inscrição): 168.  
 Castelo-Branco (museu e arredores): 297.  
 Monsanto (antiguidades): 304.  
 Idanha-a-Velha (lápides): 306.  
 Castelo Novo (lagaretas, escultura): 308.  
 Fundão (vária): 311; (sepultura romana): 336.  
 Covilhã (arquivo, museu, bibliografia da Serra): 318 e seguintes.  
 Pinhel (vária): 331.

**Entre Douro e Minho:**

- Miranda do Douro (cunhagem de moedas): 105  
 Mojães, concelho de Viana do Castelo (sepulturas prehistóricas): 117.

- Barcelos (cromlech?): 118.  
 Vizela (termas): 125.  
 Farodinha, concelho de Viana do Castelo (cidade): 133  
 Vila do Conde (feira): 153  
 Baião (coleção arqueológica, estação romana): 157.  
 Santa Marta de Penaguia (castro, pelourinho): 157.  
 Mondim de Basto (antiguidades, citânia): 167.

**Estremadura:**

- Póvoa de Santo Adrião, concelho de Loures (ara romana): 97.  
 Mafra e Ericeira (pedras do raio): 110.  
 Sintra (machados, silos, etc.): 118.  
 Santo António de Mindelo, concelho de Tôrres Vedras (grutas): 119.  
 Chão de Maçãs, concelho de Ourém (grutas): 119.  
 S. Gregório, concelho de Óbidos (moedas): 120.  
 Alenquer (antas?): 121.  
 Serra da Neve, concelho do Cadaval (convento em ruínas): 121; Pero-Moniz (mouros): 127; Pragança (vária): 122.  
 Rio Maior (grutas): 122.  
 Azeitão (vária): 123.  
 Cabo da Roca (furnas, fonte, inscrição): 139.  
 Cascais (capela com sepultura, ex-votos): 140; (Senhora da Guia): 349.  
 Manique, concelho de Cascais (lápide romana): 140.  
 Murches, concelho de Cascais (cemitério visigodo): 141.  
 Tróia de Setúbal (ruínas): 141 e 142.  
 Tomar (grutas, estações romanas, lendas): 142 a 147.  
 Ferreira do Zêzere (grutas): 142; (notícia histórica): 185.  
 Dornes, concelho de Alvaiázere (vária): 150.  
 Carrascal, concelho de Leiria (telhões, pesos, pedras marcadas): 166.  
 Tôrres Novas (pedra com desenhos): 167.  
 S. Domingos, concelho de Alcácer do Sal (pedra em que apareceu um santo): 168.  
 Setúbal (restos romanos, grutas, cetarias): 168.  
 Belas, concelho de Oeiras (dólmen): 169.  
 Liceia, concelho de Oeiras (vária): 203.  
 Abrantes (edifícios, sepulturas): 296.  
 Santarém (o santo milagre): 375.  
 Lisboa (oficinas de gravura e casas de moeda): 232 e seguintes; (Tôrre do Tombo, convento de S. Bento, convento das religiosas do Santo Crucifixo): 237; (Madre de Deus): 366; (Santos-o-Velho): 371.

**Trás-os-Montes:**

- Chaves (arruado): 4 e seguintes: (ponte): 165; (estátua, insculturas): 166.  
 Samaiões, concelho de Chaves (inscrição de tipo romano): 15.  
 Val de Anta, concelho de Chaves (muro romano): 16.  
 Currall de Vacas, concelho de Chaves (inscrição romana): 17.  
 Santa Marta de Vila Frade, concelho de Chaves (idem): 17.  
 Outeiro Sêo, concelho de Chaves (lagar): 20.

- Nantes, concelho de Chaves (jardins antigos, etc.): 21.  
 Serra do Brunheiro (*coup-de-poing*): 22.  
 Curalha, concelho de Chaves (castro): 22.  
 Montalegre (etnografia barrosã): 23.  
 Vilarandelo, concelho de Valpaços (miliário): 33.  
 Bragança (pelourinho, pácos do concelho, etc.): 39.  
 Vila Rial (Panóias): 158.  
 Telões e outras, concelho de Vila Pouca de Aguiar (castelo, lendas): 159  
     e seguintes.  
 Carrazedo do Alvão (arcas): 160.  
 Ribeira de Pena (castros): 164.  
 Moncorvo (castro, insculturas): 164.  
 Bóbeda, concelho de Chaves (paleolítico): 165.  
 Castanheira, na foz do Sabor (dólmen, pedra com letras): 167.  
 Montezinho e Soutelo, concelho de Bragança (pedras baloiçantes, cas-  
     tros): 214.  
 Tronco, concelho de Chaves (pedra baloiçante): 219.  
 Linhares, concelho de Carrazeda de Anciães (pedra baloiçante, sepul-  
     turas rupestres, etc.): 219.  
 Baçal, concelho de Bragança (pedra baloiçante): 220.

**ARA:**

- Ara romana da Ponte da Póvoa*: 97.  
 De Monsanto da Beira: 304.

**ARMAS:**

- Romanas: 305, 341 e 342.  
 Vid. *Escultura*.

**ARQUEOLOGIA:****Prehistórica:**

- Penedo baloiçante: 34.  
 Achados: 102.  
 Lança (de calcedónia): 129 e 163.  
 Rebôlo e percutor: 163.  
 Faca de silex: 163..  
 Goiva de diorite: 165.  
 Seixo rolado: 165.  
 Machado paleolítico do norte: 165.  
 Instrumento de pedra polida: 169.  
*Arqueologia liceense*: 203.  
 Percutor moderno: 326.  
 Martelo neolítico: 343.  
     Vid. *Colecção, Cerâmica, Antas, Sepulturas, Museu da Figueira, Grutas, Machado, Pedra, Inscultura*.

**Protohistórica:**

- Louça pre-romana: 22.  
 Vid. *Aquisições, Numismática, Cidade*.

**Romana:**

- Muro de *opus incertum, etc.*: 16.  
*Ara romana da Ponte da Póvoa*: 97.  
 Fustes de coluna: 112.  
 Estações romanas: 115, 129, 130, 133, 136, 138, 141, 143, 146, 157, 168, 300, 302 e 317.  
 Termas com mosaicos: 125.  
 Restos arquitectónicos e outros: 126, 130, 133, 296 e 308.  
 Vestígios de balneário e casas: 127 e 141.  
 Piscinas com *opus signinum*: 131, 142 e 169.  
 Lápide funerária: 140.  
 Anel romano: 146.  
 Objectos de ferro: 150.  
 Santuário de Serapis: 158.  
 Cetárias: 168.  
 Columbarium (?): 305.  
 Aro e armelas de situla: 316.  
 Túmulo de cantaria: 337.  
*Sepultura de Santa Menina*: 336.  
 Flecha de catapulta: 341.  
 Ferro de *pilum* (?): 342.  
 Vid. *Colecção, Ruínas, Museu da Figueira, Castros, Numismática, Museu (aquisições)*.

**Medieval:**

- Estação romano-visigótica: 302.  
 Vid. *Marcas de Canteiro, Colecção, Bragança, Numismática, Sepulturas, Arquitectura*.

**Arábiga:**

- Aparecimento de lucernas: 126.  
 Vid. *Etimologia, Museu (aquisições)*.

**Do Renascimento:**

- Túmulos manuelinos: 296.  
 Sepultura do séc. XVIII: 296.

**De época incerta:**

- Pedra antiga: 166.

**Vária (Cousas Velhas):**

1. *Marco de propriedade*: 107.
2. *Castelo do Alandroal*: 108.
3. *Cabeceiras de sepulturas*: 108.
4. *Pedras de raio*: 110.
5. *Sepulturas abertas em rocha*: 112.

6. *Torre do Castelo*: 112.
7. *Penedo da Moura*: 112.
8. *Cova da Moura*: 113.
9. *Várias antigualhas dos concelhos de Mangualde, Nelas e Senhorim*: 113.
10. *Capela da Senhora do Castelo (Mangualde)*: 114.
11. *Moita (Mangualde)*: 115.
12. *Antas*: 115.
13. *Senhora do Bom Sucesso (castro)*: 116.
14. *Castelos-Velhos*: 116.
15. *Abas da Serra da Estréla*: 117.
16. *Monte de Roques (Mojãis)*: 117.
17. *Sepulturas préhistóricas das Neves (Mojãis)*: 117.
18. *Barcelos*: 118.
19. *Sabuga (Sintra)*: 118.
20. *Grutas de S.<sup>o</sup> António de Minde*: 119.
21. *Grutas de Chão de Maçãs*: 119.
22. *Moedas romanas de S. Gregório de Óbidos*: 120.
23. *Moedas ibéricas de Mértola e Ponte de Sor*: 120.
24. *Igreja de Entre-Aguas (concelho de Avis)*: 120.
25. *Marco de propriedade*: 121.
26. *Antas em Alenquer?*: 121.
27. *Convento da Serra da Neve*: 121.
28. *Antigualhas do Cadaval*: 122.
29. *Grutas de Rio Maior*: 122.
30. *Antiguidades de Azeitão*: 123.
31. *Sepultura préhistórica de Fronteira*: 123.
32. *Arqueologia romântica*: 124.
33. *Águas santas de Vizela*: 125.
34. *Termas romanas de Milreu*: 125.
35. *Sepulturas da Quinta da Fidalga*: 126.
36. *Quinta da Torre de Ares*: 126.
37. *Faro*: 126.
38. *Pero-Moniz*: 127.
39. *Antiguidades da Senhora da Luz (Lagos)*: 128.
40. *Bensafrim*: 127.
41. *Monte-Molião (Lagos)*: 128.
42. *Antiguidades várias do Algarve*: 128.
43. *Alcalar*: 130.
44. *Monte da Torre e Alfarrobeira*: 130.
45. *Ilhéu do Rosário*: 130.
46. *Foz do Rio de Silves*: 131.
47. *Val-de-Reis*: 131.
48. *Museu da Figueira em 1894*.
49. *Antiguidades de Casal do Mato (Figueira da Foz)*: 132.
50. *Antiguidades do distrito de Coimbra*: 133.
51. *Farodinha (Viana do Castelo)*: 133.
52. *Antiguidades de Almeidinha (Mangualde)*: 133.
53. *Xorcas de ouro*: 133.
54. *Quinta das Aveléiras (Carregal do Sal)*: 134.

55. *Torre de Correlos*: 134.  
 56. *Quinta do Vau*: 134.  
 57. *Painéis dos Cinco Sentidos*: 134.  
 58. *Forno do Mouro*: 135.  
 59. *Outeiro de Espinho*: 135.  
 60. *Antiguidades de Água Levada (Mangualde)*: 135.  
 61. *Cruzeiros*: 136.  
 62. *Espinho*: 138.  
 63. *Sepultura aberta em rocha*: 138.  
 64. *Castelo de Castro Marim*: 138.  
 65. *Cabo da Roca*: 139.  
 66. *Fonte da Peninha*: 139.  
 67. *Farol da Guia*: 140.  
 68. *Manique de Baixo*: 140.  
 69. *Murches*: 141.  
 70. *Tróia de Setúbal*: 141.  
 71. *Moeda romana achada em Mangualde*: 141.  
 72. *Vasos romanos de Tróia de Setúbal*: 142.  
 73. *Ribeira da Ajuda*: 142.  
 74. *Ex-votos do séc. XIV*: 142.  
 75. *Dólmen ou «casa d'orcas*: 142.  
 76. *Grutas estremenhais*: 142.  
 77. *Excursão pela Estremadura Cistagana e Norte de Portugal (notas tomadas em 1895)*: 143.  
 78. *Carrascal (Leiria)*: 166.  
 79. *Senhora da Graça de Nisa*: 167.  
 80. *Mina de S. Domingos*: 167.  
 81. *Covas da Adiça*: 167.  
 82. *Foz do Sabor*: 167.  
 83. *Tôrres Novas*: 167.  
 84. *Gouveia*: 167.  
 85. *Atei*: 167.  
 86. *Anta de Val de Asna*: 167.  
 87. *Anta de S. Brissos*: 167.  
 88. *Freixeda do Torrão*: 168.  
 89. *Herdade de S. Domingos*: 168.  
 90. *Antas de Arraiolos*: 168.  
 91. *Anta furada?*: 168.  
 92. *Antigualhas dos arredores de Setúbal*: 168.  
 93. *Dólmen de Montabro*: 169.

**ARQUITECTURA:****Religiosa:**

- Capela com alpendre ou cabido: 18.  
 Capelas românicas: 19, 166, 304 e 330.  
 Igreja ogival de três naves: 120.  
 Púlpito do séc. XVII: 300.  
 Porta manuelina: 331.

**Civil:**

Duas janelas com bolas: 331.

Uma construção chamada tenda: 305.

Vid. *Escultura, Casa, Arte, Arqueologia romana, Vila, Marcas de canteiro.*

**ARTE:**

*A arte manuelina e os criticos:* 54.

Véu de cálix especioso: 121.

Baixela de prata: 327.

*Arqueologia artistica:* 220.

Talha em igreja: 331.

Vid. *Escultura.*

**AZULEJOS:**

Da paroquial do Beco: 197.

Do séc. xvii: 331.

**BALNEÁRIO:**

Vid. *Arqueologia romana.*

**BIBLIOGRAFIA:**

Da Serra da Estréla: 318.

Vid. *Biografia.*

**BIOGRAFIAS:**

De *O cônego Rocha*: 50.

De *O antiquário Félix Caetano da Silva*: 178.

*O engenheiro Manuel da Maia e a Torre do Tombo*: 237.

De *José Inácio Cardoso*: 335.

De *Manuel Moraes Silva Ramos*: 339.

Vid. *Vila.*

**BRASÃO:**

Numa igreja: 152.

Em casas e campas: 331.

Sinet com brasão episcopal: 342.

Vid. *Vila.*

**BRONZE:**

Fôrmas dos machados: 8.

Aparecimento de objectos de «metal»: 115 e 126.

Escopro: 145.

Lingüeta de fechadura: 146.

Vid. *Machados.*

**CASA:**

- Vários tipos em Chaves: 5 e seguintes.  
 Em Barroso: 26.  
 Em Valpaços: 33.  
 Em Bragança: 39.  
 Em Montalegre: 41 e 49.  
 Espelhos das fechaduras: 151 e 155.  
 Dos concelhos de Alvaiázere e Ferreira: 153.  
 Tecnologia do séc. XVIII em Lisboa: 270.  
 Casas sem chaminés: 310.  
 Brasonadas e com janelas artísticas: 331.  
 Vid. *Castro, Arqueologia romana, Arqueologia varia.*

**CASTELO:**

- Ornatos espiraliformes num castelo: 108.  
 Castelo ou torre: 115.  
 De Castro-Marim: 138.  
 Perto de Tomar: 144.  
 «Castelo da Estréla»: 150.  
 «Castelo dos Mouros»: 159.  
 «Os Castelos»: 163 e 164.

**CASTROS:**

- Da Curalha, concelho de Chaves: 22.  
 Castro de Avelãs, concelho de Bragança: 48.  
 Torre do Castelo, concelho de Nelas: 112.  
 O «Castelo», e o da Senhora do Bom Sucesso, concelho de Mangualde: 114 e 115.  
 Os «Castelos-Velhos», concelho da Guarda: 116.  
 A «Cêrca», concelho de Mangualde: 135.  
 O «Moredo» na serra de Alvaiázere: 147.  
 Escavações de um em Dornes: 150.  
 O «Crasto»: 150.  
 Cristelo: 157.  
 No concelho de Ribeira de Pena: 164.  
 No de Moncorvo: 164.  
 No de Valpaços: 166.  
 Citânia no concelho de Mondim de Basto: 164.  
 Em Licéia: 205.  
 Torre do Castro, Castro Corisco e outros no concelho de Bragança: 214 e seguintes.  
 Na Amoreirinha (?): 304.  
 Vid. *Castelo.*

**CATÁLOGO:**

- Vid. *Ex-libris, Registros.*

**CERÂMICA:**

- Louça preta: 17.  
 Pre-romana: 22, 114 e 116.  
 Romana: 102, 115, 142, 143 e 313.  
 Com desenho: 129, 131 e 132.  
 Com sulcos digitais: 146.  
 Como a dos *dólmens*: 150.  
 Vaso com buraco: 162.  
 De Licéia: 205.

Vid. *Ruínas*.

**CIDADE:**

- Em Farodenha: 133.  
 Em Alpedrinha: 308.  
 Vid. *Arqueologia romana, Nomes*.

**COLECÇÃO:**

- Arqueologia e numismática: 19 e 20.  
 Vid. *Museu*.

**COROGRAFIA PORTUGUESA:**

- Regiões da Beira-Baixa: 293.

**CROMLECH:**

- Dubitativo: 118.

**CRUZEIRO:**

- De Mangualde, Nelas, etc.: 137.

**EPIGRAFIA:****Romana:**

- Inscrição enigmática: 15.  
 Inscrições em templos: 17.  
 Grafito: 142, 149 e 303.  
 Em ara: 303.  
 Duas lápides: 305.  
 Lápides com inscrição: 315 e 317.  
 Vid. *Ara*.

**Portuguesa:**

- Inscrição em sarcófago: 44 e 331.  
 Palavra em um marco: 105.  
 Inscrição em fonte: 139.  
 Texto dialectal: 148.

Relativa a um sino: 151.  
 Do séc. xv: 152.  
 Em um pelourinho: 223.  
 Do sec. xvii: 308.

**Em geral:**

Pedras com letreiros: 134 e 137.  
 Pia sepulcral com inscrição: 160.  
 Lápide na serra da Estréla: 322.  
 Vid. *Pedra*.

**ESCULTURA:**

Obras de talha: 13 e 331.  
 Estátua de guerreiro — A Vila-Pouca: 47.  
 Pedra com esculturas (phallus?): 115.  
 Pia de água-benta com caras e quinas: 120.  
 Estátua imperatória: 124.  
 Cabeça romana: 126.  
*Mercuriolus*: 128.  
 Com dois astros, desaparecida: 138.  
 Troços de estátuas: 143.  
 Estátua de Venus: 166.  
 Emblemática: 308.  
 Pia baptismal com cabeças de animais: 316.  
 Escultura religiosa de buxo: 329.  
 Figurado dos presépios: 372.

**ETIMOLOGIA:**

Toponímica: 15, 21, 30, 34, 36, 38, 122, 140, 146, 147, 148, 166, 215, 301, 304, 308, 310, 312, 314, 318, 319, 320, 326 e 337.

**ETNOGRAFIA:**

Da vida urbana, rural e religiosa de Chaves: 3 e seguintes.  
 Imunidade supersticiosa para a raiva: 13.  
 Nomes de vasilhas de barro em Chaves: 18.  
 Costumes, terminologia e bibliografia de Barroso: 23.  
 Figura da «Morte» e outros costumes de Bragança: 42.  
 Bolos de forma humana: 114.  
 Ex-votos em igrejas: 120, 121 e 140.  
 Painéis dos cinco sentidos: 135.  
 Água milagrosa e freixo sagrado: 138.  
 Ex-votos do séc. xiv: 142.  
 S. Saturnino, ladrão das telhas: 144.  
 Torre de D. Gaião ou Lagalhão: 144.  
 Espelhos das fechaduras: 151.  
 Círios ou romarias: 151.  
 Vestuários e feira de Vila do Conde: 153.

- Fusos de torcer: 155.  
 «Barbilhos» na Póvoa: 156.  
 Casinola dos pastores: 169.  
 Choço na Beira-Baixa: 307.  
 Procissão e mercado no Fundão: 311.  
 Almôço etnográfico: 313.  
 Usos da serra da Estréla: 321 e seguintes.  
 Cabana de carvoeiro: 325.  
 Malhão: 323.  
 Procissão do *Corpus* em Pinhel: 331.  
 Campainhas de Santa Bárbara: 333.  
 Festejos de S. João: 355.  
 Culto de S. Jorge: 357.  
 As «arremedas»: 365.  
 Dia de S. Martinho: 368.  
 Presépios: 372.  
 As grutas: 384.

Vid. *Museu (aquisições), Cruzeiro, Tatuagem, Gravura, Vassoura.*

#### **EX-LIBRIS:**

*Descrição dos ex-libris existentes no Museu Etnológico Português:* 69.

#### **FACA:**

De silex: 163 e 206.

#### **FERRO:**

- Prego de ferro: 150.  
*Cuspis e forceps:* 150.  
 Peso: 296.  
 Martelinho: 342.  
 Sachinho: 343.  
 Vid. *Armas, Arqueologia romana.*

#### **FOLKLORE:**

- Cantigas: 3, 5, 11, 24, 26, 30, 37, 38, 147, 295, 346, 348, 355, 356, 361, 362, 363, 364 e 372.  
 Ditados: 35, 112, 130, 150 e 214.  
 Romance: 352.  
 Oração: 353.

#### **FONTE:**

Monumental: 300.

#### **GRAVURA:**

*Gravura, registo de santo, com os retratos de D. João V e da Rainha sua mulher:* 231.

Vid. *Inscultura, Anel, Pedra.*

**GRUTAS:**

- Em Santo António de Minde: 119.  
 Em Chão de Maçãs: 119.  
 Em Rio-Maior: 122.  
 No distrito de Coimbra: 133.  
 No Cabo da Roca: 139.  
 No concelho de Tomar: 142.  
 No concelho de Ferreira do Zêzere: 142.  
 Na serra da Adiça: 167.  
 Nos arredores de Setúbal: 168.  
 Vid. *Registros.*

**INDUMENTÁRIA:**

Vid. *Vila.*

**INSCULTURAS:****Prehistóricas:**

Num sítio chamado as «Antas»: 116.

**Modernas ou actuais:**

Fôrmas da solda: 11.  
 Pégadas: 13.

**De época incerta:**

No Castelo de Alandroal: 108.  
 No concelho de Mangualde: 114.  
 No Algarve: 130.  
 Carregal do Sal: 134.  
 Em Vila Pouca de Aguiar: 163.  
 Num castro: 164.  
 No concelho de Chaves: 166.  
 Em Monsanto da Beira: 304.  
 Em Castelo-Novo: 308.

Vid. *Marcas de canteiro, Lagar, Pégada e Pedra.*

**LAGAR:**

Escavados na rocha: 20, 303 e 308.

Vid. *Inscultura, Pégada.*

**LANÇA:**

De calcedónia: 163.

**LENDA:**

De Santa Comba: 35.  
 De um santo: 38.  
 Do Conde Ariões: 44.

- De uma grade de ouro: 112.  
 De uma cidade: 113.  
 Aparecimento de imagens: 115, 146, 347 e 380.  
 De bolas de ouro: 122.  
 Tradições de mouros: 127 e 150.  
 De mudança de terra: 136 e 138.  
 De povo antigo: 141.  
 De um desflorador: 144.  
 De uns cátivos: 147 e 363.  
 De uma moura: 148.  
 De um castelo: 159.  
 Da serra de Montezinho: 218.  
 De covinhas: 304.  
 Das lagoas da Serra da Estréla: 324.  
 De uma sepultura: 337.  
 De S. Frei Gil: 345.  
 De Santa Eiria: 351.  
 Do seixo na bôea: 360.  
 Da Madre de Deus: 366.  
 Do Senhor de Matozinhos: 371.  
 De pedrinhas tingidas: 371.  
 Da ermida das Necessidades: 381.

**LINGUAGEM POPULAR:**

- Caminhões = *camions*: 2.  
 Ruas direitas: 3.  
 Tecnologia de vasos de lata: 4.  
 Tecnologia do candil: 46.  
 Formas de sul: 140.  
 Termos no concelho de Bragança: 214 e 218.  
 Termos da Serra: 319 e seguintes.  
 Sintaxe de *Luso*: 334.  
 Vid. *Água, Casa, Etnografia, Etimologia*.

**MACHADOS:**

- De pedra: 110, 113, 117, 118, 123, 127, 129, 139, 146, 147, 162, 165, 168, 296, 299; 300, 301, 303, 305, 307 e 343.  
 De metal: 112(?), 145, 305 e 328.  
 Vid. *Museu (aquisições)*.

**MANUSCRITOS:**

- O antiquário Félix Caetano da Silva*: 178.  
 Vid. *Museu (aquisições)*.

**MARCAS:****De canteiros:**

- No Castelo de Chaves: 14.  
 Na Tórre de Dornes: 150.  
 No Castelo de Telões: 159.

Na ponte de Chaves: 165.

*Siglas de canteiros nos edifícios medievais de Estremoz:* 225.

No castelo de Pinhel: 331.

#### De pescadores:

Da Póvoa: 154 e 155.

#### Figulina:

#### MEDALHÍSTICA:

*Medalha conferida pelo Príncipe Regente D. João, a dois italianos que salvaram a igreja e hospital de Santo António dos Portugueses, em Roma:* 169.

Vid. *Biografias*.

#### MILIÁRIO:

Abandonado: 33.

#### MÓ:

Vid. *Colecção, Ruinas, Castros, Arqueologia romana*.

#### MOSAICO:

Vid. *Arqueologia romana, Museu da Figueira*.

#### MUSEU:

Etnológico (Aquisições): 18, 15, 20, 22, 31, 34, 37, 45, 106, 115, 118, 121, 123, 126, 127, 129, 132, 159, 160, 165, 181, 205, 206, 233, 296, 297, a 334, 338 e 344.

De Parma: 11.

De Bragança: 42.

Da Figueira: 13.

Em Tomar: 143.

Na Póvoa de Varzim: 154.

De Manuel Negrão: 157.

Do Sr. Henrique Botelho: 157.

De Barcarena: 203.

Municipal de Castelo Branco: 297.

Particular na Covilhã: 327.

Vid. *Ex-Libris, Numismática*.

#### MÚSICA:

Popular em Trás-os-Montes: 12.

#### NOMES:

##### De pessoas em inscrições romanas:

Ama, Petili(i) filia: 17.

Diadochus (?): 149.

(i)unius: 303.

(Rebur)rus Tongetami f(ilius): 305.

Paullus.. Fonte(ius): 305.

Tanginus: 317.

**De divindades:**

- Larocu: 17.  
 Bormanicus (deus): 125.  
 (I)ovi O: 303.  
 I(ovi) O(ptimo) M(aximo): 305.

**De lugares:**

- Das partes do corpo: 139.  
 Vid. *Etimologia*.

**Satíricos étnicos: 36.****De cidades antigas:**

- Equabona: 123.  
 Ossonoba: 124.  
 Balsa: 126.  
 Portus Hannibalis: 131.  
 Baesuris: 139.  
 Emerita: 143.  
 Nem(ausus): 143.  
 Nabaneia: 143.  
 Pax Julia: 181.

Vid. *Ponte de Sor*.

Vid. *Línguagem popular, Etimologia, Gravura*.

**NUMISMÁTICA**

Achados de moedas: 45, 47, 113, 114, 115, 117, 120, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 135, 141, 143, 146, 150, 157, 158, 164, 167, 120, 196, 302, 305, 308, 315, 317, 334 (?) e 336.

*Se há moedas de Miranda do Douro: 105.*

Gabinete numismático na Póvoa de Varzim: 154.

**Numismática Portuguesa:**

- Moedas da primeira dinastia: 207.  
*A moeda comemorativa do Centenário da Índia: 285.*  
 Baixela ornada de moedas: 327.  
 Vid. *Colecção*.

**OURO:**

- Objectos de ouro num castro: 164.  
 Objectos de ouro num túmulo: 338.  
 Vid. *Numismática, Museu (aquisições), Anel*.

**ORDENS MILITARES:**

- Marco da Ordem de Avis: 121.  
 Cruz de Cristo: 152.

**OSSADAS:**

Ossadas em silos: 118.  
Ossuário na Póvoa: 155.

**PASTORES:**

Arte pastoril em Valpaços: 35.  
Abrigos por elas feitos: 169.  
Vid. *Etnografia*.

**PEDRA:**

Cilíndrica de engenho agrário: 136.  
Pia: 136.  
Disco de xisto: 146.  
De moer: 161.  
Aguçadeira: 161.  
Rebolo: 163.  
Pereutor: 163 e 327.  
Goiva: 165.  
Seixo em forma de rodela: 165.  
Com letras: 166, 167 e 311.  
Em que apareceu um santo: 168.  
Montões de pedra: 321.  
Vid. *Pedras baliçantes, Castros e Lendas*: 214.

**PÉGADAS:**

Em monumentos: 14.  
De gigante: 159.

**PELOURINHO:**

De Santa Marta de Penaguião: 157.  
Pelourinho de Veiros: 222.  
Pelourinho do Canal: 224.  
Referência ao de Pinhel: 330.

**PESO:**

De barro: 113, 132, 135, 146, 147, 166, 220 e 300.  
De pedra: 132.

**PONTE:**

Marcas na de Chaves: 165.

**PROTECÇÃO Á ARQUEOLOGIA:**

*Prémio científico (crónica)*: 386.

**REGISTOS:**

*Os registos de santos*: 345.  
Vid. *Gravura*.

**RELIGIÃO:**

- Festas populares em Chaves: 13.  
 Cipo pagão numa igreja: 17.  
 Cruzeiros com o sol e a lua: 137.  
 Água milagrosa e freixo sagrado: 138.  
 Culto das fontes: 139.  
 Cirios e romarias: 151.  
 Santuário de Panóias: 158.  
 Os mártires de Marrocos: 369.  
 Vid. *Medicina, Ara, Lendas e Etnografia*.

**RUÍNAS:**

- Vários restos em Castro de Avelãs: 45.  
 Restos romanos no Algarve: 126.  
 De povoação não antiga: 145.  
 Da vila de Nisa: 164.

**SAÚDE:**

- Imunidade para a raiva: 13.

**SENTENÇAS:**

- De S. Boissier: 385.

**SEPULTURA:**

- Com emblema: 19.  
 Com inscrição: 44, 152 e 331.  
 Cabeceiras de sepulturas: 108.  
 Rupestres: 112, 113, 115, 133, 134, 136, 138, 160, 220 e 304.  
 Prehistóricas: 117, 123 e 130.  
 Indeterminadas: 126, 128, 129 e 300.  
 Romanas: 128 e 131.  
 Do séc. xvi: 140.  
 Abertas em piçarra: 141.  
 Ossuário moderno: 155.  
 Pia sepulcral com inscrição: 160.  
 Sarcófago: 304.  
 Sarcófago de chumbo: 313 e 336.  
 Campas esculturadas: 331.  
*Sepultura de Santa Menina*: 336.  
 Vid. *Abrantes, Ruinas, Arqueologia*.

**SETA:**

- Pontas de seta de pedra: 117 e 118.

**SILOS:**

- No concelho de Sintra: 118.  
 Em Bensafrim: 127.  
 Na Mexilhoeira: 128.  
*Juxta Alcalar:* 129.

**SINOS:**

Vid. *Epigrafia, Etnografia.*

**TATUAGEM:**

- Na Póvoa: 156.

**TEJOLOS:**

- Aparecimento: 16, 22, 101, 112, 113, 116, 122, 125, 127, 133, 135, 138,  
 • 141, 143, 150, 163, 166, 167 e 308.

**TÓRRE:**

- No concelho de Carregal do Sal: 134.  
 Em Dornes: 150.  
 De menagem em Estremoz: 228.  
 • Em Val de Prazeres: 308.  
 Vid. *Castelo, Etnografia e Castro.*

**TÓRRE DO TOMBO:**

*O engenheiro Manuel da Maia e a Tórre do Tombo:* 237.

**TRAJO:**

- De Barroso: 27.

**VANDALISMOS:**

- Cavalariça por baixo de uma biblioteca: 42.  
 Desamparo do santuário de Panoias: 158.  
 Lápides que desapareceram: 166.  
 Lápide derrubada na serra da Estréla: 322.  
 Destruição de um sarcófago romano: 337.  
 Xoreia partida em pedaços: 341.  
 Vid. *Miliário, Pelourinho, Pinhel.*

**VASSOURA:**

- Superstição relativa a ela: 313

**VILA:**

- A vila e concelho de Ferreira do Zêzere:* 185.

**XORCAS:**

- De ouro: 133 e 341.

100-100-100-100

100-100-100

## ÍNDICE DOS AUTORES

### **Antonio Baião:**

A vila e o concelho de Ferreira do Zêzere: 185.

### **Artur Lamas:**

Medalha conferida pelo Príncipe Regente, D. João, a dois italianos que salvaram a igreja e hospital de Santo António dos Portugueses, em Roma: 169.

### **F. Alves Pereira:**

Antiquitus. XIII. Ara romana na Ponte da Póvoa. XIV. A ara da Ponte da Póvoa: 97.

Crónica. Prémio científico: 386.

Índices: 387.

### **Ferreira Braga:**

Numismática Portuguesa — Moedas da primeira dinastia: 207.

### **P.<sup>e</sup> Francisco Manuel Alves:**

Pedras baloiçantes. Adagiários, castros e lendas: 214.

### **Dr. José Leite de Vasconcelos:**

Por Trás-os-Montes: 1.

Numismática. — Se há moedas de Miranda do Douro: 105.

Cousas velhas: 107.

O antiquário Félix Caetano da Silva: 178.

Arqueologia liceense: 203.

Pela Beira. I. Na Beira Baixa. II. Na Beira Alta. — Apêndice. I. José Inácio Cardoso. II. Sepultura de Santa Menina (Fundão). III. Manuel de Morais Silva Ramos. IV. Explicação das Figuras: 293.

### **D. José da Silva Pessanha:**

A arte manuelina e os críticos: 54.

### **Luís Chaves:**

Descrição dos *ex-libris* existentes no Museu Etnológico Português: 69.

Arqueologia artística — I. Dois pelourinhos de Além-Tejo em Veiros e Canal. II. Siglas de canteiros nos edifícios medievais de Estremoz. III. Gravura, registo de santo, com os retratos de D. João V e da Rainha sua mulher: 220.

A moeda comemorativa do Centenário da Índia: 285.

Os registos de santos: 345.

### **Pedro de Azevedo:**

O engenheiro Manuel da Maia e a Tôrre do Tombo: 237.



## ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

### Arqueologia préhistórica e pre-romana

- Pedras de raio de Mafra (figs. 7 a 9): 111.  
Instrumento préhistórico de Mafra (figs. 10 e 10-A): 111.  
Penedo com covinhas (fig. 17): 116.  
Castro de Nossa Senhora do Bom Sucesso (fig. 18): 116.  
Fragmento cerâmico proveniente dêste castro (fig. 19): 116.  
Machado de pedra de Mojais (fig. 21): 117.  
Ponta de seta de silex (fig. 22): 117.  
Machado de pedra da mesma procedência (fig. 23): 117.  
Quatro machados da Sabuga (figs. 25 a 28): 119.  
A Cércia da Água Levada em Mangualde (fig. 44): 135.  
Escopro das Carrasqueiras (fig. 53): 145.  
Dois utensílios de granito de um dólmen (figs. 76 e 77): 160.  
Machadinho de pedra (fig. 78): 162.  
Planta de um dólmen (fig. 79): 160.  
Planta de outra anta (fig. 80): 161.  
Esferóide de granito (fig. 81): 161.  
Percutor de pedra (fig. 82): 162.  
Duas facas de silex (figs. 83 e 84): 162.  
Lança de calcedónia (fig. 85): 162.  
Planta de uma anta (fig. 86): 163.  
Machado de diorite (fig. 87): 164.  
Goiva de diorite (fig. 88): 164.  
Seixo em forma de rodelha (fig. 89): 164.  
Marcas de canteiro (fig. 90): 165.  
Machado paleolítico (figs. 91 e 91-A): 165.  
Licéia (fig. 1): 204.  
Parede do castro de Licéia (fig. 2): 205.  
Fragmentos cerâmicos de Licéia (figs. 3 e 4): 205.  
Fragmentos cerâmicos de Licéia (figs. 5 e 6): 206.  
Fragmentos de facas de silex de Licéia (figs. 7 a 9): 206.  
Machado de basalto de Abrançalha (fig. 1, est. 1):  
Machado de pedra de Monsanto (fig. 2, est. 1):  
Outro (fig. 3, est. 1):  
Machadinho de fibrolite da Covilhã (fig. 29, est. 1):  
Machado de xisto anfíbólico da Cércia (fig. 14, est. 1):  
Martelo neolítico de Pinhel (figs. 32 e 32-A, est. 1):  
Molde de uma *hache-marteau* do Museu de St. Germain en Laye (fig. 33, est. 1):  
Parte superior de um machado de bronze de Monsanto (fig. 4, est. II):

**Arqueologia lusitano-romana**

- Inscrição romana de Curral de Vacas: 17.  
 Castro de Avelãs (fig. 25): 43.  
 Ara romana da Ponte da Póvoa: 97.  
*Pondus* de barro de Espinho (fig. 11): 113.  
 Fragmento cerâmico da Raposeira (fig. 16): 115.  
 Tejolo triangular dos Castelos-Velhos (fig. 20): 116.  
 Planta de edifício em Milreu (fig. 30): 125.  
 Sepultura do Museu da Figueira (fig. 33): 131.  
 Fragmentos de louça do Museu da Figueira (figs. 34 a 36): 131 e 132.  
 Pêso de rête do Museu da Figueira (fig. 37): 132.  
 Base tóscica de Almeidinha (fig. 40): 134.  
 Pedra cilíndrica de Água Levada (fig. 45): 136.  
*Olla* de Tróia de Setúbal (fig. 50): 141.  
 Desenho no gargalo de uma ânfora de Tróia de Setúbal (fig. 51): 141.  
 Base dos arredores de Tomar (fig. 52): 143.  
 Pedra de um anel romano (fig. 54): 145.  
*Pondus* de barro da Rominha (fig. 55): 145.  
 Lingüeta de fechadura da Rominha (fig. 56): 145.  
 Pêso de chumbo da Rominha (fig. 57): 145.  
 Caco com suelos digitais da Rominha (fig. 57-A): 145.  
 Disco de xisto da Rominha (fig. 58): 145.  
 Caco com letra cursiva romana (fig. 59): 148.  
 Marca figulina de Cáquere (fig. 73): 157.  
 Pêso romano de barro (fig. 92): 166.  
 Corrente de ouro romana — Santa Menina — Fundão (fig. 34): 338.  
 Anel ou aro romano de ouro — ibidem (fig. 35): 338.  
*Cuspis* de flecha de ferro (fig. 8, est. II):  
 Flecha de catapulta de Monsanto (fig. 7, est. II):  
*Clavis Laconica* de Monsanto (fig. 6, est. II):  
 Haste de ferro de arma (fig. 9, est. II):

**Arqueologia medieval**

- Porta da Tôrre de Dornes (fig. 60): 149.  
 Marcas de pedreiro na mesma tôrre (figs. 61 a 63): 149.  
 Marcas de canteiro no castelo de Vila Pouca de Aguiar (fig. 75): 159.  
 Nome de canteiro: 228.  
 Marcas do Castelo de Estremoz: 229.  
 • Marcas do Paço de D. Dinis: 229.  
 Marcas do Convento de S. Francisco: 230.  
 Convento das Maltesas: 230.  
 Templo da Senhora da Coluna — Pinhel (fig. 30): 330.  
 Marcas de canteiro no castelo de Pinhel (fig. 31): 331.  
 Marcas do castelo de Chaves: 14.  
 Numa campa de capela românica (fig. 14): 19.  
 Casa da Câmara de Bragança (fig. 23): 40.  
 Castelo de Bragança (fig. 24): 41.

- Inserção num sarcófago de Castro de Avelãs (fig. 26): 44.  
 Cabeceiras de sepulturas (figs. 3 a 6): 108.  
 Sepultura rupestre de Almeidinha (fig. 41): 134.  
 Outra de Carregal do Sal (fig. 43): 134.  
 Outra da Beira Alta (fig. 49): 139.

### **Arqueologia post-medieval**

- Porta da igreja do Convento de Jesus—Setúbal: 57.  
 Porta da igreja da Conceição Velha—Lisboa: 61.  
 Janela da Casa do Capítulo do convento da Ordem de Cristo: 65.  
 Janelas da antiga Casa da Câmara em Évora: 67.  
 Inscrição da igreja de Dornes (fig. 65): 152.  
 Pelourinho de Penaguião (fig. 74): 157.  
 Pelourinho do Canal: 224.  
 Marca de canteiro em casa particular: 231.

### **Arqueologia de época indeterminada**

- Gravuras espiraliformes do Castelo do Alandroal (fig. 2): 108.  
 Cavidades em lajes na Beira Alta (figs. 12 a 15-F): 113.  
 Silo ou cova da Sabuga (fig. 24): 119.  
 Fragmento cerâmico do Algarve (fig. 31): 128.  
 Silo do Algarve (fig. 32): 129.  
 Letras num rochedo (fig. 42): 134.  
 Martelo (?) de ferro da Idanha-a-Velha (fig. 11, est. III):  
 Faca de ferro da Idanha (fig. 12, est. III):  
 Sachinho de ferro (fig. 21, est. III):

### **Etnografia**

- Uma casa de Chaves (fig. 1): 5.  
 Outra (fig. 2): 6.\*  
 Outra (fig. 3): 7.  
 Casa dos Padrões (fig. 4): 8.  
 Uma casa de Chaves (fig. 5): 9.  
 Uma rua de Chaves (fig. 6): 10.  
 Fôrmas da solda (figs. 7 a 9): 11.  
 Baldão (fig. 10): 12.  
*Tolleno* romano (fig. 11): 12.  
 Insculturas numa campa (fig. 12): 13.  
 Galapo (fig. 13): 18.  
 Montalegre (fig. 15): 26.  
 Barrosã (fig. 16): 27.  
 Espadelas—Barroso (figs. 17 a 18-A): 28.  
 Mão de braseira (fig. 21): 29.  
 Cabo de seitoura (fig. 19): 29.  
 Jugo barroso (fig. 20): 29.  
 Portal de uma casa nobre de Montalegre (fig. 27): 48.  
 Casa popular de Montalegre (fig. 28): 49.  
 Rua de Montalegre (fig. 29): 50.

- Marco de propriedade no Alandroal (fig. 1): 107.  
 Pandulha do Museu de Figueira (fig. 38): 132.  
 Pendente de um dente de javali do mesmo Museu (fig. 39): 132.  
 Cruzeiro da Beira Alta (fig. 46): 137.  
 Cruzeiro ao pé de Espinho (fig. 47): 137.  
 Figuras dêstes cruzeiros (fig. 48): 137.  
 Espelho de porta de Dornes (fig. 64): 151.  
 Marcas dos pescadores da Póvoa (fig. 66): 154.  
 Outras marcas (fig. 67): 155.  
 Nos fusos da Póvoa (figs. 68 a 70): 156.  
 Compartimento para caveira (fig. 68): 156.  
 Tatuagens dum soldado (figs. 71 e 72): 156.  
 Registo com os retratos de D. João V e da Rainha: 233.  
 Chûço — Medelim (fig. 13): 307.  
 Lajes no mercado do Fundão (figs. 16 a 18): 311.  
 Outras (figs. 19 e 20): 312.  
 Abrigo de pastor — Serra da Estréla (fig. 23): 321.  
 Pastores da Serra da Estréla (fig. 24): 322.  
 Malhão — Serra da Estréla (fig. 25): 323.  
 Lagoa Comprida (fig. 26): 323.  
 Cabana de Carvoeiro — Serra da Estréla (fig. 27): 326.  
 Percurtor moderno — Serra da Estréla (fig. 28): 327.  
 Espelho ou escudete de porta (fig. 15, est. III):  
 Chapa escutiforme de latão (fig. 5, est. III):  
 Ídolo indiano (cromolitografia, est. IV):

**Heráldica**

- Escudo português: 70.  
 Escudo francês: 70.  
 Escudo inglês: 70.  
 Brasão num *ex-libris*: 95.  
 Cruz de Avis (fig. 29): 121.  
 Brasão de Gregório Alexandre do Beco (fig. 20): 185.  
 Brasão de Gregório Alexandre do Beco tal qual se encontra na que foi sua residência (fig. 21): 186.  
 Brasão em sinete de bronze (fig. 10, est. III):

**Numismática e medalhistica**

- Meio tornês de D. Fernando: 106.  
 Medalha conferida pelo Príncipe Regente, D. João, a dois italianos que salvaram a igreja e hospital de Santo António dos Portugueses, em Roma: 169.  
 Moeda de 13000 réis comemorativa do centenário da Índia: 291.  
 Moeda de 500 réis da mesma cunhagem: 292.  
 Moeda de 200 réis da mesma cunhagem: 292.

**Sigilografia**

- Selo pendente que autentica a divisão em comendas de Cristo que foi publicada em Apêndice de documentos: 197.  
 Vid. *Heráldica*.

LISTA  
DAS  
PESSOAS BENEMÉRITAS  
DO  
MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS  
1916

- Francisco de Barros Teixeira Homem (Dr.): 15, 21, 22, 31.  
Liberal Sampaio (Dr.): 15, 19, 20.  
Aventino Leite de Faria: 16, 20.  
Armando José Claro: 16, 20.  
Francisco Ferreira: 17.  
João Delgado: 18.  
Rev. Silvino Rodrigues Nóbrega: 21, 22.  
Inácio Pizarro: 22.  
António Granjo (Dr.): 23.  
Firmo Moraes Soares: 23.  
Abel de Mesquita Guimarães (Dr.): 31.  
José de Moraes Caldas: 31.  
António de Pádua Pereira Coelho: 32.  
Rev. Manuel José Teixeira Barros: 32.  
João Filipe Rodrigues Sousa: 32.  
João da Silya Bravo: 32.  
Joaquim de Castro Lopo: 33, 34.  
José J. Pereira de Miranda Branco (Dr.): 34.  
Eugénio Ricardo de Macedo: 35.  
António Maximino Carneiro: 35.  
Aleixo de Lemos: 37.  
Francisco de Moura Coutinho: 40, 56.  
Daniel Rodrigues: 40, 46.  
Albino Pereiro Lopo: 41.  
Abílio de Jesus Ramos Zoi: 42, 45.  
Rev. Francisco Manuel Alves: 43, 46.  
Rev. Manuel António Monteiro: 45.  
Luis Saldanha Lopes dos Santos: 45.  
Rev. Albano Falcão: 46.  
Cônego António José da Roeha: 46.

- Rev. Rafael Rodrigues: 47.  
 Carlos Delgado: 47.  
 João de Saldanha Ferreira Pinto (Dr.): 48.  
 Carlos Galrão (Dr.): 110.  
 Alberto Osório (Dr.): 115, 141.  
 João Baptista de Castro: (Dr.): 116.  
 Nunes da Palma: 117.  
 César Landeiro: 128.  
 José Florêncio de Sousa Castelo Branco: 128.  
 Joaquim Nunes Peres: 129.  
 Miguel de Queiroz Malafaia: 134.  
 Maximiano Apolinário: 143.  
 José Maria Pereira: 144.  
 Francisco da Cruz Miranda: 148.  
 António Martins Rios: 154.  
 Manuel Nicolau Osório Pereira Negrão: 156.  
 Rev. José Rafael Rodrigues: 158.  
 José Homem Pizarro: 165.  
 Manuel Esteves Rodrigues: 203.  
 Casimiro Augusto de Carvalho: 203.  
 Correia Campos (Dr.): 296.  
 Diogo Armando da Silva Oleiro: 296.  
 Adelino Lemos: 296.  
 D. Adelaide Guedes Campos: 296.  
 Saldanha Albuquerque: 296.\*  
 Ramiro Guedes (Dr.): 296.  
 António Vicente das Terras: 296.  
 José da Silva Nobre: 298.  
 João Mamede (Dr.): 298.  
 Augusto Tavares (Dr.): 298.  
 João Cardoso Elói (Dr.): 298, 299.  
 António Nunes Lopes Russo (Dr.): 298.  
 José de Barros Nobre (Dr.): 298, 300.  
 A. Alves Fradique: 298.  
 Secretário da Câmara de Castelo Branco: 298.  
 Capitão João Manuel Claudino de Sousa: 298.  
 Taborda Ramos (Dr.): 299.  
 José Pires Tavares: 299.  
 José da Silveira Proença Saraiva (Dr.): 299.  
 João Dias Carreiro: 299.  
 Manuel Ribeiro (Dr.): 299.  
 Estêvão dos Santos Cruzeiro Galvão: 300.  
 Tomé de Barros Botelho: 300, 301.  
 Domingos Marques Ferreira: 300.  
 Rev. Joaquim Barbosa Camejo: 301.  
 Domingos Lopes Esteves: 301.  
 João Pires Marques (Dr.): 301.  
 Manuel de Oliveira da Silva Castel-Branco: 301, 302.  
 José Pires Marques: 302.

- Rev. Joaquim António da Costa: 302.  
 Alberto Castel-Branco (Dr.): 302.  
 José Ferreira da Trindade (Dr.): 302.  
 José da Costa Campos Patrício: 303.  
 Rev. Joaquim Vaz de Azevedo: 305.  
 Bartolomeu Viana: 305.  
 Alfredo Augusto de Mendonça: 305.  
 João dos Reis: 305.  
 João dos Reis Leitão Marrocos: 306.  
 António de Pádua da Silva Marrocos: 306.  
 Fernando Castel-Branco: 307.  
 Eduardo Correia de Castro (Dr.): 308, 309.  
 D. Autónia Pinto: 308.  
 Rev. Augusto José Pereira: 308.  
 D. Ana Gamboa: 308.  
 Francisco Godinho Boavida: 309.  
 António Osório de Azevedo: 309.  
 António José Salvado Mota: 309.  
 António Inácio Ramos Cardoso: 309.  
 José Marques Tarouca: 309.  
 Jaime Roxo: 309.  
 Manuel José Giraldes: 309.  
 Alberto Cardoso: 312.  
 José Monteiro (Dr.): 312, 315.  
 Agostinho da Costa Nogueira: 312.  
 Rev. José Lourenço Tavares: 313.  
 Antero Caldas Barbosa: 315.  
 Junta da Paróquia do Telhado (Fundão): 315.  
 Sales Viana: 315.  
 Francisco Anacleto Salvado: 315.  
 José da Conceição Delgado Lial: 315.  
 Eduardo de Almeida Vitória: 315.  
 Guilherme da Cunha Vaz (Dr.): 315.  
 Joaquim Delgado França: 316.  
 Adolfo Portela (Dr.): 316.  
 José Trigueiros Osório de Aragão Martel: 316.  
 António Joaquim Gonçalves: 316.  
 Cons. José Navarro Pereira de Andrade: 316.  
 Rev. José de Oliveira Ramalho: 317.  
 José Lial Feiteiro: 317.  
 Jaime de Almeida Campos (Dr.): 317.  
 Carvalho & Tarouca: 317, 328.  
 Acrisio de Aguiar: 317, 328.  
 Alberto de Oliveira: 317.  
 António Franco: 327.  
 Sebastião Fernandes Moço & Irmão: 328.  
 Manuel J. Gonçalves dos Santos Gascão (Dr.): 328.  
 José Veiga de Carvalho: 330.  
 A. Justino Ferreira: 330.

- Rev. José Nunes: 330.  
 Teodósio Alves da Silva: 330.  
 José Alves da Silva: 330.  
 Luís Caldas Pereira: 330.  
 António Joaquim Pereira Apolinário: 332.  
 António Bernardino de Figueiredo: 332.  
 Evaristo Faure: 333.  
 Eduardo Augusto Mendes: 333.  
 António Augusto Gonçalves: 334.
- 

### Erratas mais importantes

---

Pág. 113.—No título da fig. 11, leia-se *pondus* em vez de *Pombus*.

Pág. 129.—Linha 10, leia-se *telhões* em vez de *tellões*.

Pág. 144.—A seguir á linha 28, no mesmo periodo, acrescente-se: «Sobre o furto na magia vid. *Archives suisses des trad. pop.*, xx, 380 sgs.».

Pág. 145.—Nas subscrições das figs. 55-a 57-a leia-se *Rominha* em vez de *Rominhas*.

Pág. 146.—Suprime-se a nota 2, que fica substituída pelo que se lê no «N. B.» de pág. 169.

Pág. 147.—Linha 4 da nota 2, leia-se *dictorum* em vez de *dictum*.

Pág. 150.—Linha 5, acrescente-se *nas* antes de *figs.*

Pág. 156.—Linhas 4-5, leia-se *pontos assim dispostos* em vez de *pontas assim dispuestas*.

Pág. 165.—Linha 21, leia-se *pág. 172* em vez de *pág. 132*.

Pág. 179.—Linha 16, onde diz «Parte IV», leia-se *Conventos* em vez de *Conventos*.

Pág. 207.—Linha 31, leia-se *sarracenas* em vez de *serracenas*.

Pág. 220.—Nota 1, leia-se *curiosa* em vez de *curioso*.

Pág. 308.—Linha 29, leia-se *Castelo-Novo* em vez de *Castel-Novo*.

Pág. 320.—Linha 2-3 da nota 3, leia-se *Campanula* em vez de *Campanula*.

Pág. 337.—Linha 1 da nota, leia-se *375* em vez de *315*.

Pág. 339.—Linha 5, leia-se *pág. 329* em vez de *pág. 41*.

Pág. 358.—Linha 2 da nota, leia-se *Março* em vez de *Junho*.

Pág. 375.—Linha 36, leia-se *uma* em vez de *um*.